



UNIFACS
UNIVERSIDADE SALVADOR
LAUREATE INTERNATIONAL UNIVERSITIES*

**DEPARTAMENTO DE CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM DESENVOLVIMENTO REGIONAL E
URBANO (PPDRU)**

ILDES FERREIRA DE OLIVEIRA

**SEMIÁRIDO BAIANO: A DINÂMICA CONTRADITÓRIA DO
DESENVOLVIMENTO**

Salvador
2013

ILDES FERREIRA DE OLIVEIRA

**SEMIÁRIDO BAIANO: A DINÂMICA CONTRADITÓRIA DO
DESENVOLVIMENTO**

Tese apresentada ao Curso de Doutorado em Desenvolvimento Regional e Urbano da Universidade Salvador - UNIFACS, Laureate Internacional Universities, como requisito parcial para obtenção do grau de Doutor.

Orientador: Prof. Dr. Fernando Cardoso Pedrão

Salvador
2013

FICHA CATALOGRÁFICA

Elaborada pelo Sistema de Bibliotecas da UNIFACS Universidade Salvador, Laureate Internacional Universities)

Oliveira, Ildes Ferreira de

Semiárido baiano: a dinâmica contraditória do desenvolvimento./ Ildes Ferreira de Oliveira. - 2013.

354 f. :il.

Tese apresentada ao Curso de Doutorado em Desenvolvimento Regional e Urbano da Universidade Salvador - UNIFACS, Laureate Internacional Universities, como requisito parcial para obtenção do grau de Doutor.

Orientador: Prof. Dr. Fernando Cardoso Pedrão.

1. Região do semiárido baiano - Desenvolvimento. 2. Seca - Bahia. I. Pedrão, Fernando William Ferreira, orient. II. Título.

CDD. 339.98142

ILDES FERREIRA DE OLIVEIRA

SEMIÁRIDO BAIANO: A DINÂMICA CONTRADITÓRIA DO DESENVOLVIMENTO

Tese aprovada como requisito parcial para obtenção do grau de Doutor em Desenvolvimento Regional e Urbano - Universidade Salvador, pela seguinte banca examinadora:

Fernando Cardoso Pedrão - Orientador _____
Livre-docente pela Universidade Federal da Bahia (UFBA)
UNIFACS - Universidade Salvador

Alba Regina Neves Ramos _____
Doutora em Sociologia pela Université de Paris III Sorbone-Nouvele, França e em Geografia pela Universidade de Rouen, França
Universidade Federal da Bahia (UFBA) - Universidade Salvador - UNIFACS

Carlos Alberto Da Costa Gomes _____
Doutor em Ciências Militares pela Escola de Comando e Estado Maior do Exército
Universidade Salvador - UNIFACS

Débora Nunes Sales _____
Doutora em Urbanisme et Aménagement - Université de Paris XII, França
Universidade Salvador – UNIFACS

Gilton Alves Aragão _____
Doutor em Desenvolvimento Regional e Urbano - Universidade Salvador
Universidade Estadual de Feira de Santana -UEFS

Salvador, 4 de outubro de 2013.

A Laudeci, Jara, Pablo, Eva, Iany, Pedro Paulo, Marcus, Lara e Nara pelo apoio e estímulo tão necessários à empreitada que enfrentei;

A Maria Clara e Henrique, netos, a quem espero que este trabalho possa servir de exemplo e de inspiração;

A todos os sertanejos que, subjugados pelo Estado, explorados e espoliados pelo capital, mas que souberam, ao longo da história, resistir e lutar por um novo dia, nutrindo a utopia da libertação.

AGRADECIMENTOS

Aos meus colegas da Área de Conhecimento de Sociologia da Universidade Estadual de Feira de Santana (UEFS), que prontamente me substituíram nas minhas obrigações letivas;

Ao Magnífico Reitor da UEFS, José Carlos Barreto de Santana e sua equipe, por todo apoio dispensado;

Aos companheiros amigos Pedro Torres, Tatiana Velloso, Jerônimo Rodrigues, Acácia Batista, André Uzêda e Robson Andrade, pelas inestimáveis contribuições;

Aos colegas da UNIFACS que, mesmo involuntariamente, contribuíram durante o todo curso, tanto nos debates em sala, como nos momentos de *cafezinho*, especialmente Nilton Kosminsky, Cremildo Souza, Saulo Rocha e Carlos Eduardo;

A todas as pessoas - lideranças comunitárias, agentes públicos - que forneceram seus depoimentos, enriquecendo enormemente este trabalho;

Aos meus saudosos pais, Rosalvo e Lúcia, sertanejos, quase analfabetos, mas que tiveram a sabedoria de conviver com as condições adversas do semiárido e criar, numa gleba de terra menor do que dez hectares, cinco filhos: Maria Lucia, Ivo, Ildes, Israel e Ismael;

Ao Movimento de Organização Comunitária (MOC), com mais de 40 anos de serviços prestados à população; à Associação de Desenvolvimento Sustentável Solidário da Região Sisaleira (APAEB), que soube encontrar alternativas econômicas para o semiárido; à Fundação de Apoio aos Trabalhadores Rurais da Região Sisaleira (FATRES), ao CODES/Sisal e tantas outras organizações populares, que se dedicaram à organização social e política dos sertanejos, pelas valiosas oportunidades de aprendizado sobre a região, sua gente e suas lutas, durante muitos anos;

Aos professores da UNIFACS que, além de mestres, se constituíram em grandes amigos, com contribuições importantíssimas ao processo de trabalho com suas bem fundamentadas críticas e sugestões;

Aos professores doutores Fernando Cardoso Pedrão, Alba Regina Ramos, Carlos Alberto Costa Gomes, Erivaldo Fagundes Neves e Débora Nunes Sales, pelas valiosíssimas contribuições por ocasião da *Banca de Qualificação*;

Aos membros da Banca Examinadora, pela disponibilidade, compromisso e colaboração;

Um agradecimento especial ao orientador Fernando Pedrão, que teve a sapiência e a paciência de ajudar a encontrar a trilha que percorri durante todo processo de trabalho.

RESUMO

Períodos de seca se sucederam em toda área, hoje, denominada região semiárida, desde os primórdios da colonização, dizimando a agropecuária e causando grandes danos à vida das pessoas e à economia, o que foi praticamente ignorado pelo governo em todas as épocas. A seca de 1877, entretanto, provocou uma grande comoção nacional, exigindo do Estado uma resposta, o que veio pela *solução hídrica* a partir de inícios do século XX, definindo programas públicos de captação e armazenamento de água. Paralelamente, mecanismos institucionais foram criados para transferir recursos públicos para a iniciativa privada e atender aos interesses das forças políticas, fortalecendo as oligarquias locais, o que perdura até os dias atuais, com os novos mecanismos criados. A ausência de políticas públicas estruturantes, que permitem ao povo sertanejo conviver com suas condições edafoclimáticas, mantém a atmosfera propícia à exploração econômica e à dominação política, como se pode constatar no atual período de seca que afetou 258 municípios, resgatando-se os velhos mecanismos que nutrem a *indústria das secas* e as tradicionais práticas políticas. Apesar de muitos estudos técnico-científicos demonstrarem as potencialidades econômicas da região semiárida, perduram as condições necessárias ao processo de acumulação do capital globalizado, assumindo o Estado a posição de braço auxiliar, limitando-se à implementação de políticas setoriais que não conduzem a um efetivo processo de desenvolvimento da região. O objetivo central desta tese foi discutir o processo de desenvolvimento da região semiárida do Estado da Bahia, procurando compreender seus limites e condicionantes estabelecidos pelas circunstâncias históricas, assim como suas potencialidades, indicando caminhos para a construção de um processo de desenvolvimento regional fincado nos princípios da equidade social, com vistas à geração de qualidade de vida para os sertanejos.

Palavras-Chaves: Seca. Região Semiárida. Desenvolvimento. Classes Sociais. Políticas Públicas.

ABSTRACT

Periods of drought are commonplace in a region known simply as the Semiárido. Since the early colonization period, infrequent and unstable rainfall has made farming and ranching extremely difficult, causing severe hardship to the local population and economy, conditions that were essentially ignored by a series of government administrations. The drought of 1877, however, caused great commotion on a national level, demanding a response from the State. This led to the first proposals to resolve the issue at the beginning of the 20th century, defining public programs to collect and store water. At the same time, institutional mechanisms were put in place to transfer public resources to private initiatives to serve the interests of political forces, strengthening local oligarchies, a situation that continues to this day. The absence of public policies that would provide a framework to allow the local population to live with the edaphoclimatic conditions in the region has maintained a social structure that fosters economic exploration and political domination. This is borne out by the current drought which affected 258 of the State of Bahia's 417 municipalities, giving new life to the old mechanisms that nourish the "industry of droughts" and traditional political practices. Despite the fact that many technical and scientific studies have attested to the semiarid region's economic potential, the conditions necessary for the accumulation of globalized capital persist, with the State playing only a supporting role, implementing policies focusing on specific sectors that have not led to an effective development process in the region. The main objective of this thesis is to analyze the development process in the semiarid region of the State of Bahia, seeking to understand the limits and conditions imposed by historic circumstances. The region's potential is also brought into focus, with recommendations for the construction of a regional development process to improve the quality of life of the local population based on the principles of social equity.

Key words: Drought. Semiarid Region. Development. Social Classes. Public Policies.

LISTA ILUSTRAÇÕES

Tabela 1 - Valor da Transformação Industrial (% sobre o total do País)	72
Figura 1 - Dunas no deserto de Surubabel em Rodelas (BA).....	138
Tabela 2 - Número de cabeças de bovinos, caprinos e ovinos e de estabelecimentos destinados à atividade, por Estado, 2006	154
Tabela 3 - Número médio de cabeças de bovinos, caprinos e ovinos de estabelecimentos dedicados à atividade, por quilômetro quadrado de cada Estado, 2006.....	155
Gráfico 1 - Brasil: Distribuição dos efetivos caprino e ovino por Regiões Geográficas, 2006	155
Tabela 4 - Rendimento Médio por Ha, 2010 (RS 1.000)	158
Figura 2 - Planta de Sisal (Agave Sisalana)	165

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ABIMAQ	Associação Brasileira de Indústrias de Máquinas e Equipamentos
ADENE	Agência de Desenvolvimento do Nordeste
ANEEL	Agência Nacional de Energia Elétrica
APAEB	Associação de Desenvolvimento Sustentável Solidário da Região Sisaleira
ASA	Articulação do Semiárido
ATER	Assistência Técnica e Extensão Rural
BID	Banco Interamericano de Desenvolvimento
BIRD	Banco Internacional para a Reconstrução e Desenvolvimento
BNB	Banco do Nordeste do Brasil
BNDE	Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico
BNDES	Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social
CAPPA	Comissão de Acompanhamento do Plano Plurianual
CAR	Companhia de Desenvolvimento e Ação Regional
CATRUFs	Centro de Apoio aos Trabalhadores Rurais da Região de Feira de Santana
CHEFS	Companhia Hidrelétrica do São Francisco
CLT	Consolidação das Leis do Trabalho
CNBB	Conferência dos Bispos do Brasil
CT&I	Ciência, Tecnologia e Inovação
CVSF	Comissão do Vale do São Francisco
CODES	Conselho de Desenvolvimento Rural Sustentável da Região do Sisal
CODEVASF	Companhia de Desenvolvimento do Vale do São Francisco
COELBA	Companhia de Eletricidade do Estado da Bahia
CONAB	Companhia Nacional de Abastecimento
CPRM	Companhia de Pesquisa de Recursos Minerais
CPT	Comissão Pastoral da Terra
CUT	Central Única dos Trabalhadores
CVAFS	Comissão do Vale do São Francisco
DESEMBAHIA	Agência de Fomento do Estado da Bahia S.A
DNOCS	Departamento Nacional de Obras Contra as Secas

EBDA	Empresa Baiana de Desenvolvimento Agropecuário
ECO 92	Conferência Mundial para o Meio Ambiente – 1992
EES	Empreendimento de Economia Solidária
EMBRAPA	Empresa Brasileira de Pesquisas Agropecuárias
EMATER	Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural
EMATERBA	Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural do Estado da Bahia
EMBRATER	Empresa Brasileira de Assistência Técnica e Extensão Rural
ENRC	Eurasian Natural Resources Corporation
FAEB	Federação da Agricultura do Estado da Bahia
FAO	Organização das Nações Unidas para Agricultura e Alimentação
FATRES	Fundação de Apoio aos Trabalhadores Rurais da Região do Sisal
FETRAF	Federação dos Trabalhadores Rurais e da Agricultura Familiar
FGV	Fundação Getulio Vargas
FIDA	Fundo Internacional de Desenvolvimento da Agricultura
FINOR	Fundo de Investimentos do Nordeste
FMI	Fundo Monetário Internacional
FNE	Fundo Constitucional do Nordeste
FNMA	Fundo Nacional de Meio Ambiente
FUNCEME	Fundação Cearense de Meteorologia e Recursos Hídricos
FUNPRESP	Fundação de Previdência Complementar do Servidor Público Federal
FUNRURAL	Fundo de Assistência ao Trabalhador Rural
GEIDA	Grupo Executivo de Irrigação para o Desenvolvimento Agrícola
GTDN	Grupo de Trabalho de Desenvolvimento do Nordeste
IAA	Instituto do Açúcar e do Álcool
IBAMA	Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e Recursos Naturais
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IDH	Índice de Desenvolvimento Humano
IFET	Instituto Federal de Tecnologia
IFOCS	Inspetoria Federal de Obras Contra as Secas
INB	Indústrias Nucleares Brasileiras
INCT	Instituto Nacional de Ciência e Tecnologia
INPE	Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais
INSA	Instituto Nacional do Semiárido

INSS	Instituto Nacional de Seguridade Social
IPCC	Internacional Governamental de Mudanças Climáticas
IRPHAA	Instituto Regional da Pequena Agropecuária Adaptada
LDO	Lei de Diretrizes Orçamentárias
LOA	Lei Orçamentária Anual
MDA	Ministério do Desenvolvimento Agrário
MDS	Ministério do Desenvolvimento Social
MOC	Movimento de Organização Comunitária
NIS	Número de Identificação Social
OAB	Ordem dos Advogados do Brasil
OIT	Organização Internacional do Trabalho
ONG	Organização não Governamental
ONU	Organização das Nações Unidas
PAPP	Programa de Apoio ao Pequeno Produtor rural
PBF	Programa Bolsa Família
PCB	Partido Comunista Brasileiro
PDAN	Programa de Desenvolvimento da Agroindústria do Nordeste
PDTS	Plano de Desenvolvimento Territorial Sustentável
PETI	Programa de Erradicação do Trabalho Infantil
PIB	Produto Interno Bruto
PNAD	Programa Nacional de Amostra a Domicílio
PNB	Produto Nacional Bruto
PNPB	Programa Nacional de Produção e Uso de Biocombustível
PNUD	Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento
POLONORDESTE	Programa de Apoio aos Polos de Desenvolvimento do Nordeste
PPA	Plano Plurianual
PPP	Parceria Pública Privada
PRODEM	Programa de Desenvolvimento Energético de Estados e Municípios
PROBIO	Projeto de Conservação e Utilização da Biodiversidade Biológica
PROHIDRO	Programa de Apoio à Irrigação
PRONAF	Programa Nacional de Apoio à Agricultura Familiar
PROTERRA	Programa de Redistribuição de Terras e Estímulo à Agroindústria no Norte e Nordeste

PROVALE	Programa de Irrigação do Vale do São Francisco
PROVARZEAS	Programa de Apoio à Produção de Alimentos Básicos em Áreas de Várzeas
PIMC	Programa Um Milhão de Cisternas
SASOP	Serviço de Assessoria às Organizações Rurais
SDT	Secretaria do Desenvolvimento Territorial
SEAGRI	Secretaria da Agricultura, Reforma Agrária e Recursos Hídricos
SECTI	Secretaria de Ciência, Tecnologia e Inovação
SECULT	Secretaria da Cultura do Estado da Bahia
SEPLAN	Secretaria de Planejamento do Estado da Bahia
SETRE	Secretaria do Trabalho e Emprego do Estado da Bahia
SIBRATER	Sistema Brasileiro de Assistência Técnica e Extensão Rural
SUAF	Superintendência da Agricultura Familiar
SUDENE	Superintendência para o Desenvolvimento do Nordeste
SSP	Secretaria de Segurança Pública
UNESCO	Fundo das Nações Unidas para a Educação e Cultura
UNICEF	Fundo das Nações Unidas para a Criança
TIC	Tecnologias de Informação e Comunicação
VTI	Valor da Transformação Industrial

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	15
CAPÍTULO 1 SECA: EXPLORAÇÃO E DOMÍNIO POLÍTICO	25
CAPÍTULO 2 O MÉTODO E O PROCESSO METODOLÓGICO.....	51
2.1 O MÉTODO	51
2.2 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS	59
CAPÍTULO 3 REGIÃO SEMIÁRIDA: UMA ABORDAGEM SOCIOLÓGICA.....	65
3.1 CONCEITO DE REGIÃO	65
3.2 CONCEITO DE REGIÃO SEMIÁRIDA	73
3.3 SEMIÁRIDO SERTANEJO	81
CAPÍTULO 4 A OCUPAÇÃO DO SERTÃO.....	93
CAPÍTULO 5 O PROCESSO DE DESENVOLVIMENTO DO SEMIÁRIDO.....	103
5.1 A FORMAÇÃO ECONÔMICA E SOCIAL DO SEMIÁRIDO	103
5.2 O SISTEMA PRODUTIVO DO SEMIÁRIDO	111
5.3 A DEGRADAÇÃO AMBIENTAL: UMA NOVA AMEAÇA	133
5.4 SEMIÁRIDO BAIANO: PALCO DE POBREZA E RIQUEZA.....	139
CAPÍTULO 6 O DESENVOLVIMENTO PERIFÉRICO E A PERSPECTIVA NEOLIBERAL	169
6.1 QUESTÕES CONCEITUAIS	169
6.2 CONCEPÇÃO NEOLIBERAL.....	173
6.3 DESENVOLVIMENTO E SUBDESENVOLVIMENTO: ENREDOS DO MESMO FILME.....	185
CAPÍTULO 7 ESTRUTURA E CLASSES SOCIAIS NO SEMIÁRIDO.....	194
7.1 SITUANDO A IDEIA DE CLASSES SOCIAIS	194
7.2 A ESTRUTURA DE CLASSES NO SEMIÁRIDO	206
7.3 A LUTA DE CLASSES	216
CAPÍTULO 8 SOCIEDADE CIVIL E POLÍTICAS PÚBLICAS.....	233
8.1 SOCIEDADE CIVIL: REFLEXÃO CONCEITUAL	233
8.2 A SOCIEDADE CIVIL ORGANIZADA E AS POLÍTICAS PÚBLICAS	249
8.3 AS POLÍTICAS PÚBLICAS PARA O SEMIÁRIDO: PROPOSIÇÕES DOS PPAS	252
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	272
REFERÊNCIAS	297
Anexo A - Municípios que integram o semiárido baiano: área, população e PIB, 2010..	330
Anexo B - Mobilização social por ações estruturantes e de convivência com o semiárido	337

Anexo C - Nota sobre a situação das comunidades rurais no Norte da Bahia - seca política ou política seca?	341
Anexo D - I Via-Sacra da seca do semiárido baiano Feira de Santana – Bahia, 28 e 29 de maio de 2013 - Via Crucis dos agricultores e agricultoras do semiárido baiano.....	344
Anexo E - Representação gráfica do semiárido brasileiro.....	354

INTRODUÇÃO

O semiárido brasileiro, com área superior à de países como Alemanha, Dinamarca, Grécia, Portugal, Itália e Holanda, juntos, continua sendo a região mais pobre do país, submetida a um aparente e secular descaso do Estado. Embora o impossível não exista, já que tudo, em tese, factível, é possível, em mais de meio milênio de história da *civilização*, os processos conduzidos pela colonização criaram e consolidaram mecanismos de exploração e pobreza que dificultam, nos dias atuais, implementar medidas para romper com as estruturas econômicas e políticas tradicionais e empreender procedimentos capazes de impulsionar o processo de desenvolvimento voltado para a satisfação das necessidades da coletividade.

Até meados do século XIX, os problemas da área, hoje, correspondente ao Nordeste, eram praticamente ignorados; as elites esbanjavam riqueza, a região liderava a economia nacional com a produção açucareira, a pecuária bovina, o algodão e a mineração, com um sistema exportador baseado no litoral. A partir de finais daquele século, mudanças importantes nos cenários internacional e nacional interferiram diretamente na economia regional, culminando com o bloqueio do sistema exportador na segunda década do século seguinte. Somente a partir de então se reconheceu que estava em curso um grande processo de mudanças cujas características principais eram:

a) As consequências advindas do avanço do liberalismo europeu, com o crescimento da burguesia industrial que começou a adubar o terreno no Centro-Sul do Brasil, o que viria ajudar a florescer a *burguesia do Vale do Paraíba* (São Paulo) especialmente a partir da produção de café, que oferece as condições para *capturar* o Estado a seu favor, em parceria com setores oligárquicos nordestinos;

b) As medidas restritivas ao tráfico de escravos, com a iminência de supressão do regime escravista, exigiam modificações nas relações de trabalho e de produção que os proprietários nordestinos não souberam absorver e aproveitar;

c) A crise emerge com desmonte total da economia açucareira e algodoeira por falta de condições de competir no mercado internacional;

d) A grande seca de 1877 que dizimou as plantações de algodão e grande parte dos rebanhos bovinos;

e) A proclamação da República, com a ascensão da burguesia do Centro-Sul ao poder;

f) O desmonte do sistema exportador que aniquilou a economia do antigo regime.

Foi a partir da seca de 1877, que teria dizimado mais de meio milhão de pessoas e gerado grande comoção entre os brasileiros com as notícias de pessoas morrendo de fome e de sede, que a situação do que viria depois ser chamado de semiárido começou a aparecer no cenário nacional como lugar dos *primitivos, coitadinhos, atrasados*. Por *pena, compaixão* ou por *solidariedade cristã*, a sociedade cobrava ao governo medidas de socorro que, sabiamente, soube aproveitar-se ideologicamente de toda aquela situação: reduziu a problemática da região à questão da falta de água e atribuiu à natureza todas as causas da pobreza, da miséria e do atraso, fugindo do debate sobre as verdadeiras causas situadas na esfera da economia e da política. As elites brasileiras, principais responsáveis pela situação, ficaram imunes e puderam dar continuidade a suas práticas exploradoras, de dominação política e de apropriação dos recursos públicos para fins privados. A classe dominante sabia que a solução para a região passava, necessariamente, como ainda passa nos dias atuais, por mudanças profundas na base econômica, na estrutura fundiária e nas relações de produção, mas buscava todos os meios para que o foco do problema fosse desviado para os fatores edafoclimáticos e meteorológicos. Assim, a classe dominante conseguiu convencer a sociedade de que os problemas do semiárido fogem à alçada do Estado, controlado por ela, já que eram causados pela as ideias da classe dominante.

Restava, então, atender ao clamor nacional, com adoção de medidas assistenciais paliativas que pudessem amenizar, temporariamente, o sofrimento da população, o que resultou na *solução hídrica* para o combate à seca - como se a seca, enquanto fenômeno natural, pudesse ser combatida - para socorrer os flagelados nos períodos mais prolongados de seca, através de medidas assistencialistas, promovidas pelo Estado e por setores da sociedade, a exemplo da Igreja que apelava para a solidariedade dos *irmãos ricos* para com os pobres. Consolidou-se a visão de que se trata de uma *região problema*, sem solução à vista, onde seu povo estaria condenado às eternas condições de subdesenvolvimento.

São recentes as tentativas de desconstruir essa visão secular impregnada na cultura do povo brasileiro. Afinal, em toda história, utilizaram-se metáforas como verdades, recorrendo a todos os mecanismos ideológicos possíveis, inclusive da ciência: não são poucos, ainda hoje, os *cientistas* que, em base às suas pesquisas, consideram o semiárido uma região ação da natureza. Afinal, se não chove o suficiente para viabilizar a agropecuária e, quando chove, não se produz porque os solos são pobres, não havia o que fazer, diziam. A sociedade, com exceção de vozes isoladas, aceitou essa máxima, confirmando-se o que Marx já havia constatado: as ideias dominantes numa sociedade de classe são, sempre, economicamente inviável, ignorando todos

os potenciais econômicos - agropecuários, industriais, minerais, energéticos etc., fornecendo os argumentos que os setores conservadores precisam para evitar processos de mudanças numa lógica de distribuição das riquezas, resguardando, assim, os interesses do capital. Destacam-se, nesse sentido, as teses pioneiras de Hans Singer, em 1948 (SINGER, 1962), e de Stefan Robock, em meados da década seguinte (ROBOCK, 1964), que já denunciavam que o problema central do Nordeste era o subdesenvolvimento e não a seca¹.

O objetivo central deste trabalho é compreender e analisar o processo de desenvolvimento-subdesenvolvimento da região semiárida, com foco no semiárido baiano, a partir da sua formação histórica, estrutura social, sistema produtivo e da ação do Estado, numa perspectiva histórico-sociológica, alimentando o debate político e acadêmico sobre o semiárido baiano e brasileiro, na perspectiva de contribuir para o redimensionamento das políticas de desenvolvimento regional.

Desde a ocupação pelos *brancos*, no século XVI, que a região hoje correspondente ao Nordeste, incluindo todo semiárido, tem sido utilizada para atender aos interesses das elites econômicas e políticas, relegando-se completamente a população sertaneja que precisa *autoexplorar-se* (CHAYANOV, 1981) para conseguir os meios de sobrevivência e reprodução. Fatores de produção como mão de obra e recursos naturais, assim como a estrutura do Estado, foram moldados, ao longo da história, para alimentar o circuito da acumulação de capital, sem nenhum direcionamento para um processo de desenvolvimento capaz de atender às necessidades sociais.

A tese central adotada, em função da qual se organizou todo trabalho de pesquisa e de discussão, é de que a economia regional foi moldada e orientada para atender aos interesses do capital: inicialmente, o capital comercial; posteriormente, o capital industrial; hoje, o capital global, em suas vertentes agrária, industrial, comercial e financeira. Portanto, é a partir dos interesses do capital, em cada momento histórico, e em consonância com as condições estabelecidas, que se definem e executam as políticas públicas para a região, sendo o Estado, o instrumento institucional responsável pela viabilização dessas medidas, adotadas em nome do *desenvolvimento regional*, mantendo-se todo o arcabouço político-jurídico necessário à condução do processo.

No campo mais específico, o trabalho pretende:

a) Discutir a questão da seca na região semiárida como estratégia de dominação política e de obtenção de vantagens econômicas;

¹ Ver também sobre esse assunto em Pedrão (2013).

b) Analisar o processo de desenvolvimento regional numa perspectiva histórico-sociológica, fruto do embate permanente das classes sociais;

c) Compreender a região semiárida baiana enquanto território específico, habitada por pessoas com características próprias - os sertanejos, seu sistema produtivo e a estrutura social - que se formou em função do processo de desenvolvimento-subdesenvolvimento construído historicamente;

d) Discutir, criticamente, as políticas públicas de desenvolvimento implantadas, oferecendo indicativos para a formulação de um projeto de desenvolvimento para o semiárido baiano.

O fio condutor de orientação do trabalho é a discussão em torno do processo de desenvolvimento-subdesenvolvimento do semiárido baiano que foi, ao longo da história, mascarado com questões de natureza ideológica, transpondo-se o foco central do problema para aspectos que nada ou pouco têm a ver com ele, a exemplo dos elementos edafoclimáticos, geográficos e meteorológicos, postos sempre como responsáveis pela situação de pobreza da população e de atraso da região. Incorpora-se, em todo trabalho, o entendimento de que só é possível compreender o processo de desenvolvimento de um povo, levando em conta seu processo histórico, seu sistema produtivo, as relações sociais de produção e políticas, as formas de produção, apropriação e distribuição das riquezas, a estrutura social e o embate entre as classes sociais. Em toda história, a atividade produtiva e a ação política foram organizadas e orientadas para atender a interesses das elites, em detrimento da população da região, moldando-se toda a funcionalidade do Estado para dar suporte ao modelo de desenvolvimento adotado.

Para o desenvolvimento do trabalho, recorreu-se ao método dialético por ser o único capaz de dar conta dessa jornada, de permitir a compreensão do processo de desenvolvimento-subdesenvolvimento do semiárido baiano com suas idas e vindas, avanços e recuos, impulsionado pelos conflitos e pelas contradições que norteiam a caminhada histórica de toda humanidade; somente recorrendo à dialética é possível compreender a complexidade, a diversidade e a heterogeneidade socioeconômica, espacial e cultural da região semiárida, superando a visão e as análises cartesianas simplistas (BECKER, 1999) que reduzem o semiárido a uma região geográfica com graves limitações de ordem meteorológica.

O trabalho está organizado em oito capítulos, além das considerações finais, anexos e apêndice. No primeiro capítulo, discute-se a questão central do trabalho, em torno do que se desenvolvem as outras discussões: a questão da seca, partindo-se da situação atual, mas

percorrendo também a trajetória histórica, destacando elementos da exploração econômica e do domínio político. As oligarquias e os segmentos remanescentes souberam, com sapiência, tirar proveito político e econômico das secas, desde os primórdios (SOUZA, 1975; JOSÉ, 1981; MALVEZZI, 1985; ALVES FILHO, 2008) à atualidade, manipulando a vontade eleitoral dos sertanejos e apropriando-se dos órgãos públicos para fins privados.

Obviamente, que não há como evitar os períodos de seca, por tratar-se de um fenômeno da natureza. Há, entretanto, recursos tecnológicos disponíveis para minimizar ou até eliminar os seus efeitos. O Oeste Norte-americano, com destaque para o Estado da Califórnia, é um exemplo disso: com índices pluviométricos muito inferiores aos do semiárido brasileiro, em condições semidesérticas, é considerado o Estado mais rico dos Estados Unidos, com os maiores índices de produtividade agropecuária, graças às tecnologias de produção adotadas e a ação planejada do governo.

Entre nós, os períodos de seca se constituem em momentos para nutrir o circuito do capital, com a disponibilização de mão de obra barata, elevação dos preços dos alimentos e lubrificação da *indústria das secas* que canaliza grandes volumes de recursos públicos para a iniciativa privada. Além disso, são momentos oportunos para a consolidação e ampliação do poder político, utilizando-se das medidas governamentais e da ação ideológica para a manipulação das vontades eleitorais dos sertanejos.

No Capítulo 2, discute-se o método e os procedimentos metodológicos empregados. Após uma breve discussão teórica sobre o método dialético, que norteou todo o trabalho, por entender que somente por esse caminho seria possível compreender o movimento da trajetória histórica da região, fez-se uma curta abordagem sobre os procedimentos metodológicos que foram utilizados: análise documental e entrevistas com informantes-chaves da região.

O Capítulo 3 concentra-se numa discussão sobre a região semiárida, buscando-se uma compreensão que ultrapasse os limites geofísicos e meteorológicos. Após um rápido resgate do conceito de região, procura-se compreender a região semiárida enquanto lugar, com características onde vivem pessoas submetidas a caprichos da natureza, mas, também, e, principalmente, às condições sociais produzidas através das relações sociais, econômicas e políticas estabelecidas; assim, a região semiárida é essencialmente marcada por uma forma de vida determinada pelos conflitos e pelas contradições das relações econômicas e políticas. Dessa forma, antes de qualquer coisa, é um território construído num espaço onde as pessoas, inseridas numa estrutura de classes, agem e reagem, cooperam e competem entre si, num

ambiente de permanentes conflitos e contradições, com as dinâmicas sociais e econômicas próprias que geram o corolário regional.

No Capítulo 4, uma abordagem sobre a ocupação e povoamento do sertão, facilitada pela pecuária bovina, que fazia parte da estratégia de fortalecimento do sistema escravista, criando-se os meios para o abastecimento dos engenhos açucareiros e de toda população costeira, além da necessidade de consolidação da ocupação do território como um todo, ameaçada constantemente, com as tentativas de invasão de outros países, especialmente, a Holanda que chegou a ocupar áreas hoje correspondentes aos territórios da Bahia, Pernambuco, Alagoas e Rio Grande do Norte permanecendo, em terras pernambucanas, por longos treze anos. Precisavam, os colonizadores, consolidar a ocupação e chegar aos sertões passou a ser uma estratégia fundamental para viabilizar o projeto econômico da Coroa.

O Capítulo 5 é dedicado à discussão sobre a formação econômica e social do semiárido que constitui o substrato para a organização da economia e para a formação das classes sociais, e no sistema produtivo, com um rápido resgate das mudanças ocorridas no campo a partir de 1950, com forte intensidade a partir de 1970, que resultaram num *novo rural*, onde sistemas produtivos se modificam e convivem entre si, crescendo a pluriatividade, como forma de garantir a reprodução das famílias mais pobres.

Acomodando a maior quantidade de produtores, a pequena produção de base familiar distribui-se em dois sistemas produtivos: a agricultura de subsistência praticada com a mão de obra familiar em pequeníssimas glebas de terra, ainda preservando as características da agricultura camponesa tradicional, o que não permite sequer a reprodução simples do capital e a reprodução familiar, obrigando a membros da família a recorrerem a atividades complementares não agrícolas; e a agricultura familiar semimercantil, inserida parcialmente no mercado e com alguma capacidade de consumo, com acesso a eletrodomésticos, telefonia móvel etc. Nesse caso, os agricultores dispõem de maior quantidade de terra que lhes permite gerar um excedente para o mercado. A diferença principal, entre elas, está na inserção parcial no mercado, pela segunda, o que implica também em seleção diferenciada dos produtos.

Emerge, na região, com esse segmento que se dedica à agricultura semimercantil, o cultivo de oleaginosas para a produção de biocombustíveis, subsidiado pelo Programa Nacional de Produção e Uso de Biocombustível (PNPB), tendo a mamona como pilar. A ausência de tecnologias apropriadas, entretanto, implica num baixo nível de produtividade, sem condições de competitividade e sem perspectivas de sustentabilidade em curto prazo.

Em perspectiva de crescimento, encontra-se a atividade empresarial, o agronegócio, predominante no semiárido setentrional, mas também expressivo no semiárido meridional com *ilhas de prosperidade* implantadas em muitas localidades, com incentivos oficiais (fruticultura no Vale do São Francisco e na Chapada Diamantina; café na Chapada Diamantina; *fazendas modelos* de pecuária em diferentes localidades). Nesse caso, trata-se da agricultura predominantemente empresarial, utilizando tecnologias modernas com a mão de obra disponível nas proximidades para as atividades mais simples.

Presente, em todo semiárido, como atividades complementares, o extrativismo animal, vegetal e mineral, com idade correspondente ao povoamento da região e com suas ondulações para cima ou para baixo, conforme cada período histórico, que teve papel secundário, porém importante. O extrativismo animal, que em épocas passadas era marcado pela extração do couro bovino e pela *caça* de animais silvestres, hoje está reduzido à extração de couro e peles para o setor industrial; o extrativismo mineral, que teve seu auge na primeira metade do século XVIII, apesar da decadência da atividade, teve papel importante no final do século XIX na absorção de mão de obra com a crise gerada no mercado de trabalho com a abolição da escravatura e desmonte do sistema agroaçucaieiro. Entretanto, com a chegada do capital, por intermédio da indústria mineradora, a partir da década de 1980, os garimpos foram praticamente suprimidos, restando, embora ainda com relevância, a extração de argila, areia, pedra, granito etc. para a construção civil; em poucos casos, a extração de gemas (caso do Garimpo da Serra da Carnaíba, município de Pindobaçu) e de ouro (*região* de Jacobina). O extrativismo vegetal perdura até os dias atuais, com a extração de lenha e produção de carvão.

Destacam-se, também, as potencialidades econômicas da região semiárida, incluindo água, solos, agropecuária, recursos minerais e energéticos, dentre outros, procurando-se desconstruir o estigma de região pobre em recursos naturais e em potenciais econômicos e desfazer o mito de que a escassez de água, pobreza dos solos e ausência de recursos naturais são os responsáveis principais pela situação de pobreza da região.

A discussão do Capítulo 6 concentra-se, inicialmente, na questão conceitual de desenvolvimento e subdesenvolvimento, procurando-se fazer uma distinção entre *crescimento econômico*, *desenvolvimento econômico* e *desenvolvimento*. Os dois primeiros são mensurados através dos indicadores contábeis (PIB, PNB, Rende per capita etc.) e o último mediante indicadores quantitativos e qualitativos que indiquem a condição e a qualidade de vida da população. Discutem-se alguns conceitos da concepção neoliberal do desenvolvimento, como os que reconhecem desenvolvimento como *liberdade* (SEN, 2008) ou subdesenvolvimento

como *estado de espírito* (HARRISON, 1985), dissociados das relações de produção, da divisão social do trabalho e da apropriação da mais-valia (MARX, 1974; LÉVI-STRAUSS, 1979). Admite-se, no conjunto, a tese de Celso Furtado (1964) de que, no capitalismo, o desenvolvimento é um mito, visto que a função do capital é maximizar a extração e a apropriação de mais-valia, impedindo o processo de desenvolvimento enquanto gerador de bem estar social.

Evita-se, em todo trabalho, dissociar os conceitos de desenvolvimento e subdesenvolvimento. Ao contrário, procura-se, no curso de toda discussão, demonstrar que desenvolvimento e subdesenvolvimento são elementos de uma mesma realidade, *enredos do mesmo filme*, faces da mesma moeda que se alimentam, avançam e retraem, a partir das contradições e dos conflitos do próprio sistema econômico e das relações de classe determinadas pelas condições históricas de cada país (FURTADO, 1984b).

No Capítulo 7, a discussão se volta para a estrutura de classes no semiárido, começando com uma abordagem conceitual, entendendo, como admitiu Marx (1974) que a história das sociedades em que prevalece a propriedade privada é a história da luta de classes, acatando a noção de que no capitalismo há duas classes fundamentais, a burguesia e o proletariado, mas há também *classes secundárias* intermediárias, com relevante papel econômico e político.

A partir das mudanças ocorridas na estrutura do poder provenientes do novo cenário a partir da proclamação da República e da Primeira Guerra Mundial, o país ingressa numa fase de industrialização que vai gerar, mais tarde, grandes repercussões em todo território que hoje corresponde ao Nordeste, incluindo-se o semiárido. O poder central, sob o controle da burguesia do Centro-Sul, procura também atender aos interesses das oligarquias regionais e locais, criando mecanismos para facilitar a ação do Estado em favor dos proprietários dos meios de produção, beneficiando toda a movimentação de expansão do capitalismo industrial e agrário, adequando-se o Estado a essa nova realidade. Instituem-se muitos mecanismos para isso, como a criação de órgãos públicos: o Departamento Nacional de Obras Contra as Secas (DNOCS); a Comissão do Vale do São Francisco (CVSF) que vai se transformar em Companhia de Desenvolvimento do Vale do São Francisco (CODEVASF); o Banco de Desenvolvimento Econômico (BNDE); o Banco do Nordeste do Brasil (BNB); a Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste (SUDENE). Do outro lado, os trabalhadores, em geral, continuam excluídos. Inclusive, a consolidação das Leis do Trabalho (CLT), instituída em 1943, deixou de fora todos os trabalhadores do campo que, naquele momento, eram maioria.

As reações à forma de expansão do capital, na década de 1950 e inícios da seguinte foram respondidas com o golpe de 1964 que impôs a ditadura militar que durou mais de vinte anos. Sem as manifestações da sociedade, pelo regime ditatorial, o grande capital agiu livremente: foi quando chegaram, na região semiárida, grandes *projetos de desenvolvimento*, com centros industriais, projetos de grandes barragens e de irrigação. Era o *milagre brasileiro*.

Mas como, numa sociedade de classes, a luta de classes está sempre presente, de forma explícita ou tácita, considerando que os proprietários dos meios de produção e os trabalhadores têm interesses e projetos de vida opostos, na história do semiárido não foi diferente. Desde que os colonizadores aqui chegaram e romperam o vínculo orgânico dos nativos com a natureza, que o conflito se estabeleceu no processo de produção. Em muitos momentos da história esses conflitos deixaram de ser velados para se tornarem explícitos. Relacionam-se os principais conflitos armados ocorridos não apenas na Bahia, mas também no Nordeste, desde as lutas dos escravos, com a formação dos quilombos, ao conflito de Pau de Colher, como manifestações específicas da luta de classes.

O Capítulo 8 é destinado a uma discussão sobre sociedade civil e as políticas públicas no semiárido baiano, por entender o seu papel na luta pelo desenvolvimento regional. Inicialmente, uma reflexão sobre conceitos de sociedade civil, partindo para uma abordagem sobre a sociedade civil organizada que passou e exercer importante papel na relação com o Estado, na busca de políticas públicas para o semiárido. A terceira parte trata das políticas públicas para o semiárido, a partir dos dois últimos Planos Plurianuais (PPAs) do governo do Estado da Bahia, que mantém a concepção tradicional-conservadora de *região problema* e enfrentamento das dificuldades vividas pela população através de ações governamentais pontuais.

Por fim, nas considerações finais, um rápido resgate de elementos chave discutidos e a indicação de uma proposta norteadora para um projeto de desenvolvimento do semiárido baiano gerador de bem estar social. Afinal, ainda são 5,5 milhões de pobres na Bahia e, destes, 2,4 milhões em situação de extrema pobreza (BAHIA, 2011, p. 46). Um conjunto de dez medidas é proposto para integrar um projeto de desenvolvimento para o semiárido baiano, o que, para tornar-se realidade, requer uma ampla articulação e mobilização das forças políticas da região para interferir e modificar as estratégias de intervenção do Estado.

Combater a pobreza numa perspectiva de promover a satisfação das necessidades da população, requer um *novo* projeto de desenvolvimento que só poderá ser definido e implementado a partir do embate permanente, com todos os conflitos inerentes, entre as classes

sociais presentes na estrutura social da região semiárida. Para isso, entre outras condicionantes, é imprescindível a apropriação, pela população sertaneja, do conhecimento e da força política, necessários para interferir na estrutura do Estado afim de que venha gerar políticas públicas de interesse social capazes de alterar substancialmente a realidade regional.

Apresenta-se um indicativo para um projeto de desenvolvimento da região semiárida baiana que, para viabilizar, são necessárias as seguintes condições: a *vontade* da população, o que requer ampla mobilização social e política; a elaboração propriamente dita do projeto, o que requer a participação ativa da população sertaneja, através de suas organizações, exercendo o papel de sujeitos do processo histórico; a articulação das forças políticas da região, congregando as classes e segmentos das classes subalternas - o *pacto semiárido*; o enfrentamento com o grande capital, interferindo na estrutura do Estado para a introdução das medidas necessárias ao processo de desenvolvimento voltado para o atendimento das necessidades sociais e firmado nos princípios da ética e da equidade social.

Acompanham o texto, ainda, quatro anexos: o primeiro (Anexo A) contempla a relação dos municípios que compõem o semiárido baiano, com dados populacionais, área de abrangência e Produto Interno Bruto (PIB); o segundo (Anexo B) corresponde a uma carta ao governador do Estado, elaborada pelos movimentos sociais do Território do Sisal, denunciando a situação da seca na região; o terceiro (Anexo C), um documento assinado por várias organizações sociais sobre a problemática da seca; por fim, o Anexo D, que corresponde a uma versão atual e adaptada à realidade do semiárido da Via-Sacra tradicional, denunciando a situação do povo sertanejo, encenada em evento estadual realizado no campus da Universidade Estadual de Feira de Santana (UEFS)². Como apêndice, uma representação visual do semiárido brasileiro.

² Maio, 2013.

CAPÍTULO 1 SECA: EXPLORAÇÃO E DOMÍNIO POLÍTICO

[...] Faz pena o nortista, tão forte e tão bravo,
morrer como escravo no norte e no sul.

Patativa do Assaré

As secas sempre fizeram parte da história do que hoje é denominado semiárido, sejam aquelas de curta duração, sejam as de períodos mais longos. Em níveis variados, todas causaram grandes danos à vida das pessoas e à economia. Nos últimos 120 anos, cinco grandes secas marcaram a vida dos sertanejos: a de 1877, que dizimou mais de meio milhão de pessoas e gerou uma grande comoção nacional, mobilizando iniciativas de solidariedade e a cobrança de medidas de combate às secas (não se falava, à época, em combate aos efeitos das secas), foi a primeira a receber a atenção do poder central, com a formação de uma comissão imperial para estudar e propor soluções para a seca³, resultando nas providências hídricas iniciadas em início do século XX; a de 1932, que matou milhares de sertanejos por inanição e por vários tipos de doenças, resultando na retomada do programa de açudagem na região, inclusive muitas obras paradas no governo anterior (Arthur Bernades). Milhares de pessoas se amontoavam nas obras, para garantir a sobrevivência, em situações higiênicas altamente precárias que facilitavam o surgimento de várias epidemias que, apesar de algumas medidas governamentais para inspecionar as áreas infestadas, não evitou que "em pouco tempo os campos de trabalho estivessem atulhados de cadáveres" (BARBOSA, 1935, p. 67-74); a de 1958, que também atingiu milhões de sertanejos e obrigou o governo a retomar a política de construção de açudes, estradas e outras obras (inclusive *aeroportos*⁴) para oferecer oportunidade de emprego à população; a de 1982, que gerou grande mobilização num clima de busca da redemocratização do país e resultou nas "Frentes de Trabalho" como forma de criar condições de socorro aos flagelados; e a atual, iniciada em 2011, que apesar do novo cenário, como os programas de transferência de rendas⁵ para as populações mais pobres, o

³ A comissão imperial, dissolvida em 1878, focou suas atenções na Província do Ceará; entre suas propostas estavam a construção de três ferrovias, trinta açudes, a instalação de observatórios meteorológicos e a abertura de um canal que ligasse o rio São Francisco ao Jaguaribe. Das suas propostas, apenas um açude seria construído, o Cedro, em Quixadá, concluído em 1906 (SILVA, 1978; AVELAR JR., 1994).

⁴ A exemplo do *aeroporto* (campo de pouso para pequenas aeronaves) de Valente, no sertão baiano, construído pelos *flagelados* da seca.

⁵ Avalia-se que se não fossem os programas compensatórios de transferência de renda para os segmentos mais pobres, a atual seca teria dizimado milhões de sertanejos, visto que as condições estruturais da região são similares às de épocas passadas.

aumento da capacidade hídrica (especialmente com o programa de construção de cisternas familiares e ampliação da rede de abastecimento de água), vem causando grandes danos à vida das pessoas e à economia regional. Foram anunciadas medidas facilitadoras para acesso ao crédito bancário e a "bolsa estiagem" que vem se renovando a cada três meses. Nenhuma medida estruturante de impacto, capaz de evitar a reprise do filme no próximo episódio.

Na Bahia são 258 municípios em situação de emergência⁶, 97% dos municípios da região semiárida e 62% do total, afetando diretamente mais de seis milhões de pessoas⁷; de forma indireta, a seca atinge toda a população que enfrenta o aumento dos preços dos alimentos, a exemplo do feijão, da farinha de mandioca, frutas e verduras; estima-se que os rebanhos bovinos, caprinos e ovinos foram dizimados em mais de 50%. Mesmo não se dispondo de estudos capazes de indicar os efeitos causados à economia, estimativas dão conta de que os prejuízos chegam a R\$ 4,6 bilhões (FAEB, 2013) e os especialistas acreditam que, com o retorno das chuvas, será necessário, pelo menos, um período de cinco anos para recuperar o que foi perdido, ou seja, para voltar ao patamar anterior.

Trata-se de um fenômeno previsível, podendo, os governos adotarem as medidas preventivas necessárias. Desde 2008 que institutos de pesquisas advertiam que um longo período de seca atingiria o semiárido a partir de 2011, tempo suficiente para a adoção de medidas emergenciais preventivas voltadas para o abastecimento de água e de alimentos para a população e para os animais, evitando-se o caos que se estabeleceu em todo sertão.

Estudos indicam que há cerca de 200.000 anos, a área que compreende ao atual Nordeste era uma região úmida, coberta por uma vasta vegetação semelhante à floresta amazônica, cujo desaparecimento se deve a fatores supostamente relacionados à astronomia, à meteorologia e à geologia, iniciando-se um processo de *aridização* há cerca de 7.000 anos (AGUIAR, 1983). No curso do tempo, a vegetação precisou adaptar-se às novas condições edafoclimáticas: a superfície das folhas das plantas foi se reduzindo; surgiram novas plantas com espinhos; novas formas de reservar nutrientes nos caules que se tornaram mais grossos; muitas plantas passaram a armazenar água em suas raízes (que ganham formas de *batata*), o que permite acreditar ter havido uma transição de um regime chuvoso para o atual, quando

⁶ Março, 2013.

⁷ A população do conjunto dos municípios do semiárido, conforme o Censo Demográfico de 2010, é de 6,8 milhões de pessoas (IBGE, 2010).

períodos de seca⁸ e de chuva se alternaram, numa aparente desordem ecológica.

Essas transformações ocorreram, independentemente, da presença da raça humana. Apesar de indícios de povoamento da região há muito milênios⁹ com razoável nível de segurança pode-se afirmar que elas não são resultado da intervenção antrópica. É a partir da ação humana, com o propósito extrativista lucrativo, predatório, que começam a surgir os primeiros indicativos de alteração do ecossistema com reflexos diretos nas condições edafoclimáticas atuais, com destaque para as práticas agrícolas extensivas que procuram extrair da natureza, além do que ela pode oferecer, com a destruição de recursos hídricos, os desmatamentos e as agressões decorrentes da destinação de resíduos sólidos e líquidos, alterando, substancialmente, a qualidade dos solos e a conservação das fontes de água, com reflexos nas condições climáticas. Os recursos naturais vão se exaurindo, de forma gradativa, mas permanente, com o empobrecimento dos solos, inclusive acelerando o ritmo da erosão, a diminuição da flora e da fauna: “À medida em que cresciam as necessidades, minguavam os recursos.” (AGUIAR, 1983, p. 36). Há muitos relatos de práticas predatórias desde o período colonial, o que só agravou a situação com alterações no ritmo natural, resultando na redução da caça e da pesca e no desaparecimento de *minações* e nascentes a partir da devastação da vegetação nativa. Embora não haja, ainda, comprovação sobre a relação entre a degradação ambiental e a seca, especialistas admitem que o processo de *aridização* da região esteja diretamente relacionado com a degradação dos recursos naturais, com destaque para o desmatamento que reduz a resistência à evaporação, a proteção aos solos etc.

As secas sazonais, que segundo a sabedoria popular, *tardam, mas não faltam*, sempre fizeram parte da história do sertanejo; embora se registrem períodos de seca em breves espaços de tempo, esses períodos de estiagem são considerados de curta duração, que perduram entre um e dois anos, e ocorrem sempre em intervalos que variam entre oito e doze anos; já outras, com períodos mais prolongados, se repetem a cada ciclo de 25-30 anos e duram entre 2 e 5 anos. Essas secas são devastadoras, dizimam as plantações e os animais, deixando a população com sede e fome (são os casos, mais recentes, de 1932, 1958, 1982, 2012): “A seca é uma coisa terrível. Muita gente morre, outras têm a vida encurtada pela fome” (TAVARES et al, 1996, p. 24). Além da fome, cria-se um ambiente propício para a

⁸ As que mais causaram danos foram as seguintes: século XVI – 1559 e 1589; século XVII – 1602, 1614, 1623, 1644, 1666, 1678, 1692; século XVIII – 1710, 1722 (chegou a 1727), 1736, 1742, 1750, 1760, 1776, 1783, 1791; Século XIX – 1803, 1808, 1815, 1825, 1830, 1843, 1887, 1898; século XX – 1900, 1907, 1915, 1919, 1913, 1932, 1942, 1950, 1952, 1958, 1970, 1979, 1987 (CARLI, 1982; 1984; SILVA, 2008) e, mais recentemente, 1993, 1997, 2001, 2007 e a atual.

⁹ Registros arqueológicos dão conta da existência humana na Serra da Capivara (Piauí), desde 40.000 anos atrás.

transmissão de doenças, como leptospirose, dengue, doenças respiratórias e cardiovasculares, além de outras transmitidas, principalmente, pela água (CICLO VIVO, 2013). Relatos de casos ocorridos no século XIX dão conta de que para fugir da fome e da sede, famílias inteiras viajavam a pé, em busca de situações mais amenas, distantes cinquenta léguas ou mais. Nesse percurso, recorriam ao umbuzeiro (que forneciam água armazenada em suas raízes em formas de *batata* e, em certas épocas do ano, também o fruto), ao mel silvestre, ao xique-xique, ao miolo da vergôntea, ao couro cru torrado no fogo, à carniça de animais mortos, à goma da raiz de *mucunã*, ao palmito de palmeiras, ao consumo de pequenos lagartos (lagartixa, calandro), o que não era suficiente para evitar a morte por inanição. É devastadora, também, a ação da seca na economia: o governo socorre as populações atingidas com medidas emergenciais, mas com o retorno das chuvas, são necessários entre três e cinco anos para que as plantações e os rebanhos cheguem ao patamar anterior e isso justifica ações diferenciadas do Estado para o sistema produtivo rural no semiárido. Além disso, a seca afeta também as populações urbanas com a diminuição do seu poder aquisitivo a partir da elevação do preço dos alimentos, como ocorre atualmente¹⁰, registrando-se a majoração dos preços de produtos regionais, em relação a um ano atrás, em mais de 100%, a exemplo do feijão, milho e farinha de mandioca.

Não há, ainda, uma definição precisa para a seca que contemple toda sua abrangência e complexidade. As muitas tentativas feitas se limitam, quase sempre, a uma definição meteorológica e hídrica, sem incorporar os aspectos sociais, econômicos e ambientais, e mesmo assim não respondem às especificidades regionais. No Rio Grande do Sul ou no Paraná, trinta dias sem precipitações podem ser considerados um longo período de seca; no Nordeste, ficar até três meses sem chover é rotina. Em Bali, na Indonésia, um período de seis ou mais dias sem precipitação já é reconhecido como um período de seca; no Líbano, ao contrário, apenas um período de mais de dois anos sem precipitação é considerado como estado de seca (HUDSON; HAZEN, 1964). Por essa perspectiva, a seca é reduzida a um déficit de umidade, que acarreta influências desfavoráveis às plantas, animais e pessoas de uma determinada região (WARRICK, 1975); um período de seca é um período de um ou mais anos com vazões abaixo da média de longo termo (ROSSI et al, 1992), ou, ainda, “um período prolongado de baixa pluviosidade ou sua ausência, em que a perda de umidade do solo é superior à sua reposição.” (KOBAYAMA et al, 2006, p. 80).

¹⁰ Janeiro, 2013.

Mesmo entendendo essas definições como válidas, já que a seca implica, sempre, em perda de umidade etc., são demasiadamente simplistas e não retratam a complexidade do objeto, visto que as secas, quando prolongadas, interferem no ecossistema local (morrem espécies animais e vegetais), desagregam famílias (desemprego, migração etc.), reduzem o poder de compra da população com a elevação dos preços dos alimentos, interferem nas políticas públicas com a diminuição da arrecadação de impostos e têm efeitos devastadores sobre a economia, afetando diretamente a vida das pessoas.

A primeira grande seca que se tem notícias no Brasil ocorreu em 1559, cujos efeitos na Bahia foram descritos pelo padre jesuíta Serafim Soares Leite que demonstrou ter sido o índio a vítima principal, considerado *selvagem, ingênuo e inferior*, e os novos moradores do sertão comandados pelo homem branco; a segunda foi a de 1589, relatada pelo também jesuíta Fernando Cardin quando cerca de cinco mil índios precisaram buscar ajuda dos brancos para sobreviver (ALVES, 1982).

Durante os períodos colonial e imperial, nada foi feito de mais significativo para enfrentar a situação. Decretos da Coroa, a partir do século XVIII, visando coibir o processo de ocupação desordenada com os desmatamentos e queimadas, já entendidos como geradores de instabilidade climática, recomendavam à população concentrar-se nas proximidades de rios e nascentes, para plantar mandioca que pudesse socorrer os famintos, alguma caridade aqui e outra ali, para socorrer a população em casos de calamidade, transferindo para a sociedade responsabilidades da competência do Estado¹¹. Foi somente a partir da República, ainda sob a memória da grande seca de 1877, que além de dizimar mais de meio milhão de pessoas, teria elevado a mortalidade infantil de 30% para 80% e acelerado o colapso da economia nordestina que resultou na devastação dos plantios de algodão, que o problema das secas passou a incorporar a pauta da imprensa e a agenda governamental.

A seca de 1877 foi precedida pela crise do algodão agravada por fatores externos. A Guerra de Secessão norte-americana (1861-1865) elevou significativamente o preço do algodão no mercado internacional, gerando um enorme fluxo migratório de milhares de famílias que se dirigiam às terras semiáridas do sertão para cultivar o *ouro branco*, bem adaptado às condições edafoclimáticas; era o *El Dorado* que enriquecia os comerciantes e alimentava as oligarquias nordestinas. Com a volta à normalidade norteamericana, o mercado algodoeiro restringiu-se bruscamente e a economia nordestina entrou em colapso. Até então, a

¹¹ A constituição de 1824, Art. 179, § 31, definia: "Em casos excepcionais, ou de calamidade pública, de pestes, inundações, secas, falta de colheita [...], é dever da sociedade socorrer seus membros, ir em seu auxílio, dar-lhes proteção [...]".

região que hoje corresponde ao Nordeste, era pujante, esnobava riqueza com os usineiros da *zona da cana* e dos fazendeiros que produziam algodão e possuíam grandes criatórios bovinos e tinham em suas mãos o destino da gente sertaneja. De repente, tornara-se uma *região problema*, um entrave ao crescimento econômico nacional (COSTA, 2005).

A seca de 1877, que dizimou 30% da população que habitava a área da seca, estimada em cerca de 1.754.000 pessoas (CARVALHO et al, 1973, p.180), foi o *tiro de misericórdia* para a já debilitada economia *nordestina*, pelo caos provocado. As cidades do interior e do litoral tornaram-se receptoras de multidões de deserdados; corpos famintos e desidratados eram encontrados nos leitos secos dos rios e dos riachos transformados em trilhas de fuga, consolidando todo imaginário da seca na consciência nacional.

Diante do pânico gerado pelo grande número de flagelados que, diariamente, *invadiam* as cidades da região, o governo planejou *exilar*, na Amazônia, os deserdados nordestinos que enchiam as ruas e praças em busca de socorro, mas a pressão política da opinião pública cobrava soluções e acabou por impedir que a medida se concretizasse; somente a partir de então, o governo começou a estudar medidas de *combate às secas*, optando pela *solução hídrica*, por entender que o problema se resumia à falta de água. Em 1909, criou-se a Inspeção de Obras Contra as Secas (IOCS). Essa visão, explícita ou não, perdura até os dias de hoje, visto que a questão da seca continua restrita à falta de água. Ainda na década de 1930, acreditava-se que a construção de grandes barragens poderia se constituir em polos de desenvolvimento, gerando a transformação do território circundante, fomentando, “no futuro, centros de atividade agrícola e industrial; em torno deles formar-se-iam núcleos de instrução e educação; para eles convergiam os habitantes que se retiravam [...]” (NOVAES, 1935, p. 374). Esse *modelo* se reproduz a partir do *milagre brasileiro* da década de 1970, desta feita, porém, inserido no circuito do capital internacional, com a construção de grandes barragens sob a justificativa de abastecimento de água e viabilização de projetos de irrigação.

É importante destacar, também, o papel do *movimento modernista* que surgiu na década de 1920, composto por intelectuais que militavam no mundo da cultura, com destaque para a literatura e as artes, pregando uma revisão crítica de toda visão colonialista e a construção de uma cultura nacionalista fincada na realidade brasileira. Assim, contribuiu significativamente para o *regionalismo nordestino*, quando procurou resgatar a cultura e interpretar o cotidiano do povo brasileiro, com sua versão regionalista que colocou o drama das secas no centro do debate nacional através da literatura, da música, do teatro e da

pintura¹², pautando toda uma discussão sobre o Estado e das suas funções, fortalecendo a necessidade de descentralização, de “retirar tarefas do centro estatal e consigná-las às entidades locais que o próprio Estado cria [...]” (AMARAL, 2002, p. 148). Papel importante teve, também, nessa inserção do Nordeste no cenário nacional, o Padre Cícero Romão do Juazeiro (o *Padim Ciço*) em suas articulações com os coronéis cearenses e com o cangaço, especialmente o bando de Virgulino Ferreira da Silva, o Lampião, que trazia pânico, mas ajudava a fortalecer as oligarquias regionais pelos acordos que fazia com coronéis: perseguição a uns e proteção a outros. Aliás, como era uma via de mão dupla, Lampião precisava também de proteção, de conseguir munição etc., o que explica, em parte, seu compromisso com o Padre Cícero de combater a Coluna Prestes, o que, certamente, contribuiu para que sua vida de *cangaceiro* durasse quase duas décadas (1920-1938).

A ascensão de Getúlio Vargas ao poder, fruto da vitória dos liberais, permitiu introduzir grandes modificações na estrutura da máquina governamental, na tentativa de modernizá-la; criaram-se vários organismos públicos¹³, inclusive o Departamento Nacional de Obras Contra as Secas (DNOCS), em 1945, em substituição ao Instituto Federal de Obras contra as Secas (IFOCS). Entretanto, nenhuma medida de natureza estruturante que pudesse se constituir em resposta para os problemas da região semiárida foi adotada. A primeira tentativa de uma intervenção mais significativa veio com Celso Furtado, na década de 1950, a partir do GTDN¹⁴ coordenado por ele e que forneceu as bases para a criação da SUDENE. A partir de estudos já realizados desde a década anterior, Furtado defendeu a tese de que a pobreza do Nordeste resultava muito mais da forma de exploração da força de trabalho, das relações de produção estabelecidas e da estrutura agrária, do que imposta pela seca; o problema já era visto como de natureza social e política e não apenas natural, como, aliás, já demonstravam outros estudos (SINGER, 1962; ROBOCK, 1964). Ele chegou a propor ao Congresso Nacional um projeto de lei para a desapropriação de terras para serem utilizadas em projetos de irrigação, na perspectiva de fixar o agricultor à terra e evitar a agricultora desagregadora da paisagem e dos solos e geradora de pobreza para os trabalhadores.

¹² Podem ser citados, como exemplos: Gilberto Freyre, com o *Manifesto Regionalista*; José Américo, com *A Bagaceira*; Graciliano Ramos, *Veredas*; José Lins do Rego, com *Menino de Engenho*; Raquel de Queiroz, *O Quinze, Caminho das Pedras* e outros; o poema de João Cabral de Melo, *Morte e Vida Severina*; a peça teatral de grande sucesso em todo país *O Auto da Compadecida*; e o *Hino Nacional* de Luiz Gonzaga, *Asa Branca*, cantada também em espanhol, grego e inglês.

¹³ Criou o Ministério da Educação e da Saúde e o Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio (1930), a Justiça Eleitoral (1932), a Justiça do Trabalho (1939), editou a Consolidação das Leis do Trabalho (1943), a Companhia Vale do Rio Doce (1942), a Companhia Hidrelétrica do São Francisco (1945).

¹⁴ Grupo de Trabalho de Desenvolvimento do Nordeste.

Obviamente, que o projeto foi rejeitado, ficando suspensa a possibilidade de uma intervenção social mais consistente no sertão. Bem mais tarde, Furtado declarou:

A lei de irrigação que eu tentei fazer quando estava na SUDENE era uma pequena reforma agrária. A ideia era investir dinheiro público no setor rural em grande escala. Isso só seria possível modificando a estrutura agrária. Mas fui derrotado. (TAVARES et al, 1996, p. 47).

Mas, o contexto social parecia favorável a Furtado: havia certa empolgação de importantes parcelas da sociedade em relação às suas propostas de superação da *solução hídrica*, com a implantação de medidas mais estruturantes; por outro lado, era forte a pressão dos movimentos sociais rurais, capitaneados pelas Ligas Camponesas, que reivindicavam reformas de base; por fim, o surgimento da televisão que permitia mostrar cenas de flagelados da seca, morrendo à míngua, o que provocou uma grande *comoção nacional* em torno do problema.

Suas propostas, entretanto, tinham a desconfiança de muitos setores do Poder Executivo e a oposição do Poder Legislativo. As forças conservadoras valeram-se, inclusive, de argumentos bastante inusitados para evitar que a *lei de irrigação* fosse aprovada. Um desses argumentos foi de associar Celso Furtado ao movimento comunista internacional: em seu discurso no Senado Federal, o senador paraibano Argemiro de Figueiredo, declarou: “Precisamos nos livrar desse astuto bolchevista [...]” (TAVARES et al, 1996, p. 21), referindo-se a ele.

A visão hidráulica que orientou toda ação governamental desde as primeiras iniciativas de *combate às secas* estava também acompanhada de contestações. Por ocasião da transformação da Inspeção de Obras contra as Secas (IOCS) em Inspeção Federal de Obras contra as Secas (IFOCS)¹⁵, em 1919, em palestra proferida no Clube dos Engenheiros¹⁶, no Rio de Janeiro, o engenheiro Aarão Reis já defendia medidas estruturantes para equacionar a problemática das secas:

O que tudo depende – principalmente num país, como o Brasil, novo, de enorme extensão territorial, de solo demasiado acidentado e de população ainda demasiado escassa – do rápido desenvolvimento, dum bom sistema circulatório, bem traçado e bem aparelhado, na terra, na água e no ar: – navegação de longo curso, de cabotagem, e fluvial, estradas de ferro e de rodagem, aerocirculação, telégrafo por fio e sem fio, aperfeiçoamentos postais; isto é: – larga, ampla e fácil circulação para pessoas, cousas, pensamentos e ordens. (REIS, 1920, p. 230).

¹⁵ Em 1945 foi transformado em Departamento Nacional de Obras contra as Secas (DNOCS).

¹⁶ Agosto de 1919.

Mas, o governo continuou acreditando que armazenamento de água e irrigação de grandes projetos eram a solução, sem levar em consideração inclusive as restrições técnicas. Em 1970, o Plano Plurianual de Irrigação elaborado pelo Grupo Executivo de Irrigação para o Desenvolvimento Agrícola (GEIDA), para o período de dez anos, previa irrigar 195.271 hectares, com a expectativa de gerar 125.000 empregos. Uma avaliação realizada oito anos depois constatou que apenas 19.106 hectares – menos de 10% do previsto – haviam sido irrigados (AGUIAR, 1983, p. 48).

O IOCS foi logo capturado pela oligarquia cearense, desde seu nascedouro, mantendo-se submerso às ingerências e interesses políticos, o que perdurou com o IFOCS e o DNOCS. Mas os cearenses souberam tirar proveito da situação: entre 1910 e 1980, foram construídos, no Ceará, 61 açudes públicos, com capacidade para armazenar 6.663.672.000 m³ de água, enquanto na Bahia, no mesmo período, foram construídos 32 açudes, com capacidade para 662.509.000 m³ (CARLI, 1984, p. 229), ou seja, no território baiano, com uma área semiárida mais do que três vezes superior à cearense, ficaram somente 52% número de açudes e apenas 10% da capacidade de armazenamento do feito no Ceará naquele período. Na Bahia, as oligarquias concentraram seus esforços nos projetos particulares, sem demonstrar a mesma preocupação em relação ao interesse público.

A seca devasta tudo, provoca fome, morte, colapso da produção agrícola e estrangulamento da economia, afetando toda a sociedade, porém, as principais vítimas sempre foram os mais pobres: “quando há uma seca, toda estrutura sofre, mas o peso maior é suportado pelos que estão mais embaixo” (TAVARES, 1996, p. 27). Como reconhece Celso Furtado, o problema central não está na falta de água, mas numa estrutura social, econômica e política, historicamente, construída: “a água não é problema, e isso é o mais terrível, pois se sofre com tanta seca e a água está ali, só que mal utilizada” (TAVARES, 1996, p.51).

Entretanto, desde cedo, alguns se aproveitavam da situação e dela se beneficiavam, sem ética nem escrúpulo. Um relato da situação, ainda no século XVII, indica muito bem como agiam os aproveitadores:

Vítima da fome, da indigência, a honra das donzelas, a fidelidade das casadas, a boa fé de muitos e a presença de diversos que outrem eram abastados e dispunham de recursos; tudo deu pasto à usura e à perversidade; tais especuladores houve, tais traficantes de ocasião apareceram e se locupletaram comprando por diminuto preço e lesão enormíssima, escravos, ouro e prata em obras [...]. (CARLI, 1984, p. 43).

Cada momento crítico se constituía em boas oportunidades para os comerciantes aumentarem seus lucros; majoravam os preços dos produtos, elevando o custo de vida a

patamares inacessíveis para os segmentos mais pobres, aproveitavam sagazmente dos mais vulneráveis¹⁷ para ganhar dinheiro fácil, como bem retrata a canção de Patativa do Assaré e Luiz Gonzaga: “[...] e vende seu burro, jumento e o cavalo, até mesmo o galo, venderam também, meu Deus, meu Deus, pois logo aparece, feliz fazendeiro, por pouco dinheiro, lhe compra o que tem [...]”¹⁸.

Tecnicamente, a solução para o problema das secas, entendendo-se como os caminhos para a convivência com ela, era relativamente simples: captação e armazenamento de água (barreiros, açudagens, perenização de rios, cisternas, poços artesianos etc.), com sistemas de distribuição e de irrigação apropriados em locais onde as condições permitissem; a substituição das *lavouras de chuva* por lavouras de sequeiros; reforma agrária, com modificações radicais na estrutura fundiária, substituindo-se o latifúndio improdutivo por sistemas produtivos apropriados, especialmente voltados para a pequena produção de base familiar; políticas de industrialização focadas no desenvolvimento regional; redefinição sobre a utilização das riquezas naturais do semiárido etc. Tais medidas, certamente, só poderão ser adotadas por decisão política e requerem um conjunto de outras de fomento e de apoio, a exemplo de um sistema de assistência técnica e extensão rural eficiente, programas de ciência e tecnologia, incentivos fiscais e crédito.

A adoção de medidas, efetivamente, voltadas para mudanças estruturais na região semiárida pressupõe, antes de tudo, a substituição de paradigmas que ainda dominam muitos segmentos intelectuais e políticos; o principal deles é a substituição da concepção de *região problema* por outra que conceba o semiárido como área de oportunidades, de grandes potenciais humanos e econômicos, e que o problema não se resume às questões naturais como falta de água e às condições meteorológicas; aliás, esses são de dimensão menor: ainda no século XIX, Alfred Marshall¹⁹, economista liberal inglês, afirmou que

[...] no longo prazo, a riqueza nacional é governada mais pelo caráter da população do que pela abundância de recursos naturais, onde os atributos éticos e intelectuais são um dos mais valiosos entre todos os insumos da função da produção, um dos ingredientes decisivos na receita do crescimento econômico. (FONSECA, 1992, p. 65).

É preciso superar a análise superficial de que a seca é o elemento desestabilizador da economia e da vida social no semiárido, responsável pela fome e pela miséria (ANDRADE, 1985). Obviamente, que nos períodos de seca se manifestam o desemprego, a desagregação

¹⁷ Eram camponeses, sitianteiros, posseiros, índios, trabalhadores livres.

¹⁸ *Triste Partida*, letra de Patativa do Assaré e música de Luiz Gonzaga.

¹⁹ Liberal, professor de economia (1840-1924).

familiar etc., entretanto, os estragos causados pela seca são decorrentes de um ambiente construído e mantido para o estabelecimento do caos nesses períodos de estiagem prolongada e se inserem na lógica da acumulação capitalista.

Apesar do estrago causado ao meio ambiente e à vida da maioria das pessoas, a seca sempre deixou resultados *positivos* para alguns segmentos sociais, sendo os principais beneficiários os fazendeiros, comerciantes e políticos.

Os fazendeiros tiravam (como ainda tiram, nos dias atuais) proveito da situação por vários caminhos, destacando-se: a) Nos períodos de seca, a mão de obra rural se torna ainda mais desvalorizada; abundante, permitindo a contratação por preços irrisórios que não garantem sequer as condições mínimas de reprodução. É quando fazendeiros, capitalizados, aproveitam para preparar suas propriedades para o período de bonança futuro: a *roçagem* da caatinga para novas pastagens; a limpeza do pasto; a confecção de cercas no interior e no entorno da propriedade; a escavação de tanques e barreiros para o armazenamento de água. Tudo isso é feito a custos baixíssimos, constituindo-se num investimento promissor para o período chuvoso: “quando bate a seca, resta à *peãozada* trabalhar de graça pro patrão ou ir embora pro sul” (informação verbal)²⁰, depõe um trabalhador rural sem terra, *morador de favor* de uma fazenda de médio porte; b). Foi regra, por muito tempo, canalizar obras e serviços de *programas emergenciais* de combate aos efeitos das secas para as propriedades dos fazendeiros: poços artesianos, pequenas e grandes barragens, barreiros, estradas, limpeza dos pastos com as *frentes de trabalho*²¹, num exercício de transferência direta de recursos públicos para a esfera privada, de forma direta ou indireta, visto que as obras de infraestrutura sempre foram eficazes instrumentos de valorização da propriedade. Recursos públicos eram desviados para construir reservatórios, abrir ou recuperar estradas e outras obras nas propriedades particulares, sob o argumento de criação de postos de trabalho para os flagelados, fortalecendo a estrutura oligárquica no sertão e agravando, ainda mais, o seu quadro econômico (SILVA, 2008).

Os comerciantes aproveitam os períodos de crise para aumentar seus lucros, e isso se concretiza por três vias: através da elevação dos preços dos produtos a níveis especulativos, o

²⁰ JPS, 52 anos, município de Santaluz. Em 20/03/2011.

²¹ As *Frentes de Trabalho* criadas em 1999 tinham como atribuições: construção ou limpeza de açudes, cacimbões e poços; construção e conservação de estradas; limpeza de roças e construção de curvas de nível; calçamento de ruas; construção de esgoto sanitário; fabricação de tijolos; limpeza urbana; construção de prédios públicos; merenda escolar e trabalho em creches públicas. Introduziu uma inovação: os participantes deveriam estar matriculados em programas de alfabetização ou de formação profissional, entretanto, apenas 13% se inscreveram nesses programas e não se tem registro dos resultados (DUARTE, 2011).

que impacta no poder aquisitivo não apenas dos *flagelados*, mas de toda sociedade; através do fornecimento de gêneros alimentícios aos *programas emergenciais* de distribuição de alimentos, sem qualquer controle²²: “a gente viu que os produtos como o feijão, a farinha, a fubá, a carne, não tinham o peso certo; a gente fez várias denúncias disso aos órgãos do governo, mas nada foi feito” (informação verbal)²³, e através de um negócio altamente lucrativo, o comércio da escassa e preciosa água, o que se faz por vários meios: o aluguel de *carro-pipa*, contratado pelo governo para fornecer água às comunidades rurais, cujos ganhos eram aumentados com as rotineiras práticas desonestas: “o carro pipa?, era um roubo só, o cara dava uma viagem e recebia três, era só pedir a pessoas da comunidade pra assinar um papel, essas pessoas não sabiam o que estavam assinando, e ele fazia o relatório dele” (informação verbal)²⁴.

Fatos dessa natureza se repetem nos dias atuais: lideranças comunitárias da região do sisal denunciam que carros-pipa contratados pelo Exército para fornecer água às comunidades estão multiplicando por três o seu faturamento: “o motorista está dividindo a água de cada viagem por três comunidades, aí ele pega três tíquetes e recebe como se tivesse fornecido três carros completos” (informação verbal), disseram participantes de uma reunião realizada em Valente para discutir a situação atual da seca e as medidas adotadas pelo governo²⁵.

A venda da água, em pequenas quantidades, nas cidades do interior, é um bom negócio: o comerciante adquire uma carroça, puxada por um burro e entrega a um trabalhador mediante um acordo de arrendamento, cabendo a este cuidar do animal e remunerar o proprietário conforme o faturamento. Com um vasilhame de 200 litros de água, geralmente de má qualidade, percorre as ruas oferecendo o produto, em latas de 20 litros a preços exorbitantes. Vítimas de um sistema onde a água é controlada por poucos, os sertanejos acabam se obrigando a torná-la um produto comercial inserida na lógica capitalista. Essa prática foi bastante reduzida nos últimos anos, com ampliações do sistema de abastecimento de água, mas não foi eliminado porque, nos períodos de escassez, é acentuado o racionamento do produto, não atendendo às necessidades da população.

Há denúncias de desvio de finalidade dos órgãos do Estado para beneficiar o capital comercial: reportagem do jornal Folha do Estado (2013) denuncia que na cidade de Conceição

²² A própria legislação permite, nessas ocasiões, gastos públicos sem necessidade de qualquer controle de preços.

²³ JCPS, 58 anos, líder sindical do município de Feira de Santana. Em 10/02/2011.

²⁴ O mesmo depoente.

²⁵ Reunião realizada em 17/04/2012, na sede da Associação de Desenvolvimento Sustentável Solidário da Região Sisaleira (APAEB).

do Coité a Empresa Baiana de Água e Saneamento (EMBASA) suspendia o abastecimento à população, obrigando-a a comprar o precioso líquido através de carros pipas de particulares que são abastecidos pela própria EMBASA, o que levou a um dos entrevistados a questionar: "se não tem água pra população, por que tem para encher os carros pipas"? Em seu noticiário²⁶ noturno, a TV Subaé²⁷ mostrou uma situação parecida na cidade de Conceição do Jacuípe: a população denunciava que o abastecimento de água pela EMBASA estava interrompido há cerca de dois meses e mostrou imagens dos carros pipas *atendendo* à população.

Os comerciantes, aliás, que no passado se apropriavam do excedente agrícola para transformar em lucro para a metrópole, modernizaram os mecanismos de apropriação do excedente agrícola em toda região semiárida em benefício próprio, o que perdura ainda nos dias de hoje: aproveitando da instabilidade climática e a vulnerabilidade econômica dos pequenos produtores, adquirem ainda *na folha*, de forma antecipada, a produção de milho, feijão, mamona, sisal etc. a preços que giram entre 50 e 60% dos preços de mercado. São os *atravessadores* que institucionalizaram verdadeiros instrumentos de extorsão do produtor e de superexploração do trabalho, para maximizar seus lucros, criando um grande gargalo no processo de comercialização dos produtos agrícolas em toda região, responsável em parte pela baixa remuneração dos produtores e pelos indicadores de pobreza rural: "veja a situação dos atacadistas de farinha e de feijão de Feira de Santana, ou os comerciantes de sisal de Conceição do Coité, são todos muito ricos, seus automóveis são dos mais caros, todos têm boas fazendas (informação verbal)²⁸".

No atual período de seca, o governo federal adquiriu uma grande quantidade de equipamentos industriais (tratores, retroescavadoras etc.) que eram distribuídos entre os municípios da região semiárida para serem utilizados na escavação e limpeza de barreiros, pequenas barragens etc., nutrindo com volumosa soma de recursos os setores industrial, comercial e financeiro. A entrega era feita sempre em grandes atos públicos, com a concentração dos prefeitos beneficiados em alguma cidade-polo²⁹, quando altas autoridades se faziam presentes e se esforçavam para demonstrar em seus discursos o *compromisso* do governo para com a problemática da seca.

²⁶ Veiculado em 15/01/2013.

²⁷ Afiliada à rede Globo.

²⁸ RAS, Engenheiro Agrônomo, com atuação profissional junto a organizações sociais. Em 15/08/2012.

²⁹ Feira de Santana foi uma delas.

Por fim, o uso político. Institucionalizam-se muitos mecanismos para assegurar o controle político da água que exerce uma função preponderante na manutenção do poder do Estado, envolvendo toda uma rede que vai dos órgãos públicos que estão no topo da hierarquia governamental àqueles de menor importância ocupados pelos cabos eleitorais interioranos, nas esferas federal, estadual e municipal. Os chefes políticos, com a intermediação dos empresários, são apresentados à população como pessoas generosas e caridosas, que transportam água, distribuem alimentos, constroem estradas, fazem *aguadas*, criam oportunidades de emprego. A corrupção se estabelece sem nenhum controle, na liberação e utilização das verbas públicas, beneficiando setores empresariais e políticos, que consistia, por um lado, no fato de

O chefe político – ou o prefeito ou seus vereadores – controla a distribuição da água retirada dos açudes através dos caminhões que a transportavam regularmente, conhecidos como “carros-pipas”, e que, naturalmente, a levavam principalmente – e, às vezes de forma exclusiva – às propriedades rurais dos seus eleitores. Na sede dos povoados, o ritual se repete na distribuição da água às mulheres, que entram em longa fila para ter o direito de encher sua lata d’água na torneira do carro-pipa – parado, normalmente, no meio da praça – para, depois de cheia, levá-la na cabeça para casa. Sem contar os latifundiários, em cujas terras, usualmente, foram construídos os açudes. (ALVES FILHO, 2008, p. 31).

e, por outro lado, no desvio das verbas destinadas à contratação de carros-pipas; à construção de açudes, barragens, estradas; à escavação de poços artesianos; à formação de *Frentes de Trabalho* ou à compra de alimentos para socorrer os flagelados.

No atual período de seca, o "vale estiagem" é destinado às famílias pobres do meio rural, inscritas no Número de Identificação Social (NIS), sendo que muitas delas não conhecem o benefício. As listas nominiais, disponibilizadas de forma restrita pelo Ministério do Desenvolvimento Social (MDS), chegam exatamente nas mãos dos políticos que se encarregam de localizar as famílias e levar-lhes a boa notícia de que o dinheiro está depositado na Caixa Econômica Federal, aparecendo como intermediário de um benefício público.

Consolida-se um verdadeiro negócio na troca de água e de outros benefícios – adquiridos com dinheiro público – por voto. O sertanejo, cordial e sincero, não aprendeu a dar as costas para quem lhe estendeu a mão em momentos de necessidade; aliás, provavelmente ele tem razão, afinal, a prática do *favor com favor se paga* está amparada numa racionalidade gerada a partir das condições concretas da sua realidade: a troca acaba lhe trazendo algumas vantagens. Provavelmente, para o homem do sertão, votar em quem, nos momentos de maior

necessidade, apareceu com o socorro, mesmo de pequena monta, pouco importa se a fonte dos recursos é o erário; o que vale é que no momento de sofrimento, quando as pessoas estão com fome e com sede e os animais morrendo, a água, mesmo escassa e sem qualidade, chega; uma cesta básica de alimentos pode ser adquirida com o "vale estiagem". Se esses benefícios são frutos da desonestidade e da sagacidade do chefe político que aproveita o momento de maior sofrimento e se apropria do dinheiro público, não conta. Para o sertanejo, o voto sempre funcionou como *moeda* de pagamento de um favor. Este é o significado e pouco lhe importa se é fruto da corrupção e fonte de poder que pode gerar novas mazelas; na sua racionalidade, é mais vantajoso votar naquele que lhe trouxe o socorro no momento mais difícil do que em quem aparece apenas com *conversa bonita* de promessa de futuro. Essa prática não está superada, se apresenta em modalidades diferentes em cada pleito eleitoral, ainda nos dias de hoje, em áreas rurais e urbanas. Registraram-se casos, nas eleições de 2010, em que candidatos a cargos eletivos providenciaram a construção de cisternas para a captação e armazenamento de água fluvial, dentro dos programas Água para Todos ou Programa 1 Milhão de Cisternas (P1MC) e contavam com o voto da família beneficiada; como não choveu, o equipamento permaneceu vazio até que outro candidato provesse o abastecimento com um *carro-pipa*, conquistando também os votos da família. O candidato anterior, ao tomar satisfação das razões da *traição*, ouviu a seguinte resposta: “o senhor entende, o senhor trouxe a cisterna, mas foi ele que trouxe a água, né?”³⁰. Para a racionalidade de quem está com sede, o mais importante não é dispor do equipamento que pode garantir o abastecimento de água no futuro, quando chover, mas saciar a sede naquele momento.

Basta ter alguma influência sobre órgãos públicos, promotores das obras, ou mesmo acesso à relação dos beneficiários, para ter nas mãos os mecanismos necessários para a conquista do voto e assim assegurar o espaço de poder. A cultura vigente na forma de gestão do Estado brasileiro é de continuar utilizando esse instrumento, de múltiplas formas, para fins particulares³¹. Há os mecanismos estabelecidos, historicamente, para transformar o Estado no *braço* do capitalismo³², colocando-se a serviço do capital, ajustando inclusive as práticas da economia nacional às exigências da economia global (IANNI, 2007, p. 219), como há outros

³⁰ Fato registrado no município de Conceição do Coité.

³¹ Conforme o jornal O Globo (edição de 07/06/2010) um ex-Ministro de Estado, com mandato de deputado federal, conseguiu aumentar o seu patrimônio em US\$ 12 milhões no período de quatro anos, prestando consultorias à iniciativa privada, sendo que metade do faturamento foi pago entre novembro e dezembro de 2010, após as eleições presidenciais.

³² Octavio Ianni (2007, p. 219) lembra que dentro do Estado, o poder se concentra naqueles órgãos diretamente vinculados à economia global, como Ministro da Fazenda, presidente do Banco Central, Ministros e Secretários de Indústria e Comércio, secretários de Fazenda e outros, todos subordinados ao capital global.

mecanismos, não menos nocivos aos interesses da coletividade, que permitem utilizá-lo para outros fins particulares, mesmo que seja um cargo eletivo de pouca expressividade no interior ou mesmo um emprego num órgão público. Basta um olhar sobre a ocupação dos cargos mais importantes na estrutura burocrática do Estado nos níveis federal, estadual e municipal; infectados pelo *vírus* do poder, ocupantes desses cargos canalizam toda a estrutura de governo (secretarias, diretorias, superintendências, empresas públicas) para a construção de novas instâncias de poder na esfera legislativa que lhes dão mais vantagens³³, num verdadeiro e contínuo atentado à ética e ao interesse público. Foi assim que no passado as oligarquias se alimentaram e se mantiveram, por séculos, no poder, em todo Nordeste e é assim que representantes da burguesia, dos proprietários rurais ou mesmo dos trabalhadores agem nos tempos modernos; as formas podem ser diferentes, mas a lógica e os objetivos continuam os mesmos: a apropriação do bem público para fins privados, e a seca continua sendo um privilegiado instrumento de domínio político e de poder.

Proprietários, comerciantes e políticos conseguiram, ao longo do tempo, construir uma verdadeira *estrutura* para tirar proveito das secas, mantendo a população cada vez mais dependente e vulnerável e, portanto, mais fácil de ser controlada e dominada. Com os órgãos do Estado *capturados*, souberam aproveitar os momentos de calamidade pública e de comoção social para apropriarem-se de recursos públicos em benefícios próprios:

[...] Aproveitando-se desta situação e da descontinuidade administrativa muito comum até então, políticos inescrupulosos, dirigentes e funcionários públicos de idêntico padrão moral, desviavam parcelas das verbas destinadas às “obras contra as secas” para aplicarem em benefícios próprios ou no de sua facção política. (SOUZA, 1975, p. 39).

A *indústria da seca* não é coisa do passado. Novos mecanismos são criados e recriados, conforme as circunstâncias de cada momento histórico, para a transferência de recursos públicos para os cofres de setores empresariais, na mesma lógica de antes. Há cerca de quinze anos, setores da Igreja Católica, através do seu braço social, a Cáritas, e outras organizações da sociedade civil, vêm se empenhando para resgatar e universalizar velhas práticas de captação e armazenamento de água no semiárido, desenvolvidas por iniciativas próprias dos agricultores e de suas lideranças. Foi daí que nasceu o Programa 1 Milhão de Cisternas (P1MC), a partir da construção de cisternas de placas e instalação de canaletas para captar e transferir a água dos telhados das moradias para esses reservatórios. O projeto é

³³ Na Bahia, nas eleições de 2010, um teço das Secretarias de Estado elegeu seu representante (secretário ou diretor) para cargos legislativos estaduais ou federais. Dois secretários que se elegeram deputados federais, elegeram, também, seus filhos para a Assembleia Legislativa.

coordenado pela Articulação do Semiárido (ASA), em parceria com algumas centenas de organizações sociais em todo semiárido. O projeto da ASA diferencia-se da ação governamental, geralmente efetivada de forma autoritária e sem nenhuma participação dos beneficiários; ao contrário, no processo de construção das cisternas, a população local tem participação ativa: participa de várias atividades sobre a utilidade e conservação do objeto, sobre métodos de controle da qualidade da água a ser armazenada etc.; participa, inclusive, da própria construção, fornecendo mão de obra auxiliar.

Nos períodos de estiagem prolongada, a escassez de água é sempre um grave problema em todo semiárido exatamente porque não se implementaram as políticas públicas devidas para assegurar o abastecimento de água nos períodos de crise, o que parece proposital para transformá-la no mote principal a ser utilizado pelas elites políticas e empresariais para mobilizar recursos para a adoção de medidas políticas e econômicas que lhes interessam. Nessa perspectiva, duas linhas de ação foram implantadas ao longo do tempo: uma, de caráter emergencial, que consistia na distribuição de cestas básicas de alimentos, contratação de frentes de trabalho e distribuição de água através do velho carro-pipa³⁴, "vale estiagem" etc.; outra, de caráter estruturante, consistiu na escavação de poços artesianos e construção de açudes, muitos deles em propriedades privadas, valorizando as terras dos fazendeiros com as benfeitorias públicas. Como observa Roberto Malvezzi (1985), essa ação, num cenário de fome, sede e desespero, ganha contornos de crueldade, gerando imagens que jamais serão apagadas da memória de quem teve oportunidade de presenciar; a segunda, a privatização das águas públicas "em açudes particulares, abertura de poços com o dinheiro público em propriedade privada e mercado miserável da venda de latas d'água de pobre para pobre" (MALVEZZI, 1985, p. 35).

Assim, institucionalizaram-se, ao longo do tempo, os mecanismos de operação da corrupção e de controle político da água, o que exerce uma função preponderante na manutenção do poder do Estado, envolvendo toda uma rede que vai dos órgãos públicos que estão no topo da hierarquia governamental àqueles setores de menor importância, ocupados pelos cabos eleitorais interioranos, nas esferas federal, estadual e municipal. Os chefes políticos, com a intermediação dos empresários são apresentados à população como pessoas generosas e caridosas. Ao contrário do que pode parecer, fatos como o relato seguinte fazem parte do cotidiano do sertanejo ainda nos dias atuais:

³⁴ Caminhão equipado com reservatório para o transporte de água, quase sempre de qualidade inferior, para saciar a sede da população.

No calor de 35 graus de Floresta, naquele pedaço de Pernambuco onde os desertos não param de crescer, um velhinho oferece água em tanques de plástico. Na boleia da carroça puxada por um burrico de pernas bambas e passos hesitantes, o tanque tem capacidade para 200 litros e custa R\$ 4. É dinheiro. (LEITE, 2009).

Vítimas de um sistema onde a água, que embora pudesse estar disponível, é controlada por poucos, acabam se obrigando a torná-la um produto comercial, inserida na lógica capitalista.

Hoje, em todo semiárido, o P1MC se constitui num amplo programa de construção de cisternas, envolvendo uma vultosa soma de recursos, onde todo dinheiro é destinado à compra dos materiais e pagamento dos serviços; não há, aqui, a figura do lucro, ou seja, esse procedimento está fora do circuito do capital, o que reduz, significativamente, o custo final do objeto, considerando que a organização responsável, a ASA, não tem fins econômicos. Recentemente, entretanto, essa lógica *não capitalista* foi interrompida: o governo decidiu, inicialmente, contratar 60.000 (sessenta mil) cisternas industriais, fabricadas à base de PVC, junto a uma empresa estrangeira³⁵, com perspectiva de chegar a 300.000 unidades, ao preço 50% (cinquenta por cento) superior ao preço das cisternas tradicionais construídas artesanalmente. É de se supor que a produção industrial, em escala, reduz, significativamente, os custos de produção, o que significa um lucro extraordinário para os fabricantes e para os fornecedores de matéria prima do ramo petroquímico. Para um representante da empresa, “É um mercado que nos interessa muito e estamos atentos para novos contratos [...]. É o maior programa de compra de sistemas de abastecimento de água no mundo. Nada chega próximo ao volume que o governo pretende comprar.”³⁶.

É a versão moderna da *indústria das secas*, mantendo a velha máxima de transferir recursos públicos para as fileiras do capital privado, com o agravante de que vai de encontro a um processo que eleva a autoestima do povo sertanejo e alimenta o tecido social. Por outro lado, as cisternas de placa são construídas com tecnologias simples, acessíveis a toda população, ao contrário das cisternas de plástico: “temos outra preocupação: se a nossa cisterna apresentar um defeito, um vazamento, todo mundo sabe consertar, e essa cisterna de plástico? Se apresentar algum problema, tudo está perdido.” (informação verbal)³⁷.

³⁵ Trata-se da Acqualimp, empresa do grupo mexicano Totoplas, o que despertou o interesse de outras empresas, a exemplo da FortLev que, desde 2011, vem fazendo doações de reservatórios para comunidades rurais do semiárido indicadas pelo governo.

³⁶ Depoimento do diretor comercial da Acqualimp, Jornal Agrossoft, edição de 01/03/2012, seção *Notícias*.

³⁷ JCN, líder comunitário do Município de Queimadas, Bahia. Em 01/03/ 2012.

As cisternas de PVC atendem, obviamente, aos interesses do capital, mas a tecnologia empregada parece não ter levado em conta as condições climáticas do semiárido; denúncias de danificação do equipamento com pouco tempo de uso têm sido feitas: no município de Cedro (PE), uma cisterna de plástico foi literalmente danificada após fortes chuvas que caíram no município, conforme denuncia do representante da ASA; no Piauí, as cisternas de plástico estão se deformando por não suportar o calor do sertão, conforme denúncia do jornal O Globo (2012). Entre os vários casos citados, há o exemplo de um assentamento no município de Paulistana onde, das 27 cisternas instaladas, 17 apresentaram defeito.

A tradicional cisterna de placa, construída artesanalmente, gera processo com uma força enorme que revigora o tecido social, fortalece a organização comunitária, gera renda e valoriza as pessoas no local de sua moradia, contribuindo para a elevação da sua autoestima através do resgate e respeito ao seu universo cultural:

É uma questão de decidir qual o modelo que queremos fortalecer, se aquele voltado para o lucro a todo custo, cuja lógica é o mercado, que vai determinar as decisões, ou de uma sociedade baseada em valores como a busca da autonomia, do crescimento endógeno, da partilha da água e das riquezas. A ASA já envolveu 370 mil famílias na construção das cisternas, contratou 12 mil pedreiros, adquiriu materiais nas mãos de centenas de comerciantes locais, contribuindo para a economia local. (informação verbal).³⁸.

Todo discurso em torno da *região problema*, desde finais do século XIX até hoje, transforma-se em mera pregação no deserto porque, enquanto as secas, repetidamente, causavam a morte e a expulsão de milhares de sertanejos do seu meio, traziam, como ainda trazem nos dias atuais, inúmeras vantagens para empresários e políticos que integram ou são aliados do bloco hegemônico, como reconhece a ONG Articulação do Semiárido (ASA):

A oligarquia e os políticos dela oriundos e a ela ligados sempre explicaram este fenômeno como algo de responsabilidade da natureza, esquecendo-se, intencionalmente, das decisões políticas deles próprios e dos governantes. Creditam, assim, à natureza, aquilo que é responsabilidade e resultado das decisões políticas. (ASA, 2012, p. 2).

Manter a população em situação de pobreza e ignorância é manter um ambiente propício à preservação de espaços de poder autoritário e a *ordem* vigente. Um poderoso instrumento da atualidade são os programas assistencialistas, compensatórios, mantidos pelo governo central, mas com vantajosos espaços de utilização política. Um levantamento realizado junto ao INSS (2010) e ao MDS (2010) demonstrou que para 59 municípios do

³⁸ NQB, secretário executivo da ASA.

semiárido³⁹ baiano, correspondendo a 22% do total, a transferência de recursos federais através da Previdência Social e do Programa Bolsa Família (PBF) em 2010, superou a receita bruta dos municípios (cuja formação em mais de 90% é composta de transferências governamentais estaduais e federais): as Receitas Brutas Municipais somaram R\$ 1.134.349.056,14 e as transferências governamentais para as ações previdenciárias e para o pagamento de Bolsa Família somaram R\$ 1.309.385.175,00 (15% a mais), para um universo de 1.310.346 habitantes, enquanto o somatório do Produto Interno Bruto desses municípios (2007) foi de R\$ 4.462.154.500,00. Pode-se observar que a transferência de recursos pelos programas sociais corresponde a quase 30% do total do PIB nesses municípios.

Mesmo sabendo-se que programas de transferência de renda para os segmentos mais pobres contribuem para a redução do número de *pobres miseráveis*, para a redução dos índices de mortalidade infantil etc., estão longe de se constituírem em instrumentos eficazes para a erradicação da pobreza, pelo contrário, contribuem para a sua perpetuação, na medida em que fomentam e estimulam a acomodação sociopolítica e a improdutividade. São muitos os casos de pessoas, em plena idade produtiva, evitarem formas regulares de trabalho, seja no mercado formal ou informal, limitando-se a pequenos biscates que tragam algum complemento à *renda* disponibilizada pelo Programa Bolsa Família⁴⁰. São eficazes, esses programas, guardadas as devidas proporções, para a elevação da capacidade de consumo da população. Em Feira de Santana, mensalmente, são R\$ 6,5 milhões, apenas do Programa Bolsa Família, que se destinam quase integralmente para os cofres do capital comercial. E não são os únicos. Há muitos outros, a exemplo dos programas de microcrédito que buscam, de alguma forma, elevar a capacidade de consumo da população, a exemplo de *Crediamigo*, do Banco do Nordeste do Brasil (BNB), do Programa de Microcrédito da Caixa Econômica Federal e inúmeras outras iniciativas promovidas por governos federal e estadual, como também por organizações não governamentais, com apoio inclusive de organismos internacionais bilaterais, a exemplo do BID e do BIRD. Esses programas, limitados ao atendimento precário, cumprem importante papel para aliviar as tensões geradas pelos índices de desemprego de trabalhadores, diante da ausência de uma política específica que seja capaz de fomentar a atividade empreendedora dos trabalhadores desempregados ou inseridos em atividades econômicas de subsistência (BARBOSA, 2012, p. 160).

³⁹ Territórios de Identidade da Bacia do Jacuípe, Piemonte da Diamantina, Piemonte do Itapicuru, Piemonte do Paraguaçu e Médio Rio de Contas.

⁴⁰ Mesmo reconhecendo a importância do programa para o combate à fome, melhorias nos níveis de saúde etc., causa surpresa o fato de se observar, frequentemente, a recusa de beneficiários por emprego formal, com todos os direitos sociais e previdenciários, para não perder os poucos recursos do programa.

Embora, hoje, a concepção do semiárido, como *região problema* já não incorpore mais o discurso técnico e político, continua mantida, implicitamente, em concepções oficiais; na prática, ela permanece, com a ausência de medidas que possam altear, substancialmente, as condições educacionais e tecnológicas e de projetos estruturantes que possam dinamizar a economia regional e gerar renda para as famílias. Somente com a implementação de políticas públicas duradouras será possível construir um ambiente que permita a abolição da *caridade pública* como meio de sobrevivência da população e como instrumento político, seja nos períodos de seca, seja nos considerados normais. Preservam-se as mesmas bases que permitem a transferência de recursos públicos para os setores privados e o mesmo ambiente propício a desvios e a corrupção.

O Estado brasileiro, ao longo da sua história, adotou estratégias que nunca buscaram solução definitiva para os efeitos arrasadores das secas, alimentando uma situação que fizesse jus à prática da distribuição de benesses como instrumento de domínio político e obtenção de vantagens econômicas para determinados setores. Evita-se assim, desde o império à atualidade, investir o suficiente para, nos momentos de crise, não serem mais necessários o carro-pipa, a cesta básica de alimentos⁴¹, mantendo estruturas governamentais sempre muito frágeis e de fácil manipulação política (casos do DNOCS, BNB, CODEVASF etc.).

A primeira Constituição brasileira (1824) inseriu no seu Art. 179 a *Garantia do Socorro Público* para os flagelados da seca, que serviu de fundamento jurídico para o surgimento da *Indústria das Secas*. Em nome de medidas emergenciais para a população, grandes volumes de dinheiro foram desviados para interesses privados, sejam de natureza econômica ou política. Vieram mais tarde a Constituição de 1946 que incorpora a criação do Polígono das Secas⁴² e a Constituição de 1988, que consagra a Região Semiárida. Nesta, o Art. 165 - parágrafo 7º, e Art. 35 das Disposições Transitórias, estabelece o Orçamento Regionalizado que, de acordo com o Censo Demográfico de 2010 caberia a cada região os seguintes percentuais orçamentários: Sudeste 42,1%; Nordeste 27,8; Sul 14,4%; Norte 8,3% e Centro Oeste 7,4%. Ao semiárido caberia cerca de 18%, o que seria razoável para, ao longo dos anos, programar medidas estruturantes (hídricas, de produção, de tecnologia etc.) para a transformação do problema em oportunidade. Esse dispositivo constitucional nunca foi regulamentado, o que demonstra também o desinteresse dos representantes do Nordeste no Congresso Nacional e do próprio governo. Registre-se, também, que essa questão nunca

⁴¹ Em 2012 iniciou-se a distribuição do “Vale-Estiagem” no valor de R\$ 65,00.

⁴² O Polígono das Secas foi criado por lei ordinária em 1936 e incorporado ao Texto Constitucional em 1946 - Art. 198.

integrou a pauta de luta e de reivindicações dos movimentos sociais e da sociedade civil organizada do semiárido.

A canção *Vozes da Seca*, de 1953, considerada como a primeira denúncia pública sobre a forma como os sertanejos eram tratados nos períodos de estiagem prolongada, que teria sido censurada pela ditadura militar, ainda parece atual. Nela, os autores Luz Gonzaga e Zé Dantas denunciam o abandono o sertão, a falta de água e de alimentos, o descaso do governo, a transformação de direitos em esmolas, o suplício dos oprimidos, o domínio político do Sul sobre o Nordeste:

Seu dotô os nordestino / Têm muita gratidão / Pelo auxílio dos sulista / Nessa seca do sertão / Mas dotô uma esmola / A um home qui é são / Ou lhe mata de vergonha / Ou vicia o cidadão.

É por isso que pidimo / Proteção a vosmicê / Home pur nós escuído / Para as rédia do poder / Pois dotô dos vinte estado / Temos oito sem chover / Veja bem, quase a metade / Do Brasil tá sem comer.

Dê serviço a nosso povo / Encha os rio e barrages / Dê comida a preço bom / Não esqueça a açudage / Livre assim nós da esmola / Que no fim dessa estiage / Lhe pagamo inté os juros / Sem gastar nossa corage.

Se o doutô fizer assim / Salva o povo do sertão / Se um dia a chuva vim / Que riqueza pra nação / Nunca mais nós pensa em seca / Vai dar tudo nesse chão / Cúmu vê, nosso destino / Mecê tem na vossa mão.

Só é possível entender a forma como os governos enfrentam a situação das secas compreendendo a presença e os interesses do capital. Não há qualquer outra justificativa lógica plausível para o *descaso* constatado, ao longo da história e nos dias atuais, com milhões de pessoas entregues ao destino, à espera das dádivas de Deus. Basta observar as respostas encontradas nos setores e lugares do interesse do capital, com o avanço tecnológico que a cada dia se renova em setores específicos da produção, da comercialização e da comunicação. O Estado, refém desses interesses, não consegue empreender as políticas básicas para evitar o caos que atualmente se verifica. Ainda em 2012, quando a seca na Bahia atingia menos da metade do número de Municípios atualmente registrado, um documento conjunto do Centro de Apoio aos Trabalhadores Rurais de Feira de Santana (CATRUFES) e da Central Única dos Trabalhadores (CUT), intitulado “Projeto Acampamento dos Rurais da CUT 2012”, confirma a precariedade das políticas de combate aos efeitos da seca:

Na Bahia, o semiárido compreende 258 municípios. A intensa estiagem desta estação do ano obrigou mais de 100 municípios a decretarem estado de emergência, por conta da falta de água. Mais de 20 municípios no contexto da região de Feira (Portal do Sertão) têm sua zona rural ameaçada por esse

fenômeno. As políticas de convivência com o semiárido são insuficientes. Com efeito, o programa Garantia Safra não atende a totalidade dos agricultores familiares que mantêm sua produção em pequenas propriedades (abaixo de dois hectares). Tal quadro compromete a sustentabilidade da pequena agricultura familiar (predominante na região) e também a qualidade de vida da população do campo (informação verbal)⁴³.

O quadro só agravou-se para os municípios atingidos. Os velhos mecanismos assistencialistas foram acionados: centenas de carros-pipa passaram a circular em toda região fornecendo água (quase sempre fora dos padrões de potabilidade) para a população; a presidente da República anuncia a *bolsa estiagem* em substituição à antiga cesta básica; facilidades para o crédito bancário foram anunciadas. O desemprego cresce, os rebanhos são dizimados pela fome e pela sede (CORREIO DA BAHIA, 2013): “minha fazenda é em Queimadas, mas em Andorinha, 70% dos rebanhos já morreram” (informação verbal)⁴⁴.

A situação é crítica em todo semiárido com a atual seca, iniciada em 2011. A aparente omissão do Estado, em relação à questão, nada mais é do que a manutenção da estratégia de manutenção das políticas assistencialistas, com retornos assegurados para os interesses da economia globalizada e para o exercício do poder político. Apesar de a estrutura hídrica atual ser bem diferente da encontrada em épocas passadas, inclusive pela presença das cisternas familiares que garantem a água para o consumo humano por um período médio de seis meses de estiagem e ampliação da rede de abastecimento de água para distritos e povoados, o quadro ainda é desolador. A Bahia pouco investiu em armazenamento de água ao longo dos anos para minimizar situações como a atual. A capacidade de armazenamento de água em açudes públicos no Estado, atualmente, corresponde ao que o Estado do Ceará já armazenava em 1934. Apesar de representar quase metade do semiárido nordestino (45%), os governos baianos sempre relegaram o abastecimento de água no semiárido; a não utilização das águas do rio São Francisco é um exemplo disso: o rio banha 850 km no Estado pela margem esquerda, de Carinhanha a Casa Nova, e 1300 km pela margem direita, de Malhada a Paulo Afonso. São mais de 2.000 km lindeiros, mas somente, recentemente, passou-se a utilizar a água do rio no abastecimento de algumas poucas cidades sertanejas. Desde algum tempo que o Estado de Sergipe, com 250 km de rio, tem cinco adutoras levando água aos seus municípios.

O depoimento seguinte, de um ex-diretor do DNOCS e da CODEVASF, sobre a forma como o Estado da Bahia tem enfrentado a questão da seca, é ilustrativo:

⁴³ Projeto Acampamento dos Rurais da CUT 2012, enviado por correio eletrônico para a mídia e para vários segmentos da comunidade em 06/02/2012, convocando o *acampamento* para os dias 13 e 14 de fevereiro.

⁴⁴ Depoimento do fazendeiro JAS da cidade de Valente. Em 08/04/2012.

A seca não é surpresa para as autoridades e para os estudiosos que conhecem a pluviometria da região. o Inpe (Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais) fez há mais de 40 anos um estudo sobre a corrente de secas; [...] as grandes secas, como a que assolou a Bahia em 1980, se repetem aproximadamente a cada 26 anos.[...]. O semiárido baiano, que tem 320 mil km², é igual à soma dos quatro semiáridos do nordeste setentrional: Paraíba, Pernambuco, Rio Grande do Norte e Ceará. Mas lá, ao longo do século 20, construíram no mínimo 70 mil açudes para armazenar 40 bilhões de metros cúbicos de água. Na Bahia, não tem coisíssima nenhuma. São 150, 160 açudes, com 1 bilhão de metros cúbicos de água. (informação verbal)⁴⁵.

O filme apenas se repete. O governo transfere a responsabilidade para as condições climáticas e mostra-se empenhado a socorrer a população, o que é aceito pelo conjunto da sociedade como justificativas; o sertanejo vai além: atribui o castigo a Deus e continua promovendo suas preces e romarias. Em pleno ano eleitoral, a longa estiagem de 2012, como em épocas passadas, constituiu-se num privilegiado instrumento para manter ou conduzir grupos políticos ao poder municipal, já que as poucas medidas adotadas chegam à população pelas bondosas mãos dos setores políticos locais.

Em nota divulgada pela Diocese de Juazeiro⁴⁶ e outras organizações sociais da Região Norte do Estado, sob o título *Seca política ou política seca?*, os autores denunciam os investimentos com a transposição do rio São Francisco, vista por muitos como uma medida para saciar a sede do capital privado; o descaso do governo que não levou em conta as previsões da estiagem feitas por instituições especializadas e as dificuldades para o abastecimento de água, registrando o custo de até R\$ 700,00 (setecentos reais) para adquirir uma carga de 8 m³ de água, através do carro pipa. O mesmo documento reivindica um conjunto de medidas emergenciais, para socorrer a população, e projetos estruturantes que possam evitar situações similares no futuro e conclama as organizações sociais a uma reflexão:

Por fim, as organizações populares precisam fazer uma análise profunda de seu próprio comportamento, avaliando criticamente a questão da água no contexto geral do Semiárido, na apropriação privada de grandes extensões de terras, dos grandes volumes de água, na destinação dos grandes mananciais para o hidronegócio. É preciso incorporar à captação, armazenamento e distribuição da água de chuva a democratização das águas armazenadas nos grandes açudes do Nordeste.

Esse chamamento às organizações populares, expressão das classes subalternas, nada mais é do que um grito de advertência ao modelo de desenvolvimento adotado, onde a prioridade é a acumulação de capital, utilizando-se das facilidades geradas pelo Estado,

⁴⁵ Depoimento do Engenheiro Manoel Bonfim. www.bahianoticias.com.br. Acesso em: 23 abr. 2012.

⁴⁶ Ver Anexo C.

inclusive com volumosas somas de recursos públicos para grandes projetos de irrigação, para projetos de exploração mineral etc.; a população e suas condições essenciais de vida continuam ignoradas. *O Atlas Brasil – Abastecimento Urbano de Água* (ANA, 2012) registra que dos 417 municípios baianos, apenas 92 (22%) apresentam condições satisfatórias para o atendimento à demanda até 2015, quase todos localizados na faixa litorânea. O documento não explicita, mas pode-se inferir que dificuldades maiores para o abastecimento de água se reservam para os pequenos municípios sertanejos: 295 (71%) municípios com população inferior a 50 mil habitantes já enfrentam dificuldades no abastecimento de água.

No dia 8 de abril de 2013, movimentos sociais do Território do Sisal emitiram carta ao governador do Estado, clamando por providências⁴⁷; já nos dias 28 e 29 de maio, o movimento sindical dos trabalhadores rurais, sob a coordenação da Federação dos Trabalhadores Rurais e da Agricultura Familiar (FETRAF), em encontro estadual denominado *Jornada do Semiárido* realizada em Feira de Santana, realizou a "I Via Sacra da Seca do Semiárido Baiano - Via Crucis dos Agricultores e Agricultoras do Semiárido Baiano", adaptando as *14 Estações* da Via Sacra tradicional para a situação atual da população do semiárido. O texto, transformado em oração, faz um rápido relato histórico das condições do semiárido, desde a década de 1950, denuncia a concentração da terra, a migração, os grandes projetos governamentais, as vantagens obtidas por fazendeiros, as migalhas das medidas governamentais de socorro aos atingidos pela seca, a ausência de políticas públicas para a convivência com as condições do semiárido e apela para que o socorro venha dos céus:

Ó Deus de compaixão, vinde em auxílio do nosso povo que vive o tormento da seca. Estendei vossa mão como se estende a quem está caído; dai força para que eles possam se levantar diante das quedas que se apresentam ao longo do caminho. Isto vos pedimos, em nome de Jesus, Nosso Senhor⁴⁸.

Soluções para os efeitos das secas passam pelo embate da luta de classes: de um lado, os representantes do capital, com suas estratégias para assegurar, sem risco, o processo de acumulação e, de outro, os que são vítimas da situação: agricultores familiares e trabalhadores rurais que perdem seus postos de trabalho; os trabalhadores em geral que enfrentam a queda do seu poder aquisitivo, com o aumento do custo de vida; pequenos e médios produtores rurais que têm sua produção aniquilada; os pequenos comerciantes e industriais do sertão que têm seus negócios reduzidos pela pouca circulação de dinheiro; pequenos comerciantes que veem seus negócios estagnarem. É preciso enfrentar o Estado, como instituição *reguladora*

⁴⁷ Ver anexo B.

⁴⁸ Ver Anexo D.

dos procedimentos e hospedeiro das políticas públicas. Os movimentos sociais, as Organizações Não Governamentais (ONGs), os sindicatos de trabalhadores, os (possíveis) políticos de mandato com compromisso com a causa, as igrejas comprometidas com a busca de soluções para o mundo dos vivos, além de outros segmentos (intelectuais, pequenos e médios empresários etc.), precisam articular-se entre si e fazer "uma análise profunda de seu próprio comportamento", como recomendou a Diocese de Juazeiro, para buscar as políticas públicas que resultem em medidas estruturantes para combater os efeitos da seca no semiárido baiano. Noutras palavras, precisam construir um processo de desenvolvimento voltado para a satisfação das necessidades da população.

CAPÍTULO 2 O MÉTODO E O PROCESSO METODOLÓGICO

2.1 O MÉTODO

Entendendo o método de abordagem como um conjunto de atividades sistemáticas que tem por função auxiliar o pesquisador na identificação de vieses, no processo de pesquisa; numa representação de um procedimento racional; numa forma de pensar; num caminho que levará à explicação de um fato social, histórico e político; ou num conjunto de práticas devidamente planejadas e controladas que permitirá alcançar o objetivo proposto, norteados por uma determinada concepção filosófica; optou-se pelo método dialético por entender ser o caminho que melhor se adequa ao tipo de trabalho que se pretende desenvolver, cujo foco é a região semiárida do Estado da Bahia, entendido como o lugar onde as pessoas construíram formas específicas de relacionamento entre si e com a natureza e, por conseguinte, de produção econômica, com formas peculiares de penetração do capital, resultando, também, num processo específico de desenvolvimento-subdesenvolvimento.

O método dialético permite penetrar no mundo dos fenômenos em sua totalidade, sua ação recíproca, suas contradições e o processo contínuo de mudança. Somente utilizando-se do raciocínio lógico-dialético será possível compreender o subdesenvolvimento da região semiárida no seu processo histórico, suas idas e vindas, construções e desconstruções, afirmações e negativas, contradições e conflitos, diversidades e externalidades, inclusive as manifestações da subjetividade humana que emanam da realidade objetiva (LUKÁCS, 1979); por esse caminho será possível superar análises simplificadoras e dar conta da complexidade com suas múltiplas determinações, superando a visão cartesiana disciplinar funcionalista (BECKER, 1999), a partir da realidade concreta enquanto unidade-síntese de uma realidade complexa global: “o concreto é concreto porque é a síntese de muitas determinações, isto é, unidade do diverso.” (MARX, 1974, p. 16). Somente a dialética permite compreender que é o mundo concreto e objetivo, com suas contradições, permissividades e restrições, a fonte de tudo. Os sentimentos, as percepções, as crenças, ideologias, são expressões subjetivas que emanam no campo objetivo, como afirma González Rey: “[...] O sentido não representa uma omissão do objetivo e sim uma forma de representar o processo através do qual o objetivo se converte em psicológico.” (GONZÁLEZ REY, 2004, p.52).

O conceito de dialética tem origem na Grécia antiga e surgiu vinculado ao diálogo, à capacidade de argumentar num processo dialógico, passando a incorporar outros significados no curso do processo histórico. Nos séculos VI e V a. C., especialmente com Heráclito e Éfeso, incorpora a noção de conflito e de mudança, ou seja, o reconhecimento de que é através do conflito que as coisas se modificam e se alteram. Mais de um século depois, quando o pensamento dominante aceitava os paradigmas da metafísica para nortear suas explicações, Aristóteles retoma a discussão sobre dialética, introduzindo a ideia de que *tudo é movimento*, cuja origem é o princípio dos contrários. Há um exemplo ilustrativo relativamente conhecido, atribuído a Heráclito, citado por Eva Lakatos: “um homem nunca pode tomar banho por mais de uma vez no mesmo rio” (LAKATOS, 1982, p. 70), considerando que no intervalo de tempo entre um banho e outro, por menor que seja, o rio e o homem já não serão mais os mesmos, ambos já terão se modificado. Para ela, todas as coisas possuem potencialidades ou possibilidades de transformação, num processo contínuo, manifestando-se através de um ato, intencional ou não, ou uma realidade concreta. A discussão sobre dialética não empolgou os filósofos da época, continuando em segundo plano e os princípios da metafísica prevaleceram até o Renascimento: “No século VI, com Montaigne e, no século XVIII, com Diderot, o pensamento dialético recebe reforço até atingir o apogeu, com Hegel, antes da sua transformação por Marx.” (LAKATOS, 1982, p. 71).

Foi Hegel quem conseguiu preparar o terreno para dar à dialética o sentido que ela tem hoje, consubstanciado por Marx e Engels; vivenciando o contexto da Revolução Francesa, Hegel pode constatar como operam as contradições, os conflitos e os movimentos dos fenômenos sociais. Desenvolveu o conceito de totalidade ao perceber que no universo nada está isolado, mas ao contrario, tudo se relaciona entre si e com o todo. *Nada é finito, mesmo que assim o pareça*, ou seja, se algo está chegando ao fim, é sinal de que está se transformando, é o anúncio de algo novo que está por vir; os contrários são como cara e coroa de uma mesma moeda, verso e antiverso de uma mesma realidade. Para ele, *o verdadeiro é o todo*. “Mas o todo é somente a essência que atinge a completude por meio do seu desenvolvimento.” (HEGEL, 1989, p 13). Na sua racionalidade, a realidade histórica desenvolve-se enquanto manifestação da razão num processo de autossuperação desencadeado pelo conflito e pela contradição. Assim, na visão hegeliana, dialética é a lógica dos conflitos e dos movimentos, *a lógica da própria vida*, já que a *vida* é norteadada e conduzida por conflitos, contradições e movimentos. Mas como Hegel é idealista, subordina a dialética à lógica do pensamento; para ele, a realidade, como materialização do universo, é

resultante da percepção do espírito. Segundo essa concepção, para ocorrer uma invenção, primeiro o inventor tem a ideia (ação do espírito), depois, ao realizá-la, transforma-a em matéria. É a concepção do *eu penso, logo, existo!*, de Descartes. Como reconhece Hayra ob Obwectbe (1980, p. 47),

Os idealistas consideram que no mundo o factor principal é o espírito, a ideia. Em oposição aos materialistas, negam-se desde o principio a explicar a natureza, a matéria, o ser, por si mesmos. Para eles, a consciência, a razão, Deus são os criadores da natureza, da matéria.

Na filosofia hegeliana o espírito humano se propõe a assumir todos os “produtos objetivos” em todos os domínios: arte, religião, cultura, política, vida social, história etc., mas despreza os aspectos subjetivos que também integram a vida humana e são conteúdos essenciais que ficam excluídos do pensamento rigoroso, imóvel e vazio de Hegel, como os desejos, as intuições, as emoções, a experiência humana, a natureza; já Lefebvre considera a razão como “o movimento do pensamento que discute, comove, dissolve as afirmações particulares e os conteúdos limitados, passa de um a outro lado e tende a dominá-los.” (LEFEBVRE, 1974, p. 28). É assim que a dialética, na relação imediata do pensamento com o conteúdo diverso e móvel integra a própria lógica, transformando-se e transformando-a: “A razão é dialética porque dissolve as determinações do entendimento; é positiva porque produz o universal e compreende o particular.” (LEFEBVRE, 1974, p. 28).

Hegel concebia a ideia absoluta como resultado da atividade criadora do homem que geraria a unidade da prática e do conhecimento; para ele, é o espírito que determina e modifica o objeto. Não admitia que as ações, as coisas do mundo real, condicionassem o espírito, o pensamento, a visão de mundo. No Nordeste, os camponeses, ainda hoje, costumam observar o *quarto da lua* para desenvolver suas atividades: o dia certo de plantar, de colher, de fazer o transplante, deve combinar com determinada fase da lua. Para os desavisados é uma simples crença, fruto do espírito. Entretanto, uma observação mais cuidadosa vai descobrir que foi a observação, a experiência de vida que gerou tais formas de compreensão e podem ser comprovadas cientificamente. Eles sabem que plantações em fases de lua cheia são mais susceptíveis a pragas como a lagarta, o que tem a ver com o período da reprodução da borboleta; o mesmo com a colheita de madeira, quando a seiva das plantas se distribui de forma diferente. Assim, os enunciados do espírito estão diretamente relacionados e condicionados pela vida material. Hegel acreditava que a origem de tudo estava no espírito e confundiu “a ação e o pensamento da ação” (LEFEBVRE, 1974, p. 52), sem considerar que ação tem leis e conteúdos próprios.

Lefebvre resume a dialética hegeliana em três tópicos: a) a dialética é considerada uma análise do movimento, onde o método supõe o conteúdo e, ainda, para retornar em seguida, a unidade do *devenir*. Logo, o movimento do pensamento coincide com o movimento espontâneo do mundo; b) no lugar de expressar e refletir sobre o movimento do conteúdo, é a dialética que produz esse movimento. Não é, portanto, um método de análise enquanto método de construção sintético e sistemático do conteúdo; c) a dialética é considerada como resultante da alienação da ideia em que, desde a origem, a ideia sai de si mesma, se divide, gerando outra e assim produz a própria dialética.

Pode-se observar que quase sempre essas ideias não são interdependentes, intercomplementares e até compatíveis entre si. Entretanto, o mais importante é compreender que na filosofia hegeliana o espírito é absoluto e apenas dele depende todo pensamento relativo à compreensão do fenômeno. A contradição, na dialética, é considerada o motor gerador de mudanças. Para ele, a contradição implica, sempre, na negação do pensamento anterior, substituindo-o por outro; o progresso do pensamento obriga-o a migrar de uma posição para outra, negando a afirmação original. É *o ser ou não ser*; a oposição entre dois seres resulta sempre no *devenir*, num novo produto. Entretanto, os críticos desse raciocínio consideram que esse *devenir* não é fruto do acaso, mas dos seus antecessores; é a própria construção do pensamento em movimento: “dois seres podem gerar um terceiro, mas não desaparecem por completo, mantendo muitas das suas características” (LEFEBVRE, 1974).

Marx e Engels⁴⁹, mesmo partindo da lógica hegeliana, a criticam por entenderem que a razão está subordinada às condições materiais, às características do mundo real. Criticaram o *materialismo* de Feuerbach⁵⁰ por considerá-lo teórico, distante da realidade:

Feuerbach parte do fato da auto-alienação religiosa, do desdobramento do mundo em um mundo religioso, imaginário, e outro real. Sua tarefa consiste em decompor o mundo religioso em sua base terrena. Não vê que, uma vez realizado esse trabalho, o principal continua por fazer. (MARX; ENGELS, 1975a, p. 119).

e conclui, acusando os filósofos de se manterem alheios ao mundo real e não se comprometerem com o processo de transformação social: “os filósofos limitaram-se a interpretar o mundo de distintos modos, cabe transformá-lo” (MARX; ENGELS, 1976b, p. 53). Foram Marx e Engels que ofereceram os elementos para o conceito de dialética conforme

⁴⁹ Karl Marx e Friedrich Engels escreveram, juntos, vários trabalhos, sendo os mais importantes: A Sagrada Família (1844), A Ideologia Alemã (1846) e o Manifesto Comunista (1848).

⁵⁰ Ludwig Feuerbach havia conquistado a simpatia dos materialistas alemães ao denunciar o caráter alienante da religião.

temos hoje. Como materialistas, acreditavam que, ao contrário do que pensava Hegel, o espírito está condicionado pelas condições materiais. É como se entendessem que *eu existo, logo, penso!*, ou seja, primeiro vem a matéria, depois o pensamento: “a primeira condição de toda história humana é, evidentemente, a existência dos seres vivos” (MARX; ENGELS, 1976 p.18). Em sua discussão sobre o método da Economia Política, ao debater o conceito de concreto, Marx entende que Hegel equivocou-se ao admitir a compreensão do real como resultado do pensamento que se move autonomamente por si mesmo: “enquanto que o método que consiste em elevar-se do abstrato ao concreto não é senão a maneira de proceder do pensamento para se apropriar do concreto, para reproduzi-lo como concreto pensado” (MARX, 1974, p. 17). Por essa visão, não são as ideias que modificam o real, nem são as mudanças das ideias que determinam as mudanças na vida material: “são, pelo contrário, estas que nos dão aquelas, e as ideias modificam-se porque as coisas se modificam” (POLITZER, 1979, p. 195). Por essa perspectiva, o conhecimento e a *visão de mundo*, são frutos da construção efetuada pelo pensamento em suas operações e consistem numa representação mental do concreto, elaborada a partir da intuição e da percepção. Marx e Engels defenderam o caráter materialista da dialética, resumindo-a em três leis: a passagem da quantidade para a qualidade; a lei da interpenetração dos contrários, ou seja, a ideia de que tudo tem a ver com tudo no universo, dentro de um fluxo de relações de oposição, onde os contrários integram a mesma unidade; e a lei da negação, na qual as afirmações são negadas e reconstruídas. Entretanto, Marx não desenvolveu um método próprio, limitando-se a aplicá-lo, difundindo-o de forma geral e superficial, mas o suficiente, no entanto, para demonstrar, pelo menos em linhas gerais, em que consistem sua compreensão e seus procedimentos metodológicos.

Essa noção de que o mundo real condiciona e modifica as ideias parece tão óbvia que é empregada, na atualidade, no âmbito empresarial, em processos de gestão do conhecimento, por pensadores liberais que também acreditam que a experiência transforma as ideias, que o conhecimento elaborado depende do que efetivamente acontece no cotidiano (DAVENPORT; PRUSAK, 1998).

O procedimento descrito pelo próprio Marx consiste, essencialmente, em determinar as relações em que seu objeto se insere. Ele não se limita a, simplesmente, observar as circunstâncias já conhecidas, mas as diversas faces no conjunto de relações estabelecidas numa totalidade. A discussão sobre os efeitos contrários dos fenômenos sociais e os conflitos a eles inerentes é feita a partir da análise da própria realidade material:

Hoje em dia tudo parece levar em seu seio sua própria contradição. Vemos que as máquinas, dotadas de capacidade maravilhosa de encurtar e fazer mais frutífero o trabalho humano, provocam a fome e o esgotamento do trabalhador. As fontes de riqueza recém descobertas convertem-se, por arte de um estranho malefício, em fontes de privações. Os triunfos da arte parecem adquiridos ao preço de qualidades morais. O domínio do homem sobre a natureza é cada vez maior; mas, ao mesmo tempo, os homens se convertem em escravos de outros homens ou de sua própria infâmia. Até a pura luz da ciência parece não poder brilhar mais que no fundo tenebroso da ignorância. Todos os nossos inventos e progressos parecem dotar de vida intelectual as forças produtivas materiais, enquanto reduzem a vida humana ao nível de uma força material bruta [...]. (MARX; ENGELS, 1975, p. 369).

Ao contrário da metafísica, para a dialética não há coisas fixas e acabadas, tudo é começo, movimento, contradição e conflito. Tudo é movimento, mudança. Para Engels (POLITZER, 1979, p. 214), dialética é

[...] a grande ideia fundamental segundo a qual o mundo não deve ser considerado como um complexo de coisas acabadas, mas como um complexo de processos em que as coisas, na aparência estáveis, do mesmo modo que os seus reflexos intelectuais no nosso cérebro, as ideias, passam por uma mudança ininterrupta de devir e decadência, em que finalmente, apesar de todos os insucessos momentâneos, um desenvolvimento progressivo acaba por se fazer hoje.

Assim, para a dialética, as coisas (os fatos, os fenômenos) não podem ser vistos como objetos fixos e acabadas, mas sempre, em movimento, em transformação, como também não podem ser analisadas de forma isolada: “nada é eterno e ‘indiscutivelmente verdadeiro’. Nada é absolutamente absurdo e falso” (LEFEBVRE, 1974, p. 26). Os fenômenos só podem ser compreendidos se entendidos na sua relação com o conjunto do universo. Assim, a dialética parte sempre do princípio de que todos os objetos possuem contradições internas, considerando que a presença de fatores positivos e negativos, a existência de um passado e de um futuro se constituem numa característica básica. No movimento de transformação, há elementos que desaparecem, há outros que se renovam e se desenvolvem; outros que emergem, aparentemente, do nada, num *continuum* entre velho e novo, passado e presente. Conclui-se que é a contradição o princípio básico do desenvolvimento dos fenômenos da vida imaterial e da realidade material, podendo-se identificar três momentos: o momento das contradições internas, da luta dos contrários que movimenta a realidade, o que resulta em desconstruir situações velhas e gerar realidades novas. É o permanente embate entre o velho e o novo que geram as crises e prenunciam mudanças; o momento da inovação, isto é, do desaparecimento do velho e do surgimento do novo, do que morre e do que nasce. É a promessa da vitória; a construção da unidade dos contrários para dar vida à nova realidade.

Lakatos cita o exemplo do dia e da noite, um período de luz e outra de escuridão, portanto opostos entre si, porém indispensáveis à formação da mesma unidade: um dia com vinte e quatro horas que é sucedido por outro nunca igual ao anterior. Para os fenômenos sociais, essa ligação recíproca dos contrários é sempre passageira, temporária, resultando num novo ser, numa nova realidade: “essa unidade dos contrários, essa ligação recíproca dos contrários, assume um sentido particularmente importante quando, em dado momento do processo, os contrários se convertem um no outro.” (POLITZER, 1979, p. 79).

É esse movimento *continuum*, gerador de contradições e de conflitos, que possibilita a negação de situações anteriores e a construção de novas, e que são fruto da própria realidade material: “Segundo a concepção materialista da história, o fator que em última instância determina a história é a produção e a reprodução da vida real. Nem Marx nem eu nunca afirmamos mais do que isso.” (ENGELS, 1975, p. 520).

Mas, a discussão de Marx sobre dialética situava-se num contexto de outros enunciados, a exemplo da noção de alienação. Os marxistas não conseguiram interpretar consensualmente as ideias de Marx e acabaram por se dividir em dois blocos: dogmáticos e antidogmáticos, que travaram um longo debate entre si. Os dogmáticos, que alimentavam a noção da luta da classe trabalhadora, com sua visão operativa e comprometidos com a ação, levantaram desconfianças sobre a obra de Marx por entender que a discussão sobre alienação, práxis, homem total, totalidade social etc., incorporava uma forte dosagem do idealismo hegeliano e estava contaminada pelo idealismo aristotélico, reduzindo e simplificando o marxismo ao mundo prático; a crise mundial de 1929 trouxe aos dogmáticos os elementos que precisavam para escrever suas teses, reduzindo o marxismo a uma ciência de economia política, com forte tendência simplificadora de submeter a teoria às exigências da prática pedagógica e da situação política momentânea (LEFEBVRE, 1974). Assim, rechaçavam os esforços para demonstrar, por exemplo, que conceito como alienação nada tinham a ver com o idealismo e poderiam ser identificados a partir da realidade concreta. Já os antidogmáticos trilharam por um verdadeiro devaneio filosófico e ideológico com pouco ou nenhum nexo com a realidade concreta.

A opção pelo método dialético para o projeto de pesquisa deu-se em base ao fato de oferecer os elementos necessários e mais adequados à investigação e compreensão do objeto, qual seja a realidade socioeconômica e política da região semiárida, historicamente,

construída e manifesta a partir das representações sociais estabelecidas⁵¹, entendida como uma totalidade portadora de contradições e conflitos que impõem um ritmo de permanente estado de mudança.

Neste trabalho, pretende-se aplicar o enunciado da tese, antítese e síntese. De um lado, procurar-se estabelecer o confronto com a produção acadêmica existente (tese) sobre o semiárido baiano, constituindo-se, a partir desse debate sobre o conhecimento produzido e crítico, a antítese; ao oferecer, de forma fundamentada e justificada, elementos para uma forma específica de compreensão e elementos para um projeto de desenvolvimento do semiárido baiano, estará consubstanciando a síntese.

Deve-se advertir que o método não é mera abstração; é um ato vivo, concreto, que se revela em nossas ações. É a luz que ilumina o processo de pesquisa e a produção do conhecimento científico (GATTI, 1999). Ao contrário do que pensam muitos estudiosos das ciências físicas e biológicas - e também das ciências sociais -, ainda presos às molduras da pesquisa experimental de finais do século XIX e início do século XX, que ignoram quaisquer procedimentos científicos senão aqueles que pudessem ser manuseados física ou estatisticamente, o método dialético, como outros métodos utilizados pelas ciências sociais, além de ser real, ao estabelecer caminhos a serem seguidos pela pesquisa científica, incorpora valores, atitudes e crenças, objetividade e subjetividade; distancia-se, assim, de qualquer ameaça de neutralidade, haja vista que os instrumentos de qualquer pesquisa nas ciências humanas e sociais já contém elementos que incorporam valores, visões de mundo, ideologias, exigindo do pesquisador, vontades, intuições e imaginação, sem prescindir da sua capacidade de abstração que permita conhecer a realidade, desvendar sua essência, perceber suas leis de movimento, construindo a trajetória do conhecimento para atingir a essência dos fenômenos investigados (KOSIK, 1986).

A região semiárida não é uma ilha, isolada de tudo e de todos. Ao contrário, é parte de um conjunto que se materializa nas relações econômicas, sociais e políticas, numa sinergia que vincula o local ao global com toda rede de mediações em diferentes níveis e escalas; é um objeto vivo que influencia e que recebe influências. Para dar conta dessa complexidade, em suas múltiplas determinações e diferenciações, somente é possível através do método dialético que fornece os elementos necessários para a compreensão da realidade local como unidade-síntese de uma realidade complexa global (MARX, 1974).

⁵¹ Para compreensão da realidade social, recomenda-se Berger (1973).

2.2 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

A pesquisa⁵² foi realizada a partir de abordagem qualitativa explicativa que tem a capacidade de abranger os fenômenos da realidade em seu movimento de contradições e conflitos internos, possibilitando a compreensão, em detalhes, dos significados e características dos fatos analisados; como reconhece Roberto Richardson (1999; 2007) os estudos que empregam metodologias qualitativas podem descrever a complexidade de determinado problema, analisar a interação de variáveis, compreender os processos dinâmicos e contribuir para o processo de mudança. Corroborando com esse pensamento, Minayo e outros (2007) retratam que a pesquisa qualitativa permite compreender o universo dos significados, motivos, aspirações, crenças, valores e atitudes dos indivíduos inseridos num universo de fenômenos sociais, o que é complementado por Gil (2002) ao indicar que a pesquisa explicativa centra-se na identificação de fatores que determinam ou contribuem para a ocorrência de determinado fenômeno.

O estudo contém, assim, características da pesquisa explicativa na medida em que proporciona mais informações sobre o tema em debate e contribui para um novo tipo de enfoque (ANDRADE, 2002). Pretende, ainda, ao mesmo tempo, ser uma pesquisa aplicada, considerando que há o desejo de que o conjunto de conhecimentos reunidos e produzidos e as reflexões geradas possam contribuir a busca de medidas capazes de equacionar problemas relacionados ao subdesenvolvimento da região semiárida do Estado da Bahia, sobretudo na ampliação do acervo de conhecimento dos atores sociais da região.

Leve-se em conta, ainda, que a pesquisa explicativa busca, também, descobrir fatos e situações que precisam ser modificados, investigando e propondo alternativas novas e, para isso, procurou-se alinhar a teoria com a realidade, a produção científica com a vivência das pessoas em todo caminho percorrido durante a pesquisa e a elaboração do trabalho. Procurou-se, dessa forma, encontrar os meios que permitissem explicar, à luz da ciência, as verdadeiras razões, numa perspectiva histórico-sociológica, que levaram o semiárido baiano a ser o que é hoje, onde perduram inúmeras dificuldades que geram um conjunto de situações que impõe à sua população o atual estado de pobreza e vulnerabilidade social. Acredita-se não haver, no processo de transformação social, outro caminho a trilhar senão o da produção de conhecimentos para alimentar a prática das forças vivas da região.

⁵² Procedimentos metodológicos são entendidos como o conjunto de abordagens, técnicas, processos e instrumentos utilizados de forma sistemática para atender aos objetivos da pesquisa.

Ao recorrer à abordagem qualitativa, a pesquisa procurou descobrir a complexidade dos fatos e suas interrelações e processos dinâmicos implementados por atores sociais e políticos; seres vivos que se relacionam cotidianamente com a natureza agem e reagem diante dos fatos gerados pelo conjunto das relações sociais das quais eles também fazem parte; é a relação simbiótica e dialética entre pessoas, no seu ambiente natural, permeada de conflitos, no espaço concreto das relações econômicas e políticas, que explicam a realidade do semiárido baiano e apresentam contribuições ao seu processo de mudança.

A opção em discutir o *semiárido baiano* por uma abordagem sociológica se deu, por um lado, pelo envolvimento do autor com as questões relacionadas ao sertão, umas decorrentes da vida acadêmica e outras do seu comprometimento com os movimentos sociais da região, durante longos anos⁵³, suscitando um conjunto de interrogações do tipo: por que o semiárido baiano, com tantas potencialidades econômicas, comprovadas capacidades de luta e resistência do seu povo, continua ocupando o lugar de região mais pobre do país? Por que o conjunto de projetos implantados, relacionados ao aumento da produtividade agropecuária, à elevação da capacidade hídrica, à organização social e política dos trabalhadores e trabalhadoras da região⁵⁴, às iniciativas de economia solidária, aos processos de educação popular, de formação de lideranças etc. não resultaram em mudanças significativas para a coletividade como um todo? Precisava, portanto, compreender, à luz da ciência, o processo de desenvolvimento-subdesenvolvimento regional, com suas implicações econômicas, políticas, sociais e ambientais. Por outro lado, apesar de secular, a questão hoje, denominada semiárida, continua atual e relevante, logo, tinha a expectativa de que o trabalho pudesse contribuir para o debate e para a busca de soluções para os problemas que se acumulam na região desde a ocupação europeia no século XVI.

Assim, a opção foi partir para uma revisão bibliográfica, reunindo parte da produção acadêmica considerada essencial, tanto aquela diretamente vinculada à questão do semiárido, de diferentes matizes teóricas e ideológicas, como aquela de natureza complementar que viesse ajudar na discussão e reflexão sobre o tema.

Definiram-se, por conseguinte, os instrumentos básicos da pesquisa:

⁵³ Por mais de 20 anos participou de ações no semiárido, sejam aquelas diretamente relacionadas às lutas contra os efeitos das secas, sejam aquelas outras dirigidas para a emancipação da mulher, de erradicação do trabalho infantil etc., através da ONG Movimento de Organização Comunitária (MOC).

⁵⁴ Foram criadas, na área de atuação do MOC, dezenas de associações civis (de jovens, mulheres, agricultores), cooperativas etc.

a) Pesquisa documental, centrada em fontes secundárias e primárias, a exemplo de uma bibliografia básica, cuidadosamente selecionada, para ser complementada com o próprio processo de trabalho, *sites* especializados, documentos oficiais e outros das organizações e movimentos sociais. Destaque-se que a bibliografia utilizada teve sua utilidade não apenas como fonte de pesquisa e de informação sobre a temática estudada, mas também como elemento de reconstrução, permitindo, em muitos casos, avanços nos enunciados, seja pelos comentários, seja pelos novos conteúdos agregados;

b) Discussão em grupos, na perspectiva de *grupos focais* definidos por Barreto & Honorato (1998), como recurso de coleta de informação, no qual, sob a mediação do pesquisador, uma temática é posta em discussão aberta. O tema gerador, em todas as ocasiões, foi semiárido, detalhando-se conforme o contexto de cada momento, sendo que, na maioria das vezes, predominou a discussão sobre a seca e as políticas públicas executadas pelo Estado. Evitou-se, também neste caso, criar ambientes artificiais; foram aproveitados momentos em que pessoas se reuniam para discutir assuntos do interesse da comunidade, associação ou ONG, introduzindo-se, no curso da conversa, as questões consideradas relevantes para a pesquisa, o que permitiu, em várias situações, não apenas a emissão de opiniões individuais, mas a discussão no coletivo, com réplicas e tréplicas.

Neste procedimento envolveram-se mais de uma centena de pessoas em reuniões realizadas em Feira de Santana, Valente, Queimadas e Senhor do Bonfim, oportunidades em que foram coletadas manifestações importantes dos sertanejos sobre o seu meio e sua vida;

c) Entrevista aberta com *informantes chave*⁵⁵. Neste caso, procurou-se manter o ambiente natural, evitando condições artificiais específicas que pudessem interferir na manifestação das pessoas; as entrevistas foram realizadas de forma *natural*, no processo de diálogo estabelecido, introduzindo-se questões do interesse da pesquisa nas conversas travadas, informalmente, com informantes chaves, sem obedecer a qualquer roteiro preestabelecido. No conjunto, foram entrevistadas 45 pessoas⁵⁶, a maioria lideranças comunitárias que militam nos movimentos sociais e em ONGs, técnicos dessas organizações, e também alguns agentes públicos, técnicos de órgãos governamentais e fazendeiros.

⁵⁵ No curso de uma conversa, introduziam-se as temáticas que interessavam à pesquisa, evitando-se as artificialidades que são comumente geradas com a apresentação de roteiros de entrevistas, questionários etc.

⁵⁶ Optou-se por identificar os entrevistados apenas com as iniciais dos respectivos nomes, para evitar qualquer tipo de constrangimento em seus ambientes de trabalho, de militância etc. Há, casos, inclusive, por solicitação, as iniciais postas são fictícias.

O foco principal dessas entrevistas foi de procurar identificar a compreensão que os entrevistados têm sobre o processo de desenvolvimento/subdesenvolvimento do semiárido, a seca e as políticas públicas;

d) Participação em reuniões e seminários promovidos pelas coordenações de Territórios de Identidade⁵⁷ e por organizações sociais, oportunidades em que, também, muitas discussões de interesse vieram à tona e foram aproveitadas no corpo do trabalho.

Além de documentos específicos sobre o semiárido e as secas, e de algumas organizações, foram analisados os Planos de Desenvolvimento Territorial Sustentável (PDTS) de sete Territórios de Identidade⁵⁸ que contemplam 86 municípios do semiárido meridional (32% do total de municípios do semiárido), que contém as propostas das políticas públicas desejadas para o desenvolvimento local; são documentos de grande valia, elaborados mediante processos de discussão entre os segmentos organizados da sociedade civil e do poder público e aprovados por um Colegiado Territorial. O que, eventualmente, perdem, esses documentos, em conteúdos e abrangência técnica, é compensado pelo exercício democrático dos seus autores e pelo processo de produção e partilha de conhecimento neles impregnados.

Em 1975, em pleno regime militar, o governo reconheceu a dimensão territorial como elemento relevante para a administração pública: foi através do primeiro do Decreto-Lei sobre a Reserva Agrícola. Nos primeiros anos de 1980 chegou-se a definir um conceito sobre ordenamento territorial, cujo objetivo era organizar a distribuição dos usos e funções no espaço e no tempo, como contributo ao desenvolvimento integrado, visando à efetiva qualidade de vida das comunidades nos diferentes espaços dos territórios rurais. Em 1988, a Lei de Bases do Ordenamento do Território e do Urbanismo regulou diversos níveis da administração pública com a participação dos cidadãos através das representações de diferentes segmentos econômicos e sociais.

Foi a partir de 2003 que a discussão sobre gestão territorial ganha maior importância, entre nós, com a política de Territórios de Identidade adotada pelo governo federal, criando-se organizações civis com representações da sociedade civil organizada e do Estado para conduzir a definição e implementação de políticas públicas para o desenvolvimento local. Segundo Dallabrida (2007), gestão territorial refere-se a diferentes processos de tomada de decisões pelos atores locais sobre a apropriação e uso do território para a definição de estratégias de desenvolvimento, entendendo-se como um processo de mudança empreendido

⁵⁷ Territórios de Identidade do Sisal, Bacia do Jacuípe, Piemonte Norte do Itapirucu e Nordeste II.

⁵⁸ Territórios de Identidade Portal do Sertão, Sisal, Irecê, Piemonte Norte do Itapicuru, Piemonte da Diamantina, Bacia do Jacuípe e Itaparica.

por uma sociedade organizada com vistas à dinamização da economia, à melhoria da qualidade de vida da população e a equidade social. Assim, o processo de gestão incorpora dimensões multissetoriais, ou, como preferem alguns, a multiescalaridade dos processos, envolvendo sempre diferentes concepções de mundo, interesses conflituosos, multiplicidade de setores ou de escalas na construção do desenvolvimento.

A opção do governo brasileiro em formular e implementar políticas de territorialidade foi inspirada no programa LEADER (COMISSÃO EUROPÉIA, 2012), bancado pela União Européia em áreas rurais consideradas *atrasadas* na Europa; trouxe, assim, a *matéria prima* que os pesquisadores esperavam. Proliferaram-se estudos, nas diferentes matizes teórico-filosóficas, que já constituem hoje um acervo valioso, o que tem contribuído para aumentar o debate, com muita celeuma e a confusão sobre os conceitos de espaço, lugar, território e territorialidade⁵⁹, como também sobre as relações da sociedade civil organizada com o Estado.

No Estado da Bahia foram instituídos 26 Territórios de Identidade, quatro deles elevados à condição de Territórios de Cidadania pelo governo federal, a partir do nível de organização demonstrado. Cada Território constitui uma organização própria, formal ou informal, com três esferas de funcionamento: plenária territorial, constituída pelas instituições públicas e pelas organizações sociais; conselho de administração, cuja atribuição principal é estabelecer diretrizes para a atuação da entidade; e coordenação executiva, responsável pela operacionalização dos procedimentos.

Os documentos oficiais mais importantes utilizados, além de fontes de dados (IBGE etc.) foram os PPAs (Planos Plurianuais) do Governo do Estado da Bahia dos períodos 2008-2011 e 2012-2015, onde estão consignadas as diretrizes e as intenções para realização de suas ações, sejam obras físicas ou prestação de serviços.

O método escolhido e os procedimentos metodológicos definidos não apenas indicaram os rumos da pesquisa, do ponto de vista político-filosófico e operacional, mas asseguraram, também, a necessária legitimação das informações colhidas. Propositadamente, por não se considerar imprescindível para o tipo de estudo, evitou-se buscar informações junto às *pessoas comuns*, alienadas do processo sociopolítico de suas comunidades e passivas diante dos problemas locais. Longe de pretender classificá-las como *cérebros inúteis*, como possivelmente faria Maquiavel, não se encontraram justificativas para incorporá-las à

⁵⁹ Na Bahia, embora o governo tenha feito a opção pela “política de territorialidade” em 2007, somente em 2010 foi criado o Programa Territórios de Identidade (Decreto nº 12.354).

pesquisa; todas as pessoas, cujos depoimentos foram utilizados têm algum tipo de envolvimento e de comprometimento com as lutas sociais e políticas travadas pela busca de melhorias nas diferentes áreas (educação, saúde, produção, meio ambiente etc.) no semiárido e foram identificadas, por acordo, apenas com as iniciais dos seus nomes e a organização a que pertencem. São pessoas que militam no seio da sociedade civil organizada e gozam de algum reconhecimento da comunidade local, embora, muitas delas, exerçam também funções em instituições governamentais municipais, estaduais e federais.

São esses atores, militantes, resistentes, engajados na mudança da sua realidade como forma de busca de melhores condições de vida para a sofrida população sertaneja que produzem a *matéria prima* necessária à mudança das ideias tradicionais inculcadas nas mentes das pessoas; são elas, na lide cotidiana com os contrários que produzem a síntese, o novo, irrigando o terreno para o florescimento de novas contradições e novos conflitos, produzindo e reproduzindo a vida real, dando assim vitalidade ao materialismo histórico.

O método e os procedimentos metodológicos utilizados ajudarão, também, à consecução de um dos objetivos da pesquisa: a superação do velho paradigma que embasa a visão de região semiárida condenada à pobreza e ao atraso porque é pobre de recursos naturais e possui condições edafoclimáticas adversas. Sem pretender aderir à sua concepção, por considerá-la em grande parte falaciosa e castradora à criatividade e à ação do pesquisador, Papper (FEIJÓ, 2003) e Thomas Kuhn (2005) consideram os paradigmas como modelos, molduras que encaixam concepções e teorias e que se estabelecem pela sua aceitação pela comunidade científica e pela sociedade; foi isso que ocorreu com o semiárido. A superação de um paradigma implica, também, na sua negação a partir de novo enunciado, o que requer legitimação científica e social, com fundamentos consistentes, que são formulados, neste trabalho, a partir dos estudos teóricos disponíveis consultados, mas também o testemunho de quem constrói a realidade social no seu cotidiano. E como o próprio Kuhn (2005) admite, um paradigma pode transformar-se em teoria se for mais bem apresentado do que o dos opositores: nada mais valioso e rico, ao processo de conhecimento científico, do que o conhecimento gerado pela ação transformadora dos verdadeiros sujeitos que usam seu protagonismo para fazer e refazer, de forma permanente e continua a história do semiárido, suprimindo velhos paradigmas e criando outros novos.

CAPÍTULO 3 REGIÃO SEMIÁRIDA: UMA ABORDAGEM SOCIOLÓGICA

3.1 CONCEITO DE REGIÃO

O propósito aqui não é discutir o conceito de região de forma exaustiva e aprofundada, o que obrigaria a um mergulho entre os clássicos e uma maior inserção na bibliografia atual. A única intenção é trazer alguns elementos que permitam ao menos uma noção sobre o conceito de região para facilitar a compreensão da discussão sobre a região semiárida.

Como ocorre com todos os conceitos nas ciências sociais e humanas, o conceito de região também tem se modificado com o passar do tempo, adquirindo novos contornos e conteúdos a partir dos cenários socioeconômicos, geográficos, ambientais etc. de cada momento histórico, manifesto pelo debate entre os pesquisadores que fomenta a negação de velhos paradigmas e a construção de novos; assim, os conceitos vão ganhando *atualidades*, de acordo com as circunstâncias históricas.

Ainda no século XVIII, período pré-industrial, procurando-se reduzir a amplitude na definição de regiões, estudiosos utilizaram critérios econômicos, religiosos e culturais, além de geográficos originando-se as denominações de Europa Ocidental, Europa Oriental, Região Mediterrânea etc. No século XIX, recorrendo-se ao determinismo natural, com destaque para as condições climáticas, dividiu-se a terra em regiões polar, temperada fria, temperada quente, tropical, subtropical e assim por diante. Mantinha-se a ideia de região como entidade ideográfica, com características próprias que não se produziam noutros lugares.

Segundo o historiador Costa Gomes (GOMES, 1995), o termo região apareceu durante o império romano para designar uma área ou um local subordinado ao governo, surgindo pela primeira vez a noção de espaço heterogêneo quanto aos aspectos econômicos, sociais e culturais, integrando uma estrutura centralizada de poder hegemônico. Com o fim do império, as regiões (também consideradas províncias em alguns lugares) que, mesmo devendo fidelidade a Roma, tinham algum nível de autonomia administrativa e serviram de base para a fragmentação administrativa que se estabeleceu nos anos seguintes. A própria Igreja utilizou-se dessa concepção de espaço para a sua organização administrativa (paróquias, dioceses, arquidioceses etc.).

Entretanto, as tentativas de dar ao conceito um sentido científico datam da era pré-industrial europeia, exatamente a partir das *regiões* nos séculos XVIII e XIX, quando ainda predominava a economia rural. Eram territórios ocupados por sociedades isoladas com

características homogêneas, cuja tentativa de análise e compreensão gerou a Escola Alemã e Francesa que, embora preocupadas em desenvolver instrumentos científicos de compreensão e análise da economia regional, ignoravam elementos fundamentais como as questões históricas, culturais e políticas, nutrindo a neutralidade axiológica, mesmo que contemplando elementos do momento histórico e da estrutura política. Os principais expoentes foram os alemães Thunen⁶⁰, Losch⁶¹ e Cristaller⁶², e, num segundo momento, os franceses liderados por Perroux⁶³, que viram suas teorias questionadas pelos chamados *teóricos avançados* liderados pelos latino-americanos Coraggio⁶⁴, Rofman⁶⁵ e Florescano⁶⁶, entre outros, que questionaram a alegada neutralidade e chamaram a atenção de que o povoamento de um espaço está condicionado pelas relações sociais nele estabelecidas e pela estrutura de poder constituída, abrindo-se portas para novas formas de compreensão das regiões, reconhecendo seus dinamismos e conflitos.

Em meados do século XIX, von Thunen desenvolveu uma teoria de região econômica, entendida como uma região homogênea plana, organizada em forma circular onde, no centro, ficaria a cidade-polo, um centro consumidor. Para ele, as coisas estariam organizadas naturalmente num sistema de equilíbrio, no qual, vantagens eram geradas a partir das oportunidades que eram oferecidas, a exemplo do aumento da produtividade com o uso intensivo da terra, da *renda de situação* proveniente da localização, com vantagens para os proprietários que estavam mais próximos dos centros consumidores e assim por diante (redução dos custos de transporte etc.). Embora tenha admitido que os baixos salários fossem gerados a partir da apropriação pelos capitalistas e proprietários de terra de parte produzida pelos trabalhadores, preferiu não usar a expressão *mais-valia*, assim como ignorar a divisão social do trabalho e os conflitos contidos nas relações de produção. Ele idealizou um modelo abstrato de região homogênea onde o Estado seria autônomo em relação à divisão social do trabalho, aos conflitos sociais e à luta de classes. A teoria de von Thunen serve, ainda hoje, de campo orientador para análises econômicas de pesquisadores neoclássicos.

Thunen discute o crescimento de uma região a partir da centralidade da atividade econômica, com ênfase no custo do transporte da matéria prima e dos produtos, ignorando as

⁶⁰ Johannn Heinrich. von Thunen (1783-1850), economista alemão, contemporâneo de Hegel.

⁶¹ August Losch (1906-1945).

⁶² Walter Cristaller (1843-1969).

⁶³ François Perroux (1903-1987).

⁶⁴ José Luis Coraggio (argentino, nascido em 1938).

⁶⁵ Alejandro Rofman (argentino, nascido em 1932).

⁶⁶ Henrique Florescano (mexicano, nascido em 1932).

relações estabelecidas no interior dos centros de produção e deles com os centros de consumo, como também a presença da divisão social do trabalho, especialmente nos níveis local e regional, uma vez que as esferas nacional e internacional tinham papel secundário, dado o nível de isolamento das regiões. Para ele, os custos de transporte pressionavam no sentido da aglomeração e a renda da terra pressionava em sentido contrário, da dispersão, numa relação inversa: quanto mais distante do local central, menor a renda gerada.

Cristaller avançou na discussão sobre as questões regionais, incorporando elementos da distribuição e ordenamento do espaço, com destaque para os centros urbanos, construindo uma hierarquia que determina as bases da sua *teoria do lugar central*, que considera que a economia sempre se organiza em função de um núcleo central, exercido por uma ou algumas cidades que exercem função polarizadora na região, oferecendo serviços especializados de educação, saúde, comércio, financeiros, culturais, administração pública etc; no entorno, ficaria a *região complementar*, com funções de fornecimento de matéria-prima, de abastecimento alimentar, etc. para o núcleo central. Há, nessa visão, um *conjunto funcional* com vários elementos interdependentes que interagem entre si, permitindo identificar assim uma região. O lugar central, na estrutura hierárquica, exerce também a função de dominação que determina as desigualdades regionais.

Losch, outro pensador de destaque, acrescenta a noção de racionalidade que permite escolher um modelo a ser seguido a partir da otimização das atividades econômicas, ou seja, da localização ótima. O pensamento básico dele é o da *planície econômica*, homogênea, com as mesmas condições de transporte da matéria prima e dos produtos para as comunidades em qualquer lugar da região. A otimização da localização permite que o produtor obtenha maior lucro, e os consumidores, maiores vantagens, com a oferta de preços mais baixos. Embora, avançando na sofisticação conceitual, Losch mantém os mesmos princípios de Cristaller.

Perroux dedicou-se à análise econômica relacionada ao espaço e foi, talvez, quem teve mais influência nas ações de planejamento regional depois da Segunda Guerra. Introduziu a noção de polos de crescimento, procurando superar a concepção puramente geográfica ao incorporar a noção de *espaços genômicos* que se definem por *superfícies, volumes, coisas, população*, criando-se espaços econômicos próprios com o conjunto de relações estabelecidas entre empresários, fornecedores de matéria prima e de mão de obra, consumidores e instituições públicas. A sua noção de *campo de forças econômicas* nos polos de crescimento e nos polos secundários talvez tenha sido sua principal contribuição ao debate, admitindo que o

desenvolvimento regional não ocorre de forma homogênea e equilibrada, como propusera Schumpeter⁶⁷, já que há variações que impedem o mesmo ritmo de crescimento no tempo e no espaço. A partir do polo de crescimento, onde a indústria motriz exerce papel relevante, estabelecem-se as relações de dominação com os polos secundários, que vão determinar o ritmo de crescimento de cada um e do conjunto, dentro das condições de desigualdades e da heterogeneidade. A indústria motriz é definida pelo fluxo de oferta de produtos e de serviços e pelo grau de inovação tecnológica, atraindo, no seu entorno, as indústrias secundárias⁶⁸. Valoriza, assim, no processo de desenvolvimento regional, três elementos: a população, as instituições e a inovação tecnológica, passando a *região motriz* a ter papel similar à da indústria motriz, capaz de impulsionar o desenvolvimento.

Esses estudiosos⁶⁹, mesmo com divergências metodológicas, integram o mesmo arcabouço teórico-conceitual de inspiração positivista. Mas foram eles que construíram toda a fundamentação necessária para a utilização, pelos geógrafos, da região como instrumento de análise (HAESBAERT, 1999), onde a região passou a ser a abordagem fundamental do método geográfico, o que é criticado por muitos, a exemplo de Iná de Castro, que considerou “um forte provincianismo acadêmico” por parte dos geógrafos (CASTRO, 1994, p. 56).

A intenção em trazer essas rápidas referências foi de apenas demonstrar que o conceito de região é amplo e bastante complexo, mesmo para os que admitem critérios geográficos e econômicos. Naturalmente, que nenhum desses estudos clássicos e neoclássicos é suficiente para amparar e embasar a compreensão de região neste trabalho. Da mesma forma, são insuficientes as discussões e definições abstratas e simplistas que consideram a região como o espaço geográfico habitado por grupos heterogêneos quanto à economia, à cultura, à etnia; ou como o espaço de articulação do modo de produção; ou, ainda, como a dimensão espacial das especificidades sociais, econômicas e culturais numa totalidade social. A região é sempre um espaço de desenvolvimento desigual, caracterizado pelas relações de classe nele estabelecidas, “onde a organização espacial constitui parte integrante de uma dada sociedade” (CORRÊA, 1998, p. 21); essa dimensão abre portas para o entendimento sobre o conceito de região a partir das características do semiárido, considerando-o como parte integrante de um modo de

⁶⁷ Joseph H. Schumpeter (1883-1934).

⁶⁸ O caso da Ford, na Bahia, é um exemplo de indústria motriz: vinculada a ela estão algumas dezenas de pequenas e médias empresas consideradas *sistemistas*, que fornecem os componentes automotivos não produzidos pela empresa.

⁶⁹ Há, ainda, a chamada Teoria da Base Econômica de Exportação que se atém às análises de crescimento de uma região, sem preocupar-se com a unidade socioeconômica e cultural do espaço. Atribui peso excessivo à capacidade de exportação de uma região como requisito para o seu desenvolvimento, o que exige a expansão da atividade econômica fora da região.

produção internacional: “Agora, nenhum subespaço do planeta pode escapar ao processo conjunto de globalização e fragmentação, isto é, de individualização e regionalização” (SANTOS, 1999, p. 16). Foi esse *espaço desigual*, com suas diferenciações e contradições internas, que permitiu a construção, na literatura brasileira, da noção de “vários ‘nordestes’ que se sucederam ou coexistiram.” (CARVALHO, 1987, p. 43). Em épocas coloniais, setores dinâmicos da economia vinculavam-se, diretamente, às necessidades do capitalismo europeu e hoje, *ilhas de prosperidade*, de onde saem produtos diretamente para os mercados europeus, proliferam-se, também em função dos interesses do capital internacional, coexistindo com os *arquipélagos* de atraso, pobreza e miséria.

Pode-se, então, definir região como a organização dos processos sociais, econômicos e políticos do espaço, a partir dos laços culturais e das interações estabelecidas entre as pessoas que interagem sobre ele, e que são definidos pelas relações de produção, pelas relações de poder e pelas formas como se relacionam com o ambiente e, conseqüentemente, pela luta de classes; o espaço territorial de uma região é, também, o resultado da ação do capital, com todos os benefícios e malefícios gerados por ele. Essa síntese, no entanto, representa mera generalidade e pouco ajuda a compreender o semiárido brasileiro e baiano, sobretudo enquanto espaço de conflitos, de disputa de interesses econômicos e políticos, de reprodução do capital e das relações de dominação, como reflete Francisco de Oliveira:

Uma ‘região’ seria, em suma, o espaço onde se imbricam dialeticamente uma forma especial de reprodução do capital, e por conseqüência, uma forma especial de luta de classes, onde o econômico e o político se fusionam e assumem uma forma especial de aparecer no produto social e nos pressupostos da reposição [...]. (OLIVEIRA, 1977, p. 21).

Desde o período da colonização até épocas recentes, a *região Nordeste* restringia-se aos territórios da Bahia, Pernambuco, Paraíba, Rio Grande do Norte e Ceará, seguindo a trilha do gado, ampliando-se para o Piauí e Maranhão e para o norte de Minas Gerais, que passou a integrar o semiárido brasileiro, atendendo, basicamente, a objetivos políticos “para permitir a participação nos recursos destinados às obras contra as secas.” (CARVALHO, 1988, p. 91). É o território mais antigo do Brasil, o que permitiu a formação de uma identidade própria (geográfica, econômica, cultural, política, ambiental), o que se consubstanciou no *movimento*

*regionalista*⁷⁰ iniciado na década de 1920, incorporando valores emancipacionistas, manifestando-se, ainda nos dias atuais, de diferentes formas com *movimentos regionalistas* que emergem e refluem a partir das circunstâncias de cada momento. Na maioria das vezes, são movimentos tradicionalistas, conservadores, não raras vezes motivados por interesses escusos, a exemplo da *indústria das secas* que congregava diferentes atores da economia e da política para se apropriar de recursos públicos para o benefício de poucos, com fins imediatos (a apropriação do dinheiro público), ou de médio e longo prazo, com a manutenção do poder político. Por mais repugnante que tenha sido, não se pode ignorar a sua legitimidade, considerando que seus idealizadores e operadores tinham, sempre, legítimos representantes do povo como atores principais.

Chico de Oliveira trouxe importante contribuição ao conceito de região, advertindo, para o papel do modo de produção capitalista, com todas suas implicações – seu caráter explorador, a presença das classes sociais, a degradação ambiental etc.: “O que preside o processo de constituição de ‘regiões’ é o modo de produção capitalista e, dentro dele, as ‘regiões’ são apenas espaços socioeconômicos onde uma das formas de capital se sobrepõe às demais.” (OLIVEIRA, 1977, p. 21). Chamou a atenção para a dimensão política, para as relações de poder estabelecidas no seu interior e que lhe dão o corolário econômico e socioambiental: “Talvez a elaboração mais cuidadosa do conceito de ‘região’ que se queria introduzir seja a da dimensão política. Isto é, de como o controle de certas classes dominantes ‘fecha’ a região [...]”. Deixa claro que essa dimensão política não é uma instância isolada da econômica, “pelo contrário, é ou será da imbricação dessas duas instâncias que poderá surgir mais completo o conceito que aqui se propõe.” (OLIVEIRA, 1977, p. 26). Aliás, foi a partir da organização da economia que ele procurou compreender o Nordeste, no período colonial, como uma macrorregião, composta por regiões específicas que se formaram a partir da sua identidade econômica: para ele, os espaços que hoje correspondem aos Estados de Pernambuco, Alagoas, Paraíba e Rio Grande do Norte, marcados pela economia açucareira, eram reconhecidamente uma região; os espaços correspondentes aos Estados de Ceará e Piauí tinham função subsidiária, exceto no período áureo do algodão, e formavam também uma

⁷⁰ Um dos primeiros trabalhos da época, que serviu de base para muitos outros, foi o *Manifesto Regionalista* de Gilberto Freyre, de 1926: “seu fim não é desenvolver a mística de que, no Brasil, só o Nordeste tenha valor, só os sequilhos feitos por mãos pernambucanas ou paraibanas de sinas sejam gostosos, só rendas e redes feitas por cearenses ou alagoanos tenham graça, só os problemas da região da cana ou da área das secas ou da do algodão apresentam importância. Os animadores desta nova espécie de regionalismo desejam ver se desenvolverem no País outros regionalismos que se juntem ao do Nordeste, dando ao movimento o sentido organicamente brasileiro e, até, americano, quando não mais amplo, que ele deve ter.” (FREYRE, 1967, p. 29-30).

região; o mesmo pode ser dito em relação aos espaços que hoje compreendem os Estados de Bahia e Sergipe, com características próprias; por fim, o Maranhão, isolado do conjunto, com seus próprios traços, podendo também ser considerado uma região.

Assim, o conceito de região, além de fatores geográficos, como espaço, clima, vegetação etc. incorpora outros elementos que são essenciais para definir o que nela se estabelece, seja na economia (a estrutura fundiária, as relações de produção, a divisão do trabalho, os investimentos etc.), na sociedade (a presença de classes sociais, o exercício do poder político etc.) e nas relações estabelecidas com a natureza que, no caso do semiárido, carrega um conjunto de características que são próprias dos sertanejos.

No caso brasileiro, o entendimento das regiões está associado às desigualdades regionais que se estabeleceram ao longo da história. No período colonial, formaram-se as economias regionais, isoladas entre si, voltadas primordialmente para o mercado externo. O território que hoje corresponde à região Nordeste assumia a liderança da economia até finais do século XVIII, quando surgem os primeiros sinais de mudança com a transferência da capital brasileira de Salvador para o Rio de Janeiro (1763), agravando-se a partir de meados do século XIX, com a iminência da abolição da escravatura e da ascensão da economia capitalista no Vale do Paraíba (São Paulo), quando são criados instrumentos de integração do mercado nacional, o que vai permitir que as desigualdades regionais começassem a emergir. A área que corresponde à atual região Sudeste, liderada por São Paulo, ingressava num processo de modernização da economia cafeeira, criando as bases para a transição para as relações assalariadas, assumindo a dianteira no cenário nacional, o que foi fortalecido com a proclamação da República que elevou os liberais ao poder.

É a partir da década de 1920 que as marcas das desigualdades regionais vão aparecer com mais nitidez com o avanço da industrialização concentrada em São Paulo, o que se acentua nos anos seguintes, até a década de 1970, quando são anunciadas algumas medidas desconcentradoras. Em 1968 o Sudeste respondia por 81,3% do Valor da Transformação Industrial (VTI) do país, sendo que São Paulo, isoladamente, respondia por 57,1%.

A sociedade brasileira clamava por políticas de desconcentração que gerassem oportunidades de crescimento para outras regiões. A partir de 1970 o governo inicia a política de implantação de *polos de desenvolvimento* (restritos a polos industriais) em diferentes regiões, com os primeiros resultados uma década depois: entre 1984 e 1973 São Paulo tem sua participação relativa no (VTI) reduzida de 57,8% para 49,6%, e a participação do

Nordeste passa de 5,9% para 10,3%, caindo em 2009 para 10,0%, enquanto a participação de São Paulo caiu para 37,9% naquele ano. As regiões Norte e Centro Oeste tiveram crescimento expressivo, embora muito distante da região Sudeste. Merece registro o fato de que, apesar de o Nordeste ter quase duplicado sua participação relativa no VTI, no período de 1973 a 1984, esse ritmo estagnou-se, apresentando rápido decréscimo em 2009 (10,0%). É o que revela a tabela seguinte.

Tabela 1 - Valor da Transformação Industrial (% sobre o total do País)

Brasil e Regiões	Anos				
	1968	1973	1984	1995	2009
Rio de Janeiro	16,3	13,3	11,5	8,9	10,5
São Paulo	57,9	57,8	49,6	51,8	37,9
SUDESTE	81,3	77,9	70,9	70,9	60,5
SUL	11,2	13,7	15,2	16,4	19,1
NORTE	1,0	0,9	2,3	3,8	5,9
NORDESTE	5,9	5,9	10,3	7,4	10,0
CENTRO OESTE	0,6	0,8	1,3	1,6	4,4
BRASIL	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0

Fonte: IBGE - Pesquisa Industrial Anual Empresarial (BRASIL, 2012, p. 13).

Entre os fatores que favoreceram o crescimento industrial do Nordeste no período de 1973 a 1984, dois merecem destaque e foram empreendidos com o claro propósito de beneficiar o capital industrial: os incentivos fiscais instituídos a partir de 1960, através da SUDENE, considerados altamente vantajosos para o setor empresarial, e os fortes investimentos em infraestrutura a partir do II Plano Nacional de Desenvolvimento (PND), lançado em finais de 1974. No caso do Nordeste, região mais populosa e mais pobre, a extensão de estradas pavimentadas passou de 2.000 km para 42.000 km entre 1961 e 1997, e a capacidade instalada de geração de energia cresceu de 343 MW para 10.731 MW entre 1960 e 1998, reduzindo-se a taxa de analfabetismo de adulto de 54% para 29% entre 1970 e 1996 (BRASIL, 2012, p. 14).

O atraso histórico da região Nordeste, sem se vislumbrar perspectivas de enfrentamento dos problemas acumulados, que se perpetuam, afugentou os investimentos para outras regiões, nas quais a economia dinamizou-se em ritmo mais acelerado, constituindo-se em opção preferencial para o capital.

3.2 CONCEITO DE REGIÃO SEMIÁRIDA

Os critérios utilizados para definição de região semiárida são, via de regra, aqueles relacionados à meteorologia e à hidrologia que atendem a interesses político-ideológicos das classes dirigentes, sem considerar as especificidades econômicas e sociais. Assim, consideram-se como regiões semiáridas aquelas caracterizadas por baixa umidade e pouco volume pluviométrico, níveis elevados de insolação e forte evapotranspiração⁷¹, o que abrange a maior parte das terras emersas do planeta, com fortes limitações para o processo produtivo e para a vida humana⁷².

No Brasil, os limites climáticos da região semiárida são bem menores do que os encontrados no resto do mundo, já que os índices pluviométricos anuais são muito superiores aos encontrados noutras regiões semiáridas, mas são postos sempre como responsáveis pelas dificuldades econômicas e sociais. Da mesma forma, os limites impostos pela qualidade dos solos são também menores do que os verificados noutras regiões: no semiárido brasileiro, 64% dos solos são considerados bons ou regulares para a agropecuária e somente 36% (pouco mais de um terço) contém fortes restrições ao uso agrícola (SILVA, 2008).

Dos 5,5 bilhões de pessoas que povoam a terra, 628 milhões vivem em regiões áridas ou semiáridas que compreendem 79,5 milhões de km² (55% das terras do planeta), distribuídos em 2/3 dos países; estimativas indicam que 60 a 100 milhões de pessoas são vítimas de processos de degradação que resultam em decréscimo da produtividade agrícola; anualmente, 6 a 7 milhões de hectares de terra se tornam improdutivos pela intervenção humana com suas práticas agropecuárias inadequadas e outras intervenções predatórias (SILVA, 2008). Estudo realizado pelo Ministério do Meio Ambiente (BRASIL, 2002) indica que 68% da área do bioma caatinga encontra-se antropizada, sendo que 35% em situação de extrema antropização.

No Brasil, a região semiárida corresponde a pouco menos de 12% do território nacional, enquanto na Argentina e no Chile as áreas semiáridas correspondem, respectivamente, a 75%

⁷¹ Diante das características do semiárido brasileiro, com precipitações irregulares no tempo e no espaço, os índices que procuram medir as médias anuais de precipitações são genéricos e não contemplam as diferenciações internas, servem apenas como referencial.

⁷² Na classificação mundial do clima, o semiárido é aquele que apresenta precipitação de chuvas média entre 200 mm e 400 mm (VEREHYA, 2012).

e 64% (PARDO, 2004); no Continente Africano, mais de 60% das terras estão situadas em áreas de clima superárido, árido ou semiárido. As características do semiárido brasileiro resultam, também, do fato de ser o único, no mundo, integralmente situado em região tropical, enquanto nos demais países as regiões semiáridas e áridas situam-se fora do arco de abrangência dos trópicos, como são os casos da Argentina, Chile, Oeste dos Estados Unidos, Sul da Índia, Sul da Espanha etc., ou incluídas, parcialmente, como é o caso do Continente Africano. É no Brasil, também, que se encontra a maior concentração demográfica do mundo em regiões de clima semiárido, além de registrar precipitações médias superiores à encontrada nas demais regiões: no semiárido brasileiro as precipitações médias situam-se entre 600 mm e 800 mm anuais na maior parte da região, caindo para 300 mm a 600 mm em algumas áreas isoladas e chegando ao patamar de 800 mm a 1.700 mm noutras, enquanto que na maior parte das regiões semiáridas do mundo, a média anual das precipitações situa-se entre 80 a 250 mm (SILVA, 2008; SOUZA FILHO, 2011).

A formação de regiões áridas e semiáridas atende a fatores climáticos (naturais) e/ou antrópicos (resultantes da ação humana). Muitas das regiões hoje classificadas como áridas e semiáridas já tiveram outra caracterização em passado remoto, devido ao movimento natural que altera e modifica as condições edafoclimáticas e ecológicas nas diferentes regiões da terra. No caso do semiárido brasileiro, há indícios de que, há milhares de anos, tenha sido palco de uma floresta semelhante à amazônica de hoje. Dessa forma, os limites territoriais e mesmo as características geográficas podem estar em processo de modificação em qualquer parte. Estudos desenvolvidos pelo Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (INPE) identificaram um processo de *aridização* no sertão nordestino que pode modificar as condições internas da região e ampliar a atual área semiárida em cerca de 12% até meados do século XXI, o que corresponderia a algo superior a 100.000 km². Segundo o pesquisador José Marengo, coordenador dos estudos do INPE, já há indícios de uma grande mancha de hiperaridez que tende a avançar para o norte da Bahia, quase todo interior de Pernambuco, Paraíba e Rio Grande do Norte, parte do sudoeste do Piauí e outras áreas isoladas noutros Estados; essas áreas hiperáridas são as que podem, no longo prazo, se tornarem desertas por uma combinação de condições climáticas e fatores antrópicos. O professor Humberto Barbosa, coordenador do Laboratório de Meteorologia da Universidade Federal de Alagoas, seguindo a mesma linha de raciocínio, observa que nas áreas mais secas do Nordeste chove menos de 800 mm por ano, mas a evapotranspiração (perda de água dos solos por evaporação e perda de água das plantas por transpiração) passa dos três mil milímetros por ano

(SEMIÁRIDO..., 2011). Essas informações coincidem com um estudo do Instituto Nacional de Ciência e Tecnologia (INCT), juntamente com o Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (INPE), que, a partir de dados levantados entre 2009 e 2010, demonstram que as regiões Norte e Nordeste do Brasil deverão sofrer mais com as secas durante todo o século (AMAZONIA..., 2011).

O primeiro passo, para a delimitação da região semiárida brasileira, foi dado com a criação do *Polígono das Secas* em 1936 (AMAZONIA..., 2011), com uma superfície geográfica de 672.281,89 km², o que serviu como referencial jurídico, fundamentação política e argumentação ideológica para a transferência de recursos públicos para *obras de combate às secas* do interesse das oligarquias locais. Essa área foi sendo ampliada, com o passar do tempo, a partir da pressão das forças políticas locais, para justificar a destinação de subsídios públicos: em 1989 a área chegou a 1.083.791 km², sendo novamente ampliada em 1999, em 97.714 km² por ocasião da revisão de cálculos sobre as áreas dos municípios brasileiros, efetuada pelo IBGE (23.449 km²), com a ampliação da área de Minas Gerais (49.814 km²).

Em 1988, cria-se uma norma na Constituição Federal que serve de base técnica para a definição de região semiárida⁷³, cuja abrangência é de 982.563 km² (CLIQUE SEMIÁRIDO, 2011), (83,2% do *Polígono das Secas*), abrangendo 1.135 municípios (20,4% do total) e 11,5% do território nacional, sendo que 872.219 km² (86,48%) estão no Nordeste (CLIQUE SEMIÁRIDO, 2011), correspondendo a 56% do território nordestino (10,2% do território brasileiro) e 107.344 km² (10,9% do semiárido brasileiro) em Minas Gerais.

Na Bahia a região semiárida corresponde a 363,3 mil km², 42% do semiárido nordestino e 40% do semiárido brasileiro, abrangendo 64,5% do próprio território baiano, abrangendo um conjunto de 266 municípios (CLIQUE SEMIÁRIDO, 2011) que são habitados por 6,8 milhões de pessoas (IBGE, 2010) - 48,3% da população baiana. Desses municípios, 252 estão no *semiárido meridional* cuja vegetação predominante é a caatinga⁷⁴ e 14 no *semiárido setentrional (o além-São Francisco)* que integra o bioma cerrado⁷⁵.

Apesar de esforços recentes voltados para a compreensão do semiárido focando as dimensões históricas, econômicas, sociais, culturais, tecnológicos e políticas, predominam, na literatura brasileira, critérios geofísicos e ecológicos (CARVALHO et al, 2003), o que, mesmo reconhecendo sua importância e utilidade, ainda se constituem em fatores limitantes

⁷³ Art.159, alínea c.

⁷⁴ Caa=mata, tinga=branca. A caatinga corresponde ao maior de um conjunto de quatro biomas do Estado da Bahia, ao lado de Mata Atlântica, Manguezais e Cerrado. É considerada rica a biodiversidade: nela existem mais de 600 tipos de árvores conhecidas, enquanto em toda Europa não passa de 100.

⁷⁵ A relação do conjunto dos municípios do semiárido baiano pode ser aferida no Anexo A.

para a compreensão de toda complexidade da região semiárida que, no passado, recebeu outras denominações como Sertão, Nordeste das Secas etc.

A caatinga é o bioma predominante na região semiárida, entretanto, a definição da área da caatinga ainda carece de melhores estudos para que possa atender a critérios técnico-científicos: pesquisadores têm levantado, recentemente, a necessidade de exclusão de algumas áreas do bioma e inclusão de outras⁷⁶, dando-lhe, assim, a verdadeira identidade. O que se verifica, hoje, é que parte da área do bioma da caatinga se aproxima mais dos biomas do cerrado e da mata atlântica⁷⁷, enquanto outras áreas com características próprias da caatinga estão excluídas.

O Ministério da Integração Nacional (BRASIL, 2005a) utilizou-se de três critérios básicos para definir a região semiárida: precipitação pluviométrica média anual inferior a 800 mm; índice de aridez⁷⁸ de até 0,5, calculado pelo balanço hídrico (relação entre as precipitações e a evapotranspiração⁷⁹); e risco de seca superior a 60% a partir de análises do período 1970-1990. A SUDENE trilhou na mesma direção, com algum detalhamento a mais: precipitações médias anuais iguais ou inferiores a 800 mm; insolação média de 2.800h/ano; evapotranspiração superior a 2.000mm/ano; temperaturas médias anuais entre 23° e 27° C; regime de chuvas marcado pela irregularidade (espaço/tempo); domínio do ecossistema caatinga; solos, em sua maioria, arenoargilosos – pobres em material orgânico (MO) e cristalinos; limitações pluviométricas e baixa retenção dos solos (rios temporários); e bacias sedimentares subterrâneas de boa qualidade (SUDENE, 2011).

Vieira (1995), em seu diagnóstico sobre o *Projeto Áridas*, registra as seguintes características do semiárido nordestino: rios intermitentes; secas periódicas; cheias frequentes; uso predominante da água para abastecimento humano e agropecuário; águas subterrâneas limitadas em razão da formação cristalina que abrange cerca de 70% do semiárido; precipitação e escoamento superficial limitados; baixa eficiência hidrológica devido às altas taxas de evaporação e do tempo de residência; conflitos de domínio entre União e Estados, em trechos de rios perenizados por reservatórios públicos; existência de uma ampla infraestrutura

⁷⁶ O Projeto de Conservação e Utilização Sustentável da Diversidade Biológica Brasileira (PROBIO-NE) que congrega pesquisadores de várias instituições, tem recomendado ajustes nos limites do bioma caatinga a partir das características biológicas encontradas. (www.biodiversitas.org/caatinga). Acesso em: 10 ago. 2011.

⁷⁷ O município de Amargosa é um exemplo desse *desvirtuamento* técnico.

⁷⁸ A definição de aridez foi estabelecida pela Organização das Nações Unidas (ONU) em 1977, no seu Plano de Ação de Combate à desertificação.

⁷⁹ No caso, foi utilizado o período de 1961 a 1990.

hídrica construída ao longo dos anos, com reservatório públicos e privados e poços perfurados no sedimento e no cristalino, com problemas de segurança, manutenção e operação.

A Agência de Desenvolvimento do Nordeste (ADENE), assim define uma região semiárida (LEMOS, 2012):

Região Semi-árida é aquela formada pelo conjunto de lugares contíguos, caracterizada pelo balanço hídrico negativo, resultante de precipitações médias anuais iguais ou inferiores a 800 mm, insolação média de 2800 h/ano, temperaturas médias anuais de 23° a 27° C, evaporação de 2000 mm/ano e umidade relativa do ar média em torno de 50%. Caracteriza-se essa região por forte insolação, temperaturas relativamente altas [...].

Alguns esforços têm sido empreendidos no sentido de caracterizar a heterogeneidade e a complexidade da região semiárida; na década de 1970, George Hagreaves (AB'SÁBER, 2003) identificou quatro áreas distintas no interior da região: o Sertão Bravo, constituído por faixas semiáridas acentuadas ou subdesérticas; os Altos Sertões, onde se encontram as faixas semiáridas rústicas ou semiáridas típicas; a área de Caatinga Agrestada, com faixa semiáridas moderadas ou sub-úmidas e os Agrestes. Mais recentemente, estudo da FUNCEME (2005) identificou 7 unidades geossistêmicas no semiárido brasileiro⁸⁰, sendo que a Depressão Sertaneja ocupa quase 50% do território nordestino (e baiano), com índices pluviométricos entre 500 e 800 mm; no Planalto de Borborema, 400 a 600 mm, e nos Tabuleiros Costeiros entre 800 mm e 1.700 mm (SOUZA FILHO, 2011). Essas tentativas são ainda insuficientes, diante da complexidade e diversidade da região semiárida, não apenas no tocante aos aspectos geofísicos, mas também em relação ao *modus vivendi* das pessoas estabelecido a partir das suas relações econômicas, políticas e culturais e com a natureza.

O semiárido é um espaço de contrastes: há lugares de solos pobres, em franco processo de desertificação e outros onde são considerados entre os melhores de toda terra; há lugares que a escassez de água é um grande problema, há outros em que a água jorra em abundância do subsolo vinte e quatro horas por dia num aparente desafio à lei da gravidade⁸¹; há comunidades em que há escassez de alimentos, transformando a fome oculta numa doença endêmica, há lugares onde reina a fartura:

[...] num telejornal, numa reportagem sobre os efeitos da seca na região, há cenas que mostram mulheres sertanejas apanhando água turva num reservatório para satisfazer as necessidades da família. Na mesma reportagem, são apresentadas imagens das grandes e modernas áreas irrigadas, com água

⁸⁰ Chapada Diamantina, Depressão Sertaneja, Áreas Subúmidas, Tabuleiros Costeiros, Planalto com Cobertura Calcária, Planalto da Borborema, Planalto Sedimentar (SOUZA FILHO, 2011, p. 6).

⁸¹ São os casos de várias localidades beneficiadas pela Bacia Subterrânea de Tucano, Bahia.

dos rios e poços regando as plantações de frutas (nobres) que são exportadas para centros consumidores nacionais e internacionais. (SILVA, 2008, p. 15).

Revestido de uma vegetação que incorpora as diferenciações intrarregionais, conforme as condições edafoclimáticas de cada lugar, o semiárido, no geral, possui uma vegetação que se classifica como arbustivo-arbórea em determinados locais e arbórea-arbustiva em outros e, raramente, arbórea. A predominância é de vegetação caducifólia, com características especiais de controle da desidratação, com a presença de comunidades de cactáceas – mandacarus, palmatórias, coroas-de-frade, xique-xiques etc. – em maior ou menor intensidade conforme as características do lugar, numa clara demonstração de adaptação natural às condições oferecidas pela natureza.

É própria do semiárido brasileiro a presença de redes hidrográficas com a presença de rios perenes e intermitentes, a maioria deles com drenagem aberta para o mar, depois de percorrer extensas depressões interplanáticas quentes e secas. Em regra, os rios intermitentes permanecem secos por mais da metade do ano e seu curso d'água está diretamente relacionado com as duas estações do ano que predominam no semiárido: uma seca e outra de chuvas moderadas, embora sujeitas a rupturas, com longos períodos de seca ou de grandes períodos chuvosos, nesses casos, geralmente acompanhados de grandes catástrofes (inundações etc.).

Mas o semiárido de hoje é bem diferente daquele das décadas de 1940 a 1970, graças a um conjunto de fatores históricos decorrentes das políticas expansionistas iniciadas ainda durante a ditadura Vargas, mas intensificadas, sobretudo a partir de 1950, com a iniciativa de Celso Furtado, através do (Grupo de Trabalho para o Desenvolvimento do Nordeste (GTDN), que chamou a atenção para a necessidade de desenvolver políticas estruturantes de geração de emprego e renda, superando a *concepção hidráulica* vigente desde o início do século que restringia as ações governamentais ao combate aos efeitos das secas através de projetos de captação e armazenamento de água e programas assistencialistas nos momentos mais críticos.

Furtado queria valorizar e qualificar o trabalhador braçal para o mundo do trabalho, remunerando-o decentemente. Com a derrota política da sua proposta, o semiárido veio a experimentar na década de 1970 uma intervenção diferente por parte do Estado, que procurou adaptar as propostas aos interesses do grande capital: foi quando o governo decidiu estimular, com incentivos públicos, a industrialização no Nordeste, incluindo indiretamente a região semiárida, como alternativa para dinamizar a economia e gerar emprego, o que considerava suficientes para eliminar o drama das secas. No semiárido baiano, implantam-se os Distritos

Industriais de Feira de Santana, Jequié, Juazeiro e Vitória da Conquista que, segundo Spínola (2003), havia 4.261 estabelecimentos industriais em 1997, com um total de 13.648 operários, movidos pelo Fundo de Investimentos do Nordeste (FINOR) que transferia para os empresários volumosas somas de recursos públicos. Ocorre que na lógica do capital internacional, esses Centros Industriais precisavam de outros ingredientes para se tornar viáveis, a exemplo de infraestrutura local (terrenos, energia elétrica, água, saneamento etc.), meios de transporte para a matéria-prima e para o escoamento da produção, comunicação, mão de obra qualificada etc. Além disso, todos eles foram implantados para a produção de bens de consumo, com poucos recursos tecnológicos e baixo valor agregado. Em 1985, 55% dos estabelecimentos industriais da Bahia estavam localizados na região semiárida, mas empregavam somente 32% da mão de obra industrial e pagavam somente 16% da massa salarial; o volume da produção correspondia a apenas 8% da produção industrial do Estado (SAMPAIO, 2010), o que está coerente com a lógica do fracasso identificado em todo Nordeste. Segundo o Ministério da Integração (BRASIL, 2003; BRASIL, 2005) a relação entre o PIB da região semiárida definida como área para investimentos do Fundo Constitucional do Nordeste (FNE) e o PIB do restante da região, em 1970, era de 74,7%, caindo para 29,8% em 2002; é um modelo de industrialização, concebido na década de 1950, que, na visão de Fernando Pedrão, se

[...] constitui, essencialmente, na captação do possível mercado interno para a transformação de matérias-primas locais abundantes e baratas, ignorando as possibilidades industriais e as vantagens de localização, ou da criação de mercado [...] (PEDRÃO, 1996, p. 77).

Essas iniciativas, somadas a grandes projetos de irrigação financiados com fundos públicos, pouco contribuíram para uma transformação da região semiárida, já que mantiveram suas estruturas arcaicas de produção, apesar de algumas *ilhas de modernidade*, e políticas. Foi eficiente, entretanto, toda engenharia de transferência de recursos públicos para a iniciativa privada, auxiliada pela quantidade de órgãos públicos e pela ausência de mecanismos de controle (OLIVEIRA, 1993). Desde a década de 1970 que se criam programas especiais para o Nordeste, contando com vultosas somas de recursos de instituições internacionais, a exemplo do Banco Mundial e do Banco Interamericano de Desenvolvimento. O primeiro deles foi o Programa de Redistribuição de Terras e de Estímulo à Agroindústria do Norte e Nordeste (PROTERRA, 1971); no mesmo ano, o Programa de Irrigação no Vale do São Francisco (PROVALE, 1971). Depois vieram vários outros: Programa de Apoio aos Polos de Desenvolvimento no Nordeste (POLONORDESTE, 1974); Programa de Desenvolvimento da

Agroindústria (PDAN, 1974); Programa de Apoio aos Pequenos e Médios Produtores Rurais do Nordeste (Projeto Sertanejo, 1976); Programa de Apoio à Irrigação (PROHIDRO, 1979); Programa de Apoio à Produção de Alimentos Básicos em Áreas de Várzeas (PROVÁRZEAS, 1981); Programa de Integração e Desenvolvimento do Nordeste (PROJETO NORTESTE, 1983); Programa de Apoio ao Pequeno Produtor Rural (PAPP, 1983); Programa de Apoio Técnico e Financeiro aos Pequenos Produtores Rurais (PROJETO SÃO VICENTE, 1986); Programa de Irrigação do Nordeste (PROINE, 1986); Programa de Convivência com a Seca (PROJETO PADRE CÍCERO, 1988); dentre outros. Em 1996, também, foi lançado o Programa de Apoio e Desenvolvimento da Fruticultura Irrigada do Nordeste que preconizava o semiárido como prioridade, abdicando, entretanto, do caminho da irrigação pública para seguir os rumos da irrigação privada, embora com crédito subsidiado, para atender exclusivamente os interesses do mercado (CARVALHO, 1988). Como a pobreza permanece, o financiamento internacional continua dias de hoje; na Bahia, são os casos dos programas Progredir, Produzir⁸² e Gente de Valor⁸³, entre outros.

Todas as avaliações realizadas indicam o fracasso dessas iniciativas, com resultados bastante pífios, exceto para grupos econômicos e para os setores políticos remanescentes das oligarquias locais que continuam apropriando-se deles para a ascensão ao poder. Atualmente, grandes áreas no semiárido estão sendo reservadas para o plantio de cana de açúcar e plantas oleaginosas⁸⁴ para a produção de biocombustível, concorrendo com as áreas de produção de alimentos, com o conseqüente aumento da sazonalidade no trabalho agrícola e, por conseqüente, do nível de subemprego (KAGEYAMA; GRAZIANO DA SILVA, 1983).

O atual período de seca (2011-2013) trouxe à tona uma realidade que parecia superada: a ausência de infraestrutura que pudesse dar suporte a períodos de crise. A emigração intensificou-se, grande parte dos rebanhos foi dizimada e a economia fragilizou-se ainda mais. Entretanto, ao contrário do que ocorria no passado, não se registrou uma única morte humana, graças aos programas assistenciais de transferência de rendas.

Como destaca o professor Fernando Pedrão (2008), há um elemento de crucial importância que tem sido relegado ao longo do tempo na formulação e implementação das políticas públicas para o semiárido: o poder decisório. Para atender aos interesses do capital, quase sempre velados, à região é dada a condição de receptora das políticas públicas, o que

⁸² Financiado pelo Banco Mundial.

⁸³ Contando também com recursos do Fundo Internacional de Desenvolvimento da Agricultura (FIDA).

⁸⁴ Oficialmente, o objetivo das oleaginosas é a produção de biocombustível. Na prática, entretanto, esse é apenas um objetivo formal, para a obtenção de subsídios.

incorpora a visão de região atrasada cuja população não tem capacidade e habilidade para formular suas propostas e decidir sobre seu projeto de desenvolvimento, ficando a decisão a cargo do governo central; dos nordestinos e sertanejos é tirado o direito de assumir seu papel protagonista, sujeitos do processo histórico, submetidos a uma posição subalterna, inferior, de alguém que precisa ser dirigido, como, aliás, entendeu Anísio Teixeira que acreditava que os sertanejos precisavam sempre de um guia, o chefe político local, que lhes daria proteção e indicava o caminho do futuro (TEIXEIRA, 1926).

3.3 SEMIÁRIDO SERTANEJO

Semiárido sertanejo⁸⁵. Essas duas palavras parecem sinônimas, mas parecem também distintas. Convencionou-se usar a palavra *semiárido* para representar uma região cheia de problemas – de falta de terra para os agricultores mais pobres, de produção, de renda, de habitação, de alimentação, de água, de educação etc., condenada à pobreza e à miséria, partindo, quase sempre, de uma representação geográfica. Quando se usa o termo sertão, o sentido deixa de ser meramente físico e geográfico, incorpora a dimensão socioantropológica, a noção de território vivo; está-se referindo a gente, pessoas com características próprias, que enfrentam a falta de terra, de produção, de renda, de habitação, de alimentação, de água, dos serviços públicos mais elementares etc.; gente que se relaciona com gente e com o seu meio; que elege e aplaude seus dominadores; que sofre, reza e também diverte-se. As especificidades da gente do sertão inspirou o movimento literário ainda no século XIX, conhecido como *sertanismo*, que veio a gerar o *regionalismo* na segunda década do século XX, quando o sertão começou a ser visto *por dentro*, por pessoas do próprio sertão; são os casos das obras de José de Alencar, Bernardo Guimarães, Fráklín Távora, dentre outros.

O termo sertão, no universo cultural brasileiro, evoca múltiplos significados reais e simbólicos; designa região agreste, afastada dos núcleos urbanos e das terras produtivas, distantes do litoral; esse sentido contemplava as áreas distantes do Nordeste e Norte de Minas Gerais; o termo sempre foi carregado de imprecisão e de preconceitos pela literatura tradicional. Sertão, sempre foi tratado como interior; interior pouco povoado, lugar longe da costa, lugar inculto, incivilizado e assim por diante (BARROSO, 1962; LIMA, 1999). Guimarães Rosa o considerou como algo que se procura e nunca se encontra e quando menos

⁸⁵ O título pode parecer redundância, entretanto, muitos municípios que hoje integram a região semiárida nada têm a ver com o sertão.

se espera ele aparece (ROSA, 2001; VASCONCELOS, 2007). Patativa do Assaré, em seus poemas, descreveu o sertão com maestria, porque o vivenciou: "Eu sei que dizendo assim, / Eu não tou falando à toa, / Meu sertão tem coisa boa / E também tem coisa ruim; / Umas que fede a cupim / Ôtras que chera a melão. / De tudo eu sei a feição / Pois conheço uma por uma. / Vou aqui dizê arguma / Das coisa do meu sertão" (ASSARÉ, 1999, p. 70) e também soube reclamar da educação e da injustiça no sertão: "Coitado! Ignora tudo,/ Pois ele não tem estudo,/ Também não tem assistência./ E por nada conhecê/ Em tudo o camponês vê/ O dedo da Providença." (ASSARÉ, 1999, p. 78).

O sertão era visto como o lugar pouco povoado, insípido; *era o ali, o acolá, o além*. O deserto. E Frei Vicente do Salvador, ainda no século XVI, escreveu:

Da largura que tem a terra do Brasil para o sertão não trato, porque até agora não houve quem a andasse por negligência dos portugueses, que, sendo grande conquistadores de terra, não se aproveitam delas, mas contentam-se de as andar arranhando ao longo do mar como caranguejo. (VICENTINI, 1998, p. 45).

Anísio Teixeira considerou o sertão como o lugar que sofre com a distribuição irregular e excessiva do sol e da água: anos de sol, anos de chuva, e a *mesma falta de fartura que Deus o premia de tempos em tempos*. Lugar de gente rude, dada a um trabalho simples, com características profundas de respeito aos sentimentos das famílias, da moralidade e da prosperidade; lugar de gente com precariedade de condições intelectuais e falta de lucidez, o que dava lugar ao crescimento das superstições; gente que receia os choques, as lutas e convulsões, e que precisa da presença de um chefe que seja capaz de servir de guia, recebendo dele proteção e força, o que recebe com docilidade e bondade. Era útil, assim, a presença do *coronel*. Reconhece Anísio Teixeira, que o chefe, quando precisava recrutar pessoas para a luta, precisava selecionar alguém que por algum incidente foi afastado do convívio da sociedade, com condenações raramente cumpridas, ou que tivesse comportamento desviado. O sertanejo era o homem simples, trabalhador, ingênuo, que queria apenas paz e segurança na sua atividade laboral (TEIXEIRA, 1926).

Ainda hoje, o sertão é visto como lugar íngreme, atrasado, distante; *terra sem beira e sem lei, terra de ninguém*, com predominância da visão euclidiana do início do século XX, formada a partir do ainda presente rebuliço do sertão com a revolta e o massacre de Canudos uma década antes. Para Euclides da Cunha, o sertão é tudo que está fora da escrita, da história, da civilização e do espaço (CUNHA, 1973). Ainda nos dias atuais, ouvem-se pelos sertões adentro, expressões do tipo: *pretendo conhecer a Bahia*, com referência à capital do Estado.

Implicitamente, o reconhecimento de que o sertão está *fora* da Bahia⁸⁶, o que faz sentido se recorrermos à história de *abandono*⁸⁷ de toda região. O próprio Governo da Bahia admite, no Plano Plurianual 2012-2015, que as condições históricas do semiárido são impecilhos ao seu desenvolvimento, reconhecendo, nas entrelinhas o atraso e o distanciamento do progresso (BAHIA, 2011).

A forma como se deu a ocupação portuguesa vem reforçar o sentido de sertão *terra de ninguém, sem beira, sem lei*; dá ao sertão o sentido de *lugar do outro, o espaço do não-poder* (BARBOSA, 2000, p. 35), considerando ser um lugar excluído de tudo, da presença do Estado e da lógica formal do poder; os sertanejos não se submetiam à ordem institucional da Coroa e da República Velha, ficando nas mãos dos poderosos locais a quem juravam lealdade e obediência, mas sabendo que nos momentos de dificuldade encontravam sempre a mão estendida de algum coronel para ampará-los.

Para a literatura atual, o Sertão compreende uma área correspondente a quase 50% do semiárido nordestino (INSA, 2011, p. 4); na Bahia, na ausência de delimitação, *o que não é litoral nem Recôncavo é sertão*, ou seja, o espaço geográfico confunde-se com o próprio semiárido. O ambiente sertanejo, correspondente à unidade geossistêmica Depressão Sertaneja, abrange uma área com centenas de quilômetros quadrados: do agreste (faixa intermediária entre a Zona da Mata e o Sertão) até as mais distantes áreas do *alto sertão*. Na Bahia, estende-se desde as cidades de Poções, Milagres e Amargosa à divisa com Pernambuco e Piauí (AB'SÁBER, 1999).

O sertanejo é visto como um homem astuto, místico e desconfiado. Místico porque, como ninguém, sabe conduzir sua vida – a família, a economia, a política, a relação com a natureza – norteado pela emoção, pela fé, com absoluta incapacidade de analisar de forma fria e *racional* as coisas do dia a dia, o que é próprio do ente religioso. Talvez ninguém, como ele, saiba conciliar a produção, a cultura e a fé: enquanto trabalha, na agricultura ou no traquejo dos animais, o sertanejo canta e faz suas orações; quando a chuva atrasa, está pronto para dirigir-se ao povoado mais próximo ou à sede do município para participar de procissões para rogar misericórdia ao Céu. São comuns, ainda hoje, as romarias para lugares considerados sagrados (Monte Santo e Bom Jesus da Lapa, na Bahia; Juazeiro do Norte, no Ceará; entre

⁸⁶ Há uma *chula*, cantada pelos sertanejos, que diz: *Horácio de Matos por ser malcriado chegou na Bahia e morreu...* ao referir-se à morte do temido ex-deputado, ex-senador, coronel do sertão e chefe de bandos de jagunços, em Salvador, em 15/05/1931, numa clara referência de que sua atuação, no sertão, estava *fora* da Bahia.

⁸⁷ Na realidade, é um *abandono* planejado. O Estado sabia, como ainda sabe, qual o tipo de relacionamento que deve ser estabelecido com a região.

outros) para agradecer pelo que foi conseguido (a boa safra, a saúde) e para pedir proteção e bonança para os anos vindouros.

O sertanejo é visto como um ser cordial.⁸⁸ Quando procurado por alguém, está sempre disposto a ajudá-lo, com respeito e cordialidade; diferente do comportamento do citadino e do homem do litoral, ele é incapaz de *cuspir no prato que comeu*, ou seja, se recebe um favor, uma cortesia, um simples reconhecimento, ele jamais esquecerá e procurará retribuir de alguma forma: é a compensação do *dando que se recebe*, ou *o favor com favor se paga*. E disso as oligarquias nordestinas souberam tirar proveito, transformando direitos em favores, garantindo retornos. Um simples atendimento médico, o abastecimento d'água com *carro-pipa*, feitos por um órgão público, com dinheiro do contribuinte, ou uma visita inesperada de uma autoridade, são suficientes para *cativar* o sertanejo para toda a vida (informação verbal)⁸⁹. Essa cordialidade do sertanejo foi, e continua sendo, importante fonte de poder político nos sertões nordestinos. Entretanto, se ele for destrutado uma única vez, apaga-se todo o passado, nunca mais ele será capaz de mirar o destratante.

O sertanejo é, também, um homem desconfiado, *matreiro*, *manhoso*. Ele é capaz de ouvir atento ensinamentos de um estranho à sua classe e ao seu mundo, por horas, mostrar concordância e aceitação, deixando o interlocutor plenamente satisfeito, mas tem a capacidade e a sagacidade de filtrar tudo que ouviu e acatar somente aquilo que lhe convém. Isso fica bastante evidente em muitas circunstâncias: nas ações de extensão rural, os técnicos se apresentam, esforçam-se para transmitir seus conhecimentos (nem sempre os mais recomendáveis para o sertão), usam recursos tecnológicos de primeira linha; o sertanejo ouve, pacientemente, os deixa satisfeitos pela demonstração de aceitação, mas continuam depois com suas práticas adquiridas na *escola da vida*. São comuns, entre pessoas da sua confiança, comentários do tipo: *aprendi com meus pais, tenho a vida toda com a mão na massa, agora vem esse sujeito que nunca pisou na roça querendo ensinar como se deve fazer*, referindo-se a ensinamentos dos técnicos; nos períodos eleitorais, é comum receber em sua casa candidatos das mais diferentes orientações ideológicas, organizando inclusive pequenas reuniões com os vizinhos, satisfazendo, ao seu modo e jeito, a todos os visitantes; recebe, igualmente, missões religiosas diferentes e, também, dispensam o mesmo tratamento a todos.

⁸⁸ Sobre o *homem cordial*, recomenda-se a leitura de Raízes do Brasil, de Sergio Buarque de Holanda (HOLANDA, 2008).

⁸⁹ “Ele chegava, entrava na casa da gente, ia pra cozinha, descobria as panelas, comia com a gente... Era um homem sem besteira. Votei nele até o dia que Deus chamou”. Depoimento do camponês PMS, de Feira de Santana, sobre um chefe político do Município. Em 20/09/2011.

Avesso às institucionalidades, o sertanejo tem seus próprios conceitos de justiça e de direitos, não compreendendo o significado e o sentido de muitas prescrições legais. Seguindo seu próprio *código de ética*, ele é capaz de agir, de *fazer justiça com as próprias mãos*, quando seus princípios são violados. Recentemente⁹⁰, um agricultor foi preso na cidade de Riachão do Jacuipe, por ordem judicial, por estar comercializando pequena quantidade de leite, proveniente de sua própria produção, transportado numa bicicleta, por não ter sido inspecionado pela Vigilância Sanitária. No dia seguinte, quando a notícia se espalhou, centenas de pessoas concentraram-se em torno do Fórum da Cidade, *obligando* a autoridade judicial a rever a medida e libertar o prisioneiro.

O sertanejo é único. Com sua capacidade telúrica de intuição, é capaz de captar os longínquos sinais do tempo; prevê a chegada das trovoadas a partir da sua observação sobre o comportamento de animais, insetos e plantas⁹¹, o reconhecimento do potencial produtivo de cada *pedaço de chão*, desde as vazantes dos rios até os altos secos e pedregosos das colinas; observando as fases da lua, sabe os melhores dias para plantar, colher e armazenar a produção; segundo a crença sertaneja, é possível inclusive planejar o sexo dos filhos: se for gerado na lua nova, com nove dias para trás ou para frente, será homem; se for gerado na lua cheia, com nove dias para trás ou para frente, será mulher (informação verbal)⁹²; é capaz de identificar *gente que presta e gente que não presta* "pela cara", distinguir *homem de bem* de *marreteiro*. Esses *doutores* do sertão, acostumados à resistência da vida econômica e social, com expressões culturais ainda centradas em fundamentos ibéricos, vivem num ambiente que não reserva lugar para fracos e acomodados (AB'SÁBER, 1999, p. 24).

Excluídos de tudo, sem terra para trabalhar e sem emprego, sem o devido amparo social, os sertanejos conseguem apenas as condições de reprodução para continuarem formando o exército de reserva para os fazendeiros do sertão, para os capitalistas que estão chegando ou em outras regiões (informação verbal)⁹³ de economia dinâmica, ou ainda, para os setores urbanos de baixa qualificação. Assim, diante da exiguidade do espaço e das condições econômico-sociais estabelecidas, o sertão se constitui num grande produtor de mão de obra barata sempre disponível. Mas a *visão de mundo* do sertanejo, ainda não *contaminada* pelo consumismo e pelos ideais capitalistas, o torna uma pessoa feliz, mesmo vivendo em

⁹⁰ Em 2012.

⁹¹ "Mandacaru quando fulora na seca, é sinal que a chuva chega no sertão...", diz a canção de Luiz Gonzaga.

⁹² GC, camponesa de Conceição de Coité, hoje estudante de um curso de graduação. Em 25/10/2011.

⁹³ UC: "Atualmente, a cada 15 dias saem três ônibus lotados de trabalhadores, na maioria, jovens, para trabalhar no café, em Minas, ou na cana de açúcar, em Mato Grosso do Sul", afirma o presidente da Fundação de Apoio aos Trabalhadores da Região do Sisal. Em 24/04/2011.

condições sub-humanas para os critérios capitalistas modernos, insatisfeito apenas pelas deficiências do Estado na prestação de serviços básicos: as dificuldades de obtenção de serviços de saúde, a distância da escola dos filhos, o descaso dos que exercem o poder político. É sempre solidário, incapaz de negar um auxílio, mesmo a desconhecidos; consegue viver do *quase nada* nos períodos de seca, quando o sertão, para o olhar do cidadão, transforma-se num grande deserto, porque ele continua sendo, antes de tudo, um forte.

Como registrou Patativa do Assaré, o sertão tem de tudo, "tem gente boa e gente ruim"; tem também ambientalistas e predadores. Além das velhas práticas nocivas ao meio ambiente, como as queimadas, ainda predominantes⁹⁴, há muitas outras que a racionalidade ecológica não consegue explicar: ainda é comum uma espécie de disputa, entre crianças, jovens e adultos do sertão, quando expõem suas habilidades com pequenos objetos extraídos da natureza (pedras, pedaços de madeira) para sacrificar animais que não têm qualquer utilidade, por exemplo, para a alimentação; são pequenos lagartos (lagratixa, calandro), rãs e pequenos pássaros que são mortos apenas por diversão: "eu não consigo ver uma lagartixa e não tentar matar; sei que ela não faz mal algum, mas faço tudo pra matar" (informação verbal)⁹⁵. O etnólogo e historiador Câmara Cascudo, com seu tempero preconceituoso, escreveu: "Como todos os primitivos, o sertanejo não tem o senso decorativo nem ama sensorialmente a natureza. Seu encanto é pelo trabalho realizado por suas mãos. [...]. As árvores são respeitadas pelas sombras que oferecem. A noção de beleza para ele é a utilidade" (PORTAL DO MEIO AMBIENTE, 2012).

Mas, o sertanejo é um amante das coisas da natureza e um predador. É muito comum estabelecer relações de afetividade com animais domésticos ou silvestres, dispensando-lhes os mesmos cuidados e proteção que oferece a membros da própria família. Por não entender que animais silvestres viveriam melhor no seu próprio habitat, é frequente a criação desses animais em cativeiro, mas que são amados como qualquer filho: *cuido deles como cuido de meus filhos e se alguém mexer com eles é mesmo que mexer comigo* (informação verbal)⁹⁶, desabafa o camponês de Valente que mantém um *viveiro* de pássaros silvestres. Mas ele é também um *fazedor de desertos*. Essa herança não tem origem nos colonizadores, mas nos nativos que, diante da abundância de terra, já "praticavam as derrubadas e as queimadas nas

⁹⁴ As queimadas, ainda predominantes, são resultantes da desinformação dos sertanejos sobre seus feitos, mas também pela ausência de tecnologias que possam ser empregadas nos roçados.

⁹⁵ Depõe a camponesa ELG, de Valente, 62 anos. Em 22/08/2011.

⁹⁶ IFO, camponês de Valente, que mantém um criatório de animais silvestres, sem fins comerciais, cultivando com eles uma forte relação afetiva. Em 21/03/2013.

estações secas para facilitar a ocupação de novas áreas e também com a ilusão de que a vegetação se renovava em condições melhores, sem perceberem que a queima do material orgânico empobrecia os solos” (PIZA, 1997, p. 17), resultando nas *capueiras*, terra sem mato, que denuncia o início da esterilização. Nesse momento, os arborígenas partiam para novas derrubadas, novas queimadas, gerando novas áreas de *capueiras*. Os colonizadores copiaram todas as técnicas de derrubada e queimada dos nativos, para expandir suas atividades, com a vantagem da disponibilização de novos instrumentos, mais eficazes, como o machado, a foice e o facão feitos de aço, em múltiplas frentes que se formaram em todo sertão, durante séculos. Em épocas mais recentes, as *derrubadas* são mecanizadas, com poderosas máquinas que devastam tudo. Os resultados não poderiam ser mais devastadores, com grandes danos ao meio ambiente, alimentando inclusive os processos de desertificação.

Nos períodos de seca, o a paisagem sertaneja se assemelha a um grande deserto; nas primeiras chuvas, é notável a exuberância da vegetação caatingueira. O sertão é isso: um misto de coisa boa e de coisa ruim, *de cheiro de melão e de cupim*, de objetividade e subjetividade: clima, relevo, vegetação misturam-se com as representações culturais e religiosas; é lugar de seca, escassez, fome, desespero, mas, também, de exuberância e fartura; de dor, sofrimento, mas também de alegria, presente nas inúmeras formas de expressão cultural e de diversão. Um espaço de cordialidade e de dominação política.

O sertão é o território, ocupado e dominado por sertanejos; é um ambiente próprio e contagiante, carregado de subjetividades; tem paisagem, cheiro, cultura e gastronomia próprios; o sol no sertão *queima* diferente a pele do sertanejo; a brisa é única. Quem nasceu no sertão, dificilmente se adapta em outras regiões, mesmo de clima semelhante; não é por acaso que sertanejos, que foram expulsos do seu meio e obrigados a migrar para outras regiões arrumam as malas e retornam na primeira oportunidade de sobrevivência. É um lugar de magia, de difícil explicação, como reconhece Patativa do Assaré: “[...] E ainda cantando tô, / Pruquê, meu torrão amado, / Munto te prezo, te quero / E vejo qui os teus mistéro / Ninguém sabe decifrá. / A tua beleza é tanta, / Qui o poeta canta, canta, / E inda fica o qui cantá”⁹⁷.

Descrevendo um pedaço do sertão baiano, no povoado de Junco (município de Jacobina), Antonio Tavares registrou:

Um pássaro chamado Sofrê, que aprendeu a cantar o Hino Nacional. Uma galinha pintada chamada Tofraco, que aprendeu a esconder seus ninhos. Um boi de canga, o Sofrido. De canga: entra inverno, sai verão. A barra do dia mais bonita do mundo e o pôr do sol mais longe. O cheiro do alecrim e a

⁹⁷ Trecho de "Cante lá que eu canto cá" <http://pensador.uol.com.br/frase/NDYzMDc2/> Acesso em: 28 abr. 2012.

palavra açucena. E eu nunca vi a açucena. Os cacos: de telha, de vidro. Sons de martelos amolados e as enxadas, aboio nas estadas, homens cavando o leite da terra. O cuspe do fumo mascado de minhã mãe, a queixa muda de meu pai, as rosas vermelhas e brancas de minha avó. As rosas do bem-querer[...]. (TAVARES apud VICENTINI, 1998, p. 45).

E o sertanejo é, também, produto desse meio; é a figura que reúne ao mesmo tempo o conjunto de características opostas: alegre e sisudo; obediente e insubordinado; sábio e ignorante; ambientalista e predador; cortês e bruto; familiar e *mulherengo*; forte e fraco; valente e covarde. A forma como ele manifesta cada uma dessas qualidades depende do lugar, do momento e das circunstâncias.

São muitos milhões⁹⁸ de pessoas com o *modus vivendi* próprio, num processo de resistência contra as interferências da *globalização* econômica, cultural e da comunicação. As características físicas, a cor da pele, a habitação, a vestuária, a gastronomia, os ritos religiosos, as crenças, a sociabilidade, as formas de expressão cultural, enfim, tudo na vida dos sertanejos é diferente dos povos do Recôncavo e do litoral. Ainda nos dias atuais, é comum o agrupamento de pessoas, em geral numa *budega* ou na residência de uma delas, onde se faz uma visita de cortesia, para o *papo de sertanejo*: falam da família, dos criatórios, do preço dos produtos, da política, de religião, da seca e nunca faltam as estórias e lendas⁹⁹ que acabam atraindo a atenção e gosto dos mais jovens.

O sertão teve sua imagem construída e *vendida* ao longo da história como um território íngreme, que não chove ou chove o insuficiente para sustentar as pessoas. A visão formada na opinião pública foi de que aquelas terras não tinham quase nenhuma utilidade, os animais morriam por falta de água e de alimentos, as pessoas migravam em busca de condições de vida. Certamente que essa *campanha* facilitou a expulsão da população nativa – remanescentes de quilombos e de comunidades indígenas, camponeses de áreas *nobres* (margens de rios, nascentes, áreas de terras mais férteis) - favorecendo a expansão do latifúndio. E os sertanejos foram se acostumando com uma *realidade* imposta, inclusive com o suporte ideológico religioso: se chovia, era pela vontade de Deus; se vinha a seca, era o castigo (informação verbal)¹⁰⁰, o que predomina em grande escala ainda hoje entre a população rural que é mais dependente da natureza do que os cidadãos. São comuns, ainda

⁹⁸ As dificuldades de identificar com precisão os sertões impedem também identificar sua população. O que se sabe é que parte considerável dos habitantes da região semiárida é formada por sertanejos.

⁹⁹ Entre essas estórias e lendas, as mais comuns e conhecidas são: Vaqueiro Misterioso, Boi Tatá, Negrinho do Pastoreio, Negro D'Água, Cabra Cabrola, Cuca, Diabinho da Garrafa, Saci Pererê, Zumbi, Lobisomem, Mula sem Cabeça, Caipora, Curupira, Cabeça de Cuia, os Revoltosos dentre muitas outras.

¹⁰⁰ EMR. Liderança do Município de São Domingos, Bahia, o seguinte depoimento: “aqui não chove há seis meses, é castigo, também a população perdeu o amor a Deus, xinga demais e não reza”. Em 11/01/2011.

hoje, em períodos de seca prolongada, as procissões em louvor a São José, a quem compete *mandar a chuva*.

Essa visão religiosa das questões da natureza foi difundida e alimentada pela Igreja Católica¹⁰¹, especialmente pelos Frades Capuchinhos e pelos missionários leigos, com destaque para Ibiapina, Antonio Conselheiro e beatos do Padre Cícero Romão do Juazeiro. Ibiapina foi deputado, juiz de direito e delegado de polícia e, por volta de 1850, abandonou tudo para dedicar-se as funções missionárias. No lombo de um burro, percorria as comunidades sertanejas, evangelizava, mobilizava a população para a construção de uma *obra de caridade* (ficaram conhecidas das Casas de Caridade para atender crianças órfãs, vítimas do cólera etc.) e uma capela. Em cada edificação, uma cisterna para captar água da chuva. Pelo que se sabe, foi ele o pioneiro em captação e armazenamento de água para enfrentar os períodos de crise no abastecimento. Ibiapina, em cada comunidade, criava as condições de sustentabilidade do seu projeto, preparando pessoas do local para assumir a gestão e assim começou a formar uma nova visão sobre o sertão, uma visão de viabilidade econômica e social. Na década de 1870, o Vaticano o proibiu de continuar esse trabalho. Ainda como juiz, ele decidiu uma questão de terra envolvendo a família de Vicente Antonio Maciel, que viria mais tarde a tornar-se o Antonio Conselheiro, após perceber suas influências. Da mesma forma, já velho e doente, chegou à região do Juazeiro do Norte, quando teve contato com o jovem padre Cícero Romão Batista, de quem teria recebido orientações para o trabalho de evangelização que resultara, já na década de 1930, na comunidade de Caldeirão, no Crato.

Nem Conselheiro, nem Padre Cícero, entretanto, seguiram a trilha da busca da sustentabilidade, da captação e armazenamento de água, da gestão social. Preferiram outro caminho adotado pelos capuchinhos missionários e por padres fixos em suas paróquias, o caminho da religião dissociada da realidade concreta, o que beneficiava as oligarquias locais, uma vez que não ajudavam a emergir as contradições do cotidiano.

O sertanejo é homem de fé inabalável, capaz de destinar alguns dias todos os anos em orações e sacrifícios em alguma das tantas romarias que acontecem no sertão; que acredita que sua fé pode curar doenças e fazer chover; é a representação do matuto, do tabaréu, do vaqueiro, do caboclo, do jagunço, do *cabra da peste*¹⁰², do cangaceiro, do retirante, do romeiro, do beato, do contador de estórias, do mentiroso, do proprietário de terras; do *homem*

¹⁰¹ No período de 15 a 25 de março, historicamente, a precipitação pluviométrica média do semiárido é superior aos demais dias de março, como também de fevereiro e abril; é quando o sertanejo planta o milho para a *Fogueira de São João*. A Igreja, para associar ao Santo, estabeleceu exatamente o dia 19 de março como o *Dia de São José*.

¹⁰² Cantado por Luiz Gonzaga: “*Êta, sertão, terra de cabra da peste [...]*”.

forte, herói, cuja imagem se contrapõe à imagem do homem do litoral e da cidade, na visão de Euclides da Cunha: no litoral, a *sub-raça* é composta por brancos e negros, que originou o mestiço, num nível inferior; no sertão, o cruzamento de brancos e índios deu origem ao mestiço, figura com traços bem definidos e autêntica (CUNHA, 1973); um sujeito capaz de mudar sua realidade. Na visão de Durval Albuquerque: “um homem de costumes conservadores, rústicos, ásperos, masculinos; um macho capaz de resgatar aquele patriarcalismo em crise; um ser viril, capaz de retirar a sua região da passividade e subserviência em que se encontrava” (ALBUQUERQUE JR, 2003, p. 162), apegado à preservação do seu passado em franco processo de desaparecimento, sobretudo pela ação devastadora de mídia padronizada globalizada das últimas décadas.

Como *bom* camponês que sempre foi, o sertanejo soube, em toda caminhada histórica, valer-se de diferentes estratégias, pacíficas ou violentas, para libertar-se dos direitos senhoriais e das servidões, garantindo a posse da sua terra, de onde retira os meios para sobreviver e reproduzir-se (MENDRAS, 1978); para preservar o *pedaço de chão*, de onde tiram o sustento da família, os camponeses, não raras vezes, põem em jogo a própria vida: somente entre 1971 e 1984, foram 52 assassinatos de camponesas em municípios do semiárido baiano em conflitos agrários (BRASIL, 2011, p.153-160). Astuto, precisa estar permanentemente atento às circunstâncias e adaptar-se permanentemente a elas: “Ele deve poder a todo momento modificar os seus projetos, seu programa de trabalho, para enfrentar um fato novo” (GERVAIS et al, 1965), daí seu comportamento visto como individualista e mesmo pouco confiável¹⁰³, resultado das necessidades técnicas de produção e não uma característica de caráter pessoal.

O sertanejo incorpora e expressa todo o complexo contraditório da própria vida, o *ser e não ser* ao mesmo tempo. Apesar de tudo, esse sertanejo, tradicionalista, parece estar com os dias contados. As gerações que o sucedem, *contaminadas* pela modernidade difundida pelas tecnologias da comunicação e da informação resultante da cultura industrial que estende a urbanização ao campo, modifica os valores socioculturais, os padrões de sociabilidade e a organização social. A história de seus antepassados vai ficando para trás. Já são comuns, na cozinha rural, produtos enlatados substituindo alimentos que provinham exclusivamente do

¹⁰³ São muitos os casos, na história, em que por motivos aparentemente banais ou por necessidade de sobrevivência, camponeses *traem* seu grupo ou sua classe (HOBSBAWM, 1978). Entre nós, um caso típico é do capitão Lamarca, em agosto de 1971, antes de ser assassinado pelas forças do regime militar, em Buriti, próximo a Brotas de Macaúbas: doente e faminto, pediu ajuda a camponeses que o ampararam e depois avisaram à polícia (VEJA, 1971).

roçado; a televisão, o rádio, o telefone móvel, presentes em todos os lares; o computador e a *internet* chegam aos poucos e já fazem companhia aos moradores de muitos povoados e sedes distritais: “aos poucos, a cidade não só se impõe ao campo, subordinando-o, como o absorve e, em muitas situações, o dissolve.” (IANNI, 2007, p. 43).

No mundo sertanejo, as relações intrafamiliares são outras, o que interfere, também, nas formas de relações sociais estabelecidas com a comunidade externa. De um lado, o destaque é o papel da mulher, antes restrito aos afazeres domésticos e às atividades auxiliares junto ao companheiro na unidade de produção; agora, com participação ativa na composição do orçamento familiar, não raras vezes com o exercício profissional fora da unidade familiar; de outro lado, a relação com os filhos também se modifica: a democratização do acesso à escola e os programas de combate ao trabalho infantil (inclusive com incentivos financeiros para os pais) introduzem as crianças num ambiente cultural completamente diferente do mundo rural tradicional, tirando-lhes o papel de herdeiras e reprodutoras dos padrões culturais tradicionais, como se verificava até pouco tempo atrás. Essas crianças, na juventude, constroem nova visão de mundo, novos sonhos, quase sempre com características irreais, mas que as distanciam cada vez mais do mundo real dos seus antepassados.

Essa *nova ruralidade* é resultado da ação do capitalismo que cria e recria novas formas de subordinação do trabalho, impondo novos padrões e valores sociais e, muitas vezes, inclusive, oferecendo garantia de financiamento para atividades agropecuárias sob o compromisso de fornecimento de matéria prima para as agroindústrias, e tudo isso contribui para transformar o modo de vida no campo: “tudo que é agrário dissolve-se no mercado, no jogo das forças produtivas, operando no âmbito da economia, na reprodução ampliada do capital, na dinâmica do capitalismo global” (IANNI, 2007, p. 42).

Nesse contexto, a figura do homem cordial, verdadeiro, místico, leal, é substituída aos poucos por outra, *urbanizada*, interesseira; não mais prevalece o apego à natureza, ao tradicionalismo, mas à modernidade; a cultura urbana, de mercado, de forma gradativa, mas constante, toma o lugar da cultura popular sertaneja; o catolicismo tradicional dá lugar a novas opções religiosas, com o surgimento seitas religiosas até pouco tempo inexistentes que chegam aos lares pelo mercado midiático; os padrões sociais se modificam, suprimindo as velhas práticas de sociabilidade e de solidariedade estabelecidas ao longo da história. A velha lealdade política também é substituída pelo jogo de interesses e pelas negociatas: o voto já não é mais um simples instrumento de reconhecimento ou de recompensa por um favor recebido, passa a ser uma moeda de troca que se negocia em cada eleição, não raras vezes

com mais de um candidato a cargo eletivo, mesmo que desconhecido, sem qualquer conexão com o passado, com o futuro e com a própria realidade.

A família, antes sempre unida em torno do patriarca (ou da matriarca, em muitos casos) se esfacela. Já não há ninguém com a necessária legitimação para manter a família unida, seja em torno de questões do interesse da própria família, da comunidade, da prática religiosa ou na sua relação política com diferentes instâncias do poder; cada membro, desde muito jovem, segue seu próprio caminho, independentemente da adesão dos demais.

Tudo isso é o resultado das formas de penetração e expansão do capital, nos setores industrial e agropecuário, que “revolucionam as condições de vida e de trabalho no campo, acelerando inclusive a urbanização como estilo de vida, modo de localizar-se no mundo.” (IANNI, 2007, p. 38). Estabelece-se um novo modo de vida expresso no vestuário, nas formas de sociabilidade, na gastronomia, na cultura, nos padrões éticos, nos valores morais etc. Objetos que antes tinham uso restrito às populações urbanas popularizam-se no meio rural, o que simboliza também níveis de renda e de status. Entre 2004 e 2009, o aumento do número de famílias rurais que passaram a utilizar geladeira, televisão, fogão e telefone, representou, respectivamente, 61%, 65%, 77% e 1.100%. Os serviços de energia elétrica chegaram a 7,9 milhões de domicílios, contra 5,5 milhões em 2004 (MIRANDA; TIBURCIO, 2012, p. 327).

O capital encontra, em cada momento histórico, a sua melhor forma de penetração e de expansão, independentemente do patrimônio cultural ou dos padrões sociais de um povo que também se modifica a partir dos interesses impostos. Foi isso que ocorreu em todo percurso histórico, desde a chegada dos europeus, no século XVI.

Há, entretanto, um forte movimento de resistência promovido por setores progressistas das igrejas, pelas organizações sociais e ONGs, no sentido de valorizar a cidadania, praticar a democracia participativa, de conciliar o tradicional e o moderno, de não perder as raízes culturais que são fundamentais para a preservação da identidade sertaneja. Há, em todo semiárido, experiências de economia solidária autogestionárias, ensaiando novas relações de produção, sem a figura da exploração pela apropriação da mais-valia e da dominação política. São ainda incipientes e frágeis, mas podem ser a semente de uma *nova* sociedade, fincada em novos valores cuja meta seja a equidade social.

CAPÍTULO 4 A OCUPAÇÃO DO SERTÃO

O Velho Mundo estava em efervescência diante das transformações geradas nos últimos séculos, a partir da crise do feudalismo e do progressivo avanço do capitalismo mercantilista; a infante burguesia mostrava sua força, inclusive através das organizações comerciais de fins multinacionais que floresciam. Em 1359, surge na Inglaterra a primeira corporação comercial que, mais tarde, daria origem às grandes companhias de comércio. Mas foi Portugal que assumiu uma posição de destaque no século XV, com sua política expansionista, favorecido pela grave crise econômica que atingia a Inglaterra e a França com a devastação provocada pela Guerra dos Cem Anos (iniciada em 1337). Em 1415, os portugueses ocupavam Ceuta; em 1419, a Ilha de Madeira; 1427, Açores; 1446, a Guiné; 1458, Acácer Ceguer; 1471, Argila Tanger. A ocupação de grande parte do continente africano favoreceu, também, o início do tráfico de escravos para a Europa a partir de 1451, com o surgimento de um grande e lucrativo negócio: a captura e o tráfico de negros, o que veio nutrir o capital mercantilista.

É nesse contexto que os portugueses desembarcam no litoral baiano em 22 de abril de 1500¹⁰⁴, com seu projeto impulsionado pelo capital comercial europeu; sabiam que encontrariam a resistência dos nativos e chegaram expressando seu *gosto de sangue* contra eles, impondo sua visão de mundo, sua religião, seus padrões sociais, produtivos e políticos, forçando-os a romper sua relação orgânica com a natureza para submeter-se aos caprichos e interesses emanados do mercantilismo. Surge, a partir de então, a figura de um *patrão* que determinava o que, onde e quanto produzir e o Deus que todos deveriam adorar; aqueles que não se submetiam às rotinas laborais e às formas éticas, morais e culturais de violência praticadas¹⁰⁵, eram violentamente expulsos de suas terras ou assassinados. Em 1501 os colonizadores chegaram à Baía de Todos os Santos e as primeiras grandes vítimas foram os índios *Tupinambás*¹⁰⁶, ainda no litoral, mas pouco tempo depois, os *Tapuyos*¹⁰⁷ nos sertões da

¹⁰⁴ Registros históricos indicam a presença de europeus no Continente antes de 1500. Em processo sobre os crimes do navio La Pélerin, o tribunal francês de Bayone faz referências à presença de portugueses na Ilha de Itamaracá, em Pernambuco, desde 1491 e sugere que os franceses também estiveram por aqui. www.wikipedia.org/wiki/História (acesso 22 nov. 2010). Há, também, registros históricos da chegada do espanhol Vicente Pinzón, que integrava a frota de Colombo, ao Ceará, aportando em Mucuripe em 2 de fevereiro de 1500, batizando a nova terra com o nome de Santa Maria de la Consolación.

¹⁰⁵ Não havia o propósito dos portugueses em transformar os índios em escravos, embora isso tivesse ocorrido de forma episódica e periférica. Fazia parte do projeto português o tráfico de escravos, por ser uma atividade altamente lucrativa e interessante para o capital comercial.

¹⁰⁶ Distribuídos em várias etnias, como Tamoios, Tupiniquins, Potiguaras, Temiminós, Tabajaras, Caetés, Amoipiras, Tupinaras, Aricobés, entre outros.

¹⁰⁷ Expressão que significa *povos bárbaros, inimigos*, considerados *sem fé, nem lei, nem rei*; e correspondia a muitas etnias que habitavam o território: Guaranís, Tupis, Sucurus, Cariris, Canindés, Jandirus, Paiacus etc.

Bahia, numa ação criminosa das *Entradas e Bandeiras*¹⁰⁸ que precisavam eliminar ou subjugar, pela força, os *brasileiros* nativos, para viabilizar as atividades agropecuárias e assim consolidar a ocupação. Em pouco tempo, estabeleceram-se criatórios de bovinos em quase toda área correspondente ao Nordeste, dando origem a povoados e vilas e mais tarde a muitas cidades, sob o controle político absoluto dos proprietários de terras.

O conflito, expressão da luta de classes, deu a tônica a todo processo de ocupação, com o empenho dos *estrangeiros* em dizimar os nativos para criar as condições para a exploração econômica. A eliminação dos povos indígenas, habitantes do território *descoberto*, gerava muitas formas de reação, estabelecendo-se conflitos de grande dimensão, a exemplo da revolta dos índios Janduís e Paiacus, no final do século XVII, que obrigou o governo central a recorrer aos *bandeirantes vicentinos* (“sertanejos de contrato”) para controlar a rebelião às custas da morte de centenas de índios, o que ficou conhecido como a Guerra dos Bárbaros.

Inicialmente, a presença dos portugueses foi vista com desconfiança e perplexidade pelos nativos, resultando, em pouco tempo, em muitos conflitos, inclusive armados, apesar da desvantagem bélica. Na maioria dos casos, a única alternativa que restava aos sobreviventes era a fuga. Os índios não entendiam o *trabalho ganancioso*, ou seja, as razões de plantar e produzir além do necessário à subsistência – “por que plantar alguma coisa que não é pra ser comida?” (SANTOS, 1984, p. 11), indagavam, em relação à cana de açúcar, passando a abandonar os canaviais. Por serem indispensáveis à ocupação, num primeiro momento, os portugueses organizavam as *caçadas*, que anos mais tarde foram substituídas pelas *Entradas e Bandeiras*, para aprisionar os fugitivos ou simplesmente assassiná-los para criar o ambiente necessário à exploração das terras. Diante da reação dos nativos, de não sujeitar-se aos caprichos dos *invasores*, a alternativa que vislumbravam, era o tráfico de escravos africanos, atividade altamente rentável já posta em prática desde 1451 nas Ilhas dos Açores e outras áreas invadidas por Portugal, o que se oficializou para o Brasil em 1542, para atender às demandas de comerciantes e de proprietários de engenhos.

Tudo começou com a extração de pau-brasil para a fabricação de móveis, construção civil, indústria têxtil e a crescente indústria naval europeia, mas as condições naturais de solo e clima, altamente favoráveis ao cultivo da cana de açúcar, levaram o rei D. Manuel a autorizar, por alvará de 1516, a produção de açúcar no Brasil, que veio a se consolidar anos mais tarde. Em 1540, começa a produção de açúcar em larga escala para exportação e trinta anos depois já

¹⁰⁸ As *Bandeiras* foram expedições organizadas pelos paulistas que ganharam a denominação de *Bandeirantes*. As *Entradas* foram organizações locais, da Bahia; ambas se caracterizavam como organizações paramilitares financiadas pelo governo e pela iniciativa privada e atuavam como verdadeiros *Esquadrões da Morte*.

havia uma centena de engenhos em funcionamento na região, hoje correspondente ao Nordeste e em São Vicente, produzindo cerca de 60 mil toneladas de arrobas de açúcar por ano, o que gerava grande fartura e abundância em Portugal com a transferência de recursos. Segundo Celso Furtado (1977, p. 44-45), “tudo indica que 90% da renda gerada pela economia açucareira dentro do país se encontravam nas mãos da classe dos proprietários de engenho e das plantações de cana”, sendo que uma parcela considerável dessa renda era transferida para os comerciantes e para o governo. A produção continuou crescendo, gerando grandes lucros para a metrópole. Em 1600 havia 200 engenhos funcionando, passando para 350 em 1650 e, finalmente, 650 engenhos em 1710, quando a economia açucareira entra em crise.

É preciso não perder de vistas que a ocupação portuguesa não se sustentava apenas com a indústria canavieira. Era preciso viabilizar a produção de outros bens, inclusive alimentos para a população litorânea. Ou seja, a ocupação do interior era uma condição para a sustentabilidade do regime escravista. As primeiras iniciativas oficiais de interiorização da ocupação foram implementadas a partir de 1530, especialmente com o primeiro Governador-Geral, Tomé de Souza (1534), dando a Salvador o status de capital do país e principal polo de concentração humana, com grande notoriedade, por ser o local por onde se faziam as exportações e importações de produtos, resultando num grande conglomerado urbano: portugueses, negros, índios colonizados, mestiços, prostitutas, vadios, concentravam-se na capital brasileira em busca da sobrevivência. Mas, era preciso ocupar o interior, urgentemente; por um lado, Portugal precisava consolidar seu projeto econômico que reunia as vilas açucareiras litorâneas e o Além-Mar, com a produção de alimentos e outros bens indispensáveis, a exemplo do couro bovino utilizado para muitos fins, inclusive, a fabricação de coletes *à prova de flechas* para uso bélico; o couro era considerado uma preciosidade, pelas suas múltiplas utilidades, e foi amplamente contrabandeado para a Europa¹⁰⁹. Por outro lado, eram frequentes as ameaças de invasão: a Holanda era grande credora de Portugal e viu, nas tentativas de invadir as terras sob o seu domínio uma possibilidade de receber o que considerava de direito; investiu diretamente¹¹⁰, em 1624, na Bahia, e em Pernambuco em 1630, com vontade de permanecer, ocupando também terras em Alagoas e Rio Grande do Norte;

¹⁰⁹ Uma das formas para mascarar o contrabando foi a utilização do couro como material para embrulhar fardos de fumo.

¹¹⁰ Na Bahia, os holandeses permaneceram por apenas um ano, de onde foram expulsos com a ajuda dos espanhóis. Mas em Pernambuco a ocupação durou quase um quarto de século (até 1654), expandindo-se por quase todo o Nordeste, até o Maranhão, apesar das dificuldades de navegação na direção norte, pelo fenômeno das “Correntes das Guianas” entre o Cabo de São Roque (costa Atual do Rio Grande do Norte) e o Cabo de Orange (Amapá).

além disso, França¹¹¹ e Inglaterra, também descontentes com a ampliação do poderio dos povos ibéricos e com o protecionismo da Igreja, organizaram verdadeiros *consórcios* para viabilizar a pirataria em alto mar, para o contrabando e para o apoio tácito aos invasores. Algumas estratégias, então, foram adotadas pela Coroa, sendo as duas mais importantes: a instituição das Capitânicas Hereditárias, com a cessão de grandes extensões de terra aos sesmeiros; e as *Entradas* e as *Bandeiras* cujo propósito oficial era abrir caminhos para a consolidação da ocupação portuguesa no interior, o que implicava no exercício da função paramilitar para exterminar os nativos que não se submetessem aos caprichos dos invasores, a exemplo dos povos *Tapuyos*, habitantes de muitas áreas do sertão, que reagiram à presença estrangeira e se constituíam num empecilho ao processo de ocupação.

As Capitânicas Hereditárias constituíam um modelo de ocupação já adotado por Portugal nas ilhas de Madeira e Açores, transplantando-o para o Brasil em 1534. Das 15 que foram implantadas, 6 Capitães Gerais nomeados sequer tomaram posse e, apenas três, as Capitânicas de Pernambuco, Bahia e São Vicente (São Paulo) deram os resultados esperados (ALENCASTRO, 2009). As *Entradas* e as *Bandeiras* bem cumpriram seu papel, exterminando os nativos e abrindo caminhos para a consolidação da ocupação: o primeiro pelotão foi criado em São Paulo – *Bandeira de São Vicente*, em 1531, e o segundo, na Bahia, *Entrada de Porto Seguro*, em 1554. Os *bandeirantes*, como eram chamados os bandos paulistas, chegaram ao sertão baiano depois de 1550 e tinham as fazendas que começavam se formar para a criação do gado bovino como apoio logístico.

A resistência dos povos nativos foi brava e heroica. Um século e meio depois de iniciadas as investidas em direção ao sertão, os índios ainda lutavam e resistiam. Em 4 de fevereiro de 1673, o Capitão-Mor da Bahia autorizou que o governo doasse carne e farinha para os invasores portugueses para enfrentar os nativos e consolidar sua presença: “a gente da conquista do sertão [...] porquanto chegou toda a gente da conquista dos bárbaros a esta praça convém mandar carne e farinha à gente guerreira como aos prisioneiros”¹¹², o que se constituía num forte incentivo, considerando a escassez da época.

¹¹¹ Os franceses invadiram a Baía de Guanabara em 1555 e foram expulsos somente em 1567, mas deixaram suas marcas em várias localidades, a exemplo da *Maison de Pierre* no litoral de Cabo Frio. Seu projeto era ocupar o Nordeste, para onde já tinham destinado ajuda para índios Tapuyas no Ceará e Rio Grande do Norte.

¹¹² Documentos Históricos. Biblioteca Nacional, vol. VIII, LAPEH-UFPE, p. 145.

A ocupação do sertão pelos colonizadores se deu com a pecuária bovina introduzida na Bahia na década de 1540, intensificada a partir de 1550¹¹³, cujos objetivos expressos eram a extração do couro e a produção de carne para o abastecimento dos engenhos açucareiros e a ocupação propriamente dita do território, o que viabilizou uma espécie de subcapital comercial, ou o “capital mercantil interno da região do açúcar” (CARVALHO, 2009b, p. 76). Essa atividade, apesar de sua importância na ocupação do território e seus efeitos sociais e econômicos, pouco foi notada e ainda hoje é pouco estudada. Operada através do latifúndio instituído pelo sistema e Sesmarias¹¹⁴, a pecuária desenvolveu-se através de uma espécie de sublocação das terras pelos sesmeiros¹¹⁵ a arrendatários que eram trabalhadores livres dentro do sistema escravista, porém submetidos a duras regras de submissão e certas condições altamente exploradoras, as quais praticavam a agricultura de subsistência destinada à produção de alimentos para os novos habitantes, atendendo às recomendações expressas da Coroa. O foco principal, entretanto, era a pecuária bovina extensiva que se constituía no caminho mais fácil para penetrar nos sertões, com fins extrativistas apenas: interessava, sobretudo, o couro, que chegava à Europa pelas vias comerciais normais da época, mas, sobretudo, pelo contrabando (era amplamente utilizado como embalagem de outros produtos, disfarçando assim a remessa ao exterior). As boiadas, por si mesmas, abriam os caminhos por dentro da caatinga, exigindo do vaqueiro pouco esforço com a ajuda de um facão e uma foice para determinadas situações mais complexas. Em pouco tempo, estabeleceram-se as fazendas em quase todo semiárido, dando origem a povoados e vilas e, mais tarde, a muitas cidades.

A atividade econômica principal da pecuária bovina era o aproveitamento do couro, um produto de *mil e uma utilidades*, como bem registra Capistrano de Abreu (1982, p. 133):

De couro era a porta das cabanas, o rude leito aplicado ao chão duro, e mais tarde a cama para os partos; de couro todas as cordas, a borracha para carregar água, o mocó ou alforje para levar comida, a mala para guardar roupa, a mochila para milhar cavalo, a peia para prendê-lo em viagem, as bainhas de faca, as bruacas e surrões, a roupa de entrar no mato, os banguês para curtume ou para apurar sal; para os açudes o material de aterro era levado em couros puxados por juntas de bois que calcavam a terra com seu peso; em couro pisava-se tabaco para o nariz.

¹¹³ As primeiras cabeças de bovinos foram trazidas das Ilhas de Cabo Verde para a Capitania de São Vicente em 1534. Poucos anos depois chegaram à Bahia, mas foi a partir de 1550 que Tomé de Souza *importou* grande quantidade de animais, expandindo-se depois para Pernambuco e todo Nordeste.

¹¹⁴ O regime jurídico das sesmarias estabelecia que as terras fossem doadas, prioritariamente, às autoridades coloniais e cedidas aos senhores proprietários de terras das cidades litorâneas.

¹¹⁵ Os sesmeiros viviam como grão-senhores na estrutura social vigente, às custas da renda paga pelos arrendatários.

Mas como havia outras necessidades, mesmo com relativa abundância da carne, precisava-se de outros gêneros para garantir a ocupação, o que era suprido pela agricultura de subsistência com a utilização do trabalho livre e semilivre a partir da presença de ex-escravos, vaqueiros, agregados, índios *catequizados* e seus descendentes que desbravavam a caatinga, descobrindo os melhores locais para a instalação das fazendas, sempre em pontos estratégicos em cada sítio, valorizando-se as condições de acesso e a proximidade de alguma fonte de água, criando as bases para a fixação dos novos moradores. Desenvolveu-se, então, a sublocação das terras pelos sesmeiros a pequenos arrendatários com a cessão de sítios com cerca de uma légua quadrada de terra que era entregue a vaqueiros, agregados ou, em alguns casos, a escravos da confiança dos proprietários que se comprometiam a pagar uma renda anual correspondente a dez mil réis (ANDRADE, 2005) e eram remunerados pela “quarta” dos animais: a cada grupo de quatro filhotes que nasciam (bezerros, potros), um lhes pertencia. Esses trabalhadores tinham, inclusive, a possibilidade de ascensão, com o crescimento dos rebanhos, entretanto, estavam todos submetidos aos ditamos dos administradores das fazendas; constituíam, dessa forma, uma categoria de *escravos livres*. Assim, encontrou-se a forma para suprir as necessidades básicas dos *novos* moradores do sertão, já que não havia outra forma para abastecer a população com os gêneros alimentares básicos: a opção foi desenvolver a agricultura de subsistência em áreas isoladas cedidas pelas fazendas, voltadas para o abastecimento das comunidades locais que se formavam e a população costeira, com o plantio de milho, feijão, mandioca¹¹⁶ e algumas frutas cujas sementes os jesuítas trouxeram de países asiáticos e da América Central. As áreas agrícolas se constituíam em “pequenas manchas, ‘ilhas’ isoladas na vastidão das caatingas” (ANDRADE, 2005, p. 191), mas o suficiente para manter a população em regime de subsistência.

A criação extensiva do gado bovino exigia a efetiva presença do vaqueiro¹¹⁷ que criou as condições iniciais para a intervenção do homem branco no meio hostil da caatinga. As fazendas produziam, além do couro, o leite, o queijo e a carne; os bovinos engendravam o apoio logístico que os *bandeirantes* precisavam para garantir a fixação nas terras invadidas

¹¹⁶ A *farinha da terra*, como era chamada a farinha de mandioca, ganha importância e espaço na economia, servindo inclusive de moeda para o pagamento de soldados aos servidores da Coroa e para comprar escravos na África.

¹¹⁷ O Vaqueiro é o profissional que cuida do gado, uma versão do cowboy, cujo biotipo provém da mistura do colonizador com o índio. Diferentemente do escravo, é a figura central numa fazenda de bovinos, passando grande parte do seu tempo montado a cavalo, percorrendo a fazenda, fiscalizando as pastagens, cuidando dos animais. Embora, formalmente, fosse um trabalhador livre, acabava virando o *escravo do sertão* pelas obrigações diuturnas.

(DUQUE, 1980), possibilitando, assim, a passagem da *economia da coleta* para a *economia da produção* que, segundo Alencastro (2009), teve início em 1549.

Outro instrumento *secundário*, porém não menos importante e que se revelou bastante eficaz, foram as *tropas*, organizadas a partir do litoral com algumas dezenas de *desbravadores*, igual número de escravos encarregados pelos mantimentos e pertences dos *tropeiros* e, quase sempre um padre jesuíta, um frade franciscano ou alguém nomeado pela Igreja. Esses *tropeiros* utilizaram os rios que desembocavam no Oceano Atlântico como *guia*, especialmente aqueles do entorno da Baía de Todos os Santos, chegando a lugares longínquos do sertão, abrindo caminhos para o transporte de mantimentos das fazendas interioranas para a capital e toda área litorânea. À medida que adentravam ao sertão, comunidades indígenas encontradas iam sendo incorporadas aos ditames da colonização ou expulsas de suas terras.

O tráfico de escravos era uma atividade vital para a Coroa, pela importância comercial, considerando as condições de lucratividade que oferecia, e pela força de trabalho que representava, entretanto, as dificuldades na sua operação (guerras na Europa, conflitos em territórios africanos, pirataria em alto mar, baixa vida útil dos escravos etc.) reduziam substancialmente o número de escravos¹¹⁸, exatamente no momento que mais se precisava de mão de obra para consolidar a ocupação do território. Por outro lado, para as atividades da agricultura e da pecuária, os índios se revelaram mais qualificados do que os negros, demonstrando melhores habilidades para as atividades nos canaviais; já os índios lidavam melhor com instrumentos como o machado, a foice e a enxada; eram melhores no remo (transporte fluvial) e na caça. Era tudo que os colonizadores precisavam no sertão.

Fica evidenciado que no modelo escravista-exportador não havia apenas senhores e escravos. A economia agrolatifundista teve papel coadjuvante fundamental para a sustentabilidade do modelo implantado por fornecer os bens de consumo indispensáveis para o funcionamento da economia açucareira, com a produção do couro, alimentos, roupa, móveis, adobes e telhas para a construção de moradias etc., o que era feito, predominantemente, por trabalhadores livres. No seu trabalho, Iraci Del Nero Costa identificou que entre 50% a 65% da população colonial não possuía escravos “o que pode, num primeiro momento, sugerir que a escravidão tenha sido supervalorizada como fator de entendimento da sociedade brasileira”

¹¹⁸ Segundo Alencastro (2009, p. 69) de cada 100 escravos capturados no continente africano, 40 morriam antes do embarque; outros 10 morriam no porto, à espera da viagem; mais 10, durante a travessia. Dos 40 restantes, 20 morriam até quatro anos depois do desembarque (epidemias, depressão etc.), restando apenas 20. Isso significa que os 4.029.800 escravos que chegaram ao Brasil correspondem a 20% do total capturado (20.149.000). O tempo de vida dos escravos apontado por Alencastro é questionado por outros estudiosos, haja vista o número de idosos registrado em documentos.

(COSTA, 1992, p. 159). Aliás, antes mesmo de iniciar--se oficialmente o tráfico de escravos (1542), a economia açucareira já portava razoável pujança, utilizando o tráfico clandestino, mas, sobretudo, a mão de obra semilivre local. Com a interiorização da ocupação, aumentavam os segmentos de não-escravos: *negros de ganho* (negros livres que se dedicavam ao pequeno comércio), artistas de ofício (artesãos, alfaiates, carpinteiros etc.), mulatos, cafuzos, agregados, vaqueiros, posseiros, sitiantes, camponeses, homossexuais, prostitutas, *vagabundos*, funcionários públicos, religiosos, entre outras categorias que não eram nem escravos e nem proprietários de escravos, mas que tinham papel importante no sistema produtivo e na vida social da colônia. Como reconhece Manoel Correa de Andrade (1963, p. 162), “a mão de obra absorvida na pecuária era livre ou semisservil”. Esse segmento de trabalhadores não-escravos continuou crescendo com a introdução e expansão da pecuária, tendo o latifúndio como base.

Aliás, como estratégia de preservação do latifúndio, estabeleceu-se o morgadio¹¹⁹ regime que tornava herdeiro legal das terras dos fazendeiros o primogênito, o que fazia com que os demais herdeiros virassem *posseiros* da própria terra, o que gerou o empobrecimento de muitos herdeiros e conflitos familiares que perduraram por longos anos. Segundo José de Souza Martins, a queda do morgadio permitiu muitos casamentos intrafamiliares “o que pode ser indício de resistência à quebra de relações e privilégios que garantiam aos fazendeiros não só o monopólio de classe sobre a terra, mas também sobre escravos e agregados” (MARTINS, 1981, p. 33), assegurando a indivisibilidade das propriedades, o que contribuía para aumentar a massa de *excluídos*. Para esses desafortunados restavam apenas duas alternativas: ocupar alguma área de terra, com a devida permissão dos proprietários, mediante o pagamento de alguma forma de renda, em produto ou em trabalho, ou “morar de favor” que implica numa relação pessoal com o proprietário, que ultrapassa a questão material; nesses casos, era necessária jura de fidelidade. Como *favor com favor se paga*, o morar de favor significava também uma relação de subordinação e de lealdade recíproca de troca de favores: ao morador, o dever de defender os interesses do proprietário em todas as circunstâncias, inclusive com a própria vida; ao proprietário, o dever de defendê-lo em embates com jagunços ou perseguição policial: “Era a troca de tudo por tudo. Envolvia, por isso, desde as relações materiais, como a cessão da terra em troca de parte dos gêneros alimentícios produzidos, até a recíproca lealdade, até a trama religiosa e o compadrio [...]” (MARTINS, 1981, p.37).

Pouca atenção foi dada aos trabalhadores livres no período escravista. Na *plantation* canavieira, a divisão social do trabalho era mais complexa do que aparentemente se apresenta.

¹¹⁹ O morgadio só foi extinto em 1835

Além dos senhores e dos escravos, havia também trabalhadores livres que ajudavam no cultivo, colheita e moagem da cana, além de um conjunto de atividades que eram exercidas por carpinteiros, que produziam e mantinham conservado o engenho de madeira, cuidavam do *madeiramento* da casa grande e da senzala; *oleiros* que produziam adobes e telhas para a construção de moradias; pelos pedreiros que erguiam as construções; artesãos, que produziam objetos indispensáveis de couro, cerâmica, madeira, tecido ou metal; os alfaiates; os padeiros e seus auxiliares; operadores do *carro-de-boi*, utilizado no transporte da cana e dos produtos do engenho, além dos ferreiros que passaram a exercer importante papel desde a década de 1530, com a introdução e consolidação da economia canvieira e com a *interiorização* da ocupação, visto que, em forjas rudimentares, já produziam ferramentas indispensáveis ao funcionamento dos engenhos, à agricultura e à pecuária. Noutras palavras: além da polarização entre proprietários e escravos e da presença dos servidores da burocracia estatal, havia outros segmentos de trabalhadores produtivos e *improdutivos*¹²⁰, produtores de bens imateriais, pedintes, prostitutas e vagabundos, que se acomodavam das formas possíveis, estabelecendo relações de servidão, compadrio e lealdade para que o modelo colonial funcionasse.

Não há estatísticas sobre o que significavam esses segmentos no início da colonização. Entretanto, a partir de alguns estudos, pode-se inferir o que representavam. Em 1600, a população brasileira (excluía-se os índios, negros e certamente muitos dos seus descendentes) era de apenas 70.000 pessoas (LOTI, 1937, p. 249). A população negra aqui desembarcada como escrava correspondia a 50.000 (ALENCASTRO, 2009) e a população indígena, que para alguns historiadores já estava reduzida a um terço do contingente de 1500, correspondia a 2.431.000 pessoas (IBGE, 2000). Logo, pode-se concluir que os demais, artistas, negros livres, cafuzos, mulatos e caboclos, que atuavam como vaqueiros, agregados, camponeses ou outros, constituíam um segmento de *excluídos* numericamente significativo e superior aos senhores e escravos desde os primórdios da ocupação.

À medida que decrescia o número de escravos, crescia o número de *trabalhadores livres*. Dados do final do império dão conta da importância desses segmentos *marginais*: dos 12 milhões de habitantes, um milhão era de índios; um milhão de ex-escravos e pelo menos seis milhões são “agregados das fazendas, caipiras, caboclos, capangas, capoeiras, ou simplesmente vadios e ébrios.” (CARONE, 1970, p. 146).

¹²⁰ Esses trabalhadores *improdutivos* tinham função importante no interior do processo global de produção: o escravo doméstico, o capataz, o jagunço, etc.

Com o surto da mineração, a partir da segunda metade do século XVIII, a economia açucareira entra em crise com a migração em massa de trabalhadores para as áreas de extração aurífera, o que aumentava com a descoberta de cada nova jazida, aumentando o entusiasmo da Coroa: “os sertões se converteram em objeto de interesse dos colonizadores e passaram a acalantar sonhos de fortuna nos homens livres [...]” (NEVES, 2011, p. 455), organizando-se grandes expedições¹²¹ para adentrar os interiores, permitindo que as preciosidades minerais substituíssem a cana de açúcar entre as prioridades econômicas.

Embora haja indícios de que a descoberta de ouro ocorrera ainda em finais do século XVI, oficialmente, as primeiras jazidas foram encontradas em Jacobina a partir de 1701 (MAGALHÃES, 1987; FRANCO, 1988), expandindo-se rapidamente por toda região da Chapada Diamantina até o Vale do São Francisco, onde *brancos de pequena esfera*, mamelucos, mulatos e negros – entre os quais muitos fugitivos – *faiscavam* individualmente, sem emprego de mão de obra de terceiro, livre ou escrava (NEVES, 2011, p. 452). Na medida em que se multiplicavam as notícias sobre as novas jazidas, multiplicava-se também o número de aventureiros em busca do sonho do eldorado das minas.

Em meados do século XVIII, a exploração do ouro fácil entra em declínio, provocando a queda da arrecadação; o governo português aumenta ainda mais o já extorsivo sistema tributário, inviabilizando a continuidade da atividade mineradora na qual o metal precioso e mais cobiçado já era escasso frente às tecnologias rudimentares empregadas, provocando, também, o declínio de todo sistema de colonização português. A economia retorna ao controle das oligarquias rurais a partir da produção agrícola.

Já não havia mais ameaças à ocupação portuguesa. O sertão está plenamente habitado, a pecuária, o algodão e a agricultura de subsistência ocupam posição de destaque, cada qual com sua função específica. O mandonismo político se consolida e tem início, a partir da segunda metade do século XVII, a transferência do foco econômico para o Centro Sul do país. Novos conflitos emergem, com o cangaço e com a Guerra de Canudos no final do século, que são, também, formas de contestação da ordem vigente.

¹²¹ Na Bahia, a primeira expedição oficial partiu em direção ao sertão em 1697 sob o comando do capitão-mor Cosme Damião de Farias em direção à Serra da Sapucaia, em Jacobina.

CAPÍTULO 5 O PROCESSO DE DESENVOLVIMENTO DO SEMIÁRIDO

5.1 A FORMAÇÃO ECONÔMICA E SOCIAL DO SEMIÁRIDO

A formação econômica e social é a forma como a sociedade se organiza, sua estrutura de produção e de poder e sua cultura; a expressão foi usada por Marx para designar o imbricamento entre a produção e reprodução da vida material (a economia) com a vida imaterial (a organização social e política, a estrutura de classes, a cultura, a ideologia, a religião etc.). A formação econômica e social é sempre única para cada sociedade em seus diferentes momentos históricos; nela estão embutidos todos os elementos que interagem nas relações entre as pessoas e delas com a natureza, que vão determinar, por conseguinte, as relações sociais de produção material e imaterial. A formação econômica e social, portanto, contempla todas as dimensões da vida humana, dando conta de todas as instâncias, individualmente e da sua totalidade orgânica. É, portanto, a partir da formação econômica e social que cada sociedade manifesta sua própria concretude.

A formação econômica e social de uma sociedade – a exemplo da região semiárida – é resultante do processo histórico, suas idas e vindas, construções e desconstruções, contradições e conflitos, diversidades e externalidades, num movimento dialético contínuo de afirmações e negações que, no modo de produção capitalista, decorre das relações de produção expressas na luta entre as classes sociais. Como reconhece Parucci, no caso brasileiro, “o modo de produção capitalista teria sido o próprio criador de uma formação econômica e social no espaço brasileiro, como área complementar de afirmação e dentro de sua fase de acumulação primitiva, ou seja, sua fase mercantil.” (PERUCCI, 1984, p. 16).

Antes da chegada dos europeus, os povos indígenas que habitavam o território que mais tarde viria a ser batizado de Brasil e tinham, em cada nação, formas próprias de produção e de organização, porém com muitas características comuns: predominavam, na esfera econômica (produção dos bens materiais), o extrativismo animal e vegetal e o artesanato; não havia a figura da propriedade privada e, por conseguinte, de classes sociais; a relação com a natureza era direta, sem qualquer forma de mediação; a cultura e a religião tinham papel de destaque, determinando, em cada sociedade, os padrões de comportamento, os costumes e formas de produção material; toda a produção material e imaterial estava voltada para a satisfação das necessidades pessoais e sociais dos próprios habitantes, sem qualquer forma de acumulação; não se registravam relações de exploração e de apropriação do trabalho.

A chegada dos europeus, em inícios do século XVI, deu início à construção de novo projeto de formação econômica e social como resultado da política expansionista das potências europeias de finais do século XIV¹²². Esse projeto deveria organizar a produção e a população de forma a atender aos interesses externos, em modalidades próprias para cada momento. Na esfera econômica, a partir da propriedade latifundiária instituída, criaram-se os mecanismos para a transferência das riquezas provenientes da produção açucareira, da pecuária e da produção algodoeira para a Coroa; com a primeira fase da industrialização, a transferência se concretizava pelo processo de importação, uma vez que aqui se produzia apenas bens de pouco valor agregado, o que se modificou com a implantação de indústrias estrangeiras em solos brasileiros, sem alterar a lógica da transferência de recursos. Na esfera política, as oligarquias locais criaram os mecanismos que possibilitavam a captura do Estado para seus interesses particulares, construindo-se mecanismos para o pleno exercício da dominação política.

Nos primeiros trinta anos, a atividade econômica limitava-se à extração de Pau Brasil na faixa litorânea, utilizando a mão de obra nativa, até a chegada dos trabalhadores africanos trazidos na condição de escravos. O esgotamento dessa atividade e a descoberta de solos férteis motivaram a introdução da cana de açúcar já cultivada nas ilhas do Atlântico, ocupadas por Portugal e que, por cem anos, abasteceu mercados europeus controlados por Portugal associado a capitais holandeses (PRADO JÚNIOR, 1976).

Os portugueses precisavam consolidar seu projeto no território brasileiro, logo, a ocupação do sertão era indispensável; sua presença no sertão significava, também, a implantação de um *novo* projeto de formação econômica e social, baseado na exploração do trabalho, para a sustentação do modelo escravista; para isso, no entanto, precisavam destruir a formação econômica e social construída, historicamente, pelos povos nativos, suas formas de produção material e imaterial, subjugando ou exterminando todas as nações encontradas. Como já era esperado, os nativos reagiram à invasão, resistindo o quanto possível. Mas os portugueses dispunham de instrumentos poderosos e eficazes para viabilizar a ocupação: recorreram à violência física, com o apoio irrestrito de grupos paramilitares que se assemelham aos atuais *esquadrões da morte*, exterminando quase todas as comunidades presentes no território, além de poderosas organizações militares, a exemplo da Ordem de Cristo, e também a outras formas

¹²² No século XV, Portugal prossegue com as medidas preparatórias para as grandes descobertas, criando, em 1417, a Escola de Sagres, especializada em conhecimentos náuticos, invadindo a Ilha de Madeira em 1429. Muito provavelmente, os portugueses já tinham as informações básicas da existência do continente americano desde meados do século XV.

de dominação política, quando as circunstâncias permitiam, a exemplo da catequese dos indígenas pelos padres jesuítas.

O objetivo dos portugueses era inserir o sertão na mesma lógica da construção do projeto de formação econômica e social do capitalismo mercantilista para beneficiar o governo lusitano e grupos estrangeiros. Com o processo de expansão da pecuária, a introdução do algodão e mais tarde a busca de riqueza fácil¹²³ com a descoberta de ouro, diamante e outros minerais preciosos, os povos indígenas foram quase que completamente exterminados e os que sobreviveram tiveram que se submeter à subordinação dos senhores da terra e às *leis* do cristianismo dos brancos.

As adversidades da região, em condições inóspitas de vida, especialmente a partir da presença das secas, estimulavam a migração dos *proprietários* de terras (sesmeiros e seus representantes imediatos) para as áreas litorâneas, de clima mais ameno e de muitas facilidades oferecidas pelas cidades ali situadas, com oportunidades de diversão em seus prostíbulos e de aquisição de bens básicos (alimentação, vestuário etc.). As fazendas eram entregues a administradores que controlavam os vaqueiros e agregados, caboclos em sua maioria, cabendo aos primeiros os cuidados com os animais e aos agregados o trabalho agrícola voltado especialmente para a produção de alimentos.

As dificuldades para a agricultura não eram poucas: de um lado, por se tratar de um sistema produtivo relativamente novo que incorporava vários outros fatores que não se faziam presentes na economia açucareira firmada no regime escravista e, de outro, pelas limitações climáticas, impedindo qualquer forma de ascensão social dos agregados que constituíam um segmento de classe sempre muito pobre, ao contrário dos vaqueiros, cuja situação era relativamente favorável, permitindo que alguns deles se tornassem pequenos fazendeiros. Como registra Barbosa (2000, p. 74),

[...] se a expansão pecuária estimulava a proliferação de outras fazendas e apontava para uma certa mobilidade social ascendente, a expansão da agricultura criou efeito contrário [...], na medida que aumentou e generalizou formas de expropriação, exploração e submissão dos trabalhadores.

O vaqueiro, caboclo sertanejo nascido livre, tinha relativa autonomia na administração dos criatórios; ocupava, assim, uma escala intermediária entre a classe dominante e as classes

¹²³ Afinal, o português teria vindo ao Brasil em busca de aventura e não de trabalho (HOLANDA, 1976). “Não seriam os senhores portugueses os desbravadores e colonizadores dos sertões! As áreas secas seriam conquistadas pelos cascos dos bois, pelos vaqueiros e pelas pessoas humildes, geralmente, aquelas que eram quase escravizadas nas terras de *massapê*, ou no litoral.” (SANTOS, 1984, p. 18).

subalternas, participando da repartição de poder, fugindo do modelo vigente de *gente fora do lugar*, mas que teve papel determinante na formação econômica e social completamente diferente dos mecanismos e padrões da sociedade escravocrata (OLIVEIRA, 1977).

Cada fazenda tinha um único administrador, uma pessoa com os conhecimentos necessários aos tratos dos animais, via de regra, um vaqueiro que contratava outros vaqueiros auxiliares de acordo com o tamanho do rebanho; já os agregados, eram dezenas, cada um ocupando uma pequena gleba de terra para a agricultura de subsistência cujo excedente, quando havia, era destinado ao abastecimento dos engenhos, numa espécie de sub-capital mercantil, permitindo apenas a reprodução da pobreza: “tal economia extensiva não poderia dar lugar senão a uma estrutura social pobre.” (OLIVEIRA, 1977, p. 46). Uma característica da formação social do sertão era o fato de todos, indistintamente, proprietários e trabalhadores (vaqueiros, agregados, posseiros) comungarem o mesmo universo cultural de crenças, costumes e valores; conviviam com dificuldades também comuns, que geravam as relações de solidariedade, como a escassez de água em períodos de seca; havia pouca inserção social e quase nenhuma inserção na lógica institucional de poder (CHACON, 2007), o que tornava as relações de exploração difusas e os conflitos *invisíveis*, contribuindo para perpetuar a situação de pobreza absolutamente excluída da lógica de *desenvolvimento* do país. Diferentemente do senhor e do escravo, fazendeiro, vaqueiros e agregados mantinham relações de solidariedade e compadrio; eram frequentes - como nos dias atuais - o fazendeiro ser escolhido para batizar um ou mais filhos dos vaqueiros e agregados, o que é visto como uma homenagem, uma expressão de gratidão. Neste cenário, surgem movimentos contestatórios de propósitos também difusos, a partir do cangaço e dos movimentos religiosos.

O cangaço, que tinha a violência como marca e aterrorizava toda população sertaneja teve como principais expoentes o Cabeleira (José Gomes), com atuação na Zona da Mata de Pernambuco, preso e enforcado em 1776; Antonio Silvino, com atuação desde finais do século XIX até 1914, quando foi assassinado pelas forças oficiais, e, o mais notável, Virgulino Ferreira da Silva, Lampião, sua companheira Maria Bonita e seu bando, assassinados em 1938. O cangaço teve sempre um papel político ambíguo, numa relação simbiótica com as oligarquias locais que o protegiam em troca dos serviços para defender interesses de chefes políticos e combater seus adversários.

No sertão da Bahia, afora os inúmeros conflitos localizados envolvendo grupos políticos divergentes liderados por diferentes coronéis, registram-se, enquanto movimentos organizados de grande monta: a Guerra de Canudos, na última década do século XIX, cujo beato Antonio

Conselheiro soube capitanear o sofrimento, o fanatismo e o sonho de fartura do sertanejo e enfrentar as oligarquias baianas proprietárias de terra numa realidade de miséria e abandono e de latifúndio improdutivo no sertão. Conselheiro prometia *rio de leite com beirada de cuscuz* para milhares de sertanejos desempregados e famintos, excluídos e abandonados pelo Estado.

A atuação de Conselheiro começou em início da década de 1890, mas foi a partir de 1895 que Canudos ganhou notoriedade com o crescimento da Comunidade de Belo Monte às margens do rio Vaza Barris. O discurso do líder, firmado no cristianismo tradicional, com apologia à liberdade e à equidade social, atraiu milhares de nordestinos desvalidos. Era notável a liderança política e a capacidade administrativa de Conselheiro, o que permitiu a adoção de um modelo de organização e de controle social capaz de produzir o suficiente para alimentar cerca de 30.000 pessoas em terras consideradas íngremes. Tudo faz crer que Conselheiro não pretendia, a priori, contestar o modelo vigente; ele apenas prometia terra e comida, numa visão aparentemente ingênua e paternalista, o que se confirma com a motivação da reação dos fazendeiros: a falta de mão de obra para o trabalho das fazendas, já que o sertão começava a ficar despovoado, pondo em risco a atividade produtiva das fazendas.

Constrói-se uma grande falácia, liderada pelas oligarquias locais e Canudos passa a ser visto como uma grande ameaça à República. Era preciso eliminá-lo, *cortar o mal pela raiz* e evitar o colapso dos fazendeiros; representantes das oligarquias no Estado que, com apoio da Igreja, passaram a acusar Conselheiro de monarquista, de estar organizando e armando grupos de jagunços para combater a República, cobrando do recém-implantado governo republicano a repressão que consideravam indispensável, o que não tarda a ocorrer. Foi a partir da reação das forças dominantes que a comunidade de Belo Monte se organizou e se armou (facções, foices, *espingardas de socar*¹²⁴), construindo uma das mais ricas experiências de luta e resistência na história do Brasil. Mesmo com a vitória preliminar dos *conselheristas*, derrotando as primeiras expedições militares, a comunidade de Canudos foi totalmente destruída e sua população brutalmente assassinada em 1897.

Outro movimento de destaque foi a Guerra de Pau de Colher, município de Casa Nova, próximo à divisa do Piauí, que teria atraído milhares de sertanejos pobres e famintos que passaram a ocupar terras improdutivas pertencentes a grandes latifúndios. Parte dos moradores veio de Caldeirão, no Ceará, onde beatos ligados ao Padre Cícero os conduziram à localidade. Motivadas por fatores similares aos de Canudos, em 1937, forças militares requisitadas pelos

¹²⁴ Arma de fogo rústica, fabricada artesanalmente.

latifundiários, com o apoio da Igreja, exterminaram o povoado, inclusive recorrendo a bombardeio aéreo.

Na ausência de qualquer projeto político capaz de orientar os conflitos para um novo momento, onde melhores condições de vida pudessem ser vislumbradas, restava a lógica da violência e da selvageria, de forma que os setores excluídos – explorados e oprimidos – por um sistema econômico agropecuário latifundista e por um regime oligárquico, tornaram-se massa de manobra dos exploradores e dominantes. João Alfredo Montenegro descreve com razoável precisão o dia a dia daquela época:

As depredações inomináveis da propriedade, os assassinatos sem conta e com requintes de selvageria, as incursões extemporâneas e marginais de homens ignaros e fanáticos, os séquitos dos régulos prepotentes, as volantes de facínoras desterrados do convívio regular, roubando e ferindo indiscriminadamente, confirmam o caráter tumultuoso e de arrebatamento que assumiam as ideologias ‘sobreimpostas’ ou ‘inpletidas’ na topografia política e social dos sertões. (MONTENEGRO, 1976, p. 31).

A aparente *ausência*¹²⁵ do Estado originou e nutriu, também, o fenômeno do *coronelismo* que, na Bahia, teve como principal expoente o *coronel* Horácio de Matos¹²⁶, considerado o *governador do sertão*. Todo-poderoso, assumia funções executivas, legislativas, judiciais e religiosas, emitia *moeda particular* e exigia dos protegidos fidelidade irrestrita, inclusive participação em grupos armados. O coronelismo é a continuação de um exorbitante poder privado num regime em que as vontades e obrigações dos poderosos são leis (LEAL, 1975).

Esses coronéis comandavam e manipulavam, ao seu modo, uma sociedade constituída por índios convertidos, camponeses, vaqueiros, agregados, feitores, capatazes; entre eles estavam os *cabras* - ou *cabras da peste*¹²⁷ - personagens esguios, pelas condições adversas de sobrevivência, dotados de personalidade forte, corajosos, valentes, quase sempre boêmios, com comportamentos desviados dos padrões sociais locais. Eram esses *cabras* que os coronéis transformavam em jagunços, estabelecendo-se uma relação de interesse mútuo, visto que para eles, excluídos social, econômica e politicamente, e não raras vezes perseguidos pela polícia, era útil a proteção recebida, possibilitando que permanecessem *livres* e até mesmo evitassem o simples assassinato. Para esses homens, o princípio do código de ética era a violência, demonstrando valentia e coragem, conquistando posição de respeito entre os seus

¹²⁵ Na realidade, a “ausência” do Estado era uma estratégia de atuação deliberadamente definida.

¹²⁶ Horácio de Matos foi assassinado numa emboscada em Salvador, em 15 de maio de 1931.

¹²⁷ Luiz Gonzaga, em sua canção *Cabra da Peste*, assim se reporta a essa figura: “[...] terra de cabra da peste, só sertanejo resiste; anos de verão, faz também duro o homem do sertão; tem cangaceiro, mas temromeiro; gente ruim, gente boa; cabra bom, cabra à toa; valentão sem controle; só não tem gente mole”!

companheiros, em suas comunidades e entre adversários. Ser valente e destemido era motivo de status, de autoestima, com vantagem inclusive na conquista das mulheres. Era o homem corajoso, *macho*, herói; o biotipo preferido das crianças e da juventude que acabavam seguindo os mesmos passos na maioria na busca da sua imitação.

A formação econômica e social, expressa nas reais condições de produção e reprodução, mantinha as piores condições de sobrevivência para o povo sertanejo que precisava enfrentar as intempéries naturais (clima, solo) e a forma como a economia se organizava em torno da propriedade latifundista e da aparente *omissão* do Estado. Na esfera sociopolítica, os sertanejos estavam subjugados às vontades das oligarquias locais e mantiveram-se, por muito tempo, afastados da lógica institucional estabelecida (TEIXEIRA, 1926).

Os primeiros passos para a transferência do eixo econômico do Nordeste para o Centro Sul foram dados ainda no século XVIII com o deslocamento da sede do vice-reino de Salvador para o Rio de Janeiro (1763), ganhando novo ritmo a partir da independência (1822) e especialmente a partir de meados do século XIX, com a iminência do fim do regime escravista, sua concretização e a proclamação da República. Os proprietários paulistas souberam tirar proveito da situação, ao contrário dos *nordestinos*, investindo os lucros auferidos no processo produtivo, tirando das áreas que hoje constituem a região Nordeste o *status* de epicentro econômico e cultural do país que manteve por 350 anos: “A partir do ciclo¹²⁸ do café, sobretudo em meados do século XIX, que ocorreria no Sudeste e, posteriormente, em grande parte, em São Paulo, na sua região Sul, essa realidade começa a se alterar de modo galopante.” (ALVES FILHO, 2008, p. 16).

O crescente mercado do café, no final do século, possibilitou a ascensão dos proprietários paulistas ao poder, a partir da proclamação da República (1889), dando o *golpe de misericórdia* à economia das áreas que, atualmente, integram o Nordeste. As forças políticas nacionais, inclusive as províncias *nordestinas*, através de suas elites que detinham o poder, foram amplamente favoráveis e legitimaram o pacto da política dos liberais paulistas e mineiros¹²⁹, liderado por São Paulo, que soube conduzir as políticas governamentais de forma a nutrir a centralização geográfica no Sudeste¹³⁰ e a marginalização do Norte¹³¹. A República,

¹²⁸ O termo "ciclo" não é apropriado, considerado que a atividade cafeeira, como a algodoeira e outras não obedecem a nenhum ciclo, mas às condições estabelecidas no período historicamente determinado.

¹²⁹ Muitos historiadores denominaram de *política café com leite*. Na realidade, o pacto não se concretizou com produtores de café de São Paulo e produtores de leite de Minas Gerais, mas entre cafeicultores dos dois Estados e acompanhado pelos pecuaristas.

¹³⁰ Dos 12 Presidentes da República que governaram o país entre 1889 e 1930, 4 eram mineiros, 3 paulistas e dois cariocas: Prudente de Moraes (SP – 1896-1897); Campos Sales (SP - 1898-1902); Rodrigues Alves (SP – 1902 – 1906); Afonso Pena (MG – 1906 – 1909); Nilo Peçanha (RJ – 1909 – 1910); Wenceslau Brás (MG – 1914 –

assim, veio acelerar o curso de um processo iniciado pelos *cristãos novos* do capitalismo brasileiro. Como reconhece João Alves Filho:

Com a vinda da República [...] a indiferença quanto à sorte do Nordeste não só permaneceu como se acentuou, já que, com o início da industrialização, como seu epicentro concentrado no Sul-Sudeste, especialmente em São Paulo, todas as prioridades econômicas da República e, conseqüentemente, suas obras estruturais se concentraram nas duas regiões. (ALVES FILHO, 2008, p. 30).

A economia brasileira estava inserida e condicionada pelo contexto internacional, recebendo as influências da revolução industrial europeia. A industrialização brasileira, ao modo definido externamente, iniciou-se pela área que corresponde ao Nordeste, no século XIX. Em 1844 implantaram-se as primeiras unidades fabris têxteis (FURTADO, 1979); em 1875, localizavam-se no *Nordeste* 50% das unidades fabris do país (a Bahia concentrava a maioria delas, 16 no total); dez anos depois (1885), a participação do Nordeste já havia caído para 30%, e, em 1907, ano do primeiro censo industrial, para apenas 13,5%; São Paulo 10% e Rio de Janeiro 26,9%, de um total de 3.258 estabelecimentos (VIDAL, 2006, p. 76). Em 1910, o número de operários da *região Nordeste* igualava-se ao de São Paulo; em 1920, São Paulo já tinha superado o *Nordeste* (29% contra 27%), sendo que em 1940 a participação nordestina era apenas de 17%, percentual que se manteve em 1950, enquanto São Paulo já contabilizava 35% em 1940 e 33% em 1950. A industrialização, assim, a partir de 1920, concentrava-se em São Paulo, consolidando-se a fratura das desigualdades regionais que refletem de uma ou de outra forma essa rachadura criada pelas dissimetrias entre as duas regiões que são as matrizes de nossa nacionalidade (FURTADO, 1981). Na visão de Alves Filho, a partir de finais do século XIX inverteu-se o *status* da região Nordeste de forma irreversível, transferindo-se para o Sul-Sudeste o coração econômico, financeiro e cultural do Brasil, resultando, “ao longo do século passado [...], numa concentração de riqueza tamanha, que nosso país tem, hoje, uma das maiores desigualdades regionais do mundo, desafortunadamente tendendo a se agravar”. (ALVES FILHO, 2008, p. 16).

Era preciso evitar a retomada do crescimento econômico no *Nordeste*. As pressões contra a industrialização na *região* vinham de todo lado. O caso do comerciante cearense de peles caprinas e ovinas, Delmiro Augusto da Cruz Gouveia, ou simplesmente Delmiro Gouveia, é ilustrativo. Em 1893 implantou, em Recife, um moderno centro comercial e de lazer, considerado o primeiro *shopping center* do país, que fez grande sucesso e foi incendiado

1918); Delfim Moreira (MG – 1918 – 1919); Arthur Bernardes (MG - 1919 – 1922) e Washington Luis (RJ – 1926 – 1930). Do Nordeste saíram dois: Mal. Deodoro da Fonseca (AL – 1889 – 1891) e Epitácio Pessoa (PB – 1919 – 1922).

¹³¹ Todos os atuais Estados que integram o Nordeste eram considerados "Norte".

em 1900 pela polícia pernambucana a mando de adversários políticos influentes que representavam interesses de seus concorrentes. Temendo pela própria vida, transferiu-se para o município sertanejo do interior alagoano Pedra (atual Delmiro Gouveia), porém de localização estratégica: além de vizinho ao rio São Francisco, fazia fronteira com os Estados de Pernambuco, Bahia e Sergipe. Ali, investiu na construção de estradas, construiu a primeira hidrelétrica brasileira (1913) com potência de 1.500 HP, aproveitando a Cachoeira do Angiquinho, e investiu no ramo têxtil com a produção e industrialização de algodão e a implantação de uma fábrica de produção de linhas (Companhia Agro Fabril Mercantil), conquistando rapidamente importante fatia do mercado controlado pelas linhas *Corrente* produzidas pela empresa inglesa *Machine Cotton*, cujos proprietários são tidos como suspeitos do seu assassinato em 1917.

A formação econômica e social nordestina se molda, assim, para atender às necessidades de um projeto político e aos interesses do capital comercial, com todos os mecanismos capazes de impedir o desenvolvimento regional.

5.2 O SISTEMA PRODUTIVO DO SEMIÁRIDO

O sistema produtivo teve início com o extrativismo vegetal (madeira) até meados do século XVI, quando o açúcar, introduzido na década de 1530 passou a alcançar alguma importância econômica, criando as bases para um novo patamar baseado na produção, o que viria a se consolidar a partir do terceiro quarto daquele século com a expansão da pecuária bovina. Apesar desse importante e decisivo salto qualitativo - passagem da fase extrativista para a produtiva - o crescimento da atividade tanto açucareira quanto pecuária se deu de forma “meramente extensiva, mediante a incorporação de terra e de mão de obra” (FURTADO, 1974, p. 61), sem qualquer iniciativa que implicasse em mudanças estruturais com alguma repercussão nos custos de produção e na produtividade, e nenhuma perspectiva de longo prazo, mantendo-se todo funcionamento da economia para o curto prazo, conforme os interesses da Coroa, o que a tornaria ainda mais vulnerável às flutuações dos preços para baixo. A economia do setor pecuário toma rumos diferentes do setor açucareiro: ao contrário da atividade açucareira, que precisava de reservas monetárias para pagamento de mão de obra (mesmo na forma de compra de escravos), importação de equipamentos e objetos de uso da população (vestuário, adereços etc.), a pecuária não precisava operar gastos monetários no processo de reposição do capital; a reprodução do trabalho na pecuária encontrou condições bem mais

favoráveis em relação às áreas de engenho, inclusive no abastecimento alimentar a partir da agricultura de subsistência; por outro lado, não havia limites para a expansão da atividade pecuária, já que a terra era abundante, ao contrário da atividade canavieira que estava imprensada numa faixa de terra limitada entre o litoral e o sertão.

Como não foram inseridas tecnologias na produção açucareira que permitissem aumentar a produtividade e reduzir custos, não conseguiu expandir-se e enfrentou grande dificuldade para a reprodução da sua mão de obra. Era visível a tendência à estagnação, o que efetivamente passa a ocorrer a partir de finais do século XVII, entrando em decadência em início do século XVIII com a elevação dos preços dos escravos e queda nos preços internacionais do açúcar, com o surgimento de novos mercados produtores, agravada ainda com a migração de mão de obra, sobretudo de setores mais especializados, para as atividades mineradoras. A crise do setor atinge primeiro os engenhos localizados em regiões mais distantes que são mais onerados com custos de transporte de gêneros alimentícios e artigos de necessidade básica e do próprio produto final (fatores de localização), depois aqueles outros localizados em áreas mais apropriadas. A pecuária se desenvolvia a todo vapor, já que dependia quase somente do crescimento vegetativo da população animal, da reprodução de mão de obra que se dava com certa facilidade e incorporação de novas terras, aparentemente beneficiada ainda pelo crescimento populacional do litoral que desenvolveu a atividade artesanal a partir do couro bovino, produzindo-se desde objetos de vestuário, calçados, sacolas e apetrechos de montaria, a móveis e utensílios domésticos, substituindo-se grande parte das importações. Esse processo inovador na economia gerou um grande problema para os criadores mais distantes: o custo de localização, com altos preços do transporte dos animais, deixou-lhes em situação bastante desvantajosa em relação aos criadores situados em locais mais próximos, inclusive aqueles que se estabeleceram em áreas vizinhas ao litoral e que usufruíam. Os criadores localizados em áreas mais longínquas passaram a viver uma condição de sub-marginalidade (FURTADO, 1963). O transporte de couro e carne, para a faixa litorânea, poderia levar semanas, através dos *tropeiros* que se utilizavam de animais (especialmente muares, por oferecer maior resistência), onerando, substancialmente, os custos.

O sistema produtivo em todo o semiárido foi tomando novas formas e maior complexidade com o passar do tempo, a partir das exigências do mercado em cada momento histórico. Inicialmente, o extrativismo vegetal e o sistema agroindustrial canavieiro, a partir da mão de obra escrava; num segundo momento, a pecuária bovina, acompanhada da agricultura de subsistência, e mais tarde, a cultura algodoeira. O extrativismo animal teve papel

importante: de um lado, a pesca e a mariscagem, com maior destaque no litoral, e a caça de animais silvestres, em todas as localidades, que teve o papel de complemento alimentar para as populações mais pobres; de outro lado, o couro bovino, considerado *produto nobre*, cobiçado também em solos europeus (onde se fabricava, inclusive, equipamento de defesa, a exemplo de coletes à prova de flechas). A carne, embora fosse aproveitada na alimentação dos escravos e trabalhadores livres, era considerado objeto de menor importância, subproduto. Além disso, registrou-se também a presença do extrativismo mineral que antecedeu e muito o período da mineração e que serviu de ingrediente nutritivo do capital comercial por muito tempo.

Apesar de todas as mudanças registradas no mundo na primeira metade do século XX, o Brasil continuava como um país arcaico, com sua base econômica firmada na produção de matéria prima. É somente a partir de 1940, com a ampliação da presença do capital agrário e industrial no Sudeste, que mudanças significativas começam a ocorrer, afetando todo semiárido brasileiro que passa a assumir também o papel de fornecedor de mão de obra para os centros urbanos do Sudeste e Sul. O modelo euro-americano, conhecido como *produtivista*, baseado no tripé monocultura, mecanização e uso intensivo de agrotóxicos introduzido no país, a partir da década de 1950, com maior intensidade a partir de 1960, alterou substancialmente as relações de trabalho no meio rural e as relações com a natureza. A ocupação de terras antes abandonadas por grandes proprietários e a utilização de tecnologias poupadoras de mão de obra aumentaram os fluxos emigratórios, com graves repercussões nos centros urbanos e maior empobrecimento da população rural. O modelo adotado, excludente e restrito apenas aos grandes produtores e empresários, muitos deles associados a empresas internacionais, impactou diretamente na agricultura camponesa, predominante no semiárido, onde os agricultores precisavam enfrentar as limitações impostas pelas circunstâncias do novo momento e conciliar a policultura com a criação, valendo-se das condições naturais da terra (LAMARCHE, 1993). Os impactos ambientais foram também grandes, não apenas com a contaminação de solos, subsolos e mananciais aquíferos pelos produtos agroquímicos, mas também pelo desmatamento desordenado:

A utilização do padrão produtivista baseado na mecanização e na quimificação alavancou um processo de degradação do meio ambiente rural. O equilíbrio, do ponto de vista ambiental, foi rompido na medida em que se utilizaram os “pacotes produtivistas”, que têm, na monocultura intensiva em grande escala, sua forma típica de produção. (COUTO, 1999, p. 54).

Sem capacidade para inserir-se no circuito do capital, que avançava sobre o campo ao seu modo e em ritmo acelerado, os camponeses do semiárido, hoje denominados agricultores

familiares¹³², estavam vulneráveis e submetidos às condições adversas da natureza e de mercado: se conseguissem escapar de longos períodos de estiagens ou de grandes enchentes, não escapavam das oscilações dos preços no mercado, quando os seus produtos podiam chegar a menos de 50% do preço normal em épocas de boa safra. Aliás, os produtos oriundos da agricultura camponesa, que têm como foco o mercado interno, ou cuja procura externa era insignificante, submetem-se plenamente às leis de mercado como quaisquer outros, embora, nesses casos, a *lei de oferta e procura* funcionasse com maior rigor. Para os produtos que têm mercado externo como destino, as oscilações de preços têm seus impactos positivos ou negativos para os produtores (a carne bovina ou suína, o frango, o leite, o café etc.). Para aqueles produtos que estão limitados ao mercado interno regional, a oscilação dos preços pode ser devastadora, ocorre sempre para baixo, exceto em períodos de escassez: “muitas vezes a safra é boa, mas o preço cai para menos da metade do normal, aí quebra todo mundo” (informação verbal)¹³³. São os casos do feijão, da farinha de mandioca, de produtos hortigranjeiros que dependem, exclusivamente, da oferta e da procura, cujas condições climáticas têm papel decisivo: chuva abundante e boa safra não representam, necessariamente, ganhos significativos pelos produtores.

Vale salientar que o mercado, cuja origem está relacionada com a criação de facilidades entre produtores e consumidores, não é *propriedade* do capital, mas de todos os segmentos, carecendo, no entanto, de estratégias e mecanismos de inserção, obedecendo às circunstâncias e características de cada momento histórico.

As novas relações de produção que se consolidaram no meio rural, a partir da década de 1970, ainda como resultado da expansão capitalista iniciada ainda na década de 1950, com

¹³² Para o INCRA/FAO, são características da Agricultura Familiar: a) gestão da unidade produtiva e investimentos nela realizados feitos por indivíduos que mantêm entre si laços de sangue ou casamento; b) maior parte do trabalho fornecido pelos membros da família; c) propriedade dos meios de produção (embora nem sempre da terra) pertencente à família e no seu interior se realiza sua transmissão, em caso de falecimento ou aposentadoria dos responsáveis pela unidade produtiva (DE PAULA, 2003, p. 39).

Maria Nazareth Wanderley chama a atenção para as múltiplas formas de agricultura familiar, inclusive formas não camponesas que, sob o impacto de transformações de caráter mais geral – importância da cidade e da cultura urbana, centralidade do mercado, globalização da economia etc. – tentam adaptar-se a este novo contexto de reprodução, transformando-se interna e externamente em um agente da agricultura moderna (WANDERLEY, 1995, p. 7).

A Lei nº 11.321/2006 define o agricultor familiar como o que pratica atividades ou empreendimentos no meio rural, em área de até quatro módulos fiscais, utilizando predominantemente mão de obra da própria família em suas atividades econômicas. A lei abrange também silvicultores, aquicultores, extrativistas e pescadores.

De acordo com o Censo Agropecuário de 2006 (IBGE, 2007), existem 4,6 milhões de estabelecimento de agricultores familiares, o que representa 84,4% dos estabelecimentos agropecuários do país, respondendo por 10% do PIB, por 38% do Valor Bruto da Produção Agropecuária e por 74,4% da ocupação de mão de obra no meio rural (12,3 milhões de pessoas).

¹³³ EPS, agricultor familiar de Feira de Santana. Em 12/12/2011.

sistemas de mecanização e uso intensivo de agroquímicos, geraram, para alguns estudiosos, um *novo mundo rural* (BAHIA, 1999; GAZIANO DA SILVA, 1999; LAURENTI, 2000), decorrente da modernização da agropecuária, mas com reflexos em todos os segmentos, com a implantação de infraestrutura logística e a expansão dos serviços urbanos para a zona rural, provocando um novo olhar dos pesquisadores sobre o meio rural que deixou de ser visto como a exclusão do urbano, passando a ser visto de forma integrado com o urbano, ou ainda, como o *continuum rural-urbano*. Entre os resultados, intensifica-se a pluriatividade com a criação de empregos não agrícolas na zona rural, o que se constitui em mais uma estratégia do capital para reter a população pobre em seus lugares de origem, minorando a situação do já anunciado caos urbano, e ao mesmo tempo elevar sua renda, resultando numa heterogeneidade no meio rural brasileiro até então desconhecida. Emerge, a partir disso, uma nova categoria de trabalhador, o agricultor em tempo parcial (*part-time farmer*), que foi obrigado, para sobreviver, a desenvolver outras atividades não agrícolas, como as atividades informais (embora possam ser formais, em certos períodos do ano), no comércio, na administração pública, na construção civil etc. É o agricultor pluriativo. A pluriatividade é, portanto, a incorporação de outras atividades não agrícolas por parte da família, diversificando as ocupações e as fontes de renda, como estratégia de sobrevivência e reprodução, o que interfere, também, na forma de organização social rural. Recorrer a outras formas de ocupação não agrícolas é, também, um mecanismo de resistência utilizado pela população para manter a preservação do vínculo com a terra e com o meio rural; somente esgotadas todas essas possibilidades, esses agricultores obrigam-se a migrar definitivamente. Assim, os agricultores resistem o quanto podem, buscando outras alternativas, dentro dos limites estabelecidos, que lhes permitam permanecer no campo, originando-se um novo fenômeno social, o êxodo agrícola, no lugar do êxodo rural, causado pela presença do capital, pelas condições edafoclimáticas adversas ou pelo atraso econômico, induzindo as famílias a ampliar o raio de diversificação de suas atividades, inclusive com aquelas não agrícolas. Esse fenômeno, no entanto, em nada contribuiu para melhorar as condições de vida no campo; ao contrário, aumentou a subordinação do trabalho ao capital e reduziram-se as receitas monetárias o que, de certa forma, alimenta o fenômeno da pluriatividade. O depoimento seguinte é ilustrativo de um agricultor da *região sisaleira*: “até uns 20 anos atrás, o valor de um quilo de sisal dava pra comprar um quilo de açúcar; hoje, a gente compra pouco mais de meio quilo (informação verbal)¹³⁴”. Ou seja: com a perda do poder aquisitivo, os trabalhadores precisam diversificar suas atividades, incorporando novos membros

¹³⁴ JNS, produtor familiar de sisal do município de São Domingos. Em 07/08/2012.

da família no mercado formal e informal de trabalho a fim de garantir as condições de reprodução.

Essa *ruralidade contemporânea* (MOREIRA, 2005), resultado da crise do sistema produtivo tradicional, que, com dificuldades de reprodução da agricultura de base familiar predominante, tem levado à busca de alternativas no aumento das atividades não agrícolas (SCHNEIDER, 2006), vem ampliando a pluriatividade no meio rural como único meio de assegurar a reprodução familiar. O acelerado processo de urbanização, iniciado na década de 1950, com reflexos mais contundentes a partir da década de 1970, gerou entre outros, dois importantes efeitos: de um lado, o esvaziamento do meio rural, com a expulsão de camponeses e outros segmentos, a partir da chegada do capital e dos *atrativos* do meio urbano, disseminados no bojo da ideologia do *Pra Frente Brasil* do regime militar, e, de outro, a *urbanização* do meio rural, com a ampliação dos meios de comunicação, com a chegada da energia elétrica, da televisão e a telefonia móvel, além de melhoria nos sistemas de transporte entre campo e cidade, oferecendo um conjunto de informações sobre oportunidades de mercado (trabalho, produção, consumo) até então desconhecidas, o que veio acompanhado de uma violenta carga cultural (alienígena) de substituição dos valores rurais pelos citadinos.

As unidades familiares de produção passaram a incorporar um conjunto de atividades não agrícolas, combinadas com as agrícolas, como resultado do “transbordamento do urbano sobre o rural” (SILVA, 1999), reduzindo-se, significativamente, a participação da agricultura na manutenção e reprodução da família rural. Essa combinação é antiga, embora com características próprias em cada momento histórico. Até início do século XX, as unidades familiares de produção eram quase completamente autônomas em relação ao mercado; produzia-se quase tudo que era necessário: o remédio, através da fitoterapia; o sabão, utilizando-se as vísceras dos animais, da entrecasca do juazeiro e do *gravatá de lavar roupa*; os alimentos, inclusive derivados de leite e temperos para os alimentos; os *arreios* dos animais, processando-se o couro: “ouvi muitas histórias de minha mãe de que na fazenda do meu avô se tinha de tudo e fazia até a roupa pra trabalhar, comprava somente roupa de passeio” (informação verbal)¹³⁵.

Na atualidade, onde as relações com o mercado são mais intensas, são criados novos mecanismos de subordinação ao capital, pondo um ponto final na *autonomia camponesa*; a família precisa, inclusive, recorrer a atividades fora da unidade de produção para garantir a própria manutenção e reprodução: “lembro que quando era moço, meu pai comprava pouca

¹³⁵ JRS, camponês do município de Queimadas, sertão baiano, 73 anos. Em 19/08/2011.

coisa pra dentro de casa, o açúcar, o sal, as roupas, o mais, tudo era produzido na roça. Hoje, quase tudo é comprado” (informação verbal)¹³⁶.

O desenvolvimento de atividades não agrícolas como estratégia de reprodução familiar acompanha toda história da agricultura camponesa. Como atesta Maria José Carneiro, “ainda hoje, nas feiras livres do interior, sobretudo do nordeste, nos exibem importante diversidade de produtos manufaturados por membros das famílias camponesas” (CARNEIRO, 2006, p. 175). A diferença está nas condições, características e no volume das atividades, além dos locais onde elas são executadas; o movimento do capital impõe novas modalidades de atividades não agrícolas que precisam ser viabilizadas para garantir a reprodução familiar, dentro ou fora da unidade agrícola de produção; à medida que o capitalismo avança, aumentam as condições de precarização do trabalho e as necessidades de busca de atividades não agrícolas externas, que ganham cada vez maior peso monetário na manutenção da família, obedecendo a características de cada contexto, de cada lugar e de cada momento. É uma situação, portanto, gerada a partir de condições exógenas que reduzem, historicamente, a autonomia familiar, na qual o mercado, com sua *mão invisível*, passa a ter um papel decisivo no processo de reprodução da família rural. Ainda na década de 1980 (OLIVEIRA, 1987), identificaram-se no semiárido baiano três estratégias utilizadas pelas famílias rurais para garantir a própria reprodução: o trabalho agrícola, o trabalho de ganho sazonal (assalariamento agrícola e não agrícola) e as atividades de negócio (comércio informal). Hoje, novas estratégias são buscadas para assegurar a reprodução familiar. O que há de *novo* é a ampliação da pluriatividade, com maior subordinação dos trabalhadores ao capital.

Assim, historicamente, o sistema produtivo do Nordeste se formou a partir das atividades extrativistas e agropecuárias. O extrativismo, entendido como a coleta ou a extração de recursos oferecidos pela natureza, sempre exerceu função auxiliar fundamental para a sobrevivência da população em todas as épocas, mas também para o capital; é “o trabalho escravo não regulamentado, o trabalho realizado com a força de trabalho familiar e o trabalho realizado de modo complementar e funcional à produção capitalista.” (PEDRÃO, 2012, p. 1). Nos casos do extrativismo de subsistência, a produção se constitui numa atividade complementar, uma estratégia de sobrevivência e de reprodução da família, contribuindo para a disponibilização quase ilimitada de mão de obra em condições favoráveis às necessidades do capital.

¹³⁶ EPS, dirigente do Sindicato de Trabalhadores Rurais de Feira de Santana, 65 anos. Em 28/08/2011.

Fatores conjunturais externos contribuíram, ao longo da história, para inibir ou estimular as atividades extrativistas, como foi o caso da Bahia no período entre o fim da Guerra do Paraguai e a Primeira Guerra Mundial (1870-1919), quando se deu também a substituição do trabalho escravo pelo trabalho assalariado, com o total desmoronamento da produção açucareira. Esses fatos provocaram uma crise profunda em toda economia que se reorganizou a partir de pequenas atividades industriais e de um grande leque de atividades exportadoras, dependendo, sobretudo, do extrativismo como supridor de matéria prima.

O extrativismo, assim, não se reduz à coleta de alimentos, o que não pode ser desprezado, considerando a sua importância na suplementação alimentar dos segmentos mais pobres (abate de animais silvestres, pesca artesanal, etc.), entretanto, o extrativismo, desde o período colonial, iniciou-se e desenvolveu-se enquanto componente do capital e não apenas como estratégia de sobrevivência da população (PEDRÃO, 1995). Assim, é preciso distinguir e compreender o extrativismo como estratégia de reprodução da família (extrativismo de subsistência) e o extrativismo inserido no circuito da acumulação de capital. No primeiro caso, a extração atende às necessidades de consumo da população, enquanto no segundo, seja pela contratação da força de trabalho, seja pela comercialização de produtos advindos da extração, o único objetivo é o lucro.

Já as atividades agropecuárias do Nordeste atendem, ainda hoje, a duas vertentes: aquela que se adapta ao meio, a exemplo das práticas agropecuárias tradicionais, do cultivo do sisal, da mamona, da mandioca, do milho, do feijão por unidades familiares etc.; e aquelas que se impõem ao meio, com a utilização de tecnologias modernas, como os projetos de irrigação, as *fazendas modelos* de criação de bovinos, os projetos de fruticultura, extração mineral, produção de energia eólica com a utilização de tecnologias modernas etc. Em ambos os casos, o sertanejo continua exercendo papel secundário, excluído de todo excedente produzido. No sistema produtivo tradicional, o significado econômico é pequeno, restrito à subsistência, sem gerar impactos que mereçam destaques; no sistema moderno, de tecnologia intensiva, continua exercendo função periférica porque está submetida ao movimento e interesse do grande capital (PEDRÃO, 2009). Desse modo, como no passado, a ascensão social do sertanejo continua restrita e quase impossível, o que o obriga a migrar para outras regiões na perspectiva de conquistá-la. Uma característica interessante, e que poderá trazer grandes consequências futuras, para as vertentes tradicional e moderna, é o abandono da produção de alimentos que fica relegada às áreas menos eficazes, podendo resultar, futuramente, em crises de abastecimento.

Agricultura familiar, que substitui a agricultura camponesa, é uma categoria genérica; considera-se como um segmento produtivo que se reproduz nas sociedades modernas e adapta-se ao contexto socioeconômico dessas sociedades, *obrigando-se* a realizar modificações substanciais em suas formas de produção, de organização social e cultural, rompendo com o *tradicionalismo* próprio das sociedades camponesas. É aquela em que a família, ao mesmo tempo, é proprietária dos meios de produção¹³⁷ e assume o trabalho no empreendimento produtivo, com relativa autonomia demográfica, econômica e social. A agricultura familiar é complexa, heterogênea e altamente diversificada: tanto pode se caracterizar pela policultura e pela consorciação com a pecuária, empregando métodos ultrapassados de produção, como pode empregar tecnologias modernas e também, em alguns casos, monocultora. Da mesma forma, pode ser preservacionista, incorporando a caatinga como fator de produção e zeladora dos recursos naturais, como também pode ser predatória para a ecologia local. A agricultura familiar, assim, é uma categoria bastante elástica que vai desde a agricultura de subsistência à monocultura tecnificada; é a agricultura camponesa *modernizada*, inserida no mercado.

As sociedades camponesas clássicas, com suas variações¹³⁸, tinham autonomia para deliberar sobre o tamanho e o destino da família, o que produzir e quanto produzir; a sua organização social e política obedecia aos padrões culturais estabelecidos. A autonomia dos agricultores familiares é cada vez mais limitada por fatores externos, impostos pela sociedade global, ou seja, pelo capital, materializados nas relações com o mercado. O tamanho da família já não é mais definido por fatores naturais, mas limitado pelas condições objetivas, obrigando os agricultores a fazerem seu *planejamento familiar*, recorrendo aos métodos anticonceptivos modernos. O que produzir e o quanto produzir não são mais definidos a partir das necessidades de consumo da família, mas por fatores de mercado; a *cultura tradicional* camponesa é substituída pela cultura de bases urbanas, guiada por princípios meramente consumistas; a organização social e política, também, se modifica: no lugar das formas tradicionais de associação e organização, expressas em atividades religiosas e lúdicas e guiadas pela liderança *natural*, surgem formas institucionalizadas de associação e organização guiadas por lideranças *formais* eleitas a partir de padrões da sociedade global que assumem, também, papéis de intermediação política com as estruturas de governo. Desaparece, também, a centralidade do

¹³⁷ Incluindo-se a terra que, neste caso, não exerce as funções de capital, constituindo-se apenas em meio de produção.

¹³⁸ Na Polônia, no período pré-capitalista, o sistema de pagamento da renda da terra aos proprietários se constituía num fator limitante da autonomia familiar, cabendo-lhes definir o tamanho e a qualidade da terra a ser cultivada pelos camponeses. Já no sistema comunal da União Soviética, os camponeses tinham plena autonomia para definir a área de acordo com a capacidade técnica de cada família (CHAYANOV, 1974).

patrimônio familiar que, nas sociedades camponesas, era um elemento fundamental na estratégia de sobrevivência imediata e de garantia da reprodução das gerações subsequentes. O fracionamento da terra, de geração em geração, sobre a qual se ergue o empreendimento produtivo, pressionada pela concentração fundiária, chega a um ponto que já não permite mais a reprodução da família, obrigando a migração de seus membros¹³⁹, originando um movimento de fracionamento e concentração da propriedade: os estabelecimentos fracionam-se até o limite suportável e, ao se tornarem inviáveis, são adquiridos por proprietários de áreas maiores que aumentam seu patrimônio fundiário.

O sistema produtivo da região semiárida baiana, assim, é tão diversificado quanto o próprio semiárido, não permitindo tratá-lo de forma uniforme e homogênea. Aliás, há uma variedade de sistemas produtivos que se organizam, combinam-se, intercomplementam-se, e variam de acordo com as disponibilidades de recursos naturais (água, qualidade dos solos, vegetação, recursos minerais), da localização geográfica (proximidade ou maior distância de mercados), da disponibilidade de terra e de recursos financeiros que vão determinar o grau de utilização de mão de obra, o emprego de tecnologias no processo produtivo que, por sua vez, vão determinar o volume de renda financeira. Carvalho, Potengy e Kato (2011) identificaram três sistemas produtivos no semiárido:

a) O sistema de subsistência presente nas unidades familiares de produção que dispõem de pequeníssimas glebas de terra¹⁴⁰ para produção (próprias ou não) que não permitem produzir renda suficiente para a reprodução familiar, requerendo medidas complementares fora da unidade de produção, a exemplo do trabalho de ganho (assalariamento ou atividades informais) e transferência de recursos governamentais (Bolsa Família e outros). A atividade agrícola é firmada na policultura voltada para o autoconsumo, comercializando-se apenas o excedente da produção, necessário à aquisição de outros produtos básicos de subsistência (açúcar, café, roupa etc.) indispensáveis à vida no campo. É um sistema em declínio, com tendências ao desaparecimento por dois fatores: em primeiro lugar, os limites impostos ao processo produtivo não permitem a permanência dos membros descendentes, obrigando-os a migrar para outros locais onde possam garantir os meios de sobrevivência, sejam em atividades agrícolas, em setores dinâmicos (cana de açúcar para a produção de etanol, café etc.) ou em setores urbanos, em atividades que não exigem qualificação, a exemplo de funções auxiliares na construção

¹³⁹ Em 1980, 73,6% dos estabelecimentos agrícolas do *Território de Cidadania do Sisal*, que congrega 20 Municípios, tinham até 20 hectares de área; em 2006, esse número sobe para 78,3%.

¹⁴⁰ Segundo o Censo Agropecuário de 2006, 79,2% dos estabelecimentos agrícolas do Nordeste têm até 20 hectares, e 59% deles têm até 05 hectares.

civil, ou ainda se dedicam a atividades informais nos centros urbanos (comércio ambulante etc.). Esse segmento é também a principal vítima da expansão capitalista no campo, onde as empresas, para aumentar suas áreas, adquirem as terras ocupadas pelos agricultores familiares, incorporando-as às suas propriedades. Há denúncias da Comissão Pastoral da Terra (CPTBA, 2013), da igreja católica, de que até mesmo assentamentos de reforma agrária, no sertão da Bahia, não têm escapado a esse tipo de ação. Nesses casos, os agricultores expropriados transformam-se em assalariados dos novos proprietários de suas terras ou migram para os centros urbanos, onde vão engrossar os cinturões de miséria, ou para outras regiões onde permanecem vinculados a atividades agrícolas. Em segundo lugar, os avanços de ampliação de direitos na legislação, a exemplo da aplicação das exigências da Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), da lei de usucapião, das medidas contra o trabalho penoso e precário etc., levaram fazendeiros a restringir o acesso de agricultores em suas propriedades (na condição de posseiros, ocupantes, arrendatários) ou mesmo deixando de contratá-los em certos períodos do ano, o que ajudava a produzir a complementação necessária à permanência na terra. Famílias que se reproduziam na condição de posseiras, ocupantes ou arrendatárias, perdem, gradativamente, a oportunidade de continuarem ocupando aquelas terras. Por outro lado, a incorporação de novas tecnologias na grande propriedade, a exemplo da mecanização do processo produtivo, reduz substancialmente o emprego de mão de obra, substituindo resíduos da produção agrícola de agricultores familiares que eram utilizados como complementação alimentar dos rebanhos por outros meios. O depoimento seguinte, de um fazendeiro baiano, cuja propriedade situa-se no semiárido, elucida esse raciocínio:

Moravam lá (na fazenda) 12 famílias, cada uma tinha sua própria roça e trabalhavam pra mim em certos períodos do ano; nunca me pagaram nada pelo uso da terra, mas sempre me deram a palha de milho e o bagaço de feijão que eu transformava em ração; agora, com as exigências do governo de ter que assinar carteira de cada um, mesmo trabalhando só dois ou três meses por ano, e que eu construa uma casa para cada família na minha propriedade, porque se não for assim é trabalho escravo, vão ter que sair daqui e tenho certeza que a vida deles vai piorar. Pretendo ficar com apenas uma família, talvez duas. Essas medidas do governo ajudam mais a mim do que a eles, estão me obrigado a adquirir máquinas e dispensar a mão de obra. (informação verbal).¹⁴¹

Esse depoimento suscita outra discussão: a exigência de *trabalho decente* não é uma questão apenas de direitos humanos, de respeito ao trabalhador, é também uma necessidade do neoliberalismo: ao substituir a mão de obra por processos mecanizados, os fazendeiros são

¹⁴¹ EGM, fazendeiro, com propriedade no município de Mairi, Bahia. Em 11/12/1011.

obrigados a adquirir máquinas e equipamentos e assim estarão alimentando o capital industrial, comercial e financeiro, visto que esses instrumentos são adquiridos através de financiamentos bancários. A modernização das relações de produção cumpre, portanto, um papel importante – sem que os trabalhadores percebam – de inserção no processo de acumulação capitalista.

b) O segundo sistema produtivo é o semimercantil que combina a policultura voltada para o autoconsumo e para o mercado com a pecuária, também destinada ao mercado (pequenos plantéis de bovinos, caprinos, ovinos, suínos e aves). É comum, para os agricultores, a escassez da água, visto que não dispõem das condições necessárias para a captação e armazenamento, convivem com solos de baixa fertilidade e continuam empregando tecnologias de produção ultrapassadas que implicam na exaustão dos recursos naturais (solos, vegetação). Conseguem, entretanto, uma renda financeira que permite a reprodução da família na própria unidade de produção. Nos últimos anos, devido a programas de incentivo à agricultura familiar e à educação, inclusive com subsídios públicos para o ingresso em instituições de ensino técnico ou superior privadas, é crescente o número de jovens que buscam o estudo como passaporte para sua vida profissional, abandonando a atividade agrícola. Em levantamento recente¹⁴² realizado pelo autor, constatou-se que em 65% das famílias entrevistadas não havia mais nenhum filho com idade de 18 a 24 anos no convívio da família.

Parte desse segmento consegue acessar o crédito bancário (PRONAF) e introduzir algumas tecnologias de convivência com o semiárido, a exemplo do cultivo de plantas forrageiras e utilização de alguns equipamentos mecanizados, como de tratores para aração das terras (alugados ou cedidos por programas governamentais) e compra de máquinas para a produção de forragens para os animais, e assim conseguem os meios para a reprodução simples do capital. Esses agricultores aumentam, também, sua capacidade de consumo, adquirindo produtos e serviços antes restritos às populações urbanas, a exemplo de aparelhos eletrodomésticos (aparelhos de som, DVD, TV, Geladeira etc.) e telefone móvel. Um forte aliado disso é o esforço governamental de ampliação do programa “Luz para Todos” que já beneficia mais de 70% da população rural do semiárido baiano. Deve-se destacar, entretanto, que, em cerca de 98% dos casos (informação verbal)¹⁴³, o fornecimento de energia elétrica é feito pelo sistema monofásico que possibilita apenas a iluminação do domicílio residencial e uso de alguns aparelhos eletrodomésticos, não permitindo a utilização de máquinas e

¹⁴² Levantamento realizado no período de maio a setembro de 2011 junto a 260 famílias em 10 Municípios do Território de Cidadania do Sisal.

¹⁴³ Informações prestadas por um técnico da Empresa Baiana de Desenvolvimento da Agropecuária (EBDA).

equipamentos no processo produtivo. Daí a reivindicação dos movimentos sociais que querem *Luz para Tudo*, que não repercutiu ainda nas esferas governamentais.

c) O terceiro sistema é o mercantil propriamente dito, cujo foco principal da produção é o mercado. São os casos de fazendeiros e empresários rurais que residem nos centros urbanos de maior importância (municípios com população superior a 50 mil habitantes) que contam com agências do Banco do Nordeste do Brasil (BNB) e Banco do Brasil (BB), dedicam-se à monocultura ou à policultura com fins de produção de alimentos para os animais (pecuária bovina) ou à agricultura irrigada. Esses produtores empregam, de forma crescente, novas tecnologias de produção, recorrendo à mecanização e insumos químicos (agrotóxicos) que permitem aumentar a produtividade a níveis cada vez mais elevados, garantindo-lhes alta renda financeira e, assim, a inserção completa no circuito da acumulação capitalista. Nessas propriedades, por conta também das exigências legais de proteção aos trabalhadores, é cada vez mais vantajoso recorrer a sistemas mecanizados restritivos ao emprego de mão de obra.

Esse sistema consiste na consolidação do agronegócio, também, conectado com a lógica do capital, rompendo com as formas tradicionais de ocupação e uso das terras, organizando-se a partir de princípios e fins diferentes e opostos aos dos trabalhadores, combinando “os interesses do grande capital internacional que controla o comércio, os insumos, as máquinas, as sementes e a agroindústria com o dono da terra, o fazendeiro capitalista.” (STEDILE, 2007, p. 28). Até a década de 1990, o agronegócio aproveitou a abertura de novas fronteiras de terra barata e água abundante ao longo do rio São Francisco, o que se mantém, com os perímetros irrigados para a produção de cana e frutas, mas amplia-se para outras áreas do semiárido.

Os principais produtos do agronegócio no semiárido baiano são os seguintes:

- Cana e frutas nas *regiões* de Irecê e Juazeiro, com processos sofisticados de irrigação, destacando-se a produção de uva que sobressai também em Morro do Chapéu;
- Banana, presente em vários municípios do semiárido, a exemplo de Bom Jesus da Lapa, Juazeiro, Glória, Campo Formoso, Ponto Novo, Barra do Choça e outros, dando ao Estado da Bahia o *status* de segundo produtor nacional;
- Café, que embora tenha as exportações em queda desde 2007, conforme dados do MDIC (SEAGRI, 2012), faz-se presente em 167 Municípios, muitos deles na Chapada Diamantina, semiárido baiano;
- Abacaxi, da variedade *pérola*, que se adaptou às condições da região semiárida, sem irrigação, vem se destacando na *região* de Itaberaba, com 4.000 ha. plantados (6,5% da área

nacional) e 90 milhões de frutos colhidos em 2010 (6% da produção nacional) (O PARAGUAÇU, 2011).

Além de facilidades creditícias, o agronegócio vem contando com importante suporte técnico-científico, através da Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (EMBRAPA) e de outros pesquisadores independentes, além de suporte tecnológico oferecido por instituições como o Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (SEBRAE) e universidades.

Esses produtores, via de regra, gozam de vantagens não disponíveis a outros sistemas produtivos, usufruindo de gordos subsídios governamentais para a compra de maquinários, equipamentos e insumos, através de projetos financiados por agentes financeiros, a exemplo do BNDES, Banco do Brasil e BNB. No Estado da Bahia, contam ainda com incentivos fiscais mediante concessões a partir de processos aprovados pelo Conselho DESENVOLVE, vinculado à Secretaria de Indústria, Comércio e Mineração, tendo o órgão de fomento DESENBAHIA a responsabilidade de operar os benefícios.

Além desses, há outros sistemas produtivos que merecem destaque:

Oleaginosas: a produção de oleaginosas para biocombustíveis insere-se no contexto do discurso ideológico do *combustível verde*, incorporado no mundo inteiro como estratégia de reprodução do capital. A União Europeia determinou que até 2010 os países membros deveriam adicionar 5,75% de biocombustível ao combustível derivado de petróleo, chegando a 8% em 2015 (SANTOS; FILHO; SOUZA; 2009, p. 2). Os Estados Unidos instituíram subsídios para a incorporação de novas áreas para a produção de biocombustíveis, mas não há terra disponível sequer para a demanda interna. O Brasil, certamente, passará a ser o lugar ideal para os investidores, considerando muitos fatores atrativos: disponibilidade de terra, mão de obra barata e gordos incentivos financeiros. O governo brasileiro já instituiu dois programas de financiamento com juros anuais entre 1% e 3%, portanto, subsidiados: o Programa de Apoio Financeiro a Inovação em Biocombustíveis, do BNDES, e o BB Biodiesel, do Banco do Brasil.

Os produtores inseridos no sistema semimercantil são o alvo principal do Programa Nacional de Produção e Uso de Biocombustível (PNPB), voltado para a produção de oleaginosas que tem por objetivos a promoção e a inclusão social de agricultores familiares, contribuir para a redução de importação de petróleo e para o equilíbrio da balança comercial, além de fortalecer a base energética renovável e amenizar as desigualdades regionais (ACCARNI, 2006). Desde a sua concepção, o programa incorpora a preocupação com o social o que, aparentemente, contraria a tendência neoliberal de redução do papel do Estado, criando

canais de acesso e incentivos para a agricultura familiar inserida na produção de oleaginosas e para as empresas do setor através do *Selo Combustível Social*¹⁴⁴, estabelecendo cotas para cada uma das cinco regiões, cabendo ao Nordeste 50%, sem fazer qualquer referência à qualidade dos produtos ou à assistência técnica aos produtores.

Das culturas propostas¹⁴⁵ para o semiárido, há tradição dos agricultores familiares apenas com a mamona, consorciada com outras culturas como o milho, o feijão de arranca, o *feijão de corda* (macaçar) e a batata doce; a mamona, historicamente, sempre foi cultivada em pequenas áreas, mantidas como uma espécie de *poupança*: se a colheita do milho, feijão etc. falhava, a perda não seria total. Mas, há também o girassol que, de acordo com a SEPLAN (2013), o município de Lapão, vizinho de Irecê, representa 100% (cem por cento) da produção do Estado.

Ao incorporar a produção de oleaginosas com fins de produção de biocombustível na agricultura familiar, o governo o faz por falta de opções. Embora a mamona e o girassol – as que já são cultivados no âmbito da agricultura familiar no semiárido – contribuam para aumentar a renda financeira dos agricultores, o valor agregado é considerado baixo e não é considerado atrativo para o grande produtor, oferecendo inclusive limitações para a atividade mais especializada com a utilização da irrigação e processos de mecanização. Assim, com poucas exceções, os grandes produtores preferem investir naquelas atividades que dão um maior retorno líquido, a exemplo da pecuária bovina, do cultivo da cana de açúcar para a produção de etanol e da fruticultura irrigada. Esse fato explicaria a *preocupação social* do governo ao definir a agricultura familiar como alvo prioritário para a produção de oleaginosas.

Os movimentos sociais, apoiados por ambientalistas, vêm demonstrando preocupações com a agricultura especializada com tendência à monocultura e veem no cultivo de oleaginosas consorciadas com outras culturas uma alternativa para preservar a policultura. Entretanto, a produção de oleaginosas, mesmo de forma consorciada, não é suficiente para garantir a reprodução da família de agricultores que dispõem de pouca terra, descapitalizados e com baixa capacidade de gestão: em primeiro lugar, a renda gerada por hectare é relativamente pequena, garantindo apenas, em consórcio com outras culturas, a reprodução simples do capital; em segundo lugar, a atividade é altamente poupadora de mão de obra: segundo estudos realizados pela EMBRAPA (ALBUQUERQUE; FREITAS, 2007). Nas condições atuais são necessários 12 a 15 hectares de área cultivada para garantir um único emprego permanente, demandando

¹⁴⁴ Instrução Normativa nº 1 do Ministério do Desenvolvimento Agrário, de 5 de junho de (MDA, 2007).

¹⁴⁵ A legislação refere-se apenas à mamona e ao dendê, mas o PNPB propõe também, para o semiárido, o girassol, o algodão, o amendoim e o pinhão manso.

assim grandes extensões de terra, o que não está disponível aos agricultores familiares. A não absorção da mão de obra familiar na unidade de produção obriga a emigração de membros da família para exercer outras atividades, o que pode comprometer a reprodução da família agrícola. Já para processos mecanizados, são necessários pelo menos 75 hectares de área plantada para tornar-se viável economicamente.

A produção de oleaginosas é vista ainda com uma função social de complementaridade da preservação da unidade familiar de produção, com papel semelhante ao exercido pelo algodão em algumas localidades do Nordeste e pela pecuária em outras, no passado, gerando renda monetária indispensável à reprodução familiar. Esquecem, entretanto, os defensores da proposta, das limitações concretas advindas das condições climáticas (que podem frustrar ou reduzir significativamente as safras), do tamanho da terra disponível, da baixa produtividade e da ausência de produção em escala, condições indispensáveis à obtenção da renda mercantil.

Em períodos normais a produtividade média da mamona no semiárido é de apenas 646 kg/hectare, enquanto estudos realizados pela EMBRAPA (2012) indicam que até 700 kg/hectare¹⁴⁶, cultivada de forma *solteira*, a produção de mamona não gera renda monetária. As principais limitações estão na escassez de água, na baixa fertilidade dos solos e na qualidade das sementes. Não há, em toda região semiárida nordestina, nenhum centro de produção de sementes adequadas às condições da região que possam garantir níveis razoáveis de produtividade; as sementes são oriundas de outras regiões, de condições edafoclimáticas diferenciadas, o que supostamente impõem dificuldades de adaptação pelas plantas. O mais usual, no entanto, é a utilização dos próprios grãos colhidos para fins de comercialização como “sementes”, o que compromete parte a elevação da produtividade. Leve-se em conta, ainda, a inexistência de pesquisas¹⁴⁷ no campo da genética vegetal que possam resultar em novas espécies com maior teor olerífico e adaptadas às condições do semiárido.

No Estado de São Paulo, embora com limitações tecnológicas no processo de produção e na qualidade das sementes, já se alcançou a produtividade de 1.600 kg/ha, 2,5 vezes superiores à produção média do semiárido, e outros países, a exemplo da Índia e Estados Unidos, já alcançaram o teto de 4.000 kg/ha com o emprego de tecnologias adequadas

¹⁴⁶ A região do cerrado, no Oeste Baiano, semiárido setentrional, oferece condições diferenciadas e mais propícias para a produção da mamona do que as encontradas no semiárido meridional (área da caatinga). Ali, tendo como principais expoentes os municípios de Barreiras e São Desidério, a mamona é produzida em bases empresariais, de forma especializada, empregando-se tecnologias modernas desde o preparo dos solos até a colheita, com uso intensivo de insumos e máquinas, permitindo uma produtividade média próxima a 3,0t/hectare, quatro vezes superior à obtida pela agricultura familiar.

¹⁴⁷ É de se esperar que o interesse em produzir mamona, girassol etc. para o PNPB resulte também na disponibilização de pesquisas para melhorar a qualidade dos produtos.

(correção dos solos, irrigação, adubação, sementes híbridas etc.) (SANTIAGO; LARANJEIRAS; MAGALHÃES, 2012).

Extrativismo vegetal: considerado uma das formas de economia primitiva, impregnado na cultura sertaneja, tem seu aspecto positivo, para as condições históricas regionais, e outro negativo que “perdura até os nossos dias, com todos seus problemas”, inclusive “o atraso econômico da região.” (SCHNEEBERG; FRAGA, 2003, p. 185). Pode-se registrar, como elementos vantajosos do extrativismo vegetal, a utilização de recursos oferecidos pela natureza e que ajudaram a manter a população do semiárido, especialmente nos momentos de crise, como nos períodos de seca: a colheita de frutos, como o umbu, a cajá, o *piri*, o *araticum*, o ariri, o licuri, o jatobá, além de tubérculos, que Josué de Castro discutiu com maestria em Geografia da Fome (CASTRO, 1969). O umbu, atualmente, cumpre outra função, de geração de renda monetária, utilizado na fabricação agroindustrial de polpas e doces, o que rende alguns milhares de dólares anuais (FIGUEIRA, 1993).

Há, entretanto, o lado negativo, com a ação predatória da caatinga. A derrubada da caatinga foi promovida, inicialmente, pelos proprietários de terra para a formação de pastagens e para a agricultura; desde finais do século XIX passou a ser realizada como fonte de combustível para mover composições ferroviárias e olarias, além do uso doméstico. Ainda nos dias atuais, a derrubada da caatinga continua, especialmente para a extração de lenha e carvão vegetal, inclusive para uso industrial, o que tem se revelado decisivo para a devastação da cobertura vegetal, hoje reduzida a apenas 50%. Rotineiramente, de forma abusiva, toneladas de lenha são retiradas e transportadas para as fábricas gesseiras e cerâmicas situadas na própria região, ou transformada em carvão para a indústria siderúrgica de Minas Gerais e Espírito Santo.

Extrativismo animal: desde a chegada dos portugueses, a fauna brasileira, terrestre e aquática, passou a ser objeto de cobiça, constituindo-se em matéria prima para a alimentação dos escravos e dos senhores quando lhes faltavam os ingredientes europeus. Abundantes, animais nativos (mamíferos, répteis, aves) eram abatidos e transformados em alimentos, assim como pescados e mariscos. Essa prática perdura até os dias atuais, apesar da escassez: na medida em que a vegetação foi sendo devastada, a fauna foi sendo também gradativamente reduzida, mas teve importância relevante até épocas recentes: “meu bisavô, meu avô e meu pai não compravam carne; de quando em vez matavam um borrego pra comer o fato no domingo; mas de segunda a sexta era a caça, o tatu, o teiú, a pomba verdadeira, a juriti, a codorna, a

nambu; era muita fartura” (informação verbal)¹⁴⁸. Assim, a caça sempre teve um importante papel coadjuvante para manter a população do semiárido, inclusive na geração de renda monetária: ainda nos dias atuais, é comum encontrar-se carne de animais silvestres nas feiras livres do sertão, apesar das medidas restritivas legais.

O destaque econômico, entretanto, é para o couro bovino. Em certos momentos do período colonial, abatia-se o animal com o objetivo exclusivo de extrair o couro, a carne virava subproduto. E isso tinha razão de ser, considerando que tanto a economia quanto a vida das pessoas estavam condicionadas à disponibilidade do couro, dada à sua multifuncionalidade: além de indispensável enquanto utilitário doméstico (confecção de camas, de vestimenta, de cadeiras, objetos para o transporte de água e de alimentos etc.), era indispensável para a confecção dos *arreios* de animais de tração, de cordas para amarrar feixes de cana e embalagens para rolos de fumo para exportação etc.

Havia, ainda, a produção artesanal de objetos de luxo, utilizando o couro, a exemplo de sofás, cadeiras, camas, malas, calçados etc., de cobiça nos mercados europeus, chegando a compor os principais itens de exportação nos séculos XVII e XVIII.

Com a era industrial, o couro não perdeu sua importância, devido ao surgimento de novas utilidades, a exemplo de bolsas, malas, capotes, cintos etc. requintados, transformando-se em ingrediente do processo de acumulação capitalista. A Bahia continua sendo um grande produtor de couros bovinos, mas também caprinos e ovinos. Atualmente, são cinco grandes curtumes instalados em nove localidades¹⁴⁹, que atuam no processamento de couros para os mercados interno e externo.

Extrativismo mineral: a descoberta de minérios de prata na Bolívia, ainda na primeira metade do século XVI, *encheu os olhos* dos colonizadores portugueses que buscavam riqueza fácil e não trabalho (HOLANDA, 2008) e logo começaram a organizar expedições especiais na busca de metais preciosos pelo interior do Brasil, cujo auge vai ser alcançado somente em finais do século XVIII. Na Bahia, a procura integrou a estratégia de ocupação dos sertões e já no final do século XVI já se encontravam indícios de jazidas de ouro no sertão: assim, extrativismo mineral na Bahia existe “desde época muito remota [...] ao longo das serras de Itubira, do Guarda-Mór, da Tromba e das suas ramificações [...]” (SALES, 1955, p. 1), mas é somente a partir de finais do século XVII que a extração de ouro adquire destaque com as

¹⁴⁸ JPS, 64 anos, agricultor do município de Queimadas, Bahia. Em 16/11/2011.

¹⁴⁹ Os curtumes instalados no Estado da Bahia são: Curtume Campelo, Cormasa Curtumes Modernos, Curtume Bahia, Curtume Aliança e Curtume Rio do Peixe, com unidades de processamento em Simões Filho, Candeias, Alagoinhas, Ipirá, Jequié, Senhor do Bonfim, Vitória da Conquista, Nazaré e Teixeira de Freitas.

jazidas de Jacobina, ao longo do rio de Contas e nas chapadas, originando o povoado que em 1723 foi transformado em Vila de Jacobina. Outra grande descoberta foram as jazidas de diamantes na década de 1840¹⁵⁰, às margens do rio Mucugê e, mais tarde, em diversas localidades da Chapada Diamantina, o que atraiu milhares de pessoas de todo Brasil para o eldorado que florescia. Mais recentemente, o destaque passou a ser a esmeralda.

O extrativismo concretizou-se através da garimpagem, ou seja, do trabalho rudimentar de extração de ouro, diamantes e outros minérios, nos leitos e nas margens dos rios, aproveitando-se das facilidades da situação jurídica de propriedade: por serem áreas públicas, eram consideradas *sem donos*, facilitando a entrada dos garimpeiros, além dos córregos e nos depósitos secundários das chapadas. O ouro era farto,

Não havia necessidades de processos especiais para obtê-lo, era só apanhá-lo nos cascalhos e nas baixas ou nas areias dos ribeirões. Havia ouro livre, em pó ou em pepitas, acumulado em grandes quantidades [...]. Era uma verdadeira catagem que só necessitava de braço humano, sem jeito especial ou inteligência amestrada [...] (ABREU, 1973, p. 75).

Fora da lei, os garimpos se proliferavam, atraindo malandros, prostitutas e criminosos que usufruíam do dinheiro fácil e farto, manifestando sua natureza predatória da vida social (ABREU, 1973). Os garimpeiros se dividiam em dois grupos: aqueles que apenas trabalhavam sob regime informal de subcontratação de mão de obra e que eram remunerados mínima e precariamente por seu trabalho, com direito a participar de alguma pequena parte das descobertas; eram pessoas maltrapilhas e subalimentadas que viviam em regime de subsistência; eram os *meia-praças* que se associavam ao *bamburrado*, representante do capital, que vivia sempre com o *felipão* (saco de alimentos) farto, entregue à boemia e à bebedeira. Havia, ainda, a figura do *capangueiro*, não raras vezes financiado por grandes comerciantes, que fazia a compra dos minérios. Os garimpos constituam verdadeiros povoados, atraindo um conjunto de outras atividades para o seu entorno, estabelecendo-se o comércio de produtos de primeira necessidade para abastecer a população local. Esses moradores se inseriam num sistema organizacional bastante vulnerável, nos quais os conflitos eram sempre seguidos de violência:

[...] desprovidos de base duradoura, racionalidade organizacional, a estrutura de classes era uma teia frouxa, tecida de relações estratificadas, em que o individualismo rude, privado dos seus elementos positivos, reinava virtualmente. Em nome do lucro, numa região de fronteira, outrora descoberta,

¹⁵⁰ Para o austríaco Virgil Von Hemmreichen, a primeira descoberta teria ocorrido em 1842, na Serra das Aroeiras; para Orville A. Berby teria sido a do rio Mucugê, em 1844 (SALES, 1955, p. 2).

transformava-se quase que da noite para o dia num mar de anarquia (GURFIELD, 1983, p. 75).

O governo passou a fiscalizar de perto os garimpos, procurando obter proveitos com a arrecadação de impostos; fiscais eram designados para as minas com talões de recibo para a cobrança. Entretanto, o contrabando era generalizado “porque é mais fácil e compensador, razão por que é praticado em grande escala, o que não ignoram todas as autoridades do país. O contrabandista lucra no contrabando, no câmbio negro e se beneficia com a isenção de impostos[...]” (SALES, 1955, p. 11). Legalizar a atividade era quase impossível: para obter autorização para comercializar os minerais era preciso comprovar, junto ao Ministério da Fazenda, a idoneidade moral e o depósito de cinco mil cruzeiros para garantia da fiel execução das obrigações de ofício, obrigações que quase ninguém queria se submeter. Em 1934, o governo federal elaborou o Código de Minas, regulando a atividade da fiação de ouro e o comércio de pedras preciosas (Dec. 24.642), que nenhuma utilidade prática teve.

Apesar do avanço do capital industrial, que ocupa cada vez mais espaços em todos os setores minerais, a garimpagem ainda se destaca, no semiárido baiano, em vários setores, com destaque na extração de gemas de cor, que ocorre “sem nenhum controle dos órgãos governamentais” (BRASIL, 2009, p. 27). O caso mais típico é a extração de esmeralda na Serra da Carnaíba (município de Pindobaçu), iniciada em início da década de 1960 e que perdura até os dias atuais com cerca de 100 (cem) garimpos que se organizam em função da exploração dos trabalhadores que chegam a ganhar menos de R\$ 100,00 (sem reais) por semana, sem qualquer contrato formal de trabalho e uma jornada nunca inferior a dez horas diárias: “um cara arrenda um lote junto ao proprietário da terra e contrata pessoas para trabalhar, o que achar é dele, mas isso é o sustento para milhares de famílias; têm também os ‘cabos de turma’ que chegam a ganhar R\$ 1.500,00 por mês (informação verbal).¹⁵¹”.

Na década de 1980, a produção de esmeralda de Carnaíba chegou a representar quase que toda a produção brasileira (BRASIL, 2009); em 2001, veio à tona um caso inusitado e que chegou a ser notícia na imprensa nacional: uma pedra gigante, com cerca de 400 kg, avaliada à época em US\$ 370 milhões (CARNAÍBA DAS ESMERALDAS, 2012), teria sido adquirida por R\$ 10 mil e contrabandeada para os Estados Unidos, onde foi apreendida pela fiscalização federal daquele país e reavaliada em quase três vezes da estimativa inicial¹⁵².

¹⁵¹ Professor da rede estadual de Campo Formoso, membro do Colegiado do Território de Identidade de Piemonte Norte do Itapicuru. Em 10/10/2011.

¹⁵² O assunto foi matéria jornalística no programa *Fantástico*, Rede Globo de Televisão, em 15/09/2012, quando foi apresentado o laudo de um avaliador estimando o valor da pedra em até US\$ 970 milhões e informadas medidas judiciais que o governo brasileiro está adotando na tentativa de repatriar o tesouro.

Em Carnaíba, o quadro é o mesmo de outros garimpos. Alguns poucos representantes do capital, que fazem todo o serviço de intermediação, são figurantes bem vestidos, instruídos, esbanjadores; do outro lado, a massa de trabalhadores que trocou a extração do licuri e a agricultura de subsistência pela garimpagem. Já houve várias tentativas de fechar o garimpo, pelas precárias condições de trabalho e de vida, inclusive com acidentes frequentes (em 2012 já houve cinco casos de óbito), mas também pela pressão do capital da indústria mineral; as forças políticas da região têm se mobilizado e impedido, justificando o *grande problema social* que poderia causar com o desemprego em massa. Não adotam, entretanto, quaisquer medidas para melhorar as condições de trabalho e de vida.

Há, entretanto, fatores estruturais e conjunturais que interferem diretamente nos sistemas produtivos e precisam ser considerados. O primeiro deles é o papel histórico da agricultura familiar brasileira, especialmente no semiárido¹⁵³: a grande propriedade impôs-se, ao longo do tempo, como modelo socialmente legitimado, encontrando todos os meios necessários à sua modernização, a exemplo de incentivos governamentais e assistência técnica, incluindo-se a pesquisa, o que garante a sua reprodução. Já a agricultura familiar, relegada ao segundo plano, ocupou sempre posição secundária na economia, impossibilitada de desenvolver seus potenciais que possam assegurar a sua reprodução (WANDERLEY, 1995).

O segundo fator a considerar é a reestruturação das cadeias produtivas, influenciadas largamente pela expansão da infraestrutura urbana para as áreas rurais e por políticas governamentais, o que está gerando um profundo processo de modificação nos sistemas produtivos, com resultados diferentes e contraditórios a partir das condições estabelecidas: no semiárido baiano, conforme prognósticos do IBGE (2012), verifica-se um razoável crescimento da cadeia produtiva da apicultura e uma retração da ovinocaprinocultura. Por outro lado, cresce a pluriatividade na agricultura familiar, com a emergência de atividades não agrícolas. Tudo isso, obviamente, é resultante de um *modelo* de desenvolvimento em curso.

O fato é que há grandes modificações no meio rural, a partir de novos serviços públicos e do próprio movimento da economia, configurando um novo espaço rural com fortes implicações na vida das pessoas (VEIGA, 2003), o que está permitindo, inclusive, questionar o modelo dicotômico de análise do meio rural brasileiro em relação às cidades: “Percebe-se que a

¹⁵³ Em palestra proferida durante a Jornada do Seminário, promovida pelo movimento sindical, na Universidade Estadual de Feira de Santana (UEFS), em 29/05/2013, o Prof. Jerônimo Rodrigues Souza, representando o Ministro do Desenvolvimento Agrário, informou que "no semiárido nordestino ha 1,7 milhões de estabelecimentos agrícolas e, desses, 1,5 milhões pertencem à agricultura familiar".

separação entre o rural e o urbano tende a desaparecer, sendo substituída pela interação ou continuidade entre os espaços rurais e urbanos.” (GRAZIANO DA SILVA et al, 2002, p. 42).

O estudo de Graziano da Silva e outros (2002), acima referido, procura desfazer o mito de que o meio rural brasileiro é sinônimo de atraso e da agricultura; que o êxodo rural é inevitável; que o desenvolvimento da agricultura leva ao desenvolvimento rural; e que a gestão da pequena e média propriedade é eminentemente familiar. Demonstra, embasado por dados fornecidos pelo IBGE, a nova configuração do rural brasileiro, com a presença da agropecuária moderna baseada em *commodities* ligadas à agroindústria; o conjunto de atividades não agrícolas vinculadas à construção civil, à indústria de transformação, à prestação de serviços etc.; e as atividades modernas impulsionadas pelos nichos de mercado.

Embora se reconheça essa nova configuração do meio rural, com a expansão de serviços antes restritos aos moradores das cidades, a exemplo de membros das famílias rurais que se deslocam diariamente para a sede do município onde desenvolvem atividades no comércio, no setor público, na construção civil etc. é preciso certa cautela em relação à região semiárida. Por um lado, a abrangência desses serviços é bastante reduzida, inclusive por limitações do mercado de trabalho rural e urbano e, por outro, o processo modernizante da agropecuária se concretiza por mecanismos profundamente desiguais, manifestando-se de forma isolada e pontual. O que se observa, na região semiárida, são apenas algumas *ilhas de prosperidade*, modernas e integradas ao mercado, porém isoladas, com impactos muito restritos para o conjunto da população. Prevalecem, ainda, para o conjunto da agropecuária e especialmente para a agricultura familiar, os métodos tradicionais de produção, de comercialização e de gestão, com impactos muito restritos para o conjunto da população.

Prevalecem também, em toda região semiárida, procedimentos *pré-capitalistas* instituídos no mercantilismo que se mantém até os dias atuais, a exemplo da comercialização dos produtos antecipadamente (“na folha”), alimentando toda uma rede de comerciantes intermediários conhecidos como *atravessadores* que abocanham grandes vantagens com a prática: em média, a compra antecipada é feita a um preço 30% menor do que o preço de mercado, mas dependendo da situação, pode chegar a 60%. Afora isso, estão presentes também mecanismos que atrelam os produtores familiares aos comerciantes, seja na comercialização dos seus produtos ou na compra de bens não produzidos por eles, indispensáveis à manutenção da família. Uma das causas do insucesso de experiências cooperativas e comunitárias, na comercialização de produtos produzidos ou consumidos pelos agricultores é exatamente o

vinculo de dependência construído historicamente com comerciantes locais que perpassa as gerações, alimentado pelos laços de compadrio que foram construídos.

5.3 A DEGRADAÇÃO AMBIENTAL: UMA NOVA AMEAÇA

Preocupações preservacionistas datam de épocas remotas, tanto em áreas urbanas¹⁵⁴ como no meio rural. No ano 146 a. C. os romanos dominavam a Argélia e ali, próximo ao Saara, implantaram um sistema de conservação de solos e de produção de frutas, azeite de oliva e trigo para abastecer os mercados romanos, conforme a Academia Pernambucana de Ciências Agronômicas:

Eram terraços em patamar, dispostos transversalmente ao pendor dos terrenos, encurtando os lançantes, destinavam-se a interceptar o escoamento superficial antes que este pudesse alcançar grandes velocidades e arrebatara o solo e ao mesmo tempo, contribuía para aumentar a infiltração. (ACADEMIA PERNAMBUCANA DE CIENCIA AGRONOMICA, 2013).

Eram sistemas técnica e ecologicamente apropriados para combate à erosão e para a proteção aos plantios, o que teria inspirado muitos trabalhos, inclusive Guimarães Duque¹⁵⁵ sobre o enfrentamento das secas no Nordeste.

Entre os tantos problemas relacionados ao meio ambiente, a ameaça de desertificação ocupa hoje lugar de destaque pelo que pode representar para a humanidade, incluindo-se todos os seres vivos do reino animal e vegetal. O *despertar* da população para essa nova ameaça, entretanto, veio somente na década de 1930, quando o fenômeno conhecido como *Dust Bowl* transformou uma vasta região de 388,5 km² do meio-oeste americano na *Bacia do Pó*, obrigando a 350 mil pessoas a abandonar suas terras e migrar para outras localidades (MCLEISH, 1997; SCHENKEL; MATALLO JÚNIOR, 2003). Pesquisadores atribuíram às práticas agrícolas inadequadas a uma região seca, que não levaram em conta a sensibilidade e a fragilidade do ecossistema como causas principais.

No Brasil, desde épocas coloniais que se registram práticas agrícolas nocivas ao ambiente, como relata o trecho seguinte, parte de uma representação que José Bonifácio de Andrade e Silva fazia à Assembleia Nacional Constituinte de 1823, mas não houve tempo porque, antes, foi preso e deportado:

¹⁵⁴ A melhor referência para o ajardinamento de áreas urbanas talvez sejam os famosos Jardins Suspensos da Babilônia, construídos no sul da Mesopotâmia no século VI a. C.

¹⁵⁵ José Guimarães Duque (1903-1978), mineiro que se dedicou ao estudo sobre as secas no Nordeste, com trabalhos publicados desde a década de 1940 de conteúdos agronômicos, biológicos, sociológicos e econômicos.

Demais, uma vez que acabe o péssimo método da lavoura de destruir matas e esterilizar terrenos em rápida progressão [...], a agricultura ganhará mais diariamente, as Fazendas serão estáveis [...]. Nossas matas preciosas vão desaparecendo, vítimas do machado destruidor, da ignorância e do egoísmo; nossos montes e encostas vão-se escalvando diariamente, e com o passar do tempo faltarão as chuvas fecundantes, que favoreçam a vegetação, e alimentem nossas fontes e rios. (CARLI, 1984, p. 23).

Essas práticas inadequadas vêm gerando, com o passar do tempo, grandes modificações no ambiente, resultando em processos de desertificação que tem acelerado nos últimos anos¹⁵⁶, tornando as condições de vida cada vez mais difíceis. Ainda na década de 1940, nos seus primeiros escritos, o engenheiro agrônomo José Guimarães Duque já chamava a atenção para a exaustão dos recursos naturais, motivada pela busca de extrair da natureza proveitos imediatos sem considerar a necessidade de preservação: “[...] a saarização progressiva vai rompendo cada vez mais o equilíbrio entre as associações vegetativas, o ciclo da água, a produção agrícola e o aspecto social.” (DUQUE, 2001, p. 20). No Nordeste, já são 180.000 km² de terras degradadas e, em muitos locais, imprestáveis para a agricultura, o que corresponde ao território dos Estados da Paraíba, Pernambuco e Sergipe; somando-se às áreas onde o processo de desertificação é considerado moderado, o total de terrenos atingidos sobe para 574.362 km², área superior ao território baiano e correspondente a mais de um terço de toda área do Nordeste e a 58,5% da região semiárida¹⁵⁷

Estima-se que 6 a 7 milhões de hectares se tornam improdutivas pela erosão dos solos e pela intervenção humana (práticas agrícolas e pastoris inadequadas etc.) pelo mundo afora. Estudo realizado pelo Ministério do Meio Ambiente (BRASIL, 2002) indica que 68% da área do bioma caatinga já se encontram antropizadas, sendo que 35% em situação de extrema antropização. Todo ano, cerca de 3.000 hectares de vegetação nativa viram lenha porque quase 40% da energia consumida no Nordeste ainda é de origem vegetal (BRAZ, 2012).

As áreas mais susceptíveis a processos de desertificação¹⁵⁸ são aquelas situadas na região semiárida brasileira, sendo os Estados da Bahia, Rio Grande do Norte, Piauí, Ceará e

¹⁵⁶ Desertificação é o processo de degradação da terra nas regiões áridas, semiáridas e subúmidas, resultante de diferentes fatores, entre eles as variações climáticas, e as atividades humanas. O termo surgiu no fim dos anos 40 para identificar áreas que estavam ficando parecidas com desertos (BIOSFERA DA CAATINGA, 2011) [sertificacao.html](#). Acesso em: 26 abr. 2011.

¹⁵⁷ “[...] dentro de duas gerações, aqueles solos terão percorrido as etapas da degradação, transformando-se de semiáridos em áridos e desérticos. As consequências econômicas já estão ocorrendo: o Produto Interno Bruto (PIB) per capita do Nordeste é cerca de metade do valor médio nacional e o da região da caatinga, onde ocorre com mais intensidade o fenômeno da seca e da desertificação, situa-se em torno da metade da renda nacional” (JORNAL DO COMÉRCIO, 2009).

¹⁵⁸ O custo estimado da desertificação atual é de US\$ 11 bilhões para áreas irrigadas e US\$ 8 bilhões para áreas não irrigadas (BEEKMAN, 2011, p. 46).

Pernambuco os mais atingidos. No Rio Grande do Norte, 40% do território já são atingidos por processos de desertificação, em níveis variados; Pernambuco e Bahia, 25%, sendo que na Bahia, 9,3% já são considerados críticos¹⁵⁹. Somando-se as áreas brasileiras atingidas a outras pelo mundo afora, já totalizam 40% da superfície do planeta, onde vivem 2 bilhões de habitantes (BEEKMAN, 2011), inseridas em processos de desertificação, sendo que a maior parte está situada nas regiões mais pobres, a exemplo dos países africanos (ONU, 1994).

Os principais fatores que contribuem para a desertificação são (NIMER, 1988):

- a) Mudanças climáticas, com aumento da temperatura média;
- b) Derrubada da cobertura vegetal;
- c) As queimadas, que além de favorecer a redução da cobertura vegetal e da fauna, contribui para emissão de CO² para a atmosfera;
- d) A redução da fauna silvestre interfere diretamente na distribuição de sementes de plantas nativas, impedindo a sua reprodução;
- e) Uso inadequado do solo através de sistemas impróprios de agricultura e pecuária;
- f) Redução/destruição dos estoques de frutas e sementes, impedindo a germinação de plantas nativas;
- g) Uso inadequado dos recursos hídricos;
- h) Degradação ambiental, com a poluição do solo e do subsolo através da destinação de resíduos sólidos e líquidos;
- i) Uso de agrotóxicos e pesticidas que destroem os agentes polinizantes;
- j) Irrigação inadequada.

A figura apresentada a seguir retrata uma paisagem que lembra os desertos tradicionais, com solos arenosos expostos e pouca vegetação, a exemplo do Saara (África), do Atacama (Chile) dentre outros. O processo de desertificação¹⁶⁰ em curso no semiárido brasileiro, entretanto, não segue este padrão, pelo menos por enquanto; o empobrecimento dos solos os torna improdutivos, pela baixa fertilidade, mas permite uma vegetação arbustiva de pouca exigência em relação aos nutrientes.

¹⁵⁹ Embora se registrem processos de desertificação em todas as regiões do Estado, entre os municípios mais atingidos são: Remanso, Casa Nova, Pilão Arcado, Jeremoabo, Paulo Afonso, Euclides da Cunha, Barra, Juazeiro, Curaçá, Chorrochó e região do Raso da Catarina (UNIVERSIDADE FEDERAL DE VIÇOSA, 2010).

¹⁶⁰ A Convenção das Nações Unidas para Combate à Desertificação e Mitigação dos Efeitos da Seca (CCD) considera a desertificação como "[...] a degradação da terra nas regiões áridas, semi-áridas e sub-úmidas secas, resultante de vários fatores, entre eles as variações climáticas e atividades humanas. A degradação da terra compreende a degradação dos solos, dos recursos hídricos, da vegetação e redução da qualidade de vida das populações." (BRASIL, 2005a, p. 25).

Entre as práticas inadequadas estão os projetos de irrigação, inclusive com recursos públicos, implantados com tecnologias de padrão internacional, sem considerar o ecossistema do semiárido, podendo comprometer o processo produtivo futuro já que põem em risco a capacidade produtiva dos solos. No semiárido, cuidados específicos devem ser observados, adequando a tecnologia empregada às suas características edafoclimáticas e ao ecossistema local. Além de atender às necessidades econômicas e sociais, a irrigação, para tornar-se sustentável, precisa também atender às necessidades ambientais; os modelos adotados nas bacias de irrigação “promovem a destruição do solo pela erosão, o esgotamento e a salinização” (SILVA, 2008, p. 111), o que é agravado pelo uso indiscriminado de agrotóxicos. Os herbicidas contribuem para desnudar o solo, privando-o da sua fonte de matéria orgânica. Para evitar toda degradação, com a salinização e empobrecimento do solo, o princípio básico para todo projeto de irrigação no semiárido seria aquele que mantivesse o solo sempre coberto pela vegetação e restos culturais, sem o uso de elementos químicos agressivos (DUQUE, 2001).

O processo de desertificação no semiárido brasileiro, como posto, não é novo, acentuando-se a partir da *revolução verde* da década de 1970, quando as técnicas de produção (uso intensivo de agrotóxicos, devastação da flora e da fauna, monoculturas, projetos de irrigação predatórios etc.) deixaram de lado todos os requisitos preservacionistas, tendo-se a maximização dos lucros como meta exclusiva (PORTAL SÃO FRANCISCO, 2011). Hoje é visto com muita preocupação pelos especialistas, ambientalistas e movimentos sociais, que vêm nele uma grande ameaça aos sistemas produtivos, considerado assim como dos mais graves problemas nacionais e sem controle à vista, com aumento da área atingida em 89% no período de 2003 a 2007, cuja continuidade pode transformar as áreas semiáridas em áridas e as subúmidas secas em semiáridas, segundo prognóstico do Programa de Combate à Desertificação do Ministério do Meio Ambiente (2008). No Nordeste, as áreas suscetíveis à desertificação já atingem 1.480 municípios, consequência de uma relação conflituosa entre os humanos e a natureza, resultado do modo de produção ganancioso que retira da natureza recursos que superam sua capacidade de reposição. Essa ação predatória é decorrente das necessidades de consumo cada vez maiores motivadas pela busca incessante de acumulação de capital.

O desmatamento é apontado como o passo decisivo para iniciar o processo de desertificação¹⁶¹ por ser um fator essencial de proteção. Um sistema de monitoramento

¹⁶¹ Embora insuficientes, alguns esforços têm sido realizados pelo governo. Em 17 de junho de 2011, o Ministério do Meio Ambiente promoveu um evento comemorativo ao Dia Mundial de Combate à Desertificação, quando

sensorial implantado pelo Ministério do Meio Ambiente indica que entre 2002 e 2008, 45,4% do bioma já haviam sido desmatados, registrando um crescimento médio de 0,28% ao ano; já no período de 2008 e 2009 o desmatamento atingiu 45,6%.

Na Bahia, entre as situações mais críticas, destaca-se a área conhecida como deserto de Surubabel, com cerca de 400 ha localizados à beira da barragem de Itaparica, no município de Rodelas, que sofreu um acentuado processo de desmatamento durante e após a construção da barragem, na década de 1980. Àquela época, dois fatores contribuíram para o uso excessivo da pecuária e extração de madeira e lenha: a valorização das terras, com a chegada do *progresso*, atraindo novos pecuaristas que intensificaram o criatório extensivo de bovinos e a presença de grande número de pessoas que foram atraídas pelas oportunidades de emprego geradas na construção da barragem. Hoje, grandes dunas se formaram com mais de cinco metros de altura, fugindo inclusive das características mais comuns da desertificação no semiárido que mantém espécies de plantas arbustivas cobrindo a maior parte dos solos. Mas a área do deserto de Surubabel não é única: “como esta, existem diversas outras áreas na região em processo de desertificação” (PAIVA et al, 2007, p. 23), situação que parece não receber a devida atenção dos órgãos responsáveis.

No município de Feira de Santana, situado na fronteira com o Recôncavo Baiano, o Sindicato de Trabalhadores Rurais vem, já há alguns anos, denunciando que a produtividade da mandioca, milho e feijão caiu, nos últimos anos, em cerca de 50%, atribuindo à perda de fertilidade dos solos e reivindicando, sem sucesso, de instituições como a Universidade Estadual de Feira de Santana (UEFS) e Empresa Baiana de Desenvolvimento Agropecuário (EBDA), estudos sobre o fenômeno.

foi lançado o livro “FNMA 21 anos fomentando a vida” e anunciadas algumas que podem contribuir para reduzir o ritmo do processo de desertificação.

Figura 1 - Dunas no deserto de Surubabel em Rodelas (BA)



Fonte: Foto Quitino R. Araujo (2005).

Nota: Dunas com mais de cinco metros de altura no deserto de Surubabel em Rodelas (Bahia).

O processo de desertificação é uma ameaça concreta aos sistemas produtivos, especialmente ao sistema semimercantil que se sustenta com a prática da agricultura familiar e a pecuária de pequenos animais (ovinos e caprinos). Na medida em que se devasta a caatinga (um dos pilares de sustentação da caprinovinocultura e da própria pecuária bovina em períodos de estiagem prolongada) e os solos se tornam imprestáveis, não resta outra alternativa senão a emigração das populações para outras regiões, cujas consequências são:

- a) Aumento dos *bolsões de pobreza* com a migração das populações em busca da sobrevivência;
- b) Maior *favelização* das cidades, aumentando a pressão sobre os serviços públicos de infraestrutura, de saúde, de educação etc., e as correspondentes tensões sociais;
- c) Impactos econômicos, exigindo maiores dispêndios públicos;
- d) O surgimento dos *refugiados ambientais*, com o deslocamento forçado de contingentes populacionais devido ao desequilíbrio entre a oferta de serviços ambientais e as demandas da sociedade (BEEKMAN, 2011).

O emprego de tecnologias apropriadas poderia responder às necessidades, revertendo os processos de desertificação em curso. Entretanto, as tecnologias, têm seus limites, diante dos infinitos interesses acumulativos do capital; definir e implementar políticas de *consumo responsável* ou de preservação dos recursos naturais não renováveis interfere, diretamente, nos índices de lucratividade empresarial, o que contraria frontalmente a lógica capitalista. Assim, mesmo disponíveis, as sociedades humanas ficam impossibilitadas de utilizar os recursos tecnológicos para se adaptarem ao complexo sistema do meio ambiente sem destruí-lo (BELLEN, 2006). Para Hawken (2004),

A tecnologia encarregar-se-ia de reverter os efeitos da degradação antrópica dos processos de produção, distribuição e consumo de mercadorias, e de fazer desaparecer a escassez de recursos através do manejo indiferenciado de matéria e energia. A ecologia converter-se-ia num instrumento para ampliar os limites do crescimento: o sistema ecológico funcionaria como tecnologia de reciclagem; a biotecnologia inscreveria os processos da vida do campo da produção. (HAWKEN, 2004, p. 2).

A lógica da acumulação capitalista induz as sociedades a padrões de consumo que vão muito além do atendimento às suas necessidades, motivando o consumo supérfluo e o desperdício, já que o objetivo é a maximização dos lucros, o que gera duas consequências imediatas e ameaçadoras: o aumento da demanda por matérias primas e, por conseguinte, maior exploração e desgaste das fontes naturais, e a geração de resíduos sólidos e líquidos em quantidade muito superior à capacidade de absorção pela natureza, comprometendo, portanto, a sustentabilidade do planeta.

Como reconhece Guimarães (2007), o novo paradigma da sustentabilidade inclui a preservação dos recursos naturais; a preservação dos valores, práticas e símbolos que definem as identidades regional e nacional; o aprofundamento da democracia com o acesso à participação de todos nas formas de decisão; e a redução da pobreza e das desigualdades sociais e que promova a justiça e a equidade. Tudo isso, entretanto, implica em políticas de redistribuição de riquezas, o que se contrapõe com o processo mundial de acumulação de capital cada vez mais concentrador. Estudo recente de pesquisadores da Universidade de Zurich, que analisou 43.060 grandes corporações, concluiu que 147 corporações transnacionais controlam 40% da riqueza mundial (VITALI; GLATTFELDER; BATISTON, 2011).

A sociedade sertaneja, assim, tem a opção de encontrar-se com si mesma e enfrentar a questão socioambiental, criando os meios necessários e indispensáveis à sustentabilidade dos sistemas produtivos e do processo de desenvolvimento, ou continuar alimentando a lógica do capital e aprofundando as condições de *insustentabilidade* econômica, social e ambiental; é como se todos fizessem de conta que a ameaça não existe: “a casa está pegando fogo e viramos nossos olhares para o lado.” (VIVERET, 2006, p. 12).

5.4 SEMIÁRIDO BAIANO: PALCO DE POBREZA E RIQUEZA

A região hoje correspondente ao Nordeste liderou toda economia nacional por mais de três séculos. Vultosos volumes de dinheiro e de minerais preciosos emigravam, pelas vias

legais ou clandestinas, para alimentar e sustentar parte do governo e grandes comerciantes portugueses, ingleses, holandeses etc. Somente a partir de final do século XIX é que a economia nordestina começa a ceder espaço para o Centro-Sul, intensificando-se especialmente com as políticas governamentais implementadas com a ascensão da *burguesia nacional* ao poder, com a proclamação da República.

A transferência das riquezas geradas ultrapassava a casa dos 90%, segundo estimativas de pesquisadores (FURTADO, 1977a), resultado de um processo colonialista num primeiro momento e de um sistema capitalista dependente, posteriormente, o que deixou um passivo que poderia ser resumido em três situações: uma massa de trabalhadores expropriada e explorada, em condições sub-humanas, sem direitos, desqualificados, vulneráveis a qualquer situação adversa, a exemplo das secas; a ausência de uma estrutura física e logística – equipamentos de primeira necessidade nas cidades, meios de transporte etc. – que desse suporte a um processo de crescimento econômico endógeno; o descaso para com a educação e a pesquisa, tirando a oportunidade de construir as bases para um futuro processo de desenvolvimento do país. Tudo isso pode ser feito na Europa, com as remessas cotidianas de dinheiro brasileiro.

Mas a área correspondente ao Nordeste, incluindo-se o semiárido, sempre fora apresentado como região problemática. Construiu-se todo um ideário, especialmente a partir dos períodos cíclicos de seca, difundido durante séculos pelos meios de comunicação e pelos instrumentos ideológicos a máxima de que por aqui só havia problemas: não chovia, não tinha água, não tinha recursos naturais, não podia desenvolver a produção. Era o lugar de gente atrasada, condenada à ignorância, à pobreza, à morte prematura.

Esse *esforço* em qualificar o Nordeste e o semiárido como *submundos*, tinha muitos propósitos não declarados, podendo-se citar alguns: a manutenção de uma estrutura produtiva latifundista, visto que em condições *tão adversas* não despertaria grandes interesses naquelas terras – afinal, não é *aconselhável* fazer reforma agrária em terras de má qualidade e em condições climáticas impróprias; a garantia de mão de obra desqualificada e barata, própria para as atividades agropecuárias tradicionais; a preservação das condições agroexportadoras, mantendo a região na condição de fornecedora de produtos primários – *commodities* – para alimentar o capital sediado no Centro-Sul e internacional; a sustentação de justificativas para a criação de órgãos públicos de assistência aos *nordestinos*, controlados pelas forças políticas locais, indispensáveis para a conservação da estrutura de poder vigente; a continuidade dos

instrumentos de transferência de recursos públicos para particulares, nas mais diferentes circunstâncias, para alimentar o capital *subperiférico* local.

Para o conjunto da atual região Nordeste a situação é alarmante: na Região Sudeste estão 42,3% da população brasileira e sua participação no Produto Interno Bruto¹⁶² - PIB nacional é de 56,5% (IBGE, 2008); no Nordeste estão 28,0% da população e sua participação no PIB¹⁶³ nacional é de 13,1% (a relação PIB/População é menos da metade da encontrada na Região Sudeste). A região congrega, também, os piores indicadores educacionais: em 2007, a taxa de analfabetismo da população de 15 anos e mais, para as áreas rural e urbana, foram as seguintes, respectivamente: Brasil - 23,3% e 7,6%; Nordeste - 33,8% e 14,8%; Região Sul - 8,9% e 6,9% (VERDÉRIO, 2011, p. 78). Observe-se que o Nordeste possui 45% a mais dos analfabetos rurais do país e o dobro dos urbanos; possui quase três vezes o número de analfabetos rurais em relação à Região Sul e mais do dobro dos urbanos. No semiárido, a situação é ainda mais crítica: segundo a ASA (2013), 58% dos pobres do país estão na região semiárida que é habitada por 22% da população do país; 82% dos municípios da região semiárida tem o Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) considerado baixo ou médio-baixo (até 0,65).

A desigualdade se reproduz também internamente: do total do Produto Interno Bruto (PIB) do Estado da Bahia (IBGE, 2010), correspondente a R\$ 154,3 bilhões, 49% estão concentrados apenas na Região Metropolitana de Salvador (RMS), constituída por 13 municípios, enquanto os 266 municípios que integram o semiárido participam apenas com 28% (IBG, 2013); considerando os seis municípios da RMS de maior PIB¹⁶⁴, que em 2010 somou R\$ 51,1 bilhões, o valor do PIB da região semiárida, com seus 266 municípios, corresponde a apenas 62%. Para os municípios mais pobres, a participação no PIB estadual é insignificante: um conjunto de 53 municípios participa com apenas 1,0% do PIB estadual (BAHIA, 2012) (SEI, 2013). Há, ainda, outras diferenciações internas: se excluirmos os quatro municípios de maior PIB da região semiárida¹⁶⁵ o PIB dos outros 262 municípios corresponde apenas a 19% do PIB estadual; já o PIB per capita dos municípios da região semiárida é de R\$ 4,9 mil, pouco mais de 50% do PIB per capita do Estado da Bahia (R\$ 9,1 mil) e somente 22,5% do PIB *per capita* dos municípios da Região Metropolitana de Salvador.

¹⁶² Observe-se que a relação PIB/população é de 1,3.

¹⁶³ Observe-se que a relação PIB/população é 0,47.

¹⁶⁴ Salvador, Camaçari, Lauro de Freitas, Candeias, Simões Filho e São Francisco do Conde.

¹⁶⁵ Feira de Santana, Jequié, Paulo Afonso e Vitória da Conquista (Anexo A).

Das 226 cidades brasileiras cuja população vive em condições consideradas satisfatórias (índices de IDH situados entre 0,8 a 1,0), apenas 34 estão no Nordeste. A Bahia ocupa a pior posição, segundo estudos da Federação das Indústrias do Estado do Rio de Janeiro: 186 municípios baianos integram a lista dos 500 municípios brasileiros com os piores indicadores sociais do Brasil, 90% deles situados na região semiárida¹⁶⁶.

Todos sabem que a região Nordeste exhibe os piores indicadores econômicos e sociais do país, como demonstram vários estudos (entre eles, IBGE, 2000; IBGE, 2007; LEMOS 2008). A agricultura desempenha um papel bastante relevante para a região, quer como absorvedora de mão de obra ou como provedora de bens alimentares e de renda monetária. Segundo a Superintendência de Estudos Econômicos e Sociais da Bahia (SEI), órgão da Secretaria de Planejamento, no mês de fevereiro de 2009, o interior do Estado, liderado pelo setor agropecuário, gerou mais empregos do que a Região Metropolitana de Salvador, com 1.641 vagas contra 1.219 (SEI, 2013); entretanto, por ser considerada uma região *atrasada*, demonstra pouca capacidade de atração a empreendimentos dos setores de transformação e de serviços, exatamente pelo reduzido poder de compra da grande maioria da população.

Os resultados não poderiam ser diferentes daqueles já conhecidos: é na região semiárida que se concentram os mais baixos índices de desenvolvimento humano do país, traduzidos nas elevadas taxas de mortalidade infantil, de desnutrição, de analfabetismo, de falta de oportunidades para os jovens, de ausência de saneamento básico, de trabalho infantil, de baixa renda familiar etc., o que pode ser resumido em duas palavras: exclusão social. Como reconhece o professor Lemos (2012), os municípios inseridos na região semiárida enfrentam as maiores dificuldades associadas à produção agropecuária e à promoção do desenvolvimento, convivendo com os maiores índices de pobreza.

Essa realidade é fruto da forma extorsiva de exploração econômica, desde o período colonial, tornando ainda mais intensa com o advento e desenvolvimento do modo de produção capitalista na qual a penetração do capital não teve outro propósito senão extrair o máximo que a natureza e as condições de produção poderiam oferecer. Ao lado disso, foi necessária uma ação político-ideológica que criasse e mantivesse as condições necessárias, atribuindo-se à natureza (e não raras vezes a Deus) a responsabilidade pelas condições de pobreza estabelecidas. Para ilustrar esse raciocínio, pontuam-se a seguir, alguns elementos que

¹⁶⁶ "O Estado da Bahia, apesar de ser o 6º estado mais rico do Brasil, está entre os últimos em indicadores de desenvolvimento social. A Bahia apresenta indicadores sociais inferiores à média nacional: taxa de analfabetismo de 17% e analfabetismo funcional de 37%, mortalidade infantil de 35,6 por mil, índice de pobreza acima de 30% (para várias linhas de pobreza absoluta utilizada), índice de Gini de 0,527 e expectativa de vida de 71,4 anos". (PITOMBO, 2010).

demonstram o potencial econômico do semiárido e que contradizem o discurso das elites, por longos anos, sobre a *região problema*.

a) Água

À ausência de chuvas regulares e à falta de água atribui-se a causa principal do estado de subdesenvolvimento, atraso e pobreza da região. Ao contrário de muitas regiões semiáridas do mundo, no semiárido brasileiro chega a chover bem em algumas localidades, apesar da irregularidade das chuvas. Os índices pluviométricos, para a maior parte do semiárido nordestino situam-se entre 600 a 800 mm, chegando a 400 mm em algumas localidades isoladas e a 1.700 mm noutras. Então, é preciso desconstruir toda falácia de que a falta de chuvas se constitui na causa de todos os males da região. É verdade que as chuvas são irregulares, concentrando-se em 2-3 meses por ano, o que se constitui num forte fator limitante para as atividades agropecuárias, o que poderia ser amenizado com investimentos para captação, armazenamento e distribuição das águas pluviais, inclusive com sistemas de irrigação utilizando tecnologias apropriadas. A média anual das precipitações, ao longo de cem anos, corresponde a 600 bilhões de metros cúbicos de água, volume quase seis vezes superior à descarga anual do rio São Francisco (RIBEIRO, 2007, p. 16).

Por outro lado, o semiárido nordestino possui a maior concentração de açudes do mundo, com cerca de 70 mil açudes públicos e um volume armazenado estimado superior a 50 bilhões de metros cúbicos, além de uma reserva subterrânea¹⁶⁷ que possibilita extrair com segurança 27 bilhões de metros cúbicos por ano, segundo a Associação Brasileira de Águas Subterrâneas, o que permitira abastecer todos os nordestinos e irrigar milhares de hectares de terra:

[...] o semiárido nordestino tem, no seu subsolo, um gigantesco manancial de água potável, com a maioria localizada nos estados do Nordeste Setentrional, um volume de água acumulado praticamente intocado, equivalente a 35% a mais do que todo volume de água que o rio São Francisco despeja todo ano no Oceano Atlântico. (ALVES FILHO, 2008, p. 34).

Há ainda, no semiárido, um verdadeiro tesouro completamente desconhecido, e talvez por isso, está sendo destruído pela própria intervenção humana. Trata-se das nascentes (*minações*) espalhadas por toda região, que desaparecem com o processo de devastação da

¹⁶⁷ É considerada a maior reserva subterrânea propriamente brasileira, considerando que a majestosa reserva Guarani (um dos três maiores do mundo) tem somente 60% das águas em território brasileiro, abrangendo oito Estados das regiões Sul e Sudeste e outros quatro países.

vegetação nativa. Supostamente, muitos dos pequenos açudes construídos a partir de 1950 foram escavados em locais estratégicos onde existiam esses *olhos d'água*, fato absolutamente desconhecido pelas populações locais e pelos pesquisadores. Dois fatos recentes chamam a atenção para essa riqueza que precisa ser pesquisada, conhecida e preservada: a seca que assola a região desde 2011 provocou a secagem de todas as *pequenas aguadas*; em finais de 2012, no Município de Retirolândia, povoado de Lagoa, o governo municipal promoveu a primeira limpeza do açude em 30 anos; depois de retirar toneladas de entulhos e lama, a surpresa: a água começou a brotar naturalmente, passando a abastecer muitos carros-pipa que atuam no atendimento de comunidades próximas; ali havia uma nascente que se encontrava hibernada. O mesmo ocorreu na comunidade de Ouricuri, Município de Valente (março, 2013): após a limpeza realizada pela prefeitura municipal, a nascente que estava hibernada entrou em atividade e passou a abastecer toda a população local.

O semiárido conta, também, com a presença de importantes rios como o São Francisco, Parnaíba, Jaguaribe, Capiparibe, Piracha-Açu, Una (os principais), e dos rios Cocó, Longá, Maranguapinho, Marataoã, Mearim, Poti, Salgado, Paraguaçu, além de dezenas de outros de menor importância. As descargas dos rios nordestinos representam algo da ordem de 58 bilhões de m³/ano, o que significa dizer que a extração de apenas 1/3 dessas reservas representaria potenciais suficientes para abastecer toda a população nordestina atual, com a taxa de 200/litros/habitante/dia, preconizada pela Organização Mundial de Saúde, e irrigar mais de 2 milhões de hectares com uma taxa de 7.000 m³/ha/ano (FUNDAJ, 2012).

Mesmo sem considerar esse potencial, o já disponível seria suficiente para corrigir a escassez, se houvessem mecanismos de distribuição. Segundo a pesquisadora Luiza Teixeira Brito (2007), a Organização das Nações Unidas (ONU) considera a existência de escassez de água somente quando a disponibilidade mínima chega a 1.000 m³ de água por pessoa, por ano. No Nordeste, a menor disponibilidade está em Pernambuco, com 1.270 m³/pessoa/ano, chegando a 9.185m³ no Piauí.

O problema em relação à água se resume a dois fatores: ausência de um programa permanente de captação e armazenamento, que possa atender às necessidades de cada Estado, com os devidos mecanismos de distribuição para uso doméstico e para produção; e a *privatização* da água, considerando que grande parte dos açudes, barragens, poços artesianos etc. construídos pelo DNOCS e outros órgãos públicos estão localizados em propriedades particulares, onde o acesso da população é restrito ou vetado.

A disponibilidade de água, apenas, garante a sobrevivência das pessoas, mas não melhora a vida de ninguém. São muitos os exemplos de grandes volumes de água armazenados rodeados de pobreza e miséria. Apenas como ilustração – já que os exemplos seriam às centenas - veja-se o Açude de Cocorobó, encravado no coração do semiárido baiano, que começou a ser construído em finais da década de 1950 e inaugurado em 1967, cobrindo uma área de 2.395 ha., inclusive a Velha Canudos e parte da sua memória, com 245,4 milhões de m³ de água, cuja finalidade seria a irrigação das terras à jusante, a piscicultura, aproveitamento das terras à montante, abastecimento de água da vila Nova Canudos, além de controle das cheias (BAHIA, 1996) numa região que chove muito pouco. Em nada aquele *mar de água doce* ajudou a melhorar a situação econômica da população local que continua na mesma situação de antes, exceto um pequeno grupo de privilegiados que obteve benesses do Estado para projetos de irrigação. O problema central, portanto, reside no controle político da água que exerce uma função preponderante na manutenção do poder do Estado, entendido pela manifestação dos órgãos que estão no topo da hierarquia aos pequenos postos que estão na ponta da estrutura governamental.

b) Solos

Os solos, em sua maioria arenoargilosos, de substrato cristalino, são pobres em material orgânico (MO) e não permitem o desenvolvimento da agropecuária; esse foi o discurso histórico, o que é desmentido pelos fatos. Em primeiro lugar, há territórios de solos realmente muito pobres, de baixa fertilidade, mas há também muitos locais onde se encontram solos da melhor qualidade para as atividades agropecuárias: 16 milhões de hectares (20% da região Nordeste) são considerados de bom potencial agrícola; 43 milhões de hectares (44%) apresentam limitações e 35 milhões de hectares (36%) com fortes restrições ao uso agrícola (SILVA, 2008); em segundo lugar, há inúmeras fazendas na região semiárida que, utilizando de recursos tecnológicos, possibilitam um nível de lucratividade correspondente a regiões mais chuvosas do país, conforme depoimento de um pecuarista da região: “eu só crio guzerá, acho a raça ideal para região seca; não tenho de que reclamar, meus ganhos estão no mesmo patamar de quem tem fazendas no sul e cria raças melhoradas.” (informação verbal)¹⁶⁸. Levando-se em conta a extensão territorial do semiárido nordestino e a área com bons potenciais e com potenciais limitados que podem ser corrigidos e transformados em

¹⁶⁸ BC, médico em Feira de Santana e proprietário de terras no município de Mairi. Em 05/09/2011.

ambientes apropriados para a agricultura, com o uso de tecnologias de correção do solo, chega-se a uma área de aproximadamente 544.000 km², correspondente à área da França, 2,2 vezes o Estado de São Paulo e 6 vezes maior do que o território de Portugal. Além disso, os solos têm sua importância relativizada com o emprego de novas tecnologias que permitem aumentar a produção e a produtividade em áreas reduzidas.

Por outro lado, deve-se considerar que há tecnologias disponíveis para transformar solos considerados pobres em nutrientes para as atividades agrícolas em solos férteis. Há muitos exemplos no mundo: os casos da Holanda e de Portugal são ilustrativos; a Holanda, por ser um país baixo, com mais da metade do seu território situada numa altitude de apenas um metro em relação ao nível do mar, vivia constantemente inundado, inclusive pela *invasão* de águas marítimas, o que levou, ainda no século XIX, à construção dos conhecidos moinhos de vento que tinham a função de bombear a água e devolver ao mar; além disso, o país estava sempre vulnerável às marés altas que penetravam território adentro, destruindo plantações e dizimando animais. Muitas iniciativas governamentais foram implementadas para solucionar o problema, entretanto, o mais ilustrativo foi o superdique construído na Província de Zeeland, em 1958, depois da última grande invasão das águas cinco anos antes que causou a morte de milhares de pessoas e devastou parte do território. Além de evitar definitivamente o avanço das águas sobre o território, o governo decidiu *invadir* o mar com a construção do dique, retomando grande parcela de terra antes submersa, que foi completamente recuperada para as atividades agropecuárias, com a utilização de tecnologias adequadas, e hoje não diferem, em qualidade, do conjunto do território holandês. Há, também, o caso da região do Porto, em Portugal. Por serem de qualidade inferior, os solos produziam uvas de segunda categoria que, por sua vez, resultavam em vinhos de má qualidade. Os solos foram completamente recuperados, mediante intervenções tecnológicas, transformando-os nos melhores para o cultivo de uva para a produção de vinho.

As limitações na fertilidade dos solos poderiam ser equacionadas com o uso de tecnologias apropriadas que viessem reverter situações consideradas negativas (baixa produtividade, processos de desertificação etc.) em oportunidades de produção, como reconhece Hawaken (2004). O que se observa, no entanto, é um processo gradativo de empobrecimento dos solos, com as técnicas inadequadas de cultivo, extraíndo deles muito além da sua capacidade de reposição.

c) Mineração

O semiárido baiano é rico em vários tipos de minerais, muitos deles sendo explorados desde as primeiras décadas do século XIX, a exemplo de topázio e ametista, em Caetité. Dos 22 (vinte e dois) *complexos minerais*¹⁶⁹ em exploração no Estado da Bahia, 17 estão no semiárido¹⁷⁰, com cerca de 320 empresas instaladas em mais de 100 municípios, cuja produção anual rende muitos bilhões de reais, com a comercialização dos valiosos produtos¹⁷¹: “o valor da produção anual desses minérios é uma verdadeira fábula, com certeza alguns bilhões de reais” (informação verbal)¹⁷². Excluindo-se o petróleo e gás, cujas maiores reservas situam-se na região próxima à faixa litorânea, a Bahia ocupa o terceiro lugar no setor mineral brasileiro, com a extração de 35 substâncias minerais e a geração de 19 mil empregos diretos. O Estado é o primeiro produtor de cobre (74 mil t/ano); cromita (407,5 t/ano); magnesita (332,4 t/ano) e urânio¹⁷³ (270 t/ano), além de 2,7 t/ano de ouro (3º produtor nacional) e 120 mil m³ de rochas ornamentais (ECONOMIA..., 2012). Até a década de 1980, foi o maior produtor nacional de chumbo, com a mina de Boquira, cuja atividade foi encerrada em 1992 por exaustão do minério e também respondia, à época, por quase toda esmeralda produzida no país (BRASIL, 2009, p. 25 e 27). Dos minérios disponíveis, 6,0% são metálicos¹⁷⁴, 14,3% não metálicos¹⁷⁵, 11,0% são gemas e diamantes e 34,5% energéticos (PINTO, [198--], s/d, p. 14). Essa riqueza natural poderia, se posta a serviço da coletividade, constituir-se num poderoso instrumento de promoção do desenvolvimento local:

¹⁶⁹ São eles: Ferro de Campo Largo, Ouro e Metais-Base do rio Salitre, Ouro de Jurema Leste, Ouro Itapicuru Norte, Ouro e Metais-Base do Complexo Barreiro, Ouro e Metais do Complexo Sobradinho, Cianeto de Anagê, Esmeralda de Carnaíba, Ouro e Metais-Base do Vale do Paramirim, Níquel e Minério de Ferro da Região de Brumado, Calcário São Desidério, Calcário Calcítico da Região de Jacobina, Rochas Ornamentais, Zinco de Mundo Novo, Ferro Norte, Ferro de Machato Portela, Níquel de Ponto Novo, todos no semiárido. (A TARDE, 2011, p. 2).

¹⁷⁰ Dois novos complexos minerais serão implantados no semiárido baiano: um, em início de atividade, de exploração de diamantes, está sendo considerada como a maior reserva da América Latina, no município de Nordestina, tendo como âncora a multinacional de capital chinês, canadense e holandês, Lipan Mineração; outro, capitaneado pela mineradora *baiana* WMR, que acaba de anunciar a descoberta, será voltado para a exploração de neodímio, um dos metais denominados *terras raras*, utilizado na fabricação de equipamentos de alta tecnologia como smartphones, computadores, baterias para carros híbridos etc. cujo mercado atual é dominado pela China (BAHIA NOTÍCIAS, 2012).

¹⁷¹ Barita, Diatomito, Pedras Preciosas, Rochas Calcárias, Cromita, Cobre, Gipsita, Betonita, Talco, Pedras Preciosas, Fósforo, Rochas Ornamentais, Argila, Grafita, Salgema, Níquel, Ouro, Magnesita, Ferro, Venádio, Urânio (ATARDE, 2011, p. 2).

¹⁷² HMC, engenheiro mineral da CBPM, em 07/03/2012 (iniciais fictícias por solicitação).

¹⁷³ O Brasil ocupa o 6º lugar em reservas minerais de urânio no mundo, sendo que a Bahia, embora possua a segunda maior jazida, é a única em operação, no município de Lagoa Real, sob a responsabilidade da Industrias Nucleares do Brasil (INB).

¹⁷⁴ Os minerais metálicos são: berilo, chumbo, cobre, cromo, manganês, monazita, nóbio, ouro, prata titânio, vanádio, zinco, zircônio, estanho, lítio, ferro, níquel e tungstênio.

¹⁷⁵ O minerais não metálicos são: amianto, barita, argila, betonita, calcário, cauline, diamante, diatomita, dolomita, fosfato, fluorita, gipsita, grafita, granito, magnesita, mármore, mica, potássio, sal-gema, vermiculita.

Acredito que a mineração... é uma força das mais férteis alternativas viáveis para o Nordeste, pela sua força econômica de direcionamento e germinação industrial, promotora de efeitos sociais e econômicos duradouros e de ampla capacidade de reter o homem dignamente à sua terra. (PINTO, [198--], p. 9).

Ocorre que toda essa riqueza, não renovável, não é disponibilizada para atender às necessidades da população do semiárido, mas, pelo contrário, é abocanhada pelo capital internacional ou nacional sediado quase sempre no Centro-Sul do país. Para o visitante de qualquer dessas áreas de extração mineral é fácil perceber que a infraestrutura dos municípios e a situação socioeconômica da população não diferem em nada das áreas desprovidas dos minérios. É que quase tudo é transferido para fortalecer a acumulação de capital, em grande parte, estrangeiro. Essa realidade foi facilmente testemunhada numa visita ao município de Teofilândia (informação verbal)¹⁷⁶: ali, a Vale do Rio Doce extraiu ouro por mais de duas décadas, o que não minorou em nada a situação de pobreza da população, com o agravante do passivo ambiental *impagável* que foi gerado, com enormes montanhas de rejeitos e grandes crateras nos solos que dificilmente serão absorvidos pela natureza. Na opinião de um agricultor familiar, cujas terras foram danificadas em troca de um pagamento ínfimo sobre a produção, "eles ficaram aqui por mais de oito anos, é verdade que davam uns bons trocados, dinheiro da feira, sabe?, mas foram embora e a terra não serve mais pra nada". O caso da mineração é, talvez, o fato mais evidente de que as precárias condições socioeconômicas da população do semiárido nada têm a ver com as questões naturais.

Pouco se sabe sobre condições reais de exploração econômica dos recursos minerais. Informações preciosas são guardadas a sete chaves pela Companhia de Pesquisa de Recursos Minerais (CPRM), entretanto, as facilidades criadas para o capital internacional desde a década de 1990 e as novas tecnologias desenvolvidas pelas grandes corporações internacionais têm motivado uma verdadeira *corrida ao ouro* no Estado da Bahia, que passou a assumir, em 2010, o primeiro lugar que havia perdido para Minas Gerais em 2007 em número de requerimentos de investidores¹⁷⁷.

Nessa *nova* fase da mineração baiana, destacam-se, também: a ampliação do processo de exploração da terceira maior mina de Magnesita do mundo, localizada em Brumado, com

¹⁷⁶ Visita realizada em 23/10/2011, quando foram contatadas lideranças comunitárias e públicas.

¹⁷⁷ Em sua edição de 31/06/2011, Caderno Econômico, o jornal A TARDE publicou: "[...] por ser um dos Estados mais bem conhecidos em termos de geologia e por possuir ambientes favoráveis à existência de minerais, principalmente metálicos, passou a ser alvo de empresas mineradoras e de especuladores, quando houve este aumento na procura por minerais em todo o mundo"

quatro empresas mineradoras, todas de capital estrangeiro (BAHIA, 2012)¹⁷⁸, cujo principal produto é o ferro, com uma produção anual estimada em 300 toneladas; e o início da operação (2010) da maior mina de cobre a céu aberto do mundo, a mina de Cobre Surubim, no município de Curaçá, às margens do rio São Francisco, o que permitiu uma produção de 29.371 toneladas de cobre, com um faturamento bruto de R\$ 441 milhões (A TARDE, 2011). Em Caetité, entra em operação o *projeto Pedra de Ferro*, orçado em R\$ 3 bilhões, da Bahia Mineração, pertencente ao grupo casaquistanês *Eurasian Natural Resources Corporation (ENRC)* que inclui investimentos em uma unidade de concentração de minério, em ferrovias e também em uma proposta de terminal portuário privado na região de Ilhéus¹⁷⁹.

A extração de minérios tem como foco o mercado externo, o que gera grandes prejuízos ao país, na medida em que se exportam matérias primas e importam-se os produtos acabados, com a agregação de valor fora das fronteiras nacionais: historicamente, a importação de aço situa-se numa média de 6% do consumo nacional, mas em 2009, chegou à casa dos 20%, com um volume, de janeiro a junho, de 2,2 milhões de toneladas (METÁLICA, 2012). Para o vice-presidente da Associação Brasileira de Indústrias de Máquinas e Equipamentos (ABIMAQ), José Veloso, esse crescimento das importações se deve à falta de competitividade: "Não são as indústrias nacionais que não têm competitividade, é o Brasil que não é competitivo" (METÁLICA, 2012). Setores da mídia impressa do país têm denunciado esse crescimento da dependência brasileira com a exportação de matérias primas e importação de produtos acabados, com consequências nas relações políticas estabelecidas (METÁLICA, 2012).

Não se sabe nem as quantidades nem o valor correspondente dos minerais extraídos anualmente da região. O que se sabe é que parte de toda riqueza é abocanhada pelo capital internacional, ficando, para o futuro, um grande passivo ambiental que terá seus reflexos na economia e na qualidade de vida das pessoas.

d) Potencial Energético

O potencial energético do semiárido é extraordinário: possui quatro importantes hidrelétricas (Paulo Afonso, Sobradinho, Três Marias e Xingó) e uma de pequeno porte (Pedra do Cavalo), responsáveis 90% da energia elétrica consumida no Nordeste, além da

¹⁷⁸ A edição do Diário Oficial do Estado, de 13/03/2012, trouxe como manchete principal: Mineradora Australiana vai investir R\$ 2,2 bi em Minério de Ferro na Bahia (BAHIA, 2012).

¹⁷⁹ Para se tornar a única proprietária da Bahia Mineração, a empresa precisou investir R\$ 1,5 bilhão na compra das ações pertencentes à indiana Zemin Ferrous. Informações do Estado de São Paulo (BAHIA NOTÍCIAS, 2010).

previsão de instalação da Usina do Riacho Seco, na fronteira da Bahia com Pernambuco, com capacidade instalada para 276 MW. Há, ainda, suas manchas de excelência de insolação e o potencial eólico para a produção de energia.

A posição de um país ou região, determinada por sua localização, em relação ao eixo imaginário em torno do qual a terra gira vai indicar a quantidade de radiação solar (ou energia total) que recebe. No caso brasileiro, quase 90% do território está entre os trópicos, gerando uma situação bastante privilegiada, com uma radiação solar global (luz e calor) diária média de $Mj/m^2.dia = 22$, índice considerado dos melhores do mundo, registrando-se 8 h. diárias de insolação em 20% do território nacional e 7 h. diárias em 70% do território. O Nordeste ocupa a melhor posição, especialmente parte dos territórios da Bahia, Piauí, Ceará, Rio Grande do Norte e de Pernambuco (ANEEL, 2012). Segundo Giampietro (2004, p. 210), "[...] o sol propicia o equivalente a 309 mil hidroelétricas semelhantes à Itaipu".

A conversão direta da energia solar em energia elétrica ocorre pelos efeitos da radiação (calor e luz) sobre determinados materiais semicondutores, destacando-se os efeitos termoelétrico e fotovoltaico. O primeiro caracteriza-se pelo surgimento de uma diferença de potencial, provocada pela junção de dois metais, em condições específicas. No segundo, os fótons contidos na luz solar são convertidos em energia elétrica, por meio do uso de células solares¹⁸⁰.

O consumo de energia, no Brasil, cresce a um ritmo duas vezes superior à oferta (GIAMPIETRO, 2004). Para o Nordeste, a capacidade de construção de hidrelétricas está esgotada, restando a opção de aproveitamento de outras fontes, a exemplo da energia solar que enfrenta ainda limitações tecnológicas que eleva os custos para a captação e transformação em energia elétrica, e o potencial eólico, ambos com vantagens ambientais, apesar das fortes restrições do setor energético convencional. Para sistemas de iluminação e utilização de objetos de pouca exigência, o sistema fotovoltaico¹⁸¹ requer, inclusive, menos investimentos do que o setor tradicional. Resta esperar que os governos atentem para essa riqueza em potencial e implementem políticas públicas para a utilização da energia solar, considerando

¹⁸⁰ Recentemente a Agência Nacional de Energia Elétrica regulamentou a compra de energia elétrica pelas empresas concessionárias do setor, dispensando, no caso da energia solar, o armazenamento em baterias.

¹⁸¹ Em 1897, 30% das casas de Pasadena, estavam equipadas com placas solares, usadas também no Arizona, Florida e em muitos outros lugares dos Estados Unidos. Por volta de 1920, com a descoberta de depósitos subterrâneos de gás natural e petróleo, os sistemas solares foram substituídos por combustíveis fósseis. Mas a escassez do petróleo e os apelos pela busca de fontes limpas de energia estão motivando muitas regiões do mundo a utilizarem energia solar em condições são muito inferiores às do Nordeste.

também que, como lembra Ribeiro (2007, p. 15) “[...] podemos dizer, portanto, que a energia que sustenta a civilização do petróleo equivale à obtida em um dia de energia solar”.

Já existem experiências consideradas bem sucedidas de utilização da energia solar em aquecedores domésticos de água, bombeamento de água, iluminação pública, irrigação e piscicultura (BRASIL, 2003b), sob a responsabilidade do Programa de Desenvolvimento Energético de Estados e Municípios (PRODEEM), que, no entanto, não avançam no sentido de aproveitar melhor o potencial existente, certamente, também, pela pressão do setor energético convencional controlado pelo capital internacional.

O Estado da Bahia ocupa uma posição privilegiada também quanto ao regime dos ventos; embora esteja em quinto lugar, no cenário nacional, é considerado o primeiro, no Nordeste, por ocupar a porção mais meridional da região, com parte considerável do seu território em áreas com altitude superior a 1.000 m. onde ocorrem diversas manchas localizadas de savanas, com área aproveitável para captação da energia eólica em 7.231 km². Segundo o Atlas do Potencial Eólico da Bahia (COELBA. ANEEL, 2012), existem 23 *manchas de vento* no Estado com potenciais para agregar grandes complexos para a produção de energia eólica¹⁸², sendo que 9 estão na costa e 14 distribuídas no semiárido¹⁸³. Nessas localidades, a velocidade média dos ventos é de 7m/s, o que permite uma produção de até 31,9 TWh/ano, o que corresponde a 60% da produção hidrelétrica da região Nordeste, que é da ordem de 53 TWh/ano (COELBA, 2012, p. 33). Leve-se em conta, também, que a produção de energia pelas hidrelétricas instaladas precisou de 5.800 km² de área alagável, enquanto que no caso eólico a área pode continuar sendo aproveitada em atividades agropecuárias em quase sua totalidade.

A China passa a ocupar o primeiro lugar no mundo em consumo de energia, superando os Estados Unidos em 4%, e lidera, também, a geração de energia limpa (NAIM, 2013)¹⁸⁴, com destaque para a energia solar e eólica, embora bem posicionada também na produção de energia nuclear. O Brasil, com destaque para a região Nordeste, situa-se entre os poucos países do mundo com potenciais naturais para destacar-se na produção de energia limpa, o

¹⁸² Atualmente, a energia eólica é utilizada em larga escala em muitas partes do mundo. Na última década, sua evolução demonstra sua aceitação como fonte geradora, com tendências de crescimento expressivo relativamente às matrizes energéticas dos países que a utilizam. Hoje, existe mais de 30.000MW de capacidade instalada no mundo, com destaque para Alemanha, Dinamarca, Espanha e Estados Unidos. (PORTAL SÃO FRANCISCO, 2010).

¹⁸³ Em 09/07/2012 foi inaugurado, em Caetitê, o Complexo Eólico Alto Sertão-I, considerado o maior complexo de energia eólica da América Latina, com geração de 294 megawatts, o suficiente para consumo de uma cidade de 540 mil residências, ou 2,16 milhões de habitantes (BAHIA NOTÍCIAS, 2012).

¹⁸⁴ Ver artigo de Mosés Naím. Folha de São Paulo, 31/05/2013, p. A14.

que exigiria uma política pública definida para o setor, inclusive com disponibilização de recursos para pesquisas que viessem contribuir para a redução da dependência tecnológica e dos custos.

Apesar de todo esse potencial de fontes renováveis, 65% da matriz energética baiana provêm de fontes não renováveis (petróleo e derivados). Entre os setores renováveis, o hidrelétrico participa com 11,9%, seguido por lenha e carvão vegetal, com 10,1% (Governo da Bahia, 2011, p. 232).

Está no semiárido baiano, também, a segunda maior jazida de urânio do país (a primeira localiza-se no Ceará), sendo a primeira em exploração pelas Indústrias Nucleares do Brasil (INB). Trata-se de um mineral de grande potencial energético de alto valor comercial, seja por se constituir em matéria-prima para a geração de energia, para indústrias médicas etc. seja pela sua utilização na indústria bélica.

Nos últimos anos intensificaram-se os estudos sobre as reservas de petróleo e gás na região semiárida. Em seminário¹⁸⁵ recente organizado pela União dos Municípios da Bahia (UPB) foi apresentado, por especialistas, um verdadeiro tesouro que está para ser explorado: uma grande reserva de petróleo e gás na *Bacia de Tucano Sul* (Sertão da Bahia), podendo beneficiar cerca de 30 municípios.

Todos esses esforços se inserem na preocupação das esferas governamentais em aumentar a capacidade energética da região, o que coincide com a estratégia nacional. O dinamismo econômico do país, apesar de crescimento modesto nos últimos anos, aponta para a necessidade de quadruplicar a capacidade de fornecimento de energia nos próximos 30 anos, segundo estimativas de especialistas. Como há fortes limitações para o setor hidrelétrico, seja pela topografia, seja pelos impactos ambientais, econômicos e demográficos que provoca, outras alternativas precisam ser buscadas, figurando como opções a produção de biocombustível, a energia eólica e a solar. Nesse sentido, registram-se projetos de geração de energia eólica, de capital internacional, em várias localidades do Estado da Bahia e maior aproveitamento da energia solar. Recentemente, inclusive, o governo federal, através da Caixa Econômica Federal, implantou, na cidade de Juazeiro (BA), um projeto de geração de energia elétrica, a partir da energia solar, em conjuntos habitacionais do programa Minha Casa Minha Vida, incentivando a ampliação para outras localidades¹⁸⁶.

¹⁸⁵ O seminário foi realizado no auditório da Escola Politécnica, da UFBA, com a presença de centenas de prefeitos, técnicos e pesquisadores (UPB, 2013).

¹⁸⁶ Em João Pessoa (PB) encontra-se em implantação uma empresa especializada na fabricação de placas de captação da energia solar, com indicativo de uma segunda, em outra área do Nordeste, até 2014.

e) Pecuária

As questões edafoclimáticas não são impeditivas para a pecuária bovina que, praticada de forma extensiva, teve papel decisivo, no passado, na ocupação do território sertanejo e na formação de grandes riquezas. Usando novas tecnologias, grandes fazendas, modernas, se instalam em muitas localidades, especialmente para a produção de carne e leite: “a região é excelente para a pecuária, o segredo está no saber fazer, escolher a raça certa, ter água, saber cuidar das pastagens pra não faltar alimento nos períodos secos, cuidar corretamente dos animais.” (informação verbal)¹⁸⁷.

Para a ovinocaprinocultura não é diferente. Pelo contrário, as vantagens parecem ainda maiores, especialmente para os médios e pequenos proprietários de terra: “essa conta está feita na ponta do lápis, para quem não tem muita terra, é muito melhor criar ovinos e caprinos do que bovinos; onde se cria uma vaca, pode-se criar até sete matrizes de ovelhas ou cabras; pode fazer as contas, dá mais resultado” (informação verbal)¹⁸⁸. Especialistas relatam que as condições climáticas do semiárido brasileiro para a ovinocaprinocultura é das melhores do mundo, apesar disso, o crescimento anual dos nossos rebanhos situa-se numa faixa de modestos 2%, contra 7,5% do ritmo mundial, cujo destaque são os países africanos e asiáticos, que concentram 70% da produção, segundo a FAO (SANTOS, 2008, p.13). Em relação à caprinocultura, o Brasil ocupa o 9º lugar no *ranking* mundial e responde por 80% da produção latino-americana, sendo que 90% estão no Nordeste, cujo efetivo leiteiro é de apenas 0,5%, permitindo que as regiões Sudeste e Sul, com rebanhos de apenas 5%, controlem 74% do mercado nacional de leite e seus derivados (RIBEIRO, 2006).

O Brasil apresenta um rebanho ovino estimado em 14.167.504 cabeças e 7.107.608 de caprinos. Há significativa concentração destes rebanhos na região Nordeste, que alberga 91% dos caprinos (6.470.893) e 55% dos ovinos (7.790.624). Para o conjunto das demais regiões, a região Sul se destaca em relação ao rebanho ovino, com 30% do total nacional (IBGE, 2007).

As tabelas seguintes dão uma noção clara do que representam os três principais rebanhos da Bahia (bovinos, ovinos e caprinos), em percentual, em relação à situação da Região Nordeste, registrando-se também a posição do Estado que ocupa o segundo lugar, tanto em relação ao número de cabeças como de estabelecimentos agropecuários (Tabela 3).

¹⁸⁷ BC, médico e pecuarista com fazenda no município de Andaraí. Em 10/03/2012.

¹⁸⁸ NFT, engenheiro agrônomo, com muitos anos de atuação no semiárido em projetos de assistência técnica e extensão rural. Em 22/01/2012.

Os dados apresentados permitem uma reflexão sobre o quanto é pouco aproveitadas as condições e potencialidades para a ampliação da pecuária em todos os Estados, especialmente no Estado da Bahia.

Tabela 2 - Número de cabeças de bovinos, caprinos e ovinos e de estabelecimentos destinados à atividade, por Estado, 2006

Estado	Dados dos Rebanhos					
	Bovinos		Caprinos		Ovinos	
	Cabeças	Estabelecimentos	Cabeças	Estabelecimentos	Cabeças	Estabelecimentos
Bahia	10.229.459	314.243	2.139.749	57.282	2.672.868	96.576
Alagoas	919.805	45.135	34.221	3.248	133.946	11.802
Ceará	2.162.843	124.456	748.866	38.114	1.564.907	58.399
Maranhão	5.812.164	93.263	303.356	15.001	172.900	7.703
Paraíba	1.354.457	92.074	461.401	21.912	442.589	19.826
Pernambuco	1.880.432	140.226	1.037.009	47.281	942.502	44.370
Piauí	1.667.456	75.469	1.457.304	56.705	1.317.508	50.763
Rio G. do Norte	907.185	47.480	27.536	8.812	410.019	14.246
Sergipe	899.298	40.663	15.250	1.134	133.385	8.432
Total	25.883.099	973.009	6.224.692	249.489	7.790.624	312.117

Fonte: IBGE (2007).

Como se pode observar, a Bahia lidera, de longe, a agropecuária nordestina, considerando os rebanhos de bovinos, caprinos e ovinos, com a representatividade regional correspondente a 40%, 34% e 34%, respectivamente. O mesmo pode ser dito em relação ao número de estabelecimentos que se destinam a essas atividades, 32%, 23% e 31% do total da região. Já em relação ao número médio de cabeças por estabelecimentos, a Bahia lidera para os caprinos e ovinos, com 28 e 35, respectivamente, e perde para o Maranhão no caso dos bovinos: 62 contra 33.

O principal destaque da Bahia é para a pecuária bovina. Entretanto, considerando a predominância de pequenos estabelecimentos com área inferior a 20 hectares, era de se esperar que a ovinocaprinocultura tivesse um papel ainda mais destacado, considerando que estudos técnicos indicam que a criação de ovinos e caprinos, em pequenos rebanhos, é mais vantajosa economicamente do que a criação de bovinos. Que não se perca de vista, ainda, a instabilidade causada pelas condições climáticas que, nos períodos de seca prolongada, gera prejuízos muito superiores para os criadores de bovinos em relação aos ovinocaprinocultores.

Apesar do Estado da Bahia assumir a liderança em relação ao número absoluto de cabeças de bovinos, caprinos e ovinos e de estabelecimentos rurais dedicados a essas atividades, quando se relativizam esses números constata-se que a sua posição é bastante desfavorável em relação a outros Estados. É o que demonstram os dados da tabela seguinte.

Tabela 3 - Número médio de cabeças de bovinos, caprinos e ovinos de estabelecimentos dedicados à atividade, por quilômetro quadrado de cada Estado, 2006

Rebanho	Nº médio de cabeças, conforme o rebanho, por km ²					Nº médio de estabelecimentos por km ²				
	BA	CE	MA	PE	PI	BA	CE	MA	PE	PI
Bovino	18	14	16	19	6	55	85	28	96	30
Caprino	4	5	1	11	6	10	27	5	45	26
Ovino	8	11	0,5	10	5	17	40	18	51	20

Fonte: IBGE (2007).

Verifica-se que, enquanto na Bahia, há 18 bovinos por quilômetro quadrado¹⁸⁹, em Pernambuco, são 19; Pernambuco lidera, também, em relação aos ovinos, com 10 cabeças por quilômetro quadrado, enquanto na Bahia são 8. Em relação aos caprinos, na Bahia são apenas 4, em Pernambuco, quase três vezes superior, 11 animais por quilômetro quadrado; situação semelhante se verifica ao analisar a relação entre o número de estabelecimentos rurais dedicados a cada atividade e a área de cada Estado: na Bahia, são 55 unidades rurais de bovinos, 10 de caprinos e 17 de ovinos por quilômetro quadrado, enquanto em Pernambuco são 96 estabelecimentos de bovinos, 51 de caprinos e 45 de ovinos. Fica evidenciado, portanto, um subaproveitamento de áreas no Estado da Bahia que, se superado, podem crescer significativamente os rebanhos.

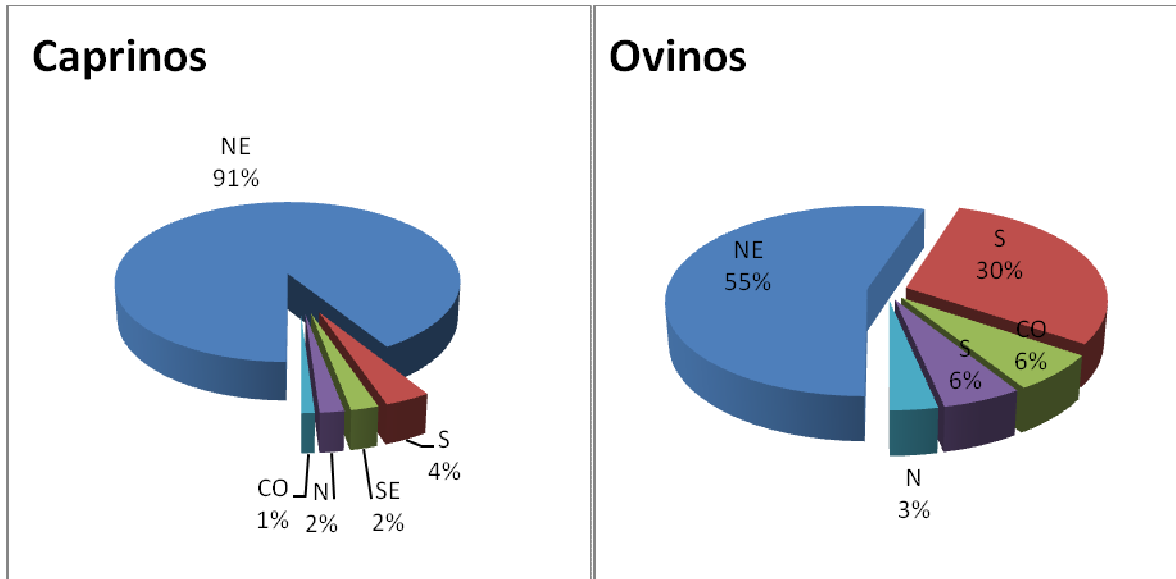
Em relação aos caprinos e aos ovinos, que exigem menor quantidade de terra para a criação de forma extensiva, as condições são bastante favoráveis para o seu crescimento, considerando que a concentração das terras resulta em grandes limitações para mais de dois terços da população dedicar-se à pecuária bovina, em virtude do tamanho das áreas disponíveis.

O gráfico seguinte retrata a distribuição dos rebanhos de ovinos e caprinos pelas cinco regiões do país, podendo-se observar que na região Nordeste concentram-se 91% dos caprinos e 55% dos ovinos, com potenciais para, ao menos, triplicar o número de cabeças, pelas boas condições que a região oferece, de acordo com especialistas: "Na Bahia, com pouco esforço, se poderia triplicar os rebanhos de ovinos e quintuplicar de caprinos, haja vista as boas condições existentes (informação verbal) ¹⁹⁰".

Gráfico 1 - Brasil: Distribuição dos efetivos caprino e ovino por Regiões Geográficas, 2006

¹⁸⁹ As áreas consideradas dos Estados foram, em Km²: Bahia, 567.296; Ceará, 146.318; Maranhão, 329.555; Pernambuco, 98.311; Piauí, 251.529.

¹⁹⁰ RAS, Engenheiro Agrônomo, mestrando da UFRB (22/07/2012).



Fonte: IBGE (2007).

Os caprinos e ovinos têm apresentado alta capacidade de adaptação às condições ambientais adversas e de conversão de material com baixo teor nutritivo em produtos de alto valor proteico (carne e leite), apresentando-se como aliados importantes na geração de renda e alimentação de agricultores familiares e de habitantes da região semiárida.

Outra atividade promissora é a apicultura. De acordo com o Banco do Nordeste do Brasil, o Nordeste é uma das duas regiões do planeta com as melhores condições para produzir mel orgânico; oriundo de plantas silvestres, o mel é produzido, praticamente, sem uso de agrotóxicos (BNB, 2012). As melhores floradas do país estão no semiárido, com um potencial inestimável para a produção de mel e própolis, produtos com grandes oportunidades de mercado. Na Bahia, a atividade está em expansão, segundo a Secretaria de Agricultura do Estado, atingindo o patamar de 3.500 t/ano e participação de 5.000 produtores (SEAGRI, 2012), o que motivou a criação de programas específicos de apoio, inclusive com a criação de uma cooperativa central de apicultores localizada na região Nordeste do Estado, graças às condições agroecológicas favoráveis, com grande diversidade de ecossistemas no interior do bioma da caatinga e das áreas de cerrado e das reservas de mata atlântica na faixa litorânea. Segundo o IBGE (2011), entretanto, a produção de mel em 2009 foi de 1,922 t, colocando o Estado em 8º lugar no *ranking* nacional, ficando atrás dos Estados do Rio Grande do Sul, Paraná, Ceará, Santa Catarina, Piauí, Minas Geais e São Paulo.

Para alguns especialistas, a rica fitogeografia do semiárido baiano é propícia para um ambicioso programa de apicultura orgânica, com potencial de produção equivalente a 120.000

ton/ano, três vezes superior à produção nacional (RIBEIRO, 2013) e 34 vezes à produção atual estimada pela Secretaria de Agricultura do Estado.

Nos períodos de estiagem, em certas épocas do ano, quando outras atividades agropecuárias acabam prejudicadas, a natureza torna-se aliada: é quando ocorre a florada de muitas plantas melíferas do semiárido (EMBRAPA, 2012), como a aroeira, o juazeiro, o marmeleiro, a mangueira, o cajueiro, o umbuzeiro, favorecendo a apicultura.

Apesar do papel destacado do Estado da Bahia na produção, a exportação aqui é inferior à de outros Estados que produzem menos mel, conforme o SEBRAE (2012): “A Bahia, apesar de grande produtora, exporta menos que outros estados, que têm uma produção menor”.

f) Fruticultura

A fruticultura na Bahia passou a ganhar impulso a partir da década de 1980, com dois setores distintos: um desenvolvido de forma moderna e eficiente, com a utilização de *tecnologia de ponta*, que se constitui numa excelente oportunidade de investimento econômico, pelas altas taxas de retorno que oferece, e outro, atrasado, com baixo rendimento. No entorno das *ilhas de prosperidade*, que utilizam tecnologias intensivas, é comum a presença de produtores familiares, produzindo as mesmas frutas (manga, goiaba, mamão etc.) com os métodos rudimentares de sempre. No primeiro caso, a produção se destina aos mercados europeu e dos grandes centros urbanos brasileiros, enquanto no segundo, os consumidores estão localizados nos mercados periféricos dos municípios interioranos.

Por outro lado, é grande a defasagem entre alguns produtos onde se empregam capital e tecnologias intensivas e aqueles outros decapitalizados e que empregam tecnologias tradicionais conforme se pode constatar na tabela seguinte, com os principais produtos agrícolas do semiárido baiano:

Tabela 4 - Rendimento Médio por Ha, 2010 (R\$ 1.000)

Produto	Rendimento
Feijão	1,6
Milho	0,27
Soja	0,54
Mandioca	0,28
Batata Inglesa	0,79
Sisal	0,84
Mamona	0,60
Trigo	2,5
Cacau ¹	1,9
Banana ¹	7,8
Uva ¹	22,5
Mamão ¹	43,2
Maçã ¹	22,6
Limão ¹	12,2
Manga ¹	8,8
Maracujá ¹	12,8
Laranja ¹	7,8
Coco-da-baía ¹	2,9

Fonte: IBGE (2011).

Nota: (1) Frutícolas

Observe-se o quanto é superior o rendimento dos frutícolas em relação aos demais produtos. Enquanto o rendimento médio da soja é de R\$ 540,00/ha, ou do milho, R\$ 270,00/ha, para o mamão o rendimento chega a R\$ 43.200,00/ha, a maçã R\$ 22.600,00 e a uva R\$ 22.500,00. É claro que fatores naturais, como intensidade de chuvas, e fatores de mercado (variação de preços) podem alterar esse quadro, no entanto, os dados demonstram com clareza os setores de maior e menor lucratividade. Essa vantagem está sendo explorada por setores seletos, a maioria de capital internacional.

O setor absorve 27% de toda mão de obra ocupada no setor primário, ampliando a competitividade das agroindústrias de alimentos e possibilitando a criação de novos empregos no setor rural. Mas, registra-se, também, a presença do setor tradicional, descapitalizado e de tecnologias defasadas, desenvolvido por agricultores familiares, cujos produtos são de qualidade inferior destinados ao mercado interno. Apesar de todos os gargalos que enfrenta, a atividade é de fundamental importância para a permanência dos pequenos produtores no meio rural.

Na Bahia, a produção de frutas se espalhou por quase todas as regiões econômicas do Estado, com a dualidade moderna e tradicional, permitindo, por um lado, alimentar a pauta das exportações brasileiras e, por outro, o abastecimento do mercado interno com produtos de

qualidade inferior. A produção de frutas apresenta um ritmo de crescimento progressivo em todas as áreas, com o crescimento das demandas orientadas sobretudo por novos hábitos alimentares da população que incorpora maior consumo de frutas frescas e processadas.

O semiárido vem se revelando como uma região propícia para a fruticultura, pelas condições edafoclimáticas apresentadas: temperatura média entre 21° e 27° C, solos profundos, índices de insolação que ajudam também a melhorar o aroma e o sabor das frutas, e índices pluviométricos entre 600 e 800 mm. As culturas irrigadas permitem produzir duas safras por ano, aumentando a lucratividade dos empreendimentos. Os avanços mais significativos ocorreram justamente nos cultivos irrigados, como abacaxi, manga e uva, que se beneficiaram do período mais seco, e da entrada em produção de áreas novas que vinham sendo formadas. O potencial de área irrigada no Estado é de 1,6 milhão de hectares e a fruticultura lidera o processo de utilização desse potencial, representando mais de 80% dos 280 mil hectares irrigados até o ano de 2010 (DESENVALE, 2010)¹⁹¹.

Os polos de agricultura irrigada como Juazeiro, Barreiras, Livramento e Teixeira de Freitas são responsáveis por uma contribuição expressiva para a composição do Valor Bruto da Produção Agrícola, com grande destaque para a região de Juazeiro, que graças à fruticultura constitui-se, atualmente, em um dos três principais municípios agrícolas do Estado, representando cerca de 5% do valor de produção vegetal da Bahia.

Transformações sociais estão sendo geradas a partir dos polos de fruticultura que foram instalados e são ampliados com o passar do tempo. Um padrão moderno que se configura na integração entre a agricultura e a indústria, entre o rural e o urbano e outro tradicional. O surgimento de uma produção agrícola integrada à indústria no semiárido decorre, fundamentalmente, da ampliação do capitalismo no campo e da intervenção estatal sobre o meio rural da região, via implantação dos projetos públicos de irrigação para exploração privada. Esta ação estatal modernizante reproduz no semiárido nordestino as transformações vivenciadas na agricultura brasileira, a partir dos anos sessenta, o que instaurou uma nova forma de articulação entre a agricultura e a indústria, construindo-se um novo mercado consumidor dos produtos.

A Bahia ocupa posição relevante na produção de frutas, graças à diversidade dos seus biomas, condições edafoclimáticas e razoável infraestrutura de produção, pós-colheita e logística, além da disponibilidade de tecnologia e recursos humanos, permitindo que o Estado lidere a produção nordestina, contribuindo com parcela significativa das exportações

¹⁹¹ DESENVALE. Disponível em WWW.desenvale.gov.br. Acesso em: 31 mar. 2013.

brasileiras de frutas frescas. O Estado colhe cerca de 3,4 milhões de toneladas/ano de frutas frescas, o que correspondente a 41% da produção nordestina e 9,4% da produção brasileira. O valor dessa produção é de aproximadamente R\$ 2 bilhões, o que equivale a 50% e 13,2 % dos totais do Nordeste e do Brasil, respectivamente (IBGE, 2011).

Há ainda grandes gargalos a serem enfrentados. De um lado, os projetos públicos de irrigação se destinam, em sua quase totalidade, ao grande empreendimento capitalista, excluindo os médios e pequenos produtores; de outro lado, há ainda grandes problemas a serem equacionados no tocante à produtividade, organização da produção e qualidade dos produtos para esses segmentos que não estão diretamente integrados ao circuito do capital. Entretanto, o setor da fruticultura representa um potencial inestimável para o desenvolvimento do semiárido, como reconhece a DESENVALE: “a região semiárida oferece as maiores taxas de produtividade do mundo para culturas tropicais”, de modo que os vales do São Francisco e do Parnaíba responderam, em 2007, por 18% das exportações brasileiras (BRASIL¹⁹², [200-], s/d).

g) Oleaginosas

O cultivo de plantas oleaginosas vem se revelando, nos últimos anos, como uma alternativa a mais para o semiárido meridional, a exemplo do girassol e da mamona. O girassol, segundo a EMBRAPA, vem se adaptando em muitas localidades pela “ampla capacidade de adaptação às diversas condições de latitude, longitude e fotoperíodo¹⁹³”, com melhor tolerância à seca do que o milho e maior resistência às pragas e doenças, com produtividade também superior em cerca de 20% em relação ao milho e 10% em relação à soja. Além da extração do óleo, o cultivo do girassol fornece a torta, altamente proteica, para alimentar os animais e contribui, substancialmente, para melhorar o índice de MO (material orgânico) nos solos, beneficiando as culturas subsequentes, podendo consociar-se também à apicultura. Ocupando uma área de 75.000 hectares, a produtividade média é de 1.442 kg/ha., considerada baixa pelos especialistas.

A mamona está ganhando espaço no mercado com o desenvolvimento industrial que vem encontrando novas formas de utilização do óleo, seu principal produto e amplamente utilizado, nos dias de hoje, na fabricação de revestimentos protetores (tintas, vernizes etc.),

¹⁹² Disponível em WWW.desenvale.gov.br. Acesso em: 12 mar. 2012.

¹⁹³ http://www.cnpsa.embrapa.br/index.php?op_page=54. Acesso em: 09 mar. 2012.

fluidos hidráulicos, produtos farmacêuticos, plásticos biodegradáveis, próteses e utilização por turbinas de alta rotação pela sua capacidade de resistência ao atrito, baixo ponto de congelamento e elevado ponto de fusão. No processo de extração do óleo, a parte residual, conhecida como *torta*, é totalmente utilizada como adubação orgânica, embora, especialistas consideram que poderia também ser utilizada com fins mais úteis economicamente, mas faltam pesquisas para definição conclusiva.

No Brasil, a mamona é também cultivada com vistas à produção de biocombustível, contemplada com as diretrizes do governo estabelecidas no Programa Nacional de Produção e Uso de Biocombustíveis (PNPB) que determina que 40% da produção nacional de biocombustíveis tenham a agricultura familiar como base (LIMA, 2004). Há, entretanto, questões técnicas ainda não resolvidas, para a utilização da mamona na produção de biocombustíveis, o que está levando os agricultores a dar outro destino à sua produção, comercializando-a junto à iniciativa privada que oferece preços mais compensadores¹⁹⁴. Por outro lado, o PNPB tem como meta inicial a inclusão de apenas 200 mil agricultores familiares, o que corresponde a menos de 5% do universo de agricultores nessa categoria, o que já significa o fracasso anunciado do programa.

O cultivo da mamona cumpriu um papel histórico de sustentação e reprodução da agricultura camponesa, ajudando a manter a estabilidade dos agricultores: as mamoneiras, consorciadas com culturas alimentares como o milho, o feijão, a batata doce, serviam de *poupança* as famílias; nos anos mais secos, onde a perda das culturas de curta duração era inevitável, a mamona, por ser mais resistente às estiagens, amenizava os prejuízos. Apesar disso, pela exposição aos fatores de risco e pela baixa produtividade, a área plantada atual é bem menor do que a registrada no passado: segundo o IBGE, em suas séries históricas, na safra de 1984/85, registrou-se uma área plantada de 340.000 hectares¹⁹⁵; já na safra de 2008/09, segundo a CONAB, havia 101,5 mil hectares plantados, 17% a menos do que um ano atrás (safra 2007/08), apesar do avanço na produtividade que passou de 434 kg/hectare para 730 kg/hectare, ainda considerada medíocre. Essa baixa produtividade se deve, sobretudo, além de questões relacionadas à falta de chuvas, às técnicas de cultivo e à utilização de sementes de baixa qualidade; não há sementes adaptadas e produtivas e os agricultores recorrem aos *grãos* disponíveis, por eles próprios produzidos e multiplicados,

¹⁹⁴ <http://www.ecodebate.com.br/2009/04/01/bahia-mamona-atrai-produtor-mas-nao-vira-biodiesel-no-brasil/>. Acesso em: 09 mar. 2012.

¹⁹⁵ http://www.reporterbrasil.org.br/documentos/o_brasil_dos_agrocombustiveis_v4.pdf. Acesso em: 13 mar. 2012.

acumulando alto grau de heterogeneidade e de diversificação de espécies locais, geralmente pouco produtivas (FREIRE et al, 2001).

Mas, é inegável o potencial da região para a produção de mamona, com perspectivas de mercado cada vez maiores, pelas novas utilidades que surgem no setor industrial. Estudos indicam que dos 430 municípios brasileiros com melhores condições para a produção de mamona em condições de sequeiro, 189 estão no semiárido baiano¹⁹⁶.

h) A caatinga

A caatinga é o bioma genuinamente brasileiro, cobrindo uma área de 844,4 mil quilômetros quadrados em todos os Estados do Nordeste e norte de Minas Gerais, equivalente a 9,9% do território nacional, onde vive cerca de 18 milhões de pessoas (na Bahia, 314.555 km²). A caatinga com suas características *barbaramente estéreis*, nos períodos de seca, e *maravilhosamente exuberantes*, nos períodos chuvosos, nas palavras de Euclides da Cunha, possui uma biodiversidade ímpar, no mundo inteiro, que ainda é pouco conhecida e absolutamente inexplorada do ponto de vista econômico. Estimam os estudiosos que há entre 2.000 a 3.000 espécies vegetais, mas apenas 922 são conhecidas¹⁹⁷. Com relação à fauna, a situação não é diferente: as espécies conhecidas são: 17 de anfíbios, 44 de répteis, 695 de aves e 120 de mamíferos. Trata-se de animais vertebrados, visto que em relação aos invertebrados ainda é um mundo quase totalmente desconhecido.

Pertencem à caatinga, também, outras preciosidades, a exemplo do *faveleiro*, leguminosa euforbiácea, considerada o *diamante bruto à espera de lapidação* por suas potencialidades; entre elas, a produção de óleo comestível de alta qualidade que, na opinião de especialistas, poderia substituir com vantagens o conhecido e importado óleo de oliva, além de ser uma forrageira rica em proteínas.

Investimentos em pesquisa poderiam, em curto prazo, identificar, através da biotecnologia, uma infinidade de produtos que poderiam se constituir em fonte de riqueza para a região, ajudando a criar mecanismos de garantia de permanência das pessoas em seu *habitat* com qualidade de vida. Experiências artesanais já utilizam parte da flora da caatinga

¹⁹⁶ http://www.reporterbrasil.org.br/documentos/o_brasil_dos_agrocombustiveis_v4.pdf. Acesso em: 13 mar. 2012.

¹⁹⁷ Entre essas espécies, cerca de 600 são classificadas como “árvore”, enquanto toda Europa não possui mais do que 100 espécies de árvores.

para a produção de *remédios fitoterápicos*, para a produção de cosméticos, biofertilizantes e bioinseticidas.

Há, ainda, um conjunto de plantas forrageiras nativas¹⁹⁸, presentes em todo semiárido, utilizáveis na alimentação animal que foi catalogado pela EMBRAPA após processo de pesquisa, que transforma a caatinga em pastagem natural para ruminantes, como bovinos, ovinos, caprinos, muarens etc.

i) O sisal

O Sisal (*Agave Sisalana*) foi introduzido no Brasil em início do século XX, oriundo do México. Aqui, encontrou condições edafoclimáticas propícias, adaptando-se facilmente. Não tinha, à época, valor comercial; a fibra era utilizada apenas para uso doméstico (cordas etc.), mas a planta já era utilizada na alimentação animal, especialmente nos períodos de seca. Mas, já era visto com grande potencial econômico: em 1908, o Dr. Pereira Pacheco, delegado do Ministério de Cultura do Estado, havia declarado: “No dia em que a indústria têxtil penetrar nos nossos sertões e puder explorar todas as fibras, desse dia em diante surgirá para esta terra uma época de fartura e bonança” (RIBEIRO, 2007, p. 122). Na década de 1970, a FAO, num trabalho em parceria com o INCRA, recomendou o consórcio do sisal com a ovinocaprinocultura pela sua importância na alimentação dos animais.

Somente durante e após a Segunda Guerra Mundial o sisal passou a ser comercializado, o que estimulou a sua expansão, entrando na pauta das exportações brasileiras. Na década de 1950, o sisal era considerado “ouro verde” dado o seu valor no mercado. Com o golpe militar de 1964, o Brasil rompeu suas relações comerciais com a então União Soviética, principal compradora de fibras naturais do Brasil, o que gerou uma grande crise no setor. Muitos produtores erradicaram seus plantios, mantendo pequenas quantidades plantadas apenas com o objetivo de socorro emergencial nos períodos de estiagem prolongada para alimentação animal.

Atualmente, o sisal é cultivado em pequenas propriedades rurais menores de 20 ha e ainda é notável a sua contribuição para a sustentação econômica das famílias em grande parte

¹⁹⁸ Entre elas: Pau Ferro, Pau de Colher, Jereré, Malva, Jurema, Palma Gigante, Beldroega, Ficus, Umbuzeiro, Calumbi, Jurubeba, Quixabeira, Farinha Seca, Licuri, Mão de Vaca, Lã de Seda, Baraúna, Caatinga, Carrancudo, Cansação, Mão de Boi, Pau de Rato, Batata de Teu, Pindoba, Icó e Favela (cepatsa@cepatsa.embrapa.br – acesso em 21 nov. 2011). Há outras, não relacionadas, também utilizadas pelos agricultores: Jitirana, Mata-Pasto, Língua de Vaca, Piri etc.

do semiárido. Segundo a EMBRAPA, o cultivo do sisal se estende por 75 municípios baianos e ocupa 190.000 hectares, oferecendo cerca de 700 mil postos de trabalho no Estado que responde por 95% da produção nacional. Apesar disso, entretanto, a cultura vem sofrendo declínio na área plantada e na produtividade nos últimos anos causado pelo baixo preço da fibra no mercado, pela competição dos produtos sintéticos e pelo alto custo de produção causado, especialmente, pela ausência de tecnologias, permitindo apenas o aproveitamento de 4% da planta que é a porção da fibra:

O sisal continua sendo uma das poucas opções econômicas para a região semiárida do Nordeste do Brasil e dificilmente uma outra cultura poderá ser mais rentável economicamente e mais vantajosa para a área em questão, por isso é imprescindível garantir sua continuidade, realizar estudos e trabalhos capazes de estimular a expansão e promover o progresso tecnológico. (EMBRAPA, 2012)¹⁹⁹.

Há muitos estudos que indicam o enorme potencial econômico do sisal que ainda não é aproveitado²⁰⁰: os 96% da folha do sisal que não são utilizados poderiam, a partir da agregação de novas tecnologias, se constituir em importante fonte de riqueza para a região: a *bucha* (20% da fibra) pode ser transformada em compósitos na forma de *pellets* para as indústrias automotiva, construção civil, eletroeletrônica, móveis e estofados; a mucilagem pode ser utilizada na produção de ração animal e mesmo na fabricação de briquetes, juntamente com o bulbo e o pendão, que podem servir de biocombustível em caldeiras, padarias, e outras aplicações industriais. Há, ainda, o suco que pode se constituir em matéria prima para a fabricação de biofertilizantes, bioinseticidas etc.

A defasagem tecnológica é o grande desafio a ser vencido. Enquanto setores dinâmicos, do interesse do capital, como a soja, a cana de açúcar e o café dispõem das tecnologias mais avançadas do mundo, no sisal ainda se utiliza a velha máquina *paraibana* da década de 1950, semiartesanal e pouco produtiva, além das condições de trabalho insalubres que propicia, no processo de extração da fibra, a mutilação dos trabalhadores que perdem dedos, mãos e antebraços.

Segundo o IBGE (2007), a produtividade média do sisal é de 1.500 kg/ha. de fibra, o que é considerada extremamente baixa em relação a outros países como China e África do Sul que chegam a produzir 3.500 kg/ha., constituindo assim numa grande desvantagem no mercado.

¹⁹⁹ <http://sistemasdeproducao.cnptia.embrapa.br/FontesHTML/Sisal/CultivodoSisal/index.html>. Acesso em 26 dez. 2012.

²⁰⁰ O Centro Integrado de Manufatura Tecnológica (CIMATEC), pertencente ao SENAI, na Bahia, já desenvolveu muitos protótipos (cadeiras, mesas, divisórias etc.) produzidos com a fibra do sisal.

Figura 2 - Planta de Sisal (*Agave Sisalana*)

O processo de extração da fibra foi mecanizado na década de 1950, através da máquina conhecida como “paraibana”, que perdura até os dias atuais. É um processo altamente insalubre que exige grande esforço físico dos trabalhadores e alto risco de acidente. Na *região do sisal* estima-se que há cerca de 2.000 pessoas (inclusive crianças e adolescentes) que perderam dedos, mãos e antebraços. Além disso, as técnicas de cultivo são também as mesmas do passado, resultando num processo decadente permanente do potencial produtivo.

j) Algodão

Em épocas mais recentes, o auge da produção do algodão se deu na década de 1970, sob o reforço de grandes incentivos públicos. Com o refluxo dos incentivos e surgimento de muitos tipos de pragas e doenças até então pouco conhecidas, a exemplo do *Bicudo* (*Anthonomus grandis*) e a *Mancha-de-Ramulária* (*Ramulária areola*) que atingiram praticamente todos os algodoeiros na década de 1980, quando a atividade entrou em crise e começou a revigorar-se somente a partir de 2004. O investimento relativamente consistente em pesquisa, por órgãos públicos e pela iniciativa privada, propiciou grandes avanços na produção de algodão, com tecnologias apropriadas às condições edafoclimáticas da região (Oeste Baiano) e controle das doenças que, apesar disso, continuam afetando os algodoeiros²⁰¹, especialmente, nas áreas onde os manejos dos solos não são feitos de forma apropriada.

²⁰¹ Muitas doenças ainda atacam os algodoeiros, sendo uma das principais no cerrado brasileiro a Mancha de Ramulária (PAIVA et al, 2001).

A Bahia é o segundo maior produtor nacional e as tecnologias aqui praticadas são consideradas as mais modernas, permitindo um índice de produtividade que se equipara aos melhores do mundo; de janeiro a junho de 2012, a exportação do produto alcançou a casa dos US\$ 616,9 milhões (ABRAPA, 2012)²⁰².

1) Mandioca

A mandioca teve, no passado, um papel fundamental na alimentação e na economia. Quando os portugueses aqui chegaram, tiveram que alterar seus hábitos alimentares, substituindo o trigo pela *farinha de mandioca* que já era conhecida e produzida pelos nativos. A farinha, o principal produto, e que em certos momentos serviu de moeda para a compra de escravos, era utilizada para fazer bolos, sopas e mingaus para os senhores e consumida com carne-seca, rapadura, feijão ou açúcar, nos engenhos. De forma gradativa, passou a ser substituída por outros produtos, ficando restrita ao consumo dos segmentos mais pobres.

A mandioca é cultivada, praticamente, em todos os municípios do semiárido, também em pequenas áreas, com a mão de obra familiar. Além da farinha, que integra a cultura alimentar dos nordestinos, a mandioca fornece o amido – também conhecido como fécula – cada vez mais utilizado na indústria de alimentos, química, metalúrgica, papelaria, têxtil, farmacêutica, plástica, em lamas para perfuração de poços de petróleo, lavanderias etc.; entre 1940 e 1970, *farinha das raspas* era utilizada também na proporção de até 15% da farinha de trigo panificável, o que deixou de ser utilizado devido aos subsídios ao trigo. As raspas e resíduos são úteis como ração animal, além das ramas e folhas considerados de alto valor nutritivo para a alimentação animal.

O amido proveniente da mandioca é mais barato do que o extraído do milho, batata ou arroz e por isso a tendência é de crescimento da demanda desses produtos no mercado. Embora a maior região produtora ainda seja o Nordeste, apesar do declínio da área plantada a partir da década de 1970, 96% das indústrias produtoras de amido estão nos Estados do Paraná, Mato Grosso do Sul e São Paulo. Além do mercado interno, as exportações anuais de amido rendem em torno de US\$ 500 milhões/ano, “muito pouco, se comparado ao faturamento obtido pela Tailândia, que gira em torno de US\$ 1,7 bilhão.” (BRASIL, 2003c, p. 4).

²⁰² <http://www.abrapa.com.br/estatisticas/Paginas/exportacoes-brasileiras.aspx>. Acesso em: 22 mar. 2012.

O Nordeste é também o maior consumidor de farinha de mesa, proveniente da mandioca, passando a importar o produto a partir da década de 1990, de São Paulo e Paraná, para complementação das suas necessidades. Por ser a mandioca uma planta tolerante à seca e a solos de baixa fertilidade, adequa-se com facilidade às características de todas as regiões, embora, as condições atuais da região semiárida (clima, solo, tecnologias de produção) não permitam um nível de produtividade competitivo com outras localidades de condições climáticas mais favoráveis, a exemplo dos Estados do Paraná, São Paulo e Mato Grosso do Sul. Há espécies perenes, resistentes às secas, como as Cultivares Manipebas, cuja manipueira é altamente tóxica e pode ser utilizada no controle de algumas pragas e doenças.

Para os agricultores familiares do semiárido, a mandioca pode ser uma opção de complementação da renda familiar e, nesse sentido, é recomendável a produção artesanal, de baixo custo, que não enfrenta a concorrência da produção industrial. Para o pesquisador da EMBRAPA, Josias Cavalcanti, “a mandioca também pode ser considerada uma reserva estratégica de alimento para homens e animais em anos de seca severa, que ocorrem eventualmente na região” (CAVALCANTI, 2004)²⁰³.

m) Outros Produtos

Há muitos outros produtos de extração vegetal e agrícolas cujas culturas se adaptam muito bem às condições semiáridas:

Carnaúba: nos vales úmidos do sertão nordestino, a carnaúba, conhecida como *árvore da providência* porque dela quase tudo é aproveitado; tem especial emprego a cera que reveste as suas folhas é utilizada em vários setores industriais. Também a oiticica, cujo óleo se presta ao fabrico de tintas e vernizes, tem significado regional.

Produção de Grãos: por muitos anos a *região* de Irecê se destacou no cenário nacional na produção de grãos, com destaque para o feijão, mas com participação importante também do milho. Hoje, o *polo* produtor de grãos do Estado deslocou-se para o Nordeste do Estado que vem se destacando na produção de milho, principalmente, mas também de feijão. Mas, afora isso, milho, feijão mulatinho, feijão macaçar, andu etc. são produzidos em todo semiárido e sempre tiveram papel decisivo na sustentação da agricultura de base familiar. Em muitas localidades do semiárido, em áreas de baixios, se produzem frutas e

²⁰³ CAVALCANTI, Josias. Perspectivas da mandioca na região semiárida. EMBRAPA, 2004. Disponível em: <http://www.embrapa.br/imprensa/artigos/2002/artigo.2004-12-07.2607918288/>. Acesso em: 13 mar. 2012.

hortigranjeiros em pequenos pomares que abastecem os mercados locais, em pequenas áreas de produção familiar que se constituem em fonte de renda para as famílias produtoras.

A estrutura econômica nacional consolidou-se, deixando para a região semiárida o papel coadjuvante fornecedora de gêneros alimentícios para o abastecimento interno, o que contribui para a formação da mais-valia global, com o fornecimento de produtos mais baratos, que permite a manutenção do arrocho salarial, além de exportadora de produtos primários para alimentar o capitalismo industrial nacional e internacional. Esse é o papel que foi definido para o Nordeste. Já não é possível sustentar o discurso de que a natureza castigou o semiárido; pelo contrário, ela foi bastante benévola: se há limitações meteorológicas, há outras compensações. Para a sabedoria popular sertaneja, *Deus dá o frio de acordo com o cobertor*, ou seja: a natureza dotou a região semiárida de todas as condições para o seu povo viver condignamente: *o sertão tem tudo que se precisa, o que faltar a gente inventa*²⁰⁴.

Entretanto, as relações sociais de produção e o modelo político que nela se estabeleceram, desde o século XVI até os dias de hoje, não permitiram que a população desfrutasse das suas riquezas e dos seus potenciais. Recorrendo ainda à sabedoria popular do sertanejo, Deus teria dito: *fazes que te ajudarei*; o índio, o vaqueiro, o camponês, o empresário, o político – os sertanejos no seu conjunto – não conseguiram fazer diferente. Prevaleceu, sempre, a vontade do dominante.

Pobreza e riqueza, assim, compõem uma mesma unidade; é preciso perpetuar a pobreza, entre a maioria da população, para garantir a riqueza, restrita a poucos. Somente assim pode-se nutrir a lógica da acumulação capitalista. É como se continuasse pondo em prática, nos dias atuais, a máxima cristã, largamente utilizada por *messiânicos* tradicionalistas como Antonio Conselheiro, Padre Cícero, e outros: *Bem-aventurados os que sofrem, deles será o Reino dos Céus...*

²⁰⁴ Adaptado da expressão "o sertão tem tudo que se precisa, o que faltar a gente inventa", utilizada pela APAEB-Valente.

CAPÍTULO 6 O DESENVOLVIMENTO PERIFÉRICO E A PERSPECTIVA NEOLIBERAL

6.1 QUESTÕES CONCEITUAIS

Com a consolidação do modo de produção capitalista, presenciou-se, em todo mundo, nos séculos XIX e XX, em continuação no XXI, o enriquecimento de alguns poucos países e o empobrecimento de muitos. Há quem entenda isso como um fenômeno natural, como se as sociedades humanas fossem semelhantes às das abelhas, nas quais os *operários* são determinados a gerar *o modo de vida* para o zangão e para a rainha. Esquecem esses analistas, que as riquezas são uma produção social e seu destino é resultante das relações sociais (incluindo-se as econômicas e as políticas) estabelecidas internamente, em cada país, e externamente, entre os países. São essas relações que indicam maior ou menor desigualdade no interior de cada sociedade e entre as nações.

O aprofundamento das desigualdades tem gerado, também, um grande debate, especialmente a partir de 1960, em busca da compreensão desse fenômeno e dos caminhos que a humanidade está trilhando na busca do seu desenvolvimento, apontado como solução para todos os problemas, sem, no entanto, conseguir-se indicar os rumos a serem trilhados porque, possivelmente, eles não existem (RIST, 1997).

O primeiro dilema é definir o que é desenvolvimento: o que é ser desenvolvido e não desenvolvido ou subdesenvolvido. Normalmente, se utilizam de indicadores contábeis que nada têm a ver com o desenvolvimento ou recorre-se a uma utopia discursiva sem conexão com o mundo real governado pelas leis do capital internacional. Se se entender o desenvolvimento como o patamar da satisfação plena de todas as pessoas, é provável que seja uma busca inglória, no capitalismo: “se ‘desenvolvimento’ é uma palavra útil para a soma das aspirações humanas virtuosas, podemos concluir, imediatamente, que não existe em nenhuma parte e, provavelmente, nunca vai existir.” (RIST, 1997, p. 9). São muitas, inclusive, as tentativas de classificação dos países ricos e pobres, rotulando-os de acordo com a visão ocidental: desenvolvidos e subdesenvolvidos; primeiro mundo e terceiro mundo; desenvolvidos e tradicionais, passando por outras classificações: países ocidentais e orientais; ativos e passivos; capazes e incapazes, o que é atribuído por Mark Hobart (1997) à incapacidade dos pesquisadores em compreender o próprio sentido do desenvolvimento ou à intencionalidade dos governos e de outras instituições em classificar o desenvolvimento a

partir de interesses dados. As sociedades não-ocidentais foram sempre consideradas como estáticas, passivas e incapazes, deixando claro que a atividade econômica e o progresso exigem a presença de um governo nacional, o que só seria possível no ocidente:

Claramente, parece ter escapado para muitos, a noção de que o postulado do avanço do conhecimento requer concomitantemente a possibilidade de uma crescente ignorância. O desenvolvimento se manifesta na cultura local que é desvalorizada ou é ignorada em favor do conhecimento científico, técnico e administrativo ocidental. (HOBART, 1997, p.8).

O discurso *desenvolvimentista*, amplamente utilizado pelos governos, partidos políticos, empresários, sindicatos, movimentos sociais, universidades, organismos internacionais etc. parece não ultrapassar os limites da metáfora ideológica. Prova disso são as medidas que vêm sendo implementadas, a partir da Segunda Guerra Mundial, com a criação de vários organismos internacionais (ONU, BIRD, FMI, BID etc.) com seus programas de combate à miséria, à doença, à discriminação, à fome, ao cerceamento da liberdade etc., promovendo o *desenvolvimento* dos povos. Entretanto, os desníveis sociais entre os países só tem aumentado com o passar do tempo.

Assim, a discussão acerca do desenvolvimento, desde seus conceitos à sua implementação, continua atual, seja em razão, sobretudo, da estagnação econômica e do aprofundamento das desigualdades em muitas regiões do planeta com a deterioração das condições sociais de vastos segmentos populacionais, seja pelas limitações de ordem cultural e ideológica. O termo *desenvolvimento* é um dos mais complexos e de difícil conceituação nas ciências sociais, pela sua amplitude e subjetividade, possibilitando interpretações e análises a partir de um amplo espectro político-filosófico e ideológico que resultam em diferentes concepções e muita confusão. Para complicar ainda mais a situação, muitos autores o subdivide nas categorias *desenvolvimento econômico* e *desenvolvimento social*, o que não tem amparo científico nem empírico, tendo em vista que o *econômico* e o *social* não são elementos distintos, ao contrário são partes de uma mesma unidade, como o oxigênio e o nitrogênio que associados resultam na água; o *econômico* é também social, na medida em que somente se constitui e ganha forma com a presença de pessoas e de suas relações, como também o *social*, em todos períodos da história, contém a dimensão econômica expressa na produção de bens de uso e de bens de troca, na formação de resultados econômicos, lucro etc. Assim, *econômico* e *social* são faces da mesma moeda. É dentro dessa perspectiva que procuraremos discutir o conceito de desenvolvimento, sem adjetivos, e advertindo que essa discussão só faz sentido no âmbito das economias capitalistas. E falar de desenvolvimento

implica, necessariamente, falar do que seria seu oposto igualmente complexo, o subdesenvolvimento, e como reconhece Milton Santos (2007, p. 15), o subdesenvolvimento foi igualmente discutido, analisado, condenado, defendido em um milhar de modos diferentes.

Os métodos de abordagem variam de acordo com o referencial teórico-filosófico e ideológico de cada pesquisador, mas na atualidade se observa relativo consenso no sentido de que, ao tratar de desenvolvimento, está-se tratando de aspectos quantitativos e qualitativos, do crescimento econômico e dos seus efeitos na sociedade: elevação do Produto Interno Bruto (PIB), concentração-desconcentração das riquezas, elevação dos salários, redução da pobreza etc. Celso Furtado (1964) entendeu o desenvolvimento como um processo de mudança social através do qual as necessidades humanas são atendidas a partir da introdução de inovações tecnológicas no sistema produtivo e na distribuição das riquezas, mas o pano de fundo é amparado por uma visão dualista do desenvolvimento, na qual há *produtores* (geradores de riquezas) e *beneficiários* que têm necessidades a serem satisfeitas (os pobres), excluídos, o que se precisa contestar, considerando que ninguém está à margem, fora do processo de produção e de utilização das riquezas. De alguma forma todos se inserem no processo econômico, seja produzindo e consumindo ou só consumindo.

As origens dos estudos sobre desenvolvimento datam do século XVIII, exatamente com o processo de supressão dos modos de produção pré-capitalistas e advento do capitalismo. O primeiro a levantar a questão sobre desenvolvimento econômico parece ter sido Quesnay²⁰⁵ em seu trabalho *Tableau Économique*, em 1758, que entendia o sistema econômico semelhante ao organismo humano, sendo a agricultura a única atividade produtiva e, por conta disso, o desenvolvimento dependia do aumento da produtividade agrícola; o segundo trabalho de destaque e que serve de base para muitos estudos na atualidade, foi *A Riqueza das Nações*, de Smith²⁰⁶, na qual o autor registrou sua preocupação com o progresso econômico e o equilíbrio da economia, destacando a acumulação de capital, o crescimento populacional e a produtividade da mão de obra na agricultura e na indústria como principais fatores que interferem no desenvolvimento econômico; defendeu a liberdade absoluta dos mercados regulados pela sua *mão invisível*, gerando a teoria do *laissez-faire*. Smith destacou como fatores importantes ao desenvolvimento econômico a presença de instituições sólidas garantidoras da liberdade e do comércio interno e externo, a segurança da população, a propriedade privada e uma legislação que fosse condizente com as aspirações

²⁰⁵ François Quesnay (1694-1774), economista francês, principal representante da *Escola Fisiocrata*.

²⁰⁶ Adam Smith (1723-1790), economista e filósofo escocês, é considerado o pai do liberalismo e da economia moderna.

desenvolvimentistas. Em seguida, o destaque é para Ricardo²⁰⁷ que, partindo das ideias de Smith, destacou a importância das inovações tecnológicas para o desenvolvimento, sendo sua obra mais importante *Princípios de Economia Política e Tributação*; Ricardo revelou forte pessimismo ao relacionar os rendimentos decrescentes da agricultura com o crescimento populacional, inspirando seu contemporâneo Malthus²⁰⁸ que observou que o crescimento populacional entre 1650 e 1850 havia dobrado, graças ao declínio da taxa de mortalidade e à melhoria das condições de vida nas aldeias e nas cidades, decorrentes dos benefícios do desenvolvimento capitalista. Procurou relacionar o crescimento demográfico com o bem-estar social que considerava ameaçado pela possível escassez de alimentos. Para ele, a população crescia em progressão geométrica enquanto a produção de alimentos crescia em progressão aritmética e o resultado inevitável seria a fome. Para evitar isso, propôs controle rígido do crescimento da população, defendendo inclusive o extermínio de *pessoas inúteis*, como os portadores de deficiências e até crianças normais (certamente, que de origem pobre).

Na ordem cronológica, tem-se a presença de Marx²⁰⁹ que fez uma análise criteriosa do modo de produção capitalista, a partir da visão materialista da história, criticando duramente o liberalismo de Ricardo e Smith. No primeiro volume da sua principal obra, *O Capital*, escreveu *Uma Crítica da Economia Política*, imprimindo novos elementos e nova interpretação ao pensamento liberal dos seus antecessores. Marx reconhece, na discussão do método da economia política, que o capitalismo é a forma de organização histórica mais desenvolvida, em comparação às formas anteriores de organização social e econômica: “[...] os povos pastores, os simples povos caçadores ou pescadores não chegaram ao ponto em que começa o verdadeiro desenvolvimento” (MARX; ENGELS, 1974, p. 21). Adverte, entretanto, que há outras formas de sociedade bem desenvolvidas nas quais se encontram formas elevadas de economia baseadas na cooperação e que não têm a acumulação de capital como objetivo principal (citando o exemplo do Peru), mas que não atingiram ainda sua maturidade. A sua teoria econômica apoiou-se no método dialético que concebe as sociedades sempre em movimento, em processos contínuos de transformação, dentro da lógica dos conflitos.

Marx discutiu com detalhes o modo de produção feudal, baseado na reprodução simples do capital, e o modo de produção capitalista que só pode manter-se e reproduzir-se pela reprodução ampliada do capital e, enquanto tal, alimentar todo processo de acumulação

²⁰⁷ David Ricardo (1772-1823), economista inglês, segundo homem na hierarquia dos clássicos liberais.

²⁰⁸ Thomas Malthus (1776-1834), economista, estatístico e demógrafo inglês.

²⁰⁹ Karl Heinrich Marx (1818-1883), economista, filósofo e sociólogo alemão.

que se concretiza devido ao sistema de exploração dos trabalhadores pela apropriação da mais-valia. Embora não tenha tornado explícito, pode-se inferir, a partir do que ele escreveu, que o desenvolvimento, numa perspectiva de beneficiar o conjunto da sociedade, não é possível, no capitalismo, uma vez que isso se contrapõe com o seu objetivo magno que é a acumulação. E mais: quando demonstra que o capitalismo se vale de muitas estratégias para reduzir as taxas de salários, reduzindo o preço do trabalho a níveis mínimos necessários apenas à sua reprodução, permite inferir-se que a classe trabalhadora estaria condenada a uma situação permanente de *subdesenvolvimento* pelo grau de subordinação estabelecido, considerando que nunca obterá as condições necessárias para o atendimento de todas suas necessidades numa sociedade guiada pelo modo de produção capitalista.

6.2 CONCEPÇÃO NEOLIBERAL

Para evitar o debate guiado pelo materialismo histórico, que inevitavelmente poria em cheque a possibilidade de construção do desenvolvimento no modo de produção capitalista, surgem, periodicamente, formas de compreensão e de discussão na tentativa de explicar as condições de pobreza no mundo e as perspectivas para o desenvolvimento. É o caso da discussão sobre a multidimensionalidade do desenvolvimento (BUARQUE, 2002; CAVALCLANTI, 2004; VEIGA, 2005; HOFFMAN; KAGEYAMA, 2006; SAQUET, 2011) fortemente amparada nos trabalhos do indiano Amartya Kumar Sen (2008 e 2011), cujo conceito se contrasta com várias outras concepções de desenvolvimento, a exemplo daquelas de orientação marxista, mas também com aquelas que o identificam com crescimento econômico verificado pelos índices do PIB, do PNB²¹⁰, da renda *per capita*, aumento da produção industrial ou a própria modernização social, embora possam ser úteis para a expansão das liberdades pessoais numa sociedade, mas que dependem de outras condições como a educação, a saúde, os direitos civis, o controle social sobre a administração pública, entre outros.

Na visão de Sen, a construção do processo de desenvolvimento implica na remoção das principais fontes de privação da liberdade: a tirania, a pobreza, a ausência de oportunidades econômicas, a precariedade dos serviços públicos, dificuldades de

²¹⁰ Os métodos modernos para definição de PIB, PNB e outros similares têm suas origens em estudiosos do século XVII, a exemplo de William Petty, Gregory King, François Quesnay, Antonie-Laurence Lavoisier, Joseph-Louis Lagrange, dentre outros, mas, pouco têm a ver com os objetivos originais. Petty introduziu o “método de renda” e o “método de dispêndio” para calcular a renda nacional, com preocupação central de avaliar as condições de vida das pessoas, a “felicidade particular de cada homem”.

implementação de padrões éticos, interferência excessiva do Estado na vida das pessoas. A ausência de liberdade rouba das pessoas o direito de saciar a fome, de alimentar-se adequadamente, de gozar de serviços adequados de saúde, de moradia digna, de vestir-se de modo satisfatório, de ter acesso a serviços básicos como água e saneamento básico e às tecnologias da informação. A negação da liberdade se expressa por sistemas econômicos injustos, por serviços públicos ineficientes, por regimes políticos autoritários que negam ou restringem os direitos civis e dificultam a participação na vida social, política e econômica da comunidade e acaba por gerar a iniquidade social.

Deve-se considerar a estreita ligação entre as liberdades individuais e o desenvolvimento social. O que as pessoas fazem ou deixam de fazer está diretamente relacionado com as oportunidades econômicas, com as liberdades políticas, poderes sociais e por fatores habilitadores como condições de saúde, de moradia, de lazer, de incentivo às iniciativas e capacidades individuais e coletivas. Atender às necessidades de saúde, de educação, de segurança pública etc., requer investimentos públicos que, além de parques, são rotineiramente mal utilizados, com impactos pífios na qualidade de vida coletiva.

Martya K. Sen (2008) trouxe grandes e úteis reflexões sobre o modelo de desenvolvimento nos últimos séculos; utilizando uma metodologia comparativa, com vários exemplos ilustrativos, questiona toda a base de argumento do conceito ocidental de desenvolvimento a partir de critérios contábeis, trazendo à tona a liberdade e a justiça como indispensáveis, entendidas como direito inalienável que deve ser garantida a todos os cidadãos através de condições dignas de vida e de várias formas de liberdade: liberdade substantiva, participativa, liberdade civil, liberdade democrática (SEN, 2008; 2011). Entretanto, Sen não foi capaz de discutir a igualdade de condições e de oportunidades no mundo econômico, como um elemento essencial ao desenvolvimento e, ao não fazê-lo, fugiu da discussão das relações de produção, da apropriação da mais-valia, elementos constitutivos das desigualdades sociais. Suas reflexões concentram-se na esfera da *superestrutura*, ou seja, no campo da política, dissociando-a da base material em torno da qual as sociedades se organizam e constroem seus instrumentos de exploração e dominação. Para ele, a liberdade é a chave de tudo; somente com liberdade, participando e opinando, as pessoas podem conduzir suas vidas. Esquece-se de que as liberdades políticas, mesmo amplas e irrestritas, não garantem liberdade econômica nem equidade social: no capitalismo, os trabalhadores nunca vão ter liberdade para escolher onde trabalhar, que tipos de função exercer, decidir sobre seus salários, sobre o lucro das empresas etc. Ele acredita que o redirecionamento das políticas públicas essenciais, como

educação, saúde e alimentação, além da democratização dos direitos civis são suficientes para melhorar as condições de vida da população, o que se constata como verdadeiro, mas não ajudam a reduzir as desigualdades econômicas e sociais entre as pessoas e entre os países, não contribuem, por si mesmas, para redução dos níveis de dependência econômica e tecnológica das nações, nem para a redução do ritmo de exaustão dos recursos naturais e de degradação ambiental etc.

Para os adeptos da visão do desenvolvimento relacionada com as estatísticas (PIB, PNB etc.), a satisfação das necessidades da população é vista como *questões sociais* dissociadas das questões econômicas e, por isso, enfrentadas com medidas assistencialistas que admitem a incapacidade da população de construir processos contínuos de desenvolvimento²¹¹; a discrepância entre PNB, PIB, renda *per capita* e qualidade de vida da população é grande. No Brasil, Gabão ou Naníbia a renda *per capita* é muito superior aos de países como Sri Lanka, China ou Índia, entretanto, nesses países, a expectativa de vida é bem superior à dos primeiros (SEN, 2008, p. 20); na mesma linha de raciocínio, constata-se que os afro-americanos são muito mais ricos do que os povos do Terceiro Mundo, entretanto, seus indicadores de longevidade são muito inferiores aos da China, Índia ou Sri Lanka, onde os diferentes sistemas de saúde, de educação e de relações comunitárias têm papel fundamental. Homens de Bangladesh têm mais chance de viver até depois dos sessenta anos do que os homens afro-americanos do distrito de Harlem, na próspera cidade de Nova York (SEN, 2008, p. 39). Em início do século XX, Euclides da Cunha, desbravando e conhecendo o sertão baiano, registrou em *Os Sertões* que as crianças sertanejas não apresentavam os sintomas de raquitismo, muito comuns entre as crianças pobres do litoral, ou seja, apesar de mais pobres, mantinham algumas vantagens.

Outro elemento a destacar é o papel do mercado: as formas de organização do mercado globalizado, competitivo e excludente, nega a milhões de agricultores familiares, artesãos e microempresários industriais a liberdade de comercializar seus produtos a preços justos e de participarem do intercâmbio econômico. Embora se reconheça o papel dos mercados na promoção do crescimento econômico, necessário para a liberdade econômica dos indivíduos e até para a equidade econômica, estão regulamentados para alimentar o sistema de enriquecimento de poucos e o empobrecimento de muitos. Há que considerar, também, na construção do processo de desenvolvimento, as liberdades que as pessoas têm – mediadas por

²¹¹ O I Plano Nacional de Desenvolvimento da Nova República reduziu o Nordeste a prioridades sociais, relegando completamente a plano secundário o desenvolvimento dos segmentos produtivos (FILHO, 1986, p. 157).

valores impostos e disseminados pelas classes dominantes – de participar da vida pública, de controlar os atos governamentais, de participar da vida política da sua comunidade e do seu país, criaria uma atmosfera positiva de confiança e de encorajamento para enfrentar e suprimir as adversidades do subdesenvolvimento. Ainda no século XVIII, Malthus defendeu, como estratégia para beneficiar os proprietários rurais ingleses, o controle rígido do crescimento populacional, pela coerção e pela violência, e seu quase contemporâneo, Condorcet²¹², também reconhecia a necessidade do controle da natalidade, mas que isso fosse feito pelo *progresso da razão*, ou seja, com mais educação para que as pessoas pudessem ter liberdade de tomar decisões. Sen (2008, p. 25), estabelece cinco tipos distintos de liberdade, de direitos e oportunidades para promover a capacitação geral das pessoas: a) Liberdades políticas; b) Facilidades econômicas; c) Oportunidades sociais; d) Garantias de transparência; e) Segurança protetora. Essa classificação deve ser analisada e compreendida como componentes de uma unidade universal concreta, ou seja, como um conjunto de relações dentro de uma mesma totalidade, no qual um tipo está sempre complementando e alimentando outro: as liberdades políticas geram segurança econômica, tranquilidade para empreendedores e empresários; as oportunidades sociais, a partir dos serviços públicos de educação, de formação profissional, de saúde etc. facilitam a participação social na dinâmica da economia; as facilidades econômicas (oportunidades de produção, de mercado e de participação nos seus resultados) melhoram a qualidade de vida. As liberdades, assim, são ao mesmo tempo, meios principais e fins primordiais do desenvolvimento.

Faz sentido discutir o desenvolvimento enquanto liberdade se ultrapassar o universo imaterial (direitos civis e políticos etc.) para o campo material, dos direitos econômicos, que é tão importante quanto os direitos civis e políticos. Deve-se considerar, também, que a liberdade não é mera abstração, é o resultado de uma relação objetiva entre as pessoas e o espaço ocupado por elas, entre o consumo e os recursos disponíveis (LÉVI-STRAUSS, 1979). Desse modo, a liberdade está associada às condições materiais de existência, o que não se garante apenas por medidas na esfera da superestrutura e é negado, cotidianamente, pelo neoliberalismo que difunde e implementa medidas (legitimadas pelo conjunto da sociedade), completamente dissociadas da realidade concreta. São muitos os exemplos disso entre nós: a Constituição Federal estabelece que *todos são iguais perante a lei*, ignorando completamente as diferenciações impostas pelo mundo real no qual os que têm bens e os que não têm ocupam

²¹² Merie Jean Anoine Nicolas De Caritat – Marquis de Condorcet (1743-1794), francês, filósofo positivista, matemático e politicólogo.

posições opostas; a *igualdade de gênero, de etnias etc.*, idolatrada nos últimos anos, inclusive por muitos segmentos acadêmicos e pelos movimentos sociais, ignora a situação de classe das mulheres e das diferentes raças, impregnando a ilusão de que as mulheres e os negros, por exemplo, que ocupam posições de dominação são iguais aos que são explorados e dominados no cotidiano; o explorador e o explorado, dominante e dominado, são tratados como iguais. Os exemplos são infinitos. Lévi-Strauss reconhece que os direitos políticos não determinam as formas de existência social e nem tão pouco sua visão de mundo porque, concordando com o raciocínio de Marx, acredita que são as formas de existência social que dão um sentido às ideologias; é a existência que determina a consciência.

Somente concebendo a liberdade como direitos civis, políticos e econômicos faz sentido entendê-la como pressuposto para o desenvolvimento enquanto processo gerador de bem-estar social. A falta de liberdade econômica é compreendida, além das restrições aos bens materiais, por dificuldades de acesso a recursos políticos como a informação, o conhecimento, o respeito, a democracia que gera sub-representações políticas dos grupos sociais mais desfavorecidos, fragilizando o processo democrático e o desenvolvimento (DAHL, 2000). Não se trata, por conseguinte, de mero reconhecimento de liberdades formais; a maioria dos países ocidentais de democracia burguesa introduziu em seus referenciais jurídicos enunciados do tipo *todos são iguais perante a lei; educação: dever do Estado, direito do cidadão*; e similares, sem qualquer vinculação com instrumentos operativos. Todos sabem que eles nada têm a ver com o mundo real, com o dia a dia das pessoas. Marx, ainda no século XIX, soube distinguir a liberdade formal da privação da liberdade real. Analisando os modos de produção anteriores ao capitalista, verificou que nenhum deles dava aos trabalhadores a liberdade de escolher seu próprio patrão. Como na atualidade, a tão badalada liberdade no capitalismo não passa de falácia: nenhum trabalhador tem o direito de escolha do seu empregador ou de interferir nos mecanismos de extração e apropriação da mais-valia por eles produzida, ou de usufruir de sistemas de ensino para seus filhos em igualdade com os filhos dos patrões etc.

O desenvolvimento deve, antes de qualquer coisa, estar a serviço das pessoas e da sociedade; como o conhecemos hoje, embasado apenas em índices contábeis, independentemente do seu caráter predatório que pode ser danoso a um país, já que pode levar, em médio e longo prazos, a passivos ambientais irrecuperáveis e à eliminação da sua tradição e da herança cultural, descaracterizando a identidade do seu povo. Há, inclusive, aqueles que defendem a destruição do patrimônio histórico e cultural a partir de argumentos

meramente ideológicos *modernos*, arguindo que é melhor ser rico e feliz do que ser tradicional e pobre. A questão central, entretanto, está na liberdade de escolha entre uma e outra alternativa, ou, quiçá, de uma terceira, conciliando a ambas. O fato é que, no capitalismo, ser *rico e feliz* não é opção da maioria, mas um *direito* restrito a poucos.

O crescimento econômico não pode ser considerado um fim em si mesmo, às custas da destruição da memória cultural ou das condições socioambientais, pra não citar condições elementares de vida: a negação à moradia, à alimentação, à educação etc.; antes de tudo, precisa ser útil e em proveito de alguma coisa, como observou Aristóteles ainda no início do século IV a. C.²¹³; o crescimento econômico tem que estar relacionado com a qualidade de vida das pessoas, permitindo que cada um seja mais completo, exercitando assim suas vontades e capacidades, como também reconheceu Sen (2008). O crescimento econômico, que não raras vezes é confundido com desenvolvimento, não expressa qualidade de vida ou bem-estar social, mas simples indicador contábil. Mesmo nos países mais ricos, há uma quantidade expressiva de pessoas vivendo em condições desfavoráveis, sem emprego, sem acesso a serviços educacionais e de saúde, sem assistência social, sem amparo previdenciário, em situações de extrema vulnerabilidade. Entretanto, estatisticamente, esses casos ficam completamente invisíveis e podem ser ignorados; podem, aquelas pessoas, continuarem condenadas a uma vida precária e à morte prematura, sendo que o volume desta situação de pobreza varia de país para país, mas isso não importa para as estatísticas. A pobreza deve ser encarada como a privação das capacidades básicas e não simplesmente como baixo nível de renda, como define o critério liberal tradicional. A renda deve ser vista enquanto componente da situação de pobreza na medida em que, a sua ausência ou insuficiência, têm reflexos negativos diretos na vida das pessoas, negando as oportunidades para uma educação melhor, para os serviços básicos de saúde, de acesso à informação ou a bens de consumo básicos, mas não enquanto valor absoluto, até porque, a renda utilizada de forma inadequada não gera bem-estar²¹⁴. Outro elemento a considerar, no fator renda, é a variável população com suas determinações internas: faixas etárias de menor e maior idade (crianças e idosos) consomem mais renda em educação e saúde do que as faixas etárias intermediárias e são menos propensas ao desenvolvimento das capacidades individuais; da mesma forma, fatores de localização também interferem no *valor* da renda: populações que habitam em áreas sujeitas a catástrofes naturais (inundações, tempestades, terremotos) precisam de mais renda para

²¹³ Coleção Os Pensadores, Editora Nova Cultural, 2000,

²¹⁴ Um salário de US\$ 20, numa dada região, pode significar um poder de compra superior a outro de US\$ 100, noutra região.

proteção e reparo de danos do que aquelas que habitam áreas de menor risco. Outro elemento importante é a capacidade de compra dos salários: com a desestruturação da educação pública em todos os níveis e com os precários serviços públicos de saúde, uma família de *classe média* com dois filhos e renda mensal na faixa cinco salários mínimos obriga-se a gastar mais de 40% dessa renda com educação dos filhos e planos de saúde – custos que deveriam ser assumidos pelo Estado - limitando outros aspectos básicos como moradia, alimentação, cultura e lazer. Além do mais, assim como as políticas públicas de educação, saúde etc. podem contribuir para aumentar o poder aquisitivo da população, podem igualmente se constituir em fatores estimulantes para as capacidades participativas, construindo-se movimento simbiótico propício ao desenvolvimento.

O conceito de desenvolvimento, assim, associa-se à noção de equidade e de justiça, como o fez John Rawls (RAWLS, 2000; 2002; 2003) ao discutir as exigências de equidade que revelam os aspectos antidesigualdades e caracterizam os *princípios de justiça*, inspirando outros pesquisadores que chegaram a formular um conceito que ajusta a renda agregada, reduzindo o seu valor contabilizado segundo o grau de desigualdade na distribuição da renda (SEN, 2008, p. 115). Para ele, "cada pessoa tem o mesmo direito irrevogável a um esquema plenamente adequado de direitos e de liberdades básicas iguais, que seja compatível com o mesmo esquema de liberdades para todos [...]" (RAWLS, 2003, p. 60); propôs, então, o *índice de desigualdade*, segundo o qual se pode medir a perda social envolvida na distribuição desigual da renda, estabelecendo-se medidas compensatórias²¹⁵. Esta fórmula, se aplicada, poderia até ser a solução para a reposição da carência de renda, mas não supre outros danos causados e que vão além da distribuição de renda monetária com graves consequências individuais e sociais, como o desemprego, que além de tirar o direito à renda – que pode ser sanado com medidas compensatórias – tira das pessoas a autoconfiança, a autoestima, as habilidades profissionais, a harmonia familiar, gerando problemas psicológicos e novas doenças mórbidas, aumentando os índices de exclusão social.

Esta linha de raciocínio ignora as condições externas que diretamente interferem nas condições de desenvolvimento de uma região ou país, creditando exclusivamente as condições do desenvolvimento a fatores internos, como fizera Harrison (1985, p. 20):

O que faz o desenvolvimento acontecer é nossa capacidade de imaginar, teorizar, conceituar, experimentar, inventar, articular, administrar, resolver problemas e fazer uma centena de coisas com nossos cérebros e mãos que

²¹⁵ Mede-se a desigualdade de uma distribuição de renda pela redução percentual da renda total que pode ocorrer sem que se reduza o bem-estar social, distribuindo-se o novo total reduzido de modo exatamente igual (SEN, 2008, 116, nota de rodapé).

contribuem para o progresso do indivíduo e da humanidade, minimizando o papel dos recursos naturais, da geografia, do mercado e das políticas governamentais [...].

Harrison entende o desenvolvimento como a melhoria da qualidade de vida e do bem-estar das pessoas: “[...] a nossa definição de desenvolvimento é muito mais ampla do que apenas a dimensão produtiva da existência humana. Ela abrange também a dimensão social, particularmente saúde, educação e previdência social” (HARRISON, 1985, p. 21), e propõe um roteiro para a sociedade desenvolver a capacidade criativa e alcançar o desenvolvimento, cujo resumo é o seguinte: a) através de um ambiente em que as pessoas esperam e recebam um tratamento justo; b) através de um sistema educacional de qualidade acessível para todos; c) através de um sistema de saúde que proteja as pessoas das doenças; d) através da criação de mecanismos que estimulem a capacidade crítica; e) através da criação de um ambiente que ajude as pessoas a descobrirem seus talentos e utilizarem, adequadamente, em seus empregos; 6. Através de um sistema de incentivos que recompense os méritos; f) através da criação de um ambiente de estabilidade e continuidade (HARRISON, 1985, p. 22). Lawrence Harrison resume seu pensamento numa frase que originou o título de sua obra: *subdesenvolvimento é um estado de espírito*.

O equívoco principal de Sen e de Harrison, e de tantos outros, é sua aparente ingenuidade em ignorar o processo de acumulação do capital numa economia globalizada, de considerar o impossível possível. Boaventura Sousa Santos (2002) analisa a situação e os efeitos do capital globalizado a partir da década de 1980 e o papel das empresas multinacionais na condução da economia mundial, distribuídas em *três grandes capitalismos*, com o seu *consenso neoliberal*, que estabelecem seus domínios sobre o mundo: o americano, liderado pelos Estados Unidos, com foco de atuação no Canadá, México e América Latina; o japonês, liderado pelo Japão, com suas relações no continente asiático; e o europeu, capitaneado pela União Europeia, com ação em toda Europa, incluindo o Leste e o Norte da África. Apenas 1% das empresas multinacionais controlam 50% dos investimentos diretos estrangeiros (SOUSA SANTOS, 2002, p. 31). Essa análise refere-se a uma situação num determinado momento histórico. Provavelmente, uma análise atual já incorporaria a China com um papel de destaque, considerando o seu papel atual na economia global.

O ambiente, para que o *consenso neoliberal* possa manter-se e gerar os resultados esperados, está baseado em três importantes medidas inovadoras: restrições drásticas à capacidade de regulação estatal da economia, abrindo caminho para as medidas de interesse do mercado globalizado; a ampliação dos direitos internacionais para investidores

estrangeiros, com sistemas de incentivo a inventores e criadores cujas invenções sejam objeto de registro de propriedade intelectual, aumentando a dependência tecnológica das nações; a subordinação dos Estados nacionais às agências multilaterais como Banco Mundial, Fundo Monetário Internacional e Organização Mundial do Comércio, entre outros, com efeitos mais danosos às economias dos países periféricos e semi-periféricos que são mais vulneráveis ao receituário neoliberal. Um resultado direto disso foram os cortes de investimentos sociais, a exemplo da Suécia e Canadá na década de 80 e, recentemente, Grécia, Portugal, Espanha, França, Itália, entre outros, com prejuízos irrecuperáveis para a população. Sousa Santos, concordando com vários outros estudiosos, atribui o *consenso neoliberal* à *tríplice aliança* formada pelas empresas multinacionais, os capitalistas locais e a *burguesia estatal*, que vem gerando grandes e novas desigualdades sociais reconhecidas pelas próprias agências multilaterais (SOUSA SANTOS, 2002). A parceria desses três segmentos impossibilita qualquer forma de enfrentamento à questão da distribuição das riquezas, exceto a adoção de medidas periféricas através de políticas compensatórias que não interferem no processo global de acumulação que resulta na acentuação das desigualdades: 54 dos 84 países menos desenvolvidos viram seu PNB per capita decrescer nos anos 80 (SOUSA SANTOS, 2002, p. 33), gerando, segundo cálculos da ONU, um bilhão de pessoas (1/4 da população mundial) em situação de extrema pobreza, com disponibilidade de apenas um dólar por dia, e outros dois bilhões de pessoas que dispõem somente do dobro desse rendimento. Os países pobres hospedam, hoje, 90% das doenças conhecidas, mas só dispõem de 10% dos recursos globalmente investidos em saúde.

Esses poucos elementos sobre os efeitos do capital nas economias nacionais e na geração de desigualdades foram apresentados apenas para ilustrar o raciocínio de que, nessas condições, como já antevia Marx, fica absolutamente impraticável qualquer iniciativa voltada para o desenvolvimento numa perspectiva de promoção da liberdade, do bem-estar e da equidade social; talvez por isso, programas desenvolvimentistas não frutificam e fracassam no seu nascedouro, exatamente porque foram ignorados fatores essenciais impostos pelo capital espoliador. Ciente disso, Celso Furtado, na década de 1970, publicou *O mito do desenvolvimento*, demonstrando o conflito de interesses entre os *promotores* e os *beneficiários* do desenvolvimento no modo de produção capitalista. A sustentação dessas políticas está na ação ideológica que encontra os argumentos socialmente aceitos para viabilizar o grande capital, recorrendo-se, inclusive, à manipulação da economia enquanto ciência (SOUSA SANTOS, 2002, p.14-16). Para justificar a distância entre os países ricos e

pobres, expressa em índices numéricos, promoveu-se também a doutrina da ajuda externa, a partir da Segunda Guerra Mundial, vista como uma atitude generosa dos países ricos, ocultando os verdadeiros interesses de conquistas e dominação, além de uma ação afirmativa também de natureza ideológica, onde os dominantes aparecem como aliados²¹⁶. Nesta nova doutrina, os países pobres devem seguir o receituário dos países ricos, procedendo a alienação de recursos naturais, supressão de barreiras alfandegárias para a criação de áreas de livre comércio e adaptação da agricultura para o mercado externo²¹⁷. E toda justificativa de caráter político-ideológica vem respaldada pelo conhecimento científico, mas como adverte Theotonio dos Santos, diante da incapacidade de explicar determinados fenômenos, a ciência contribui para tornar as realidades mais confusas - “es el medio de absolutizar la situación de mistificación” (SANTOS, 1973, p. 52), revelando seu profundo compromisso de classe, transformando-se assim em mera ideologia.

Entre nós, o estigma construído ao longo do tempo sobre o Nordeste é um exemplo de como a ciência foi usada como instrumento ideológico. A sociedade foi *convencida* de que o Nordeste era uma *região problema*, sem considerar nenhuma das suas potencialidades e as tramas políticas para manter o *status quo* e, portanto, uma visão parcial, enviesada; a pobreza, a fome, o analfabetismo etc. eram consideradas como resultantes de uma situação causada pelas condições edafoclimáticas que impediam o processo produtivo. Mentiras sucederam-se ao longo do tempo, amparadas por trabalhos técnicos e *científicos* aos montes, dando conta de que a população nordestina estava condenada ao subdesenvolvimento pela *vontade de Deus* ou pelas condições impostas pela natureza. E, nesse caso, o papel do governo deveria ser de estimular as medidas assistencialistas e a caridade, mandando para os pobres nordestinos algumas migalhas daquilo que lhe foi extraído: após a grande seca de 1877, o Imperador Pedro II ofereceu as joias da Coroa para saciar a fome dos nordestinos (sem que jamais fossem distribuídas), sem interferir no sistema latifundista algodoeiro-pecuário gerador de pobreza e miséria.

A *estratégia ideológica* adotada ao longo dos anos foi no sentido de convencer a opinião pública de que a pobreza do semiárido se explica, primordialmente, pelas condições meteorológicas, pela falta de água, pela ausência de recursos naturais e pelo atraso do seu povo; à sociedade foram negadas as informações que poderiam levar a uma explicação lógica

²¹⁶ Não há nenhuma outra explicação, a não ser por uma questão meramente político-ideológica, para o exército norte-americano construir reservatórios de água na região semiárida, como o fez na Região do Sisal, na Bahia.

²¹⁷ Foi a partir dessa lógica que a agricultura camponesa passou a ser vista como *agricultura familiar*.

e racional da situação, como por exemplo: a de que o semiárido nordestino possui a maior concentração de açudes do mundo com um volume de água armazenado estimado em 37 bilhões de metros cúbicos e uma reserva subterrânea que possibilita extrair 20 bilhões de litros por ano; a de que o semiárido possui um potencial econômico natural inestimável em suas reservas minerais, no seu potencial energético e biotecnológico; a de que, o atraso educacional, tecnológico e político da população é resultado da ação deliberada do Estado, atendendo aos interesses do capital nos diferentes momentos históricos.

Assim, a sociedade contentou-se em buscar do Estado apenas medidas paliativas e pontuais, distantes da questão central, a estrutura econômica e a estrutura de poder. Vieram as soluções hídricas e as ações emergenciais em épocas de estiagem (frentes de emergência, distribuição de cestas básicas de alimentos, “vale seca” etc.) sem qualquer alteração no sistema produtivo nordestino que amparava – e ainda ampara – um sistema de poder político que conduz as políticas públicas para benefício de grupos econômicos e para a sustentação no poder dos grupos remanescentes das antigas oligarquias.

Os economistas são chamados a produzir novas teorias para justificar o caos de modo satisfatório, oferecendo subsídios aos governos para a adequação de suas políticas para atender os interesses do processo de acumulação e também satisfazer a opinião pública que, confusa, interrogava-se sobre o que lhe era apresentado. A economia torna-se simples ideologia, cujo objetivo é convencer o Estado e os povos das vantagens daquele produto, ora oferecido, chamado desenvolvimento; a *venda* da ideologia do crescimento econômico, a imposição da sociedade de consumo às populações, transformando-se o *homo sapiens* no *homo economicus*, ou seja, a economia colocada a serviço do capital que desvincula o homem (e a mulher) e da sua história, transformando-os em objeto do capital (SANTOS, 2007, p. 15). Assim, a economia deixa de ser uma ciência para transforma-se em mero instrumento político, em ideologia, levando as populações do mundo mais pobre a esquecerem que pertencem a um mundo explorado. Para Morin (2005), o que falta à ciência econômica²¹⁸ é exatamente a relação com o não econômico; apesar de utilizar métodos cada vez mais rigorosos para identificar situações de progresso econômico, incorpora o defeito de uma abstração que a separa do complexo contexto real; assim, o saber econômico ignora que a economia depende daquilo que depende dela e se torna incapaz de prever seu próprio devir, tornando-se cego ao próprio econômico.

²¹⁸ É preciso ressaltar que há grandes e valiosos estudos, de diferentes pesquisadores, que procuram dar à economia o seu verdadeiro papel e sua legítima identidade enquanto ciência.

Conseguem, as elites brasileiras, incluindo-se as detentoras do poder econômico, e amplos setores intelectuais, algumas proezas que vão alimentar todo projeto político, ou, na linguagem de Milton Santos (2003), várias formas de violência do capital:

a) Uma teoria econômica que lhes seja favorável, o que desnuda a ideia de neutralidade da ciência;

b) O *homo sapiens*, historicamente determinado, transformado num simples *homo economicus*, posto como mera peça da engrenagem da produção capitalista;

c) A ciência econômica passa a ignorar o espaço como ambiente social de conflitos definido histórico e geograficamente;

d) A ideologia toma lugar da ciência, possibilitando que os homens tenham uma visão invertida do seu mundo;

e) O divórcio entre o homem e o capital – ou seja, o processo de produção capitalista alheio ao próprio homem;

f) À economia é dada a tarefa de disseminar o capital em vários espaços, com argumentos justificadores e legitimadores.

Convencidos das novas estratégias, a *burguesia estatal*, os dirigentes do Estado, associam-se aos interesses do capital para convencer a opinião pública nacional da nova trilha proposta e desviá-la da possibilidade de compreensão das verdadeiras causas do subdesenvolvimento do semiárido nordestino, o que, inevitavelmente, levaria à formulação de propostas transformadoras ou revolucionárias. Assim, conseguiu-se o nível de acomodação da sociedade, incluindo-se os setores organizados da sociedade civil, os movimentos sociais e sindicais, os intelectuais e os partidos de esquerda ao patamar necessário à estabilidade política para o necessário suporte ao sistema econômico, substituindo seu ideal transformador pelo pragmatismo cotidiano, deixando livre a classe dominante para operar suas mazelas sempre em favor do capital. Tudo isso, no entanto, foi fruto do embate entre as classes subalternas e dominantes, "tolerados pelo capitalismo porque não se constituem em qualquer ameaça de compartilhamento de poder" (TAVARES, 2004, p 74), de forma que as propostas de mudança foram capitaneadas conforme as necessidades e interesses de cada momento.

Em realidade, o projeto de desenvolvimento do nordeste, como do Brasil, é parte do projeto neoliberal global estabelecido para o período pós-industrial, seguindo a mesma lógica da estratégia traçada ainda antes da segunda guerra mundial, incapaz de incluir a todos, uma vez que pelo menos 1/3 da população não teve acesso a qualquer forma do padrão civilizatório produzido pela sociedade industrial do século XX (POCHMANN, 2012, p. 19).

Por outro lado, não conseguiu também superar as condições de insustentabilidade com o atual padrão de produção e de consumo fortemente destrutivo, resultando na elevação da temperatura global e nos incidentes naturais. Ou seja, o projeto de sociedade, atualmente existente, só pode ser universalizado na forma de subdesenvolvimento, mesmo gerando o mito de universalização dos benefícios tecnológicos, econômicos e sociais. O modelo adotado “fundamenta-se numa nova casta política e econômica mundialmente privilegiada, que se beneficia dos ganhos financeiros em escala planetária.” (POCHMANN, 2012, p. 21).

Convencida de que os problemas do semiárido nordestino têm raízes nas condições meteorológicas, a sociedade, guiada pelos interesses das oligarquias locais e regionais, criava o ambiente propício para a intervenção do Estado de forma assistencialista, sem ameaçar o sistema produtivo firmado na agropecuária latifundista e o sistema de poder estabelecido. Quanto mais pobres, desprovidos de conhecimento e dependentes fossem os nordestinos das medidas assistenciais do Estado, mais fácil a manutenção do sistema de dominação instituído, garantindo-se a estabilidade necessária para a operação do capital internacional que assume o controle de setores dinâmicos da economia no semiárido, a exemplo da produção de soja e algodão no Oeste do Estado, do polo de fruticultura de Juazeiro, do setor energético e o dos recursos minerais.

6.3 DESENVOLVIMENTO E SUBDESENVOLVIMENTO: ENREDOS DO MESMO FILME

O termo *subdesenvolvimento*²¹⁹ surgiu após a segunda guerra mundial, nos documentos de organismos internacionais como ONU e UNESCO, com a identificação de índices estatísticos para os diversos países do mundo, como mortalidade infantil, renda *per capita*, produto interno bruto (PIB), alimentação, habitação etc., quando, apesar dos equívocos metodológicos na conceituação e aplicação de tais indicadores, demonstraram o *abismo* entre o conjunto de países ricos (considerados desenvolvidos) e de países pobres (subdesenvolvidos). O conceito, assim, apenas procurou classificar uma situação cuja origem está muito distante, já que níveis diferenciados de pobreza e riqueza são encontrados desde as Cidades-Estado, três milênios antes da era cristã, como se pode constatar nos casos de

²¹⁹ Sachs (2000, p.12) denomina era do desenvolvimento o período histórico específico que se iniciou em 20 de janeiro de 1949, quando Harry S. Truman, em seu discurso de posse, referiu-se pela primeira vez ao hemisfério sul como “áreas subdesenvolvidas”. Truman foi presidente dos Estados Unidos de abril de 1945 a dezembro de 1948 em substituição a Franklin D. Roosevelt, com a morte deste, já que era o seu vice e de janeiro de 1949 a 1953, por eleição. Foi ele que autorizou os bombardeios atômicos em Iroshima e Nagasaki em agosto de 1945 e, criou a CIA (Central Intelligence Agency), em 1947.

grandes cidades como Mesopotâmia e Roma Antiga, fortalecendo-se nos primeiros séculos da era cristã com o crescimento da capacidade do capital mercantil no enfrentamento com o feudalismo e ganhando corpo com a política expansionista de países europeus a partir do século XIV que passaram, pela força, a ocupar e dominar nações independentes em quase todos os continentes.

Além de outras terminologias com o mesmo sentido, como *países atrasados*, *países tradicionais* etc., surgiu a expressão *Terceiro Mundo*²²⁰, para classificar todos os países pobres, usado pela primeira vez pelo francês Alfredo Sauvy, inspirado no Terceiro Estado Francês às vésperas da revolução de 1789, quando o povo em geral, em situação de muita pobreza, e a burguesia nascente, estavam alijados do poder político de domínio da nobreza e do alto clero que representavam o Primeiro e o Segundo Estados.

Poder-se-ia considerar o subdesenvolvimento como uma situação teoricamente momentânea em que a população de uma determinada localidade (comunidade, região, país) vive em situação de precariedade no tocante ao acesso a bens materiais (produção econômica, renda, alimentação, habitação, vestuário, meios de transporte), ao acesso aos bens imateriais (educação, saúde, tecnologia, informação, cultura, esporte, lazer, direitos civis, liberdade, amparo social), ao consumo de serviços básicos (água, energia elétrica, telefone, *internet*, coleta de lixo, saneamento básico) e ao ambiente saudável. No mundo capitalista, o subdesenvolvimento é um produto do próprio desenvolvimento, ou seja, resultante da exploração econômica gerada por e para o processo de acumulação do capital; é o resultado da dinâmica do capitalismo internacional, como bem reconheceu Celso Furtado. Não se trata, assim, de insuficiência de recursos naturais ou de *ausência* de desenvolvimento, mas de razões históricas desfavoráveis, principalmente o colonialismo econômico e político que manteve muitas regiões do mundo à margem do desenvolvimento econômico e social. O subdesenvolvimento é o produto de um modelo internacional de desenvolvimento, com apropriação e concentração abusiva de riqueza por algumas nações e grandes corporações e imposição de valores morais e culturais aos povos *subdesenvolvidos*, fruto do neocolonialismo capitalista que foi o principal fator gerador do subdesenvolvimento; é preciso não perder de vista que quase todas as regiões dominadas sob a forma de colônias são hoje consideradas subdesenvolvidas (CASTRO, 2003). O subdesenvolvimento é, também, derivado da utilização inadequada dos recursos naturais e humanos; da ausência de políticas

²²⁰ Conforme Sachs (2000, p.13): “Terceiro Mundo” foi uma categoria inventada pelos franceses, no início dos anos 50, para designar o território onde decorriam as batalhas entre os dois superpoderes: União Soviética e Estados Unidos.

governamentais de investimento em infraestrutura, em educação, cultura, ciência e tecnologia; e de um sistema produtivo cujos resultados econômicos são apropriados e desviados para outras regiões, impedindo o processo da dinâmica e da expansão da economia, gerando o desequilíbrio econômico e as desigualdades regionais em muitas partes do mundo, estabelecendo-se uma linha divisória entre países/regiões desenvolvidos (altos índices de industrialização e de bem estar social) e subdesenvolvidos; por mecanismos políticos estabelecidos, que concentram entre poucos o poder decisório e permite-lhes impor suas vontades à maioria.

Para alcançar o desenvolvimento, entendido como a satisfação das necessidades sociais, primeiro, é preciso estabelecer-se uma ruptura no modelo neocolonialista vigente, onde tudo está organizado e estruturado para manter abastecida a *máquina* da acumulação capitalista, criando-se condições para a geração de excedentes capazes de permitir a expansão da economia regional/nacional e de produção, além da difusão do conhecimento focado na coletividade; segundo, uma nova compreensão do conceito de desenvolvimento que não se limite a indicadores quantitativos, mas incorpore também os aspectos qualitativos dos grupos humanos; por fim, o entendimento de que a vida humana é mantida por elementos materiais e imateriais, objetivos e subjetivos. Parece que, para que as regiões subdesenvolvidas possam ingressar num processo de desenvolvimento, o primeiro passo é compreender o sistema de espoliação a que está submetida, os níveis de dependência e subordinação existentes e os canais de transferência de recursos para moldar o planejamento da mudança a essa realidade e, a partir de então, mudar os paradigmas sobre gestão do conhecimento para dotar a sociedade dos meios necessários para compreender a dinâmica do processo e distribuição das riquezas, produzindo-se a vontade da mudança que requer todo um processo de mobilização social. É necessário formular um novo conceito de desenvolvimento incluindo as liberdades quanto às questões imateriais e econômicas, produção e distribuição das riquezas, democracia real no exercício do poder político, preservação ambiental como bem coletivo, e resgatar as *boas práticas* de desenvolvimento já empreendidas, reconhecendo e valorizando os atores locais (individuais e coletivos). Isso pressupõe investimentos em educação não apenas como instrumento de preparação de mão de obra para o mercado, mas, sobretudo para que a população adquira as condições necessárias de compreensão do *seu mundo* numa perspectiva histórica, para o desenvolvimento de suas capacidades intelectuais e habilidades manuais e possa mobilizar-se em torno de um projeto de transformação para a superação das dificuldades econômicas e sociais onde sujeito, objeto e natureza integram uma mesma

totalidade. É preciso ultrapassar a lógica cartesiana baseada na disjunção do objeto e do sujeito, do espírito e da matéria, como também da oposição das pessoas com a natureza (MORIN, 1995), ou, como quis Kosik, compreender “a realidade humano-social como unidade de produção e de produto, de sujeito e objeto, de gênese e estrutura” (KOSIK, 1986, p. 18). A existência de um *capital social* regional, capaz de compreender as causas históricas do subdesenvolvimento e mobilizar-se na busca das transformações necessárias tem demonstrado êxito em algumas regiões do mundo, como foi o caso da Itália, na visão de William Soto:

[...] as diferenças entre o norte e o sul da Itália se explicam pela presença ou ausência de cultura cívica. Assim, o maior desenvolvimento do norte italiano se explica pela maior intensidade da cultura cívica, por uma maior presença da cooperação e, portanto, de uma maior participação da população para conseguir o bem público, enfim, devido à presença de um maior capital social. (SOTO, 2003, p. 9).

Celso Furtado (1963, 1964, 1974, 1977, 1979) trouxe importante contribuição para sua época. Como bom *cepalino*²²¹, acreditava que o subdesenvolvimento seria superado mediante um processo de industrialização coordenado pelo Estado, contrariando os liberais clássicos que atribuíam ao mercado o papel condutor da economia. Somente com a industrialização os países subdesenvolvidos poderiam substituir as importações, superando a fase de fornecedor de produtos primários para os países industrializados e somente o Estado, acreditava, poderia empreender essa empreitada, uma vez que a iniciativa privada estaria voltada para o lucro imediato e não estaria preocupada em superar o subdesenvolvimento. Mesmo reconhecendo que o subdesenvolvimento manifestava-se de forma diferente, em cada país, traçou algumas características que estariam presentes em todos países subdesenvolvidos:

a) Dualismo tecnológico: o retardamento do processo de industrialização, pelas dificuldades de competição com as importações, gerava uma escassa diversificação no aparelho produtivo, resultando num dualismo tecnológico entre *regiões avançadas* e *regiões atrasadas*;

b) Mercado interno frágil e vulnerável, incapaz de dinamizar o crescimento econômico, considerando o modelo industrial concentrador de riquezas e excludente, voltado para o consumidor de alto poder aquisitivo;

²²¹ Relativo à CEPAL (Comissão Econômica para América Latina e Caribe), cujos membros desenvolveram vários estudos nas décadas de 1950 e 1960 para explicar o subdesenvolvimento no mundo, sendo a *Teoria da Dependência* a principal contribuição para o debate.

c) Constantes fugas de capitais com a consequente deterioração das relações comerciais, o que resulta em desequilíbrios na balança de pagamentos e processos cíclicos de contração econômica;

d) O autoritarismo (expresso ou velado) como atributo político dos países agroexportadores, cujos fundamentos residiam na estrutura agrária arcaica.

e) A dimensão cultural: o reconhecimento da necessidade de incorporar a criatividade técnica e os valores das pessoas para acelerar o processo de inovação: “[...] valores que o homem adiciona a seu patrimônio existencial.” (FURTADO, 1984a, p. 107).

Furtado, ao defender o Estado na condução do processo de desenvolvimento, inclusive para evitar as grandes desigualdades regionais, ignorou um aspecto fundamental: o fato de que, no capitalismo, o papel fundamental do Estado é atender aos interesses do capital; logo, sua argumentação esbarra num limite político real: o possível torna-se impossível, exceto na hipótese de alteração substancial na estrutura do Estado. Possível e impossível constituem as faces da mesma moeda; vivemos num mundo do capital globalizado em que é impossível atingir a solução possível. No entanto, o possível impossível é realista, no sentido de que ele corresponde às possibilidades reais da economia, da agricultura, da tecnologia, da ciência, etc., ou seja, da realidade. Mas esse realismo planetário é hoje, nas circunstâncias do capitalismo internacional, simplesmente utópico (MORIN, 1995, p.131). O possível continuará impossível enquanto a *meta* do desenvolvimento for reduzida ao lucro, a acumulação de capital.

A contribuição de Celso Furtado foi excepcional para o debate. Podem-se destacar os seguintes elementos, bastante inovadores para sua época:

a) O reconhecimento de que as características do subdesenvolvimento são determinadas pelo processo histórico de cada, destacando a perpetuação de relações colonialistas entre países desenvolvidos e subdesenvolvidos, ou seja, entre as metrópoles e as colônias. O subdesenvolvimento passa a ser visto como a expressão da dinâmica do capital internacional (FURTADO, 1963, 1964, 1974).

b) O reconhecimento de que a democracia é um elemento fundamental ao processo de desenvolvimento, um instrumento para a solução dos impasses para a superação do subdesenvolvimento, discussão retomada recentemente por Amartya Sen;

c) A concepção interdisciplinar e multidimensional do desenvolvimento, mais clara a partir da década de 1970, quando distingue claramente o desenvolvimento, no seu verdadeiro sentido, do crescimento econômico, incorporando a dimensão social como inerente, de

maneira que os interesses da sociedade se sobreponham à lógica do mercado. O desenvolvimento passa a ser visto como algo distinto do crescimento econômico, cabendo a ele a geração de bem-estar social (FURTADO, 1979), cujo pensamento é corroborado por Roberto Marinho Silva, que destacava que “o aumento da eficácia do sistema de produção não é condição suficiente para que sejam satisfeitas as necessidades essenciais da população” (SILVA, 2008, p. 119). É a formação da compreensão do desenvolvimento como um processo histórico que depende das formas como as relações sociais e de produção são estabelecidas e da capacidade criativa das pessoas, seja na produção material como imaterial (ideias, artes, valores). Para Furtado (1974, p.76), "as atenções quanto às necessidades fundamentais da coletividade e das possibilidades que abrem ao homem o avanço da ciência são desviadas para objetivos abstratos como os investimentos, as exportações e o crescimento".

A universalização dos hábitos e costumes dos países do norte não teria outra consequência senão o colapso ecológico global, de modo que a sustentabilidade do desenvolvimento requer que os projetos de desenvolvimento respeitem as limitações impostas pela natureza. Assim, os riscos da degradação ambiental seriam consequências inevitáveis com a exaustão dos recursos naturais não renováveis.

Queria Celso Furtado, com suas ideias e suas ações, contribuir para reduzir os índices de pobreza no Nordeste e contribuir, dessa forma, para o seu processo de desenvolvimento, suplantando o paradigma da *região problema*. O golpe militar de 1964 empenhou-se o suficiente não apenas para ignorar suas ideias, mas também para deformá-las. Não conseguiu, entretanto, evitar que a sociedade passasse a cobrar do Estado políticas estruturantes para o Semiárido, o que foi equacionado com os interesses do capital na execução dos programas de desenvolvimento implementados no Nordeste a partir da década de 1970 com financiamento das agências bilaterais internacionais.

De forma simplificada, poder-se-ia dizer que subdesenvolvimento é a expressão da pobreza, o ambiente onde segmentos populacionais convivem com altos indicadores de precariedades; é a situação de insatisfação das necessidades sociais. Embora todos tenham alguma noção do que é *ser pobre*, estudiosos do mundo inteiro têm se esforçado para chegar a um conceito científico de pobreza. Até a década de 1980, utilizavam-se critérios meramente contábeis e monetários para definir a pobreza (ROCHA, 2000; 2003; HOFFMANN; KAGEYAMA, 2006); a pobreza era vista como insuficiência de renda para atender as

necessidades mínimas de sobrevivência; a “linha da pobreza é o nível de renda que permita à pessoa ter vida digna.” (HOFFMANN, 1998, p.217).

A partir da década de 1980, diante da impossibilidade de definir a pobreza apenas por critérios monetários, novos elementos foram inseridos ao conceito. Passo decisivo foi dado pela ONU ao incorporar o Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) a partir de três critérios básicos: longevidade, expectativa de vida ao nascer; educação, especialmente a taxa de analfabetismo e de escolaridade nos níveis fundamental, médio e superior; e renda per capita. O Banco Mundial passou a considerar a pobreza como a privação do bem estar individual, o que se pode interpretar como a insuficiência de renda para assegurar as condições básicas de subsistência. Assim, o critério monetário prevalecia, que classifica como pobre a pessoa ou a família cuja renda não permite cobrir as necessidades básicas de reprodução física (consumo de calorias, moradia, vestimentas, locomoção etc.) (SALAMA, 2012, p. 161).

O debate trilhou na direção de compreender a pobreza a partir de um enfoque multidimensional do desenvolvimento, incorporando um conjunto de critérios objetivos e subjetivos; Hagenaars e De Vos (1988) apresentaram três critérios básicos: pobreza é ter menos do que o mínimo objetivamente; pobreza é ter menos do que os outros na sociedade (pobreza relativa); pobreza é sentir que não tem o suficiente para seguir adiante (pobreza subjetiva).

Chambers (2006) estabeleceu os seguintes critérios para identificação da pobreza: nível de renda e capacidade de consumo; carências materiais, o que incorpora elementos subjetivos, desejos; privação da capacidade de realizar projetos pessoais. É a noção da multidimensionalidade do desenvolvimento encontrada em muitos pesquisadores da atualidade que incorporam elementos subjetivos (ROCHA; KAGEYAMA, 2000; BUARQUE, 2002; CAVALCANTI, 2004; VEIGA, 2005; HOFFMAN; KAGEYAMA, 2006; SAQUET, 2011).

O debate continua em torno do assunto, de forma que essa abordagem multidimensional incorpora os vários elementos, que precisam ser considerados na definição de pobreza, com indicadores objetivos e subjetivos:

- a) Acesso aos bens e serviços públicos (educação, saúde, assistência e seguridade social, comunicação etc.);
- b) Acesso ao mercado de trabalho;
- c) Composição da renda familiar;

- d) Acesso à terra e eficiência da atividade econômica (condições de produtividade, qualidade dos solos, acesso a tecnologias etc.);
- e) Acesso à educação (analfabetismo, taxa de escolaridade);
- f) Perfil demográfico da família;
- g) Condições de vida (condições de habitabilidade, incluindo-se o saneamento ambiental);
- h) Capacidade produtiva (qualificação dos mais pobres, acesso a créditos etc.);
- i) Situação da criança e do adolescente (presença do trabalho infantil etc.);
- j) Condições de segurança alimentar e nutricional;
- k) Características do ambiente físico, social, jurídico, institucional, político e econômico;
- l) As condições de cidadania (o sentir-se participante do processo social, contemplado);
- m) O capital humano.

Os aspectos subjetivos da pobreza, entretanto, são complexos e são definidos a partir do sistema econômico e político no qual as pessoas se inserem, moldando o seu universo cultural, suas aspirações e expectativas, dando relatividade ao conceito de pobreza no espaço e no tempo. Não possuir automóvel num país cuja renda da maioria das pessoas permite o acesso a este bem, pode ser sinal de pobreza, mas não se pode dizer o mesmo noutra marcado pelas necessidades básicas onde ninguém possua automóvel; numa sociedade marcada pelo consumismo, como a brasileira, não possuir telefone celular pode ser sinal de pobreza, noutras sociedades isso é absolutamente irrelevante. Uma moradia sem piso, reboco e pintura numa área urbana, é vista como indicador de pobreza; para uma família domiciliada nos rincões sertanejos o fato de possuir reboco, pintura e piso pode ser absolutamente irrelevante para o nível de satisfação das pessoas.

A situação de pobreza, numa perspectiva multidimensional, é o resultado direto do estágio do processo de desenvolvimento-subdesenvolvimento. Entendê-la a fundo, no capitalismo, remete à discussão das causas históricas, da compreensão como se dá a produção e a distribuição das riquezas, o que essa abordagem multidimensional da pobreza não dá conta. Reduzir os níveis de pobreza, especialmente das condições de miserabilidade, é possível com a implementação de programas públicos de transferência de renda, o que aumenta a capacidade de consumo e acaba por se constituir num importante ingrediente

nutritivo do capital, mas não esconde as desigualdades que a própria ecologia denuncia tanto nas áreas urbanas como rurais.

Os índices de pobreza ainda são elevados em muitas partes do mundo e no Brasil. Nos últimos anos, diante do agravamento da situação, começou-se a estratificar a pobreza, classificando as pessoas que estão em pior situação como *pobreza absoluta, indigência* etc. O IPEA (CASTRO, 2011) classifica a população em *não pobre, vulnerável, pobre e extremamente pobre*. É o aceite de que há a *pobreza tolerável* e a *pobreza intolerável* que precisa ser minimizada através dos programas governamentais de transferência de renda. Os índices de pobreza absoluta ainda são alarmantes, entre nós, com maior concentração no Nordeste, segundo Pierre Salama (SALAMA, 2012, p. 162): Brasil, 25,1%; Brasil sem Nordeste, 19,6%; Nordeste, 39%, cerca de 23 milhões de nordestinos. Na Bahia, a pobreza extrema - a intolerável - ainda atinge 17,6% da população rural, enquanto a média brasileira era de 12,7% (CASTRO, 2011). E como vimos, segundo a ASA, o semiárido hospeda 50% dos pobres do país.

A Bahia hospeda 5,5 milhões de pobres e, destes, 2,4 milhões em situação de extrema pobreza, pessoas com renda per capita mensal de até R\$ 70,00 em 2010 (Governo da Bahia, 2011, p. 46); a insegurança alimentar está presente em 19,7% dos domicílios, abrangendo 2,8 milhões de pessoas.

Pobreza e riqueza de um povo associam-se, diretamente, ao desenvolvimento e ao subdesenvolvimento, o que, por sua vez, está condicionado pelas relações de classes estabelecidas numa sociedade: de um lado, as classes exploradas que buscam, cotidiana e continuamente, reduzir os níveis de exploração e, do outro, as classes que são nutridas pela exploração e, igualmente, lutam pela preservação e ampliação. Essa é a discussão do capítulo seguinte.

CAPÍTULO 7 ESTRUTURA E CLASSES SOCIAIS NO SEMIÁRIDO

7.1 SITUANDO A IDEIA DE CLASSES SOCIAIS

Em todas as épocas e lugares, cada sociedade humana constrói sua própria formação social e econômica: a forma como se organiza a produção; como se dá a divisão social do trabalho; como a sociedade se organiza social e politicamente; como se concretiza o exercício do poder; como permeiam a cultura e a ideologia. É uma modelagem que se estabelece em cada momento, obedecendo às circunstâncias historicamente construídas e que adquire legitimidade, sobretudo a partir da cultura. Nas comunidades primitivas os anciãos gozavam de prestígio e do reconhecimento social; na família patriarcal brasileira, a situação era semelhante, instituíam-se a noção de poder a partir da respeitabilidade, em função do que se obtinham a obediência e coesão entre as pessoas, na qual a vontade do chefe da família era sempre aceita e incontestada. Para Gilberto Freyre (1998), a sociedade brasileira desenvolveu-se a partir da adaptação de várias culturas, inclusive aquelas oriundas de setores antagônicos, como o senhor e o escravo, cujo colonizador soube aproveitar-se da cultura para obter o reconhecimento social de suas ações e formular todo arcabouço ideológico necessário à formação social e econômica. Assim, a formação econômica e social de cada sociedade configura-se a partir da forma como se organiza a produção e se formula o arcabouço político-ideológico em cada momento.

No Brasil, com a chegada dos europeus, a formação econômica e social foi constituída a partir das necessidades de satisfação de interesses externos – os países europeus – nos séculos XV e XVI, em função do que se organizou a sociedade brasileira de economia agrícola-mercantilista firmada no tripé latifúndio, monocultura e trabalho escravo (PRADO JUNIOR, 1971); foi em torno desse modelo de sociedade que se estabeleceu a divisão social do trabalho, com duas classes sociais bem definidas, os senhores²²² e os escravos, embora se registrasse, desde os primeiros anos, a presença de outros segmentos que exerciam papel específico na funcionalidade do modelo econômico: servidores da Coroa, o clero, comerciantes, trabalhadores livres (alfaiates, artesãos etc.), prostitutas, *vagabundos* etc.

A célebre frase grafada no *Manifesto Comunista* por Marx e Engels de que a *história de toda sociedade é a história da luta de classes*, nos remete a uma discussão que antecede o capitalismo. A luta de classes só poderia existir, obviamente, se as classes sociais também existirem e a existência delas depende da presença da propriedade privada. Como localizar as

²²² Embora agissem como proprietários, já que tinham total domínio sobre os meios de produção, os senhores não tinham a propriedade jurídica das terras que ocupavam.

classes sociais nas sociedades primitivas, cujos meios de produção eram coletivos? Obviamente que a frase de Marx excluía as sociedades de economia primitiva: nas comunidades primitivas, não havia propriedade privada e não se registrava nenhuma forma de apropriação do trabalho; o líder religioso (e político) era escolhido e mantido na sua condição a partir das suas qualidades e habilidades pessoais ou familiares, em função do que se constituía toda a legitimação, respeito, obediência; já num segundo momento do processo histórico, com o surgimento da propriedade privada, quando o Estado, em sua forma embrionária, começou a tomar forma, surge a necessidade de manutenção de dirigentes (religiosos, políticos), de exércitos, de servidores, bem como a construção de obras de interesse público (navios, estradas, templos, fortalezas), o que só se tornaria possível a partir do *desvio* de uma parte daquilo que era produzido, ou seja, da apropriação da mais-valia²²³ gerada pelos trabalhadores inseridos no sistema produtivo. Assim, inicialmente, nas comunidades primitivas, não havia propriedade privada, nem apropriação de trabalho; não havia mais-valia. Num segundo momento, com o surgimento da propriedade privada, destinava-se uma parte do trabalho daqueles que produziam as riquezas para projetos de fins coletivos (contratação de servidores *públicos*, manutenção de exércitos etc.); é nesse momento que surge o Estado primitivo, “[...] entendido como ordenamento político de uma comunidade primitiva fundada sobre os laços de parentesco e da formação de comunidades de vários grupos familiares por razões de sobrevivência interna” (BOBBIO, 1987, p. 73).

O surgimento do Estado, entretanto, não é obra do acaso, é o resultado de um processo histórico que possibilitou o surgimento da propriedade privada e das classes sociais e demandava novos mecanismos de administração, de controle social e de dominação; o Estado, mesmo em sua fase embrionária, rompe com o vínculo orgânico entre o poder e o povo, nas comunidades primitivas, e passa a incorporar as funções reguladoras e de regulação de uma nova *ordem* firmada nas relações de exploração, visto que “o Estado é o instrumento de dominação de classe dos exploradores sobre os explorados” (OBWECTBE, 1980, p. 72). Com o surgimento da propriedade privada, dividindo a sociedade entre *os que têm* (propriedade) e *os que não a têm*, as sociedades passam a conviver com um conjunto de novos conflitos até então inexistentes e precisam-se criar instrumentos jurídicos e políticos que assegurem a convivência, obviamente que obedecendo aos interesses dos proprietários: “o Estado tem suas origens na

²²³ No capitalismo, o instrumento mais comum para a apropriação da mais valia é o salário que, até a Idade Média, era visto como um castigo, como preconiza a Bíblia Sagrada: “o salário pago pelo pecado é a morte, mas o dom dado por Deus é a vida eterna” (Romanos, 6:23).

necessidade de controlar os conflitos entre os diferentes interesses econômicos” (MARX; ENGELS, 1997, p. 151).

Somente com a evolução do Estado, que vai ganhando novos contornos e aumentando sua capacidade de dominação, de controle e de apropriação da mais-valia, pode-se explicar o *império* egípcio nos séculos IV e III a. C., entre tantos outros casos em períodos subsequentes. Já era possível, desde então, identificar a presença de duas classes: a dos que produziam e a dos que nada produziam, mas tinham em suas mãos o poder político.

A mais-valia, portanto, surge no momento em que as sociedades se organizam e constituem alguma estrutura de poder; Marx foi taxativo em afirmar que o capital não inventou a mais-valia, já que é anterior a ele. Entretanto, a apropriação da mais-valia para fins particulares, ou seja, o estabelecimento de relações de exploração, aí sim, é fruto do capital em sua fase inicial de reprodução simples.

Assim, a apropriação da mais-valia tem duas finalidades: atendimento a fins sociais e a interesses particulares. Durante muitos séculos a igreja, pela sua influência no controle político das sociedades cristãs, conseguiu apropriar-se de parcelas substanciais da mais-valia produzida pelos trabalhadores, o que permaneceu por toda Idade Média. No Brasil, especialmente a partir do século XVII, belos templos, colégios, conventos e outras obras foram construídos e os recursos não foram resultado de milagres, mas do trabalho de quem efetivamente produzia. Embora a extração da mais-valia para fins *sociais* não representasse uma relação de exploração, não significa dizer que a exploração não existisse. Ao contrário, desde o momento em que as sociedades primitivas começaram a dar lugar a outras formas de organização econômico-social, originando a propriedade privada, nasceu também a figura da exploração, que foi ganhando novas formas e contornos com o passar do tempo, com todo suporte do Estado que também se consolida e se desenvolve no curso do processo histórico; assim, a exploração nasce com o surgimento das classes sociais, permitindo que explorados e exploradores coexistam em suas relações de reciprocidade, conflito e antagonismo: nas sociedades escravocratas, escravos e escravistas; nas sociedades feudais, servos e senhores feudais; e nas sociedades capitalistas, proletários e burgueses. Lenin definiu as classes sociais como

[...] grandes grupos de pessoas que se diferenciam segundo o seu lugar no sistema historicamente determinado de produção social, a sua relação (consagrada na sua maior parte e formalizada pelas leis) com os meios de produção, segundo o seu papel na organização social e, por conseguinte, segundo os modos de obtenção e o volume da parte da riqueza social que está à sua disposição. (OBWECTBE, 1980, p. 72).

As classes sociais surgem, portanto, no momento em que as sociedades internamente se dividem entre proprietários e não proprietários de meios de produção, com a formação de segmentos sociais com interesses e propósitos distintos; forma-se, assim, um conjunto de contradições na esfera econômica, surgem pessoas com papéis e interesses opostos cujas práticas políticas constituem a luta de classes. Para Poulantzas (1977, p. 14), as práticas das classes sociais são a própria luta de classes, reconhecendo que essas práticas não se limitam às questões econômicas, mas abrangem o conjunto da divisão social do trabalho, inclusive as relações políticas e ideológicas.

É no capitalismo que a exploração ganha maior nitidez porque somente a sociedade capitalista é propriamente a sociedade *de classes* (MARX; ENGELS, 1997, p. 51); fica evidente o sistema de apropriação da mais-valia para fins particulares, pelos capitalistas, transformando os trabalhadores numa simples mercadoria. No Brasil, nos dois primeiros séculos de colonização, foi a partir da exploração dos escravos que as classes dominantes radicadas em Portugal e noutros países da Europa, puderam apropriar-se de valiosas somas de recursos com a transferência de parte significativa das riquezas geradas:

[...] tudo indica que 90% da renda gerada pela economia açucareira dentro do país se encontravam nas mãos da classe dos proprietários de engenho e das plantações de cana, sendo que uma parcela considerável dessa renda era transferida para os comerciantes e para o governo. (FURTADO, 1977, p. 44-45).

A apropriação da mais-valia é a principal fonte da dominação: primeiro, porque é extraída de forma compulsória e não pela livre vontade e concordância dos trabalhadores, e, segundo, porque é a partir dela que uma classe constrói os meios, pela coerção ou pelo consenso, para impor sua vontade sobre as demais; segundo, porque de quem produz retiram-se os meios para manter os mecanismos de dominação, condição para a continuidade da exploração, materializados no Estado. Entretanto, caracteriza-se como exploração somente quando a apropriação da mais-valia tiver fins particulares; a apropriação da mais-valia para fins *sociais*, independentemente do mérito, não se constitui em exploração: “a apropriação da mais-valia e a alocação de parte do produto a beneficiários outros que não os produtores não seria exploração.” (MILIBAND, 1987, p.474).

Os que exerciam o poder, nas formações econômicas e sociais pré-capitalistas, utilizavam sempre da cultura das populações (incluindo-se a religião) como instrumento ideológico para a sustentação das condições de dominação. Foi assim nas organizações das tribos religiosas do Egito e Mesopotâmia, nas primeiras Cidades-Estado e nos Estados-Nação da Europa. Guiados por seus deuses ou por seus princípios filosóficos, os dirigentes políticos

(que eram, também, eu sua maioria, líderes religiosos ou associados a eles), construíam todo o ideário, com sua visão de mundo contemplativa, que dava legitimação à hierarquia política e econômica que possibilitava a interconectividade entre o real e o sagrado, garantindo a estabilidade do regime. Esse esforço, entretanto, não foi suficiente para evitar as inúmeras formas de insurreição, como foram os casos da Grécia antiga e de Roma, além de tantos outros, onde os escravos e outros trabalhadores buscaram a liberdade, combatendo as formas de dominação e de exploração, o que viria dar sustentação ao pensamento de Marx de que “a história das sociedades humanas é a história da luta de classes”, entendendo-se que há diferentes níveis de lutas de classe, desde as relações *pacíficas* cotidianas, porém recheadas de conflitos e contradições, até os movimentos reformistas e revolucionários.

Com o surgimento do capitalismo, a produção e a apropriação da mais-valia ganham um novo corolário; além de necessária para a sustentação de atividades de fins coletivos (a estrutura do Estado e de governos, atividades religiosas, sociais etc.), a mais-valia vai destinar-se, também, à formação e alimentação do processo de acumulação de capital, passando a exigir o aumento da quantidade de trabalho excedente de cada trabalhador dos diferentes setores produtivos. É o momento da reprodução ampliada de capital. Uma parte da mais-valia gerada vai ser apropriada pelos proprietários dos meios de produção para fins privados. É quando a exploração ganha nitidez e se consolida, aprimorando e fortalecendo o processo de dominação e de subordinação das *classes exploradas*, na medida em que assegura o monopólio privado dos meios de produção e fortalece os meios de administração e de coerção do Estado, incluindo-se os mecanismos ideológicos para estabelecer a comunicação e o consenso. É indispensável, para o exercício da dominação e para a segurança do regime, a cooperação e a aliança entre os proprietários dos meios de produção e os detentores do poder político, o que levou Marx a conceber o Estado, no capitalismo, como o comitê de administração dos negócios da burguesia. Dirigentes do Estado e capitalistas se associam para o processo de extração da mais-valia²²⁴, com objetivos meios diferentes, mas com os mesmos objetivos fins: manter a dominação de classe.

Para se compreender o conceito, significado e composição das classes sociais, fugindo inclusive de generalidades abstratas do tipo “A classe é definida por homens enquanto vivem sua própria história e ao final esta é sua única definição” (THOMPSON, 2001, p.12), alguns

²²⁴ O próprio Estado é o extrator maior de mais-valia, tanto como empregador quanto como coletor de impostos [...]. A tributação sempre foi e continua sendo um aspecto crucial do processo de extração da mais-valia e requer não a propriedade, mas o controle efetivo dos meios de administração e coerção (GIDDENS; TURNER, 1987, p. 477).

aspectos relevantes precisam ser considerados: a) o conceito de classe social fundamenta-se num mundo real, concreto, na análise das forças produtivas, do nível tecnológico, da organização da força de trabalho e nas formas do exercício do poder político; são esses os elementos que constituem os campos nos quais se concretizam as relações sociais que as pessoas estabelecem no processo de produção, assumindo funções num espaço geográfico e num momento histórico. No caso do capitalismo, em níveis variados, a depender das condições concretas da formação social no espaço e no tempo, as forças produtivas e as relações de produção se apresentam de forma contraditória, sobretudo porque estão baseadas na propriedade privada que exclui todos que não são proprietários: burguesia e proletariado, que constituem as duas classes fundamentais puras, têm, por natureza, interesses contrários em suas relações recíprocas. Mas é exatamente essa contradição que vai determinar todo dinamismo do modo de produção numa sociedade de classes. As classes sociais, por si, são a expressão das relações antagônicas que se estabelecem, ou seja, a classificação do lugar que cada pessoa ocupa no processo de produção no seio de uma formação econômica e social, na sinergia estabelecida entre o modo de produção, a política e a cultura. E nesse complexo econômico-político-cultural insere-se o conceito de consciência de classe que pode, simplificada, ser entendido como a consciência que as pessoas têm da sua condição de classe, isto é, da sua posição no processo de produção e o seu *lugar* no sistema de dominação, o que pressupõe, também, uma *visão de mundo* específica, isto é, a forma como as pessoas interpretam o contexto político no qual estão inseridas; a consciência de classe, portanto, incorpora também a ideologia, a lente que vai permitir enxergar a relação estabelecida entre as classes numa sociedade, a partir do papel que as pessoas desempenham enquanto *representantes* de interesses e de relações de classe (SANTOS, 1984). É por isso que se precisa recorrer à cultura e à política, porque não se trata apenas de uma relação econômica no sentido estritamente técnico, mas de uma relação econômica no sentido mais amplo, como discutida por Marx, que inclui a dimensão sociopolítica. Em economia política não se estudam as coisas entre si ou as relações das pessoas com as coisas, mas as relações entre pessoas que determinam as relações com as coisas. O comércio de grãos ou de fibra de sisal no semiárido é visto como a compra e venda de objetos materiais, mas em economia política, são vistos enquanto produtos do trabalho, frutos das relações sociais de produção estabelecidas entre pessoas; b) o conceito de classes sociais insere-se na discussão de estrutura social em seu conjunto, incluindo-se a esfera da economia e a político-ideológica.

O desenvolvimento do modo de produção capitalista está em permanente movimento, gerando, de forma contínua e infinita, modificações na estrutura social, com a construção de novas formas de relações sociais, modificações constantes na divisão social do trabalho, a supressão e surgimento de novos atores. Em determinados momentos, os sindicatos geraram o que se denominou de “aristocracia obrera” (SANTOS, 1974) e contribuíram para a formação de *novas* classes médias que interferiram nas lutas entre classes dominantes e entre estas e as classes trabalhadoras, influenciando o poder político de cada uma. Em muitas regiões do mundo, a luta pela reforma agrária alterou, substancialmente, as relações entre burguesia agrária e burguesia industrial, assim como entre elas e os camponeses, com modificações também nas relações estabelecidas entre campo e cidade.

Na análise da estrutura social, deve-se levar em conta a situação social dos integrantes de uma sociedade, observar que seus componentes encontram mecanismos de relacionamento entre si e se inserem numa estrutura de classes que vai além da estratificação social que se constitui numa hierarquização de pessoas a partir de variáveis escolhidas como profissão, renda, educação etc. Neste caso, as pessoas deixam de ser a personificação de uma categoria social ou de uma classe para serem, elas mesmas, entendidas individualmente com seus condicionantes psicológicos, universo de pensamento e visão de mundo. Quando a análise é feita a partir da condição e do papel de cada um, individualmente, é notória a contradição que se estabelece entre os interesses pessoais imediatos e os interesses de classe numa mesma realidade objetiva, norteadas pela ideologia dominante. Esses interesses antagônicos só podem ser compreendidos recorrendo-se à dialética que fornece os instrumentos de análise capazes de demonstrar as formas de convivência, de conflito e de alimentação entre fenômenos contrários numa estrutura de classes.

Por fim, a estrutura de classe está diretamente relacionada a uma dada conjuntura social e econômica, modificando-se com ela, com performances diferentes nos momentos de crise e de progresso: nos momentos de crise, as questões pessoais tendem a confundir-se com a consciência de classe, quando as pessoas obtêm maior clareza de si mesmas e da sua condição de existência, o que não leva, por si só, a processos revolucionários; leve-se em conta que a burguesia dispõe de eficientes instrumentos e sempre recorre a eles na tentativa de neutralizar movimentos que ponham em cheque a estabilidade do sistema econômico. Nos períodos de progresso e equilíbrio econômico, as relações de classe são mais obscuras, confundindo-se com a dinâmica da realidade histórica com os períodos cíclicos. Nesses momentos, medidas de política econômica são adotadas para aumentar a capacidade de consumo pelas classes

trabalhadoras²²⁵, contribuindo de forma decisiva para ofuscar o sistema de exploração estabelecido e dificultar a identificação das classes. Quando, no caso brasileiro, o governo massifica pela mídia a ideia de ascensão social de 32 milhões de miseráveis, com a sua inserção nas *classes médias*, a mensagem que fica é de que essas pessoas melhoraram, substancialmente, suas condições de vida ao encontrar as condições básicas de subsistência e até aumentar sua capacidade de consumo. Em nenhum momento são colocadas questões-chaves como elevação substancial da sua condição de educação, de habitabilidade, de saúde, de cidadania etc. e nem as situações de exploração e de dominação que continuam submetidas, provavelmente em condições ainda mais intensas. A transferência de renda para os segmentos mais pobres, através das políticas compensatórias, nada mais é do que o repasse de parte da mais-valia produzida pelos trabalhadores e apropriada pelo Estado, mas aparece como benesse da classe dirigente.

As classes sociais não se definem pelo nível de renda, pela educação ou pelo *status* das pessoas; elas se definem, primordialmente, pela posição das pessoas na complexa rede das relações de produção e na estrutura de poder que se manifesta em dois palcos definidos, o dos proprietários e o dos não proprietários dos meios de produção; o que define quem produz e quem se apropria de mais-valia; e pelo papel de cada um no sistema de dominação. Os altos executivos das corporações capitalistas, assim como os profissionais liberais da chamada classe média e *trabalhadores* que ocupam cargos importantes na hierarquia do Estado, não são proprietários dos meios de produção, entretanto, são peças indispensáveis da engenharia de dominação e, por isso, ocupam lugares nas classes dominantes porque são seus aliados. Por outro lado, há situações em que proprietários de meios de produção que exploram trabalhadores pela apropriação da mais-valia, não integram as classes dominantes, por não integrar o sistema de dominação estabelecido, como os microempresários que, via de regra, não conseguem também acumular capital, mas apenas o básico para a manutenção de seus negócios, permanecendo no sistema de reprodução simples do capital: são inúmeros os casos de pequenos proprietários de fabriquetas de *fundo de quintal* que não, em toda vida, ultrapassar os níveis da reprodução simples.

Uma análise empírica para identificar as classes sociais é sempre muito difícil pela complexidade da formação econômica e social nas sociedades modernas e pelas funções que as corporações (empresariais ou não) exercem no processo de efetivação da exploração e no sistema de dominação. Nas sociedades de classe, embora possam existir outras, são duas as

²²⁵ No Brasil, o governo tem recorrido, frequentemente, à estratégia de reduzir o Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI) para alguns produtos de consumo popular, penalizando dramaticamente os municípios, uma vez que a queda na arrecadação desses impostos é transferida diretamente para eles.

classes fundamentais, ambas extremamente complexas e diferenciadas: a classe dominante, constituída pela burguesia industrial, financeira, comercial e agrária, pela *pequena burguesia* (altos funcionários públicos, executivos das grandes empresas, pequenos empresários, profissionais liberais etc.), e a classe subordinada constituída pelos trabalhadores e seus dependentes (assalariados ou autônomos) que, de forma direta ou indireta alimentam o sistema de exploração e de acumulação, os aposentados, subempregados e desempregados.

Há, ainda, um meio de campo complexo e nebuloso que é ocupado pela denominada *classe média* que incorporam a *pequena burguesia*, mas a extrapola, abrangendo outros segmentos, cujos critérios básicos de definição não são aqueles situados no campo das relações de produção, mas critérios de estratificação social, como a renda, escolaridade etc. Como entendeu Bava²²⁶, o conceito de classe média é imposto pela lógica do mercado, pela capacidade de consumo, com forte corolário ideológico, ficando a sensação de que, ao se registrar progresso no desempenho da economia nacional (o Brasil já é a 6ª. economia do mundo!), registram-se melhoras na condição de vida dos integrantes das classes subalternas, consolidando-se no imaginário coletivo a noção de que o governo age corretamente, aceitando a ideia de que, para um Brasil que cresce, melhora a vida dos mais pobres, o que não é necessariamente verdadeiro: o governo considera que as classes médias são constituídas por famílias com renda entre R\$ 1.740,00 e R\$ 8.000,00, entretanto, levando em conta que cada família tem em média 3,3 pessoas, segundo o IBGE (2010), o piso inferior *per capita* é de R\$ 517,27, cuja capacidade de consumo/dia é de apenas R\$ 17,57, para custear despesas com habitação, alimentação, vestuário, educação, cultura, lazer, saúde, comunicação etc.

Nicos Poulantzas encontrou um meio para distinguir as *classes médias*. Reconhece que além das duas *classes fundamentais*, há uma classe média formada por altos executivos empresariais, administradores, funcionários públicos graduados etc. que embora não sejam proprietários de meios de produção, assumem papéis diferentes no processo produtivo. Para ele, além do critério de ser ou não ser proprietário de meios de produção, há outro a ser considerado: entre os não-proprietários dos meios de produção, há aqueles que têm o domínio do processo de trabalho, o que os diferencia dos demais trabalhadores (POULANTZAS, 1978, p. 14).

Os conflitos são permanentes tanto entre as classes como entre os segmentos que constituem as duas classes fundamentais: no interior da classe dominante, são visíveis, nos dias

²²⁶ Silvio Caccia Bava. Editorial Le Monde Diplomatique, 15/05/2012. <http://www.diplomatique.org.br/editorial.php?edicao=58>. Aceso em: 16 maio 2012.

de hoje, os embates entre a burguesia financeira e os demais segmentos (capital industrial, agrário e comercial), considerando que aumento de juros e de encargos financeiros em geral que beneficia o capital financeiro, resulta em perdas para os demais; o mesmo ocorre entre o capital agrário e o capital industrial, já que o aumento de preços de produtos de origem industrial (equipamentos, insumos) resulta em perdas para o capital agrário. Entre os trabalhadores, a situação não é diferente: lutas por melhorias salariais de muitas categorias, a exemplo de trabalhadores da educação, da saúde, como também por serviços públicos, como distribuição de água, energia, transporte público etc., ou mesmo o aumento nos preços de produtos alimentares de origem camponesa, resultam, sempre, em prejuízo para os demais trabalhadores que terão que dispor de um pouco mais do seu tempo de trabalho para o custeio das novas despesas. Assim, nas sociedades capitalistas modernas é relativamente fácil identificar quem são os burgueses e os proletários, entretanto, a rede de relações econômicas, sociais e políticas que se estabelece define papéis específicos para os indivíduos e para segmentos de classes que conduz para atuações ambíguas e difusas, a exemplo da *aristocracia sindical* que passa a integrar as classes dominantes em muitas democracias modernas e das *classes intermediárias*, como as classes médias, que se associam facilmente à ideologia dominante.

Essa confusão já foi observada por Marx em sua época. Em alguns momentos, ele procurou definir as classes sociais referindo-se a proprietário/capitalista e trabalhadores – exploradores e explorados / opressores e oprimidos; em *O Capital*, referiu-se a luta entre capitalistas e rentistas da terra (OSSOWSKY, 1969). Outras vezes, considerou a pequena burguesia como classe intermediária (SANTOS, 1974), e por fim, referiu-se ainda à aristocracia financeira e burguesia industrial como classes dominantes. Em *A Ideologia Alemã*, destacou a luta de classe entre burguesia industrial e aristocracia financeira; em *O 18 Brumário* tratou da luta de classe na França, destacando o embate da burguesia contra a nobreza; em *O Manifesto Comunista*, o destaque foi a luta entre opressores e oprimidos. Essas visões aparentemente distintas são compreendidas quando se leva em conta que há dois níveis de discussão: a análise a partir da observação empírica e a abstração conceitual; muitos aspectos encontrados na análise objetiva da formação econômica e social, pela sua complexidade e riqueza, encontram embaraços nas tentativas de enquadramento teórico. O importante é compreender-se que as duas classes fundamentais e os respectivos segmentos estão em permanente movimento conflituoso, explícito ou não, sendo que os interesses defendidos entre a classe dominante e a

classe trabalhadora (burguesia e proletário) são sempre antagônicos: é a luta de classe que se faz presente em todos os momentos, embora quase sempre de forma invisível.

Se as classes estão sempre se debatendo, na defesa dos seus interesses, é preciso compreender também a noção de consciência de classe. As classes se definem a partir das oportunidades ou limitações que são criadas pelas relações que as pessoas estabelecem num dado modo de produção: relações de produção, políticas, relações de consumo etc.; essa inserção real permite, apenas teoricamente, que as pessoas adquiram algum nível de consciência do seu *lugar* na estrutura da produção e no sistema de dominação, o que se apresenta, sempre, de forma fragmentada e mesclada pelas ideias dominantes; é a situação que Marx denominou de “classe em si”; é o momento em que os indivíduos que formam uma determinada classe social não conseguem sistematizar de forma orgânica e coerente os dados fragmentados das relações estabelecidas na sua realidade social, mesclando seus interesses e objetivos com os da ideologia dominante. Aliás, a capacidade de as classes dominantes imporem suas ideias sobre o conjunto da sociedade é tamanha que Marx reconheceu que as ideias dominantes numa sociedade de classe são sempre as ideias da classe dominante. Mas isso não elimina a *consciência* que as pessoas têm de si mesmas e daquilo que está no seu entorno: a forma de expressar-se, de comunicar-se, de vestir-se, de relacionar-se com os outros, de locomover-se, o nível de renda etc., além das condições de moradia – a ecologia ambiental - já permitem visualizar diferenças gritantes que identificam pessoas de classes diferentes, que ocupam lugares diferentes no mundo das relações de produção, que, por sua vez, representam interesses e aspirações também diferentes: “por conciencia de clase se entiende la expresion sistemática de los intereses de las clases sociales.” (SANTOS, 1974, p.44).

Essa situação pode evoluir para um nível *superior* na medida em que os membros de uma classe social passam a compreender o conjunto das relações antagônicas, de exploração e de dominação que fazem parte do modo de produção e incorporar uma ideologia política *libertadora*, em condições de elaborar um projeto voltado para a superação das contradições e da situação de classe. Nesse caso, constata-se que a classe social explorada (sozinha ou em conjunto com outras classes) adquire a maturidade política com capacidade para analisar o mundo da produção e da distribuição de riquezas, compreendendo as contradições com as quais se defronta no cotidiano, desvencilhando-se da ideologia dominante (MARX; ENGELS, 1976). É a expressão consciente dos interesses de classe e as formas operacionais de superação: é o momento da “classe para si”, quando o desenvolvimento das forças produtivas faz emergirem as contradições e as transforma em *grilhões* – é o início da revolução social.

Essa noção de *classe em si* e de *classe para si*, como dois momentos distintos, é criticada inclusive por muitos marxistas que consideram que a consciência de classe é parte do processo histórico e se define pelas práticas das classes sociais e essas práticas são a forma de manifestação da luta de classes. Dessa forma, é através da luta de classes que as pessoas se descobrem enquanto classe e adquirem a consciência de classe e que modifica as formas de organização e de atuação das classes (THOMPSON, 1987; WRIGHT, 1981). Não há, assim, momentos distintos; são situações que estão imbricadas entre si e apenas se manifestam de forma diferente conforme o momento histórico.

Se as classes sociais se definem por seus interesses contraditórios, umas frente às outras, também a consciência de classe se definirá por seu caráter antagônico, sendo que esse antagonismo não se limita às questões econômicas expressas dentro do modo de produção, mas também num projeto político oposto ao que determina a situação de dominação de uma classe por outra e por isso a consciência de classe permeia todo complexo da formação social, o que supõe a superação de todas as formas de mistificação (religiosas, místicas, filosóficas) que permeiam as relações entre as pessoas e são, quase sempre, mediadas pela ciência: “la ciencia, em vez de ser un elemento de concientización de los hombres se vuelve su contrario: es el medio de absolutizar la situación de mistificación que está basada em la relación de explotación entre los hombres contra su voluntad e sus protestas.” (SANTOS, 1974, p. 52). O conceito de classes sociais, assim, só pode ser definido no mundo das relações de produção, onde os trabalhadores, desprovidos da propriedade dos meios de produção, inserem-se no processo de alienação do trabalho e exploração para a extração e apropriação da mais-valia. No nível da *classe em si*, os trabalhadores sequer têm consciência de si próprios e do seu papel na produção; no estágio da *classe para si*, pressupõe um nível de consciência de classe e até de organização. A organização, assim, não é condição para a existência das classes sociais que existem historicamente e se relacionam através do diálogo e do conflito, a partir da inserção e do papel ocupado no mundo da produção; a organização dos trabalhadores é apenas uma estratégia de enfrentamento da classe dominante, um estágio da luta política, onde a consciência de classe é um ingrediente que incorpora a própria luta econômica cotidiana das classes trabalhadoras. Marx, no seu trabalho inacabado, introduziu a dimensão científica ao conceito de classes sociais com uma sistematização mais acabada e relativamente rígida, atribuindo às classes sociais papel de explicação da sociedade e da sua história.

São as relações de conflito no cotidiano que constituem o contraditório que dá origem, corpo e forma, à dinâmica da vida social e política, o que pode tomar rumos imprevisíveis,

inclusive conturbações sociais que podem levar ao caos. Para evitar situações *indesejadas*, conta-se com a mediação do Estado e todo seu aparato de coerção e repressão, o que dá à classe dominante alguma tranquilidade na medida em que o Estado atua sempre como um braço auxiliar do capitalismo (o poder judiciário, o poder de polícia e a comunicação estão sempre prontos a atender aos interesses do capital). Alguns segmentos de trabalhadores, pela sua capacidade de organização, de representação no Estado (poder legislativo) e sua capacidade de utilização dos recursos midiáticos, podem, eventualmente, conquistar vitórias expressivas a partir do seu poder de pressão, limitadas quase sempre a medidas reformistas e longe de ameaças revolucionárias.

7.2 A ESTRUTURA DE CLASSES NO SEMIÁRIDO

Foi a partir da expansão comercial do século XIV²²⁷ que a Europa criou as condições para as grandes expedições na segunda metade do século seguinte, desembarcando no continente americano na última década (1492). Portugal e Espanha investiram na formação, ocupação e fixação de territórios, reproduzindo aqui a já decadente estrutura social europeia e precisavam, para isso, *livrar-se* das populações nativas que se constituíam em forte obstáculo ao seu projeto de sociedade; tratavam-se de sociedades primitivas, extrativistas, igualitárias, que se contrapunham ao modelo de sociedade dos europeus voltada para a exploração do trabalho e para a dominação política. Era preciso, portanto, superar essa dificuldade, o que foi feito com muita eficiência, seja pelo simples extermínio, com o assassinato de comunidades inteiras, seja pela cooptação e pela dominação política, contando com o valioso auxílio da catequese católica.

No caso brasileiro, em pouco tempo, aqui estavam estabelecidos os *proprietários* de terras, os funcionários do governo, o clero e os comerciantes, de um lado, e os escravos, trabalhadores livres e semilivres e indígenas catequizados de outro. Estava constituído o embrião da estrutura social que viria a se consolidar aos poucos, a partir da qual se moldaram diferentes modelos de família: para as famílias mais abastadas, o modelo predominante era o da família patriarcal, constituída legalmente por matrimônio, onde o patriarca tinha poderes absolutos; era ele que determinava, inclusive, o futuro profissional dos filhos e indicava seus cônjuges; era comum mandar um filho para estudar em Portugal, onde Direito era o curso

²²⁷ Ainda em 1454, a Bula Papal de Nicolau V havia concedido ao rei o domínio das novas terras descobertas.

preferido, mas buscavam-se também vagas nos cursos de Medicina e nos Seminários católicos: ser advogado, médico ou padre era a garantia de manutenção dos privilégios da família; já as meninas, poucas eram mandadas para estudar e, nesses casos, somente nos conventos. As mulheres tinham um papel absolutamente secundário, restrito aos cuidados da casa e atender aos desejos e caprichos do patriarca. Para a *arraia miúda*, o modelo familiar era outro, próximo ao modelo de família nuclear. Entre os escravos alforriados, agregados, camponeses e demais segmentos, prevaleciam as uniões informais, considerando que o casamento formal era burocrático, caro e estava fora do universo cultural desses segmentos. Raramente, os nubentes desses segmentos conseguiriam os documentos exigidos e os recursos necessários, optando pela união informal que tinha a reprovação da Igreja, para quem o casamento era (como ainda hoje) um sacramento, mas contavam com a conivência e *aprovação branca* do governo que fazia *vistas grossas* a tudo porque tinha necessidade de estimular a reprodução de mão de obra.

Assim, de um lado, a classe dominante, que controlava os meios de produção e o Estado, constituída por proprietários de terra, por grandes comerciantes, pelo clero, pela *classe* política e pelos altos funcionários civis e militares da Coroa; do lado oposto, o conjunto de trabalhadores: escravos, artesãos, vendedores ambulantes, camponeses, vaqueiros, índios, feitores, capatazes, agregados, prostitutas, desocupados.

Esse quadro começa a se alterar, substancialmente, a partir dos reflexos da revolução liberal europeia, nutrida pelas novas ideias e novos valores do iluminismo, pelas inovações tecnológicas e políticas da revolução industrial e da revolução francesa. Apesar da influência das ideias liberais no Brasil, refletidas na declaração de independência e em tudo que veio depois, é a partir da segunda metade do século XIX que ganham corpo, consolidando-se como um segmento poderoso com o surgimento e crescimento da burguesia paulista nas últimas duas décadas daquele século. Foi com a Proclamação da República que os liberais assumiram plenamente o poder político do país, conduzindo a economia para a consolidação do modo de produção capitalista propriamente dito.

As duas primeiras décadas do século XX constituíram-se num período de transição, com muitos conflitos entre as oligarquias tradicionais e a burguesia progressista. Foi a partir da presença de Getúlio Vargas, que a burguesia pôde assumir o controle político do país em sua totalidade, precisando, para isso, inclusive, recorrer ao regime ditatorial. Configura-se, assim, uma nova estrutura social, cujo processo de mudança teve início a partir dos embates travados entre os conservadores e liberais, ainda no império, gerando mais nitidez para as classes

sociais, com a presença da burguesia e do proletariado. Entre os proletários, os operários passam a ocupar lugar de destaque.

O pós-guerra trouxe um clima de incertezas e insatisfações; a *República Velha* estava em crise, as oligarquias rurais confusas e decadentes, a burguesia industrial avançava, beneficiada que foi durante a guerra quando ocupou importante espaço no mercado de produtos industriais; o fantasma do comunismo soviético trazia o tempero ao pânico que se estabelecia em toda elite brasileira, ensejando alguma medida que restaurasse a tranquilidade. A crise mundial de 1929 trouxe o combustível necessário para justificar o que viria depois: o golpe de outubro de 1930 que derrubou o presidente recém eleito, arquitetado pela burguesia liberal, com presença ativa do setor industrial e apoio dos militares, nomeando uma junta militar que transfere o governo para Getúlio Vargas que ignora o trabalho da Assembleia Constituinte de 1934, impondo-se como ditador; em novembro de 1937 outorga nova Constituição instaurando-se o período de repressão aos opositores e de censura à imprensa, medidas necessárias para implementar as mudanças que o momento exigia e que perdura até 1946.

Vargas procurou conter o movimento dos trabalhadores dentro dos limites do Estado, com medidas inspiradas no fascismo, com a *missão impossível* de conciliar os interesses do capital e do trabalho, como tentava fazer Mussolini²²⁸, na Itália, a exemplo das medidas trabalhistas, o modelo sindical tutelado etc.; governou em conformidade com o catecismo norte-americano e conseguiu, entre outras benesses, o financiamento pelos Estados Unidos da indústria siderúrgica de Volta Redonda, que se constitui num importante marco da industrialização brasileira.

Getúlio Vargas precisava adequar o Estado brasileiro ao novo cenário, atendendo, principalmente, aos interesses do capital internacional; procurou modernizar a *máquina* pública e melhorar a prestação dos serviços aos cidadãos com a criação dos Ministérios da Educação e da Saúde Pública e o ministério do Trabalho, Indústria e Comércio (ainda em 1930), a Justiça Eleitoral (1932), a Justiça do Trabalho (1939) e editou, em 1943, a Consolidação das Leis do Trabalho (CLT) incorporando, pela primeira vez, direitos sociais dos trabalhadores urbanos, ignorando completamente os rurais.

O setor industrial beneficiava-se com a criação de um ministério com funções para cuidar do processo industrial que incorporava outras medidas como a criação do Conselho Nacional do Petróleo e a instalação do primeiro poço de petróleo do país, o de Lobato, na Bahia

²²⁸ Benito Amilcare Andrea Mussolini (1883-1945) tornou-se Primeiro Ministro em 1922. Foi o principal criador do Facismo Italiano.

(1939). Como aconteceu durante a Primeira Guerra Mundial, a Segunda também favoreceu a indústria brasileira: sem a concorrência dos países europeus e dos Estados Unidos, os industriais exigiram do governo as medidas necessárias ao ritmo de crescimento que se instalou, resultando na criação da Companhia Siderúrgica Nacional (1941) responsável pela produção de aço; da Companhia Vale do Rio Doce (1942); da Companhia Nacional de Alcalis (1943); da Fábrica Nacional de Motores (1943), que impulsionou o setor de autopeças, e da Companhia Hidrelétrica do São Francisco (1945).

O novo ritmo industrial resultou no crescimento do número de trabalhadores assalariados que atuavam como operários nas fábricas ou no exercício de outras funções. Entre 1920 e 1940, o número de estabelecimentos da indústria de transformação²²⁹ cresceu 264% e o número de operários em 488%. Na Bahia, o crescimento foi de 245,5% para o número de estabelecimentos industriais e somente 40,4% para o número de operários; já em São Paulo registrou-se um crescimento de 2.422% no número de empreendimentos industriais e 2.193% no número de operários (IBGE, 1950).

Apesar de toda pressão do capitalismo liberal, Vargas não abandonou as oligarquias nordestinas; em 1936 instituiu o *Polígono das Secas*, estabelecendo-se os fundamentos legais para os investimentos de combate aos efeitos das secas. É daí que surgem o Departamento Nacional de Obras contra as Secas (DNOCS²³⁰), em 1945; a Companhia Hidrelétrica do São Francisco (CHEFS), em 1945; a Comissão do Vale do São Francisco (CVSF), em 1948, que se transforma em Companhia do Desenvolvimento do São Francisco (CODEVASF) em 1974; o Banco do Nordeste do Brasil (BNB), em 1952, que institui, mais tarde, o Fundo Constitucional do Nordeste (FNE²³¹). Todos esses órgãos se convertem em eficazes instrumentos de transferência de recursos públicos para a iniciativa privada e de controle político, revigorando as oligarquias nordestinas em crise. A burguesia industrial reage e cria-se, em 1952, o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico (BNDE²³²), com o mesmo espírito de transferência de recursos públicos para a esfera privada. O passo seguinte foi a criação da Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste (SUDENE), em 1959, que tanto atende aos interesses oligárquicos quanto da burguesia industrial da região. O velho e o novo convivem por longo

²²⁹ Metalurgia, Mecânica, Minerais não metálicos, Madeira e afins, Química e farmacêutica, Têxtil, Vestuário, Calçados e Toucada, Alimentos, Bebidas e estimulantes.

²³⁰ O DNOCS substituiu a antiga Inspetoria Federal de Obras Contra as Secas (IFOCS), criada em 1919. Como a SUDENE, o DNOCS foi extinto em 1999, pela Medida Provisória nº 1795 e recriados em 2002.

²³¹ O FNE é instituído pelo Art. 159 da Constituição Federal de 1988.

²³² Atual Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES).

período, quando o deslocamento do eixo econômico para o Centro Sul do país constrói um novo cenário e a burguesia assume em definitivo seu papel hegemônico no controle do Estado.

As velhas oligarquias algodoeiras²³³ e pecuárias são atendidas com a concentração das ações no *Polígono das Secas* – DNOCS, FNE e SUDENE, e a burguesia industrial é contemplada com os recursos subsidiados do BNDE e FNE, além dos incentivos que são criados, especialmente o *Sistema 34/18*, instituído a partir do primeiro Plano Diretor da SUDENE em 1961, substituído em 1963 pelo Fundo de Desenvolvimento Industrial do Nordeste (FINOR) que destinou, para grandes empreendimentos industriais, muitos milhões de dólares para instalação de unidades produtivas na região semiárida, o que nem sempre ocorria, como analisa Emiliano José, visto que parte dos recursos era desviada para o capital especulativo:

Os empresários elaboravam os projetos, mostravam suas eventuais possibilidades – verdadeiras ou não - recebiam o ‘aprovo’ do governo e colocavam o dinheiro recebido em outras atividades, deixando a terra ocupada como ‘reserva de valor’, que poderia transformar-se numa área produtiva mais tarde[...] (JOSÉ, 1981, p. 9).

Além dessas facilidades, findo o período contratado, a maioria dessas empresas simplesmente desativou as unidades que tinham sido implantadas com o dinheiro público²³⁴, transferindo as operações para as matrizes localizadas no Centro Sul do país, assegurando-lhes a continuidade do “privilegiado benefício das benesses da riqueza e do poder [...]” (ANDRADE, 1984, p. 39), construindo as bases para o agravamento das desigualdades regionais.

Não se registrou, apesar de todos esses órgãos, mudanças significativas na região semiárida, que manteve suas estruturas arcaicas de produção, apesar da criação de algumas *ilhas de modernidade* a partir da expansão do capital ao campo, iniciada na década de 1950, mas efetivamente concretizada a partir da década seguinte. Foi eficiente, entretanto, toda engenharia de transferência de recursos públicos para a iniciativa privada, auxiliada pela quantidade de órgãos oficiais e pela ausência de mecanismos de controle (OLIVEIRA, 1993), concretizando-se a estratégia governamental de modernização da agricultura com muitas consequências sociais e econômicas, entre elas: a) a migração da população para os grandes urbanos (15 milhões de pessoas abandonaram o campo na década de 1970); b) o aumento

²³³ É preciso lembrar que as oligarquias açucareiras tinham criado, em 1933, o Instituto do Açúcar e do Alcool (IAA) que foi muito útil na transferência de recursos públicos para o setor privado.

²³⁴ Os Distritos Industriais de Feira de Santana, Ilhéus, Jequié, Juazeiro e Vitória da Conquista transformaram-se, na década de 1990, em verdadeiros *cemitérios industriais* com a desativação das empresas que se instalaram com recursos do 34/18-FINOR.

significativo no número de trabalhadores assalariados, incluindo-se os diaristas e os temporários: no Nordeste, em apenas cinco anos (1970-1975), a variação de trabalhadores temporários foi de 2,3%; c) a ênfase na agricultura de exportação com a redução relativa da produção de alimentos básicos, que se reverteu em grandes pressões sobre do custo da alimentação; e d) aumento da sazonalidade no trabalho agrícola e, em consequência, do nível de subemprego (KAGEYAMA; GRAZIANO DA SILVA, 1983). Para Carlos Montaña, a estratégia de expansão do capital, com o avanço técnico-científico da década de 1970, resultou, a partir de 1980, quando o modelo entra em crise, em três frentes articuladas: o combate ao trabalho (as leis trabalhistas e as lutas sindicais de esquerda) e as chamadas 'reestruturação produtiva' e 'reforma do Estado' (MONTAÑO, 2002, p. 23), o que veio oxigenar todo processo de organização e penetração do capital.

O esforço pela modernização do campo, com gordos incentivos governamentais, trouxe para o semiárido baiano grandes projetos de irrigação: o Projeto Salitre, em Juazeiro, com previsão de investimento de R\$ 900 milhões e geração de 5.000 empregos; o Projeto Formoso, em Bom Jesus da Lapa, que beneficia também pequenos produtores, implantado em 1995, que já possibilita a produção de 117.000 toneladas de frutas por ano; o Projeto *Vasa Barris*, no Nordeste do Estado da Bahia, com previsão de irrigar 460 hectares; e o Projeto do Baixo Irecê, considerado o maior projeto de irrigação do país, com proposta de irrigar 39.000 hectares de terra, com foco na produção de bioenergia (etanol e óleo combustível).

A Região Oeste da Bahia é, atualmente, um exemplo típico do capitalismo moderno na agricultura com foco em três produtos que são guiados pelo capital internacional que cria e restringe mercados conforme seus próprios interesses: o algodão, a soja e o milho, cultivados, respectivamente, em 256,8 mil hectares, 1,05 milhão e 170 mil hectares. As estimativas são de que, juntas, oferecem cerca de 15.000 empregos diretos; menos importante, mas com tendência de crescimento, há também a pecuária de corte e de leite, ainda de baixa produtividade pelo sistema tecnológico adotado, apenas de algumas fazendas altamente tecnificadas.

Esses projetos vêm gerando uma massa de trabalhadores assalariados, sejam aqueles que passam a trabalhar nos empreendimentos agroindustriais instalados, atraídos de outros locais, sejam os camponeses da própria região que se transformam em assalariados pela inviabilidade da agricultura camponesa tradicional ou pela expropriação de suas terras. A Comissão Pastoral da Terra (CPT) denunciou, em documento, que somente em Xique-Xique há cerca de 500 famílias ameaçadas de expulsão em 23 comunidades; em Itaguaçu, grandes

empresas estão adquirindo terras dos camponeses, inclusive em assentamentos de reforma agrária instalados há 20 anos²³⁵.

A industrialização chega ao semiárido da forma que melhor interessa ao capital; as empresas se acomodam às regras para utilização dos gordos incentivos governamentais, sem nenhum compromisso com o desenvolvimento da região: a matéria prima utilizada (fertilizantes, defensivos etc.) é proveniente do centro-sul, onde se localizam as matrizes dessas indústrias, o que implica na transferência de rendas para as regiões mais desenvolvidas. É dentro dessa lógica que são planejados e implantados, a partir da década de 1970, os distritos industriais de Feira de Santana, Ilhéus, Jequié, Juazeiro e Vitória da Conquista. Nos anos seguintes²³⁶, procurando atrair mais indústrias para a região semiárida, novos distritos industriais são implantados em Barreiras, Eunápolis e Itapetinga que, apesar da pouca significância numérica e econômica, introduzem importantes modificações nas relações de produção com consequências nas relações sociais em seu conjunto que também se modificam.

A economia capitalista, focada na agricultura ou na indústria, modifica completamente a vida das pessoas. No campo, registram-se situações até então desconhecidas: a pressão do capital sobre o pequeno proprietário é tamanha que, em áreas próximas às *ilhas de prosperidade*, não há outra alternativa senão a *expropriação branca*: os pequenos proprietários rurais acabam não resistindo e *desfazem* de suas propriedades, vendendo-as para as empresas que ali se instalam²³⁷. Para esses agricultores, o caminho é a proletarianização, seja no campo ou nas cidades, reduzindo, significativamente, as áreas cultivadas para a produção de alimentos. A valorização da propriedade da terra beneficia, também, aqueles proprietários que mesmo não estando inseridos no circuito da modernização, se beneficiam com ela, a exemplo dos pecuaristas que ocupam grandes áreas com seus criatórios extensivos. Nas cidades, a chegada do grande capital comercial que se estabelece em hipermercados e *shopping center*, obedecendo à lógica da concentração, inicia um processo de dilaceramento dos pequenos comerciantes que, sem condições de competir, também não resistem e seus proprietários se transformam em proletários. Por outro lado, emergem nos centros urbanos novos segmentos atraídos pelo novo cenário, com a instalação de bancos, empresas de planejamento, órgãos

²³⁵ <http://www.ecodebate.com.br/2008/09/30/projeto-de-irrigacao-baixio-de-irece-na-bacia-do-sao-francisco-expulsa-pequenos-agricultores/>. Acesso em: 07 fev. 2011.

²³⁶ Segundo Fernando Pedrão, "Até a década de 1980 a Bahia chegou a ter uns 35 Distritos Industriais dos quais somente uns 5 não fracassaram de imediato." (PEDRÃO, 2013, p. 33).

²³⁷ E máxima de Patativa do Assaré, cantada por Luis Gonzaga, se concretiza: "[...] E vende seu burro / Jumento e o cavalo / Inté mesmo o galo / Venderam também / Meu Deus, meu Deus / Pois logo aparece / Feliz fazendeiro / Por pouco dinheiro / Lhe compra o que tem / Ai, ai, ai, ai [...]".

públicos, instituições de ensino superior, hotéis, restaurantes etc., imprimindo toda uma dinâmica nova no cotidiano das pessoas, a partir do fluxo do capital investido na agricultura. Em consequência, muda, também, toda ecologia urbana; os assalariados da agricultura, expropriados de suas terras ou oriundos de outras regiões, utilizam o espaço urbano como local de moradia, aumentando os cinturões de pobreza já existentes (KRAYCHETE; COMERFORD, 1991). Além disso, a abundância de mão de obra faz despencar o valor da força de trabalho e aumentar o desemprego e o subemprego, agravando os velhos problemas de infraestrutura e sociais (moradia, transporte público, trabalho infantil, prostituição infanto-juvenil, violência etc.).

É nesse momento em que o monopólio da terra passa a subordinar-se aos interesses do capital, onde pequenos comerciantes e pequenos proprietários rurais viram *trabalhadores livres*, surgindo com mais nitidez as duas classes fundamentais que vão polarizar o processo de produção: os capitalistas – proprietários rurais, industriais, comerciantes e especuladores - e os proletários, fenômeno também verificado em toda Europa com a revolução industrial, quando o capital industrial tornou-se hegemônico (MARX; ENGELS, 1984; GIANOTTI, 1997).

A água, também, sempre foi utilizada como instrumento para fins econômicos e políticos. Muitos instrumentos foram instituídos, ao longo da história, como já discutido anteriormente, para garantir a transferência de recursos públicos para a iniciativa privada e para as conquistas de espaços de poder. Mesmo ainda preservando-se grande parte dos mecanismos do passado, o capitalismo engendra novas alternativas para tirar proveito econômico da água, maximizando assim seus lucros:

Os casos de privatização da água tornam-se cada vez mais frequentes. A Nestlé vem construindo um monopólio, domina quase 20% das vendas mundiais de água, e no Brasil é dona das marcas Aquarel, São Lourenço, Petrópolis, Perrier, San Pellegrino e Acqua Panna e mais recentemente, Santa Bárbara, além de ter sido proibida de explorar água em São Lourenço, Minas Gerais, em 2004. No planeta, o mercado de água privatizada é controlado por quatro empresas, três delas francesas, outra alemã, segundo dados do *Le Monde Diplomatique* de 2005: Atualmente, as ‘Três Irmãs’ (Veolia, Ondeo e Saur) controlam 40% do mercado mundial da água privatizada em mais de 100 países [...].²³⁸

Está no semiárido, também, o complexo hidrelétrico que responde por mais de 90% do abastecimento de energia elétrica de todo Nordeste, além de parte considerável de Minas Gerais (ALVES FILHO, 2008, p. 16). Das quatro mais importantes hidrelétricas (Três Marias²³⁹,

²³⁸ <http://oinstituto.org.br/p2p/>. Acesso em: 19 ago. 2010.

²³⁹ A hidrelétrica de Três Marias, situa-se em Minas Gerais; Sobradinho e Paulo Afonso, na Bahia, divisa com Pernambuco; Xingó, fica do lado alagoano do rio São Francisco, divisa com a Bahia.

Paulo Afonso, Sobradinho e Xingó), três situam-se na divisa da Bahia com outros Estados, registrando-se ainda outra de pequeno porte (Pedra do Cavallo) em solo baiano, que geram milhares de postos de trabalho diretos e indiretos. Não há dados exatos, mas estimativas dão conta de 12.000 trabalhadores²⁴⁰.

Outro importante setor gerador de postos de trabalho assalariado no semiárido é o poder público; nos pequenos municípios do interior, as prefeituras se constituem no principal empregador, com poucas exceções. No conjunto, são aproximadamente 325.000 empregos²⁴¹, ocupados, em sua maioria, pelo chefe político local. Há, também, funcionários públicos estaduais – professores, médicos, agentes de órgãos públicos estaduais como EBDA, CAR, SECULT, SEPLAN, SSP, órgãos do poder judiciário etc. que correspondem, segundo a mesma estimativa, a cerca de 0,5% da população, acrescentando-se mais um contingente de 32,5 mil trabalhadores assalariados. Não há estatísticas disponíveis sobre o número de trabalhadores na iniciativa privada nesses municípios, incluindo-se os pequenos empreendimentos comerciais e industriais e em centros de serviços, inclusive os trabalhadores domésticos. Aproveitando um levantamento feito pela Caixa Econômica Federal em 12 municípios do semiárido²⁴², o número de empregos formais nos setores de serviço, indústria e comércio corresponde a 5,8% da população, o que somaria outros 380.000 trabalhadores assalariados na região.

O Estado imobilista até a década de 1930, cuja atuação no Nordeste limitava-se ao básico para nutrir as oligarquias locais, é dinamizado a partir da década seguinte com a criação de um conjunto de instituições para o atendimento dos interesses políticos regionais, mas também para a adoção de medidas que atendessem aos propósitos do capital, o que é mais visível a partir de 1950, favorecendo a política de concentração geográfica conforme analisa o professor Fernando Pedrão:

[...] o modelo de industrialização da década de 1950 constitui, essencialmente, na captação do possível mercado interno para a transformação de matérias-primas locais abundantes e baratas, ignorando as possibilidades industriais e as vantagens de localização, ou da criação de mercado, como passaria a ser a norma nos decênios seguintes. (PEDRÃO, 1996, p. 77).

A burguesia é astuta o suficiente para evitar que o antagonismo entre as classes venha à tona (SUNG, 1989; HOBBSAWN, 2008); sabe renovar, incessantemente, os instrumentos de produção, as relações de produção e o conjunto das relações sociais; sabe subordinar a natureza

²⁴⁰ Estimativa de um técnico da CHEFS. Em 07/02/2011.

²⁴¹ Na ausência de estatística, segue-se a estimativa de técnicos da Secretaria de Planejamento do Estado da Bahia (SEPLAN), segundo a qual os postos de trabalho criados pelos Municípios correspondem a aproximadamente 5% da população.

²⁴² Levantamento realizado em 2008.

à máquina, a indústria convencional àquela de alta tecnologia; ela criou os grandes centros urbanos com uma ecologia nítida de ricos e pobres onde os desprovidos de bens são empurrados cada vez mais para locais distantes do centro; subordinou o campo à cidade; criou nações pobres e nações ricas e submeteu as primeiras aos interesses das segundas; criou ainda, o sufrágio universal, a igualdade de direitos, a liberdade de expressão e de organização, construindo todo um universo psicológico no qual, explorados e oprimidos, têm a sensação de pertencer ao mesmo barco dos exploradores e opressores.

Se, por um lado, cresceu o número de trabalhadores assalariados no semiárido baiano, aumentaram, por outro, os instrumentos para aumentar a produção de mais-valia que é apropriada pelos proprietários dos meios de produção e pelo Estado. Os capitalistas se beneficiam por dois caminhos: pelo avanço da tecnologia, que permite aumentar significativamente a produção com menor quantidade de tempo de trabalho, pela captura do Estado para a transferência de recursos públicos e pelas medidas adotadas pelo Estado a seu favor (legislação, incentivos etc.); o Estado aumentou a sua fatia a partir da adoção de medidas que permitiram aumentar a sua arrecadação e a redução dos custos de obrigações constitucionais: nos anos de 2003-2005 o governo aumentou o *trabalho excedente* dos trabalhadores e a apropriação do trabalho excedente, com a reforma da previdência²⁴³, com o aperfeiçoamento das parcerias público-privadas (PPPs), com o aumento da carga tributária de 25% para 47%, com a fixação de taxas já elevadas de juros, com o regime de câmbio flutuante e as taxas de *superavit* primário acima de 4,25% do PIB, dentre outras medidas, resultando, de imediato, na redução da participação do montante da renda do trabalho na renda nacional (caiu de mais de 50% para 36%); no aumento das remessas de lucro para o exterior; no aumento do número de famílias ricas²⁴⁴ (*os novos ricos*); na redução do peso relativo dos assalariados e dos trabalhadores industriais com o crescimento da informalidade, com maior fragmentação da classe trabalhadora; em maior empobrecimento da classe média assalariada; no aprofundamento do arrocho do salário mínimo como forma de manter a competitividade das exportações brasileiras; no encolhimento do movimento sindical; dentre outras (OLIVEIRA, 2003; FILGUEIRAS, 2006). Ao lado disso, recorrendo aos recursos midiáticos, construiu uma opinião pública nacional amplamente favorável ao neoliberalismo galopante e assim conseguiu neutralizar, completamente, a luta de classes; camponeses que historicamente se confrontavam

²⁴³ "Ele (o Estado), pede aos velhos que financiem sua própria velhice. É o caso do Brasil. É uma vergonha a forma como se está reformando a Previdência Social, que significa: os senhores trabalhem e, ao envelhecer, de agora em diante, virem-se sozinhos" (SANTOS, 1998, p.15).

²⁴⁴ Famílias com renda per capita mensal a partir de R\$ 10.982,00 (valor da época).

com o capital e com o governo em suas lutas por reforma agrária, por salários, por melhoria dos serviços públicos, são agora tratados como *aliados* nas instâncias palacianas, apesar de suas reivindicações fundamentais nunca serem atendidas; os proletários em geral parecem ter substituído sua crença na revolução por lutas pontuais e reformistas, de aumento do consumo, de acesso a certas tecnologias etc.

Soube, a burguesia neoliberal, com o auxílio de todos instrumentos ideológicos postos à sua disposição – a mídia, a educação, a religião etc. – implantar no ideário coletivo a noção de que *cada época histórica está mais perto de Deus*, como diria Ranke²⁴⁵.

Entretanto, como, no mundo real sempre em movimento, de negações e afirmações, *o início é sempre a negação daquilo que se inicia com ele*, como diria Schelling²⁴⁶, foram muitas as tentativas, de forma tácita ou explícita, em cada momento histórico, de negação de um momento e construção de novos, incorporando, em cada um deles, o próprio espírito da negação e da afirmação. E numa sociedade de classes, marcada pelas relações de exploração e de dominação e permeada pelos conflitos de toda ordem, o caminho para a transformação da realidade continua sendo luta de classes que pode, em certos momentos, hibernar-se, à espera de cenários favoráveis. E que não se perca de vistas, ainda, que a luta de classes não é primazia apenas do capitalismo, como admitem muitos estudiosos, no qual a compra da força de trabalho mediante o pagamento de salários, a torna mais evidente e explícita, especialmente pelos movimentos grevistas. A luta de classes manifesta-se por uma infinidade de formas, "mesmo quando, nos conflitos, os protagonistas não se referem a si mesmos como classe trabalhadora" (COELHO, 2012, p. 50). Não raras vezes são situações difusas, onde a condição de classe se esconde num contexto que não permite, sem uma análise mais acurada, a sua identificação. A história está repleta desses casos, tanto na fase pré-capitalista como no interior do próprio capitalismo.

7.3 A LUTA DE CLASSES

“A luta de classes é a força motora da história em todas as sociedades baseadas na exploração” (OBWECTBE, 1980, p. 77) que, de forma tácita ou explícita, incorpora a própria estrutura de uma sociedade de classes, mesmo que pareça invisível; ela se expressa pela prática das classes sociais, independentemente da consciência de classe. Num primeiro momento da

²⁴⁵ Leopoldo Von Ranke, historiador alemão, considerado o pai da *história científica* (1795-1886).

²⁴⁶ Friedrich Wilhelm Joseph Schelling, filósofo idealista alemão (1775-1854).

colonização brasileira, a luta de classe se expressou pela resistência heroica dos povos nativos e dos escravos que, mesmo sob a ameaça do chicote e da morte, manifestava-se de forma individual, através do *corpo mole* (diminuição do ritmo de trabalho), da agressão a feitores e senhores, provocação de incêndio a plantações, morte de animais com plantas venenosas etc. Num segundo momento, que para muitos historiadores teve início a partir de 1630, a estratégia já foi a luta política, através da organização dos quilombos²⁴⁷, passando a contar com a participação de outros segmentos de trabalhadores livres que vislumbravam possibilidades de viver em liberdade e de barriga cheia.

Foram muitos os quilombos que se formaram no Brasil, em quase todos os Estados, em diferentes épocas. Na Bahia, os quilombos se organizaram especialmente a partir do século XVIII, sendo os dois mais importantes, o Quilombo do Urubu (proximidade de Salvador), e o Quilombo Buraco do Tatu (em Itapoã); em Salvador organizou-se também a sociedade secreta denominada Ogboni²⁴⁸, em inícios do século XIX, para lutar contra a escravidão.

O primeiro e mais importante quilombo brasileiro foi o Quilombo de Palmares, ainda em finais do século XVI. Com a invasão holandesa em Pernambuco, os proprietários de terra se fragilizaram, reduzindo os mecanismos de controle sobre os escravos, criando-se as condições necessárias para a fuga em massa. O território escolhido foi a Serra da Barriga, no interior do atual Estado de Alagoas, com área extensiva ao Estado de Pernambuco, num território que se estende desde a parte superior do rio São Francisco ao Cabo de Santo Agostinho. Local de acesso difícil pelas condições geográficas (montes, colinas, depressões), abençoado pela natureza, com a presença de importantes rios²⁴⁹, fauna abundante e a presença de muitas árvores frutíferas, além de diversos tipos de palmeiras (pindoba-palma, pindoba, buriti, catolé, dendê, coqueiro) que facilitavam a alimentação dos novos habitantes, além de condições privilegiadas de defesa. Além de escravos fugitivos e alforriados, Palmares recebia milhares de pessoas pertencentes a outros segmentos: camponeses, artesãos, gente desocupada etc.

Organizado em mocambos (núcleos habitacionais²⁵⁰), em 1670 Palmares contava com cerca de 30 mil habitantes: embora, predominantemente, os novos moradores de Palmares fossem trabalhadores - escravos fugitivos, alforriados, camponeses etc. - havia também

²⁴⁷ Quilombo é um movimento com organização social e política própria, amplo, criado por povos africanos que se rebelavam contra a submissão, a exploração e a violência, tendo como palco geográfico áreas de floresta de difícil acesso (NASCIMENTO, 1980).

²⁴⁸ Uma réplica das sociedades secretas nigerianas denominadas Ògbóbi que tinham o objetivo de proteger a população na economia, na política e na religião.

²⁴⁹ Ipojuco, Serinhaém e Una, do lado de Pernambuco e Paraíba, Mandau, Penama, Camaragibe, Porto Calvo e Jacuípe, em Alagoas.

²⁵⁰ Os principais mocambos foram Subupira, Macaco e Zumbi.

pequenos comerciantes que faziam a conexão com o *mundo externo*, levando e trazendo produtos indispensáveis à população; o comando político era exercido através de uma democracia genuína, com a participação das lideranças nas decisões, mas o poder central ficava concentrado numa pessoa; a prosperidade e a organização do Reino Livre de Palmares surpreendiam e se constituíram numa ameaça concreta ao velho regime escravocrata; o governo precisava frear esse movimento libertário e decidiu combatê-lo com o uso da força militar. As primeiras expedições militares enviadas para destruir Palmares foram derrotadas, ficando evidenciada a grande capacidade de resistência dos negros e demais habitantes. Buscando uma solução pacífica, o então governador de Pernambuco, Aires Sousa e Castro, negociou um acordo de paz com a liderança do movimento, Ganga Zumba, assinando o “Acordo de Recife” em 1678, através do qual o governo de Pernambuco reconhecia a liberdade de todos os negros nascidos em Palmares e fazia a concessão da terra ocupada. Parte do grupo não aceitou o acordo e Ganga Zumba terminou assassinado por envenenamento (provavelmente por companheiros descontentes), passando o controle do grupo para o negro Zumbi, que tinha o nome de batismo de Francisco e nascera livre, tendo recebido (forçadamente) educação religiosa, conhecia o português tinha noções de latim. Ele se distinguia, assim, do conjunto dos negros, completamente ignorantes e analfabetos.

Não havia outra opção, para as forças governamentais, senão a repressão, mandando nova expedição militar em 1694, com cerca de seis mil homens bem armados; no embate, o quilombola Antônio Soares foi capturado; sob forte coação psicológica e promessa de liberdade, forneceu as informações sobre o esconderijo de Zumbi que foi preso e assassinado em 20 de novembro de 1695. O Reino Unido de Palmares foi completamente destruído. Por volta de 1710 não havia mais sinais do Quilombo de Palmares.

Conforme já visto, a classe subalterna não era constituída apenas de escravos, mas também de um conjunto de categorias de trabalhadores que, submetidos a brutais condições de opressão e de exploração, começavam a reagir de acordo com as condições objetivas dadas, expressando, em cada momento e lugar, a própria luta de classe. Além da reação dos escravos que reagiam de muitas formas, inclusive com a fuga e a organização dos quilombos, vários outros movimentos pipocaram no Brasil colonial e imperial, nessa fase pré-capitalista, contestando a ordem estabelecida. Apenas para ilustração do raciocínio, serão citados aqueles mais comentados pela literatura ocorridos no Nordeste, procurando destacar os principais atores envolvidos, sem nenhuma pretensão de aprofundamento ou mesmo de alimentar o debate, mas apenas lembrar casos em que as classes subalternas reagiram e enfrentaram a classe dominante,

ou seja: exemplos em que a luta de classes se manifestou na Região Nordeste naquele período, em diferentes formas e modalidades. A grande maioria desses movimentos não tinha definido um projeto político e um guia ideológico e emergiu a partir das precárias condições sociais de existência, sejam aquelas de ordem material ou imaterial.

Assim, os casos citados a seguir se constituem em mera ilustração de formas de expressão da luta de classes no Nordeste que tiveram grande repercussão na história, demonstrando que a luta de classes está presente em todos os setores e em todos os momentos em que se configure a relação de classes, ou seja, onde haja exploradores e explorados, opressores e oprimidos; a luta de classes pode ser dissimulada ou aberta, isto é, permanecer invisível ou manifesta em movimentos de trabalhadores assalariados (manifestações públicas, movimentos grevistas etc.), nas lutas pela terra, nas mobilizações por medidas de combate aos efeitos das secas ou por moradia, nas *minorias* desprovidas de meios de produção vítimas do preconceito etc., ou mesmo em conflitos armados. Assim, a luta de classes não ocorre somente quando a vanguarda das classes trabalhadoras tem consciência da unidade e partem para a luta planejada e organizada, como pensava Lenin, mas está presente no cotidiano das relações de exploração e de dominação. Afinal, *a história de toda a sociedade (de classe) até aos nossos dias nada mais é do que a história da luta de classes* (MARX; ENGELS, 1984).

a) Confederação Cariri (Guerra dos Bárbaros)

A nação Kiriri (ou Cariri) ocupava várias áreas costeiras e próximas aos rios em praticamente toda região hoje denominada Nordeste; *especialista* em produtos de cerâmica e no manuseio do caju, com produção de doces e *vinhos*, era temida pela coragem e valentia dos índios. Diante das costumeiras agressões praticadas pelos portugueses e pelos brasileiros a eles aliados, com suas imposições, perseguições e assassinatos, várias tribos se uniram, inclusive com a participação de outras nações, passando a atacar propriedades, dizimando os animais e também pessoas, como foi o caso do ataque à Vila do Aquirás, sede da Capitania do Ceará, quando cerca de 200 pessoas foram mortas.

O movimento que ficou conhecido como *Confederação dos Cariris* (ou *Guerra dos Bárbaros*) originou-se e foi conduzido pelas próprias comunidades indígenas, um segmento das classes oprimidas.

Chama atenção a capacidade de articulação e de mobilização num momento onde a comunicação era tão difícil. Iniciado em 1651²⁵¹, o movimento expandiu-se por quase todo interior sertanejo, sendo controlado somente em inícios do século XVIII.

b) Conjuração Baiana – Guerra dos Alfaiates

Embora o movimento fosse liderado por figuras populares, como um alfaiate, um negro liberto e soldados, suas propostas não ultrapassavam os interesses de setores da elite da época, expressos pela maçonaria, que baseada no ideário liberal da revolução francesa, oferecia fundamentação político-ideológica para os rebeldes. Limitado à capital do Estado da Bahia, o movimento defendia o *atendimento às necessidades dos pobres*, a proclamação da república, a liberdade de comércio e a abolição da escravidão. Observe-se que prevaleciam alguns dos princípios fundamentais da revolução burguesa francesa, sem uma proposição mais consistente para as classes subalternas. Com a delação de companheiros, o movimento foi rapidamente sufocado pelas forças oficiais que condenaram à morte os seis *cabeças* (a principal liderança era o alfaiate João de Deus) e centenas de participantes à prisão em 8 de novembro de 1799.

c) Revolução Pernambucana

Olinda e Recife tinham cerca de 40 mil habitantes (a capital do país, o Rio de Janeiro, tinha 60 mil); o porto de Recife escoava a produção açucareira de toda Zona da Mata e de algodão. Cresciam as ideias libertárias europeias que se proliferavam nas *sociedades secretas* de responsabilidade das lojas maçônicas, das quais participavam empresários, intelectuais, militares e até religiosos. Ao lado disso, os pernambucanos tinham participado de várias mobilizações separatistas, o que ajudou a alimentar o sentimento de revolta. A presença maciça de portugueses na administração pública, o aumento da fome com a crise da economia

²⁵¹ Vivia-se num momento de grandes tensões. Um século atrás, 1562, indígenas paulistas se organizaram para enfrentar o governo discriminatório e perseguidor de Brás Cubas, movimento que ficou conhecido como Confederação dos Tamoyos. Na década de 1680 registra-se a Revolta dos Beckman: o Maranhão passava por momentos difíceis. De um lado, o monopólio comercial estabelecido pela Companhia do Comércio do Estado do Maranhão trouxe grandes prejuízos e insatisfações para os comerciantes; de outro, muitos conflitos no campo entre jesuítas e colonos por conta das tentativas de escravização dos índios pelos proprietários rurais. Diante dessas tensões e aproveitando o *erro político* do governo ao transferir a capital da província de São Luís para Belém, os irmãos Bekman, comerciantes ricos, organizaram o levante e, aproveitando a ausência do governador, tomaram a administração da capitania, criando uma junta governativa que adotou duas medidas de impacto (1684): a expulsão dos jesuítas e a quebra do monopólio comercial. O governo central reagiu, nomeou outro governador e levou à morte os líderes do movimento. Interessante observar que não se questionava a dominação portuguesa, apenas as medidas que corporativamente eram consideradas nocivas.

açucareira e do algodão, a seca que atingiu a região em 1816 e a política de D. João VI que aumentava, substancialmente, os encargos fiscais, foram os motivos para a rebelião que defendia o fim do tráfico de escravos, a independência do Brasil e a instauração da República. Em 6 de março de 1817, com ajuda dos militares, os rebeldes ocuparam Recife, obrigando o governador à rendição. Em 29 de março, foi instituída uma assembléia constituinte com representantes de todas as comarcas, incorporando o modelo português dos três poderes (Executivo, Legislativo e Judiciário), com independência e autonomia, estabelecendo a liberdade religiosa (embora o catolicismo tenha sido mantido como religião oficial); alguns impostos foram abolidos e a escravidão foi mantida. Os revolucionários adotaram duas estratégias: buscar apoio das províncias vizinhas, o que fracassou, e dos Estados Unidos da América, cujas negociações foram interrompidas com a derrota do governo provisório que resultou na prisão e exílio dos principais líderes. Como consequências imediatas, pode-se contabilizar: o Rio Grande do Norte que continuava anexado a Pernambuco, por manter-se fiel ao rei, ganhou autonomia provincial, o mesmo acontecendo com Alagoas.

O movimento pode ser caracterizado como liberal, sendo os segmentos subalternos cooptados e utilizados para seus propósitos. Até o regime escravista foi mantido, cuja contestação já era feita, inclusive, por muitos segmentos liberais.

d) Confederação do Equador

A crise econômica trazia o legado de grandes perdas para a aristocracia pernambucana e para os comerciantes. Ao lado disso, cresciam entre os pernambucanos as ideias iluministas europeias e um certo sentimento nacionalista criado durante a Revolução Pernambucana (1817). A promulgação da Constituição de 1824 foi o estopim ao consolidar os privilégios dos portugueses. Com a dissolução da assembleia constituinte de 1823, que tendia a limitar os poderes do rei, D. Pedro I encomendou outro texto para a Constituição, o que desagradou profundamente aos moradores da atual região Nordeste. Setores da elite de Pernambuco, com pouca participação popular, se rebelam, tomam o governo e contam com a adesão de Alagoas e Ceará. A proposta era proclamar uma República Federativa no Nordeste e a abolição da escravatura, o que levanta a desconfiança dos empresários do setor açucareiro; em 2 de julho de 1824 Manuel Paes de Andrade proclamou a independência da Província de Pernambuco e convidou as demais províncias do norte e nordeste (Piauí, Ceará, Rio Grande do Norte, Alagoas, Sergipe, Alagoas e Paraíba) para constituir a Confederação do Equador, mas houve

apenas a adesão de Alagoas e Ceará. O império reagiu, enviou tropas federais, contratou mercenários e derrotou os rebeldes em pouco tempo.

O movimento contou com grande participação popular, diante da crise que afetava especialmente os mais pobres e pretendia extinguir o regime escravista e reduzir a influência do governo central nos assuntos regionais, com a proposta ousada de emancipação da região e constituição de um governo independente. Guiado pelas novas ideias do iluminismo europeu, não ultrapassava os limites dos propósitos liberais.

e) Setembrizada²⁵²

O movimento teve origem nos segmentos da base da hierarquia militar insatisfeitos com os critérios de recrutamento utilizados, considerados como perseguição política, assim como os soldos irrisórios pagos, geralmente com atraso. O estopim foi a determinação do Comando Militar pernambucano para a apresentação da tropa aos quartéis, diariamente, antes das 20 horas, para que fosse feita a chamada, com castigos físicos aos desobedientes.

O levante iniciou-se nos bairros Santo Antonio e Boa Vista, em Recife, contando com a participação de escravos desejosos da liberdade e pessoas em situação de extrema pobreza que buscavam qualquer tipo de aventura que pudesse resultar em melhores condições de vida. Por ter ocorrido no mês de setembro (1831), foi denominado *setembrizada*, numa alusão também à *Setembrizada* portuguesa de 1810.

Mesmo contando com a participação de estudantes, intelectuais e poucos comerciantes brasileiros, o movimento não demonstrou consistência política e nem recebeu a confiança e credibilidade da população, sendo considerado uma estratégia dos federalistas para enfraquecer os moderados (ANDRADE, 1953). A reação do governo foi imediata, contando com largo apoio da população que via o movimento com sentido baderneiro, resultando em mais de 100 mortos entre os revoltosos e cerca de 30, entre os legalistas (ANDRADE, 1953). Em novembro do mesmo ano, o movimento tentou ressurgir, exigindo a expulsão de todos os lusitanos, o que foi rapidamente sufocado.

f) Cabanada

²⁵² Em 1710-1711 dois segmentos da classe dominante pernambucana, os proprietários rurais e os comerciantes se enfrentaram com armas em punho, a partir da crise do açúcar, quando os proprietários rurais empobreciam e os comerciantes aumentavam suas riquezas, movimento que ficou conhecido como Guerra dos Mascates.

Comerciantes e proprietários de terras portuguesas que atuavam em Pernambuco e Alagoas, insatisfeitos com a perda de regalias no 2º Império (iniciado em 1831), utilizando o poder que exercia sobre os segmentos mais pobres organizaram o levante, cujos rebeldes eram formados por índios, brancos e mestiços lavradores, moradores nas periferias dos engenhos, conhecidos como *cabanos*, reivindicando o retorno de D. Pedro I ao trono. O que passava despercebido ganhou notoriedade com a proclamação de D. Pedro I como “Imperador do Brasil” na região do Passo, em 1832, o que despertou a fúria do governo imperial que mandou suas tropas para reprimir o movimento. A Igreja, através do bispo D. João Marques Perdigão foi chamada a mediar o conflito, afinal a disputa se dava entre setores da própria elite, conseguindo negociar a rendição dos sublevados em 1835. Os trabalhadores livres retornaram aos seus locais de trabalho, mas os escravos aderiram ao movimento com a esperança de dias melhores e para não retornar ao cativeiro, fugiram para os muitos quilombos que já se espalhavam pelo país inteiro, o que motivou a criação da “Guarda Negra”, um pelotão armado voltado, exclusivamente, para a caça e captura dos desertores.

Foi um movimento idealizado e conduzido por setores da elite vinculada ou associada à comunidade lusitana, insatisfeita com a perda de privilégios e vantagens com a abdicação ao trono por D. Pedro I.

g) Revolta dos Malês²⁵³

Apesar das relações harmoniosas entre os escravos domésticos e seus senhores, como relata Gilberto Freyre - “desde logo salientamos a doçura nas relações de senhores com escravos domésticos, talvez maiores no Brasil do que em qualquer outra parte da América” (FREYRE, 1963, p. 393) - nada impedia que rebelassem no dia seguinte, pelas condições a que estavam submetidos (JOÃO JOSÉ, 2003). Mas, não eram somente os escravos que estavam submetidos às péssimas condições de vida; os negros considerados livres também estavam sujeitos a muitas restrições, preconceitos e discriminações. Não podiam praticar a capoeira, expressar sua cultura e cultuar seus deuses, por exemplo. Em situação similar estavam os negros de religião islâmica, conhecidos como *malês*. Eram considerados livres e se dedicavam ao pequeno comércio, às artes e ofícios (artesanato, carpintaria, alfaiataria etc.). Esses negros

²⁵³ Nesse mesmo período registrou-se, no Pará, a revolta de camponeses, índios, pequenos comerciantes e população pobre moradora de *cabanos* que chegaram a tomar o governo, após assassinato do governador, e instalar a uma *República Separatista* considerada o primeiro governo revolucionário do Brasil. O movimento ficou conhecido como *Cabanada*.

contestavam o catolicismo como religião oficial especialmente pela prática de forçar a *conversão* dos negros trazidos da África.

Em busca da tão sonhada liberdade, os escravos se organizavam através das festas, danças, lutas, dos quilombos, das maltas de capoeiras, dos rituais religiosos, iniciando o levante em janeiro de 1835, que ficou conhecida como *Revolta dos Malês* ou *Revolta dos Filhos de Alá*, ocupando as ruas de Salvador (Bahia), defendendo o confisco dos bens dos brancos e mulatos e a instalação de uma república islâmica. Uma mulher negra, pertencente ao grupo, delatou o movimento, entregando os seus planos às autoridades que reprimiram com violência a revolta. Nos combates, acredita-se que tenham morrido poucos soldados e muitos revoltosos. Os líderes foram condenados à morte e mais de 200 foram presos.

Foi um movimento organizado e liderado por negros *malês* que, além de toda repressão dirigida aos escravos, enfrentavam a discriminação pela religião que professavam, o que já era visto pelas autoridades como uma desobediência ao recusarem a religião oficial. Apesar de não alcançar o triunfo buscado, o movimento serviu de alerta às autoridades e às elites em geral das possibilidades de rebeliões de maior dimensão entre os escravos.

h) A Sabinada

Dois anos após a derrota dos Malês, o médico e jornalista Francisco Sabino Álvaro da Rocha Vieira, contando com a participação de grande número de pessoas pobres, excluídas pela crise açucareira, e recebendo também a adesão de soldados do Forte de São Pedro, liderou o movimento que tomou Salvador, obrigando o governador (Francisco Souza Paraíso) a abandonar o cargo (1837), decretando a criação da *República Bahiense*, anunciando a libertação de todos os escravos.

A *Sabinada* foi um movimento de natureza revolucionária, organizada por setores da *classe média*, de grande ousadia, que reuniu as classes subalternas e os segmentos a elas vinculados, agregando também militares e setores da elite baiana, como médicos e jornalistas, considerado dos mais avançados para a época, não resistindo, entretanto, às forças do governo regencial que nomeou novo governador provisório e mandou reforços militares que, depois de bloquear as saídas marítimas, iniciaram o ataque por terra, forçando a rendição dos rebeldes 11 meses depois, registrando-se mais de 2.000 mortes e a prisão de 3.000 revoltosos.

O movimento teve caráter separatista e defendia o ideário liberal da revolução francesa, o que serviu para atrair amplos setores da classe média baiana, considerando que as ideias liberais, à época, entusiasmavam diferentes segmentos sociais.

Vale registrar que o movimento pipocou pouco tempo depois da Revolta dos Malês. Isso simboliza a dimensão do desejo de mudança: apesar da repressão das forças oficiais ao movimento anterior, a população volta às ruas e desafia o regime, sabendo que o governo não hesitaria em, como antes, enfrentar com firmeza os revoltosos.

i) Balaiada

O ambiente era de tensão²⁵⁴. A crise do algodão, provocada, sobretudo, pela concorrência norte-americana, aumentou a pobreza em toda região algodoeira. No Maranhão, havia ainda a insatisfação da *classe média* com a Lei dos Prefeitos (1834) que permitia que o governador indicasse os mandatários dos municípios, o que desagradava também muitos chefes políticos locais de oposição; o poder se revezava entre Cabanos (conservadores) e Bentivis (liberais). Havia, então, uma atmosfera propícia ao conflito. Foi quando um artesão (*fazedor de balaios*) organizou um grupo, invadiu a delegacia de polícia para soltar seu irmão, preso injustamente segundo sua versão. Ao libertá-lo, libertou também todos os demais presos e começou o tumulto. Rapidamente houve a adesão de vaqueiros, camponeses, índios, negros fugitivos e partiram para o confronto com as forças oficiais, tomando a cidade de Caxias onde estabeleceram um governo próprio em 1840. Os combates tiveram início em 1838 e se estenderam rapidamente para outras províncias, com destaque para o Piauí e Bahia. Sem objetivos claros e sem organização suficiente, o movimento foi derrotado em 1841, mas ficou caracterizado pelo embate das classes sociais mais pobres, com o apoio de outros segmentos, contra as classes que davam sustentação ao poder constituído.

i) Revolução Praieira

²⁵⁴ Nesse mesmo período registrou-se um movimento de setores da elite gaúcha liderado por pecuaristas que contestava a política econômica do governo, proclamando, em 1835, a República Rio-Grandense, agregando escravos, peões das fazendas e homens livres fiéis aos proprietários rurais e comerciantes, conhecido como Guerra dos Farrapos. O movimento foi sufocado em 1839, pelas tropas oficiais, mas ressurgiu em 1845, em Santa Catarina, com a proclamação da República Juliana (alusão ao mês de julho). Em 1845 fez-se um acordo de paz com anistia a todos os prisioneiros e devolução das terras que tinham sido confiscadas.

Em 1848, os senadores brasileiros cuja maioria pertencia ao Partido Conservador vetaram a indicação de um liberal pernambucano (Antônio Chinchorro da Gama) para ocupar uma cadeira na Casa, o que provocou a revolta de políticos liberais pernambucanos já insatisfeitos com a concentração do poder central e falta de autonomia das províncias, recebendo o apoio de vários segmentos da população, especialmente os mais pobres que viviam em péssimas condições de vida, chegando a ocupar a cidade de Olinda.

Em 7 de novembro, um general, um capitão, um deputado liberal e um militante da ala radical do Partido Liberal divulgaram um manifesto contestando o regime e criticando as medidas governamentais, o que gerou grande alvoroço, animando vários segmentos para o que ficou conhecido como Revolução Praieira. Os *praieiros*, como ficaram conhecidos, divulgaram um manifesto em 1º de janeiro de 1849, reivindicando a independência dos pobres, o fim do Poder Moderador (exclusivo do Monarca), o voto livre e universal, a nacionalização do comércio de varejo (dominado por portugueses), liberdade de imprensa, reforma do poder judiciário, implantação do federalismo, fim da lei do juro convencional e fim do sistema de recrutamento militar. O movimento expandiu-se rapidamente, suscitando a reação do poder constituído com envio de tropas. Não se sabe ao certo, mas houve muitas baixas do lado dos rebeldes.

Os líderes pertenciam à elite pernambucana, mas o movimento contou também com ampla participação popular - camponeses desprovidos de terra, gente pobre da periferia da cidade etc. Em 1850 a revolta foi dominada pelas forças oficiais. Os líderes foram presos, mas anistiados pouco tempo depois.

j) Revolta dos Marimbondos (Rebelião do Ronco das Abelhas)

Era iminente a abolição da escravatura. O tráfico já estava proibido. Corriam rumores de que trabalhadores brasileiros poderiam ser escravizados. Em 1851, o governo editou dois Decretos que regulamentavam o *Registro dos Nascimentos e de Óbitos* e estabeleciam o *Censo Geral do Império*, ficando conhecidos popularmente como “Lei do Cativo”. Camponeses pobres, índios, vagabundos, negros livres, *homens de cor*, ignorados pelo Estado e pelos proprietários de terras, estavam na primeira linha da reserva de mão de obra e acreditavam que o pior estava por vir. Receosos de perder a liberdade, iniciaram a rebelião no Agreste de Pernambuco, logo chegando à Zona da Mata e a outras províncias como Alagoas, Paraíba,

Sergipe e norte de Minas Gerais. Houve mais *vento do que chuva*, ou seja, mais boatos do que realidade, mas o suficiente para assustar as elites que recebavam uma reedição da *revolução praieira*. No final, 12 mortes foram contabilizadas e 15 feridos. Há indícios, inclusive, de que muitas mortes foram resultado do acerto de contas de grupos políticos rivais que utilizaram as rebeliões para agir. Houve ainda a punição de dois soldados por *comportamento inconveniente*.

Para conter a revolta, a Igreja entrou em cena, através dos frades capuchinos que conseguiram convencer os revoltosos a abandonar o levante, negociando a anistia aos envolvidos. Por coincidência ou compensação, a Igreja conseguiu o monopólio do registro de nascimento e de mortos por longos anos, o que rendia o pagamento de taxas e subsídios governamentais.

Foi um movimento iniciado e conduzido pelas classes subalternas receosas de novos apertos, além daqueles já vivenciados no dia a dia, contra as elites do poder central, que ameaçava generalizar-se, o que merecia providências imediatas que não tardaram a vir, com a ajuda da Igreja que fez a intermediação para por fim ao conflito.

1) Revolta dos Quebra-Quilos

A população estava acostumada com suas unidades de medida: a légua, o feixe, a braça, o grão, a onça, o quintal e tantas outras. Em 1862 o governo editou uma lei instituindo o sistema de pesos e medidas, aderindo ao sistema internacional, o que gerou muita confusão e revolta, considerando que o novo sistema, além da cobrança de taxas para sua utilização. Disseminou-se a ideia de os pequenos comerciantes, os vendedores de feiras livres e similares estavam sendo enganados pelos comerciantes e poderosos.

Iniciada em lugarejos interioranos da Paraíba, a revolta alastrou-se rapidamente por várias províncias do Nordeste, a exemplo de Alagoas, Pernambuco e Rio Grande do Norte. Mesmo sem uma coordenação, os rebelados invadiam feiras livres, quebravam balanças e pesos e depredavam as Câmaras Municipais.

Foi um movimento *espontâneo*, iniciado por um vendedor de rapadura, portanto integrante de segmentos de classe explorados e oprimidos na estrutura vigente, controlado somente em 1875, com o envio de reforços militares pelo poder central, com prisão em massa e castigo físico aos acusados de participar do movimento. O castigo mais utilizado era o denominado *colete de couro*, que consistia na afixação de um pedaço de couro cru sobre o

tórax e as costas do prisioneiro. Em seguida, esse couro era molhado e, ao secar, comprimia violentamente peito do indivíduo, causando lesões cardíacas e tuberculose como sequelas.

m) Guerra de Canudos

Nos primeiros anos da década de 1890, portanto logo após a proclamação da República, chega aos sertões da Bahia, às margens do rio Vaza Barris, o *peregrino* Antonio Vicente Mendes Maciel, nascido em 1830 em Quixeramobim, no Ceará, conhecido como Antônio Conselheiro pela sua capacidade de aconselhar as pessoas. No local conhecido como Canudos, fundou uma comunidade, em meio à seca e à miséria de milhares de camponeses e à sombra do latifúndio. Sertanejo, letrado para sua época, dominava o português e tinha noções de latim, com boa oratória, possuía grandes habilidades para transmitir mensagens religiosas e de esperança para a população, como alguém da mesma cultura que usava a *mesma língua*. A notícia espalhou-se rapidamente e em pouco tempo a comunidade já congregava cerca de 30.000 pessoas. Alguns dos seus seguidores acreditavam que Conselheiro também fazia milhagres; afinal, administrar uma comunidade daquele porte, prover os meios de alimentação e habitação e mesmo a convivência de toda aquela gente, sem a presença de forças repressivas, pode sim, ser considerado um *milagre*.

Conselheiro anunciava um futuro promissor, onde o rio Vaza Barris se transformaria num *rio de leite margeado por cuscuz*²⁵⁵, sempre à luz da religião católica, o que se constituía em atração para a chegada de novas pessoas de vários Estados do Nordeste, especialmente do Ceará e de outras regiões da Bahia. Na prática, desenvolvia-se uma experiência na qual toda produção e todos os bens de consumo eram partilhados por todos, sem as figuras do explorador e do explorado.

Canudos assustava e ameaçava as oligarquias baianas e nordestinas e poderia ser uma semente de instabilidade do regime. Precisava ser combatido e destruído. A classe dominante da época, representada pelos fazendeiros, assustada pelo movimento e enfrentando a falta de mão de obra em suas fazendas, começaram a pressionar o governo para que adotasse medidas contra o então Arraial de Canudos. Em 1896 chegou a primeira expedição militar, derrotada pela coragem e pela fé de Conselheiro e seu povo; vieram a segunda e a terceira expedições, armadas até os dentes, destruindo completamente o arraial em setembro de 1897, quando foram assassinados todos os moradores, inclusive as crianças.

²⁵⁵ Alimento feito com o milho, muito apreciado pelos sertanejos.

A Gerra de Canudos foi a expressão da luta de classes, no seu extremo, entre camponeses pobres e proprietários de terras na Bahia, e ocorrera por solicitação desses últimos ao governo, já que, por um lado, não dispunham de mão de obra fácil e barata como antes - já que milhares de trabalhadores eram atraídos para a comunidade de Belo Monte - e, por outro, sentiam-se ameaçados em seu direito *sagrado* de, enquanto proprietários, explorar ao seu modo os trabalhadores.

n) Pau de Colher²⁵⁶

A revolta de Pau de Colher teve origem em Caldeirão, no Ceará, onde os beatos Lourenço e Severino Tavares, seguidores de padre Cícero, estimulavam o fanatismo religioso, mas também denunciavam a situação de miséria da população. Atacado pela polícia, o conglomerado que sobreviveu fugiu e uma parcela chegou a Pau de Colher, no Município de Casa Nova, na Bahia, a poucos quilômetros da divisa com Piauí. Ali, desenvolveu-se uma experiência similar à de Canudos, onde camponeses pobres e desempregados buscavam meios de sobrevivência; era um período de grave crise econômica, gerada pela depressão de 1929. O governo, no lugar de buscar formas de saciar a fome da população, pressionado pelos fazendeiros, resolveu atacar o povoado, com bombardeio aéreo e luta corporal, tendo a população, quase desarmada, lutado bravamente com facões, foices e outros instrumentos de trabalho; por não poderem competir com os fuzis e metralhadoras do exército e das polícias da Bahia, Pernambuco e Alagoas, sucumbiram todos.

As elites temiam que Pau de Colher viesse a repetir o que ocorreu em Canudos. As duas comunidades de Canudos e Caldeirão tinham o mesmo objetivo, a mesma filosofia social de vida e de trabalho. Ambas foram exterminadas pela ação do aparato do grande latifúndio. em Pau de Colher, s polícias do Piauí, Pernambuco e Bahia organizaram uma grande expedição para destruir o acampamento dos camponeses. Em 14 de janeiro de 1938²⁵⁷, contaram com o

²⁵⁶ Em 1914, sob a liderança do Padre Cícero Romão, que dizia estar sendo guiado por Deus, sertanejos pegaram em armas para tirar do poder o então interventor do Estado, em Juazeiro do Norte, o que conseguiram, devolvendo o poder às antigas oligarquias locais.

²⁵⁷ Este foi também o ano do fim do cangaço: agrupamento de homens corajosos, destemidos, bem armados, conhecedores dos sertões; alguns eram artistas (tocavam sanfona *pé-de-bode*) e outros poetas, com estilo de vida cigano, faziam suas próprias roupas, bons caçadores e cozinheiros, religiosos, considerados malfeitores, ladrões, assassinos, que saqueavam fazendas, povoados e cidades, impunemente, impondo sua própria lei. O cangaço esteve presente na história do Nordeste desde o século XVIII, com José Gomes, o Cabeleira, mas foi a partir de finais do século XIX, com Antonio Silvino e, sobretudo, a partir de 1920, com o mais famoso cangaceiro, Virgulino Ferreira da Silva, o Lampião. Pernambucano, entrou para o bando cangaceiro de Sinhô Pereira, juntamente com dois irmãos, após o assassinato de seu pai; em 1922, aos 24 anos, assumiu o comando do bando, com a saída do comandante que fugiu do Nordeste.

reforço do Ministério da Guerra, bombardeando o povoado com três aviões. Foram mais de 700 mortos, entre adultos (homens e mulheres) e crianças. Alguns poucos conseguiram fugir para o mato, onde continuou a caçada por vários dias, contando com a ajuda de mercenários locais.

o) As Ligas Camponesas

Os reflexos da crise de 1929 perduraram por toda década seguinte, o que se agravou com a segunda guerra mundial. Apesar da política de incentivo à industrialização de Vargas, predominava no país a economia agrícola, com 69% da população habitando o meio rural, onde cresciam o desemprego e a fome, sem que a sociedade pudesse reivindicar medidas corretoras devido à ditadura vigente. São muitas as tentativas de organização, apesar das restrições legais e da repressão política; nasce, em 1934, o Sindicato dos Empregados Agrícolas de Ilhéus, que viria a ser o primeiro sindicato de trabalhadores rurais do país, resultado da ação do Partido Comunista Brasileiro (PCB) no eixo Ilhéus-Itabuna.

Com o fim da ditadura Vargas e retorno do país à normalidade democrática, em 1945, surgem diversas organizações rurais e urbanas em todo o país. Em Pernambuco, sob a orientação do líder comunista Francisco Julião, que viria a tornar-se deputado em 1946, nascem as Ligas Camponesas que se expandem por vários Estados brasileiros, com destaque para Paraíba e Rio Grande do Norte, além de Pernambuco. A motivação inicial era a reforma agrária *na lei ou na marra*, mas aos poucos outras bandeiras políticas são incorporadas. Em 1948, com a proscrição do PCB, o movimento entrou em refluxo, renascendo nos primeiros anos da década de 1950, ganhando fôlego a partir de 1955, com a fundação da Sociedade Agrícola de Plantadores e Pecuaristas de Pernambuco (SAP), que ganhou notoriedade nacional com a conquista da desapropriação do Engenho da Galiléia, em 1959, pelo governo do Estado, constituindo-se na primeira reforma agrária do país.

Além da luta pela reforma agrária, principal bandeira, as Ligas Camponesas ampliam sua atuação, incorporando outros segmentos da sociedade; criam-se a Liga Feminina (mulheres), a Liga dos Sargentos (militares), a Liga Urbana (moradores da cidade), a Liga dos Pescadores e outras, reivindicando mudanças na estrutura econômica e política. As elites reagiram, acusando todo o movimento de *comunistas a serviço de Moscou*, mantendo a repressão política, inclusive com os assassinatos no campo, a exemplo de João Pedro Teixeira, líder da Liga Camponesa de Sapé, na Paraíba, assassinado em 2 de abril de 1962.

Na Bahia a presença das Ligas Camponesas foi pouco expressiva. Segundo José Patrocínio de Souza (2012), houve apenas duas ou três Ligas com um total de 100 a 500 filiados²⁵⁸. A mais notável foi a Liga de Cachoeira, consolidada através da Associação dos Camponeses de Terra Vermelha, em 1955, que liderou uma grande luta de posseiros e foreiros da Fazenda Vitoria do Paraguaçu que culminou com a expulsão de todos os ocupantes através ação de reintegração de posse em março de 1962 (PEREIRA, 2011).

O ambiente rural era de ebulição e turbulência em inícios da década de 1960, com apoio de muitos segmentos urbanos, alimentado pelas notícias da revolução cubana (1959) e da reforma agrária em países latino-americanos, a exemplo do México e da Bolívia. A classe dominante, acuada, exigia uma resposta do governo que veio com o golpe militar de março de 1964, pondo na clandestinidade as Ligas Camponesas que eram organizadas dentro da lei, na forma de associações civis. Apesar disso e da repressão política, com prisões e assassinatos de muitas lideranças, a tensão se mantinha, o que levou o governo a buscar uma estratégia de amenização com a Lei nº 5.504 (30/11/1964), o Estatuto da Terra, com dois objetivos básicos: promover a reforma agrária e o desenvolvimento da agricultura. O primeiro, como era esperado, não saiu do papel e o segundo foi implementado com os grandes projetos de modernização do interesse do capital, financiados pelo Estado. Mas o Estatuto da Terra trouxe outras novidades, como a autorização para criação de sindicatos rurais, de trabalhadores e patronais, controlados pelo governo e voltados, exclusivamente, para a prestação de serviços médico-odontológicos a uma população absolutamente excluída dos serviços públicos, com recursos do Fundo de Assistência do Trabalhador Rural (FUNRURAL), criado em 1963.

As ligas camponesas se constituíram num importante instrumento de expressão da luta de classes. Tiveram pouca presença na Bahia, entretanto sua contribuição à organização dos trabalhadores rurais foi relevante. Foi inspirado nelas que se criaram muitos Sindicatos de Trabalhadores Rurais existentes hoje, a partir de 1961. Com o Estatuto da Terra, esses sindicatos precisaram criar serviços de assistência à saúde, para ter acesso à *Carta Sindical* emitida pelo Ministério do Trabalho, que assegurava a autorização de funcionamento, mas mantiveram serviços de formação e de organização política.

Os exemplos citados servem para demonstrar que nas sociedades de classes, isto é, nas sociedades que se organizam a partir das relações de exploração nas esferas da produção e da

²⁵⁸ José Patrocínio de Sousa. História das Ligas Camponesas do Brasil. <http://www.webartigos.com/artigos/historia-das-ligas-camponesas-no-brasil/94186/>. Acesso em: 21 mar. 2012.

dominação política, o embate entre as classes e mesmo entre segmentos de classes é sempre presente em todas as épocas; a classe dominante, com as benesses do Estado, busca sempre criar mecanismos que possibilitem o aumento da extração da mais-valia e da lucratividade, por conseguinte, a intensificação da exploração, e os meios que consolidem a dominação, garantindo a estabilidade do regime. Do outro lado, as classes subalternas estão em permanente movimento de resistência, buscando, pelos mecanismos que cada momento histórico permitir, criar meios para minimizar as condições de exploração, procurando minimizar as condições de exploração a que estão submetidas, cujos beneficiários diretos são os proprietários dos meios de produção e o Estado, como também reduzir os níveis de dominação que são impostos. Assim, só é possível compreender a estrutura de classes de uma sociedade, compreendendo o processo de luta de classes nela contido. É preciso destacar, que a partir das condições de cada momento, a luta de classes pode resultar em manifestações públicas, organizadas ou não, a exemplo dos quilombos e de outras formas de rebelião utilizadas pelos negros contra a escravidão, dos camponeses em suas lutas pela reforma agrária ou por medidas protetoras à agricultura de base familiar ou dos assalariados por melhores salários, por redução da jornada de trabalho etc.

Mesmo sem que não seja percebida, a luta de classes está presente em todas as sociedades cujo modo de produção tenha por base a propriedade privada dos meios de produção, estabelecida a partir da divisão social do trabalho. Por isso que Marx admitiu que a história das sociedades (baseadas na propriedade privada dos meios de produção) confunde-se com a história da luta de classes. A ausência da luta de classes supõe, também, a inexistência das classes o que só é possível com a superação do modo de produção capitalista. É que as sociedades baseadas na propriedade privada são, por si mesmas, pelas próprias contradições que carregam, geradoras de conflitos e de luta, considerando que aos proprietários dos meios de produção - que correspondem aos instrumentos utilizados no processo produtivo (máquinas, equipamentos, energia, tecnologia, edifícios, escritórios) e aos objetos do trabalho humano - é dado o direito de explorar os trabalhadores, extraindo-lhes o máximo de mais-valia possível através da apropriação do trabalho excedente, ou seja, da exploração, que está presente em todas as sociedades baseadas na propriedade privada dos meios de produção, independentemente do período histórico. O sistema de exploração instituído garante ao trabalhador apenas uma fração daquilo que lhe pertenceria - o produto do seu trabalho - e por isso Proudhon considerou a propriedade como homicida: “A propriedade é impossível, pois é homicida” (PROUDHON, 1988, p. 154).

CAPÍTULO 8 SOCIEDADE CIVIL E POLÍTICAS PÚBLICAS

8.1 SOCIEDADE CIVIL: REFLEXÃO CONCEITUAL

Para entender o conceito de sociedade civil é preciso fazer um rápido *passeio* por algumas abordagens históricas. A complexidade do assunto permite uma grande diversificação de entendimentos o que gera também muita confusão; Boron (2003, p. 208) admite que seu significado constitui “uma das mais confusas e emaranhadas [...] categorias nas ciências sociais”. Hoje, a sociedade civil é posta como a esfera não estatal, antiestatal, pós-estatal e até supraestatal; ultimamente, inclusive, já se discute a existência de uma sociedade civil internacional e global, com suas redes de relacionamento e intercâmbio, valendo-se das tecnologias modernas de comunicação e informação (COHEN; ARATO, 2000; TEIXEIRA, 2001, 2009).

Muitos foram os que tentaram definir sociedade civil, especialmente a partir do século XVIII. Rousseau teria sido o pioneiro a tratar do assunto, afirmado: “o primeiro homem que, tendo cercado um pedaço de terra, [...] dizendo ‘isto é meu’ e encontrando pessoas simples o bastante para acreditar nele, foi o fundador real da sociedade civil” (BOBBIO, 1999, p. 27), entretanto, segundo o próprio Bobbio, o termo sociedade civil significa um novo estágio na evolução da civilização humana e do Estado: “a ideia de um estágio pré-estatal da humanidade inspira-se não tanto na antítese sociedade/Estado quanto na antítese natureza/civilização” (BOBBIO, 1999, p. 27). A sociedade civil provém do transbordamento da família: os que “saem” da família são um conjunto de indivíduos emancipados que procuram satisfazer suas necessidades noutra lugar, e este lugar é a sociedade civil. A sociedade civil se conforma, na filosofia do Direito de Hegel, como o lugar da satisfação das necessidades que nascem das diferenças (de habilidades, tomadas de forma natural) entre os sujeitos.

Foi Hegel quem conseguiu, pela primeira vez, identificar a sociedade civil de forma mais precisa, como um espaço, historicamente, construído na interação social dos indivíduos, o que era condicionado por três fatores: um *sistema de necessidades* – ou de maneira mais ampla, a economia; uma *administração da justiça*, que protege a propriedade como a fonte da liberdade individual; e a *polícia e a corporação*, como reguladores das duas esferas precedentes. A ideia hegeliana é de que a sociedade civil é habitada por indivíduos detentores de direitos e produto de uma época histórica. É o primeiro a reconhecer o papel desempenhado

pelas organizações sociais – corporações, associações e comunidades da sociedade civil – como componente fundamental na mediação entre indivíduos e Estado: “a sociedade civil constitui o momento intermediário entre a família e o Estado” (BOBBIO, 1999, p. 30), ou seja, a sociedade civil situa-se enquanto fase em transição, sendo o Estado o ponto de chegada; na concepção dialética, a família seria a tese, a sociedade civil a antítese e o Estado, o supremo unificador de interesses, a síntese. Para Hegel, a família é o berço da ideia de propriedade, de casamento, de filhos e da própria educação e também de entrada na sociedade civil. O papel de formação dos indivíduos está ligado à posse e à propriedade da terra, que é a externalidade da família; mas, essa propriedade também aniquila a família, na medida em que as crianças crescem e se estabelecem com suas posses (herdadas da família), constituindo novas famílias. “A unidade ‘natural’ da família fica, pois, partida em uma porção de grupos de proprietários em competição, proprietários que visam, essencialmente, seus interesses egoísticos particulares” (MARCUSE, 1981, p. 190). Para ele, é o momento em que as pessoas se descobrem enquanto membros de uma coletividade e que dela dependem para a satisfação dos seus desejos, formando a sociedade civil que seria a passagem da sociedade pré-política para a sociedade política, cabendo ao Estado assegurar a igualdade e liberdade para todos, mediando as querelas oriundas dos interesses divergentes.

Foi Gramsci (1999), talvez, quem melhor contribuiu para o debate recente; para ele, a sociedade civil é a instância onde se constitui a hegemonia política e pertence à esfera da superestrutura: “a sociedade civil, em Gramsci, não pertence ao momento da estrutura, mas ao da superestrutura” (BOBBIO, 1999, p. 32), divergindo de Marx, que entendia que a sociedade civil pertencia à esfera das relações econômicas, a estrutura. Segundo Avritzer (1993), Gramsci teria sido o primeiro autor a considerar a sociedade enquanto lugar por excelência da organização da cultura mantida por estruturas legais, como associações civis e instituições de comunicação.

Gramsci (1999), militante do partido comunista italiano e preocupado com a interação entre teoria e prática, desenvolveu a ideia de ação política incorporada ao Estado e à sociedade, ao mesmo tempo, onde se construíam as formas de coerção e de consenso de poder, sendo que a sociedade civil estabelecia suas formas de hegemonia, a partir das lutas no seu interior para exercer o controle do Estado. Essa hegemonia se constrói na esfera da superestrutura; a sociedade civil como “o conjunto de organismos designados vulgarmente como ‘privados’ [...]” (GRAMSCI, 1999, p. 20), formada pelas organizações responsáveis tanto pela elaboração quanto pela difusão das ideologias, compreendendo assim o sistema escolar, as igrejas, os

sindicatos, os partidos políticos, as organizações profissionais, a organização material da cultura (que se dá pelos jornais, revistas, editoras, meios de comunicação de massa), etc.

Ao contrário de Gramsci, Marx entendeu a sociedade civil como pertencente à esfera da estrutura, o *locus* das relações de produção, a arena da luta de classes de onde derivam as relações políticas. O Estado, assim, seria o resultado disso, um produto da sociedade civil, controlado por ela, mas também com poderes para controlá-la, embora criando as condições para preservá-la nas suas determinações concretas. “O Estado, a ordem política, é o elemento subordinado, enquanto a sociedade civil, o reino das relações econômicas, é o elemento decisivo“ (MARX apud BOBBIO, 1999, p. 31). Em *A Contribuição Crítica À Economia Política*, Marx, dirigindo-se a Hegel, aos ingleses e aos franceses, afirma que as condições materiais de existência recebem o nome de sociedade civil, e essas condições são o solo matrizador de todo social; já em *A Ideologia Alemã* é ainda mais contundente: “A forma de intercâmbio, condicionada pelas forças produtivas existentes em todas as fases históricas e que, por sua vez, as condiciona, é a sociedade civil [...].Vê-se, já aqui, que esta sociedade civil é a verdadeira fonte de toda história” (MARX; ENGELS, 1976, p. 52-53). Acreditava que a classe operária, ao assumir o controle do Estado, eliminaria as classes sociais e, portanto, todos os conflitos no campo das relações de produção com seus reflexos na esfera política; a classe operária, assim, substituiria a sociedade civil:

A condição de emancipação da classe operária é a abolição de todas as classes [...]. No transcurso do seu desenvolvimento, a classe operária substituirá a antiga sociedade civil por uma associação que exclua as classes e seu antagonismo; e não existirá um antagonismo propriamente dito, pois o poder político é, basicamente, a expressão oficial do antagonismo de classe dentro da sociedade civil. (MARX; ENGELS, 1976, p. 165).

Só é possível compreender a sociedade civil, compreendendo o Estado em sua relação dialética com a sociedade. O Estado – ou sociedade política, como é concebido pelo pensamento político atual – é entendido como um *estágio supremo* da vida coletiva dos seres humanos, “o resultado mais perfeito ou menos imperfeito daquele processo de racionalização dos instintos ou das paixões ou dos interesses [...]. O Estado é concebido como produto da razão, ou como sociedade racional” (BOBBIO, 1982, p.22); é visto por muitos como a superação e a regulamentação do Estado natural, não exatamente resultado de uma *nova ordem* regulada por cientistas e industriais como pensava Saint-Simon²⁵⁹.

O Estado moderno é caracterizado pela sua organização formal, unidade interna, sistema jurídico unificado e pela soberania absoluta, enquanto a sociedade civil é concebida

²⁵⁹ L’organisateur. Disponível em <http://www.thegreatdebate.org.uk/Saint-Simon.html>. Acesso em: 10 dez. 2010.

como o domínio da vida econômica e das relações sociais espontâneas orientadas pelos interesses particulares e privados (SANTOS, 1999, p. 171). Para Marx e seus seguidores, o Estado moderno não é outra coisa senão o prolongamento, o aperfeiçoamento, a estabilização do Estado da natureza, considerando que, em sua essência, suas características básicas não apenas se mantiveram como se aperfeiçoaram, a exemplo do Estado como *reino da força*, com o agravante de que, o Estado moderno passa a incorporar, no seu interior, a guerra de uma parte da sociedade contra outra parte, a luta de classes, da qual o Estado é o principal instrumento, assumindo o papel de mediador entre elas.

É preciso, também, diferenciar Estado de governo; Estado é o conjunto de instituições permanentes, a exemplo dos órgãos vinculados ao Poder Legislativo e ao Poder Judiciário, às Forças Armadas e outros e, que, quase sempre, não constituem nenhum bloco monolítico, mas ao contrário, são recheados de contradições internas e conflitos. Já o governo pode ser entendido como a esfera executiva, o conjunto de programas e de projetos que, em tese, parte da sociedade (grupos organizados, movimentos sociais, sociedade civil, técnicos, políticos) e deverá estar voltado para essa mesma sociedade. Há quem entenda o governo como o *Estado em ação*, através da implementação das políticas públicas, ou, como propôs Hofling (2001, p. 31): o governo “é o Estado implantando um projeto de governo, através de programas, de ações voltadas para setores específicos da sociedade”. É preciso destacar que, ao contrário do Estado, o governo é, essencialmente, monolítico, tem caráter temporário, dirige as funções do Estado por determinado período e seus dirigentes precisam de alguma afinidade ideológica para dar funcionalidade ao Estado. Que não se perca de vista que, no capitalismo, a função precípua do Estado é atuar como regulador dos conflitos de interesses entre as classes e os segmentos de classes para assegurar a existência das relações capitalistas no seu conjunto (HOFLING, 2001, p. 33). Para Offe (1991), o Estado não estaria exatamente a serviço do capital, mas da manutenção dessas relações, o que não faz muita diferença: na medida em que procura nutrir as relações capitalistas estabelecidas, o único vencedor é o capital que consegue estabelecer normas reguladoras e impor as condições que lhe sejam favoráveis, garantindo a extração da mais-valia nos níveis desejados. São muitos os exemplos, ao longo da história, em que medidas são anunciadas, com as justificativas mais variadas para convencer a sociedade das suas necessidades²⁶⁰.

²⁶⁰ O Estado tem patrocinado, ultimamente, várias medidas que reduzem os direitos sociais dos trabalhadores, a exemplo da reforma da Previdência Social do governo Lula, complementada pelo governo Dilma com o Projeto de Previdência Complementar, que reduz os vencimentos dos aposentados do serviço público federal. O enunciado do *caput* do PL que resultou na Lei nº 12.618/12 é o seguinte: “Institui regime de previdência

A visão de Marx sobre o Estado foi sempre negativista; para ele, as principais características do Estado moderno são: o Estado como aparelho coercitivo, a violência institucionalizada concentrada contra a sociedade; e o Estado como instrumento de dominação de classe: em *O Manifesto*, Marx e Engels disseram, com todas as letras, que o Estado moderno não é outra coisa senão um comitê que administra os negócios da burguesia, ou seja, o Estado como instrumento privilegiado do capital; o Estado é visto como momento secundário ou subordinado da sociedade civil, mesmo reconhecendo que, como tem o poder da força, também pode controlar a sociedade civil, numa relação simbiótica e dialética: “se a sociedade civil é assim, assim é o Estado” (BOBBIO, 1982, p.22-23). O próprio Gramsci, em *Os Cadernos do Cárcere*, também manifestou compreensão semelhante: para ele o Estado não representa os interesses universais, mas interesses particulares e que não é uma entidade superposta à sociedade, mas condicionada e subordinada a ela.

Para Bobbio (1982), sociedade civil é a esfera dos conflitos econômicos, políticos, ideológicos, sociais e religiosos que o Estado precisa administrar, e o faz recorrendo a instrumentos por ele instituídos, como o legislativo (formulação de normas jurídico-legais), do executivo (cumprimento das normas) e do aparelho coercitivo (instrumentos ideológicos) e repressivo.

Reconhecem todas essas concepções, que não há uma linha divisória entre sociedade civil e Estado; em certos momentos da história, a partir das condições construídas, há uma certa *separação* ou uma fusão de difícil identificação sobre cada instância. No século XIX, com a predominância do neoliberalismo clássico, havia uma distinção clara entre sociedade civil e Estado, o que deixa de ser visível a partir do século XX, quando essa linha divisória perdeu nitidez, o que se aprofunda nos dias atuais com estabelecimento de laços de reciprocidade que tornam essa distinção cada vez mais obscura e invisível, passando o mercado (guiado pela sociedade civil) a ganhar mais importância (mais mercado, menos Estado). Nesse contexto, “a sociedade civil é considerada de uma maneira mais passiva, menos como uma esfera contraposta ao Estado e ao capitalismo e mais como um complemento ou mesmo um substituto para o Estado e o mercado (PINHEIRO, 1998)”.

Todas essas concepções têm seguido uma trilha de discussão e de análise dicotômica e dualista entre sociedade civil e Estado, pondo em lados distintos e até opostos o Estado e a

complementar para os servidores públicos federais titulares de cargo efetivo, inclusive os membros dos órgãos que menciona, fixa o limite máximo para a concessão de aposentadorias e pensões pelo regime de previdência de que trata o art. 40 da Constituição, autoriza a criação de entidade fechada de previdência complementar denominada Fundação de Previdência Complementar do Servidor Público Federal - FUNPRESP, e dá outras providências”.

sociedade civil, com espaços demarcados de atuação, o que prevaleceu desde o século XIX, com uma linha divisória mais ou menos visível. Essa noção dualista parece ter sua origem na visão liberal de Adam Smith, a partir da sua discussão sobre o Estado e o mercado; para ele, o mercado e o Estado tinham papéis distintos, cabendo ao Estado a criação de condições institucionais e jurídicas para a expansão do mercado, entendendo que o comércio gera liberdade e civilização que garantem a defesa das instituições políticas para viabilizar o livre comércio civilizado.

Praticamente todos aqueles que se debruçaram no estudo da sociedade civil a situaram como algo *separado* do Estado (as esferas *econômica* e *política* bem distintas). Até mesmo Marx parece não ter percebido a *armadilha* liberal, de tratar a sociedade civil e o Estado como instâncias distintas, mesmo interagindo mutuamente; embora ele tenha reconhecido que o Estado é moldado pela sociedade civil, sua contribuição centrou-se no sentido de mostrar que a sociedade civil pertence à esfera da estrutura, do mundo econômico, reduzindo o Estado à ação política, ao direito e à ação estatal, sem contribuir para a superação da visão dualista. Não percebeu, assim, as relações simbióticas construídas e mantidas por e entre ambos, a partir da própria dialética que regula seu funcionamento.

Essa visão dualista entre sociedade civil e Estado não leva em conta, com o aprofundamento necessário, as relações e as interferências mútuas, tratando-as como entidades independentes, como se os fatos econômicos não tivessem efeitos políticos e vice-versa. Na realidade, a ação da sociedade civil, de natureza estritamente econômica, tem suas implicações políticas do mesmo modo que os atos políticos têm também interferência na esfera econômica. Para Boaventura Sousa Santos (SOUSA SANTOS, 1999), é difícil conceber a separação entre sociedade civil e Estado, sobretudo num momento em que à sociedade civil são confiadas atribuições pertencentes ao Estado, especialmente nos países periféricos e semiperiféricos onde a sociedade civil é considerada fraca e pouco organizada.

A ideia de separação entre sociedade civil e Estado, isto é, entre a economia e a política, não corresponde à caminhada histórica dos povos, desde a Inglaterra vitoriana, com a legislação sobre as sociedades por ações; um ato político aparentemente neutro, concebido pelos comerciantes da época, teve grande impacto na economia pelo conjunto de privilégios concedidos às sociedades comerciais até os dias de hoje. Na atualidade, são frequentes os atos políticos dos governos, aparentemente desvinculados da economia, cujos fins, entretanto, são basicamente econômicos, a exemplo da emissão de instrumentos legais (leis, decretos) que criam incentivos fiscais e outros benefícios públicos para empresas sob a alegação de que vão

gerar divisas, criar empregos etc., ou criando referenciais jurídicos para a ação empresarial²⁶¹, ou mesmo a execução de projetos considerados como essenciais para a população²⁶². Além disso, sob a alegação de beneficiar segmentos socialmente vulneráveis, vultosas somas de recursos públicos cumprem também importante função econômica, com a elevação da capacidade de consumo dos mais pobres, mas que beneficiam diretamente o capital através das empresas que disponibilizam seus produtos materiais e imateriais para serem consumidos²⁶³. São infundáveis, também, os casos em que grandes somas de recursos financeiros são canalizados, por diferentes meios, para as empresas de diferentes setores da economia com retornos assegurados nos processos eleitorais²⁶⁴, garantindo-se a permanência dos detentores do poder do Estado em cargos estratégicos. São resultados da intervenção direta da esfera econômica (sociedade civil) na esfera política (o Estado), numa relação simbiótica, harmônica ou conflituosa, a depender do momento e dos interesses na disputa.

A sociedade civil, enquanto *lócus* da economia, que cumpre também função política de acordo com os interesses particulares, representa também um poder social diluído na família, nas instituições e nas empresas, interferindo nas ações do Estado conforme os interesses específicos. Essa capacidade de intervenção, ou seja, esse poder de influenciar ações do Estado tem sido pouco estudado e pouco compreendido; a grande maioria dos estudiosos restringe o poder político ao Estado. Para Sousa Santos (1999, p. 125), ao lado desse poder, “o poder do Estado é apenas uma entre muitas formas de poder e nem sequer a mais importante”. No Brasil, isso ficou evidente a partir da década de 1960, mas cuja visibilidade só se tornou possível com o processo de redemocratização (meados de 1980) quando organizações da sociedade civil passaram a interferir nas políticas públicas, exercendo um poder até então ignorado.

A visão neoliberal cultiva o dualismo e vê a sociedade civil como o reino entre o Estado, o mercado e a família; não é o reino da luta e da emancipação das classes, mas o reino da estabilidade, da provisão, da confiança, da liberdade e da responsabilidade social. Têm-se os casos da utilização das organizações sem fins econômicos ou organizações não governamentais (ONGs) na execução de projetos governamentais junto à sociedade civil, desobrigando os

²⁶¹ A Lei nº 11.079, de 30 de dezembro de 2004, conhecida como Lei das PPPs, é um exemplo disso, por facilitar a parceria empresarial com o governo, mas criando, nas entrelinhas, mecanismos que beneficiam as grandes corporações.

²⁶² A contratação de obras para a Copa do Mundo de 2014 sem licitação é um exemplo.

²⁶³ Recentemente o governo lançou o programa "Morar Melhor" que disponibiliza R\$ 5 mil para cada morador dos conjuntos habitacionais do programa Minha Casa Minha Vida, tendo as empresas já credenciadas para a efetivação das compras.

²⁶⁴ A compensação é feita em forma de doações financeiras para as campanhas eleitorais, cada vez mais decisivas para o sucesso dos candidatos, e/ou de voto dos eleitores dos empreendimentos empresariais e de outros segmentos a eles vinculados.

governos da sua responsabilidade, o que se constitui, também, num processo de a *captura e absorção* da sociedade civil pelo Estado, de forma cada vez mais intensa e autoritária, visto como “autoritarismo regulador”, “democracia vigiada” etc. Até recentemente, as ONGs que desenvolviam programas educacionais, de assistência técnica e extensão rural, de melhoria das condições habitacionais etc. o faziam com recursos internacionais²⁶⁵, com alguma autonomia para definir os projetos prioritários e a utilização dos recursos. Com a melhoria da situação econômica do Brasil, na última década, essa ajuda internacional restringiu-se em mais de 90%, segundo dirigentes dessas organizações, limitando-se apenas a alguns poucos casos. As organizações, para sobreviver, tiveram que adequar-se às exigências governamentais, limitando-se à execução de programas do seu interesse o que, não raras vezes, implicou em alteração substancial de suas finalidades estatutárias e da sua missão. Assim, o Estado revela-se cada vez mais incapaz de cumprir suas funções, o que o obriga a recorrer à sociedade civil, sob a alegação de facilidades jurídico-burocráticas, para garantir a eficácia de suas ações (SOUSA SANTOS, 1999) e, por outro lado, as organizações precisam adequar-se às normas e exigências governamentais para ocuparem o papel de braço auxiliar.

O conceito de sociedade civil foi retomado por Cohen e Arato e posto como resultado da apropriação da análise de Habermas sobre a relação entre sistema e mundo da vida, presente na Teoria da Ação Comunicativa. Eles identificam as ações dos movimentos sociais na defesa do mundo da vida como o substrato da sociedade civil. Assim, a sociedade civil passa a ser considerada uma instância da sociedade mais fluida, que perpassa o privado e o público. Ela está identificada com os movimentos sociais, e, como tal, tem a tarefa de barrar a ação invasora e destrutiva do Estado e da Economia.

Habermas, com sua noção neoliberal de “mundo da vida”, criticou a ideia marxista que sempre apresentou o trabalho como a força motora das transformações sociais; para ele, os homens transformam o mundo não apenas pelo trabalho, mas pelo processo natural de geração após geração, no mundo interno sociocultural, através da interação simbólica ou comunicação; contrariamente ao que pensou Marx, entende a “produção do novo”, não como resultado das relações sociais de produção, dos conflitos, mas da linguagem e da comunicação. Assim, o “mundo da vida” é o arcabouço de toda interação social, no qual se desenvolve a intersubjetividade constitutiva do ser social. Inspirado no raciocínio de Habermans – que não discutiu especificamente o conceito de sociedade civil - Arato buscou o instrumental necessário para a sua teoria de sociedade civil:

²⁶⁵ Sobretudo instituições vinculadas às igrejas e aos governos dos países ricos.

[...] sociedade civil é a organização autônoma da sociedade, na reconstrução dos laços sociais fora do Estado autoritário e na concepção de uma esfera pública independente e separada de toda forma de comunicação oficial, estatal ou controlada por partidos (ARATO, 1995, p. 19).

Note-se que por essa visão, sociedade civil e Estado são vistos como instâncias separadas e independentes, isto é, insere-se e aprofunda a noção dualista discutida anteriormente.

Entendendo a relação simbiótica, contraditória e conflituosa entre sociedade civil e Estado, reconhece-se que a sociedade civil insere-se na esfera da estrutura, das relações de produção e, assim, controla a produção econômica e formula um modelo de Estado, e que, no momento atual, a sociedade civil cumpre uma dupla e contraditória função social e política: por um lado, atende aos pressupostos neoliberais de corresponsabilizar-se, por imposição do Estado, por atribuições que seriam dos governos, legitimando suas ações, a exemplo dos muitos programas sociais públicos desenvolvidos pelas *organizações da sociedade civil* e, por outro lado, desenvolvem atividades de natureza político-ideológicas dirigidas para a reforma (e/ou transformação) do Estado e para a mudança de rumos das nações. Surge, assim, especialmente a partir do novo cenário internacional da década de 1960, um novo ator social e político, que vai interagir com o Estado e que passou a ser conhecido como *organizações não governamentais* que passam a ocupar também o espaço que antes pertencia aos partidos políticos e ao sindicalismo tradicionais.

Entre nós, a sociedade civil organizada²⁶⁶ *mostrou sua cara* a partir do enfrentamento com a ditadura militar. Apesar do quadro nebuloso e repressivo da época, surgem, ainda na década de 1960, as primeiras ONGs²⁶⁷, que ainda eram uma novidade na América Latina (LANDIM, 1988; FERNANDES; PIQUET, 1992), contando com a cooperação internacional para sua afirmação e atuação; sob o *guarda-chuva* dos direitos humanos ou da assistência social²⁶⁸, conseguem, muitas dessas organizações, alimentar a resistência democrática sem despertar a fúria dos militares, apesar da sua desconfiança; setores progressistas da Igreja

²⁶⁶ Um exemplo de sociedade civil organizada é a Articulação do Semiárido (ASA), fundada em 1999, que congrega mais de 800 organizações civis e tem por missão “fortalecer a sociedade civil na construção de processos participativos para o desenvolvimento sustentável e a convivência com o semiárido”.

²⁶⁷ Embora se registre a presença, no Brasil, de organizações não governamentais desde o século XIX, especialmente aquelas vinculadas à Igreja, o termo *ONG* surge em 1948, com a criação, pela Organização das Nações Unidas (ONU), do Sistema Internacional de Cooperação ao Desenvolvimento, gerando a proliferação, rapidamente, por todos os países desenvolvidos a partir da década de 1950.

²⁶⁸ Programas de moradia, de distribuição de alimentos, de geração de renda, de assistência agricultores pobres, de alfabetização, de defesa dos direitos humanos, de amparo à criança e ao idoso etc. foram se esboçando e se desenvolvendo.

também entram em campo, com a *Teologia da Libertação*²⁶⁹ que pregava a *opção pelos pobres*, através das Comunidades Eclesiais de Base (CEBs), o que ajuda a construir muitas dessas organizações sociais:

A Pastoral Rural nos ensinou, lá na década de 70, a ter o Evangelho como uma peça da nossa vida; foi lá que começamos a entender a exploração e a necessidade de nos organizar; foi a partir dessa orientação que criamos a APAEB (informação verbal)²⁷⁰.

Os setores da chamada *igreja progressista*, ao lado de organizações sociais já estabelecidas, assumiram o papel de mediação entre os movimentos sociais que se formavam e o Estado, oferecendo-lhes o apoio político, técnico e não raras vezes financeiro, permitindo a construção de um processo organizativo, com uma estratégia político-ideológica definida: “[...] O que aproxima tais mediadores externos é o fato deles serem portadores de recursos humanos e materiais para os movimentos [...]” (MEDEIROS, et al., 1994, p. 179).

Os movimentos sociais ganharam visibilidade a partir da sua reação às mudanças geradas com a investida do capital na década de 1950, passando a ocupar, especialmente a partir de 1970, um espaço que antes pertencia ao movimento sindical e aos partidos políticos de esquerda, estabelecendo alianças pontuais com esses segmentos para garantir a força política necessária para a concretização dos seus interesses no campo do atendimento de suas prioridades junto ao Estado, mas também de busca de emancipação e de identidade. Apesar das restrições e da repressão impostas pela ditadura militar, surgem, em todo país, movimentos pela moradia; pela reforma agrária; movimentos de atingidos pelas grandes barragens; por serviços públicos de infraestrutura, saúde e educação etc. Como reconheceu o professor Elenaldo Teixeira (1997),

Segmentos sociais se organizam não apenas em torno de necessidades materiais ou de realização de políticas públicas que atendam às carências, mas em busca de seu reconhecimento como sujeito, de construção e efetivação de direitos e de uma cultura política de respeito às liberdades, à equidade social, à transparência das ações do Estado. (TEIXEIRA, 1997, p. 181).

São organizações sociais autônomas que podem atuar de forma restrita, com propósitos corporativos, mas podem, também, superar os interesses particulares e preocupar-se com questões gerais da sociedade, contribuindo para potencializar a participação, dando-lhe um caráter fundamentalmente político e transformador, com suas ações organizadas e planejadas ou, às vezes, espontâneas, numa relação contraditória entre os diversos atores (TEIXEIRA,

²⁶⁹ Doutrina da igreja latino-americana amparada no Concílio Vaticano II (1962) e formulada nas Conferências Episcopais de Medellin (Colômbia, 1968) e de Puebla (México, 1979).

²⁷⁰ Depoimento de um dirigente da Associação de Desenvolvimento Solidário e Sustentável da Região Sisaleira (APAEB), com sede na cidade de Valente, Bahia.

2001). As mobilizações ocorridas durante a elaboração da *Constituição Cidadã*, com abaixo-assinados, seminários, manifestações públicas, articulação com deputados constituintes, pressão ao Congresso Nacional, são provas disso.

Os movimentos sociais se corporificam através de associações de pessoas, formais²⁷¹ e informais²⁷²; passaram a ser reconhecidos como parte da *sociedade civil organizada*, que a partir de determinado momento da sua caminhada e das circunstâncias históricas dadas, passam a exercer um papel político na intervenção da realidade socioeconômica local, com identidade própria distinta dos partidos políticos e de outras organizações políticas. Para Habermas (1997, p. 99),

[...] o seu (da sociedade civil) núcleo institucional é formado por associações e organizações livres, não estatais e não econômicas, as quais ancoram as estruturas de comunicação da esfera pública nos componentes sociais do mundo da vida. A sociedade civil compõe-se de movimentos, organizações e associações os quais captam os ecos dos problemas sociais que ressoam nas esferas privadas, condensam-nos e os transmitem, a seguir, para a esfera pública.

Essas associações, a maioria de institucionalidade tênue, estão baseadas nos fundamentos jurídicos (leis etc.) que as regulamentam, mas, sobretudo, num conjunto de direitos que historicamente foram conquistados pelos próprios movimentos sociais em conjunto com outros segmentos sociais como a OAB, CNBB etc. (direito à livre associação, à organização, à comunicação etc.), que orientam o conjunto de ações conforme a estrutura de valores vigente na comunidade e a legitimação social conseguida, o que vai repercutir no processo de mediação e de negociação com o Estado na busca de medidas (políticas públicas, favores políticos etc.) que possam contribuir para minorar as condições sociais de existência.

Para Habermas (1997, p. 200),

[...] A liberdade de opinião e de reunião, bem como o direito de fundar sociedades e associações, definem o espaço para associações livres que interferem na formação da opinião pública, tratam de temas de interesse geral, representam interesses e grupos de difícil organização, perseguem fins culturais, religiosos ou humanitários, formam comunidades confessionais.

Apesar das fragilidades econômicas, técnicas e institucionais, a presença dessas organizações, a maioria de atuação localizada, assumem funções ambíguas: em certos momentos, fortalecem as lutas das classes subalternas no seu permanente embate com as classes dominantes e com o Estado e, outros, contribuem para a interação com o jogo político,

²⁷¹ Associações Cívicas (com as mais diferentes denominações, como Instituto, Movimento, Centro etc.).

²⁷² Grupos Informais: grupos de jovens, de mulheres, de moradores, de ambientalistas, culturais etc. Santos (1999) chama a atenção para o que chama de *novos movimentos sociais* que passaram a ter papel importante para a humanidade, a exemplo dos movimentos feministas, pacifistas, ecológicos etc. com presença marcante em várias partes do mundo.

resultando, com frequência, na negociação por algum espaço na estrutura do poder local, ou no favor político, independentemente de ideologias, e também na negociação de algum benefício do Estado, que servem para justificar, perante a sociedade, as barganhas políticas operadas por dirigentes das organizações²⁷³.

Mesmo enfrentando dificuldades políticas, as organizações sociais se estabeleceram em todo país, com objetivos diversos e diferentes matizes ideológicas, mas quase todas engajadas nas lutas pela redemocratização. Como resultado imediato, proliferaram-se, a partir de inícios de 1980, organizações sociais de base²⁷⁴, com o suporte técnico e financeiro das ONGs, que vão construindo a *experiência militante*, que trata Francisco de Oliveira (OLIVEIRA, 1997).

As ONGs, enquanto expressão da sociedade civil organizada, tiveram papel decisivo em todo caminhar pela redemocratização, fazendo-se presentes no conjunto dos movimentos sociais²⁷⁵ que se constituíam na principal força de pressão política:

[...] os movimentos sociais em sua concretude podem ser definidos pela conjugação das contradições históricas e estruturalmente dadas, das influências da conjuntura política e, sobretudo, como agem e reagem as partes em conflito, ou seja, pela efetividade que assumem as proposições de natureza organizativa, política, ideológica no jogo das relações sociais, cultura e instituições. (DOIMO; BANK, 1989, p. 15).

Encerrado o período ditatorial, com a promulgação da Carta Magna, em 1988, a mobilização social continuou durante os anos seguintes, quando foram elaboradas as Constituições Estaduais e as Leis Orgânicas dos municípios, inaugurando-se a era do “ativismo civil voltado para a solidariedade social.” (PAOLI, 2002). É quando a sociedade civil, por haver derrotado a ditadura militar e conquistado direitos sociais e civis básicos, sente-se fortalecida para continuar a luta pela ampliação desses direitos: direitos dos indígenas, dos negros, das mulheres, dos homossexuais etc. Os empresários, por seu lado, também entram em campo, fortalecendo suas organizações com o mesmo propósito de interferir na estrutura do Estado na busca de concretização de seus interesses. Entretanto, como as organizações sociais são vinculadas ao trabalho e as organizações empresariais ao capital, a disputa não é somente em relação ao Estado, mas também entre o capital e o trabalho: é a própria luta de classes

²⁷³ Entre muitos casos a relatar, em Feira de Santana há um exemplo que pode representar o conjunto: um *combativo* dirigente sindical operário, filiado ao PCdoB, aliou-se ao Partido Democrata (DEM), desde as eleições de 2008, por acordo de interesse.

²⁷⁴ Essas organizações, sob a forma de associação civil, na maioria dos casos, se constituem em importante espaço de formação e de organização do público local (agricultores, moradores de periferias urbanas, jovens etc.).

²⁷⁵ Não é intenção, aqui, discutir as diferentes concepções e os diferentes conceitos de movimentos sociais.

manifesta nas formas que o contexto histórico permite²⁷⁶. Nessa guerra de setores internos da sociedade, como destacado por Marx, o sentido regulador do Estado é meramente formal, já que na prática, apesar das muitas tentativas para ocultar essa relação, o Estado se coloca sempre a serviço do capital, de forma explícita ou não, embora possa, em certos momentos, a partir de pressão política, atender pleitos das classes subalternas, desde que não tragam perdas substanciais ao processo de acumulação e nem ameaças à estabilidade do regime.

Não se pode perder de vistas que além das forças políticas de oposição ao regime militar, constituídas pelos movimentos sociais, pela sociedade civil organizada e por partidos políticos, contou-se com outro elemento que teve papel fundamental naquele momento histórico e que acabou *aliado* à luta pelo restabelecimento da democracia: o avanço do projeto internacional neoliberal, a partir das crises do capitalismo, que incluía a democracia representativa como elemento indispensável à estabilidade política e à dinâmica econômica. O projeto político dos militares já não satisfazia aos interesses do capital internacional (baixo crescimento econômico, altos índices de inflação, instabilidade política, corrupção etc.), abrindo espaços para o projeto neoliberal²⁷⁷ que se desenhou a partir da *ameaça* gerada pela criação de um partido de massa²⁷⁸, nascido da mobilização de operários paulistas, o que *forçou* a unificação das diversas frações da burguesia em torno de um projeto neoliberal a partir da década de 1980, apresentando-se como alternativa para a superação da crise (BIANCHI, 2004). Essa *era neoliberal* ganhou expressividade com o governo Collor (1990), aumentando as fragilidades financeiras e a subordinação do Estado aos fluxos internacionais do capital. Na visão de Filgueiras (2006, p. 186) a consolidação desse projeto passou por três fases distintas: a fase inicial, turbulenta, de ruptura com o projeto anterior e de implementação das primeiras ações concretas (governo Collor); uma fase de ampliação e consolidação da *nova* ordem econômico-social (primeiro governo de Fernando Henrique Cardoso); e ampliação e consolidação da hegemonia do capital financeiro²⁷⁹ no interior do bloco dominante (2º governo de Fernando Henrique e governo Lula). Coube a Lula pôr em prática as medidas neoliberais iniciadas por seus antecessores, tais como: metas reduzidas de inflação; fixação de taxas elevadas de juros; regime de câmbio flutuante; altas taxas de *superavit* primário (acima de

²⁷⁶ São evidentes, atualmente, as disputas entre as organizações vinculadas à agricultura familiar e aquelas pertencentes ao mundo do agronegócio.

²⁷⁷ Segundo Luiz Filgueiras, o Brasil foi o último país latino-americano a abraçar o neoliberalismo como projeto político (FILGUEIRAS, 2006, p. 181).

²⁷⁸ O Partido dos Trabalhadores (PT) foi fundado em 1978, assustando os militares, mas somente em finais da década seguinte veio a demonstrar sua força eleitoral.

²⁷⁹ Em 2001, entre os 100 maiores grupos econômicos do Brasil, 30 estavam organicamente na esfera financeira da acumulação de capital (FIGUEIRAS, 2006, p. 190).

4,25% do PIB); implantação da reforma da previdência social; aperfeiçoamento dos mecanismos para viabilização das chamadas Parcerias Público-Privadas (PPPs) que tanto interessam ao capital; ampliação das políticas assistencialistas compensatórias; aumento da carga tributária de 25% para 37%.

Os resultados imediatos de toda *investida* neoliberal foram: a redução da participação do montante da renda do trabalho na renda nacional (caiu de mais de 50% para 36%); o aumento das remessas de lucro para o exterior; o aumento do número de famílias ricas (os *novos ricos*), que passou de 507.000 em 1980 para 1,16 milhão em 2000 (FILGUEIRAS, 2006, p.189); a redução do peso relativo dos assalariados e dos trabalhadores industriais com o crescimento da informalidade, com maior fragmentação da classe trabalhadora (OLIVEIRA, 2003); maior empobrecimento da classe média assalariada; aprofundamento do arrocho do salário mínimo como forma de manter a competitividade das exportações brasileiras; encolhimento do movimento sindical mais combativo que passou a assumir posições economicistas defensivas; abafamento das revoltas dos setores desorganizados contra os péssimos serviços públicos, o nepotismo e a corrupção contra o Estado e os servidores públicos, o que tem continuidade nos dias atuais:

[...] o governo Lula lograra ampliar, mais do que FHC, a política do novo populismo conservador – um novo tipo de populismo que explora eleitoralmente a população pobre desorganizada, lançando mão, portanto, das políticas compensatórias e do discurso ideológico neoliberal que estigmatiza os direitos sociais como privilégios. (BOITO JR., 2006, p. 237).

É nesse ambiente de construção do projeto político neoliberal que se dão as conquistas de espaços institucionais de participação pela sociedade civil, o que atendem, também, aos interesses da democracia neoliberal que precisa introduzir modificações no processo de gestão do Estado; este, talvez, tenha sido um forte motivo que levou à aceitação das propostas apresentadas pela sociedade, através de suas organizações, pela maioria dos deputados constituintes para elaboração da Constituição Federal, a exemplo da criação de instrumentos de participação da sociedade civil organizada na gestão pública, com a instituição de *conselhos populares* nas três esferas da República.

Pelo menos três razões podem ser arroladas como justificativas para os interesses neoliberais: em primeiro lugar, as propostas apresentadas para criação de espaços institucionais de participação popular atendem também aos interesses do capital, considerando que mantêm inalterada a base econômica e as relações capitalistas estabelecidas, reduzindo os conflitos

expressos e os possíveis riscos do processo de acumulação capitalista²⁸⁰ cujos agentes principais são as grandes corporações multinacionais que ganham mais estabilidade e se fortalecem; em segundo lugar, constroem-se instrumentos privilegiados para a resolução de conflitos, evitando-se o embate direto com o governo e com os empresários (manifestações públicas, ocupação de órgãos públicos, movimentos paredistas etc.), o que resultava em grande desgaste político e insegurança econômica. Para atender a movimentos contestatórios ou reivindicativos de serviços de saúde, de educação, de emprego, de moradia, de crédito, de salário etc., estabelece-se uma instância mediadora, um Conselho, com representantes dos diferentes segmentos da sociedade civil, para *encontrar solução* para os problemas enfocados; dispunham-se, assim, de estruturas institucionalizadas, com a devida legitimação, para intermediar os conflitos. Essa estratégia de substituição dos embates e dos confrontos por espaços institucionais e burocráticos, onde o diálogo, o pragmatismo, a negociação e a parceria com o Estado vêm se revelando eficazes na administração dos conflitos ainda nos dias atuais, atendia plenamente a pressupostos neoliberais de transferir para a sociedade civil responsabilidades no enfrentamento das desigualdades sociais. Por fim, construía-se uma atmosfera altamente positiva de participação popular, onde os movimentos sociais e a sociedade civil tinham – como ainda têm atualmente – a sensação de participação ativa nos processos decisórios de formulação e controle das políticas públicas e de interferência no exercício do poder. Assim, o Brasil se apresenta para o mundo como um *modelo* de democracia participativa, dando a entender que, aqui, a participação e o controle sociais são reais.

A sociedade civil organizada²⁸¹ vem procurando marcar presença nos espaços públicos – governamentais, estatais, paraestatais – valendo-se de instrumentos institucionais (participação em conselhos, fóruns etc.) e não institucionais (movimentos reivindicatórios ou de pressão com diferentes objetivos e matrizes ideológicas), porém todos voltados para algum nível de interferência no processo decisório sobre a definição de políticas e/ou programas públicos (e, por conseguinte, do uso do dinheiro do contribuinte), ou mesmo algum nível de interferência na estrutura do Estado: medidas institucionais de democratização do poder do Estado, legislação que assegure algum benefício para segmentos específicos (casos de subsídios para a agricultura familiar, de incentivos para empresas, tratamento diferenciado para

²⁸⁰ A partir de 1990, o governo Collor passa a operar as mudanças necessárias para atendimento às diretrizes neoliberais do *Consenso de Washington*, com drástica redução da agenda pública (DURIGUETTO, 2007, p. 171).

²⁸¹ O termo *organizada* significa haver algum nível de planejamento e organização nas diferentes fases do ato de interferência, mesmo nos movimentos *espontâneos* que surgem em situações específicas exigem procedimentos organizativos.

microempresas nas licitações públicas etc.). Na visão do professor Elenaldo Teixeira (2001), são formas de participação da sociedade civil voltadas para a decisão (uma medida efetiva ou a busca) ou orientadas para a expressão, com propósitos difusos que podem, eventualmente, também resultar em decisão a partir da sua repercussão na opinião pública²⁸², obedecendo, naturalmente, o desenvolvimento histórico, o contexto socioeconômico, a cultura política da população e a natureza do regime político (MOISÉS et al, 1982; WELFORT, 1992).

A participação da sociedade civil na gestão pública responde, assim, à necessidade de mudanças no funcionamento do Estado, especialmente da centralização dos governos: o estágio do neoliberalismo exigia alterar, substancialmente, as práticas governamentais como requisito para o exercício da democracia, na qual a participação dos movimentos sociais e a idolatrada *participação cidadã* são postas como requisito indispensável, construindo-se as bases para a estabilidade política e social necessária à consolidação e proliferação do capital. Atende, por conseguinte, a três ordens de questões: a descentralização, vista como uma resposta à crise fiscal do Estado; a necessidade de democratizar as políticas públicas, criando-se espaço de participação social²⁸³; e as novas formas de relacionamento entre o público e o privado (MATTEI, 2010).

Interessante observar que, durante o regime militar, a maioria das organizações da sociedade civil, norteadas pelo ideário socialista, construiu a resistência democrática com ações de organização de base, com programas de educação popular, de *conscientização* política etc., numa lógica classista, de compreensão da sociedade capitalista dividida em classes sociais, de discussão de alternativas libertárias para os setores explorados. A expectativa era de que trilhassem no combate ao capitalismo, construindo o sonho do socialismo:

As associações e as cooperativas não devem se organizar apenas com objetivos econômicos, mas também com objetivos políticos, de longo prazo, que permitem conscientizar os trabalhadores para fortalecer as suas lutas, tendo em vista a transformação da sociedade, e chegar ao controle absoluto dos meios de produção. (GEORGEN; STÉDILE, 1991, apud ALMEIDA; PAULINO, 2000, p. 126).

Aos poucos, o debate distanciou-se cada vez mais das questões relativas à ideologia socialista e à organização da base material da sociedade e da distribuição das riquezas, canalizando-se toda energia para a construção de um novo patamar para atuação da sociedade civil organizada enquanto *espaço público não estatal*, com funções de participação na

²⁸² As pressões exercidas por instituições como a OAB, CNBB e outras, com o apoio da mídia, contra a corrupção eleitoral, resultaram em leis específicas que encontraram resistência no próprio judiciário para serem cumpridas.

²⁸³ Esses espaços, entretanto, são limitados à esfera da consulta e da discussão. O processo decisório, entretanto, continua centralizado e distante.

definição, execução, controle e fiscalização das políticas públicas setoriais do Estado. No lugar de programas que pudessem alimentar o debate no campo das relações de produção, da organização e da consciência de classe, discutem-se programas e projetos financiados pelo Estado, mas com o viés expressamente neoliberal: surgem os programas de gênero, de etnia, de negritude, de minorias sexuais, de agricultura familiar, de economia solidária etc. completamente dissociados da discussão sobre relações de produção e sobre os conflitos sociais; cada programa funciona como uma gaveta, isolada de outras, com objetivos, metodologias e metas próprios; no lugar de indicadores qualitativos para avaliar as ações, a exemplo de processos educativos de formação de lideranças, de melhorias na qualidade de vida da população ou na preservação ambiental, passam a prevalecer apenas indicadores quantitativos e funcionais; interessam, apenas, as metas de cada programa e não os resultados gerados por cada um deles.

As organizações sociais *parceiras* do Estado, por um lado, passaram atuar como um braço administrativo-burocrático do próprio Estado, passando a defender, enquanto tais, os governos em seus acertos e em seus erros. Perdem essas organizações, seu balizamento original de busca de mudanças estruturais, a exemplo da reforma agrária, da reforma do Estado, de políticas de desenvolvimento regional etc., e todo ideário socialista de superação do regime de exploração. Como se inserem num cenário de conflitos e contradições, muitas dessas organizações sociais conseguem nutrir, iniciativas que se moldam a partir de concepções não capitalistas, a exemplo das experiências de economia solidária, que são toleradas e financiadas pelo próprio Estado por não se constituírem, hoje, em qualquer ameaça ao sistema econômico e ao regime político.

8.2 A SOCIEDADE CIVIL ORGANIZADA E AS POLÍTICAS PÚBLICAS

Os movimentos sociais, entendidos como grupos organizados de pessoas na mesma condição social, permeados por tensões e conflitos internos que lutam por mudanças sociais, conforme seus valores e ideologias, com perspectivas reformistas ou revolucionárias (BOBBIO; MATEUCE; PASQUINO; 1992), antes dispostos ao confronto para a conquista de seus objetivos, muitos aderiram ao *diálogo republicano*; a maioria das suas lideranças foi convencida ou cooptada pelos governos e mudaram sua crença: no lugar de um projeto de longo prazo, com resultados (ainda) duvidosos, de busca da equidade econômica e social, aderiram ao pragmatismo e pleiteiam ações de parceria com o Estado, onde algumas migalhas

são postas à mesa de imediato. Basta uma rápida passagem pelas organizações sindicais (da sua cúpula, ao nível das centrais, às unidades de base) para verificar que seus principais expoentes trocaram o espaço da militância sindical por um cargo público comissionado, lembrando, guardadas as devidas proporções, o *peleguismo* da era Vargas. Como identificou Elenaldo Teixeira, “muitas das lideranças se incorporam na sociedade política e parte das entidades passa a ter uma ação menos independente e também menos ofensiva, e, em alguns casos, corporativista” (TEIXEIRA, 1997, p. 181). Os movimentos, assim, fragilizaram-se no seu embate no bojo das classes dominantes e com o Estado, passando suas lideranças a defender os interesses dos governos, como sinaliza o depoimento seguinte:

O governo abandonou o compromisso com a agricultura familiar e marcamos uma mobilização para Feira de Santana, por ser um entroncamento importante para Salvador; a gente ia fechar as BRs 324 e 116 norte e sul e a paralisação ia refletir na capital, mas lideranças políticas da região entraram em campo e desarticularam (informação verbal).²⁸⁴

As contradições encontradas nas relações da sociedade civil com o Estado têm raízes históricas, como lembra Boaventura Sousa Santos (SOUSA SANTOS, 2002), de busca de alternativas, ao nível conceitual e real, de superação do projeto hegemônico da sociedade capitalista moderna. Isso não elimina a noção de que a sociedade civil, pelas relações, conflitos e disputas existentes no seu interior, continua sendo a instância que molda o Estado: “O Estado não se apresenta mais como superação da sociedade civil, mas como simples reflexo dela: se a sociedade é assim, assim é o Estado” (BOBBIO, 1982, p.22); dela dependem, em última instância, as políticas públicas setoriais e globais. As relações entre a sociedade civil e o Estado são recíprocas; assim como a sociedade civil molda o Estado, recebe também dele as influências e se adequa a elas: “o Estado contém a sociedade civil, não para resolvê-la em outra coisa, mas para conservá-la tal qual é” (BOBBIO, 1982, p.22). Há, portanto, uma relação dialética e simbiótica entre ambos, com momentos de harmonia e de conflitos, de afirmação e de negação, de aceitação e de confronto a partir dos interesses estabelecidos e das condições históricas dadas. No semiárido brasileiro, como no Brasil, a sociedade civil organizada²⁸⁵, embasada nos movimentos sociais de diferentes matrizes político-ideológicas, cumpre esse duplo papel: por um lado, procura interferir na estrutura do Estado, na busca da criação ou ampliação de direitos, ou mesmo na implementação de programas sociais²⁸⁶ que atendam as

²⁸⁴ GCS, presidente de uma entidade que congrega várias organizações sociais no Território de Identidade do Sisal, no interior da Bahia. Em 10/10/2011.

²⁸⁵ OAB, ONGs, CNBB, Associações de Moradores, Associações de Mulheres, Comunidades Quilombolas, Movimentos Ambientistas etc.

²⁸⁶ O Programa 1 Milhão de Cisternas (P1MC) é, talvez, o exemplo para significativo.

necessidades e interesses de setores subalternos da sociedade, e, ao mesmo tempo, associa-se a ele, fortalecendo sua dimensão neoliberal. Ou seja, enquanto se empenha pela ampliação do *Estado do Bem Estar Social*, também contribui para o fortalecimento do *menos Estado e mais Mercado*, atributo máximo do neoliberalismo.

Foram as organizações não governamentais que iniciaram as primeiras ações de combate aos efeitos das secas através de suas experiências de *convivência com o semiárido*, ainda na década de 1980, com inovações tecnológicas que se desenvolveram longe dos laboratórios das universidades²⁸⁷ e dos programas governamentais, construindo todo um referencial que foi, gradativamente, assimilado pelos governos, sob pressão dos próprios movimentos sociais e das ONGs, com as adaptações e deformações que são peculiares nesses casos. Foi a sociedade civil organizada que impôs ao governo, mediante suas estratégias de negociação e de pressão política, muitos programas sociais que hoje já incorporam as políticas públicas, a exemplo do Programa de Erradicação do Trabalho Infantil (PETI), resultado de muitas mobilizações e denúncias da situação de exploração de crianças e adolescentes na *região do sisal*, inclusive com denúncias em organismos internacionais como a OIT (Organização Internacional do Trabalho) e UNICEF (Fundo das Nações Unidas para a Criança); a ampliação dos benefícios previdenciários para os trabalhadores rurais; os programas de assistência técnica e extensão rural voltados para a agricultura familiar; o Programa Um Milhão de Cisternas (P1MC); programas de preço mínimo e de compra antecipada para vários produtos e outros:

A partir de 1990 entramos na luta pelas Leis Orgânicas dos Municípios, depois continuamos reivindicando o combate aos efeitos das secas, amparo previdenciário para os mutilados do sisal, medidas contra o trabalho infantil. Fizemos grandes mobilizações. A região ficou conhecida em todo país e no exterior²⁸⁸.

Talvez por não confiar nas instituições públicas, cujos desvios de funções é a regra no interior nordestino, os movimentos sociais passaram a reivindicar, também, espaços para execução de programas sociais. Através de suas organizações ou daquelas outras instituídas na esfera da sociedade civil da sua confiança, os mesmos atores que antes apresentavam suas reivindicações ao Estado, associaram-se a ele, convertendo suas organizações num braço administrativo, o que contribuiu para reduzir a legitimidade para a formulação e apresentação de novas reivindicações: antes, tinha-se um segmento da sociedade civil cobrando do Estado

²⁸⁷ Entre a infinidade de exemplos, podem-se citar a *cisterna de placas*, a *mandala*, as técnicas de raleamento da caatinga para a atividade pecuária, o artesanato regional etc.

²⁸⁸ UC, liderança comunitária do sertão da Bahia. Em 26/09/2011.

medidas do seu interesse, agora são parceiras do Estado na implementação de seus programas, desobrigando-o de muitas responsabilidades, a exemplo dos encargos sociais e trabalhistas dos técnicos que ficam na conta das organizações parceiras.

Por esse raciocínio, não é demais aceitar que parcelas da sociedade civil organizada do semiárido foram, ao longo dos anos, apesar de muitas manifestações e contestações, coniventes com as políticas de desenvolvimento regional que atendem aos interesses do capital, implementadas pelo Estado, geradoras de desigualdades e de exclusão social, porque, no capitalismo, o Estado, mesmo utilizando-se sempre o discurso de está a serviço da sociedade, atende, em última instância, aos interesses do capital. A ausência de políticas estruturantes continuadas de convivência com o semiárido insere-se nessa lógica, deixando os sertanejos à mercê das vulnerabilidades geradas pelos períodos cíclicos de estiagens, de curta, média ou longa duração.

Apesar de tudo, as *migalhas* que chegam ao semiárido, nos momentos de crise e no cotidiano, se devem à pressão que os movimentos sociais conseguem exercer, apesar de todas suas fraquezas e limitações, seguindo a máxima de que *governo é como feijão, só amolece com pressão*²⁸⁹. São os movimentos sociais, com o apoio das ONGs, igrejas etc., que têm mantido a resistência frente às ingerências do capital espoliador, garantindo as condições mínimas de reprodução familiar; não conseguiram, entretanto, pautar, ainda, o cumprimento do Art. 165, parágrafo 7º e Art. 35 das Disposições Transitórias, da Constituição Federal, que *regionalizou* o Orçamento Geral da União²⁹⁰, distribuindo os recursos conforme o número de habitantes. De acordo com o Censo Demográfico de 2010, caberia ao semiárido, cerca de 18% dos recursos federais, mas em 2011, toda região Nordeste, recebeu apenas 15,9% (MALUF, 2012), pouco mais de metade do que teria direito.

8.3 AS POLÍTICAS PÚBLICAS PARA O SEMIÁRIDO: PROPOSIÇÕES DOS PPAS

A discussão sobre políticas públicas pressupõe se compreender o que elas são, efetivamente, e o cenário em que se estabelecem. A Constituição Federal de 1988, numa aparente²⁹¹ derrota do neoliberalismo que preconiza o *menos Estado e mais mercado* e o

²⁸⁹ Frase atribuída a Frei Beto.

²⁹⁰ A medida, da autoria do *constituente* baiano Joaci Góes, foi aplaudida, à época, por muitos especialistas, inclusive Rômulo Almeida, como um grande feito para reduzir as desigualdades regionais.

²⁹¹ Aparente porque os princípios básicos do neoliberalismo foram mantidos, como “propriedade privada como direito natural” (defendido por Locke no século XVII), o livre mercado, o culto à vida e às liberdades individuais.

revigoramento das teses keynesianas, que propõem dividir com a sociedade as responsabilidades sociais, incorporou o princípio do *Estado do Bem Estar*²⁹², a garantia de direitos sociais mínimos e implementação de algumas políticas sociais, sem, entretanto, garantir o que parece ser essencial: os recursos orçamentários²⁹³ anuais destinados à saúde, à educação e à segurança pública, por exemplo, estão muito aquém de outros países latino-americanos²⁹⁴; estabeleceu a autonomia político-administrativa para os municípios, sem oferecer as condições necessárias para a sua efetivação²⁹⁵, embora, a conhecida *municipalização* das políticas públicas (de saúde, de educação, de trânsito, de meio ambiente, de habitação etc.) tenha ampliado os espaços de participação popular com a criação dos Conselhos Municipais de Gestão, paritários ou não. Embora, no texto constitucional, tenha se excluído a noção de *Estado mínimo* impregnada pelo neoliberalismo ortodoxo, inaugurada na década de 1960, os espaços para o avanço do capital continuam assegurados, no qual o Estado, enquanto instrumento de serviço da sociedade, foi completamente desconfigurado e colocado como mero instrumento do mercado capitalista, com função reguladora de necessidades consideradas básicas pelo próprio mercado (segurança, justiça, soberania, proteção à moeda), inaugurando-se nova fase considerada por alguns pesquisadores como “neoliberalismo institucional” (BONNAL et al, 2011, p. 47), fundamentado numa maior presença do Estado em parceria com a sociedade civil organizada e com o setor privado.

Apenas para lembrar, quando se refere ao Estado, está-se tratando de um conjunto diversificado de instituições permanentes (órgãos legislativos, órgãos de coerção e repressão, tribunais etc.) que constituem um corpo heterogêneo e complexo que possibilitam a ação de governos, entendida como o conjunto de programas e projetos destinados à sociedade e custeados por ela, configurando a *orientação política* de cada governo, em cada momento; é o Estado viabilizando as ações de governo, através dos programas; o *Estado em Ação*, foi

²⁹² Os efeitos disso são meramente formais, sem resultados práticos. O Estado continua encolhendo-se, abrindo espaços para a iniciativa privada, através de muitos mecanismos: PPPs, terceirizações etc. No superior, 82% dos estudantes estão matriculados em instituições privadas.

²⁹³ O Plano Plurianual (PPA) é a peça-chave do modelo orçamentário brasileiro, complementado pela Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) e Lei Orçamentária Anual (LOA), conforme o Art. 165 da Constituição Federal que normatiza a sua elaboração e execução, sob a responsabilidade do Poder Executivo nos níveis municipal, estadual e federal. Com vigência de quatro anos, o PPA tem a função de estabelecer as diretrizes, objetivos e metas da administração pública, cabendo à LDO, anualmente, enunciar as políticas públicas a serem implementadas em base ao estabelecido no PPA. Já a LOA tem como objetivo principal estimar receitas e programar as despesas para cada exercício. Assim, o PPA é um instrumento de planejamento da ação do Estado, de caráter determinante para o setor público e indicativo para o setor privado.

²⁹⁴ A Argentina destina, anualmente, 20% do seu orçamento para a saúde, enquanto no Brasil não chega a 10%.

²⁹⁵ Especialistas têm denunciado, na imprensa, que a situação da maioria dos municípios brasileiros encontra em situação de *pré-falência* pelos compromissos que lhes foram transferidos pelo governo central.

entendido por Jobert e Muller (1987) como as próprias políticas públicas que, embora da responsabilidade do Estado, são implementadas a partir de um processo de tomada de decisões que envolve a estrutura do Estado, mas também agentes públicos de diferentes organismos e da sociedade civil. “Neste sentido, políticas públicas não podem ser reduzidas a políticas estatais” (HOFLING, 2001, p. 31), e sua definição, para efeito de implementação das ações, é o resultado do conflito de interesses dos segmentos de classes sociais comprometidos e da capacidade de cada um em barganhar maior espaço de poder. E para que essas políticas públicas venham, de fato, responder a interesses não apenas dos grupos minoritários organizados, com grande capacidade de pressão²⁹⁶, mas a maioria dos *desorganizados*, é preciso recriar os mecanismos de participação da sociedade civil, ampliando as suas representações.

Entre o conjunto das políticas públicas, destacam-se as políticas sociais (de educação, de saúde, de habitação, de amparo social etc.), além das políticas de transferência de renda que cumprem importante papel no exercício do controle social indispensável à estabilidade do modo de produção capitalista e que, a rigor, seriam políticas *provisórias* que serviriam na transição do trabalho informal para o trabalho assalariado (OFFE, 1884), ou seja, permitiriam a inclusão no mercado de trabalho de trabalhadores pertencentes a segmentos excluídos. A presença de grande número de trabalhadores informais nas economias é uma das disfunções do sistema de acumulação capitalista que, historicamente, incorpora anomalias estruturais relativas à constituição e reprodução da força de trabalho, cabendo ao Estado, como regulador das relações de produção, responder a esses problemas, criando as condições mínimas que assegurem a reprodução da força de trabalho.

A Constituição de 1988 avançou ao criar possibilidades de participação da sociedade civil na definição, execução, controle e fiscalização das políticas públicas, ao estabelecer os fundamentos necessários à criação dos Conselhos de Gestão nos níveis federal, estadual e municipal. Para que pudessem cumprir suas funções constitucionais, pelo menos duas condições seriam indispensáveis: a) a existência de um *capital social* para dar suporte técnico e político aos conselheiros representantes da sociedade civil, nos termos pensados por Ricardo Abramovay e Roberto Putnam: “o capital social, que diz respeito a características da organização social, como confiança, normas e sistemas que contribuem para aumentar a eficiência da sociedade, facilitando as ações coordenadas.” (PUTNAM, 1996, p. 177). A maioria dos conselheiros municipais, em todos os setores de atividade, sequer conhece os

²⁹⁶ Grupos Econômicos e Políticos, principalmente.

estatutos legais dos Conselhos, seus objetivos e seus regimentos, impossibilitando uma atuação minimamente qualificada; e b) autonomia política, o que exigiria que as condições socioeconômicas da população fossem diferentes, que permitissem aos representantes da sociedade civil independência e autonomia em relação ao poder constituído.

Nas circunstâncias atuais, o que se presencia, por um lado, são organizações da sociedade civil institucionalmente frágeis, a maioria delas despreparada, alheias à atuação dos seus representantes nos Conselhos, com maior gravidade na esfera municipal onde os conselheiros, vulneráveis social e economicamente e dependentes do Poder Executivo, são *obrigados*, em sua grande maioria, a *fazer o jogo* dos governos locais e de suas equipes, em troca de emprego de parentes ou mesmo de maior facilidade na obtenção de algum benefício público (serviços de saúde, programas de moradia popular etc.).

Como o pacto federativo da administração republicana brasileira vincula-se a transferência de recursos estaduais e federais à existência do Conselho de Gestão em cada área de atividade, registrou-se, especialmente, na década de 1990, a grande proliferação desses órgãos, independentemente das suas condições de funcionamento, com maior gravidade nos municípios interioranos de base rural: “na maioria das vezes exigem que pequenos municípios ‘se voltem para o próprio umbigo’ mediante a criação de conselhos apenas municipais, quando igualmente importante seria induzir articulações intermunicipais”, questiona o professor Eli da Veiga (VEIGA et al, 2001, p. 57-58), que introduz a discussão de territorialidade. É que, na realidade, há muitas atividades que deveriam ser planejadas e executadas através de aglomerados de municípios, inclusive pelas limitações orçamentárias, a exemplo de aterros sanitários, ações de assistência social, hospitais etc., continuam sob a responsabilidade de cada lugar.

Os municípios passaram a assumir funções de planejamento e de gestão de políticas públicas sem que, na sua grande maioria, tivessem as mínimas condições técnicas para isso²⁹⁷, considerando que os servidores municipais, excetuando-se aqueles casos obrigatórios por lei (médicos, advogados, professores) não têm a mínima qualificação técnica para responder às demandas²⁹⁸. Diante disso, nos poucos casos em que os municípios elaboram um *planejamento municipal*, cumprem apenas objetivos formais e burocráticos exigidos por alguma instituição governamental, mas sem nenhum resultado efetivo de mudança da realidade econômica e

²⁹⁷ É raro encontrar, nos municípios interioranos, mesmo naqueles de maior porte, pessoal qualificado para o exercício de funções de planejamento, por exemplo.

²⁹⁸ É frequente, nos pequenos municípios, funções técnicas como Auditor Municipal, Controlador Geral etc. serem exercidas simples *cabos eleitorais*, sem a menor qualificação.

social. Há, ainda, o agravante de que, na cultura brasileira, com poucas exceções, o projeto de governo a ser executado pelo chefe do executivo não incorpora o desenvolvimento do seu território (município, região, estado) como elemento prioritário, reduzindo a ação governamental à criação do ambiente propício para o exercício do poder, o mando político. O horizonte temporal, nos municípios, é o mandato do prefeito. Isso é mais presente na esfera municipal, de forma que o prefeito, ao tomar posse no cargo, a primeira providência é acomodar os aliados políticos na administração municipal, criando as bases para a reeleição quatro anos depois. Na ausência de planos de desenvolvimento e de compromisso com sua execução, restam os Planos Plurianuais²⁹⁹, chamados de PPAs, que incorporam diretrizes de ações públicas e suas metas mais voltadas às preferências políticas dos gestores e que são implementadas somente quando julgadas convenientes politicamente.

A discussão sobre políticas públicas se torna cada vez mais complexa e, porque não dizer, confusa, conforme o aumento do grau de complexidade da sociedade que se torna, cada vez mais *ingovernável*, considerando os níveis de interação entre a sociedade civil – cada vez mais fracionada – e a conseqüente multiplicidade de atores sociais dispostos a participar desse *novo* relacionamento com o Estado; é cada vez mais crescente o número de fóruns, conferências, audiências públicas, parcerias na execução de programas governamentais, conselhos com espaços efetivos de discussão das políticas públicas, criando-se a ilusão, nesses atores que desejam protagonizar, de que efetivamente participam do processo de definição e controle das políticas públicas, cujos centros decisórios continuam distantes deles. Para Friedman (1977, p. 87), "[...] só há dois meios de coordenar as atividades de milhões: um é a direção central, utilizando a coerção – a técnica do Exército e do Estado totalitário moderno; o outro é a cooperação voluntária dos indivíduos – a técnica do mercado".

Mas, é exatamente esse *estado de ingovernabilidade* que cria as bases para a aceção de políticas públicas na democracia neoliberal brasileira, no qual o governo se constitui em apenas um ator complexo, diversificado e contraditório entre um conjunto de atores, reduzindo o papel do Estado, o que permite, inclusive, questionamentos sobre a denominação de *políticas públicas*, propondo a sua substituição por *ação pública* (LE GALES, 2007), que seria mais coerente com a pluralidade de atores envolvidos.

²⁹⁹ O Plano Plurianual é parte do ciclo orçamentário da administração pública, detalhado e implementado através da Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) e da Lei Orçamentária Anual (LOA). Previsto no Art. 165 da Constituição Federal e regulamentado pelo Decreto 2.829/1998, o PPA estabelece as diretrizes, os objetivos, metas e os gastos da administração pública para o período de quatro anos.

Uma política pública incorpora, também, ações públicas e deve ser amparada por programas e orçamentos e tem fins diversificados conforme o cenário em que se define e do conjunto de atores envolvidos; pode ser uma política emergencial para atender a situações momentâneas, ou ter caráter duradouro, estruturante, numa perspectiva de mudança da realidade. É preciso não perder de vistas, também, que uma política pública que se concretiza num espaço, há sempre um tempo, um período e um território definidos, com forças vivas atuantes, com necessidades e anseios próprios. Um elemento importante a destacar na definição das políticas e das ações de governo é o processo decisório: quem detém o poder de decisão sobre qual e onde empreender a política pública. Em tempos de democracia neoliberal participativa, os atores locais, depois de participarem de algumas dezenas de reuniões, conferências, audiências públicas, saem convencidos de que são co-autores das políticas públicas a serem implementadas, que participaram do processo decisório; entretanto, as decisões sobre cada ação são tomadas, a partir de dois critérios: interesses do mercado e interesses políticos. E quando a política contraria algum desses critérios, surgem reações: atualmente, a presença de Organizações não Governamentais (ONGs) que fazem parcerias com o Estado para a implementação de políticas públicas, especialmente nos campos da assistência social e da assistência técnica para agricultores familiares enfrenta uma verdadeira campanha de criminalização, com acusações frequentes de corrupção pela mídia e pelos órgãos de controle; há, certamente, casos de desvios que são reconhecidamente minoritários, no entanto, os casos são generalizados como se todas as ONGs fossem desonestas e corruptas; o mesmo tratamento não é dado para a iniciativa privada, onde são registradas em pé de páginas de jornais sem grande importância denúncias de superfaturamento na construção de estradas, pontes, estádios, contratação de serviços etc. Segundo um técnico (informação verbal)³⁰⁰ da Empresa Baiana de Desenvolvimento da Agropecuária (EBDA), uma cisterna de 16 m³ para captação de água custa, em parceria com as ONGs, cerca de R\$ 2,8 mil, mas este custo eleva-se para R\$ 4,5 mil quando construída pelo setor empresarial³⁰¹. É a força do capital que consegue, inclusive, utilizando-se dos recursos midiáticos postos à sua disposição, convencer a sociedade

³⁰⁰ MDS. Depoimento coletado em Serrinha. Em 23/02/2011.

³⁰¹ Quando assumi a Secretaria de Ciência, Tecnologia e Inovação (SECTI) do Estado da Bahia, no período de janeiro de 2007 a agosto de 2009, pude constatar que os empresários recorem a estratégias nos processos licitatórios que oneram o Estado em pelo menos 30%. Se fosse implantar um Centro Digital de Cidadania (CDC) por um processo de tomada de preços, com três ou mais orçamentos entre os fornecedores, custaria, à época, cerca de R\$ 32 mil (eletrológica, equipamentos, instalações). Pelo processo licitatório, obrigatório, não saía por menos de R\$ 48 mil. As empresas desenvolveram eficientes instrumentos para elevar os preços, num verdadeiro atentado ao erário, sem ferir a legislação (depoimento do autor).

de que o setor empresarial é mais eficiente e mais honesto e consegue assim mais espaços para a ação do capital³⁰².

Essa parece ser uma discussão central: quem toma as decisões sobre as políticas públicas e onde elas são tomadas, podendo-se, facilmente, numa análise mais acurada, identificar a quem pertence o efetivo poder de decisão e controle; as comunidades locais ficam sempre excluídas desse processo; quando muito, os setores organizados em associações, cooperativas etc., que não representam mais de 5% da população, são consultados nas ditas audiências públicas, conferências etc. Por outro lado, acatando como verdadeira a tese de que as políticas públicas são definidas a partir de interesses políticos e de mercado, cabe a indagação: qual a real contribuição das políticas públicas setoriais ao processo de desenvolvimento?

O principal instrumento norteador das políticas públicas é o Plano Plurianual (PPA): primeiro, porque obriga ao gestor a planejar as ações de governo para um período de quatro anos; segundo, porque estabelece as diretrizes, prioridades do governo, objetivos, metas e os recursos; por último, porque as ações previstas na Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) e na Lei Orçamentária Anual (LOA), obrigatoriamente, precisam estar contidas no PPA.

O PPA é dividido em programas de ações que devem conter objetivos, metas, recursos, prazo de conclusão, fontes de financiamento e órgãos do governo responsável. O decreto que o regulamenta recomenda a integração das ações nas esferas federal, estadual e municipal com a iniciativa privada, induzindo ao raciocínio de que a iniciativa privada deveria, também, obedecer às diretrizes estabelecidas.

Para essa pequena discussão aqui estabelecida, analisaram-se os dois últimos PPAs do Estado da Bahia, o Plano Plurianual 2008-2011 (Lei nº 10.705/2007) e o Plano Plurianual 2012-2015 (Lei nº 12.504/2011). Em ambos os casos, introduziu-se uma metodologia inovadora na sua elaboração, o *PPA Participativo*, envolvendo segmentos sociais organizados na discussão sobre as prioridades governamentais. Para facilitar a participação popular a Secretaria de Planejamento (SEPLAN) do Estado distribuiu, previamente, uma *Cartilha* contendo informações elementares sobre o PPA para orientar o processo de participação.

Essa participação, entretanto, tem revelado muitas debilidades: em primeiro lugar, ficou restrita a um evento *territorial* (envolvendo vários municípios) com duração média de cinco horas, incluindo-se o tempo de discursos das lideranças e autoridades; organizado a partir dos

³⁰² Denúncias de corrupção no Ministério do Desporto envolvendo ONGs serviram de justificativa para o ministro proibir a celebração de convênio com essas organizações.

Territórios de Identidade, permite apenas o levantamento de propostas, sem nenhuma condição de aprofundar o debate e estabelecer prioridades e metas. Não se falava, também, nessas ocasiões, em recursos humanos, financeiros ou de outra espécie. Em segundo lugar, as *plenárias do PPA* reuniam lideranças da sociedade civil organizada (movimentos sociais, ONGs etc.), pessoas com cargos comissionados (federais, estaduais e municipais), vereadores, prefeitos e deputados alinhados politicamente com o governo. Ficaram de fora todos os *desorganizados*, os intelectuais, os empresários e os agentes políticos adversários ou desafetos do governo estadual.

Movidos pelas necessidades de suas comunidades, em todas as áreas (produção, educação, saúde etc.), os participantes das *plenárias* organizadas para a discussão do PPA elaboravam uma extensa lista contendo a indicação de medidas que viessem atender às principais necessidades da população, o que gerava expectativa de mudanças significativas na realidade. Em posse dessas indicações, os técnicos do governo, *posteriormente*, submetiam ao *filtro da burocracia*, obedecendo às prioridades políticas do governo e à disponibilidade de recursos; transformavam, então, em planos de ação com a definição de atividades, metas e recursos.

Um elemento significativo foi a concepção de territorialidade incorporada ao PPA, tomando-se os Territórios de Identidade como espaço sócio-geográfico, o que facilitaria uma sistemática de controle social, o que não se verificou na prática. Por dificuldades técnicas e de organização, as organizações populares e os movimentos sociais não conseguem estabelecer uma rotina de acompanhamento e monitoramento do PPA, limitando-se a reivindicações pontuais. Foi criada, inclusive, a Comissão de Acompanhamento do PPA, denominada CAPP, com representantes governamentais e da sociedade civil que, simplesmente, nunca funcionou.

Durante a pesquisa de campo, todas as lideranças contatadas, que se envolveram ativamente na organização das *plenárias do PPA*, lamentavam e reclamavam do não cumprimento do que estava previsto, mas não conseguem criar mecanismos de diálogo com os órgãos de governo, a partir do próprio PPA, muito menos criar mecanismos de cobranças através da pressão, inclusive por conveniências político-ideológicas.

O Plano Plurianual, como era de se esperar, deveria ser o principal instrumento para guiar o processo de desenvolvimento do Estado, admitindo que o “desempenho social do Estado traduz em variáveis e indicadores como renda e escolaridade, tem se mostrado muito aquém do que poderia ser” (BAHIA, 2007, p. 45). O PPA 2008-2011 admite que isso é resultado da própria ação do Estado:

O modelo econômico que se consolidou na Bahia, decorrente não apenas da própria dinâmica do capital, mas, também, das diversas opções de políticas econômicas adotadas pelo Estado, inclusive políticas de incentivos fiscais, terminou por privilegiar uma indústria, tipo intensiva, em capital, com efeitos limitados sobre a geração de empregos (BAHIA, 2007, p. 45).

Registra que a “micro e pequena empresa e a agricultura familiar não receberam os apoios adequados para que pudessem desenvolver todo seu potencial de geração de renda e ocupação da força de trabalho” (BAHIA, 2007, p.45), numa crítica expressa aos governos anteriores, criando-se assim a expectativa de que o leitor encontraria, nas páginas subsequentes, medidas de destaque para esses segmentos, o que não ocorre de forma explícita.

Incorpora-se no texto do PPA a noção conservadora e tradicional que entende as precárias condições de existência da população como um entrave ao desenvolvimento. É assim que se refere à região semiárida: “A extrema pobreza e desigualdades sociais da região semiárida, ao lado de outros fatores, constituem-se em grandes obstáculos para que se possa desencadear processos de desenvolvimento sustentável” (BAHIA, 1977, p.55). Diante disso, como preconizam seus ideólogos, resta reduzir toda a problemática às questões sociais, implementando-se atividades de natureza assistencialista que não contribuem para romper o ciclo da pobreza, sem uma política clara de investimentos de valorização do setor produtivo com perspectivas de médio e longo prazos. Relega, assim, a região semiárida a segundo plano, o que fica expresso ao definir como prioridades duas outras regiões para o crescimento econômico em todos os segmentos da economia, “aproveitando as oportunidades potenciais existentes, tanto para os projetos de grande porte, de escala nacional ou global, quanto para os micro e pequenos empreendimentos, são prioridades a Região Metropolitana de Salvador e a Região do Cacau” (BAHIA, 2007, p. 46). Obviamente, essa opção em concentrar os investimentos em determinadas localidades implica no enfraquecimento daqueles centros regionais que foram excluídos.

A região semiárida é contemplada no PPA com a proposta de diversificação da malha produtiva: “O governo pretende diversificar a malha produtiva do semiárido e investir em alternativas de exploração socioeconômica, pesquisando ou adaptando experiências exitosas desenvolvidas em outros estados que abranjam regiões semiáridas” (BAHIA, 2007, p. 57). Pretende intervir através do planejamento territorial que seja capaz de adequar “a cada situação específica e responder com efetividade aos desafios do vasto território baiano” (BAHIA, 2007, p. 57), definindo um conjunto de atividades para cada um dos 26 Territórios de Identidade do Estado. Não se encontram, entretanto, propostas de medidas estruturantes que correspondam ao

enunciado e, grande parte do que foi definido não foi executada. A seguir, a título de exemplificação, alguns casos dessa distorção do planejamento:

a) Para os Territórios de Identidade Semiárido Nordeste II, Bacia do Jacuípe, Piemonte Norte do Itapicuru e Sisal (entre outros), era previsto o *incentivo ao empreendimento juvenil*, através do programa Bahia Jovem: oportunidades e direitos, com auxílio financeiro para 4.102 jovens. Não há informações, nesses territórios, da concessão do benefício;

b) Estava prevista a implantação de Centros Públicos de Economia Solidária nos Territórios Bacia do Jacuípe, Sisal, Semiárido Nordeste II e Portal do Sertão, o que não se implementou;

c) Realização de pesquisas de avaliação mineral: Chapada Diamantina, 8; Portal do Sertão, 2; Sisal, 8. As coordenações desses Territórios de Identidade não têm qualquer informação da sua realização e todos pressupõem que não foram realizadas;

d) Implantação de projetos de irrigação em regiões mais pobres com potenciais de determinadas atividades agrícolas, objetivando transformar a Bahia num grande produtor nacional de produtos orgânicos (BAHIA, 2007, p. 360): Bacia do Jacuípe: 680 ha; Piemonte Norte do Itapicuru: 40 ha; Semiárido Nordeste II: 600 ha; Sertão do São Francisco: 10 ha; Velho Chico: 175 ha. Para o conjunto do Estado, a previsão era de irrigar 21.045 hectares, beneficiando 9.400 agricultores familiares.

Mesmo que a proposta fosse efetivada, pela sua dimensão modesta, certamente não iria *transformar a Bahia num grande produtor nacional de produtos orgânicos*, conforme o enunciado.

Há propostas ambiciosas e inusitadas como as relativas ao cultivo de camarão marinho (BAHIA, 2011, p.405): Território do Sisal: 24 t. de pescados em águas salinizadas do semiárido e 518 t. em águas de poços tubulares; Território Semiárido Nordeste II: 21 t. de pescados em águas salinizadas do semiárido e 466 t. em águas de poços tubulares; Território Velho Chico: 21 t. de pescados em águas salinizadas do semiárido e 12 Unidades de Beneficiamento Reformadas. Apenas no município de Araci, há um pequeno projeto em execução.

Estabelecia, ainda, a garantia de seguridade hídrica para 80% da população do semiárido, o que também não se confirmou: as deficiências hídricas foram expostas no nolo período de seca 2011-2013, resgatando-se, inclusive, velho carro-pipa, para o abastecimento de água.

O planejamento territorial levou o governo a concentrar alguns programas nos Territórios de Identidade, disponibilizando, inclusive, pessoal de apoio para viabilizar a

implementação das ações, a exemplo da Secretaria do Trabalho, Emprego, Renda e Esporte (SETRE); Superintendência da Agricultura Familiar (SUAF) da Secretaria de Agricultura, Irrigação e Reforma Agrária (SEAGRI); Secretaria de Ciência, Tecnologia e Inovação (SECTI); Secretaria da Cultura (SECULT) e Secretaria de Planejamento (SEPLAN), cada uma com um programa próprio.

Além das fragilidades técnicas, há outras dificuldades que impedem a funcionalidade adequada desses órgãos: a primeira é que esses diferentes órgãos da administração pública não dialogam entre si, cada qual define seu programa e sua agenda de trabalho, como se a realidade concreta pudesse ser fatiada de acordo com as conveniências governamentais. No mundo real, as coisas estão interconectadas entre si, todas as ações, programas, independentemente do órgão a que pertence na estrutura governamental, integram uma dinâmica própria de interação que não pode ser setorizada; o segundo problema é que o chamado *público alvo* é único para o qual se destinam todas as ações e atividades dos diferentes programas governamentais. As pessoas, especialmente aquelas que integram diretorias ou coordenações de organizações comunitárias, para não perder o suposto benefício, são frequentemente *obrigadas* a sacrificar suas atividades produtivas e outros afazeres particulares para atender às agendas dos órgãos governamentais: "Tem semana que não se faz nada na roça, é reunião todo dia pra discutir alguma política pública [...]" (informação verbal)³⁰³. É a estratégia buscada para legitimação das ações.

O PPA 2012-2015³⁰⁴ se apresenta como um documento tecnicamente bem elaborado, mais organizado e também mais fundamentado do que o anterior, com os programas, projetos e ações integralmente territorializados a partir dos Territórios de Identidade. Mantém, no entanto, a mesma concepção conservadora do desenvolvimento contida no PPA anterior. A pobreza é vista não como o resultado de um processo histórico em que o modelo econômico extorsivo e concentrador exclui populações inteiras dos benefícios das riquezas nacionais e regionais, e, pior ainda, concebe a pobreza como um fator que dificulta o processo de desenvolvimento sem definir estratégias e mecanismos de enfrentamento e superação: "a persistência da pobreza constitui no principal entrave para o desenvolvimento em bases sólidas para garantir o princípio da equidade" (BAHIA, 2011, p. 45), admitindo, por um lado, que a população da região semiárida está condenada ao subdesenvolvimento, e, por outro, que é preciso assegurar os meios para minimizar a carência dos indivíduos: "Além de um rendimento capaz de suprir as

³⁰³ MAC, membro da diretoria de uma associação comunitária do município de Valente. Em 08/05/2012.

³⁰⁴ Lei nº 12.504 – 29/12/2011.

necessidades básicas, é preciso garantir às pessoas pobres instrução, acesso à terra e a insumos para produção, saúde, moradia, justiça, apoio familiar e comunitário, crédito e acesso a oportunidades de trabalho e desenvolvimento pessoal” (BAHIA, 2011, p. 45), ou seja, adoção de medidas assistenciais que reduzam os índices de pobreza, aumentem a capacidade de consumo da população etc. e não pela adoção de medidas transformadoras da estrutura produtiva estabelecida.

O texto reconhece, também, a situação de pobreza da população, incluindo dados do Plano Nacional de Amostra Domiciliar (PNAD) de 2009, que indicavam que 39% dos baianos (5,7 milhões) se encontravam em situação de pobreza e 14% em condição de extrema pobreza, ficando o Estado da Bahia com o maior número de pessoas nessa condição (2,4 milhões de pessoas) entre as 27 Unidades da Federação (BAHIA, 2011, p. 46). Registra, ainda, que 41,2% dos domicílios se encontravam em situação de insegurança alimentar, o que corresponde a 1,8 milhão de domicílios e mais de 6 milhões de pessoas.

A execução do PPA está ainda sendo iniciada, com apenas um ano³⁰⁵. A expectativa da população é de que seja diferente do anterior, possibilitando a execução da maioria dos programas, projetos e ações nele estabelecidos. A título de ilustração, seguem algumas das propostas, dando-se ênfase às medidas para a região semiárida:

Segurança Alimentar e Nutricional:

Promover a segurança alimentar e nutricional na perspectiva de garantir o direito humano à alimentação adequada e saudável, por meio da integração de ações intersetoriais que ampliem a disponibilidade e as condições de acesso a alimentos saudáveis, em quantidade e regularidade suficientes para todos, a partir de processos sustentáveis de produção que promovam trabalho, gerem renda e respeitem a diversidade social, ambiental e cultural. (BAHIA, 2011, p. 45).

A meta estabelecida é de atender a 877.600 pessoas em quatro anos, 15% do número de domicílios em situação de insegurança alimentar e nutricional que, considerando os níveis de insegurança alimentar grave e moderada, corresponde a 19,7% dos domicílios (836.398 domicílios e 2,8 milhões de pessoas). Para os Territórios Sertão do São Francisco, Sisal e Semiárido Nordeste II, a previsão é atender, respectivamente, 2.100, 5.000 e 1.300 famílias.

À página 69 do PPA, o texto reconhece que a “materialização da produção dependerá do fornecimento de insumos básicos, financiamento e equipamentos”, e propõe apoiar 70 agroindústrias e unidades de processamento da produção e implementar 440 projetos de inclusão produtiva em comunidades rurais e sedes municipais com até 7,5 mil habitantes:

³⁰⁵ A análise do PPA foi concluída em janeiro de 2013.

Território de Irecê: 10 unidades; Território Velho Chico: 15; Território Bacia do Jacuípe: 11; Território da Chapada Diamantina: 13; Território do Sisal: 41; Território Sertão do São Francisco: 15; Território Médio Rio de Contas: 16; Território de Vitória da Conquista, 15 unidades.

Não define, entretanto, que projetos são esses e qual o alcance social, ou seja, o número de agricultores presumivelmente beneficiados, nem os resultados esperados.

Propõe, também, implantar 85 projetos produtivos com jovens e 100 empreendimentos de comercialização da produção da agricultura familiar, e mais: 257 unidades de produção de agropolos³⁰⁶ da agricultura familiar (p. 72) distribuídas em vários Territórios de Identidade, entre eles, Sisal (15 unidades), Semiárido Nordeste II (10), Velho Chico (10), Bacia do Jacuípe (10), Irecê (30), Sertão Produtivo (15) e Portal do Sertão (10 Unidades); 64 unidades de beneficiamento da agricultura familiar (p.79) nos Territórios de Irecê (3), Bacia do Jacuípe (3), Velho Chico (3), Piemonte da Diamantina (2), Chapada Diamantina (2), Semiárido Nordeste II (3), Sisal (2), Sertão Produtivo (2), Piemonte Norte do Itapicuru (2), entre outros. Não deixa claro, entretanto, do que se trata exatamente, considerando inclusive que, anteriormente, já há registro da intenção de apoiar a agroindústria e unidades de beneficiamento da produção.

Estabelece, também, a adequação de 42 agroindústrias da agricultura familiar em vários Territórios de Identidade e assume o compromisso de prestar assistência técnica para o êxito dos empreendimentos.

Pode-se observar também que, como não há critérios técnicos definidos para a localização dos empreendimentos, o destino de cada projeto fica à mercê dos conchavos políticos locais, sem considerar as condições técnicas que possam garantir as bases de viabilidade: há bateadeira de sisal em locais em que a quantidade de sisal é mínima e não justifica o empreendimento; laticínios onde não há oferta de leite suficiente; casas de farinha em locais que não produzem mandioca; instalação de equipamentos movidos a eletricidade em comunidades que não dispõem de rede elétrica capaz de dar suporte e assim por diante.

Em 2003, sindicatos de trabalhadores rurais de 11 municípios da *região do sisal*, semiárido baiano, denunciaram, através de documento embasado em dados técnicos e fotografias, que mais de 80% dos empreendimentos implantados com recursos do Banco Mundial ou foram desviados de suas funções (ex: construção de represas em áreas privadas) ou encontravam-se sem funcionamento por questões técnicas (moinho de milho em locais que não produziam milho; casas de farinha em comunidades que não tinham tradição com o cultivo da mandioca etc.).

³⁰⁶ O texto não define o que são “agropolos”.

Pelo visto, o problema ainda perdura, perpassando governos de diferentes matrizes ideológicas, o que permite concluir que o domínio político local continua pujante e é capaz de dirigir as ações do Estado de acordo com seus interesses em cada momento histórico, independentemente do partido político hegemônico, obedecendo também a lógica do capital industrial e comercial que respondem pelo fornecimento dos equipamentos.

O PPA registra a proposta de “assistir com qualidade 280 mil agricultores familiares, sendo 200 mil através do serviço oficial e 80 mil por meio de entidades conveniadas” (BAHIA, 2011, p.84). O enunciado é genérico e não permite análises. Posteriormente, sem qualquer conexão com o PPA, mas num gesto de busca de avanço ao processo, foram realizadas *Conferências Territoriais de Assistência Técnica* sob a coordenação da Superintendência da Agricultura Familiar (SUAF) que resultou na *1ª. Conferência Estadual de Assistência Técnica e Extensão Rural*³⁰⁷, amparada num *Documento Base* da 1ª. Conferência Nacional, elaborado pelo Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA), que estabelece como princípios da assistência técnica e da extensão rural:

Os serviços de ATER³⁰⁸ passam a atuar tendo como princípios o desenvolvimento rural sustentável, compatível com a utilização adequada dos recursos naturais e com a preservação do meio ambiente; gratuidade, qualidade e acessibilidade aos serviços de ATER; adoção de metodologias participativas, com enfoque multidisciplinar e intercultural, buscando a construção da cidadania e a democratização da gestão da política pública; a adoção da agricultura de base familiar e coletiva; as dimensões de geração, raça e etnia; a igualdade na relação de gênero; e a contribuição para a segurança e soberania alimentar e nutricional. (BRASIL, [201-], p.5).

O mesmo documento apresentou os seguintes eixos temáticos para orientação aos Estados, sendo que as atividades variam para cada Território de Identidade: ATER para o Desenvolvimento Rural Sustentável; ATER para a Diversidade da Agricultura Familiar e a Redução das Desigualdades; ATER e Políticas Públicas; Gestão, Financiamento, Demanda e Oferta dos Serviços de ATER; Metodologia e Abordagens de Extensão Rural.

Como é passível de constatação, tanto os princípios adotados como os eixos temáticos são permeados de generalizações, relegando as questões propriamente técnicas. Não há qualquer referência ao aumento da produção e da produtividade, à melhoria da renda e das condições de vida dos agricultores familiares, o que permite inferir que perdurarão as condições de baixa eficiência econômica das unidades familiares de produção.

³⁰⁷ Salvador, 14 a 16 de março de 2012.

³⁰⁸ Assistência Técnica e Extensão Rural.

As informações colhidas junto a lideranças de organizações sociais e dos Territórios de Identidade dão conta de que os serviços de assistência técnica e extensão rural estão sendo prestados, inclusive de forma progressiva, com aumento do volume de recursos a cada ano e ampliação das metas. Há, entretanto, grandes dificuldades em sua operacionalização: o sistema de assistência técnica e extensão rural começou a ser desestruturado desde o período do governo Collor, quando extinguiu o Sistema Brasileiro de Assistência Técnica e Extensão Rural (SIBRATER); na Bahia, a Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural (EMATER) foi substituída pela Empresa Baiana de Desenvolvimento Agropecuário (EBDA), que entrou num processo de degradação, sem renovar ou ampliar seu quadro técnico (há mais de 25 anos não admite novos técnicos) e sua estrutura operacional; a situação atual é de absoluta impossibilidade de atendimento das demandas: além do quadro técnico, não possui os meios operacionais suficientes como veículos, combustíveis, computadores etc. para a prestação dos serviços. Diante disso, o governo optou por terceirizar a assistência técnica aos agricultores através de contratos e convênios com ONGs, entidades sindicais etc. o que possibilitou a ampliação do acesso pelos agricultores. Ocorre que a maioria dessas organizações não tem, em seu histórico, nenhuma experiência de assistência técnica e extensão rural e passaram a operar programas dessa natureza, admitindo técnicos igualmente despreparados (a maioria recém-formados e inexperientes), o que compromete a qualidade da assistência. Há, entretanto, algumas organizações especializadas em assistência técnica e extensão rural, com grande cabedal técnico, que se dedicam a esse tipo de serviço há muitos anos, como forma de atender à população excluída da assistência oficial. Para essas organizações, surgiu um novo problema, a defasagem salarial dos técnicos: “uma ONG paga em média R\$ 2.800,00 a um Engenheiro Agrônomo; quando ela é contratada pelo governo, o salário máximo é R\$ 1.600,00, o que tem gerado muitos conflitos internos e perda dos técnicos” (informação verbal)³⁰⁹.

Não há, pelas organizações que prestam assistência técnica, indicadores de desempenho definidos; pode-se observar que os *indicadores de avaliação* utilizados são apenas aqueles de natureza funcional, que identificam o grau de eficiência na execução das atividades, ou seja, o cumprimento de metas físicas, com número de visitas realizadas, número de participantes em reuniões ou cursos, e nunca a eficácia dos serviços prestados, os resultados obtidos pelos agricultores. Certamente, que se pode atribuir à qualidade da assistência técnica fatos como a redução dos rebanhos caprinos e ovinos em alguns Territórios de Identidade, a redução do

³⁰⁹ WMS, em reunião de algumas ONGs realizada em Feira de Santana, quando discutiam problemas da assistência técnica através das chamadas públicas. Em 15/06/2012.

número de acessos ao crédito do PRONAF e do volume de recursos e aumento da inadimplência, o que, por si, pode comprometer todo esforço de inclusão produtiva: entre 2005 e 2009, o número de operações do PRONAF no Território do Sisal caiu de 7.889 para 4.801 e o volume de recursos de R\$ 14,5 para 11,5 milhões³¹⁰.

Na área ambiental, há enunciados genéricos, como "fortalecer os colegiados socioambientais"³¹¹, com as seguintes metas: aumentar as áreas de proteção ambiental de 10 para 14%; áreas de manejo sustentável, de 11 para 50%; gestão de recursos hídricos de 0 para 50%; controle social do meio ambiente, de 35 para 81%; regulação ambiental de 55 para 100% (BAHIA, 2011, p.252). O bioma caatinga é contemplado com a proposta de contribuir "para a preservação, uso e gestão sustentável do bioma caatinga, utilizando práticas integradas de gestão [...]", indicando o apoio à criação e consolidação de 04 unidades de conservação nos Territórios de Identidade Sertão do São Francisco, Sertão Produtivo, Piemonte do Paraguaçu e Semiárido Nordeste II, com a meta de "reabilitar 20% da cobertura vegetal de terras degradadas no projeto Mata Branca" (BAHIA, 2011, p. 257).

Observe-se, por um lado, que as propostas para um bioma que se encontra em processo permanente e acelerado de degradação são pouco significativas, sem capacidade de gerar impactos positivos, e, por outro, as velhas dificuldades de operação acabam por limitar os resultados práticos. Informações colhidas junto a técnicos da Secretaria de Meio Ambiente do Estado da Bahia e junto às coordenações dos Territórios de Identidade do Sisal, Semiárido Nordeste II, Bacia do Jacuípe e Piemonte do Paraguaçu, dão conta de que as atividades no campo das discussões (reuniões, seminários, conferências) são implementadas regularmente, mas desconhecem qualquer atividade no campo da reposição da cobertura vegetal, por exemplo.

A Bahia produz 13,5 mil toneladas de resíduos sólidos por dia, o que corresponde a 7,8% da produção nacional e apenas 76% são coletados³¹² que são depositados em *lixões*, longe do atendimento das normas técnicas. O documento reconhece que "a falta de saneamento básico é um dos maiores problemas ambientais e sociais do país e da Bahia [...]", com 438 pontos de disposição irregular de resíduos sólidos, entre aterros sanitários inadequados e *lixões*" (BAHIA, 2011, p. 253), propondo a realização de aterros sanitários tecnicamente corretos, utilizando-se da parceria com os municípios organizados em consórcios públicos,

³¹⁰ CODES/Sisal, citado por Oliveira et al, (2011).

³¹¹ Conselho Estadual de Meio Ambiente e Recursos Hídricos, Conselhos Municipais de Meio Ambiente, Comitês de bacias Hidrográficas, Comissão Interinstitucional de Educação Ambiental, Fórum Baiano de Mudanças Climáticas e Biodiversidade.

³¹² Entre 2009 e 2010 houve um crescimento de 1% nos serviços de coleta (BAHIA, 2011, p. 269).

além de admitir que somente 27,7% dos municípios (a maioria na faixa litorânea) dispõem de serviços de coleta de esgoto sanitário, propondo elevar esse índice para 33% BAHIA, 2011, p. 56), o que representa a incorporação de outros 25 municípios.

De forma geral, a destinação dos esgotos ainda continua sendo os corpos d'água, aumentando os índices de poluição, as doenças de veiculação hídrica, a destruição da biodiversidade e a redução do potencial de água potável. De acordo com Campello Netto et al (2007), a disposição de resíduos ricos em nutriente, especialmente nitrogênio e fósforo, nos rios e noutros corpos d'água tem levado à eutrofização de mananciais e contribuído para o surgimento e proliferação de algas tóxicas chamadas cianofíceas, que se constituem em uma verdadeira praga para os reservatórios de abastecimento de água, advertindo que essas algas liberam toxinas (neurotoxinas e hepatotoxinas) que podem causar sérios danos à saúde humana, até mesmo a morte.

Alguns comentários são pertinentes em relação a essa situação e às proposições: a) Os municípios contemplados com rede de esgotamento sanitários (116 municípios) atendem, via de regra, somente a parcela dos moradores de maior renda, habitantes dos centros das cidades, cerca de 10 a 15% dos seus habitantes; b) A maioria desses municípios não dispõe de estações de tratamento; os dejetos coletados são destinados aos mananciais aquáticos (lagoas, açudes, rios etc.) ou às várzeas que, ao lado da destinação incorreta dos resíduos sólidos, ameaçam a saúde pública, poluem o ambiente e “encarece o tratamento da água para o abastecimento público, e começa a gerar situações de escassez de disponibilidade de água de qualidade em áreas com abundantes recursos hídricos” (BAHIA, 2011, p.254); c) Se o ritmo para implantação de serviços de coleta de esgoto sanitário for mantido, serão necessários 12 (doze) PPAs (48 anos) para que os 301 municípios desprovidos desse equipamento venham a tê-lo. Não há nenhuma evidência de execução de ações concretas que possam reverter o processo de devastação da caatinga e reversão do processo de desertificação que poderá, no futuro, comprometer o sistema produtivo do semiárido, apesar da alusão no PPA de reforço às Áreas de Proteção Ambiental (APAs).

Na área temática de Ciência e Tecnologia (BAHIA, 2011, p. 243), há um conjunto de medidas que se propõe a “melhorar a competitividade empresarial do Estado, apoiando o empreendedorismo de base tecnológica e projetos de pesquisa e de desenvolvimento de produtos e serviços inovadores”, sem nenhuma alusão às tecnologias sociais. Sem apresentar uma análise sobre o estado da ciência e da tecnologia no Estado, e sem mencionar,

em nenhum momento, palavras como *semiárido* ou *agricultura familiar*, o documento apresenta como propostas:

a) Definir e implementar a política estadual para Ciência, Tecnologia e Inovação - CT&I, priorizando estratégias para o fortalecimento, articulação e descentralização territorial do sistema de CT&I (BAHIA, 2011, p. 243);

b) Implantação de 34 Centros Vocacionais Tecnológicos (CVTT³¹³) para atender à vocação de cada região;

c) Programa de qualificação em tecnologias da informação para 10 (dez) mil pessoas;

d) Aumentar de 2.196 para 2.515 o número de bolsas para pesquisa;

e) Apoiar 06 (seis) projetos de inovação nas áreas prioritárias da Ciência, Tecnologia e Inovação, com 02 (dois) Centros de Pesquisa e Desenvolvimento em inovação tecnológica. Sem definir as características desses projetos, indica três Territórios de Identidade do Semiárido a serem contemplados: Irecê, Médio Rio de Contas e Portão do Sertão;

f) Implantar 04 (quatro) Polos de Tecnologias da Informação e Comunicação, contemplando os Territórios de Identidade do Litoral Sul, Vitória da Conquista 01, Bacia do Rio Grande e Médio Rio de Contas;

g) Apoiar 160 projetos de inovação tecnológica em empreendedorismo e 02 equipamentos para a popularização da ciência, sem detalhar o que são esses projetos e esses equipamentos e sem indicar localização (BAHIA, 2011, p. 247-248);

h) Implantar 250 centros públicos acessíveis, fixos e móveis, de acesso aos computadores e à internet;

i) Melhorar a competitividade empresarial do Estado, apoiando o empreendedorismo de base tecnológica e projetos de pesquisa e de desenvolvimento de produtos e serviços inovadores com 160 projetos, com o “Compromisso de criar um ambiente de inovação no Estado com a geração, atração e fixação de novos empreendimentos de base tecnológica para consolidação do Parque Tecnológico da Bahia” (BAHIA, 2011, p. 247).

A falta de fundamentação técnica sobre muitas das propostas pode significar que os enunciados se constituem em simples plataforma política, sem condições de viabilidade. Não há qualquer informação mais consistente sobre o que poderão ser os Centros de Pesquisa e Desenvolvimento, os polos de TIC, os projetos para melhorar a competitividade das empresas. Procurou-se, através de contatos pessoais, colher algumas informações junto a técnicos de

³¹³ Projeto elaborado e cadastrado no Ministério da Ciência e Tecnologia em maio de 2008, pela Secretaria de Ciência, Tecnologia e Inovação (SECTI).

instituições como EBDA, SUAF e a própria SECTI, mas os técnicos desconhecem completamente em que consistem essas propostas³¹⁴.

Por outro lado, não há também estratégias definidas para o estabelecimento de parcerias com as instituições de pesquisa (universidades, institutos, IFTs etc.), nem com as organizações da sociedade civil.

O Plano Plurianual se constitui na peça fundamental para o planejamento das políticas públicas no Brasil, incluindo as esferas municipal, estadual e federal. O § 1º do inciso XI do Art. 167 da Constituição Federal é incisivo: “Nenhum investimento cuja execução ultrapasse um exercício financeiro poderá ser iniciado sem prévia inclusão no plano plurianual, ou sem lei que autorize a inclusão, sob pena de crime de responsabilidade”. Já o parágrafo 7º do Art. 164 incorpora o espírito da regionalização do planejamento como forma de reduzir as desigualdades regionais, o que na prática não ocorre. Ao nível do Estado, não há obrigatoriedade legal para *regionalizar* o PPA, apesar das desigualdades gritantes entre as diferentes regiões num Estado com as dimensões territoriais como a Bahia, a exemplo da região semiárida e região metropolitana de Salvador. No enunciado do Plano Plurianual, o governo reconhece tais desigualdades e faz a opção pelos Territórios de Identidade para descentralizar as políticas públicas e os recursos orçamentários. Na prática, entretanto, essa medida não passa de mera simbologia por dois fatores: em primeiro lugar, a inexistência de medidas estruturantes nas áreas da produção, da educação e da tecnologia, capazes de criar as bases para a transformação das áreas mais pobres, com destaque para o semiárido; ao contrário disso, constata-se que os programas e projetos são tímidos e isolados que, mesmo gerando resultados positivos, não ultrapassam as molduras de apêndices da economia capitalista; em segundo lugar, grande parte das medidas propostas, conforme foi demonstrado, não é implantada, sem que haja mecanismos efetivos de monitoramento e controle social³¹⁵. Dessa forma, na prática, o PPA deixa de ser um instrumento de planejamento e de implementação de políticas públicas voltadas para um processo de desenvolvimento capaz de modificar substancialmente a realidade e criar os meios para o combate à pobreza, a inserção produtiva e a melhoria das condições de vida da população, apesar das *ilhas de prosperidade* e dos polos dinâmicos da economia em áreas estratégicas do interesse do capital:

³¹⁴ Os técnicos que foram contatados a respeito, não apenas demonstraram desconfiança em relação a tais propostas, mas as trataram com ironia e desdém.

³¹⁵ Por iniciativa do governo foi criada a Comissão de Acompanhamento do PPA (CAPP), com representantes do governo e da sociedade civil organizada, que não se reúne há mais de dois anos, segundo um preposto da SEPLAN.

O semiárido, região que abriga quase metade da população da Bahia, pouco se beneficiou da expansão desses polos econômicos. Além disso, não houve um processo de integração dinâmica entre essas regiões por conta de uma infraestrutura logística não competitiva, porque não integrada, sucateada ou obsoleta. (BAHIA, 2011, p. 215).

Essa é a realidade que tende a perdurar, até que um novo entendimento que conceba o desenvolvimento como um processo a ser induzido pelo Estado, com a participação ativa e sob o controle da sociedade, venha a ser posto em prática através de mecanismos efetivos de planejamento e execução.

Interessante observar que o documento cita, muitas vezes, a agricultura familiar, mas não lhe dedica a importância destinada ao agronegócio que ganhou no documento o *status* de *área temática – cadeias produtivas do agronegócio* (BAHIA, 2011, p. 286), com a indicação das prioridades. À página 72, o documento se refere ao atendimento a 11,2 mil agricultores familiares *nas diversas cadeias produtivas* sem, ao menos, mencionar quais. Para quem conhece minimamente a realidade do semiárido poderá inferir que são as seguintes as principais: fruticultura, ovinocaprinocultura, pecuária bovina, mandioca, sisal, milho, feijão, apicultura, café, cana de açúcar e as oleaginosas (mamona, girassol).

Em palestra proferida na abertura da VIII Feira do Semiárido³¹⁶, na Universidade Estadual de Feira de Santana (UEFS), o Secretário de Planejamento do Estado da Bahia anunciou, eufórico, a possibilidade de investimento, nos próximos quatro anos, de R\$ 70 bilhões para os setores de mineração, geração de energia e celulose, já controlados pelo capital internacional. Não mencionou o custo para o erário, considerando que os atrativos, nas condições atuais, envolvem sempre a transferência de vultosas somas de recursos públicos para a iniciativa privada, nem a possível contribuição ao desenvolvimento da região, o que permite inferir que será mantido o *modelo* atual, onde o principal beneficiário é o próprio capital, cada vez mais concentrado, sem nenhuma perspectiva distributiva e comprometida com o desenvolvimento regional. Pode-se observar, na exposição "mapa do desenvolvimento" - entendendo-se como a demonstração das localidades onde serão feitos os investimentos - que apesar dos potenciais agropecuários, frutícolas, minerais e energéticos do semiárido, pode-se observar uma grande mancha branca, concentrando-se os investimentos na faixa litorânea e no Oeste do Estado.

³¹⁶ Palestra proferida em 05/12/2012.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Técnica e cientificamente não se pode creditar o subdesenvolvimento da região semiárida aos atributos da natureza: clima, solos, escassez de recursos naturais etc.; o estado de pobreza da população do semiárido se explica pelas formas como as relações sociais de produção e políticas se estabeleceram, historicamente, e se mantêm na atualidade.

Ao finalizar este trabalho, na expectativa de ter contribuído para o debate sobre o semiárido brasileiro e baiano, incluindo a busca de caminhos que levem a processos transformadores da realidade socioeconômica atual, algumas linhas precisam ser escritas na perspectiva de resgatar, de forma sucinta, alguns elementos básicos e indicar pistas para o desenvolvimento da região.

É preciso compreender o semiárido, acima de tudo, como um território, resultado da ação humana que o modifica de forma contínua e permanente de acordo com as condições históricas estabelecidas, com todas as contradições e conflitos, afirmações e negações, que fazem parte da realidade. E numa sociedade de classes, essas condições são definidas a partir da própria luta de classes, como reconhece Chico de Oliveira (OLIVEIRA, 1999). Essa luta que se concretiza pela ação humana pode ser conduzida de múltiplas formas, a partir da capacidade de disputa das classes e dos seus segmentos envolvidos, em benefício da coletividade, de alguns apenas ou mesmo em prejuízo para o conjunto, dependendo das condições de cada momento. Numa sociedade capitalista, as intervenções públicas, fruto das políticas públicas, são conduzidas para engordar cada vez mais o processo de acumulação de capital, cujo ritmo depende da capacidade de embate dos setores explorados economicamente e oprimidos politicamente: o aumento do potencial de armazenamento de água, seja em açudes públicos ou em cisternas familiares, reduz a intervenção do capital mercantil na comercialização da água e de alimentos em momentos de crise; uma política que compense de alguma forma a população sertaneja pela extração dos seus recursos naturais e energéticos, ou pelo passivo ambiental gerado, reduziria a remuneração do capital global; medidas efetivas de apoio à agricultura familiar e à produção de alimentos contribuiriam para aumentar o poder aquisitivo da população, assim como medidas governamentais de melhoria dos serviços públicos de educação, saúde, infraestrutura etc.

O semiárido é um espaço geográfico onde vivem pessoas que se relacionam entre si, de forma harmônica ou conflituosa, conforme a situação de cada momento, e também com a natureza, da qual retiram os meios para a sua reprodução. Construíram essas pessoas, ao longo

da história, condições próprias que lhes permitem resistir e sobreviver nas condições mais adversas, que vão desde um universo cultural bem peculiar, com suas formas de manifestação religiosa ou lúdicas que expressam sofrimento, dor, esperança, alegria, crítica ou apologia aos dominadores, ou retirar do *nada* os meios de sobrevivência; contestação e aprovação da situação socioeconômica e da estrutura de poder integram a história do povo sertanejo que sempre buscou os meios de reprodução sem construir, no entanto, um projeto de futuro capaz de superar as condições de subdesenvolvimento. É comum atribuir-se ao destino aquilo que é resultado das relações sociais e políticas construídas: se a terra não permite o processo de reprodução familiar em toda sua amplitude e alguns dos filhos são *convidados* a migrar, ficando somente aqueles que as condições objetivas permitem a sobrevivência, é encarado com a absoluta naturalidade, como fruto do destino; se a seca destrói as condições de vida, é pela vontade de Deus.

A partir de 1950, atendendo aos apelos da expansão capitalista, com seus ramais no meio rural, o governo fez a clara opção de alimentar todo esse dinamismo econômico conduzido pelo grande capital, com duas diretrizes bem definidas: de um lado, a aliança com grandes mineradoras e fazendeiros, e, de outro, os projetos de grandes barragens e de irrigação, sempre alimentados com gordos subsídios públicos. Relegou, completamente, uma política de desenvolvimento adaptada às condições edafoclimáticas e sociais regionais e à pequena e média produção agropecuária sitiada pelo latifúndio. Os resultados não poderiam ser diferentes dos registrados: isolados em pequenas áreas de baixa capacidade produtiva e sem as devidas condições para garantir a reprodução familiar, os agricultores não tiveram outra opção senão a migração em massa para os grandes centros urbanos³¹⁷, agravando o processo de *favelização* nas áreas metropolitanas que resultou no *caos urbano* atual; intensificaram-se as medidas de devastação da caatinga e de degradação ambiental, gerando um passivo ambiental marcado pelo processo de desertificação em curso que se constitui numa forte ameaça ao sistema produtivo.

A visão da incapacidade dos sertanejos de construir seu próprio destino perpassa toda história e não está superada. Ainda hoje, as decisões sobre o processo de desenvolvimento do semiárido são tomadas nos gabinetes da alta burocracia governamental, na qual perduram as ideias de que as condições históricas são impeditivas ao desenvolvimento. Não se vislumbra, por enquanto, qualquer indício de alteração desse

³¹⁷ O crescimento da população rural do Nordeste entre 1950 e 1980 foi de 31% (passou de 13,2 milhões para 17,2 milhões de pessoas), enquanto da população urbana foi de 265% (passou de 4,9 milhões para 18,0 milhões) (UNESP, 2013).

quadro: em diferentes instâncias representativas, reúnem-se, levantam suas propostas que são submetidas às esferas governamentais que, via de regra, são transformadas nas medidas que são do interesse do poder constituído, sem qualquer anúncio transformador. Apenas como ilustração desse raciocínio, podem-se citar alguns exemplos: a) há centenas de propostas de perenização de rios no semiárido, medida que exige pequenos volumes de recursos, mas entram governos, saem governos e não se concretiza, o que minimizaria, substancialmente, o problema de abastecimento de água e de alimentos nos períodos de seca prolongada; b) o sisal, que ainda se constitui no suporte econômico de algumas dezenas de municípios cuja população supera 1,5 milhão de pessoas, continua em processo de decadência, com tendências ao desaparecimento a longo prazo, pela total *omissão* do Estado: as tecnologias empregadas, no cultivo da planta e na extração da fibra, são as mesmas de 60 anos atrás (década de 1950) e já não permitem mais a viabilidade econômica da atividade no mercado competitivo globalizado; c) não há qualquer indicativo de estruturação e fortalecimento da economia, o que *condena* a região a simples fornecedora de mão de obra barata e de matéria-prima de acordo com os interesses do capital; d) a caatinga, bioma que dá todo suporte aos processos econômicos do semiárido meridional, continua sendo devastada a passos largos, sem nenhuma medida efetiva de reversão ou mesmo de contenção desse processo, com resultados devastadores ao sistema produtivo e ao meio ambiente. As poucas iniciativas de repovoamento da vegetação (*recaatingamento*) são tomadas por organizações da sociedade civil, de forma isolada, com impactos pontuais e restritos.

Pesa, ainda significativamente, a ausência, na região de um *capital social* capaz de reunir as qualidades técnicas e políticas da população, de aproveitamento das suas capacidades e habilidades, para definição e implementação de um projeto de desenvolvimento regional. O capital social gera auto e interconfiança entre as pessoas e instituições que, por sua vez, também requerem algum nível de conhecimento e de informações adequado para alimentar as capacidades individuais e institucionais e dar suporte a todo processo, permitindo o *empoderamento* do conjunto de indivíduos e de instituições. Então, a noção de capital social significa recursos e poderes que permitam alcançar objetivos que seriam inatingíveis sem eles, com o estabelecimento de novas relações sociais e políticas num dado território. A característica central do capital social é tratar-se de um bem público; é um conjunto de recursos - imateriais e simbólicos em sua maioria - que só pode ser apropriado coletivamente. É a reunião de partes em busca de objetivos comuns. O capital social é o *ethos* de um segmento social ou de uma sociedade, que significa valores, ética, hábitos, harmonia e

capacidades; é o conjunto de esforços, procedimentos, ações, que visam o bem comum de uma comunidade, território ou região.

Explica-se o processo de subdesenvolvimento do semiárido, expresso nas condições de pobreza da sua população, de forma resumida, por três fatores: a) pelos mecanismos de exploração e de expropriação estabelecidos historicamente, de forma que a ação extorsiva do capital canaliza as riquezas que são geradas para grupos seletos externos, nutrindo a dinâmica da acumulação capitalista global, em detrimento do conjunto da população; b) pela forma de atuação do Estado no tocante à adoção das medidas necessárias para construir o desenvolvimento regional: a educação oferecida é ainda considerada de pior qualidade; insignificantes investimentos em pesquisa; as tecnologias de produção acessíveis aos sertanejos são ainda as mais rudimentares (a produtividade da pecuária, milho, mamona, sisal, feijão, mandioca etc. é das mais baixas do mundo); estrutura latifundista, excludente e injusta; ausência de medidas efetivas e ambiciosas para a captação, armazenamento e distribuição de água para o consumo e para a produção; mecanismos para a atração de empresas para a dinamização das economias locais; infraestrutura capaz de dar suporte a uma nova dinâmica do desenvolvimento (rodovias, ferrovias, estruturas para armazenamento da produção, energia); política energética e de exploração mineral voltada, exclusivamente, para o grande capital etc.; e c) pela incapacidade dos segmentos subalternos da sociedade, no seu embate permanente com a classe dominante, de reunir as condições necessárias para interferir na estrutura do Estado e conquistar políticas públicas voltadas para um processo de desenvolvimento que tenha por base o bem estar social.

É através do embate permanente entre as classes sociais, de forma manifesta ou invisível, que as mudanças ocorrerem nas sociedades capitalistas. Somente por esse caminho, será possível definir um projeto de desenvolvimento para o semiárido que ultrapasse os limites dos tradicionais programas assistenciais voltados para o atendimento das necessidades básicas de sobrevivência e reprodução simples das famílias e de elevação da sua capacidade de consumo, sem mecanismos efetivos de rompimento do arcabouço gerador de pobreza. Para isso, as classes subalternas precisam reunir a força política necessária para a interferência nas estratégias de atuação do Estado, impondo-lhe as medidas necessárias ao processo de mudança. Um projeto gerador de desenvolvimento, na perspectiva da equidade social e de satisfação das necessidades sociais requer, necessariamente, medidas estruturantes do sistema produtivo e instrumentos de distribuição das riquezas geradas. Precisa ter, como base, a política pública comprometida com a emancipação social, econômica, política, cultural e

ambiental do semiárido, com nova agenda civilizatória capaz de resgatar a sociabilidade perdida do seu povo e que possa superar o descrédito nas promessas de mudanças não cumpridas, sem perder de vista as condições de pertencimento à *periferia da periferia*, com história e peculiaridades da sua realidade econômica, social e cultural; precisa romper de vez com as tradicionais políticas de desenvolvimento regional restritas a *polos dinâmicos*, isolados, concentradores de riquezas e controlados pelas grandes corporações empresariais dependente de recursos públicos e sem as devidas condições de sustentabilidade. As empresas capitalistas, quando se estabelecem, trazem, apenas, alguns empregos e ganham a oportunidade de apropriar-se de recursos públicos e da extração da mais-valia, quase sempre sem respeitar o patrimônio cultural local e o meio ambiente. É necessário, portanto, estabelecer novas estratégias de organização da atividade produtiva, com incentivos às pequenas e médias empresas para que possam organizar-se em redes (*networks*), com sistemas avançados de integração e coesão, baseados nos princípios da cooperação, da solidariedade e do fortalecimento do esforço coletivo, incorporando as tecnologias que permitam, nesse ambiente de articulação e mobilização, as condições de competitividade regional e global para sobreviver frente às adversidades do mercado capitalista de forma sustentável. Nesse contexto, o papel do Estado, por meio das políticas públicas, deve ser de construção do ambiente favorável à atração de investimentos, incluindo-se toda logística estrutural e a melhoria dos serviços públicos de educação, de ciência e tecnologia, de saúde, de segurança pública etc., fortalecendo a capacidade regional de transformação.

Para a consecução de um projeto de desenvolvimento da região semiárida do Estado da Bahia, na perspectiva de beneficiar o conjunto da sociedade e substituir o estado de pobreza e carência de toda ordem pela satisfação das necessidades da população, consideram-se como indispensável um conjunto de medidas de natureza estruturante e funcional, o que requer, sempre de forma articulada e consorciada, para a sua viabilização, a força política necessária para introduzir as mudanças na estrutura do Estado, capazes de dar suporte a esse *novo* projeto de desenvolvimento. Movimentos sociais, organizações não governamentais, sindicatos de trabalhadores e patronais, setores empresariais e partidos políticos, com o devido respaldo técnico de estudiosos e pesquisadores, precisam construir e estabelecer, entre si, o *pacto semiárido*, o que requer uma nova prática política, substituindo os interesses individuais e paroquiais por interesses coletivos de caráter regional para enfrentar e modificar a dinâmica das classes dominantes. Trata-se, na verdade, de uma aliança entre os segmentos das classes subalternas e setores aliados, através dos diferentes segmentos a elas pertencentes,

para interferir no Estado e levá-lo a assumir o papel de indutor do processo de desenvolvimento regional voltado para a coletividade, oferecendo aos agentes econômicos as condições necessárias à realização de suas potencialidades.

Um projeto de desenvolvimento, qualquer que seja, está referenciado por um conjunto de normas e requisitos técnicos que se inserem numa dada concepção filosófica que se expressa por determinada manifestação ideológica e por uma prática política. Como reconhece Milton Santos, os modelos de desenvolvimento são também frutos de modelos ideológicos que se impõem aos detentores do poder do Estado. No capitalismo, os projetos de desenvolvimento adequam-se aos interesses do capital que, numa fase de globalização, faz suas opções por regiões de economias mais dinâmicas, capazes de maximizar os lucros, dentro da lógica de reprodução do capital, o que vai exigir cada vez maiores investimentos públicos como forma de alimentar a ação empresarial de forma excludente e concentradora.

Um projeto para o semiárido baiano, que rompa com o modelo tradicional conservador, predador, extorsivo e concentrador ainda vigente, gerador de *subdesenvolvimento* - e, portanto, de pobreza - requer um conjunto de medidas, sendo as principais as apresentadas a seguir, que precisam se inserir numa nova moldura paradigmática da equidade social e de conceber a população sertaneja como sujeito de sua história, dotado de capacidades para decidir sobre os rumos do seu futuro, fugindo-se de qualquer entendimento que conduza a ações assistencialistas geradoras de dependência.

Esse projeto, deve estar focado no povo sertanejo em seu conjunto, evitando os privilégios das elites que, historicamente, se consolidaram, incorporando a dimensão ética do direito à igualdade de oportunidade para todas as pessoas e que, como recomendava Rômulo Almeida (FIEB, 2013), seja capaz de, em curto espaço de tempo, aproveitar todas as oportunidades advindas dos recursos naturais da região semiárida e humanos, e reduzir as deficiências no atendimento das necessidades básicas da população.

Um projeto de desenvolvimento da região semiárida baiana deve ser incorporado como política de Estado, tornando-o imune das inferências e interrupções governamentais. Deve, igualmente, dimensionar claramente a concepção técnico-política norteadora, diretrizes, objetivos e metas, acompanhado de mecanismos que permitam à população, por suas representações, acompanhá-lo e monitorá-lo permanentemente, introduzindo as alterações necessárias de acordo com cada momento histórico.

As características principais de um projeto de desenvolvimento para a região semiárida do Estado da Bahia, voltado para a satisfação das necessidades coletivas e para a equidade social, são as seguintes:

1. Construção, através de ações de natureza político-educativas, recorrendo à educação formal e informal, do *estado de espírito* da população para construir a *cultura do desenvolvimento*, voltados para a formação de um ambiente propício a um novo paradigma, uma nova concepção de desenvolvimento, com ampla mobilização da sociedade civil, com medidas efetivas para a expansão das capacidades humanas e institucionais; na visão de Morim (1995), o que se tem chamado, usualmente, de desenvolvimento, não passa de *excrecência*, visto que só há desenvolvimento com a expansão das faculdades humanas, no qual as pessoas deixem de ser *clientes* e assumam seu papel protagonista de sujeito. Indispensável, portanto, o desenvolvimento das capacidades institucionais e humanas, com medidas de fortalecimento das organizações sociais, das instituições públicas e empresariais, para o suporte necessário ao processo.

Quando Lawrence Harrison (1985), ao analisar a situação latino-americana, afirmou que *subdesenvolvimento é um estado de espírito*, cometeu o grave equívoco de não considerar o processo histórico de cada povo, as relações de produção estabelecidas e a interferência do capital espoliador. Construir um *estado de espírito* favorável ao processo de desenvolvimento é um fator importante, que motivará o protagonismo das pessoas e das organizações, mas não pode ser tomada como elemento determinante, já que há muitas outras variáveis em jogo. O desenvolvimento depende fortemente dos processos que produzem saberes novos e acúmulo de conhecimento através da aprendizagem interativa, do “aprender a aprender” na resolução de problemas, tornando cada território capaz de funcionar como gerador, coletor e repositório de conhecimentos capazes de alimentar todo processo, dinamizando os fluxos de informação e aprendizagem.

Para empreender-se um processo transformador, é fundamental o *estado de espírito* da população, especialmente dos segmentos que têm acesso e participação nas esferas de poder (movimentos sociais, movimento sindical, sociedade civil organizada, partidos políticos, intelectuais, agentes públicos etc.), favorável à construção do processo de desenvolvimento. Noutras palavras, é necessário construir a *cultura do desenvolvimento* através de ampla mobilização social e política, que seja capaz de potencializar a capacidade de organização, superando a

situação de omissão e passividade dos setores organizados para outra capaz de construir a coesão e a mobilização, transformando-se em sujeito do próprio processo de desenvolvimento.

Indispensável, nesse processo, a implantação de sistemas de educação contextualizada nos níveis fundamental e médio, como instrumento de compreensão e análise da realidade local, de desenvolvimento das capacidades individuais e coletivas e de fortalecimento da cultura³¹⁸, podendo constituir-se num valioso instrumento de reconhecimento da própria identidade e das potencialidades pessoais e institucionais, fortalecendo os esforços pela construção do processo de desenvolvimento.

O ponto de partida, entretanto, deve ser a melhoria da educação básica. Há, na Bahia, 4,5 milhões de pessoas (IBGE, 2010) com mais de 25 anos que não concluíram o ensino fundamental, o correspondente a 58,2% para essa faixa de idade. São os analfabetos técnicos e funcionais que, em muitos municípios do semiárido, ultrapassam a casa dos 70% da população. Sem superar essa realidade, reduzindo-se o analfabetismo (técnico e funcional) a índices *toleráveis*, fica inviável empreender um processo de desenvolvimento voltado para a transformação social e para a geração de qualidade de vida.

Indispensável, também, a criação/ampliação de cursos superiores em diferentes áreas de conhecimento que possam, por um lado, gerar uma massa crítica na região capaz de interferir positivamente na construção do processo de desenvolvimento e, por outro, venham contribuir para o avanço da pesquisa e para a dinâmica da economia regional. Neste sentido, deve-se registrar a movimentação iniciada no Território de Identidade do Sisal, em 2011, que inicia um processo de discussão sobre a implantação da *universidade do semiárido*, vocacionada com a economia, com as condições edafoclimáticas, culturais e ambientais da região.

2. Política de ciência e tecnologia capaz de tornar o setor produtivo regional (entendido de forma ampla, como o conjunto de vários sistemas produtivos que se intercomplementam e não reduzido apenas ao mundo empresarial) competitivo e aproveitar os potenciais econômicos da região: o caso do potencial biotecnológico da caatinga, do sisal, da energia solar e eólica, da pecuária etc. Somente com investimentos em pesquisa será possível

³¹⁸ Educação contextualizada está prevista nos Arts. 26 e 28 da Lei de Diretrizes e Bases da Educação (Lei nº 9.394/1996) e no Decreto Federal nº 7.352/2010.

criar bases sustentáveis de crescimento econômico e de melhoria das condições de vida na região³¹⁹.

Por outro lado, somente através de uma política duradoura de investimento em pesquisa poderá contribuir para reduzir os níveis de dependência tecnológica de uma região e de um país. A concentração de tecnologias em mãos de poucos grupos empresariais e de algumas nações é também importante instrumento de poder, com capacidade para dominar mercados e interferir nas formas de atuação dos Estados nacionais.

A concentração da pesquisa e da tecnologia se constitui também num efetivo e poderoso instrumento de poder político, permitindo a pequenos grupos corporativos o domínio de mercados e o controle dos consumidores ao seu modo. Por isso que, como vimos, as vinte empresas que mais gastam em pesquisa no mundo destinam mais recursos do que a França e Grã-Bretanha juntas, o que denuncia a necessidade de criar mecanismos para democratizar o acesso à produção de conhecimento.

Ações continuadas de pesquisa poderão, inclusive, revelar novos potenciais econômicos para a região, com a descoberta de novos produtos, aumentando a capacidade de geração de riquezas.

Uma política de ciência e tecnologia (C&T) deve incluir, também, estruturas de inovação tecnológica, por territórios estrategicamente definidos, especialmente no setor das tecnologias da informação e comunicação (TIC), como meio gerador de informação e de conhecimento, gerando fluxos de conhecimento e de aprendizagem para o conjunto da sociedade.

A eficácia dessa medida depende da capacidade de articulação dos diversos segmentos locais que possam compreender a inovação como espaço de aprendizagem e de conhecimento, combustíveis indispensáveis ao processo de desenvolvimento. As regiões que possuem um conjunto de organizações dispostas e criar ligações sistêmicas de comunicação interativa, constroem sistemas próprios de inovação, podendo-se, a partir disso, criar *redes de inovação*, a partir das organizações locais, incluindo-se as instituições públicas e privadas; pode-se, efetivamente, viabilizar processos eficazes de inovação nos territórios na perspectiva de beneficiar a coletividade com a criação de mecanismos de interação entre as estruturas sociais e as instituições, com a perspectiva de impulsionar as economias locais.

³¹⁹ A inovação tecnológica é considerada, atualmente, o principal mecanismo para a superação de situações de crise. Por ocasião da entrega do “Prêmio Jovem Cientista 2012”, a presidente Dilma Rousseff afirmou: “Sem investimento em ciência e tecnologia não há solução”.

Deve-se levar em conta, também, que se trata de uma ação política. A articulação de organizações sociais e instituições públicas e privadas de um território com vistas à efetivação de sistemas de inovação significa, também, maior *empoderamento* político das forças locais, fortalecendo o *capital social* da região. Sendo a tecnologia um instrumento de poder sobre a natureza e sobre o ambiente socioeconômico, é preciso formar um estoque de capital humano, capaz de compreender a interdependência e integração entre a tecnologia e a sociedade, levando-se em conta que os atos e atitudes dos indivíduos não são isolados, mas imbricados em sistemas concretos, em dinâmicas e fluxos contínuos de relações sociais, em completa conexão com a sua realidade. Dessa forma, inseridos em suas complexas redes sociais, constrói-se um ambiente de compromisso e *cumplicidade*, onde os próprios indivíduos sintam-se corresponsáveis pelos processos inovadores.

O Estado precisa ser o indutor e o viabilizador da política regional de C&T, o que, só se tornará factível com a ação política das forças locais. O capital privado, no Brasil, não tem tradição de investir em C&T, menos ainda para os setores pouco dinâmicos da economia que continuam muito distantes daqueles de maior dinamismo. Pode-se exemplificar isso com os casos da soja, da cana de açúcar e do café, que empregam as tecnologias mais avanços disponíveis no mundo, desde o preparo dos solos, tratos culturais e colheita. A colheitadeira de café é de um nível de sofisticação inimaginável. Já o sisal, convive, ainda hoje com a velha máquina *paraibana*, da década de 1950, improdutiva e *mutiladora* no processo de extração da fibra.

De forma mais incisiva, alguns segmentos que a pesquisa poderá contribuir para impulsionar o crescimento econômico e, a partir disso, as medidas necessárias ao desenvolvimento:

a) O potencial biotecnológico da caatinga, com desenvolvimento de novos produtos;

b) O potencial mineral dos municípios, democratizando as informações e o acesso. Os minerais *nobres* estão identificados, mas, as informações são guardadas a sete chaves, com acesso somente do grande capital. Há, entretanto, muitos recursos minerais que podem ser explorados por empreendedores locais, com as devidas precauções de preservação ambiental, a exemplo de pedras, gemas, rochas minerais, argila, areia etc.;

c) Identificação de vocações econômicas locais que, devido ao conservadorismo das políticas públicas, continuam inexploradas. Apenas como exemplo, há assentamentos rurais que guardam verdadeiros tesouros, como ‘criatórios naturais’ de serpentes e ratos que poderiam se constituir em boas fontes de renda, além de outras possibilidades, como a

extração de pedras etc., mas o governo só admite incentivar projetos da agropecuária tradicional. A extração de veneno de serpentes poderia vir a ser uma importante fonte de renda, considerando a tendência crescente do mercado nacional e internacional de soro antiofídico, o que requer a introdução de tecnologias apropriadas.

d) Melhoramento genético dos rebanhos, com raças e espécies adaptáveis ao semiárido. Hoje, as técnicas de melhoramento genético dos animais, pelo seu alto custo e grau de sofisticação, ficam restritas aos grandes empreendimentos que utilizam as chamadas *tecnologias de ponta*;

e) O desenvolvimento em pesquisas que resultem em tecnologias sociais capazes de atender as demandas de pequenos empreendedores de setores que podem ter impactos positivos na economia regional, a exemplo do artesanato (tecido, fibra, palha, madeira, cerâmica etc.), da cultura (economia criativa), da alimentação, do turismo etc.

3. Dinamização e democratização do sistema produtivo, com mecanismos efetivos voltados para as cadeias produtivas, a partir das potencialidades da região, com todas as medidas indispensáveis: investimento, crédito, assistência técnica, políticas fiscais, instrumentos de comercialização etc., promovendo e incentivando programas de culturas de sequeiros, aumentando a capacidade de resistência do sistema produtivo aos períodos mais longos de estiagem, promovendo iniciativas de beneficiamento da produção para a agregação de valor aos produtos:

a) Os investimentos devem obedecer a um planejamento de logística que facilite o transporte de pessoas e da produção, orientados por critérios rigorosamente técnicos em substituição aos critérios de favorecimento político adotados até então;

b) Ampliação dos potenciais da agricultura familiar com o fortalecimento das cadeias produtivas da região: ovinocaprinocultura, fruticultura, pecuária bovina, sisal, apicultura, milho, feijão, mandioca, oleaginosas, pesca e aquicultura etc. Não há explicação lógica para os atuais níveis de subaproveitamento da produção de carne e leite, da fruticultura regional³²⁰, da meliponicultura, de cereais etc. considerando as boas condições de produção e de mercado. Ovinos, caprinos e abelhas podem ser criados, em grande parte, utilizando a pastagem natural da caatinga, ou em consórcio com outras culturas, a exemplo do sisal, técnica recomendada pela FAO desde a década de 1970. Há, também, a piscicultura que poderia ser uma atividade

³²⁰ Toneladas de caju, umbu, cajá etc. se perdem, a cada safra, devido à *cultura do desperdício* e por falta de estrutura de aproveitamento (tecnológica, física etc.).

complementar importante, aproveitando-se os reservatórios particulares e públicos e poços tubulares;

c) Ampla reforma para democratizar o acesso ao crédito, permitindo que os recursos possam ser utilizados pelos produtores, especialmente aqueles de menor porte e desprovidos das informações, com destaque para o aparato burocrático pertinente ao agente financeiro responsável pela operação do crédito, com a adoção de procedimentos que gerem agilidade dos processos e de critérios técnicos que possam orientar a atuação das instituições financeiras. É comum, nos municípios interioranos, a vinculação do crédito a interesses políticos locais, dificultando o acesso por desafetos de determinados grupos, ou mesmo à mera vontade do gerente da instituição financeira: se ele é simpatizante da agricultura familiar, por exemplo, os créditos provenientes do Programa de Apoio à Agricultura Familiar (PRONAF) fluem; se não é, por opção política ou por ignorância, o dinheiro não sai.

Deve-se reconhecer que o PRONAF, criado em 1996, vem favorecendo um novo ambiente institucional de diálogo e de negociação com o setor bancário, com um frutífero processo de discussão coletiva sobre os rumos da agricultura familiar e do desenvolvimento rural, embora os resultados obtidos sejam ainda tímidos e parciais devido à parcela reduzida de agricultores que utilizam o benefício, além de que, para a linha PRONAF-Infraestrutura, os critérios utilizados para escolha dos municípios são duvidosos e questionáveis, prevalecendo aqueles de natureza política, sem leva em consideração aspectos eminentemente técnicos, como infraestrutura logística (energia elétrica, sistema viário etc.), questões mercadológicas, sistemas de gerenciamento etc.

Nas circunstâncias atuais, no entanto, o crédito, da forma como é operado, constitui-se em mais um instrumento de dominação política e perpetuação da pobreza. No lugar de um projeto de longo prazo, a disponibilidade de recursos é anunciada anualmente de acordo com os interesses e estratégias governamentais, o que não permite, aos agricultores, qualquer planejamento de futuro.

d) A assistência técnica à produção é caótica, como demonstrado. É preciso redimensioná-la e requalificá-la, na sua concepção, nos mecanismos de operação e no processo de monitoramento, para que cumpra seu papel de favorecer o aumento da produção e da produtividade, melhoria da qualidade dos produtos e ampliação do acesso a mercados, contribuindo de forma efetiva para o aumento da renda monetária dos agricultores para assegurar as condições de reprodução da família.

O governo federal acaba de anunciar a criação da Agência Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural (ANATER) que, se não dispuser de meios para alterar, substancialmente, a concepção e as metodologias de operacionalização utilizadas, pouco contribuirá para mudar o quadro atual onde as ações de assistência técnica e extensão rural não têm contribuído para alterar substancialmente a realidade, com elevação da produtividade, dos ganhos monetários etc.;

e) As políticas fiscais são de fundamental importância porque o Estado burguês está organizado para canalizar cifras consideráveis do orçamento público para o grande capital, seja em forma de incentivos fiscais, seja nos investimentos em infraestrutura para viabilizar a atividade econômica ou por outros meios³²¹. É preciso definir políticas fiscais que atendam os setores produtivos em seu conjunto, sem penalizar a *pequena produção* como ocorre atualmente;

f) Regulação do mercado consumidor, democratizando o acesso dos pequenos e médios produtores agropecuários e industriais, suprimindo, de vez, os velhos mecanismos que se institucionalizaram desde a colonização, pelo capital mercantil, de intermediação nos processos de comercialização (os *atravessadores*) que retém parte considerável dos resultados da produção dos produtores de base familiar;

g) A criação e estruturação de cooperativas de produção e de consumo, com o apoio técnico necessário ao processo de gestão e crédito, o que pode se constituir em instrumento privilegiado de acesso ao mercado.

Nos últimos anos, proliferou-se o número de cooperativas de produção vinculadas à agropecuária, em toda região semiárida. Entretanto, a ausência do suporte técnico, de crédito, de infraestrutura logística etc., não tem permitido a criação de estruturas sustentáveis, reduzindo o papel dessas instituições à captação de recursos públicos para setores isolados.

h) Implantação da infraestrutura logística necessária ao processo de ampliação e dinamização da produção, com melhoria das vias de acesso (intermunicipais e vicinais), armazenamento da produção, comunicação (estrutura de internet banda larga, telefonia móvel etc.) e eletrificação rural trifásica capaz de suportar equipamentos empregados no sistema de produção e no beneficiamento dos produtos, atendendo a reivindicações de movimentos sociais, de *luz para tudo* e não apenas *luz para todos*.

³²¹ O município de Valente é um claro exemplo. Lá se instalou uma empresa calçadista, cuja sede se localiza no sul do país, que recebeu galpões e infraestrutura logística do governo do Estado; instalou-se, também um projeto de economia solidária, uma indústria que beneficia o sisal, produzindo tapetes, carpetes e capachos, que oferece uma quantidade de empregos três vezes superior, mas que teve que bancar os custos com galpões e toda infraestrutura logística.

4. Aumento da capacidade hídrica da região em pelo menos 20% a cada ano (cerca de 600 milhões de m³/ano), especialmente com medidas de captação e armazenamento de água pluvial, com efetivos instrumentos de distribuição, assegurando o acesso à água, para consumir e produzir, para o conjunto da população. Enquanto o Estado do Ceará tem uma capacidade de armazenamento de água equivalente a 235 milhões de metros cúbicos por quilômetro quadrado, o da Bahia é inferior a 03 milhões de m³/km².

Incluem-se, entre essas medidas, o programa de construção de pequenos reservatórios, de custos relativamente reduzidos (cisternas de placas, cisternas calçadão, tanques de pedra, barreiro-trincheiras, pequenas barragens etc.), com um alto significado social e econômico pelo seu papel no abastecimento humano, na dessedentação dos animais e mesmo na produção de alimentos para o autoconsumo.

A falta de água para o consumo doméstico e para os animais é importante vitamina para o processo de subdesenvolvimento. Sem considerar e discutir a questão humanitária, do sofrimento da população, as secas sempre causam grandes estragos à economia local e regional, suprimindo postos de trabalho e dizimando a agricultura e os animais. Há estimativas de que, no atual período de seca, há municípios que perderam 70% dos seus rebanhos bovinos, ovinos e caprinos, sendo a falta de água o principal fator. É, também, um combustível nobre para a política do clientelismo, alimentando todo o processo de manutenção do poder entre os setores políticos mais conservadores, mesmo que se apresentem com discursos modernos e *revolucionários*.

Assim, parte considerável do tempo de produção na região semiárida é destinada à reposição das perdas causadas pelas secas. Repor os rebanhos dizimados e recuperar os postos de trabalho perdidos, as pastagens e a própria agricultura requer três a cinco anos, período que poderia ser utilizado visando à ampliação dessas atividades e o próprio crescimento econômico. Esse fato, certamente, é decisivo para os pífios índices da agropecuária regional.

Além dos investimentos para captação e armazenamento da água, são elevados também os custos para tratamento e distribuição. Deve-se estimular, então, iniciativas de reuso da água, otimizando a sua utilização. Já existem, noutras regiões semiáridas, iniciativas exitosas³²² que utilizam de sistemas simplificados de filtragem e tratamento da água servida na unidade doméstica, com tecnologias sociais de baixo custo, para utilização na produção de alimentos através de pequenos pomares, hortas etc.

³²² O Projeto Dom Helder, do governo de Pernambuco, é um exemplo, onde experiências bem sucedidas estão sendo postas em prática.

5. Definição e implementação de programas voltados para a segurança alimentar e nutricional em base aos pressupostos da Lei nº 11.346/2006, que instituiu o Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (SISAN) e que procura dar concretude à noção de alimentação como um direito previsto na Constituição Federal. Esta lei inclui como segurança alimentar e nutricional a ampliação das condições de acesso aos alimentos; a conservação da biodiversidade e a utilização sustentável dos recursos; a promoção da saúde, da nutrição e da alimentação; a garantia da qualidade biológica, sanitária, nutricional e tecnológica dos alimentos; a produção de conhecimento e acesso à informação; a implementação de políticas públicas e estratégias sustentáveis e participativa de produção e comercialização de alimentos.

A III Conferência Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional³²³ aprovou uma *carta aberta* com várias recomendações pertinentes ao semiárido, entre elas:

- a) Regularização fundiária e a proteção dos territórios tradicionais;
- b) Garantia de permanência das comunidades quilombolas nos territórios definidos;
- c) O Incentivo à produção sustentável de alimentos e outros gêneros necessários à nossa reprodução física, cultural e Políticas Públicas voltadas para geração de emprego e renda;
- d) Garantia de escoamento da produção local e flexibilidade de linhas de crédito, garantindo autonomia dos processos produtivos locais;
- e) Recuperação das áreas degradadas, vegetação ciliar e complementar;
- f) Implementação de Políticas Públicas econômicas e sociais com princípios éticos, solidários e sustentáveis que visam o fortalecimento das redes de cadeia produtiva, comercialização e consumo de produtos de comunidades tradicionais.

É notória a redução das áreas cultivadas com lavouras temporárias e permanentes em toda região semiárida: numa visita às feiras-livres do interior, era comum encontrar-se o próprio agricultor comercializando farinha de mandioca, milho, feijão, frutas e verduras oriundos do seu próprio roçado. Hoje, a situação é bem diferente: o comércio desses produtos fica a cargo de comerciantes profissionais que os trazem de outras regiões para abastecer o mercado local. Comparando dados dos Censos Agropecuários de 1980 e 2006 de 49 Municípios³²⁴ (18,3% do total de municípios do semiárido baiano), a redução da área plantada

³²³ A III Conferência Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional foi realizada em Fortaleza, em julho de 2007 e teve como tema central: “Por um Desenvolvimento Sustentável com Soberania e Segurança Alimentar e Nutricional”.

³²⁴ Municípios integrantes dos Territórios de Identidade do Sisal, Semiárido Nordeste II e Bacia do Jacuípe.

e da produção das principais culturas é assustadora: Lavouras permanentes³²⁵: área plantada - 44,3%; produção - 35,6%; Culturas temporárias³²⁶: área plantada - 72,8%; produção - 66,5%.

Essa situação é ameaçadora e pode se constituir em um importante fator de expulsão da população do campo para a cidade e de maior empobrecimento das cidades, agravando os problemas sociais que já são volumosos. Para aumentar a produção de alimentos, além de outras medidas já propostas, deve-se recuperar e ampliar a tradicional policultura das unidades de produção familiar, com maior diversificação das culturas e implementar projetos de irrigação simplificada de base familiar, empregando-se tecnologias apropriadas que assegurem o uso racional da água e o equilíbrio ambiental.

6. Elevação do poder aquisitivo das famílias: considere-se uma família com quatro membros (dois filhos) e renda equivalente a quatro salários mínimos, pertencente à *classe média*, categoria C. Pela ineficiência dos serviços públicos de educação e saúde vê-se obrigada a destinar mais de 50% (cinquenta por cento) da renda mensal para educação dos filhos e pagamento de Planos de Saúde. Assim, são indispensáveis medidas voltadas para a preservação do poder de compra dos salários, o que pode ser obtido através da ação mais eficiente do governo, assumindo corretamente suas funções.

Pode contribuir, também, com a elevação do poder aquisitivo, a política de segurança alimentar que, efetivamente, resulte em maior oferta de alimentos, o que pode contribuir para a moderação dos seus preços. O que se verifica, atualmente, é que a produção de alimentos se reduz cada vez mais na região: a fartura de outrora, verificada na abundância de produtos nas feiras livres, já não ocorre mais, o que contribuía de forma significativa para aumentar o poder aquisitivo da população sertaneja.

7. Uma nova política industrial, apropriada à região semiárida que seja capaz de reduzir a excessiva concentração nas áreas metropolitanas, acopladas à nova geração de tecnologias associadas às condições edafoclimáticas e sociais da região semiárida, cujas características básicas são as seguintes:

a) Seja capaz de atrair investimentos para a região, fomentando a dinamização da economia regional, com mecanismos que assegurem o crescimento econômico;

b) Possa executar atividades agregadoras de valores (agroindústrias) voltadas para o aproveitamento de matéria prima local, a exemplo de carnes, leite, couro, fibras vegetais, produtos minerais, frutas, dentre outros;

³²⁵ Lavouras permanentes: manga, coco, banana, laranja, caju, mamão, pinha, limão.

³²⁶ Lavouras temporárias: mandioca, milho, feijão, melancia, abóbora, tomate.

c) Seja geradora de divisas para os municípios e para a região, ao contrário da política atual que permite a emigração integral dos resultados econômicos. Para o município onde se estabelece o empreendimento, o benefício resume-se quase que exclusivamente à geração de (poucos) postos de trabalho, às custas de isenções fiscais e de outras benesses. Os resultados econômicos propriamente ditos são transferidos para as regiões onde estão sediadas as empresas (Centro-Sul ou exterior), ficando o município e a região impossibilitados de empreender uma dinâmica própria de crescimento da economia local/regional. Uma nova política industrial precisa ser formulada e implementada fundada nos princípios da distribuição das riquezas e da equidade social;

d) Seja capaz de contribuir para reverter a tendência de reforço às desigualdades intrarregionais e aumentar a integração econômica interna (DINIZ, 2000) mediante a articulação coordenada entre a União e os entes federativos para reduzir, substancialmente, o desnivelamento do poder econômico e político intrarregional, o que vem gerando um verdadeiro *apartheid* intrarregional, na qual a disputa por investimentos privilegia municípios e regiões mais estruturados, com maior capacidade de atração, aumentando o bem-estar numas áreas e o mal-estar em outras.

8. Política de meio ambiente capaz de frear o ritmo de degradação atual que pode resultar em processos de desertificação e esgotamento dos recursos naturais, com prejuízos irreversíveis ao sistema produtivo e à vida humana no sertão, cujos elementos fundamentais são os seguintes:

a) Recuperação da vegetação nativa, através de incentivos aos agricultores: o agricultor já quer recuperar a caatinga porque ele sabe da sua importância, mas precisa de ajuda, incentivo, com a devida orientação técnica. Já se registram, em muitas localidades do semiárido, iniciativas de recomposição vegetal (o *recaatingamento*) promovidas por ONGs, o que deve ser apoiado e ampliado. Como medida complementar, porém indispensável, que os órgãos de fiscalização adquiram a eficiência necessária para coibir a extração e comercialização ilegal de lenha e madeira da caatinga;

b) Preservação dos recursos naturais, com destaque para os recursos hídricos, com medidas saneadoras que evitem a canalização de poluentes (parte considerável dos aquíferos serve de recipiente para o esgoto sanitário e outros resíduos); arborização dos corpos d'água para reduzir a evapotranspiração; recuperação de vegetação ciliar; controle sobre a exploração mineral etc. Para os agricultores, cujas propriedades rurais são banhadas por rios e riachos,

incentivos devem ser instituídos para a reposição e conservação da vegetação ciliar e complementar, a exemplo do que fazem outros países;

c) Saneamento de rios e açudes que recebem, diariamente, toneladas de resíduos poluentes, inclusive esgoto sanitário *in natura* de cidades e povoados, desde suas nascentes até o seu desembocadouro. Todos os rios e seus afluentes enfrentam esse problema na região semiárida, o que requer políticas públicas de saneamento urbano. Em muitos municípios, onde há pequenas e médias represas próximas às cidades³²⁷, os mananciais aquíferos se constituem em recipientes de esgoto sanitário e de muitos outros resíduos sólidos e líquidos, inclusive resíduos químicos, constituindo-se em vetores de doenças e degradação ambiental;

d) Implementação das recomendações da política nacional de resíduos, com a adoção de medidas para o tratamento adequado dos resíduos sólidos e líquidos gerados pela população, evitando que os *lixões* e os resíduos líquidos continuem poluindo o ambiente, tornando-o cada vez mais degradado e insalubre;

e) Execução de programas de combate à desertificação, com a adoção de tecnologias apropriadas para o repovoamento da vegetação nativa e recuperação dos solos, recuperando as condições produtivas das áreas atingidas;

f) Legislação específica que regulamente a extração de recursos naturais não renováveis (caso da mineração), com um sistema de contabilidade que inclua o passivo ambiental e compense as populações locais, mesmo parcialmente, pela extração das riquezas, substituindo a ação filantrópica promovida em nome da responsabilidade social³²⁸;

Atenção especial deve ser dada ao problema do aquecimento global, que atinge a todos, mas com ameaça ainda maior para as regiões áridas e semiáridas, considerando que o conjunto de características a elas pertinentes, a tornam mais vulneráveis, com possibilidade de aumento da temperatura média e da evapotranspiração, alterando a rotina das chuvas, o que pode favorecer o crescimento e surgimento de desertos: a falta de chuvas e o aumento da

³²⁷ Apenas como ilustração, já que são muitos os casos, podem-se citar os Municípios de São Domingos, Valente, Conceição do Coité e Santaluz, que canalizam esgoto sanitário e outros detritos, sem qualquer tratamento, para os açudes existentes nas proximidades.

³²⁸ Em 03/05/2012 uma empresa de mineração postou em seu site a seguinte mensagem para anunciar sua ação filantrópica: “Importância da empresa cidadã. As estruturas empresariais apresentam um papel transformador no desenvolvimento social. [...] geram emprego, contribuem através de tributos e são as responsáveis pela produção de produtos e serviços que suprem as necessidades da população. [...] suas atividades estão diretamente ligadas ao progresso econômico e ao bem-estar social, podendo ser vista como uma peça de influência [...]. Pensando em sua responsabilidade enquanto instrumento transformador, a [...] assume seu compromisso de empresa cidadã, sempre atenta ao cumprimento dos valores fundamentais a dignidade da pessoa humana. Foram entregues 140 pacotes de leite em pó fortificado, que contribuirá com a alimentação dos internos. O Orfanato Evangélico abriga hoje 46 menores, entre 0 e 16 anos, separados por faixa etária e sexo [...]”. (ZJ MINERACAO, 2012).

temperatura provocam a morte de várias espécies animais e vegetais, desequilibrando os ecossistemas. Como vimos, o semiárido baiano e nordestino é uma das áreas mais ameaçadas: 574.362 km² já são atingidos por processos de desertificação em diferentes níveis, o que corresponde a 58,5% da região semiárida brasileira (A DESERTIFICAÇÃO..., 1999).

Medidas devem ser adotadas, a exemplo de sistemas de monitoramento, estudos e pesquisas, como também as necessárias articulações políticas para incluir a região semiárida baiana em programas de recuperação e de preservação do meio ambiente.

9. Democracia plena, entendida não apenas no sentido de manter e aperfeiçoar as esferas de direitos já conquistados, como direito à educação, à informação, à reunião, à organização, liberdade de expressão, de manifestação etc., mas também, na perspectiva da luta pela sua ampliação, o que estimula a participação da sociedade civil nas instâncias públicas e nos espaços de poder constituídos, contribuindo para a ampliação dos direitos e efetivação da justiça.

A liberdade de informação e de expressão é crucial, constituindo-se num ingrediente indispensável ao processo de desenvolvimento, ao permitir o debate público e crítico, contribuindo para o reconhecimento de vieses e para a busca de medidas que melhorem a ação governamental e a qualidade de vida da população. A participação ativa da sociedade favorece a construção de valores e relações mais equitativas, dando-se voz aos negligenciados e excluídos, fundamentando o estabelecimento de regras de convivência social. A fome que ainda mata milhões de pessoas pelo mundo afora tem, entre suas causas, a *falta de* democracia; as restrições à liberdade de informação e de manifestação, assim como às possibilidades de organização e participação popular, impedem que a situação seja denunciada, debatida e enfrentada. São indispensáveis os mecanismos para o exercício da pressão pública junto ao parlamento e ao governo, influenciando diretamente nos seus atos, o que só é possível nas sociedades democráticas.

Um ambiente de democracia plena pode favorecer, também, a mobilização social necessária para a instituição de mecanismos que permitam:

a) Implementação de políticas na perspectiva da igualdade de gênero; universalização dos direitos, independentemente de etnias; reconhecimento e valorização do patrimônio imaterial e da identidade cultural; canais efetivos de participação na definição e controle das políticas públicas; criação de oportunidades para o ingresso dos jovens no mercado de trabalho; fortalecimento da sociedade civil; ampliação da garantia plena dos direitos políticos e civis;

b) Medidas *protetoras* ao desenvolvimento regional que sejam capazes de corrigir e evitar o agravamento das desigualdades sociais nos níveis interno e externo (intra e inter). Isso, no entanto, implica em alterações na forma e nas estratégias de atuação do capital globalizado, o que só é possível viabilizar mediante a intervenção das classes sociais subalternas e ampla mobilização social;

c) Desenvolvimento cultural: a cultura não é simplesmente a *alma de um povo*, é também um elemento constitutivo da sua identidade, da sua história e do seu processo de desenvolvimento. É através da cultura, e recorrendo às suas múltiplas formas de expressão – a música, a pintura, o teatro, a dança, a religião etc. – que as pessoas constroem suas relações de pertencimento, aprendem a se reconhecer enquanto membros de uma comunidade territorial, constroem sua identidade cultural, evitando, por um lado, a fragmentação de gênero, sexo, raça, classe, religião etc., e, por outro, a *homogeneização* cultural, fincada em valores alienígenas do interesse do mercado globalizado, que recorre aos valiosos instrumentos da *mass media* para forjar um imaginário coletivo desconectado da sua realidade local e regional. Utilizando códigos de representação simbólica internacionais, os grandes veículos de comunicação modificam os hábitos culturais das pessoas, interferem nos seus padrões de comportamento, na sua *sensibilidade social*, nos seus padrões de consumo, na sua visão de mundo, no seu padrão ético. Um reflexo direto disso, por exemplo, é o comportamento das pessoas no seu cotidiano: em comunidades periféricas paupérrimas, convivendo com as piores condições de habitabilidade, de subnutrição etc., sem equipamentos básicos como geladeira e até fogão, não faltam aparelhos de TV, de DVD etc., não raras vezes dos modelos mais caros; da mesma forma, as populações que habitam essas comunidades não têm qualquer motivação para frequentar museus, teatros e cinemas, ou mesmo para mobilizar-se contra medidas predadoras do meio ambiente, contra a corrupção institucionalizada etc.

É preciso encontrar caminhos que corrijam o processo de fragmentação das identidades modernas com seus inevitáveis impactos sobre a identidade cultural. Poderosos recursos tecnológicos impõem sobre a sociedade novos valores, padrões, costumes, enaltecendo o consumismo para a maximização dos lucros, alterando, substancialmente, a identidade cultural da população.

As tecnologias da informação e da comunicação estão gerando, nas sociedades modernas, novos mecanismos de operacionalização das relações sociais e políticas, com forte influência sobre o pensar e o agir das pessoas. Valores e culturas alienígenas são impostos e assimilados com facilidade pela população, o que resulta em mudanças bruscas no

comportamento individual e coletivo, assim como no funcionamento das instituições. É preciso encontrar caminhos para a adoção de medidas, ao nível dos territórios locais e da região semiárida, que ajudem a manter as tradições dentro da modernidade, construindo-se um vínculo orgânico entre o passado, o presente e o futuro, fortalecendo as identidades culturais:

a) Estímulo ao resgate das formas tradicionais de expressão cultural, como o cordel, festejos religiosos, a arte, a música e a dança (o bumba-meu boi, a cantiga de roda, o samba de roda, o boi roubado etc.);

b) Preservação da memória: pequenos museus, preservação do patrimônio arqueológico e físico (edificações etc.);

c) Definição de políticas voltadas para as comunidades tradicionais (quilombolas, povos indígenas) capazes de garantirem a sua reprodução e a preservação da memória cultural.

Por fim, num ambiente de democracia plena, deve-se valorizar a capacidade da população de decidir sobre os rumos a seguir. A população do semiárido ficou, em toda história, à margem das decisões sobre as políticas de desenvolvimento regional, cabendo aos grupos políticos, conforme seus próprios interesses e guiados também pelos interesses do capital, o papel decisório. Com o avanço da democracia neoliberal, os setores organizados da região, através de suas organizações sociais, trabalhistas, políticas, religiosas, culturais, empresariais, públicas etc., têm tido a oportunidade de participar de inúmeras conferências e audiências públicas que se multiplicam, sobre os mais variados assuntos, sem, no entanto, participar dos processos decisórios que se concentram no topo da hierarquia governamental estadual e federal. É preciso criar as condições para a população ter *voz* e *vez*. Ou seja, terem os sertanejos, a oportunidade não apenas de *serem ouvidos*, mas de decidir sobre o que é melhor para eles e para a região, exercendo o papel de sujeitos do processo histórico.

Os sertanejos, através de suas organizações, já mostram sua voz, apresentando propostas de políticas públicas para o desenvolvimento regional, mas não conseguem impor sua *vez*, visto que o poder decisório está longe dali: as propostas definidas coletivamente raramente prosperam, prevalecendo os velhos critérios políticos ou aqueles que são do interesse do grande capital.

Essa prática, de auscultar a população, de mobilizar a sociedade para participar de discussões sobre as políticas públicas, cada vez mais comum entre os *governos democráticos*,

cria na população a ilusão de que, efetivamente, está participando das decisões sobre o que deve e o que não deve ser feito.

10. Programas de acesso à terra que efetivamente garantam as condições de reprodução da família. Nas condições atuais, nas quais três quartos das famílias do semiárido dispõem de menos de 20 ha de terra, não resta outra alternativa senão a de escolher um dos filhos para dar seguimento às atividades rurais e *expulsar* os demais para o trabalho assalariado ou informal nos centros urbanos ou nas regiões de dinamismo econômico, sejam vinculados à agricultura ou ao mundo urbano, onde estabelecem relações de exploração direta ou indireta com o capital. Aliás, esse processo já está em curso, registrando-se a significativa redução da participação da agricultura na manutenção e reprodução da família rural.

São mais de 371 milhões de hectares agricultáveis no Brasil, entretanto, a concentração fundiária ainda é das maiores do mundo: 1,9% dos proprietários controlam 56,64% das terras, concentrando em suas mãos grande parte das riquezas nacionais e conquistando força política suficiente para impor ao governo a adoção de políticas públicas do seu interesse. Um exemplo recente disso foi o *novo* Código Florestal Brasileiro (reforma da Lei nº 4.771/1965), onde os representantes do agronegócio reuniram força suficiente para votar o texto que melhor lhe servia, contrariando todos os clamores dos movimentos sociais, da sociedade civil organizada e da opinião pública. Afinal, os latifundiários não querem mudanças porque não admitem perder privilégios.

O programa de reforma agrária poderia ser o instrumento de democratização do acesso à terra e de promoção da justiça, como aliás prevê o Estatuto da Terra³²⁹ Entretanto, continua sendo um objeto longínquo. Os programas de acesso à terra precisam ser acompanhados de todas as medidas necessárias à produção e à comercialização, em condições minimamente razoáveis, ao contrário da atual política de reforma agrária cujos assentamentos rurais, além de não receberem os serviços públicos básicos (de infraestrutura, de habitação, de educação, de saúde etc.) são orientados para *não produzirem*: no lugar de apoio à produção, com programas de crédito, assistência técnica, canais de acesso ao mercado etc., os assentados ficam, durante anos e anos, dependendo de uma cesta de alimentos fornecida pelo governo para a própria subsistência, num verdadeiro estímulo à improdutividade.

A ação governamental, da forma implementada, degrada a vida das pessoas, baixando sua autoestima e eliminando as capacidades e habilidades pessoais, transformando-as em

³²⁹ "A Reforma Agrária visa a estabelecer um sistema de relações entre o homem, a justiça social, o progresso e o bem estar do trabalhador rural e o desenvolvimento econômico do país, com a gradual extinção do minifúndio e do latifúndio." (Estatuto da Terra, Art.16).

simples *presas políticas*: em períodos eleitorais, não há como exercer a liberdade de escolha, o voto se constitui em mera moeda de pagamento do *benefício* recebido.

Participando de uma equipe que realizou, em 2004 (PAIXÃO; OLIVEIRA; BAPTISTA, 2005), um levantamento em 35 assentamentos de reforma agrária e 11 acampamentos no Estado da Bahia, pode-se constatar o quanto é precário o processo de reforma agrária, muito distante do que diz a Lei e das recomendações técnicas. Na maioria deles, a terra era considerada de boa qualidade, mas a maioria das famílias assentadas não produzia quase nada, ficando à mercê da cesta básica de alimentos fornecida mensalmente pelo INCRA, num verdadeiro incentivo à improdutividade, longe das possibilidades de construção da cidadania e da justiça social. Aliás, foram muitos os casos em que famílias inteiras se encontravam em franco processo de degradação, dedicando-se diariamente ao consumo de bebidas alcoólicas em *botecos* improvisados nos próprios assentamentos. Transformar essas pessoas em cidadãos e cidadãs úteis socialmente é atribuição do Estado, através de políticas públicas apropriadas. O primeiro passo é torná-las produtivas.

Esse conjunto de medidas pressupõe um planejamento regional com a definição de metas a serem alcançadas em curto, médio e longo prazos, elaborado e definido com a participação ativa dos protagonistas locais. O planejamento é um instrumento eficaz de desenvolvimento em qualquer região do mundo e sua eficácia depende da sua legitimação social e política. Como reconheceu Milton Santos, o rápido crescimento do grande capital e sua intromissão nas nações só foram possíveis porque a economia passou a ser planejada, e o planejamento deixou de ser um instrumento para viabilizar o desenvolvimento para assumir um papel inverso, passou a ser utilizado como ferramenta de manutenção e agravamento das desigualdades sociais e do atraso das regiões pobres, com o estabelecimento de políticas para transferência de poupança dos mais pobres para os mais ricos. É preciso, portanto, resgatar a função do planejamento para que possa se colocado a serviço do desenvolvimento do semiárido baiano.

Um projeto de desenvolvimento para o semiárido precisa assegurar aos segmentos organizados da região o necessário amparo técnico e científico que permita a participação proativa na formulação e no controle das políticas públicas municipais, estaduais e federais, rompendo as correntes da acomodação, da dependência e da tutela, e impondo-se como agente protagonista, como sujeito do processo histórico, tomando para si o poder decisório sobre as políticas públicas para a região semiárida. Nesse caminhar, os segmentos organizados devem ter, inclusive, a capacidade e a independência necessárias para a promoção de processos

judiciais em defesa do desenvolvimento regional; essas medidas, apesar de muitas limitações, têm surtido efeitos positivos em muitas regiões do mundo.

Esse projeto precisa ser de longo prazo, ultrapassar as fronteiras dos governos, incorporando a concepção de desenvolvimento como gerador de equidade social não apenas na criação de oportunidades, mas também na distribuição das riquezas. Daí a necessidade de ampla mobilização das forças políticas, agregando-se o conhecimento técnico-científico disponível para interferir na ação do Estado, com definições que possam ser cumpridas pelos governos, colocando-se o Estado a serviço da população. Dessa forma, o projeto deve incorporar uma visão de futuro, definindo-se os programas, ações, metas e recursos, como também as responsabilidades institucionais: governo federal, governo estadual e prefeituras municipais, com mecanismos claros de controle social, através de instrumentos de acompanhamento e de monitoramento por organizações da sociedade civil.

Um projeto de desenvolvimento para o semiárido pode, ainda, beneficiar-se das vantagens dos fatores de localização, por ser a região o grande celeiro de matérias-primas, transformadas em elementos favoráveis à competição mercadológica, podendo favorecer o aumento da lucratividade empresarial.

Que não se perca de vistas, ainda, que as condições históricas que determinaram o subdesenvolvimento da região semiárida se deram a partir da absoluta submissão das elites locais (políticas e empresariais) aos interesses do capital (nacional, sediado no centro-sul do país) e internacional, aceitando todos os níveis de subordinação que lhes foram impostos. Um projeto de desenvolvimento para o semiárido pressupõe a construção de novas relações entre os múltiplos níveis de dependência embutidos no binômio centro-periferia; requer todo um processo de articulação, a celebração de um *pacto* entre as classes subalternas e seus segmentos, adquirindo a força política necessária para enfrentar a classe dominante, representada pelo grande capital. Somente por esse caminho, será possível empreender processos transformadores na base econômica, na estrutura do poder político e na organização social.

A mobilização das forças políticas capazes de interferir no Estado é a única alternativa, no atual momento histórico, para concepção, elaboração e execução de um projeto de desenvolvimento no semiárido baiano, capaz de gerar bem estar social. Mas, esse projeto não será o fim, pelo contrário, precisará estar permanentemente monitorado, avaliado, modificado, acompanhando a dinâmica da vida social da sua população no seu contexto

político e econômico, regional e global, já que nada estará pronto e acabado, mas pelo contrário, tudo continuará em movimento, com processos inacabados, avanços e recuos.

Na ausência de um projeto de desenvolvimento para o semiárido que seja capaz de romper com os paradigmas atuais firmados na ação exaustiva e extorsiva dos recursos naturais e nas políticas públicas que viabilizam a transferência de recursos públicos para o circuito do capital, além de medidas assistenciais que reduzem a capacidade produtiva e o papel social e político da população ao de simples beneficiária - e não o de sujeito da história - não restará à população sertaneja outro caminho senão o de buscar os meios que garantam a sua simples reprodução, quais sejam as migalhas que lhe são destinadas pelo capital global através do Estado, pelas bondosas mãos dos chefes políticos locais. Noutras palavras: mantidas as condições atuais, mesmo com a ampliação das políticas públicas setoriais, conforme se verifica nos últimos anos, nada de concreto de constrói na perspectiva de romper e suprimir os mecanismos que alimentam a perpetuação da pobreza. O desenvolvimento regional, visto como a satisfação das necessidades sociais, continuará figurando como mera utopia³³⁰.

Somente pelo embate político, pela luta de classes, será possível redirecionar a caminhada histórica, com vistas a um processo de desenvolvimento que possibilite à população da região semiárida, um espaço de convívio e de bem estar, usufruindo de suas riquezas naturais ou resultantes do trabalho, suas belezas expressas na paisagem catingueira e no solar do sertão, construindo cenários de vida, ambientes de justiça e prosperidade, tirando do poeta a oportunidade de denunciar: *faz pena o nortista, tão forte e tão bravo, morrer como escravo no norte e no sul.*

³³⁰ O termo utopia, aqui, tem o sentido original: "o lugar que não existe", mas que é possível existir. Ou seja: é o possível ainda não realizado.

REFERÊNCIAS

- ABRAMOVAY, Ricardo. **Paradigmas do capital agrário em questão**. São Paulo: Hucitec; USP, 1982.
- ABRAMOVAY, Ricardo. **O futuro das regiões rurais**. Porto Alegre: Editora UFRS, 2003.
- ABRAMOVAY, Ricardo. O capital social dos territórios: repensando o desenvolvimento rural. **Revista de Economia Aplicada**, n. 2, v. 4, abr./jun. 2000, p. 379-397.
- ABRAMOVAY, Ricardo; VEIGA, José Eli. Análise (Diagnóstico) da inserção do Pronaf na política agrícola. **Relatório Final do Convênio IPEA/FIPE 07/97** (versão provisória). São Paulo: IPEA, 1998.
- ABREU, Silvio Froes. **Recursos minerais do Brasil**. São Paulo: Bloucher, 1973.
- AB'SÁBER, Aziz Nacib. Sertões e sertanejos: uma geografia humana sofrida. **Estudos Avançados**, São Paulo, v. 13, n. 36, 1999. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/ea/v13n36/v13n36a02.pdf>>. Acesso em: 22 abr. 2011.
- AB'SÁBER, Aziz Nacib. **Os domínios da natureza no Brasil: potencialidades paisagísticas**. São Paulo: Ateliê Editorial, 2003.
- ABREU, J. Capistrano de. **Capítulos de história colonial**. Brasília, DF: Editora Universidade de Brasília, 1982.
- ACADEMIA BRASILEIRA DE LETRAS. **Caatinga e desertificação**. Disponível em: <<http://www.academia.org.br/abl/cgi/cgilua.exe/sys/start.htm?infolid=9035&sid=634&tpl=printerview>> Acesso em: 22 abr. 2013.
- ACADEMIA PERNAMBUCANA DE CIENCIA AGRONOMICA. [Site oficial]. 2013. Disponível em: <<http://www.apcagronomica.org.br/>> Acesso em: 22 abr. 2011.
- ACCIOLY, L. J. O. Degradação do solo e desertificação no Nordeste do Brasil. **Boletim informativo da Sociedade Brasileira de Ciência do Solo**, Viçosa-MG, v. 25, n. 1, p. 23-25, 2000.
- ADELMAN, I. **Teorias do desenvolvimento econômico**. Rio de Janeiro: Forense, 1972.
- AGUIAR, Pinto de. **Nordeste: o drama das secas**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1983.
- ALBUQUERQUE JR., Durval Muniz. **Nordestino, uma invenção do falo: uma história de seres masculinos (Nordeste 1920-1940)**. Macieó: Catavento, 2003.
- ALBUQUERQUE, Fábio Aquino de; FREITAS, Jalmi Guedes. **Cultivo da mamona: diagnóstico sobre a tecnologia de cultivo da mamona na Região de Irecê, BA**. Campina Grande: EMBRAPA/BNB, 2007.
- ALENCASTRO, Luiz Felipe de. **O trato dos viventes**. São Paulo: Cia. Editora das Letras, 2009.

- ALMEIDA, R. A.; PAULINO, E. T. Fundamentos teóricos para o entendimento da questão agrária: breves considerações. **Revista de Geografia**, Londrina, v. 9, n. 2, p. 113-127, jul.-dez. 2000.
- ALVES FILHO, João (Org.). **Toda a verdade sobre a transposição do Rio São Francisco**. Rio de Janeiro: Mauad X, 2008.
- ALVES, J. **História das secas: séculos XVII a XIX**. 2. ed. Mossoró: ESAM, 1982. (Coleção Mossoroense, v. CCXXV).
- AMARAL, Carlos Eduardo Pacheco. **Do Estado soberano ao Estado das autonomias: regionalismo, subsidiaridade e autonomias**. Blumenau: EDFURB, 2002.
- ANA - Agência Nacional de Águas. **O atlas Brasil: abastecimento urbano de água**. Disponível em: <<http://atlas.ana.gov.br/Atlas/forms/analise/Geral.aspx?est=13>>. Acesso em: 25 abr. 2012.
- ANDRADE, Bonifácio X.; CAVALCANTE, Enoque G. Lições aprendidas sobre o Nordeste, mundo e meio ambiente. **Economia Política do Desenvolvimento**, Maceió, v. 3, edição especial, p. 57-63, ago. 2010.
- ANDRADE, Manuel Correa de. Os estudantes de Olinda e a Setembrizada. **Anuário de Olinda**, Olinda, ano 7, n. 7, 1953.
- ANDRADE, Manuel Correa de. **A terra e o homem no Nordeste**. São Paulo: Brasiliense, 1963.
- ANDRADE, Manuel Correa de. Formação econômico-social e processos políticos no nordeste brasileiro. In: MARANHÃO, Silvio (Org.). **A questão Nordeste**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1984.
- ANDRADE, Manuel Correa de. **A seca: realidade e mito**. Recife: ASA, 1985.
- ANDRADE, Manuel Correa de. **A terra e o homem: contribuição ao estudo da questão agrária no Nordeste**. 7. ed. São Paulo: Cortez, 2005.
- ANDRADE, Maria Margarida de. **Como preparar trabalhos para cursos de pós-graduação: noções práticas**. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2002.
- ANEEL. **Energia solar**. Disponível em: <[http://www.aneel.gov.br/aplicacoes/atlas/pdf/03-Energia_Solar\(3\).pdf](http://www.aneel.gov.br/aplicacoes/atlas/pdf/03-Energia_Solar(3).pdf)>. Acesso em: 11 mar. 2012.
- ANTONIL, André João. **Cultura e opulência no Brasil**. Bahia: Progresso, 1950.
- ARAÚJO, Tânia Bacelar de. Por uma política nacional de desenvolvimento regional. In: _____. **Ensaio sobre o desenvolvimento brasileiro: heranças e urgências**. Rio de Janeiro: RENVAN, 2000. p. 115-139.
- ARATO, Andrew. Ascensão, declínio e reconstrução do conceito de sociedade civil. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, São Paulo, ano 10, n. 27, p. 18-27, fev, 1995.
- ARENDT, Hannah. **A condição humana**. Trad. Roberto Raposo. 11. ed. São Paulo: Forense, 2010.
- ARISTÓTELES. **Os pensadores**. São Paulo: Nova Cultural, 2000.

- ARRUDA, José Jobson. **História integrada**. 4. ed. São Paulo: Ática, 1997. v. 2.
- ARTICULAÇÃO DO SEMIÁRIDO - ASA. **Declaração sobre o atual momento da seca no semiárido**. Disponível em: < WWW. asa@asabrasil.org.br >. Acesso em: 25 maio 2012.
- ASA BRASIL. [Site oficial]. 2013. Disponível em: <http://www.asabrasil.org.br/> Acesso em: 22 abr. 2011.
- ASSARÉ, Patativa do. **Cante lá que eu canto cá**. 9. ed. Petrópolis: Vozes, 1999.
- AVELAR JR., O. V. **Política de combate a seca no Nordeste**: uma ideologia para o planejamento regional. 1994. Tese (Doutorado)- Universidade de São Paulo - USP, Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas – FFLCH, São Paulo, 1994.
- AVENA FILHO, Armando. **Nordeste/Bahia**: os caminhos do desenvolvimento. Salvador: UCSAL, 1986.
- AVRITZER, L. Além da dicotomia Estado/Mercado: Habermas, Cohen e Arato. **Novos Estudos**, São Paulo, n. 36, jul. 1993.
- BRASIL. **1ª. Conferência Nacional sobre ATER. Documento Base**. Brasília, DF: MDA; SEAGRI; CET; Fórum da Agricultura Familiar, [201-]. s/d.
- BAHIA. Governo da Bahia. Secretaria de Irrigação e Recursos Hídricos. **Projeto Vaza Barris**. Salvador, 1996.
- BAHIA. Governo do Estado da Bahia. **Plano Plurianual 2008-2011**. Salvador: SEPLAN, 2007.
- BAHIA. Governo da Bahia. **Plano Plurianual 2012-2015**. Salvador: SEPLAN, 2011.
- BAHIA: Mamona atrai produtor, mas não vira biodiesel no Brasil. **Ecodebate Cidadania & Meio Ambiente**, abr. 2009. Disponível em: <http://www.ecodebate.com.br/2009/04/01/bahia-mamona-atrai-produtor-mas-nao-vira-biodiesel-no-brasil/> Acesso em: 22 abr. 2012.
- BAHIA. Mineradora Australiana vai investir R\$ 2,2 bi em Minério de Ferro na Bahia. **Diário Oficial do Estado**, 13 mar.2012.
- BAHIA NOTÍCIAS. [Site oficial]. 2013. Disponível em: <www.bahianoticias.com.br> Acesso em: 22 abr. 2012.
- BAHIA. Secretaria do Planejamento, Ciência e Tecnologia. Superintendência de Estudos Econômicos e Sociais da Bahia - SEI. **Novos mundos rurais baianos**. Salvador: SEI; SEPLAN, 1999. (Série Estudos e Pesquisas nº 42).
- BAHIA. Superintendência de Estudos Econômicos e Sociais da Bahia – SEI. **Os “novos mundos rurais baianos”**. Salvador: SEI, 1999. (Série Estudos e Pesquisas nº 88).
- BAHIA.. Superintendência de Estudos Econômicos e Sociais da Bahia – SEI. **Recortes transformadores no meio rural baiano**. Salvador: SEI; SEPLAN, 2003.
- BAHIA. Secretaria de Planejamento. **Plano Plurianual 2008-2011**. Salvador: SEPLAN, 2007.
- BAHIA. **Plano Plurianual 2012-2015**. Salvador: SEPLAN, 2011.

- BAHIA. Superintendência de Estudos Econômicos e Sociais da Bahia – SEI. **Nordeste: perspectivas e entraves ao desenvolvimento**. Salvador: SEI; SEPLAN, 2013 (Série Análise & dados nº 3, v. 23).
- BNB - BANCO DO NORDESTE DO BRASIL. [Portal institucional]. Disponível em: <www.bnb.gov.br> Acesso em: 8 mar. 2012
- BNB - BANCO DO NORDESTE DO BRASIL. **Agenda 21: Ciência e Tecnologia para Desenvolvimento Sustentável**. Fortaleza: BNB, 2001.
- BANCO INTERNACIONAL PARA RECONSTRUÇÃO E DESENVOLVIMENTO – BIRD. **IMF, finance and development**. Nova York, 2006.
- BARBOSA, Denis Borges. Uma teoria do capital estrangeiro. In: _____. **Do direito de acesso ao capital estrangeiro**. Rio de Janeiro, Lumen Juris, 1996.
- BARBOSA, Ivone Cordeiro. **Sertão, um lugar incomum: o sertão do Ceará na literatura do século XIX**. Rio de Janeiro: Relumê Dumará, 2000.
- BARROSO, Gustavo. **À margem da História do Ceará**. Fortaleza: Imprensa Universitária do Ceará, 1962.
- BARBOSA, Lívia. **O jeitinho brasileiro**. Rio de Janeiro: Campus, 1992.
- BARBOSA, Orris. **Secca de 32: impressões sobre a crise nordestina**. Rio de Janeiro: Andersen Editores, 1935.
- BARBOSA, Rosângela Nair de Carvalho. **A economia solidária como política pública: uma tendência de geração de renda e ressignificação do trabalho no Brasil**. São Paulo: Cortez, 2012.
- BARRETO, Alcyrus Vieira Pinto; HONORATO, Cezar de Freitas. **Manual de sobrevivência na selva acadêmica**. Rio de Janeiro: Objeto Direto, 1998.
- BARRETO, Alcyrus Vieira Pinto; HONORATO, Cezar de Freitas. **Vida e história da palavra sertão**. Salvador: UFBA; CEB, 1983.
- BASTOS, Elide Rugai. **As ligas camponesas**. Petrópolis: Vozes, 1984.
- BASTOS, Mário Jorge da Mota. A Apropriação Cristã da Natureza na Península Ibérica (Séculos IV-VII). In: ENCONTRO REGIONAL DA ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE ESTUDOS MODERNOS – ABRAEM 2., 2008, Niterói. **Anais**. Niterói: UFF, 2008.
- BECKER, Dinizar. A economia política do desenvolvimento contemporâneo: algumas considerações teórico-históricas. **Estudos & Debate**, Lagedo, v. 6, n. 2, 1999.
- BEEKMAN, Gertjan B. Coordenação transversal de recursos naturais: gestão ambiental e adaptação às mudanças – IICA. In: SEMINÁRIO NACIONAL: Gestão do Conhecimento em Regiões Semiáridas do Nordeste do Brasil. **Relatório**. Salvador: IICA; FIDA; AECID, 2011.
- BELLEN, Hans Michael van. **Indicadores de sustentabilidade: uma análise comparativa**. 2. ed. Rio de Janeiro: FGV, 2006.
- BERGER, Peter I. **A construção social da realidade**. Petrópolis: Vozes, 1973.

BERTELMUS, P. Indicators of sustainable grown development – linkage integration na policy use. In: **WORKSHOP on indicators of sustainable development**. Wuppertal, 1995.

BIANCHI, Álvaro. **O ministério dos industriais do Estado de São Paulo na crise da década de 1980 e 1990**. 2004. Tese (Doutorado em Ciências Sociais)- Universidade Estadual de Campinas - Unicamp, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas - IFCH, Campinas, São Paulo, 2004.

BIHR, Alain. **Da grande noite à alternativa: o movimento operário europeu em crise**. São Paulo: Boitempo, 1998.

BIODIVERSITAS. **Caatinga**. Disponível em: <<http://www.biodiversitas.org/caatinga>> Acesso em: 22 abr. 2012.

BIOSFERA DA CAATINGA. [Site]. 2013. Disponível em: <<http://www.biosferadacaatinga.org.br>> Acesso em: 22 abr. 2012.

BLANCO, Paulo; PINTO, Eduardo Costa; BUSATO, Maria Isabel. Acumulação do capital, dimensão espacial e desigualdade regional brasileira. In: _____. **Desenvolvimento regional: análises do Nordeste da Bahia**. Salvador: SEI, 2006. (Série Estudos e Pesquisas, n° 73).

BOAVENTURA, Edivaldo E. **Metodologia da pesquisa**. São Paulo: Atlas, 2009;

BOBBIO, Noberto. **O conceito de sociedade civil**. 1. ed. Trad. Carlos Nelson Coutinho. Rio de Janeiro: Graal, 1982.

BOBBIO, Noberto. **Estado, governo e sociedade**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

BOBBIO, Noberto. **Ensaio sobre Gramsci e o conceito de sociedade civil**. São Paulo: Paz e Terra, 1999.

BOBBIO, Noberto; MATEUCCI, Nicola; PASQUITO, Gianfranco. **Dicionário de política**. Coord. de Trad. João Ferreira. 2. Brasília, DF: EDUNB, 1992. v. 2

BOGO, Ademar. **Identidade e luta de classes**. 2. ed. São Paulo: Expressão Popular, 2010.

BOITO JR., Armando. A burguesia no governo Lula. In: _____. **Publicaciones: Neoliberalismo y sectores dominantes. Tendências globales y experiências nacionales**. Buenos Aires: CLACSO, 2006. Disponível em: <<http://bibliotecavirtual.clacso.org.ar/ar/libros/grupos/basua/C05Filgueiras.pdf>>. Acesso em: 22 abr. 2011.

BOITO JR., Armando. **Relações de classe na nova fase do liberalismo**. Congrès Marx International. Paris, 2004.

BONNAL, Philippe et al. Subsídios metodológicos ao estudo do desenvolvimento territorial rural. In: DELGADO, Nelson; LEITE, Sérgio. **Políticas Públicas, atores sociais e desenvolvimento territorial no Brasil**. Brasília, DF: IICA, 2011.

BORGES, Maria Angélica. As vias do desenvolvimento capitalista: clássica, prussiana e colônia. **Revista História Econômica e História de Empresas**, São Paulo, v. 2, n. 1, 1999.

BORON, Atílio. **Filosofia política marxista**. São Paulo: Cortez, 2003.

- BOSIER, Sergio. **Modernidad y territorio**. Santiago de Chile: ILPES, 1996.
- BOSSEL, H. **Earth at a crossroads: paths to a sustainable future**. Cambridge: Cambridge University Press, 1998.
- BOSSEL, H. **Indicators for sustainable development: theory, method, applications: a report to the Balaton Group**. Winnipeg: IISD, 1999.
- BRITO, Luiza Teixeira de Lima. **Potencialidades de água da chuva no semiárido brasileiro**. Petrolina, Embrapa Semiárido, 2007 Disponível em: <http://www.cpatas.embrapa.br/kw_storage/keyword.2007>. Acesso em: 12 jul. 2011.
- BRASIL. Assembleia Legislativa. Câmara dos Deputados. **Nova delimitação do semi-árido brasileiro**. Brasília, DF: Câmara dos Deputados, 2007.
- BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Agrário. **Assistência técnica e extensão rural: 1ª Conferência Nacional – documento base**. Brasília, DF: MDA, [19--]. s/d.
- BRASIL. **Retrato da repressão política no campo: Brasil, 1962-1985**. Brasília, DF: MDA, 2011.
- BRASIL. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, DF: Senado Federal, 1988.
- BRASIL, Ministério da Integração Nacional. **Política Nacional de Desenvolvimento Regional**. Brasília DF: IICA, 2003a.
- BRASIL. Ministério das Minas e Energia. **Programa de Desenvolvimento Energético de Estados e Municípios – PRODEEM**. Brasília, DF: MME, 2003b.
- BRASIL. Ministério da Integração Regional. **Relatório Final; grupo de trabalho interministerial para delimitação do semi-parido nordestino e do Polígono das Secas**. Brasília, DF: MINTER, 2005a.
- BRASIL. Ministério da Integração Regional. **Plano Estratégico de Desenvolvimento Sustentável do Semi-Árido**. Brasília, DF: IICA, 2005b.
- BRASIL. Ministério da Integração. **Nova delimitação do semi-árido brasileiro**. Brasília, DF, 2005. Disponível em: < <http://www.mi.gov.br/saofrancisco/revitalizacao/reuso/index.asp> >. Acesso em: 21 jul. 2011.
- BRASIL. Ministério da Integração Regional. **Documento de Referência**. Brasília, DF: MINTER, Secretaria de Desenvolvimento Regional, 2012.
- BRASIL. Ministério do Meio Ambiente, dos Recursos Hídricos e da Amazônia Legal. **Avaliação e ações prioritárias para a conservação da biodiversidade da caatinga**. Brasília, DF, 2002.
- BRASIL. Ministério do Meio Ambiente **Programa de Ação Nacional de Combate a Desertificação e Mitigação dos efeitos da Seca: PAN – Brasil**. Brasília DF, 2005.
- BRASIL. Ministério de Minas e Energia. **Mineração no semiárido brasileiro**. Brasília, DF: DNPM, 2009.

BRASIL. Ministério da Integração Nacional. **Investindo no Brasil**: Vales do São Francisco e Parnaíba. Brasília, DF: CODEVASF, s/d. Disponível em: < www.desenvale.gov.br >. – Acesso em: 12 mar. 2012.

BRAZ, Meliponário. As belezas da caatinga nordestina. Disponível em: <<http://www.dignow.org/post/as-belezas-da-caatinga-nordestina-3842422-7183.html>>. Acesso em: 28 abr. 2012.

BRESSER-PEREIRA, Luiz Carlos. **Globalização e competição**. Rio de Janeiro: Elsevier-Campus, 2009.

BRESSER-PEREIRA, Luiz Carlos. Estado, sociedade civil e legitimidade democrática. **Lua Nova - Revista de Cultura e Política**, São Paulo, n. 36, 1995.

BUARQUE, S. C. **Construindo o desenvolvimento sustentável**: metodologia de planejamento. Rio de Janeiro: Garamund, 2002.

BUCANINI, Antonio Márcio (Coord.). **Agricultura familiar e inovação tecnológica no Brasil**. São Paulo: Unicamp, 2008.

BURDIEU, Pierre. **O poder simbólico**. Lisboa: Diefel, 1989.

BURDIEU, Pierre. O campo científico. In: ORTIZ, R. (Org.). **Pierre Bourdieu**: sociologia. São Paulo: Ática, 1983.

BURSZTYN, Marcel. O poder dos donos; planejamento e clientelismo no Nordeste. Petrópolis: Vozes, 1984.

CABRAL, Paulo. Semiárido brasileiro 'ganhará um Alagoas' até 2070, prevê INPE. Disponível em: < http://www.bbc.co.uk/portuguese/noticias/2012/06/120615_seca_projecoes_pc.shtml >. Acesso em: 12 dez. 2012.

CÂMARA DOS DEPUTADOS. [Portal institucional]. 2013. Disponível em: <<http://bd.camara.gov.br/>> Acesso em: 12 jun. 2012.

CAMPELLO NETTO, M. S. C. et al. Manejo integrado de água no semi-árido brasileiro. In: CIRILO, J. A. et al. (Org.). **O uso sustentável dos recursos hídricos em regiões semi-áridas**. Recife: ABRH; Editora Universitária UFPE, 2007.

CARBONO BRASIL. **Aquecimento global ameaça diversidade das plantas**. 2010. Disponível em: <<http://www.carbonobrasil.com/?id=724789>> Acesso em: 22 abr. 2012.

CARLI, Gileno de. **A maior seca do século**. Brasília, DF: CNA, 1982.

CARLI, Gileno de. **Séculos de seca**. Recife: [s.n.], 1984.

CARNAÍBAS DAS ESMERALDAS. [Site]. 2013. Disponível em: <<http://carnaibadasesmeraldas.blogspot.com.br>> Acesso em: 22 abr. 2012.

CARNEIRO, Maria José. Pluriatividade da agricultura no Brasil: uma reflexão crítica. In: SCHNEIDER, Sérgio (Org.). **A diversidade da agricultura familiar**. Porto Alegre: UFRGS Editora, 2006.

- CARONE, Edgard. **A República Velha: instituições e classes sociais.** São Paulo: Difusão Européia do Livro, 1970.
- CARVALHO, Ianiá M. Moreira de. **O Nordeste e o regime autoritário.** São Paulo: Hucitec; Sudene, 1987.
- CARVALHO, José Murilo de. **Cidadania no Brasil: o longo caminho.** Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2009.
- CARVALHO, J. Otamar de. **A economia política do Nordeste: secas, irrigação e desenvolvimento.** São Paulo: Campus, 1988.
- CARVALHO, J. Otamar de et al. **Plano integrado para o combate preventivo aos efeitos da seca no Nordeste.** Brasília, DF: MINTER, 1973.
- CARVALHO, J. Otamar de; EGLER, C.A.G. **Alternativas de desenvolvimento para o nordeste semi-árido.** Fortaleza: BNB, 2003.
- CARVALHO, Luzineide Dourado. O lugar da pequena propriedade na organização do espaço agrário do semi-árido brasileiro e a sustentabilidade da agricultura familiar pela convivência. In: LOPES, Eliano Sérgio; COSTA, José Eloízio (Org.). **Território rurais e agricultura familiar no nordeste.** Aracaju: UFS, 2009.
- CARVALHO, René Louis de et al. **PNPB e sistemas produtivos da agricultura familiar no semiárido: oportunidades e limites.** Disponível em: <http://www.cnpat.embrapa.br/sbsp/anais/Trab_Format_PDF/197.pdf>. Acesso em: 12 dez. 2011.
- CASTELLS, Manuel. **La Cuestión Urbana.** 12. ed. Madrid: Siglo Veintiuno Editores, 1985.
- CASTELLS, Manuel. **O poder da identidade.** Col. 2. São Paulo: Paz e Terra, 2002.
- CASTRO, Anna Maria de (Org.). **Fome, um tema proibido.** Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.
- CASTRO, Iná Eliana de. **Mito da necessidade: discurso e prática do regionalismo nordestino.** Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1992.
- CASTRO, Iná Eliana de. Problemas e alternativas metodológicas para a região e para o lugar. In: SOUZA, Maria Adélia A. de. **Natureza e sociedade de hoje: uma leitura geográfica.** 2. ed. São Paulo: Hucitec, 1994.
- CASTRO, Josué de. **Geografia da fome.** São Paulo: Brasiliense, 1969a.
- CASTRO, Josué de. **Geopolítica da fome.** São Paulo: Brasiliense, 1969b.
- CAVALCANTI, Clóvis (Org.). **Meio ambiente, desenvolvimento sustentável e políticas públicas.** São Paulo: Cortez, 2001.
- CAVALCANTI, Clóvis Breve introdução à economia da sustentabilidade. In CAVALCANTI, Clóvis (Org.). **Desenvolvimento e natureza: estudos para uma sociedade sustentável.** São Paulo: Cortez; Recife: Fundação Joaquim Nabuco, 1998.

- CAVALCANTI, Clóvis **Princípios e orientações para a sustentabilidade do desenvolvimento**. Recife: Fundação Joaquim Nabuco, 1999.
- CHACON, Suely Salgueiro. **O Sertanejo e o caminho das águas**: políticas públicas, modernidade e sustentabilidade no semi-árido. Fortaleza: BNB, 2007.
- CHAMBERS, R. What is poverty? Who asks? Who answers. In: _____. **Poverty in Focus**. Brasília, DF: PNUD, 2006.
- CHAYANOV, Alexander V. **La organización de la unidad económica campesina**. Buenos Aires: Nueva Vision, 1974.
- CHAYANOV, Alexander V. **A questão agrária**. São Paulo: Brasiliense, 1981.
- CARVALHO, René Louis de; POTENGY, Gisélia Franco; KATO, Karina. **PNPB e sistemas produtivos da agricultura familiar no semiárido**: oportunidades e limites. 2011. Disponível em: <http://www.cnpat.embrapa.br/sbsp/anais/Trab_Format_PDF/197.pdf>. Acesso em: 12 dez. 2011.
- CASTRO, José Abraão de. **Dimensão e mensuração da pobreza na Bahia**. Diretor de Estudos e Políticas Sociais do IPEA. Salvador, 2011. Apresentação em power point.
- CICLO VIVO. [Site oficial]. 2013. Disponível em: <ciclovivo.com.br> Acesso em: 22 abr. 2012.
- COELBA. **Estado da Bahia**: atlas do potencial eólico. Salvador: COELBA/ANEEL, 2012.
- COELHO, Eurelino. **Uma esquerda para o -capital**: o transformismo dos grupos dirigentes do PT (1979-1998). Feira de Santana: UEFS; São Paulo: SAMA, 2012.
- COHEN, Jean; ARATO, Andrew. **Sociedad civil y teoría política**. México: Fondo de Cultura Económica, 2000.
- COMISSÃO PASTORAL DA TERRA REGIONAL BAHIA. [Site oficial]. 2013. Disponível em: <<http://cptba.org.br>> Acesso em: 22 abr. 2012.
- CORRÊA, R. L. **Trajetórias geográficas**. 3. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1998.
- COSSIO, Ivan. Estratégias de combate á pobreza rural. In: ZIMMERMANN, Silvia Aparecida; WESZ JUNIOR, Valdemar João. **Memória e relatoria do V Fórum Internacional de Desenvolvimento Territorial**: estratégias de combate à pobreza rural. Recife: IICA; OPPA, 2011.
- COSTA, I. Del Nero. **Arraia-miúda**: um estudo sobre os não-proprietários de escravos no Brasil. São Paulo: MSGP, 1992.
- COSTA, José Jonas Duarte. Seca, pobreza e desertificação na Paraíba. **Seculum**: Revista de História, João Pessoa, n. 8/9, p. 117-142, jan.-dez. 2005.
- COSTA, Sérgio. Esfera Pública, Redescoberta da Sociedade Civil e Movimentos Sociais no Brasil. **Novos Estudos**, São Paulo, n. 38, 1994.

- COSTA, Sérgio. Categoria Analítica ou Passe-Partout Político-Normativo: Notas Bibliográficas sobre o Conceito de Sociedade Civil. **Revista Brasileira de Informação Bibliográfica em Ciências Sociais – BIB**, Rio de Janeiro, n. 43, 1. sem. 1997.
- COSTANZA, R. **Ecological economics: the science and management of sustainability**. New York: Columbia Press, 1991.
- COUTINHO, Carlos Nelson. **Gramsci: um estudo sobre seu pensamento político**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1999.
- COUTO, Vitor de Athayde. **O carro e o chocolate: dois casos de mundialização da indústria no Brasil**. Faculdade de Ciências Econômicas. Salvador: UFBA, 1999.
- CUNHA, Euclides. **Os sertões**. São Paulo: Cultrix, 1973.
- DAGNINO, E. (Org.). **Sociedade civil e espaços públicos no Brasil**. São Paulo: Paz e Terra, 2002.
- DAGNINO, E. Sociedade civil, participação e cidadania: de que estamos falando? In: MATO, Daniel. **Políticas de ciudadanía y sociedad civil en tiempos de globalización**. Caracas: FACES, Universidad Central de Venezuela, 2004.
- DAGNINO, E. **A tecnologia social e seus desafios**. São Paulo: Unicampi, 2010. Disponível em: < www.ige.unicmp.br/site/publicações >. Acesso em: 19 jul. 2010.
- DAGNINO, R.; BRANDÃO, F.; NOVAES, H. Sobre o marco analítico-conceitual da tecnologia social. In: _____. **Tecnología Social. Uma estratégia para o desenvolvimiento**. Rio de Janeiro: Fundação Banco do Brasil, 2004.
- DAHL, R. **Democracia**. Lisboa: Temas e Debates, 2000.
- DALLABRIDA, Valdir Roque. A gestão territorial através do diálogo e da participação. **Scripta Nova: Revista Electrónica de Geografía y Ciencias Sociales**, Barcelona: Universidad de Barcelona, 2007. Disponível em: < <http://www.ub.es/geocrit/sn/sn-24520.htm> >. Acesso em: 27 set. 2012.
- DALLABRIDA, Valdir Roque. La experiencia de organización socioterritorial de los COREDES en Brasil como estructuras que garanticen la gobernanza territorial. In: _____. **Ciudad y Territorio: Estudios Territoriales, Tercera Época**, v. 41, n. 159, p. 117-132, 2009.
- DA MATTA, Roberto. **Carnavais, malandros e heróis**. Rio de Janeiro: Zahar, 1981
- DAVENPORT, Thomas H; PRUSAK, Laurence. **Conhecimento empresarial: como as organizações gerenciam seu capital intelectual**. 6. ed. Rio de Janeiro: Campus, 1998.
- DE PAULA, Ana Mônica Hughes. **Análise-diagnóstico e planejamento no mundo rural: um estudo de caso**. Dissertação de Mestrado. Faculdade de Economia. Salvador, UFBA, 2003.

DESENVALE. [Portal institucional]. Disponível em: <www.desenvale.gov.br>. Acesso em: 31 mar. 2013.

A DESERTIFICAÇÃO no Brasil. **Jornal do Commercio**, Recife, nov. 1999.

DINIZ, C. C. A nova geografia econômica do Brasil. In: VELLOSO, J. P. R. **Brasil 500 anos: futuro, presente e passado**. Rio de Janeiro: José Olympio, 2000.

DOIMO, A. M.; Bank, G. A. Novas forças, velhos limites? Estudo de caso de um movimento urbano. **Serviço Social e Sociedade**, Vitória, v. 2, n. 10, p.15-42, 1989.

DUAILIBI, Miriam. O mundo que queremos, é um mundo possível? In: MEDEIROS, Heitor, Sato, Michele (Org.). **Revista Brasileira de Educação Ambiental**, n. 1, p. 120-122, nov. 2004.

DUARTE, Renato. **Seca, pobreza e políticas públicas no Nordeste do Brasil**. Disponível em: <<http://bibliotecavirtual.clacso.org.ar/ar/libros/pobreza/duarte.pdf>>. Acesso em: 31 mar. 2013.

DUQUE, José Guimarães. **O Nordeste e as lavouras xerófilas**. Mossoró: Escola Superior de Agricultura, 1980.

DUQUE, José Guimarães. **Vantagens da seca**. Mossoró: Fundação Vinght-Um Rosado, 1988. Coleção Mossoroense, série B, n. 509.

DUQUE, José Guimarães. **Alguns aspectos da ecologia do Nordeste e as lavouras xerófilas**. Mossoró: Fundação Vinght-Um Rosado, 1996. (Coleção Mossoroense, série B, n. 1352).

DUQUE, José Guimarães. **Solo e água no polígono das secas**. Mossoró: ESAM, 2001. (Coleção Mossoroense, v. 142).

ELLER, Jurgen et al. **Emprego e desenvolvimento tecnológico: Brasil e contexto internacional**. São Paulo: DIEESE, 1998.

EMBRAPA. [Portal institucional]. Disponível em: <www.embrapa.gov.br>. Acesso em: 31 mar. 2013.

ENGELS, F. **Do socialismo utópico ao socialismo científico**. Lisboa: Estampa, 1974.

ENGELS, F. Carta a Bloch, 2/9/1890. In: Marx, K.; Engels, F. **Obras escogidas de Marx y Engels**. Madrid: Fundamentos, 1975. 2 v.

ENGELS, F. **As guerras camponesas na Alemanha**. São Paulo: Grijalbo, 1977.

FAEB. [Portal institucional]. Disponível em: <www.faeb.org.br>. Acesso em: 31 mar. 2013.

FACHIN, Odília. **Fundamentos de metodologia**. 3. ed. São Paulo: Saraiva, 2001.

FAORO, Raimundo. **Os donos do poder**. Rio de Janeiro: Globo, 1973.

FEENBERG, Andrew. Racionalização subversiva: tecnologia, poder e democracia. In: NEDER, Ricardo T. (Org.). **A teoria crítica de Andrew Feenberg: racionalização democrática, poder e tecnologia**. Brasília, DF: UNB; CDS; Escola de Altos Estudos da CAPES, 2010.

- FEIJÓ, Ricardo. **Metodologia e Filosofia da Ciência**. São Paulo: Atlas, 2003.
- FERNANDES, Rubem C.; PIQUET, L. **ONGS anos 90: a opinião dos dirigentes brasileiros**. Rio de Janeiro: ISER, 1992.
- FERNANDES, Rubem C.; PIQUET, L. **Privado porém público: o terceiro setor na América Latina**. Rio de Janeiro, Ed. CIVICUS; Relume Dumará, 1994.
- FERREIRA, Carlos Maurício de C. Espaço, região e economia regional. In: HADDAD, Paulo Roberto (Org.). **Economia regional: teoria e métodos de análises**. Fortaleza: BNB; ETENE, 1989.
- FIGUEIRA, I. **Umbu, uma alternativa para a caatinga, v. 53**. Rio de Janeiro: IBGE, 1993.
- FIGUEIREDO, José Ricardo. **Modos de produção do Brasil**. São Paulo: EDUC; Autores Associados; FAPESP, 2004.
- FILGUEIRAS, Luz. Reestruturação produtiva global e neoliberalismo: capitalismo e exclusão social neste final de século. **Cadernos do CEAS**, Salvador, n. 171, 1997.
- FILGUEIRAS, Luz. Neoliberalismo no Brasil: estrutura, dinâmica e ajuste do modelo econômico. In: PUBLICACIÓN: Neoliberalismo y Sectores Dominantes. Tendências Globales y Experiências Nacionales. Buenos Aires: CLACSO, 2006. Disponível em: <<http://bibliotecavirtual.clacso.org.ar/ar/libros/grupos/basua/C05Filgueiras.pdf>>. Acesso em: 22 abr. 2011.
- FOLADORI, Guilherme. **Limites do desenvolvimento sustentável**. São Paulo: Unicamp, 2001.
- FONSECA, Eduardo Giannetti da. O capital humano na Filosofia Social de Marshall. **Revista de Economia Política**, São Paulo, v. 12, n. 2, p. 64-87, abr.-jun. 1992.
- FOUCAULT, Michel. **Segurança, território, população**. Trad. Eduardo Brandão. 1. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2008.
- FOULQUIÉ, Paul. **A dialética**. 3. ed. São Paulo: Europa-América, 1978.
- FRANCO, Francisco de A. Carvalho. **Dicionário de Bandeirantes e Sertanistas do Brasil**. São Paulo: Edusp; Belho Horizonte: Itatiaia, 1988.
- FREIRE, E. C.; LIMA, E. F.; ANDRADE, F. P. Melhoramento genético. In: AZEVEDO, D. M. P. de; LIMA, E. F. (Ed.). **O agronegócio da mamona no Brasil**. Campina Grande: Embrapa Algodão; Brasília, DF: Embrapa Informação Tecnológica, 2001.
- FREYRE, Gilberto. **Casa Grande & Senzala**. Brasília, DF: Editora UNB, 1963.
- FREYRE, Gilberto. **Manifesto regionalista**. 4. ed. Recife: Instituto Joaquim Nabuco de Pesquisas Sociais, 1967.
- FREYRE, Gilberto. **Casa Grande & Senzala: formação da família brasileira sob o regime da economia patriarcal**. 34. ed. Rio de Janeiro: Record, 1998.
- FRIEDMAN, Milton. **Capitalismo e liberdade**. São Paulo: Arte Nova, 1977.

- FUNCEME. FUNDAÇÃO CEARENSE DE METEOROLOGIA E RECURSOS HÍDRICOS. **Proposta de dimensionamento do semi-árido brasileiro**. Fortaleza: BNB, 2005.
- FUNDAJ. [Site oficial]. Disponível em: <<http://www.fundaj.gov.br>>. Acesso em: 18 jun. 2011.
- FURTADO, Celso. **Desenvolvimento e subdesenvolvimento**. 2. ed. Rio de Janeiro: Fundo de Cultura, 1963.
- FURTADO, Celso. **Dialética do desenvolvimento**. Rio de Janeiro: Fundo de Cultura, 1964.
- FURTADO, Celso. **Um projeto para o Brasil**. 4. ed. Rio de Janeiro: Saga, 1968.
- FURTADO, Celso. **O mito do desenvolvimento econômico**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1974.
- FURTADO, Celso. **Formação econômica do Brasil**. São Paulo: Nacional, 1977a.
- FURTADO, Celso. A construção do GTDN e as exigências da atualidade. Entrevista. **Revista Econômica do Nordeste**, Fortaleza, v. 28, n. 4, p. 377-386, out.-dez. 1977b.
- FURTADO, Celso. **Criatividade e dependência na civilização industrial**. São Paulo: Círculo do Livro, 1979.
- FURTADO, Celso. Uma Política de Desenvolvimento para o Nordeste. **Novos Estudos CEBRAP**, São Paulo, n.1, 1981.
- FURTADO, Celso. **Cultura e desenvolvimento em época de crise**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1984a.
- FURTADO, Celso. O Nordeste: reflexões sobre uma política alternativa de desenvolvimento. **Revista de Economia Política**, São Paulo, v. 4, n. 3, p. 5-14, jul.-set. 1984b.
- GATTI, Bernadete A. Algumas considerações sobre procedimentos metodológicos nas pesquisas educacionais. **Eccos Revista Científica**, São Paulo, v. 1, n. 1, p. 91-115, dez. 1999.
- GERVAIS, M. et al. **Une France seans paisans**. Paris: Seuil, 1965.
- GIAMPIETRO, Ulisses. Viabilidade econômica da energia solar nas áreas rurais do nordeste brasileiro. **Jovens Pesquisadores**, João Pessoa, v. 1, n. 1, p. 209-220, 2004.
- GIANOTTI, Vito. **História das lutas dos trabalhadores do Brasil**. Rio de Janeiro: Mauad, 2007.
- GIDDENS, Anthony. **The Consequences of modernity**. Cambridge: Polity Press, 1990.
- GIDDENS, Anthony; TURNER, Jonathan. **Teoria social hoje**. São Paulo: UNESP, 1987.
- GIL, Antonio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2002.
- GIRARDI, Eduardo Paulo. **Atlas da questão agrária brasileira**. Disponível em: <http://www2.fct.unesp.br/nera/atlas/caracteristicas_socioeconomicas_b.htm#populacao_urban>. Acesso em: 9 maio 2013.

- GOHN, Maria da Glória. **Teorias dos movimentos sociais: paradigmas clássicos contemporâneos**. São Paulo: Edições Loyola, 1977.
- GOLDSMITH E et al. **Blueprint for survival**. Boston: Penguin/Harmondsworth & Houghton Mifflin, 1972.
- GOMES, Paulo César da Costa. O conceito de região e sua discussão. In: CASTRO, Iná E.; GOMES, Paulo César.; CORRÊA, Roberto L. **Geografia: conceitos e temas**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1995. p. 49-76.
- GONZÁLEZ REY, F. **Sujeito e subjetividade: uma aproximação histórico-cultural**. São Paulo: Pioneira Thomson Learning, 2003.
- GÖRGEN, F. S. A; STÉDILE, J. P. (Org.) **Assentamentos: a resposta econômica para a reforma agrária**. Petrópolis: Vozes, 1991.
- GRAMSCI, Antonio. **Maquiavel, a política e o Estado moderno**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1991.
- GRAMSCI, Antonio. **Concepção dialética da História**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1995.
- GRAMSCI, Antonio. **Cadernos do cárcere**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1999.
- GRANOVETTER, M. Economic Action and Social Structure: the Problem of Embeddedness. **American Journal of Sociology**, n. 91, p. 481-493, 1985.
- GRAZIANO DA SILVA, José. **O novo rural brasileiro**. Campinas-SP: Unicamp; Instituto de Economia, 1999.
- GRAZIANO DA SILVA, José et al. O que há de realmente novo no rural brasileiro? **Cadernos de Ciências & Tecnologia**, Brasília, DF, v. 19, n. 1, p. 37-67, jan.-abr. 2002.
- GRAWITZ, Madeleine. **Métodos y técnicas de las ciencias sociales**. Barcelona: Hispano Europea, 1975.
- GUEDES PINTO, Luis C. Irrigação pública e irrigação privada: vantagens e limitações. In: BRASIL. Ministério da Irrigação. **Modernização agrícola e emprego: o caso da agricultura irrigada no Brasil**. Seminário Internacional, Brasília, DF: ABEAS; PRONI, 1989.
- GUIMARÃES, Roberto P. Ética e as dimensões sociais da sustentabilidade. In: FERRARO JUNIOR, Luis Antonio (Org.). **Encontros e caminhos: formação de educadores(as) ambientais e coletivos de educadores**. Brasília, DF: Ministério do Meio Ambiente, 2007. v. 2.
- GURFIELD, M. **Estrutura das classes e poder político no Brasil Colonial**. João Pessoa: UFPB, 1983.
- GURVITCH, Georges. **El concepto de clases sociales desde Marx a nuestros días**. Buenos Aires: Nueva Visión, 1973.
- HABERMAS, Jurgen. **Direito e democracia entre facticidade e validade**. São Paulo: Tempo Brasileiro, 1997. v. 2.
- HABERMAS, Jürgen. **Theory of communication action**. Boston: Beacon Press, 1984. v. 2.

- HAESBAERT, R. Região, diversidade territorial e globalização. **Geographia**, ano 1, n. 1, p. 15-39, 1999. Disponível em: < www.uff.br/ >. Acesso em: 5 abr. 2008.
- HAGENAARS, A.; DE VOS, K. The definition na measurement of povert. **The Journal of Human Resources**, v. 25, n. 2, Spring, p. 211- 221, 1988.
- HAYRA, O. **Ciência da Sociedade: nascimento do marxismo leninismo**. Trad. Antonio Pescado Coelho. URSS: Edições Progresso, 1976.
- HALL, Stuart. **Identidade Cultural na pós-modernidade**. Trad. Tomaz Tadeu da Silva; Guacira Lopes Louro. 11. ed. Rio de Janeiro: DP & P, 2006.
- HARDT, Miçael; NEGRI, Antonio. **Multidão: guerra e democracia na era do império**. Trad. Clovis Marques. Rio de Janeiro; São Paulo: Record, 2005.
- HARRISON, Lawcence. **Subdesenvolvimento é um estado de espírito: a questão latino-americana**. Trad. Haroldo Neto. São Paulo: Record, 1985.
- HARVEY, David. **O novo imperialismo**. São Paulo: Loyola, 2004.
- HAWKEN, Lovins e Lovins. **Capitalismo natural: criando a próxima revolução industrial**. 13. ed. São Paulo: Cultrix, 2004.
- HEGEL, George Friedrich. **Filosofia del Derecho**. México: Universidad Nacional Autónoma de México, 1975.
- HEGEL, George Friedrich. **A fenomenologia do espírito**. 2. ed. Trad. Henrique Lima Vazo. São Paulo: Abril Cultural, 1989.
- HILL, C. A. **A Revolução inglesa de 1640**. Lisboa: Presença, 1977.
- HIRSCHMAN, A. **Auge y ocaso de la teoría económica del desarrollo**. El Trimestre Económico. México: Fondo de Cultura Económica, v.47, n. 188, 1980.
- HELFAID, S.M; ROCHA, R; VINHAS, H. Pobreza e desigualdade no Brasil rural: uma análise da recente. **Pesquisa e Planejamento Econômico**, v. 39, n. 1, p. 67-88, 2009.
- HOBART, Mark. Introducción: the growth of ignorance? In: _____. **An Anthropological critique of development: the growth of gnorance**. New York; London: Routledge, 1997.
- HOBSBAWN, Eric J. **Rebeldes Primitivos: estudo sobre formas arcaicas de movimentos sociais nos séculos XIX e XX**. Trad. Walter Dutra. Rio de Janeiro: Zahar, 1978.
- HOBSBAWN, Eric J. **Era dos extremos: breve século XX**. 10. ed. Trad. Marcos Santarrita. Rio de Janeiro: Companhia das Letras, 2008.
- HOCHMAN, G. et al (Org.). **Políticas públicas no Brasil**. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz, 2007.
- HÖFLING, Eloísa de Mattos. Estado e políticas públicas. **Cadernos CEDES**, Campinas, ano 21, n. 55, p. 30-41, nov. 2001.
- HOLANDA, Sérgio Buarque de. **Raízes do Brasil**. 26. ed, Rio de Janeiro: Companhia das Letras, 2008.

HOFFMANN, R. **Distribuição de renda**: medidas de desigualdade e pobreza. São Paulo: EDUSP, 1998.

HOFFMAN, R.; KAGEYAMA, A. Pobreza no Brasil: uma perspectiva multidimensional. **Economia e Sociedade**, Campinas, v. 15, n. 1, jan.-jun. 2006.

HUDSON, H. E.; HAZEN, R. **Droughts and Low Streamflow, in Handbook of Applied Hydrology**. New York: McGraw-Hill; Ed. V. T. Chow, 1964.

IANNI, Octávio. **A era do globalismo**. 9. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007.

IBGE - INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Censo demográfico de 1940**: população e habitação. V. II. Rio de Janeiro: IBGE; Serviço Nacional de Recenseamento, 1950.

IBGE - INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Censo agropecuário**: Bahia: IX recenseamento geral do Brasil - 1980. Rio de Janeiro: IBGE, 1983.

IBGE - INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Brasil**: 500 anos de povoamento. Rio de Janeiro: IBGE, 2000a.

IBGE - INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Censo demográfico**. Rio de Janeiro: IBGE, 2000b.

IBGE - INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Censo demográfico de 2000**. Rio de Janeiro: IBGE, 2002.

IBGE - INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Censo agropecuário - 2006**. Rio de Janeiro: IBGE: 2008.

IBGE - INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Produto interno bruto dos municípios em 2006**. Rio de Janeiro: IBGE, 2008.

IBGE - INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Sinopse do censo demográfico 2010**. Rio de Janeiro: IBGE, 2011.

IBGE - INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Produção agrícola municipal**: culturas temporárias e permanentes. Rio de Janeiro: IBGE, 2011.

IEA - INSTITUTO DE ESTUDOS AVANÇADOS. [Site oficial]. Disponível em: <<http://www.fundaj.gov.br>>. Acesso em: 18 jun. 2011.

INSA - INSTITUTO NACIONAL DO SEMIÁRIDO. **Recursos hídricos em regiões áridas e semiárida**. Campina Grande: INSA, 2011.

INSTITUTO CONTEMPORÂNEO DE PROJETOS E PESQUISA. [Site oficial]. Disponível em: <<http://oinstituto.org.br>>. Acesso em: 18 jun. 2011.

IRPAA – INSTITUTO REGIONAL DA PEQUENA AGROPECUÁRIA APROPRIADA. [Site oficial]. Disponível em: <<http://www.recaatingamento.org.br/quem-somos/metas-do-projeto/>>. Acesso em: 18 jun. 2011.

- ITABERABA produtora do melhor abacaxi da Bahia, ganha fábrica para industrialização dos frutos. **O Paraguaçu**, 15 ago. 2011.
- JACOBI, P. Movimentos sociais: teoria e prática em questão. In: Warren, I.S. (Org.). **Uma revolução no cotidiano?**: os movimentos sociais na América do Sul. São Paulo: Brasiliense. 1987.
- JOBERT, Bruno; MULLER, Pierre. **L'état en action**. Paris: PUF, 1987.
- JOLLIVET, Marcel. O lugar dos camponeses na estrutura de classes: algumas reflexões gerais a partir de um caso particular. **Raízes: Mestrado em Economia e em Sociologia (Rural)**, Campina Grande, p. 5-24, jul.-dez. 1982.
- JORNAL FOLHA DO ESTADO FEIRA DE SANTANA. 12 de junho de 2013, p. 3.
- JORNAL O GLOBO. São Paulo, 26 jul.2012
- JOSÉ, Emiliano. A expansão da Fronteira Agrícola: a marcha para o Oeste do São Francisco. **Cadernos do CEAS**, Salvador, n. 74, p. 8-19, jul.-ago. 1981.
- JULIÃO, Francisco. **Que são as ligas camponesas?**. Rio de Janeiro: Civilização brasileira, 1962.
- KAGEYAMA, Ângela; GRAZIANO DA SILVA, José. O resultado da modernização agrícola dos anos 70. **Cadernos do CEAS**, Salvador, n. 88, p. 25-39, nov.-dez. 1983.
- KINDLEBERGER, C. P. ; **Internacional economics**. HOMEWOOD, Illions: Richard D. Irwin, Inc., 1986.
- KOBIYAMA, M. et al. **Prevenção de desastres naturais**: conceitos básicos. Curitiba: Editora Organic Trading, 2006.
- KOSIK, Rarel. **Dialética do Concreto**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1986.
- KRAYCHETE, Gabriel; COMERFORD, John C. A nova face agrária do Oeste Baiano: diversidades e ambiguidades. **Cadernos do CEAS**, Salvador, n. 132, p. 31-51, mar.-abr. 1991.
- KUHN, Thomas S. **A estrutura das revoluções científicas**. São Paulo: Perspectiva, 2005.
- LAKATOS, Eva Maria. **Sociologia geral**. São Paulo: Atlas, 1982.
- LAMARCHE, Hugues (Coord.). **L'agriculture familial**: une réalité polymorphe. Paris: L'Harmattan, 1993.
- LAMOUNIER, Daniel B.; SOUZA, A. Democracia e reforma institucional no Brasil: uma cultura política em mudança. **Dados**, Rio de Janeiro, v. 34, n. 3, p. 311-347, 1991.
- LANDIM, Leilah. **Sem fins lucrativos**: as Organizações não Governamentais no Brasil. Rio de Janeiro: ISER, 1988.
- LANDIM, Leilah (Org.). **Ações em sociedade**: militância, caridade, assistência etc. Rio de Janeiro: Ed. Nau, ISER, 1998.

- LAVALLE, Adrian Gurza. Crítica ao modelo da nova sociedade civil. In: A humildade do universal: Habermans no espelho de Rawls. **Revista Lua Nova**, São Paulo, n. 42, p. 47-79 1997.
- LASSUÉN, José Ramon. Polos de Crescimento. In: LASSUÉN, J. R. **Ensayos sobre economia regional e urbana**. Barcelona: Ariel, 1976.
- LEAL, Victor Nunes. **Coronelismo, enxada e voto**: o município e o regime representativo no Brasil. São Paulo: Alfa-Ômega, 1975.
- LEFF, Enrique. **Ecologia, capital e cultura**: racionalidade ambiental, democracia participativa e desenvolvimento sustentável. Blumenau. Ed. da FURB, 2000.
- LEFEBVRE, Hneri. **El materialismo dialético**. Trad. Ruben A.N. Laporte. Buenos Aires: Editora La Pleuyade, 1974.
- LE GALES, Patrick. **Developments in french politics 4**. USA: Palgrave, 2007.
- LEITE, Paulo Moreira. Água, emprego e voto. **Revista Época**, out. 2009. Disponível em: <<http://revistaepoca.globo.com/Revista/Epoca/>>. Acesso em: 19 ago. 2010.
- LE MONDE DIPLOMATIQUE BRASIL. ED. 58. 2012. Disponível em: <<http://www.diplomatique.org.br/editorial.php?edicao=58>> Acesso em: 21 dez.2012.
- LEMOS, J. J. S. Desertificação no semi-árido do nordeste. In: OLIVEIRA, T. S. et al. **Agricultura, sustentabilidade e o semi-árido**. Fortaleza: UFC; SBCS, 2000. p. 114-136.
- LEMOS, J. J. S. **Inserção do Maranhão no semiárido do Brasil**. Disponível em: <<http://www.lemos.pro.br/admin/artcientifico/124111604949f9ed91495d2.pdf>>. Acesso em: 30 abr. 2012.
- LEMOS, J. J. S. **Mapa da exclusão social no Brasil**: radiografia de um país assimetricamente pobre. Fortaleza: BNB, 2005.
- LENIN, V. I. **Aliança da classe operária e do campesinato**. Moscovo: Edições Progresso, 1983.
- LENIN, V. I. Resumen de la ‘ciência de la lógica’ de la doutrina del ser. In: _____. **Obras completas**. Moscú: Editorial Progresso, 1986. Tomo 29.
- LÉVI-STRAUSS, Claude. História e dialética. In: _____. **O pensamento selvagem**. Trad. Maria Celeste da Costa e Souza; Almir de Oliveira Aguiar. São Paulo: Nacional, 1979. p. 230-306.
- LIMA, Nísia Trindade. **Um sertão chamado Brasil**: intelectuais e representação geográfica nacional. Rio de Janeiro: IUPRJ; UCAM, 1999.
- LIMA, P. C. R. **O biodiesel e a inclusão social**: consultoria legislativa. Brasília. DF: Câmara os Deputados, 2004. Disponível em: < http://bd.camara.gov.br/bd/bitstream/handle/bdcamara/11142/biodiesel_Inclusão_Lima.pdf?sequence=1>. Acesso em: 10 jan. 2011.

- LINHARES, Luiz Fernando. Comunidade negra rural: um velho tema, uma nova discussão. **Revista Palmares em Ação**, v. 1, n. 1, 2002.
- LOTI, Pierre. **Marinheiro**. Trad. Domingos Guimarães. São Paulo: Laurent & C^a. Editores, 1937.
- LUKÁCS, George. **Os princípios ontológicos fundamentais de Marx**. São Paulo: Ciências Humanas, 1979.
- LUKÁCS, George. **Per uma ontogia dell'essere sociale**. Roma: Riuniti, 1991. v. 1, 2.
- MACEDO, Roberto Sidnei. **Etnopesquisa crítica, etnopesquisa-formação**. Brasília, DF: Liber Livro Editora, 2006.
- MAGALHÃES, Basílio de. Expansão geográfica do Brasil Colonial. 4. ed. São Paulo: Nacional; Brasília, DF: ILN, 1987.
- MAIS de 70% do território argentino é árido ou semi-árido. Disponível em: <<http://noticias.ambientebrasil.com.br/clipping/2004/08/11/15622-mais-de-70-do-territorio-argentino-e-arido-ou-semi-arido.html>>. Acesso em: 25 maio 2012.
- MALUF, Rosemma. A regionalização do Orçamento Geral da União. **Tribuna da Bahia**, Caderno Economia, p. 6, 5 maio 2012.
- MALVEZZI, Roberto. **Império do sol**. São Paulo: Edições Paulinas, 1985.
- MARCUSE, Herbert. **Ideias sobre uma teoria crítica da sociedade**. 2. ed. Rio de Janeiro: Zahar, 1981.
- MARCUSE, Herbert. **Tecnologia, guerra e fascismo**. São Paulo: Unesp, 1998.
- MARTINS, José de Souza. **O cativo da terra**. São Paulo: Ciências Humanas, 1979.
- MARTINS, José de Souza. **Os camponeses e a política no Brasil**. Petrópolis: Vozes, 1981.
- MARTINEZ, Paulo Henrique. **Vida e Morte no serão: história das secas no Nordeste nos séculos XIX e XX**. São Paulo: ÁTICA, 2000.
- MARX, Karl. **A questão judaica**. Rio de Janeiro: Laemmert, 1969.
- MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. **Introdução crítica à economia política**. São Paulo: Abril Cultural, 1974. V. 35. Col. Os Pensadores.
- MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. **Textos**. São Paulo: Edições Sociais, 1975a. 1 v.
- MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. Discurso no People's Paper. In: Marx, K.; Engels, F. **Obras escogidas de Marx y Engels**. Madrid: Fundamentos, 1975b, 2 v.
- MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. **A ideologia alemã**. Trad. Conceição Jardim e Eduardo Nogueira. Lisboa: Presença; Martins Fontes, 1976. 2 v.
- MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. **Formações econômicas pré-capitalistas**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1977.

- MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. **Miséria da Filosofia**: resposta à Filosofia da Miséria, do Sr. Proudhon. Trad. José Paulo Netto. São Paulo: Livraria de Ciências Humanas, 1982.
- MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. **O manifesto comunista**. 5. ed. São Paulo: CHED, 1984.
- MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. **Teorias da mais valia**. São Paulo: Difel, 1983. V. 2
- MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. O manifesto comunista. In: REIS FILHO, Daniel Aarão et al. **O manifesto comunista 150 anos depois**. Rio de Janeiro: Contraponto, 1997.
- MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. **A Sagrada Família ou a crítica da Crítica crítica contra Bruno Bauer e consortes**. São Paulo: Boitempo, 2003.
- MATALLO JÚNIOR, Heitor. A desertificação no Brasil. In: OLIVEIRA, T. S. et al. **Agricultura, sustentabilidade e o Semi-Árido**. Fortaleza: UFC; SBCS, 2000. p. 89-113.
- MATALLO JÚNIOR, Heitor. **Indicadores de desertificação**: histórico e perspectivas. Cadernos da UNESCO Brasil, Brasília, DF: UNESCO, 2001. (Série Meio Ambiente e Desenvolvimento, v. 2).
- MATTEI, Lauro et al. **Institucionalidade e protagonismo político**: os 10 anos do CONDRAF. Brasília, DF: CONDRAF, 2010.
- MCLEISH, E. **A expansão dos desertos**. 3. ed. Tradução de M. T. B. Porto; D. C. Campos. São Paulo: Scipione, 1997.
- MCNEELY, J. A. et al. **Conserving World's Biological Diversity**. Gland e Washington: IUCN/WRI/Conservation International/World Wildlife Fund-US/The World Bank, 1990.
- MDS - MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO SOCIAL E COMBATE À FOME. [Site institucional]. Disponível em: <www.mds.gov.br>. Acesso em: 25 maio 2010.
- MEDEIROS, L. et al. (Org.). Reassentamentos de atingidos pelas barragens da Bacia do Rio Uruguai. In: _____. **Assentamentos rurais**: uma visão multidisciplinar. São Paulo: Unesp, 1994.
- MEDEIROS, Salomão de Sousa et al. **Recursos hídricos em regiões semiáridas**. Campina Grande: Instituto Nacional do Semiárido-INSA, 2011.
- MELLO, E. C. **O nordeste agrário e o Império**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira; Brasília: INL, 1984.
- MELLO E SOUZA, Laura de. **Os desclassificados do ouro**: a pobreza mineira no século XVIII. Rio de Janeiro: Graal, 1982.
- MELLO, J. M. C. **O capitalismo tardio**: contribuição à revisão crítica da formação e do desenvolvimento da economia brasileira. São Paulo: Brasiliense, 1998.
- MENDES, Jefferson M. G. **A região econômica de Von Thunen**. Economia regional e urbana: notas de aula. Disponível em: <www.jefersonmngmendes.com/arquivos/edu>. Acesso em: 25 maio 2010.
- MENDRAS, Henri. **Sociedades camponesas**. São Paulo: Zahar, 1978.

- MÉSZÁROS, István. **A educação para além do campo**. 2. ed. São Paulo: Boitempo, 2005.
- METÁLICA. Disponível em: <<http://www.metalica.com.br/importacao-de-aco-bate-recorde-e-deve-chegar-a-20-do-consumo-nacional>> Acesso em: 13 mar. 2012.
- MILIBAND, Ralph. Análise de classes. In: GIDDENS, Anthony; TURNER, Jonathan. **Teoria social hoje**. São Paulo: UNESP, 1987.
- MINAYO, M. C. S.; DESLANDES, S. F; GOMES, R. **Pesquisa social: teoria, método e criatividade**. 26. ed. Petrópolis: Vozes, 2007.
- MINERAÇÃO na Bahia. **A Tarde**, Salvador, 31 maio 2011. Caderno especial.
- MIRANDA, Carlos; TIRBURCIO, Breno (Org.). **A nova cara da pobreza rural: desafios para as políticas públicas**. Brasília, DF: IICA, 2012. (Série Desenvolvimento Sustentável nº 16).
- MOISÉS, Álvaro et al. **Cidade, povo e poder**. Rio de Janeiro: Paz e Terra; CEDEC, 1982.
- MONTAÑO, Carlos. **Terceiro setor e questão social: crítica ao padrão emergente de intervenção social**. São Paulo: Cortez, 2002.
- MONTEIRO, John M. **Tupis, Tapuias e historiadores: estudo de historiografia indigenista e do indigenismo**. 2001. Tese (Concurso Livre Docente)- Universidade Estadual de Campinas – UNICAMP, Depto. de Antropologia, Campinas, SP, 2001.
- MONTENEGRO, João Alfredo de Sousa. **Ideologia e conflito no nordeste rural**. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1976.
- MONTIBELLER-FILHO, Gilberto. **O mito do desenvolvimento sustentável: meio ambiente e custos sociais no moderno sistema produtor de mercadorias**. 1999. Tese (Doutorado em Ciências Humanas)- Universidade Federal de Santa Catarina – UFSC, Programa Interdisciplinar de Doutorado em Ciências Humanas: Sociedade e Meio Ambiente, CFH, Florianópolis, 1999.
- MORA, José Freitas. **Dicionário de Filosofia**. Buenos Aires: [s.n.], 1958.
- MOREIRA, Roberto José. Ruralidade e globalizações: ensaiando uma interpretação. In: MOREIRA, Roberto José (Org.). **Identidades sociais: ruralidades no Brasil contemporâneo**. Rio de Janeiro: DP&A, 2005.
- MOREIRA, A. R. B; HELFAND, S. M; FIGUEIREDO, A. M. R. **Explicando as diferenças de pobreza entre os produtores agrícolas no Brasil**. Paper apresentado no SOBER, 2010.
- MORIN, Edgar. **Terra Pátria**. Trad. Paulo Neves. Porto Alegre: Editora Sulina, 1995.
- MOSCHETTI, Marcelo. Crises e revoluções: a revolução copernicana segundo Thomas Kuhn. **Revista Anacleto**, Guarapuava, Paraná, v. 5, n. 1, p. 45-54, jan.-jun. 2004.
- NAESS, A. Ecology: the shallow and the deep. In: CAHN, M. A; O'BRIEN, R. (Ed.). **Trinking about the environment: readings on politics, property and the physical world**. London: M. E. Sharpe, 1996.
- NAIM, Moisés. A Revolução mais importante. **Folha de São Paulo**, São Paulo, 31 maio 2013, Caderno A14 Mundo.

- NASCIMENTO, Abdias. **O quilombismo**. Petrópolis: Vozes, 1980.
- NEVES, Erivaldo Fagundes (Org.). **Sertões da Bahia**: formação social, desenvolvimento econômico, evolução política e diversidade cultural. Salvador: ARCADIA, 2011.
- NIMER, Edmon. Desertificação: realidade ou mito? **Revista Brasileira de Geografia**, IBGE, RS, ano 50, n. 01, jan.-mar. 1988.
- NOGUEIRA, Marco Aurélio. Sociedade civil, entre o político-estatal e o universo gerencial. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, São Paulo, n. 52, jun. 2003.
- NOVAES, Henrique. Um inquerito dos “Diários Associados” sobre a obra da revolução: combate às secas do Nordeste. **Revista do Clube de Engenharia**, Rio de Janeiro, n. 8, p. 360-372, maio, 1935.
- OBWECTBE, Hayra ob. **Ciência da Sociedade**: nascimento do marxismo-leninismo. Trad. Antonio Pescada Coelho. Moscovo: Edições Progresso, 1980.
- OFFE, Claus. **Problemas estruturais do Estado capitalista**. Rio de Janeiro: Tempo e Presença, 1984.
- OFFE, Claus. Algumas contradições do Estado Social moderno. In: _____. **Trabalho e sociedade**: problemas estruturais e perspectivas para o futuro da sociedade do trabalho. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1991. v. 2.
- OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino de. **A geografia das lutas no campo**. 11. ed. São Paulo: Contexto, 2002.
- OLIVEIRA, Francisco de. **A Economia da dependência imperfeita**. 3. ed. Rio de Janeiro: Graal, 1977.
- OLIVEIRA, Francisco de. **Elegia para uma re(li)gião**: Sudene, Nordeste, planejamento e conflitos de classes. 6. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1993.
- OLIVEIRA, Francisco de. **O Ornitorrinco**. São Paulo: Boitempo, 2003.
- OLIVEIRA, Francisco; PAOLI, Célia (Org.). **Os sentidos da democracia**. Petrópolis: Vozes, 2000.
- OLIVEIRA, Ildes F. de. Ideologia dominante e ideologias dominadas. **Cadernos do CEAS**, Salvador, n. 104, 1986.
- OLIVEIRA, Ildes F. de. **A luta pela autonomia e participação política dos camponeses**: um estudo nas micro-regiões de Feira de Santana e Serrinha, no Estado da Bahia. 1987. Dissertação (Mestrado em Sociologia Rural) - Universidade Federal da Paraíba – UFPB, Campina Grande, 1987.
- OLIVEIRA, Ildes F. et. al. **Relatório Analítico**: projeto "Gestão de Territórios Rurais" - CNPq/MDA/SDT. Feira de Santana: MDA; SDT, 2011.
- OLIVEIRA, Silvio Luiz de. **Metodologia científica aplicada ao Direito**. São Paulo: Thomson, 2002.

ONG REPORTER BRASIL. O Brasil dos agrocombustíveis: soja, mamona. 2009. Disponível em: <http://reporterbrasil.org.br/documentos/o_brasil_dos_agrocombustiveis_v4.pdf>. Acesso em: 11 ago. 2012.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS – ONU. **Convenção das Nações Unidas sobre a Luta contra a Desertificação** (resolução 49/115). 1994.

OSSOWSKY, Stanilav. **Estructura de clase y conciencia social**. Barcelona: Península, 1969.

PAIVA, Arlicelio de Queiroz et al. O deserto de Surubabel. Comunicação. **Bahia Agrícola**, Salvador, v. 8, n. 1, p. 21-23, nov. 2007.

PAIVA, F. A.; ASMUS, G. L.; ARAÚJO, A. E. Doenças. In: _____. **Algodão tecnologia de produção**. Dourados: EMBRAPA-CPAO; CNPA, 2001.

PAIXÃO, Clodoaldo A.; OLIVEIRA, Ildes F. de; BAPTISTA, N. de Quintella. **Diagnóstico de áreas de assentamentos dos territórios da Bahia, Ceará e Pernambuco**. Feira de Santana: CETRA/COOPAGEL/MOC, 2005.

PALACIOS, Juan José. El contrapartida regional de la dimensión de los procesos sociales. **Revista Intereamericana de Planificación**, México, v. 17, n. 66, p. 56-86, 1983.

PAOLI, Maria Célia. Empresas e responsabilidade social: os enredamentos da cidadania no Brasil. In: SANTOS, Boaventura de Sousa (Org.). **Democratizar a democracia: os caminhos da democracia participativa**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002.

PARDO, Octávio Perez. Solos e lutas contra la desertificación em Argentina. In: CONFERÊNCIA SUL-AMERICANA SOBRE O COMBATE À DESERTIFICAÇÃO, 1., 2004. **Anais...** Fortaleza-CE, agosto de 2004. Disponível em: <<http://noticias.ambientebrasil.com.br/clipping/2004/08/11/15622-mais-de-70-do-territorio-argentino-e-arido-ou-semi-arido.html>>. Acesso em: 18 jun. 2012

PATRÍCIOS Y OLIVARES, Guillermo de Jesus. Revoltas Camponesas no Brasil Escravista. A “Guerra dos Marimbondos” (Pernambuco, 1851-52). Cidade do México. **Almanack Braziliense**, n. 3, maio, 2006.

PEALINCK, Jean. A Teoria do desenvolvimento regional polarizado. In: SCHUWARZMAN, Jaques (Org.). **Economia regional**. Belo Horizonte: Cedeplan, 1977.

PELAEZ, Victor; SMRESANYI, Támas (Org.). **Economia da inovação tecnológica**. São Paulo: Hucitec, 2006.

PEDRÃO, Fernando. **Estratégia de desenvolvimento econômico e social para o Maranhão**. São Luis: Secretaria de Planejamento do Estado do Maranhão, 1982.

PEDRÃO, Fernando. **Uma introdução à pobreza das nações**. Petrópolis: Vozes, 1991.

PEDRÃO, Fernando. **Raízes do capitalismo contemporâneo**. São Paulo: Hucitec, 1995

PEDRÃO, Fernando. **A industrialização na Bahia**. Salvador: IPS, 1996.

PEDRÃO, Fernando. **Economia, política e poder na periferia globalizada**. Salvador: PODIVM, 2009.

- PEDRÃO, Fernando. Rever o Semi-árido. **Bahia Análise & Dados**, Salvador, v. 18, n. 2, p. 193-199, jul.-set. 2010a.
- PEDRÃO, Fernando. **A economia da tecnologia imperfeita**. Salvador: IPS, 2010b.
- PEDRÃO, Fernando. **Rumo a uma economia política da tecnologia**. Salvador: IPS, 2010c.
- PEDRÃO, Fernando. **O extrativismo e a periferia da produção; notas sobre a experiência do Estado da Bahia**. Salvador, 2012. Disponível em: <<http://www.google.com.br/url?sa=t&rct=j&q=&esrc=s&frm=1&source=web&cd=11&ved=0CEsQFjAAOAo&url=http%3A%2F%2Fwww.corecon->>. Acesso em: 11 ago. 2012.
- PEREIRA, Fábio Batista. Poder, memória e região: a experiência da Liga Camponesa de Terra Vermelha no contexto da crise da economia de Cachoeira-Ba (1955-64). In: SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA, 26., 2011, São Paulo. **Anais...** São Paulo: ANPUH, 2011.
- PERROUX, Francis. Considerações em torno de la noción de Pólo de Crescimento. **Cuadernos de la Sociedad Venezolana de Planificación**, Caracas, v. 2, n. 3, p. 1-10, jan.-jul. 1963.
- PERROUX, Francis. O conceito de polo de crescimento. In: SCHARTZMAN, Jaques (Org.). **Economia Regional**. Belo Horizonte: Cedeplar, 1977.
- PERROUX, Francis. **Região e organização espacial**. 6. ed. São Paulo: Ática, 1998.
- PERUCCI, Gadiel. A formação histórica do Nordeste e a questão regional. In: MARANHÃO, S. (Org.). **A questão Nordeste: estudos sobre formação histórica, desenvolvimento e processos político-ideológicos**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1984.
- PINHEIRO, Paulo Sérgio. O conceito de sociedade civil. Rio de Janeiro, PUC, 1998. Disponível em: <http://www2.dbd.puc-rio.br/pergamum/tesesabertas/0310315_05_cap_04.pdf>. Acesso em: 20 dez. 2011.
- PINTO, Almiro Moreira et al. **Projeto Áridas: uma alternativa de desenvolvimento sustentável para o Nordeste**. GTI – Recursos Naturais e Meio Ambiente. Brasília, DF: IICA; Ministério da Integração, [198-]. s/d.
- PINTO, João R. Lopes. **A cultura cívica além do individualismo: o caso do orçamento participativo de Porto Alegre**. 1998. Dissertação (Mestrado em Educação)- Instituto Universitário de Pesquisa do Rio de Janeiro - IUPERJ, Rio de Janeiro, 1998.
- PINTO, João R. Lopes. Desejo, necessidade e viabilidade da utopia solidária. **Revista Democracia Viva**, Rio de Janeiro, n. 10, p. 76-79, mar.-jun. 2001.
- PITOMBO, João Pedro do. Indicadores sociais mostram Bahia entre a miséria e o desenvolvimento. **A Tarde**. Disponível em: <http://atarde.uol.com.br/economia/noticia.jsf?id=5626617>. Acesso em: 30 abr. 2012.
- PIZA, Daniel. **Euclides da Cunha: trechos de Os Sertões**. São Paulo: Paz e Terra, 1977.
- POLANYI, Karl. **A grande transformação**. Rio de Janeiro: Campus, 2000.
- POLITZER, George. **Princípios elementares de Filosofia**. Lisboa: Prelo, 1979.

POMPA, Cristina. Memórias do fim do mundo: o movimento de Pau de Colher. **Revista USP**, nº 82, p. 68-87, São Paulo, jun-ago., 2009.

POPPER, Karl R. **A lógica da pesquisa científica**. São Paulo: Cutrix, 1975.

PORTAL DO MEIO AMBIENTE. [Portal institucional]. Disponível em: <<http://portaldomeioambiente.org.br/editorias>>. Acesso em: 28 abr. 2012.

PORTAL SÃO FRANCISCO. **O Brasil é signatário da Convenção das Nações Unidas de Combate à Desertificação**. Disponível em: <<http://www.portalsaofrancisco.com.br/alfa/meio-ambiente-desertificacao-no-brasil/desertificacao-no-brasil.php>>. Acesso em: 27 dez. 2011.

POSSAS, M. Luiz. Concorrência, inovação e complexos industriais: algumas questões conceituais. **Cadernos de Ciência & Tecnologia**, São Paulo, v. 8, n. 1/3, p. 70-100, 1991.

POSSAS, M. Luiz. **Economia evolucionária neo-schumpeteriana**: elementos para uma integração micro-macroeconômica. São Paulo: Instituto de Estudos Avançados da USP, 2007. Disponível em: <<http://www.iea.usp.br/iea/evolusociais/possasneoschumpeteriana.pdf>>. Acesso em 4 out. 2010.

POULANTZAS, Nicos. **Poder político e classes sociais**. Trad: Francisca Silva. São Paulo: Martins Fontes, 1977.

POULANTZAS, Nicos. **As classes sociais no capitalismo de hoje**. 2. ed. Trad: Antonio Neiva Blundi. Rio de Janeiro: Zahar, 1978.

PRADO JÚNIOR, Caio. **Evolução política do Brasil e outros estudos**. 7. ed. São Paulo: Brasiliense, 1971.

PRADO JÚNIOR, Caio. **História econômica do Brasil**. 12. ed. São Paulo: Brasiliense, 1976.

PROTÁSIO, Alexandre Reinaldo. O marxismo gramsciano: política e liberdade. **Revista Espaço Acadêmico**, São Paulo, n. 83, abr. 2008. Disponível em: <<http://www.espacoacademico.com.br/083/83protasio.htm>>. Acesso em: 8 set. 2012.

PROUDHON, P. J. **O que é a propriedade**. São Paulo: Martins Fontes, 1988.

PUTMAN, Roberto D. **Comunidade e democracia**: a experiência da Itália moderna. Rio de Janeiro: Editora FVG, 1996.

RAMOS, Leonardo César Souza. **A sociedade civil em tempo de globalização**: uma perspectiva gramsciana. 2005. Tese (Doutorado em Relações Internacionais)- Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2005.

RAUEN, Fábio José. **Elementos de iniciação à pesquisa**. Rio do Sul, SC: Nova Era, 1999.

REBOUÇAS, Luciana; ALBAN, Renato. Pior seca em 80 anos já matou um milhão de bois no Semiárido baiano. **Correio da Bahia**, Salvador, 28 abr. 2013.

A REGIONALIZAÇÃO do orçamento geral da União. **Tribuna da Bahia**, Caderno econômico, p. 6, edição 5 maio 2012.

REIS, A. **Obras novas contra as sêcas (executadas de 3 de setembro de 1915 a 31 de outubro de 1918)**. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1920.

REIS, Fábio Wanderley. Cidadania, mercado e sociedade civil. In: DINIZ, Eli; LOPES, José. Sergio Leite; PRANDI, Reginaldo (Org.). **O Brasil no rastro da crise**. São Paulo: ANPOCS; HUCITEC; IPEA, 1994.

REIS, João José. **Rebelião escrava no Brasil: a história do levante dos malês em 1835**. São Paulo: Cia. das Letras, 2003.

REY, Pierre-Philippe. **As alianças de classe**. Coimbra: Atlântida, 1979.

RIBEIRO, Darcy. **O povo brasileiro**. Rio de Janeiro: Civilização, 1984.

RIBEIRO, Manoel Bomfim. **A potencialidade do semi-árido brasileiro**. Rio de Janeiro: Publicação independente, 2007.

RIBEIRO, Manoel Bomfim. **A seca no Estado da Bahia**. Disponível em: <http://www.upb.org.br/uniao-dos-municipios-da-bahia/informativos-e-noticias/index.php?id=9133&pag=10> . Acesso em: 22 jun. 2013.

RIBEIRO, Sílvia Dória de Almeida. **Caprinocultura: criação racional de caprinos**. São Paulo: AMPUB Comercial, 2006.

RIBOT, Jesse C.; NAJAM, Adil; WATSON, Gabrielle. Variação climática, vulnerabilidade e desenvolvimento sustentável nas regiões semi-áridas. In: CONFERÊNCIA INTERNACIONAL SOBRE IMPACTOS DE VARIAÇÕES CLIMÁTICAS E DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL EM REGIÕES SEMIÁRIDAS 1992, Fortaleza. **Anais...** Fortaleza: BNB, 1992.

RICHARDSON, Harry W. **Economia regional**. Rio de Janeiro: Zahar, 1975.

RICHARDSON, Roberto J. **Metodologia da pesquisa em ciências sociais: um tratamento conceitual**. São Paulo: EPU, 1999.

RICHARDSON, Roberto J. **Pesquisa social: métodos e técnicas**. 3. ed. São Paulo: Atlas, 2007.

RIST, Gilbert. **The History of Development. From Western Origin to Global Faith**. London and New York, 1997.

RISTOW, William Wilber. **Etapas do desenvolvimento**. Rio de Janeiro: Zahar, 1974.

RMAS, Jurgen. **Teoria de la acción comunicativa**. Madrid: Taurus, 1987. 2 v.

ROBOCK, Stefan H. **O desenvolvimento econômico regional: o Nordeste brasileiro**. Rio de Janeiro: Fundo de cultura, 1964.

ROCHA, Sonia. Estimativa de linhas de indigência e de pobreza: opção metodológica no Brasil. In: HENRIQUES, Ricardo (Org.). **Desigualdade e pobreza no Brasil**. Rio de Janeiro: IPEA, 2000a.

- ROCHA, Sonia. **Pobreza e desigualdade no Brasil**: o esgotamento dos efeitos distributivos do Plano Real. Rio de Janeiro: IPEA, 2000b.
- ROCHA, Sonia. **Pobreza no Brasil**: afinal de que se trata? Rio de Janeiro: FGV, 2003.
- ROCHA, S.; KAGEYAMA, A. A pobreza no Brasil: uma justificativa multidimensional. **Economia e Sociedade**, Campinas, v. 15, n. 26, p. 79-112, jan.-jun. 2000.
- ROLIM, Cássio. **É possível a existência de sistemas regionais de inovação em países subdesenvolvidos?** São Paulo: Nereus-USP; TD; Nereus, 2004.
- ROSA, João Guimarães. **Grandes Sertões**: veredas. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2001.
- ROSSI, G. et al. On Regional Drought Estimation and Analysis. **Water Resources Management**, n. 6, p. 249-277, 1992.
- ROSSI, Marta C. Timóteo; ALCOFORADO, Ihering Guedes. Por uma nova estratégia de desenvolvimento regional: alianças estratégicas entre redes produtivas globais e os *clusters* regionais. **Revista Desembahia**, Salvador, v.7, n. 12, p. 159-186, mar. 2010.
- RUDIO, Franz Victor. **Introdução ao projeto de pesquisa científica**. 22. ed. Petrópolis, Rio de Janeiro: Vozes, 1998.
- SACHS, Ignacy. **Ecodesenvolvimento: crescer sem destruir**. São Paulo: Vértice. 1986.
- SACHS, Ignacy. Estratégias de transição para o século XXI. In: BURSZTYN, M. **Para Pensar o Desenvolvimento Sustentável**. São Paulo: Brasiliense, 1993. p. 29-56.
- SACHS, Ignacy. **Desenvolvimento. Includente, Sustentável, Sustentado**. Rio de Janeiro: Garamond, 2004.
- SACHS, Ignacy. **Rumo à Ecosocioeconomia - Teoria e Prática**. São Paulo: Cortez Editora, 2007.
- SACHS, Wolfgang. (Org.). **Dicionário do desenvolvimento**: Guia para o conhecimento como poder. Petrópolis: Vozes, 2000.
- SADER, Emir. **Estado e política em Marx**. São Paulo: Cortez, 1993.
- SALAMA, Pierre. A Pobreza na América Latina e seu combate no meio rural brasileiro. In: MIRANDA, Carlos; TIRBÚRCIO, Breno (Org.). **A nova cara da pobreza rural**: desafios para as políticas públicas. Brasília, DF: IICA, 2012. (Série Desenvolvimento Sustentável nº 16).
- SALES, Heberto. **Garimpos da Bahia**: documentário da vida rural nº 8. Rio de Janeiro: Ministério da Agricultura, 1955.
- SALES, Marta Celina Linhares. Evolução dos estudos de desertificação no nordeste brasileiro. São Paulo: **GEOUSP – Espaço e Tempo**, São Paulo, n. 14, p. 9-19, 2003.
- SAMPAIO, Marcus Guedes Vaz. Reflexões sobre o processo histórico de subdesenvolvimento econômico do semi-árido baiano. **Bahia Análise & Dados**, Salvador, v.18, n. 2, p. 211-222, jul.-set. 2010.

SANTIAGO, Ariosvado Novais; LARANJEIRAS, Luiz Alberto Passos; MAGALHÃES, Jacques. **Avaliação de híbridos de manona nos cerrados do Este Baiano**. Disponível em: <<http://www.cnpa.embrapa.br/produtos/mamona/publicacoes/cbm3/trabalhos/MELHORAMEN TO%20GENETICO/MG%2035.pdf>>. Acesso em: 8 jun. 2012.

SANTOS, Cláudio Feliz dos; RIO FILHO, Jorge Ney V.; SOUSA, Gutierrez Barbosa Gaspar de. O semi-árido baiano e o agronegócio dos “biocombustíveis”: problematizando a região de Irecê-Ba (primeiras aproximações). **Revista Pegada**, São Paulo, v. 9, n. 2, dez. 2008.

SANTOS, Domingos dos. Teorias de inovação de base territorial. In: COSTA, José Silva (Coord.). **Compêndio de economia regional**. 2. ed. Coimbra: APDR, 2005.

SANTOS, Laymert Garcia dos. Tecnologia, perda do humano e crise do sujeito de direito. In: OLIVEIRA, Francisco; PAOLI, Célia (Org.). **Os sentidos da democracia**. Petrópolis: Vozes, 2000.

SANTOS, Milton. **Técnica, espaço e tempo**: globalização e meio técnico-científico-informacional. São Paulo: Hucitec, 1984.

SANTOS, Milton. **A urbanização brasileira**. São Paulo: Hucitec, 1993.

SANTOS, Milton. Globalização e política. **Cadernos da Escola do Legislativo**, Belo Horizonte, v. 3, n. 6, p. 9-23, jan.-jun. 1998.

SANTOS, Milton. **Modo de produção técnico-científico e diferenciação espacial**. Rio de Janeiro: Giramond, 1999.

SANTOS, Milton. **Território e Sociedade**. São Paulo: Fundação Abreu Abramo, 2000.

SANTOS, Milton. **Por uma outra globalização**: do pensamento único à consciência universal. São Paulo: Record, 2001.

SANTOS, Milton. **Economia espacial**. São Paulo: Universidade de São Paulo, 2003.

SANTOS, Milton. **O espaço dividido**: os dois circuitos da economia urbana dos países subdesenvolvidos. São Paulo: Edusp, 2004.

SANTOS, Milton. **A economia espacial**. São Paulo: EDUSP, 2007.

SANTOS, Milton. **A natureza do espaço**. São Paulo: Edusp, 2008.

SANTOS, Milton; OLIVEIRA, M. C. (Org.). **O Brasil**: território e sociedade no início do século XXI. Rio de Janeiro: Record, 2001.

SANTOS, Rinaldo dos. **A revolução nordestina-1**: a epopéia das secas. Recife: Editora Tropical, 1884.

SANTOS, Theotônio. **Concepto de clases sociales**. 2. ed. Buenos Aires: Editorial Galerna, 1974.

SAQUET, Marcos. **Por uma geografia das territorialidades e das temporalidades**: uma concepção multidimensional voltada para a cooperação e para o desenvolvimento territorial. São Paulo: Outras Expressões, 2011.

SCHENKEL, C. S.; MATALLO JÚNIOR, H. (Org.). **Desertificação**. 2. ed. Brasília, DF: UNESCO, 2003. 82 p.

SCHNEIDER, Sérgio (Org.). **A diversidade da agricultura familiar**. Porto Alegre: UFRGS Editora, 2006.

SCHERRER-WARREN, Ilse; LUCHMAN, Ligia H. Situando o debate sobre movimentos sociais e sociedade civil no Brasil – Introdução. **Política e Sociedade**, São Paulo, n. 5, out. 2004.

SCJNEEBERG, C.; FRAGA, L. Antonio. **Geografia do Brasil: teoria e prática**. 1. ed. rev. São Paulo: RIDEEL, 2003.

SCHUMPETER, J. A. **A teoria do desenvolvimento econômico: uma investigação sobre lucros, capital, crédito, juro e o ciclo econômico**. São Paulo: Abril Cultural, 1982.

SCHWARTZ, Stuart B. Mentalidades e estruturas sociais no Brasil colonial: uma resenha coletiva. **Revista Economia & Sociedade**, Campinas, n.13, p. 129-153, 1999.

SEAGRI - SECRETARIA DA AGRICULTURA, PECUÁRIA, IRRIGAÇÃO, REFORMA AGRÁRIA, PESCA E AQUICULTURA. [Site oficial]. Disponível em: <<http://www.seagri.ba.gov.br>>. Acesso em: 8 mar. 2012.

SEBRAE. [Site oficial]. Disponível em: <<http://www.sebrae.com.br>>. Acesso em: 30 abr. 2012.

SEMI - ÁRIDO baiano: desafios e perspectivas. **Bahia Análise & Dados**, Salvador, v. 18, n. 2, p. 185 – 330, jul./set. 2008

SEN, Amartya Kumar. **Desenvolvimento com liberdade**. Tradução Laura Teixeira Motta. São Paulo: Companhia das Letras, 2008.

SEN, Amartya Kumar. **Uma ideia de justiça**. São Paulo: Companhia das Letras, 2011.

SEI. [Site oficial]. Disponível em: <<http://www.sei.ba.gov.br>>. Acesso em: 30 abr. 2012.

SEPLAN. [Site oficial]. Disponível em: <<http://www.seplan.ba.gov.br>>. Acesso em: 30 abr. 2012.

SEVERINO, Antônio Joaquim. **Metodologia do trabalho científico**. 21. ed. São Paulo: Cortez, 2000.

SILVA, Ardemirio de Barros. **Sistemas de informações geo-referenciadas conceitos e fundamentos**. São Paulo: UNICAMP, 1999.

SILVA, C. P. As secas no Nordeste. **Revista Polytechnica**, São Paulo, n. 113, p. 43-66, jan.-fev. 1934.

SILVA, J. T. **Raízes da ideologia do planejamento: Nordeste (1889-1930)**. São Paulo: Livraria Editora Ciências Humanas Ltda., 1978.

SILVA, Roberto Marinho Alves da Silva. **Entre o combate à seca e a convivência com o semi-árido: transições paradigmáticas e sustentabilidade para o desenvolvimento**. Fortaleza: BNB, 2008.

- SINGER, Hans W. **Estudo sobre o desenvolvimento econômico do Nordeste**. Recife: Comissão de Desenvolvimento Econômico de Pernambuco, 1962.
- SINGER, Paul. **Dominação e desigualdade: estrutura de classes e repartição de renda no Brasil**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1981.
- SINGER, Paul. **Repartição de Renda: ricos e pobres sob o regime militar**. Rio de Janeiro: Zahar, 1986.
- SINGER, Paul. **Uma utopia militante. repensando o socialismo**. Petrópolis: Vozes, 1998.
- SOROKIN, Pitirim A. O que é uma classe social. In: VELHO, Otávio Guilherme et al. **Estrutura de classes e estratificação social**. 6. ed. Trad. Luis Antônio Machado da Silva. São Paulo: Zahar, 1976.
- SOUSA SANTOS, Boaventura de. **Pela mão de Alice: o social e o político na pós-modernidade**. São Paulo: Cortez, 1999.
- SOUSA SANTOS, Boaventura de (Org.). **A globalização e as ciências sociais**. São Paulo: Cortez, 2002.
- SOUZA, E. **O calvário da secas**. 3. ed. Rio de Janeiro: Editora Cátedra, 1983.
- SOUZA FILHO, Francisco de A. A política nacional de recursos hídricos: desafios para sua implantação no semiárido brasileiro. In: MEDEIROS, Salomão de Sousa et al. **Recursos hídricos em regiões semiáridas**. Campina Grande: Instituto Nacional do Semiárido - INSA, 2011.
- SOUZA, José Patrocínio de. **História das ligas camponesas no Brasil**. 2012. Disponível em: < <http://www.webartigos.com/artigos/historia-das-ligas-camponesas-no-brasil/94186/>>. Acesso em: 8 dez. 2012.
- SOUZA, Neil de Jesus. **Desenvolvimento econômico**. São Paulo: Atlas, 1993.
- SOUZA, Neil de Jesus. **Desenvolvimento regional**. São Paulo: Atlas, 2009.
- SOUZA, Paulo de Tarso Moraes. A indústria da seca e a indústria da captação: um paralelo que envergonha. **Cadernos do CEAS**, Salvador, n. 35, jan.-fev. 1975.
- SOTO, William Héctor Gómez. A dialética do desenvolvimento regional: capital social, democracia, redes empresariais e dinâmicas territoriais. In: BECKER, Dinizar F.; SPÍNOLA, Noélio Dantaslé. **Política de localização industrial e desenvolvimento regional: a experiência da Bahia**. Salvador, 2003.
- STÉDILE, João Pedro. A luta pela reforma agrária e a produção de conhecimento. **Cadernos do INTERRA**, Viranópolis, RS, ano 7, n. 14, dez. 2007.
- SUDENE. [Site oficial]. Disponível em: < <http://www.sudene.gov.br>>. Acesso em: 8 mar. 2012.
- SUNYER, Roger; BORJA, Jordi. Ver uma cidadania europeia. Els drets civis i socials: des de la perspectiva dels poders locals. **Econcert**, Barcelona, n. 47, 1997.
- SUNG, Jung Mo. **A idolatria do capital e a morte dos pobres**. São Paulo: Edições Paulinas, 1989.

TAVARES, Maria da Conceição et al. **Seca e poder**: entrevista com Celso Furtado. São Paulo: Perseu de Abramo, 1996.

TAVARES, Paulino Varela et al. Economia Neoschumpeteriana: expoentes evolucionários e desafios endógenos da indústria brasileira. **Revista Economia**: Ensaios, Uberlândia, v. 20, n. 1, p. 105-120, dez. 2005.

TAVARES, M. A. **Os fios (in)visíveis da produção capitalista**: informalidade e precarização do trabalho. São Paulo: Cortez, 2004.

TEIXEIRA, Anísio. O alto sertão da Bahia. **Revista do Instituto Geográfico e Histórico da Bahia**, Salvador, v. 52, p. 295-309, 1926.

TEIXEIRA, Elenaldo Celso. As dimensões da participação cidadã. **Caderno de CRH**, Salvador, n. 26/27, p. 179-209, 1997.

TEIXEIRA, Elenaldo Celso. **O local e o global**. São Paulo: Cortez, 2001.

TEIXEIRA, Ricardino Jacinto Dumos. O Conceito de Sociedade Civil: um debate a partir da Guiné-Bissau. **Estudos de Sociologia**: Revista do Programa de Pós-Graduação em Sociologia da UFPE, v. 15, n. 3, p. 161-180, jul.-ago. 2009.

TEIXEIRA, Ricardino Jacinto Dumos.(Org.). **Sociedade civil na Bahia**: papel político das organizações. Salvador: EDUFBA, 2008.

TEÓFILO, Edson et al. **Distribuição de riqueza e crescimento econômico**. Brasília, DF: NEAD; MDA, 2000.

TERRORISMO: o fim de Lamarca: revelações sobre a morte do líder terrorista. **VEJA**, São Paulo, n. 555, p. 25-26, abr. 1979.

THE GREAT DEBATE. [Site oficial]. Disponível em: <<http://www.thegreatdebate.org.uk>> Acesso em: 9 out. 2012

THOMPSON, Edward P. **A formação da classe operária inglesa**. 2. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987. v. 1.

THOMPSON, Edward P. Algumas observações sobre classe e 'falsa consciência'. In: SILVA, Sérgio (Org.). **As peculiaridades dos ingleses**. Campinas, SP: UNICAMP, 2001.

TOCQUEVILLE, Alexis de. **A Democracia na América**. Belo Horizonte: Itatiaia; São Paulo: Edusp, 1987.

TRIGUEIRO, Michelângelo Giotto Santoro. **Sociologia da tecnologia**: bioprospecção e legitimação. São Paulo: Cortez, 2009.

TRIVIÑOS, A. N. S. **Introdução à pesquisa em ciências sociais**: a pesquisa qualitativa em educação. São Paulo: Atlas, 1987.

UNESP. Atlas da questão agrária brasileira. Disponível em: <http://www2.fct.unesp.br/nera/atlas/caracteristicas_socioeconomicas_b.htm#populacao_urbana> Acesso em: 9 out. 2012

UFV - UNIVERSIDADE FEDERAL DE VIÇOSA. [Site institucional]. Disponível em:
<<http://www.ufv.br>. Acesso em: 19 out. 2010

UPB – UNIÃO DOS PREFEITOS BAIANOS. [Site institucional]. Disponível em:
<<http://www.upb.org.br>. Acesso em: 22 out. 2013.

URBAN, T. **Saudade do matão**: relembando a história de conservação da natureza no Brasil. Curitiba: Editora da UFPR; Fundação Boticário; Fundação Mac Arthur, 1998.

VASCONCELOS, Claudia Pereira. **Ser-Tão Baiano**: o lugar de sertanidade na configuração da identidade baiana. 2007. Dissertação (Mestrado em Cultura e Sociedade) - Universidade Federal da Bahia - UFBA., Salvador, 2007.

VEIGA, José Eli da. **Cidades imaginárias**. São Paulo: Autores Associados, 2003.

VEIGA, José Eli da. **Desenvolvimento sustentável e o desafio do século XXI**. Rio de Janeiro: Garamond, 2005.

VEIGA, José Eli da. **Políticas de territorialidade**. Brasília, DF: MDA; SDT, 2006.

VEIGA, José Eli et al. **O Brasil rural precisa de uma estratégia de desenvolvimento**. Brasília, DF: MDA; NEAD; CNDRS, 2001.

VEJA. **Lamarca está morto**. São Paulo: Abril, 1971.

VERDÉRIO, Alex. **A materialidade da educação do campo em sua incidência nos processos formativos que a sustentam**: uma análise crítica acerca do curso de pedagogia da terra da UNIOESTE. 2011. Dissertação (Mestrado em Educação) - UNIOESTE, Cascavel-PR, 2011.

VERHEYE, Willy. **Dry Lans and Desertificacton**. National Science Foundation/Belgium, and Geography Departament University of Gent, vol. V. Belgium; s/d -. Disponível em:<http://pt.wikipedia.org/wiki/Clima_semi%C3%A1rido>. Acesso em: 4 maio 2012.

VICENTINI, Antonina. O sertão e a literatura. **Sociedade e Cultura**, Goiás, v.1, n.1, p. 41-54, jan.-jun. 1998.

VIDAL, Francisco Boqueiro. Notas sobre a formação social e econômica do Nordeste brasileiro: um caso clássico de subdesenvolvimento regional revisitado. In: _____. **Desenvolvimento regional**: análises do Nordeste da Bahia. Salvador: SEI, 2006. (Série Estudos e Pesquisas n° 73).

VIEIRA, V. P. P. B. **GT II - Recursos hídricos 2.0**: Recursos hídricos e o desenvolvimento sustentável do semi-árido nordestino. Projeto ARIDAS, 1995.

VIVERET, Patrick. **Novos indicadores de riqueza**. Trad: Vera Ribeiro. Brasília, DF: UNB, 2006.

WANDERLEY, Maria de Nazareth Baudel; LOURENÇO, Fernando Antonio. L'agriculteur dans sa localité. In: LAMARCHE, Hugues. (Coord.). **L'agriculture familiale**. 2. Du mythe à la réalité. Paris: L'Harmattan, 1994. p. 177-199.

WANDERLEY, Maria de Nazareth Baudel. **A agricultura familiar no Brasil: um espaço em construção**. Campinas, 1995. Mimeo.

WANDERLEY, Maria de Nazareth Baudel. Raízes Históricas do Campesinato Brasileiro: processos sociais agrários. In: ENCONTRO ANUAL DA ANPOCS.GT 17, 20., 1996, Caxambu, MG.

WANDERLEY, Maria de Nazareth Baudel. Trajetória social e projeto de autonomia; os produtores familiares de algodão na região de Campinas. **Cadernos IFCH**, Campinas, São Paulo, n. 19, 1988.

WARRICK, R. A. **Drought Hazard in the United States: a research assessment**, national technical information service. Springfield, Virginia: Ed. Springfield, 1975.

WARSCHAUER, Mark. **Tecnologia e inclusão social: exclusão digital em debate**. Trad. Carlos Shiak. São Paulo: SENAC, 2006.

WATERMAN, Peter. **Globalization, civil society, solidarity. Transnational Associations**. Bruxelas: Union des Associations Internationaux, n. 2; mar-abril (1a. parte), mai-jun (2a. parte), 1994.

WEBER, Max. **Metodologia das Ciências Sociais**. São Paulo: Cortez, 1995. artes I e II.

WEFFORT, Francisco. Novas democracias; que democracias?. **Revista Lua Nova**, São Paulo, n. 27, p. 5-30, 1992.

WEWLETTT, S. A. **Dilemas do desenvolvimento**. Rio de Janeiro: Zahar, 1981.

WIKIPEDIA. Disponível em: <<http://pt.wikipedia.org>> Acesso em: 25 set. 2012.

WOLF, Alan. O Estado do desenvolvimento. In: _____. **Desenvolvimento, Cooperação Internacional e as ONGs**. Rio de Janeiro: IBASE/PNUD, 1992.

WRIGHT, Erik Olin. Classe, crise e o Estado. Rio de Janeiro: Zahar, 1981. Disponível em: <http://economianordeste.opovo.com.br/estados/ba/ba_setoresExtratativismo> Acesso em: 25 set. 2012.

WITTMANN, Milton Luiz. (Org.). **Desenvolvimento regional: abordagens interdisciplinares**. Santa Cruz do Sul: EDUNISC, 2003.

VAREJO cearense apresenta queda de 1,0% no volume de vendas. **O povo**. 2013.

VITALI, Stefania; GLATTFELDER, James B.; BATISTON, Stefano. **O estudo rede de controle corporativo global**. 2011. Disponível em: <<http://correiodobrasil.com.br/apenas-147-conglomerados-empresariais-controlam-40-da-riqueza-mundial/537759/#.UJRS2MWukrA>>. Acesso em: 25 set. 2012.

ZJ MINERAÇÃO E TERRAPLANAGEM. ZJ Mineração e terraplanagem faz doação ao orfanato evangélico de Feira de Santana. Disponível em: <<http://zjmineracao.com.br/noticia.php?id=354>>. Acesso em: 3 maio 2012.

Anexo A - Municípios que integram o semiárido baiano: área, população e PIB, 2010

Nº	Município	Área do município¹ (km²)	População¹	PIB¹ (R\$ milhões)
1	Abaíra	579,0	8.316	35,3
2	Abaré	1.690,3	77.064	64,2
3	Adustina	619,6	15.702	95,7
4	Água Fria	539,6	15.731	76,0
5	Amargosa	463,2	34.351	186,9
6	América Dourada	744,5	15.961	68,9
7	Anagé	1.304,7	25.516	88,2
8	Andaraí	1.897,0	13.960	54,3
9	Andorinha	1.208,9	14.414	116,5
10	Anguera	177,0	10.242	29,9
11	Antas	381,5	17.072	65,9
12	Antônio Cardoso	294,5	11.554	57,6
13	Antônio Gonçalves	316,8	11.915	39,6
14	Aracatu	1.536,7	13.743	51,7
15	Araci	1.527,3	51.651	197,7
16	Baixa Grande	981,5	20.060	76,4
17	Banzaê	211,9	11.814	42,2
18	Barra	4.205,1	49.325	171,9
19	Barra da Estiva	1.406,1	21.187	125,9
20	Barra do Choça	208,4	6.313	244,9
21	Barra do Mendes	1.252,1	13.987	60,1
22	Barro Alto	428,7	13.612	49,7
23	Barrocas	186,4	14.191	144,3
24	Belo Campo	187,6	16.021	63,4
25	Biritinga	431,8	14.836	65,1
26	Boa Nova	119,3	15.411	62,0
27	Boa Vista do Tupim	2.628,6	17.991	80,5
28	Bom Jesus da Lapa	2.648,5	63.480	419,4
29	Bom Jesus da Serra	355,2	10.113	35,6
30	Boninal	845,6	13.695	48,6
31	Bonito	640,3	14.834	123,9
32	Boquira	1.430,1	22.037	76,2
33	Botuporã	552,9	11.154	45,8
34	Brejões	480,8	14.282	92,0
35	Brejoândia*	2.744,7	11.077	4,8
36	Brotas de Macaúbas	2.372,9	10.717	48,7
37	Brumado	2.168,2	64.602	628,4
38	Buritirama*	3.942,1	19.600	63,9

Nº	Município	Área do município¹ (km²)	População¹	PIB¹ (R\$ milhões)
39	Caatiba	491,4	11.420	42,9
40	Cabaceiras do Paraguaçu	226,0	17.327	62,2
41	Caculé	686,7	22.236	135,1
42	Caém	500,4	10.368	40,3
43	Caetanos	852,6	13.639	39,0
44	Caetité	2.306,4	47.515	274,9
45	Cafarnaum	927,5	17.209	67,9
46	Caldeirão Grande	491,4	12.491	49,6
47	Campo Alegre de Lourdes*	2.781,2	28.090	108,3
48	Campo Formoso	6.806,5	66.615	410,3
49	Canarana	618,8	24.067	104,8
50	Candeal	330,7	4.895	30,5
51	Candiba	397,5	13.210	53,1
52	Cândido Sales	1.017,5	27.918	107,4
53	Cansanção	1.318,8	32.908	125,7
54	Canudos	2.986,7	15.792	66,7
55	Capela do Alto Alegre	655,2	11.527	46,5
56	Capim Grosso	350,5	26.577	139,8
57	Caraíbas	1.123,2	10.222	35,5
58	Carirania	636,8	28.380	107,6
59	Casa Nova	9.658,5	64.940	338,1
60	Castro Alves	711,7	25.408	124,2
61	Caturama	644,7	8.843	31,1
62	Central	606,0	17.013	64,9
63	Chorrochó	2.648,4	10.734	48,1
64	Cícero Dantas	652,4	32.300	137,4
65	Cipó	165,7	15.755	69,0
66	Cocos*	10.227,4	18.153	143,4
67	Conceição do Coité	1.084,4	62.040	320,5
68	Condeúba	1.089,2	16.898	72,5
69	Contendas do Sincorá	861,0	4.663	22,4
70	Cordeiros	209,6	8.168	31,6
71	Coribe*	2.478,5	14.307	78,4
72	Coronel João Sá	827,1	17.066	104,7
73	Cravolândia	162,2	5.041	23,1
74	Crisópolis	504,8	13.280	54,2
75	Curaçá	6.444,0	32.161	151,3
76	Dom Basílio	652,4	11.355	122,5
77	Elisio Medrado	193,6	7.947	32,0
78	Encruzilhada	1.982,3	23.766	120,4
79	Érico Cardoso	702,5	10.859	38,9
80	Euclides da Cunha	2331,9	56.289	330,3

Nº	Município	Área do município¹ (km²)	População¹	PIB¹ (R\$ milhões)
81	Fátima	356,0	17.652	67,6
82	Feira da Mata*	1.633,9	6.184	36,1
83	Feira de Santana	1.337,9	556.642	7.433,1
84	Filadélfia	563,7	16.740	65,1
85	Gavião	335,2	4.561	19,2
86	Gentio do Ouro	3.673,0	10.622	37,6
87	Glória	1.403,0	15.076	59,4
88	Guajeru	644,3	10.412	35,5
89	Guanambi	1.301,6	78.833	582,1
90	Heliópolis	324,4	13.192	51,0
91	Iaçu	2.442,5	25.736	124,7
92	Ibiassucê	382,0	10.062	50,4
93	Ibicoara	977,7	17.282	219,1
94	Ibipeba	1.417,1	17.008	69,1
95	Ibipitanga	945,6	14.171	115,0
96	Ibiquera	1.014,1	4.860	19,8
97	Ibitiara	1.749,3	15.508	56,9
98	Ibititá	566,8	17.840	84,7
99	Ibotirama	799,3	25.424	143,6
100	Ichu	128,0	5.255	22,7
101	Igaporã	793,0	15.205	59,9
102	Iguai	827,8	25.705	99,6
203	Inhambupe	966,5	36.306	204,1
104	Ipecaetá	225,2	15.331	55,1
105	Ipirá	3.025,4	59.343	183,3
106	Ipupiara	1.179,1	9.285	37,0
107	Irajuba	413,5	7.002	30,4
108	Iramaia	1.947,0	11.990	47,5
109	Iraquara	800,6	22.601	100,7
110	Irecê	313,9	66.181	498,3
111	Itaberaba	2.356,7	61.631	550,5
112	Itaeté	1.194,9	14.924	65,8
113	Itagi	259,2	23.051	61,9
114	Itaguaçu da Bahia	4.398,7	13.209	54,5
115	Itambé	1.441,6	23.089	117,2
116	Itapetinga	1.627,5	68.273	826,7
117	Itapicuru	1.551,6	32.261	132,0
118	Itaquara	322,9	7.678	35,6
118	Itarantin	1.805,1	18.539	102,4
120	Itatim	570,7	14.522	100,3
121	Itiruçu	313,7	12.693	67,0
122	Itiúba	1.730,2	36.113	131,2
123	Itororó	313,6	19.914	91,9

Nº	Município	Área do município¹ (km²)	População¹	PIB¹ (R\$ milhões)
124	Ituaçu	1.215,9	18.127	90,3
125	Iuiu	1.485,7	10.900	55,8
126	Jacaraci	1.240,8	13.651	52,6
127	Jacobina	2.320,8	79.247	613,5
128	Jaguaquara	928,2	51.011	269,7
129	Jaguarari	2.565,6	30.343	388,4
130	Jequié	1.504,4	151.895	1.675,2
131	Jeremoabo	4.759,3	37.680	174,2
132	João Dourado	983,4	22.549	119,3
133	Juazeiro	6.387,1	197.965	1.927,2
134	Jussara	885,6	15.052	53,4
135	Jussiape	522,4	8.031	31,0
136	Lafaiete Coutinho	121,3	3.901	20,8
137	Lagoa Real	996,7	13.934	51,1
138	Lajedinho	805,2	3.936	21,9
139	Lajedo do Tabocal	431,9	8.305	44,6
140	Lamarão	356,6	9.560	29,6
141	Lapão	635,7	25.646	119,9
142	Lençóis	1.240,1	10.368	52,7
143	Licínio de Almeida	785,9	12.311	57,4
144	Livramento de N. Senhora	2.265,7	42.693	294,3
145	Macajuba	650,3	11.229	43,7
146	Macarani	1.287,5	17.093	78,1
146	Macaúbas	3.036,8	47.051	170,7
148	Macururé	2.280,9	8.076	28,5
149	Maetinga	367,3	7.038	27,5
150	Maiquinique	492,0	8.782	57,2
151	Mairi	905,9	19.326	74,7
152	Malhada	2.008,5	16.014	73,4
153	Malhada de Pedras	478,3	8.468	32,0
154	Manoel Vitorino	2.252,8	14.387	59,4
155	Maracás	1.726,3	24.613	122,7
156	Marcionílio Souza	1.162,9	10.500	46,7
157	Matina	769,3	11.145	39,7
158	Miguel Calmon	1.464,9	26.475	119,1
159	Milagres	133,9	10.306	51,8
160	Mirangaba	1.948,0	16.279	68,6
161	Mirante	927,1	10.507	35,0
162	Monte Santo	3.286,9	52.338	187,6
163	Morpará	1.730,2	8.280	35,6
264	Morro do Chapéu	5.742,9	35.164	162,7
165	Mortugaba	669,6	12.477	50,5
166	Mucugê	2.483,9	10.545	222,0

Nº	Município	Área do município¹ (km²)	População¹	PIB¹ (R\$ milhões)
167	Mulungu do Morro	516,1	12.249	45,1
168	Mundo Novo	1.494,2	24.395	129,3
169	Muquém de São Francisco*	3.637,6	10.272	49,6
170	Nordestina	470,7	12.371	43,3
171	Nova Canaã	853,7	16.713	69,7
172	Nova Fátima	371,9	7.602	32,3
173	Nova Itarana	282,6	7.435	26,9
174	Nova Redenção	507,9	8.034	32,0
175	Nova Soure	1.021,3	24.136	95,7
176	Novo Horizonte	612,8	10.673	45,0
177	Novo Triunfo	218,6	15.051	41,9
178	Olindina	575,1	24.943	104,1
179	Oliveira dos Brejinhos	3.562,8	21.834	84,3
180	Ourolândia	1.275,2	16.425	84,2
181	Palmas de Monte Alto	1.827,4	20.775	87,3
182	Palmeiras	695,4	8.410	38,0
183	Paramirim	1.118,2	21.001	96,0
184	Paratinga	2.471,6	29.504	121,8
185	Paripiranga	389,6	27.778	166,1
186	Paulo Afonso	1.572,1	108.396	2.111,5
187	Pé de Serra	561,2	13.752	67,2
188	Pedro Alexandre	1.108,5	16.995	67,3
189	Piatã	1.508,4	17.982	66,0
190	Pilão Arcado*	9.235,2	32.860	111,6
191	Pindaí	704,5	15.628	59,9
192	Pindobaçu	527,5	20.121	74,5
193	Pintadas	528,7	10.342	41,9
194	Piripá	439,7	12.783	42,9
195	Piritiba	992,5	22.399	92,7
196	Planaltino	771,8	8.822	35,2
197	Planalto	102,4	24.481	116,0
198	Poções	124,6	44.701	232,6
199	Ponto Novo	464,9	15.742	68,5
200	Potiraguá	985,5	9.810	48,7
201	Presidente Dutra	244,6	13.750	56,3
202	Presidente Jânio Quadros	1.328,6	13.652	46,6
206	Queimadas	2.099,4	24.602	104,5
204	Quijingue	1.270,2	27.228	110,0
205	Quixabeira	369,3	9554	34,8
206	Rafael Jambeiro	1.086,9	22.874	112,8
207	Remanso*	4.683,4	38.457	171,7
208	Retirolândia	205,1	12.055	62,6
209	Riachão do Jacuípe	985,8	33.172	146,3

Nº	Município	Área do município¹ (km²)	População¹	PIB¹ (R\$ milhões)
210	Riacho de Santana	2.604,6	30.646	184,8
211	Ribeira do Amparo	701,2	14.276	37,0
212	Ribeirão do Largo	1.271,3	8.602	270,0
213	Ribeira do Pombal	807,1	47.518	57,0
214	Rio de Contas	1.050,6	13.007	61,7
215	Rio do Antônio	986,1	14.815	58,7
216	Rio do Pires	888,9	11.918	45,2
217	Rodelas	2.573,9	7.775	36,5
218	Ruy Barbosa	2.132,1	29.887	143,3
219	Santa Bárbara	308,2	19.064	87,1
220	Santa Brígida	849,0	15.060	39,6
221	Santa Inês	315,7	10.363	41,7
222	Santa Teresinha	391,4	9.648	40,6
223	Santaluz	1.596,8	33.838	147,2
224	Santana*	1.820,2	24.750	132,7
225	Santanópolis	248,5	8.776	33,2
226	Santo Estêvão	274,9	47.880	306,8
227	São Domingos	264,9	9.226	46,2
228	São Felix do Coribe*	949,4	13.048	83,6
229	São Gabriel	1.156,7	18.427	75,0
230	São José do Jacuípe	368,7	10.180	41,8
231	Sátiro Dias	972,8	18.964	83,1
232	Saúde	501,1	11.845	49,2
233	Seabra	2.825,9	41.798	241,7
234	Sebastião Laranjeiras	1.072,1	10.351	47,9
235	Senhor do Bonfim	817,1	74.419	497,3
246	Sento Sé	1.2871,2	37.425	164,2
237	Serra do Ramalho*	2.593,2	31.638	168,7
238	Serra Dourada*	1.346,6	18.112	85,3
239	Serra Preta	210,6	15.401	59,0
240	Serrinha	568,6	76.762	478,1
241	Serrolândia	373,1	12.344	52,9
242	Sítio do Mato*	1.751,2	12.050	74,9
243	Sítio do Quinto	653,1	12.592	56,0
244	Sobradinho	1.323,9	22.000	460,2
245	Souto Soares	1.093,1	15.899	59,6
246	Tabodcas do Brejo Velho*	1.373,7	11.431	51,4
247	Tanhaçu	1.344,0	20.013	92,9
248	Tanque Novo	827,3	16.128	81,4
249	Tanquinho	219,9	8.008	31,3
250	Tapiramutá	664,0	16.516	80,9
251	Teofilândia	316,4	21.482	79,7
252	Tremedal	758,0	17.029	63,1

Nº	Município	Área do município ¹ (km ²)	População ¹	PIB ¹ (R\$ milhões)
253	Tucano	2.802,2	52.418	207,6
254	Uauá	2.949,4	24.294	109,1
255	Uibaí	514,6	13.625	93,9
256	Ubaíra	726,3	19.750	51,4
257	Umburanas	1.815,7	17.000	57,0
258	Urandi	451,6	16.466	96,6
259	Utinga	717,8	18.173	84,4
260	Valente	357,2	24.560	124,1
261	Várzea da Roça	548,2	13.786	48,2
262	Várzea do Poço	222,2	8.661	39,8
263	Várzea Nova	1.165,9	13.073	62,7
264	Vitória da Conquista	3.356,9	306.866	3.469,2
265	Wagner	416,1	8.983	45,1
266	Xique-Xique	5.119,5	45.536	212,7
266	Total	363.273	6.771.888	44.010,5
64	% do Estado	64,5	48,3	28,5

Fonte: Ministério da Integração Nacional, 2005a. (1) www.ibge.gov.br-Cidades@. Acesso em: 08 fev. 2013.
 (*) Municípios pertencentes ao Semiárido Setentrional.

Anexo B - Mobilização social por ações estruturantes e de convivência com o semiárido

08 de abril de 2013

Exmo. Governador,

Os Movimentos Sociais, Organizações da Sociedade Civil, Sindicatos de Agricultores Familiares e demais tecido social do Território do Sisal vem debatendo sobre as ações estruturantes que efetivamente, tornem melhor a vida no campo, um exemplo disso é o processo de enfrentamento dos efeitos da estiagem histórica que afeta toda a Bahia.

Nesse sentido, nossa mobilização visa externar nossa indignação pela forma como algumas demandas emergenciais vêm sendo tratadas por setores do Governo do Estado, em alguns casos chega a ser um total descaso o que vem acontecendo. Não podemos continuar nos reunindo com setores do governo para apenas assistirmos a explanações de coisas empurradas de cima pra baixo. Não podemos continuar aceitando que diante de tantas necessidades, de tamanha demanda territorial e estadual, o governo continue tratando das ações a partir dos seus interesses, desconsiderando os processos de organização, de planejamento territorial, de construção coletiva... Precisamos que a nossa pauta territorial em prol da Agricultura Familiar seja atendida.

Temos pauta represada no governo há mais de 05 anos. O nosso Plano Territorial de Desenvolvimento Sustentável muito pouco foi considerado. Nossos Planos de Desenvolvimento das Cadeias Produtivas do Sisal e da Ovinocaprinocultura, apresentados em vários momentos ao governo do estado, nunca foram priorizados, tão pouco fomos chamados para, efetivamente, discutirmos uma forma de colocá-los em prática.

Para Além disso, estamos vivendo um dos momentos mais delicados dos últimos 60 anos. A forte estiagem que atinge mais de 242 municípios baianos, um total aproximado de três milhões de habitantes, já acumula grandes prejuízos na agricultura, na pecuária, no comércio, na saúde pública e no social. De acordo com a Federação da Agricultura e Pecuária do Estado da Bahia (FAEB), os prejuízos na produção leiteira são de 1,5 milhão de litros/dia. Nesta mesma situação encontra-se 55% da produção de café, 90% da de cebola, 80 da de sorgo (grão aproveitado na ração animal), 50% da de milho, e 70% da de sisal.

Os rebanhos de bovinos, caprinos e ovinos estão, literalmente, sendo dizimados, há municípios com perdas de até 80% do rebanho. A produção de leite caiu terrivelmente, caracterizando um verdadeiro colapso na região. A manutenção do rebanho, quando possível,

está sendo feita a duras penas com investimentos extras das migalhas que a família ainda tem e, mesmo assim, todo esse esforço resulta insuficiente, e estamos assistindo ao descalabro. Em muitos casos, as famílias não possuem ou tiveram sequer condições de cuidar da produção e já perderam ou estão perdendo todo rebanho e cultivo.

Precisamos de medidas **emergenciais a serem realizadas pelo Estado** para, sobretudo, assegurar a manutenção das famílias na atividade pecuária e evitarmos as perdas dos animais que ainda restam.

O desespero das famílias pelo fracasso na atividade e as mortes de animais geneticamente bons e bem adaptados são desalentadores para a retomada da bovinocultura e ovinocaprino cultura na região Sisaleira. Além do prejuízo com a mortalidade dos animais por falta de alimentação ainda contamos com a desilusão quanto ao progresso, e isso repercute diretamente no comportamento e perspectiva de vida de todos os membros das famílias. É importante destacar que para além da perda financeira, existem perdas sociais e emocionais. Disto resulta também em problemas psíquicos e já se tem notícias que aconteceram casos de suicídio motivados pelo desespero com a situação.

Entendemos que, **caso o Estado não tome providências urgentes** diante da situação trágica, é provável que aconteça a falência dos segmentos, o que resultará em negativos reflexos econômicos e sociais diretos e indiretos, para além dos já descritos e vivenciados na região, a exemplo do abandono das atividades e o alto índice de êxodo rural.

Diante desse quadro, necessitamos de algumas ações de curto, médio e longo prazo e **elencamos algumas a serem feitas com a máxima urgência** para que a situação, de imediato, seja mitigada e, daqui para frente se torne sustentável. Solicitamos ainda que as parcerias entre as instâncias federadas – União, Estado e Municípios -, sejam efetivadas com a máxima agilidade, eficiência e transparência com ampla divulgação das ações e informação direta aos agricultores da região, para que o/a produtor/a possa se dedicar a cuidar e tentar diminuir as perdas do que ainda tem.

Quanto às ações de curto, médio e longo prazo **SOLICITAMOS AGENDA COM VOSSA EXCELÊNCIA E SUA EQUIPE PARA TRATARMOS DO ASSUNTO**, tempo em que reafirmamos que queremos acompanhar a efetivação das ações.

Como ações emergenciais, antecipamos alguns pontos da nossa pauta:

Em curtíssimo prazo:

1. Melhorar a distribuição de água nas propriedades;

a. Aumentar o número de carros pipas;

- b. Perfuração, Instalação/ativação de poços artesianos (inclusive com dessalinizadores);
- c. Implantação de estruturas hídricas para dessedentação animal;
- d. Implantação de sistemas simplificados de abastecimento de água;

2. Implantação e recuperação de sistemas de captação e reservas de água;

- a. Horas-máquina suficientes para concluir os trabalhos de limpeza e recuperação de aguadas;
- b. Realização de obras de recuperação de nascentes e perenização de rios;
- c. Implantação de barragens de pequeno, médio e grande porte e uso comunitário;
- d. Universalização das cisternas para consumo humano/produção nas propriedades de agricultores/as familiares;
- e. Lançamento de novos editais para implantação de tecnologias de captação de água para produção;

3. Agilizar o funcionamento da CONAB:

- a. Mais milho e melhor distribuição, que está um caos;
- b. Mais funcionários;
- c. Cumprimento dos acordos com os produtores sobre as quantidades de milho negociadas;
- d. Descentralizar a distribuição do milho criando mais postos;

4. Crédito de Emergência:

- a. Desenvolver Planilha simplificada para obtenção do crédito;
- b. Isentar produtores de emolumentos, custos cartoriais...;
- c. Contratação de funcionários extras para agilizar as avaliações dos projetos;
- d. Financiamento emergencial disponibilizados em outros bancos públicos e não só no BNB;
- e. Articulação com bancos oficiais e as cooperativas de crédito, para ampliação das operações de Crédito PRONAF, na Linha Semiárido;

Estratégias Gerais

Tendo em conta que a seca é e será presença no semiárido e não deve ser tida sempre como situação de emergência, ressaltamos que essas ações são de extrema necessidade e importância. Assim, ressaltamos que além da observância do Plano Territorial de Desenvolvimento Sustentável, da adoção dos planos de desenvolvimento das cadeias produtivas do sisal e da ovinocaprinocultura como estratégia/base para o governo do estado desenvolver as suas ações, precisamos assegurar o cumprimento de outras demandas:

- a. Ampliação e manutenção dos Editais Públicos de oferta de assistência técnica para agricultores/as familiares (Continuidade dos contratos da Chamada Pública Estadual de ATER – SUAF/SEAGRI);

- b. Aquisição e distribuição de equipamentos para produção de forragens para alimentação animal;
- c. Implantação de bancos de sementes comunitários;
- d. Implantação de pequenos sistemas de irrigação por gotejamento;
- e. Implantação de viveiros de mudas frutíferas;
- f. Implementação de consistente programa de unidades de produção de palmas e outros forrageiros;
- g. Ações de Melhoramento Genético dos rebanhos;
- h. Recursos do FNE para recuperar a pecuária;
- i. Parcerias com Universidades para pesquisas específicas;
- j. Governo manter tabela atualizada de preços;
- l. Desburocratizar as transações de compras da Agricultura Familiar;

Reforçamos, por fim, a solicitação de agenda pessoal com o Exmo. Governador e sua Equipe para detalharmos as questões:

Atenciosamente!

Movimento Social Organizado do Território do Sisal

Anexo C - Nota sobre a situação das comunidades rurais no Norte da Bahia - seca política ou política seca?

Trinta anos depois da seca de 1982, o território baiano se encontra em estado de emergência devido às poucas chuvas deste ano. Para a sociedade civil organizada, o fenômeno não surpreende, já que estudos sobre o comportamento das chuvas no Nordeste, realizados pelo Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (Inpe), concluíram que as Secas são Cíclicas, portanto, Previsíveis.

O Estado brasileiro sabia que haveria um período de estiagem este ano. Mas o que fez para evitar que a situação das comunidades alcançasse tamanha gravidade? É o momento de perguntar: Por que obras como a Transposição do Rio São Francisco têm aumento bilionário enquanto as adutoras que deveriam distribuir água para as populações rurais do Nordeste não saem do lugar? Por quanto tempo ainda persistirá a lógica de combate à seca que marca a atuação do Estado em nosso território?

A consequência disso é devastadora e desoladora. Hoje, a maioria das cisternas está vazia ou com pouquíssima água. Os animais, se ainda não foram vendidos aos atravessadores que se aproveitam da situação, lutam diariamente para sobreviver em meio à escassez do líquido precioso da vida. Não houve safra agrícola, nem apícola. Paradoxalmente, na borda do lago de Sobradinho a produção foi engolida pela cheia da “Mãe Chesf”.

A cada dia aumenta a circulação de carros-pipa e, muitas vezes, com preços absurdos, pagos pelas comunidades. No município de Campo Alegre de Lourdes uma carrada de água (8.000 litros) chega a custar R\$ 700,00 (Setecentos Reais). Em ano eleitoral, a Indústria da Seca ressurge com força, sustentada na necessidade do povo e alicerçada na ausência de políticas públicas efetivas.

As organizações populares defendem e executam com poucos recursos a proposta da Convivência com o Semiárido, através da implementação de Tecnologias Sociais. São elas que estão evitando situação tão catastrófica para a população como em 1982. Constatase que a infraestrutura construída durante esses anos é ainda insuficiente para enfrentar uma situação extrema como essa. Portanto, é hora de o Estado brasileiro rever a política hídrica oficial, que continua provocando o sofrimento de milhares de famílias sertanejas.

Estamos em situação de emergência.

Portanto, pleiteamos medidas emergenciais e estruturantes para que a população esteja cada vez mais preparada a conviver com esses períodos extremos de diminuição das chuvas:

Medidas Emergenciais:

- 1) Abastecimento imediato e contínuo das cisternas com água tratada, bancada pelo Estado, logo, distribuída gratuitamente. Onde não for possível abastecer com água tratada, que seja acompanhada de hipoclorito para que as próprias famílias possam fazer em casa a filtragem e tratamento.
- 2) Disponibilização de recursos do Estado para contratar mão de obra local a fim de construir e/ou manter obras estruturantes – cisternas (de cimento) de beber, de produzir, barragens subterrâneas, barreiros profundos, poços tubulares etc.
- 3) Financiamento público para a alimentação dos animais;
- 4) Criar comitês gestores municipais dos recursos públicos destinados às ações emergenciais, garantindo a representação majoritária da sociedade civil organizada.

Medidas Estruturantes:

- 1) Reconhecer o direito das comunidades no acesso e garantia das terras e territórios para democratizar a água;
- 2) Continuar a infraestruturação das comunidades com as Tecnologias Sociais acima citadas (cisternas, barragens, barreiros etc.);
- 3) Implementar as adutoras – ou serviços de água – previstas no Atlas de Águas do Nordeste (Agência Nacional de Águas) para 1.794 municípios: Alagoas (102); Bahia (417); Ceará (184); Maranhão (217); Paraíba (223); Pernambuco (185); Piauí (224); Rio Grande do Norte (167); Sergipe (75).
- 4) Frear o avanço das mineradoras para, assim, preservar a pouca água existente, uma vez que em boa parte do território baiano há o risco de que as insuficientes fontes de água existentes virem depósitos de rejeitos da mineração;
- 5) Irrigação: rever a política de irrigação que demanda o dinheiro público e constrói canais para os lotes irrigados, mas não abastece as populações com necessidades básicas de consumo humano. É necessário lembrar que a Lei Brasileira de Recursos Hídricos (9433/97) define que a disponibilidade de água deve priorizar o abastecimento humano e a dessedentação dos animais;
- 6) Por fim, as organizações populares precisam fazer uma análise profunda de seu próprio comportamento, avaliando criticamente a questão da água no contexto geral do Semiárido, na apropriação privada de grandes extensões de terras, dos grandes volumes de água, na destinação dos grandes mananciais para o hidronegócio. É preciso incorporar à captação, armazenamento e distribuição da água de chuva a democratização das águas armazenadas nos grandes açudes do Nordeste.

Juazeiro, 30 de abril de 2013.

Assinam a nota:

Diocese de Juazeiro (Em Comunhão e Solidariedade com as Paróquias afetadas: Campo Alegre de Lourdes, Casa Nova, Remanso, Sobradinho, Sento Sé, Pilão Arcado, Curaçá, Uauá e Juazeiro); Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Remanso; Sindicato dos Trabalhadores nas Empresas Agrícolas, Agroindustriais e Agropecuárias dos municípios de Juazeiro, Curaçá, Casa Nova, Sobradinho, Sento Sé (SINTAGRO-BA); União das Associações de Fundo de Pasto de Pilão Arcado; União das Associações de Fundo de Pasto de Casa Nova; Articulação Regional de Fundo de Pasto; Comissão Pastoral da Terra (CPT); Serviço de Assessoria a Organizações Populares Rurais (SASOP); Articulação do Semiárido (ASA) – Casa Nova; Instituto Regional da Pequena Agropecuária Apropriada (IRPAA); Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Campo Alegre de Lourdes; Grupo de Agroecologia Umbuzeiro (GAU); Articulação Popular São Francisco Vivo; Diretório Central de Estudantes da Universidade Federal do Vale do São Francisco (DCE UNIVASF); Comitê Regional da Campanha Contra os Agrotóxicos e Pela Vida; Articulação Sindical da Borda do Lago de Sobradinho.

Anexo D - I Via-Sacra da seca do semiárido baiano Feira de Santana – Bahia, 28 e 29 de maio de 2013 - Via Crucis dos agricultores e agricultoras do semiárido baiano

Dirigente: 1ª ESTAÇÃO – O POVO É CONDENADO A MORTE

Nós vos adoramos e vos bendizemos, Senhor Jesus!

Todos: Porque, pela vossa santa cruz, remistes o mundo.

Leitor 1 - Setecentas mil pessoas morreram de fome no Nordeste durante a seca de 1979/1982, sendo a grande maioria crianças. Hoje, na Bahia, são mais de 258 municípios e mais de 2 milhões de pessoas que padecem com a falta de água para produzir alimentos e para o consumo humano e animal. O povo outra vez é condenado a morte pela falta de políticas voltadas para a convivência com o semiárido. É criado a SUDENE – Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste e o DNOCS – Departamento Nacional de Obras contra a Seca que serviram de canal de desvio do dinheiro público para a construção de grandes obras e enriquecer os coronéis da política do nordeste brasileiro.

Leitor 2 - Ó Deus de compaixão, vinde em auxílio do nosso povo que vive o tormento da seca. Estendei vossa mão como se estende a quem está caído; dai força para que eles possam se levantar diante das quedas que se apresentam ao longo do caminho. Isto vos pedimos, em nome de Jesus, Nosso Senhor. - **Amém.**

Canto:

Na terra de seca não tinha suor, nem lágrimas caem dos olhos que sente dor. Tamanho verão o céu prometeu, não há quem resista tamanho calor, não há quem resiste tamanho calor.

Só mandacaru, só mandacaru, só mandacaru resistiu tanta dor (2x)

2ª ESTAÇÃO – O POVO CARREGA A CRUZ

Nós vos adoramos e vos bendizemos, Senhor Jesus!

Todos: Porque, pela vossa santa cruz, remistes o mundo.

Leitor 1 - Muitos Nordestinos migram para os grandes centros urbanos, preferencialmente para os estados de São Paulo, Minas Gerais, Espírito Santo e Goiás em busca de sobrevivência, banidos pela falta de perspectiva de sobreviver no nordeste. Carregam nos ombros a cruz pesada da aventura em outros estados, da incerteza de encontrar serviço e ganhar dinheiro para sobreviver, da separação das famílias que ficam órfãs nas suas cidades de origem e do receio do que pode encontrar pela frente.

Leitor 2 - Ó Deus de compaixão, vinde em auxílio do nosso povo que vive o tormento da seca. Estendei vossa mão como se estende a quem está caído; dai força para que eles possam se levantar diante das quedas que se apresentam ao longo do caminho. Isto vos pedimos, em nome de Jesus, Nosso Senhor. - **Amém.**

Canto:

Sou, sou teu Senhor. Sou povo novo retirante e lutador. Deus dos peregrinos, dos pequeninos, Jesus Cristo Redentor.

3ª ESTAÇÃO – O POVO CAI PELA PRIMEIRA VEZ

Nós vos adoramos e vos bendizemos, Senhor Jesus!

Todos: Porque, pela vossa santa cruz, remistes o mundo.

Leitor 1 - Sem acesso a água de qualidade e em quantidade suficiente para o consumo humano e animal e para a produção de alimentos, não há possibilidade de segurança alimentar e nutricional. Os governos tentam combater os efeitos da estiagem com medidas paliativas construindo grandes açudes, perfurando poços artesianos, construindo cacimbas e barreiros, distribuindo água através de carros-pipas e a criação das frentes de serviços, pagando mixaria para as famílias cadastradas. Muitos serviços foram feitos para atender a vontade de políticos e fazendeiros, dentro de suas propriedades. A corrupção e o coronelismo gera a indústria da seca e impossibilita a resolução do problema.

Leitor 2 - Ó Deus de compaixão, vinde em auxílio do nosso povo que vive o tormento da seca. Estendei vossa mão como se estende a quem está caído; dai força para que eles possam se levantar diante das quedas que se apresentam ao longo do caminho. Isto vos pedimos, em nome de Jesus, Nosso Senhor. - **Amém.**

Canto:

Esse é o nosso País, essa é a nossa bandeira. É por amor essa pátria Brasil que a gente segue em fileira. É por amor essa pátria Brasil que a gente segue em fileira.

4ª ESTAÇÃO – O POVO ENCONTRA SUA MAE.

Nós vos adoramos e vos bendizemos, Senhor Jesus!

Todos: Porque, pela vossa santa cruz, remistes o mundo.

Leitor 1 – A terra e nossa mãe, nela fixamos nossa morada e dela tiramos o nosso sustento para nossa vida. Em 1960, com o objetivo de matar a fome do povo o Governo dos Estados Unidos da America criou a chamada “REVOLUÇÃO VERDE”, dizendo “MODERNIZAR” a agricultura, com o uso intensivo de máquinas, fertilizantes químicos e venenos. Mas, como disse muito bem Euclides da Cunha: o nordestino é antes de tudo, um forte. Ele encontra a

solução para o seu problema na exploração da pouca terra que possui usando os recursos naturais de forma sustentável, respeitando a natureza e sem agredir nem degradar o meio ambiente. E encontra a resposta na união, na organização dos agricultores, na luta pelos direitos por meio de associações comunitárias, sindicatos de trabalhadores rurais, cooperativas e nas entidades de apoio a suas lutas. (CPT, AATR, IRPAA, MOC, CEDITER)

Leitor 2 - Ó Deus de compaixão, vinde em auxílio do nosso povo que vive o tormento da seca. Estendei vossa mão como se estende a quem está caído; dai força para que eles possam se levantar diante das quedas que se apresentam ao longo do caminho. Isto vos pedimos, em nome de Jesus, Nosso Senhor. - **Amém.**

Canto:

Maria mãe dos caminhantes, ensina-nos a caminhar. Nós somos todos viajantes, mas é difícil sempre andar, mas é difícil sempre andar.

5ª ESTAÇÃO – SIMÃO DE CIRENE AJUDA O POVO A CARREGAR A CRUZ.

Nós vos adoramos e vos bendizemos, Senhor Jesus!

Todos: Porque, pela vossa santa cruz, remistes o mundo.

Leitor 1 - Eis que surge no meio do povo a CPT, a AATR, o IRPAA, o MOC, o SASOP, a ASA, a CEDITER, a FETRAF, a CUT, as Cooperativas com o objetivo de assessorar os trabalhadores, sobretudo os rurais, assalariados e agricultores familiares e apoiá-los nas suas lutas constantes. Pautando, sobretudo a questão da terra e da água, as questões ambientais e os direitos sociais, rompendo com a lógica capitalista, que é a lógica do agronegócio, baseado na monocultura e no latifúndio, são forjadas no meio dos movimentos sociais, que lutam por uma justa reforma agrária, valiosas experiências advindas de ocupações de áreas improdutivas, por agricultores sem terra, que através de pessoas e muitas lutas, inclusive muitos perdendo sua própria vida, conquistam, legalizam e consolidam os assentamentos.

Leitor 2 - Ó Deus de compaixão, vinde em auxílio do nosso povo que vive o tormento da seca. Estendei vossa mão como se estende a quem está caído; dai força para que eles possam se levantar diante das quedas que se apresentam ao longo do caminho. Isto vos pedimos, em nome de Jesus, Nosso Senhor. - **Amém.**

Canto:

Quando eu vivia no sertão, aos pés de quem devia me mandar. Doía calo e dor nas minhas mãos, a canga era pesada pra levar.

Deixe-me viver, deixe-me falar, deixe-me crescer, deixe-me organizar (2x).

6ª ESTAÇÃO – VERONICA ENXUGA O ROSTO DO POVO SOFRIDO DO SERTAO

Nós vos adoramos e vos bendizemos, Senhor Jesus!

Todos: Porque, pela vossa santa cruz, remistes o mundo.

Leitor 1 - O nosso Nordeste foi rotulado de lugar sem vida, terra improdutivo, lugar de gente feia, maltrapilha, miseráveis que vivem passando fome, lugar que carece de ajuda de fora.

A escola, no nordeste, vem ensinando durante décadas, aos alunos que: Eles para serem felizes, teriam de migrar para as grandes cidades; teriam que abandonar a agricultura para ter oportunidades na vida; que deviam aprender bem para não terminar a vida como seus pais; que ser do campo era coisa de matuto, brocoió, pé rapado, ignorante; que o pessoal da cidade era mais inteligente, falava melhor, tinha vida melhor. Porém quem vive no semiárido e, quem estuda o seu povo, encontra, ao invés de um povo incapaz, **peçoas lutadoras, criativas, fortes, resistentes, esperançosas e solidárias**. Exemplo: Zumbi, Antonio Conselheiro, Lampião, Padre Cícero. E encontra centenas de experiências através das quais o povo se mantém vivo e forte e organizado.

Leitor 2 - Ó Deus de compaixão, vinde em auxílio do nosso povo que vive o tormento da seca. Estendei vossa mão como se estende a quem está caído; dai força para que eles possam se levantar diante das quedas que se apresentam ao longo do caminho. Isto vos pedimos, em nome de Jesus, Nosso Senhor. - **Amém**.

Canto:

Ave Maria cheia de graça, Nossa Mãe. Nos ajude nessa longa caminhada. Venha dizer pra essa gente sofrida que não liga pra esta vida e que não se mexe pra nada (2x)

Eu quero, eu quero ver, eu quero ver. Eu quer ver como é que vai fazer. Eu quero ver se você não se mexe, eu quero ver quem se mexe por você. (2x)

7ª ESTAÇÃO – O POVO CAI PELA SEGUNDA VEZ

Nós vos adoramos e vos bendizemos, Senhor Jesus!

Todos: Porque, pela vossa santa cruz, remistes o mundo.

Leitor 1 - A concentração da terra, da água, do conhecimento e do poder; a falta de estruturas para combater os efeitos da seca afeta a vida do povo nordestino. D. Pedro II, imperador do Brasil, prometeu acabar com a fome dos povos do semiárido, nem que, para isso, tivesse que vender a última jóia da coroa. Porém, o que se vê são políticas promotoras de grandes obras, normalmente destinadas a beneficiar os mais ricos, aliadas a ações assistencialistas, destinadas aos mais pobres que são, propositalmente mantidos dependentes. Essas políticas favorecem a concentração da terra, da água, cresce o latifúndio nos grandes projetos do agronegócio.

Leitor 2 - Ó Deus de compaixão, vinde em auxílio do nosso povo que vive o tormento da seca. Estendei vossa mão como se estende a quem está caído; dai força para que eles possam se levantar diante das quedas que se apresentam ao longo do caminho. Isto vos pedimos, em nome de Jesus, Nosso Senhor. - **Amém.**

Canto:

Só tenho enxada e o título de eleitor, para votar em seu fulano educado. Que nada faz pelo pobre agricultor, que não tem terra pra fazer o seu roçado. (2x)

8ª ESTAÇÃO – O POVO ENCONTRA AS MULHERES

Nós vos adoramos e vos bendizemos, Senhor Jesus!

Todos: Porque, pela vossa santa cruz, remistes o mundo.

Leitor 1 - Depois de muitas lutas, muitas mobilizações e reivindicação dos movimentos sociais e de luta pela terra o governo cria o PRONAF – Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar, um programa com crédito diferenciado e específico voltado para o fortalecimento e valorização da agricultura familiar e a promoção do desenvolvimento sustentável. Mas, a falta de vontade dos agentes financeiros, a deficitária assistência técnica que não passa da elaboração de projetos e algumas visitas para levantamento de dados, e burocracia demasiada, impossibilita aos agricultores de acessar os referidos recursos. São as mulheres que mais sofrem nesse contexto, sendo colocadas diante de uma dupla marginalização: a marginalização social por não terem documentos da terra e serem consideradas dependentes dos esposos e a marginalização por serem mulheres.

Leitor 2 - Ó Deus de compaixão, vinde em auxílio do nosso povo que vive o tormento da seca. Estendei vossa mão como se estende a quem está caído; dai força para que eles possam se levantar diante das quedas que se apresentam ao longo do caminho. Isto vos pedimos, em nome de Jesus, Nosso Senhor. - **Amém.**

Canto:

Pra mudar a sociedade do jeito que a gente quer, participando sem medo de ser MULHER!

9ª ESTAÇÃO – O POVO CAI PELA TERCEIRA VEZ

Nós vos adoramos e vos bendizemos, Senhor Jesus!

Todos: Porque, pela vossa santa cruz, remistes o mundo.

Leitor 1 - Em 2003 o Governo Federal Criou o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) para colaborar com o enfrentamento da fome e da pobreza no Brasil e, ao mesmo tempo, fortalecer a agricultura familiar. E criou o PNAE com o objetivo de suprir parcialmente as necessidades nutricionais dos alunos através da oferta de no mínimo uma refeição diária,

visando atender os requisitos nutricionais referentes ao período em que este se encontra na escola. Melhorar as condições fisiológicas do aluno, de forma a contribuir para a melhoria do desempenho escolar; promover a educação nutricional no âmbito da escola, de forma a reforçar a aquisição de bons hábitos alimentares; reduzir a evasão e a repetência escolar. Criou o Bolsa Família, o Bolsa Estiagem, o Garantia Safra, Milho para consumo animal, Crédito Emergencial que não saiu do papel. Porém, o governo não criou mecanismo que permita aos agricultores o acesso a esses recursos, para que tenham acesso à terra, à água, ao crédito e assistência técnica e extensão rural de qualidade que garanta uma boa produção e produtividade. Daí os agricultores são mais uma vez lesados pela falsa ilusão de que vão melhorar a renda e a qualidade de vida.

Leitor 2 - Ó Deus de compaixão, vinde em auxílio do nosso povo que vive o tormento da seca. Estendei vossa mão como se estende a quem está caído; dai força para que eles possam se levantar diante das quedas que se apresentam ao longo do caminho. Isto vos pedimos, em nome de Jesus, Nosso Senhor. - **Amém.**

Canto:

Deus disse ao homem essa é a minha terra e eu lhe dou para você trabalhar. Para da terra tirar seu alimento, a terra é minha, não é pra negociar.

Meu amigo, meu irmão ocupe a terra. Quem fez a terra foi Deus Pai o Criador. Deus fez o céu, fez o mar e fez a terra, e deu ao homem e lhe entregou com muito amor.

10ª ESTAÇÃO – O POVO É DESPIDO DE SUAS VESTES

Nós vos adoramos e vos bendizemos, Senhor Jesus!

Todos: Porque, pela vossa santa cruz, remistes o mundo.

Leitor 1 - Sem acesso a terra, a água, aos créditos e assistência técnica de qualidade, os agricultores familiares ficam desprovidos de acessar os recursos necessários para produzir alimentos que garantam a segurança e soberania alimentar e nutricional e de participar dos programas criados pelo Governo Federal e fica aquém dos grandes projetos do agronegócio e das políticas compensatória e dos programas assistenciais denominados de: transferência de renda.

Leitor 2 - Ó Deus de compaixão, vinde em auxílio do nosso povo que vive o tormento da seca. Estendei vossa mão como se estende a quem está caído; dai força para que eles possam se levantar diante das quedas que se apresentam ao longo do caminho. Isto vos pedimos, em nome de Jesus, Nosso Senhor. - **Amém.**

Canto:

Por isso eu canto e vou cantar, pois sei que um dia nos vai libertar. Jesus é o caminho, nós tá caminhando, para um mundo novo nos vamos lutando (2x)

11ª ESTAÇÃO – O POVO É PREGADO NA CRUZ.

Nós vos adoramos e vos bendizemos, Senhor Jesus!

Todos: Porque, pela vossa santa cruz, remistes o mundo.

Leitor 1 - Muitos agricultores pensando em aumentar a produção agrícola e pecuária e melhorar a qualidade de vida, tomaram crédito nos agentes financeiros, através de projetos mal elaborados, não discutidos, mal avaliados. Muitos foram penalizados pelos juros altos e pela correção monetária aplicada pelo Banco Central do Brasil, e hoje se encontram numa situação muito delicada, inadimplentes sem poder quitar seus débitos com os bancos credores nem tomar novos créditos.

Leitor 2 - Ó Deus de compaixão, vinde em auxílio do nosso povo que vive o tormento da seca. Estendei vossa mão como se estende a quem está caído; dai força para que eles possam se levantar diante das quedas que se apresentam ao longo do caminho. Isto vos pedimos, em nome de Jesus, Nosso Senhor. - **Amém.**

Canto:

Nossa alegria é saber que um dia, todo esse povo se libertará, pois Jesus Cristo é o Senhor do mundo, nossa esperança realizara.

12ª ESTAÇÃO – O POVO É PREGADO NA CRUZ

Nós vos adoramos e vos bendizemos, Senhor Jesus!

Todos: Porque, pela vossa santa cruz, remistes o mundo.

Leitor 1 - A mudança climática afetou fortemente a agricultura familiar do semiárido. No Estado da Bahia são mais de 242 municípios atingidos pela forte estiagem. São mais de três milhões de habitantes que sofrem o flagelo da falta de água. A safra de feijão, milho, mamona e mandioca ficou apenas na imaginação do povo. Mais de 1 milhão de bovinos foi suprimido do rebanho. O verde, nem de mandacaru, pois os mesmos foram decepados e transformados em ração para os animais que resistiram ao tormento da falta d'água e de alimento. Até as abelhas fugiram do sertão.

O Governo precisa adotar políticas públicas apropriadas à região e a educação tem que ser contextualizada e voltada à convivência com o semiárido.

Na maioria dos municípios localizados no semiárido baiano, as organizações da sociedade civil tem tido baixa capacidade de articulação para intervenção e controle social dos programas

implantados em âmbito local. A dificuldade de participação esta relacionada a diversas causas, tais como:

- A falta de capacitação técnica e operacional;
- A pouca articulação política em vista de uma intervenção mais eficaz;
- A fragilidade dos mecanismos de participação popular (conselhos, comitês, fóruns, conferencias, etc.);
- O desconhecimento sobre os recursos que são destinados e de como são aplicados, aliado a fragilidade de controle social.

Leitor 2 - Ó Deus de compaixão, vinde em auxílio do nosso povo que vive o tormento da seca. Estendei vossa mão como se estende a quem está caído; dai força para que eles possam se levantar diante das quedas que se apresentam ao longo do caminho. Isto vos pedimos, em nome de Jesus, Nosso Senhor. - **Amém.**

Canto:

Irá chegar um novo dia, um novo céu, uma nova terra, um novo mar. E nesse dia, os oprimidos numa voz irão cantar.

13ª ESTAÇÃO – O POVO É DESCIDO DA CRUZ E ENTREGUE A SUA MAE.

Nós vos adoramos e vos bendizemos, Senhor Jesus!

Todos: Porque, pela vossa santa cruz, remistes o mundo.

Leitor 1 - A partir da construção de um outro imaginário do Semiárido brasileiro surge a Articulação no Semiárido Brasileiro (ASA), tendo como base a agroecologia, a segurança alimentar e nutricional, a educação contextualizada, o combate à desertificação, o acesso à terra e à água e a promoção da igualdade de gênero. Através delas, começou um processo de desconstrução da imagem do Semiárido brasileiro divulgada pela mídia, cuja ênfase eram as graves conseqüências das secas.

Os programas sociais do Governo Federal de transferência de renda são paliativos e emergenciais, não promovem o crescimento da pessoa humana, não garante a segurança e soberania alimentar e nutricional, nem tampouco gera o desenvolvimento rural sustentável. Mata a fome, mas devido a má aplicação vicia o homem.

Leitor 2 - Ó Deus de compaixão, vinde em auxílio do nosso povo que vive o tormento da seca. Estendei vossa mão como se estende a quem está caído; dai força para que eles possam se levantar diante das quedas que se apresentam ao longo do caminho. Isto vos pedimos, em nome de Jesus, Nosso Senhor. - **Amém.**

Canto:

Já chega de tanto sofrer, já chega de tanto esperar. A luta vai ser tão difícil, na Lei ou na marra nós vamos ganhar.

14ª ESTAÇÃO – O POVO É SEPULTADO.

Nós vos adoramos e vos bendizemos, Senhor Jesus!

Todos: Porque, pela vossa santa cruz, remistes o mundo.

Leitor 1 - Os agricultores contrataram crédito agrícola junto aos bancos oficiais, perderam a lavoura por falta de chuva e agora não podem pagar o que devem. A crise afetou a economia no Estado da Bahia, vários produtos da cesta-básica subiram de preço, alguns produtos sumiram do mercado e cresce a especulação em torno da produção/comercialização dos mesmos, dando margem para a expansão do agronegócio e da monocultura e da concentração da terra.

Leitor 2 - Ó Deus de compaixão, vinde em auxílio do nosso povo que vive o tormento da seca. Estendei vossa mão como se estende a quem está caído; dai força para que eles possam se levantar diante das quedas que se apresentam ao longo do caminho. Isto vos pedimos, em nome de Jesus, Nosso Senhor. - **Amém.**

Canto:

No meu coração já não cabe mais, colocar tristeza, pois já é de mais.

15ª ESTAÇÃO – A RESSURREIÇÃO DO POVO.

Nós vos adoramos e vos bendizemos, Senhor Jesus!

Todos: Porque, pela vossa santa cruz, remistes o mundo.

Leitor 1 - As ações de convivência com o semiárido que vem sendo implementadas nos mais diversos municípios constituem-se em processo inovador de formação e mobilização social junto às famílias, permitindo o nascimento de UM NOVO SABER. Ou seja, o saber conviver com a realidade do semiárido. As experiências exitosas criadas e vividas pelos movimentos sociais mostram que é possível produzir e viver no sertão.

Exemplo:

- Construção de cisternas de placa e cisterna de produção – ASA Brasil;
- Educação contextualizada para a convivência no semiárido;
- Escola Família Agrícola;
- Capacitação para o desenvolvimento local sustentável;
- Fundos Rotativos Solidários
- Economia Popular e Solidária;
- Fundos e Fechos de Pasto...

Leitor 2 - Ó Deus de compaixão, vinde em auxílio do nosso povo que vive o tormento da seca. Estendei vossa mão como se estende a quem está caído; dai força para que eles possam se levantar diante das quedas que se apresentam ao longo do caminho. Isto vos pedimos, em nome de Jesus, Nosso Senhor. - Amém.

Canto:

Eis o tempo de graça, eis o dia da libertação. De cabeças erguidas, de braços unidos irmãos. Haveremos de ver qualquer dia chegando a vitória, e o povo nas ruas fazendo a história, crianças sorrindo em toda nação.

Pai Nosso Dos Mártires

(Zé Vicente)

Pai nosso, dos pobres marginalizados. Pai nosso, dos mártires, dos torturados.

Teu nome é santificado naqueles que morrem defendendo a vida, / Teu nome é glorificado, quando a justiça é nossa medida, / Teu reino é de liberdade, de fraternidade, paz e comunhão / Maldita toda a violência que devora a vida pela repressão.

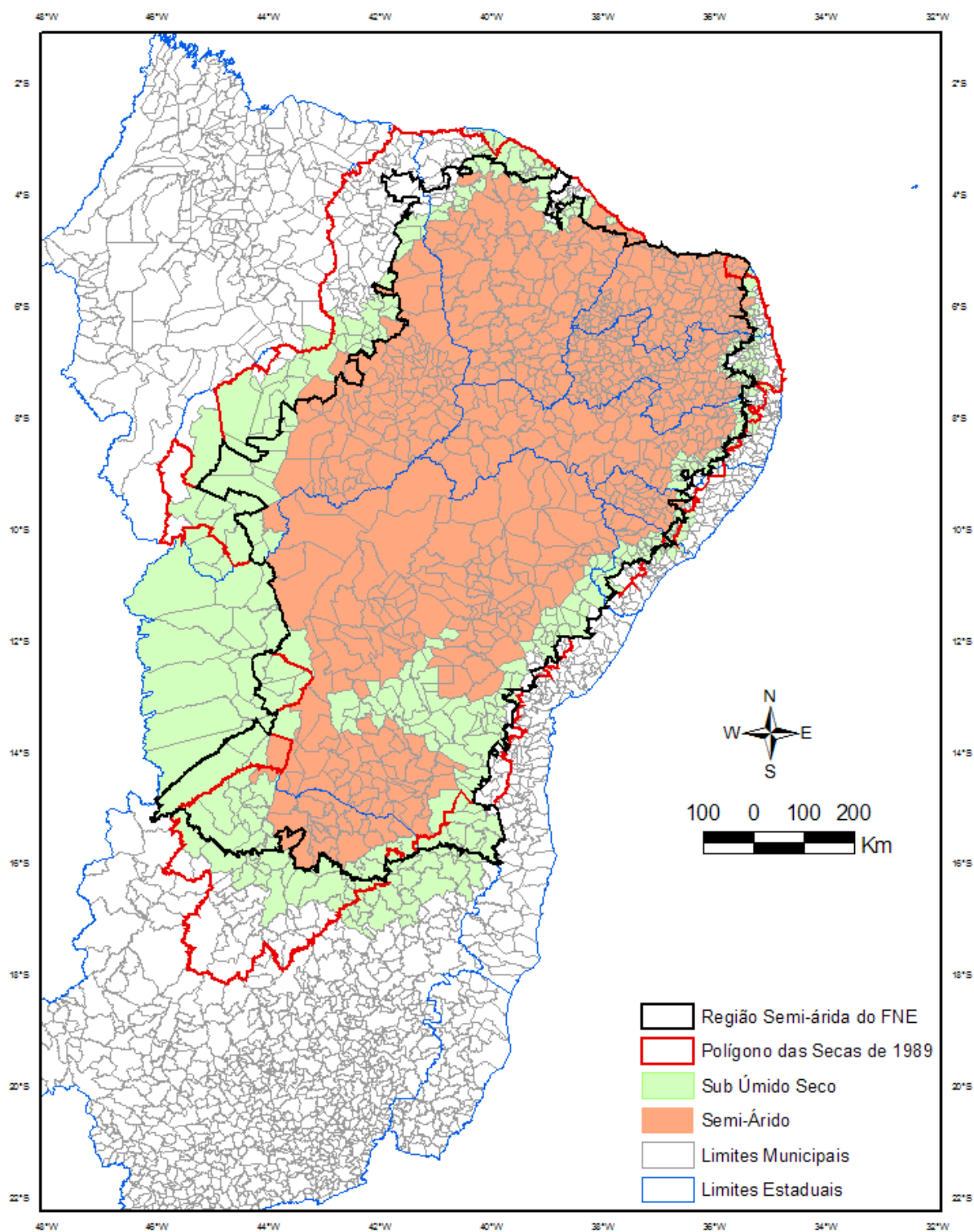
Ô, ô, ô, ô, Ô, ô, ô, ô...

Queremos fazer Tua vontade, És o verdadeiro Deus libertador, / Não vamos seguir as doutrinas corrompidas pelo poder opressor. / Pedimos-Te o pão da vida, o pão da segurança, o pão das multidões. / O pão que traz humanidade, que constrói o homem em vez de canhões. Perdoa-nos quando por medo ficamos calados diante da morte, / Perdoa e destrói os reinos em que a corrupção é a lei mais forte. / Protege-nos da crueldade, do esquadrão da morte, dos prevalecidos. / Pai nosso revolucionário, parceiro dos pobres, Deus dos oprimidos. / Pai nosso, revolucionário, parceiro dos pobres, Deus dos oprimidos.

Ô, ô, ô, ô, Ô, ô, ô, ô...

Pai nosso, dos pobres marginalizados. Pai nosso, dos mártires, dos torturados.

Anexo E - Representação gráfica do semiárido brasileiro



Fonte: BRASIL (2005a, p. 32).